UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

GUILHERME RIBEIRO

ESPAÇO, TEMPO E EPISTEMOLOGIA NO SÉCULO XX: A GEOGRAFIA NA OBRA DE FERNAND BRAUDEL

Niterói

2008

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

GUILHERME RIBEIRO

ESPAÇO, TEMPO E EPISTEMOLOGIA NO SÉCULO XX: A GEOGRAFIA NA OBRA DE FERNAND BRAUDEL

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor – área de concentração Ordenamento Territorial Urbano-Regional

Orientador: Prof. Dr. Rogério Haesbaert

Niterói

2008

GUILHERME RIBEIRO

ESPAÇO, TEMPO E EPISTEMOLOGIA NO SÉCULO XX: A GEOGRAFIA NA OBRA DE FERNAND BRAUDEL

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor – área de concentração Ordenamento Territorial Urbano-Regional.

Defendida em 14 de novembro de 2008

Banca Examinadora

Prof. Dr. Rogério Haesbaert - Orientador
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Paul Claval
Universidade Paris IV-*Sorbonne*

Prof. Dr. Ciro Flamarion Santana Cardoso
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. José Carlos Reis
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Sérgio Nunes Pereira
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Ruy Moreira
Universidade Federal Fluminense

Niterói

2008

R484 Ribeiro, Guilherme
Espaço, tempo e epistemologia no século XX: a Geografia na obra de Fernand Braudel / Guilherme Ribeiro. – Niterói : [s.n.], 2008.
380 f.

Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, 2008.

1. Pensamento geográfico. 2.Fernand Braudel. 3.Epistemologia. 4.Historiografia. 5.Geo-história. I.Título.

CDD 910.01

Esta tese é dedicada a todas as migrantes,
órfãs, babás, faxineiras,
cozinheiras, passadeiras, lavadeiras,
donas-de-casa, vendedoras, manicures,
pedicures e mães que,
sozinhas, criaram seus filhos.

A Jesus Cristo, pela possibilidade
que me foi dada de celebrar,
a cada dia, uma nova vida.

"A ciência incha, mas o amor edifica.
E se alguém cuida saber alguma coisa,
ainda ***não sabe como convém saber.***
Mas se alguém ama a Deus,
esse é conhecido Dele" **(1Co 8: 1-3)**

ÍNDICE

Agradecimentos 8

Resumo 12

Abstract 13

Résumé 14

Introdução 125

CAPÍTULO I A Institucionalização da Geografia Universitária na França e a Reflexão de Paul Vidal de la Blache: Problematizações Histórico-Epistemológicas 34

1.1. Em luta pela autonomia e pelo território: a Geografia e os Estados alemão e francês na segunda metade do século XIX 35

1.2. A história do pensamento geográfico: duas ou três observações 51

1.3. As múltiplas faces da geografia vidaliana: meio, geopolítica, nação e epistemologia 54

CAPÍTULO II A Formação dos *Annales* e a Escola Francesa de Geografia: uma Herança para Fernand Braudel 888

2.1. A escrita da Nação e a escrita da História na III República: a Escola Metódica ..... .899

2.2. Turbulência histórica e fertilidade intelectual: os *Annales* de Marc Bloch e Lucien Febvre 103

2.3. Paisagem e região em Marc Bloch: a geografia testemunha a história 1266

2.4. Para ler Geografia, ou A Geografia segundo Febvre 14040

CAPÍTULO III Construindo a Geohistória: as Relações Homem-Meio e a Longa Duração em *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen* à l'époque de Philippe II ..... .1599

3.1. Tempos e espaços de experiência nas origens intelectuais de Fernand Braudel: Lorena, Paris, Argel, São Paulo e o cativeiro alemão na primeira metade do século XX 1599

3.2. A ante-sala de *La Méditerranée*: nos cadernos de prisão, a preocupação com a Geografia e a História em *Géohistoire: la société, l'espace, le temps* 1711

3.3. A originalidade historiográfica de *La Méditerranée* 1855

3.4. Metamorfoseando a Geografia e a História: a geohistória em *La Méditerranée* (1949 e 1966)..... 201

CAPÍTULO IV Entre o Meio Geográfico e o Espaço: Escalas, Redes e Territórios em *Civilisation Matérielle, Économie et Capitalisme – XV-XVIII Siècles* 2299

4.1. Teoria e prática geohistóricas: *Écrits sur l'histoire* (1969) e *Grammaire des Civilisations* (1963) 23030

4.2. *Civilisation Matérielle*: apresentação e problematização gerais 2666

4.3. O espaço como determinação estrutural da realidade 2744

4.4. A valorização total do espaço..... 2877

CAPÍTULO V *L'Identité de la France* e o Papel da Geografia 305

5.1. História, historiografia e identidade nacional: Braudel e o caso francês..... 3066

5.2. Identidade, diferença e Geografia..... 3288

Conclusão.....348

Referências Bibliográficas..... 34960

Agradecimentos

Para um filho de uma manicure e de um garçom, ambos migrantes em busca de uma vida melhor na cidade grande do Rio de Janeiro — sem falar no padrasto, motorista de profissão —, apresentar uma tese de doutorado numa universidade pública federal admite, pelo menos, duas leituras: a primeira sugeriria que, progressivamente, as profundas desigualdades econômicas brasileiras vêm dando lugar a uma lenta e relativa, porém perceptível, mobilidade social. A segunda apontaria a força de vontade, o amor sem limites e os desafios diários de uma mãe em prol das realizações dos sonhos de seu filho.

Por razões óbvias, opto pela segunda perspectiva. Este trabalho é o resultado de 28 anos de dedicação de minha querida e amada mãe, Paulina Queiroz da Silva. Ela sempre me apoiou em *todos* os meus projetos — mesmo que isso implicasse em maiores sacrifícios de sua parte. De "marxismo" a "epistemologia", de "Hobsbawm" a "Braudel", mamãe sempre esteve disposta a me ouvir. A ela devo as primeiras letras, os primeiros cadernos, os primeiros livros. A ela devo esta tese. Indubitavelmente, este título está longe de ser só meu... Obrigado, mãe. Pela vida, amor, carinho, cuidado... Por tudo! É um amor tão grande e que tanto me emociona... Ao seu turno, meu padrasto Roberto tem me ensinado coisas que nem mesmo ele sabe. Caráter, responsabilidade e honradez ele os têm de sobra. São coisas muito caras e que não conseguimos através de títulos acadêmicos.

É também com muita alegria que agradeço a algumas pessoas que conheci nesta caminhada de dez anos, iniciada na graduação em Geografia na UERJ-FFP no ano de 1998. O saudoso prof. Cláudio Barbosa, certamente, vive em minha memória desde suas aulas de Introdução à Geografia no primeiro período, passando por suas lições sobre a história do pensamento geográfico na banca de monografia em 2001 e no apoio para a minha contratação como professor substituto por aquela unidade em 2004. O prof. Marcos César Araújo Carvalho, orientador da referida monografia, tornou-se um mestre e um amigo em um período onde minha idade jogava contra o bom senso. Seu engajamento e compromisso políticos com a construção de uma visão geográfica crítica afetaram sobremaneira meu olhar sobre o mundo. Além disso, Marcos César representa, para mim, a primeira pessoa que acreditou em meu potencial como investigador. A afeição que tenho por ele não subtrai o fato de que lhe devo algo impagável. Devo, igualmente, ao prof. Dr. Floriano Godinho de Oliveira, cujo exercício docente me marcou profundamente. Sua seriedade acadêmica e os

incentivos que recebi de Floriano fazem com que ele ocupe lugar importante em minha trajetória universitária.

Ao ingressar no curso de mestrado em Geografia da UFF (2002), fui muito bem recebido por todos os docentes. Ser agraciado com o primeiro lugar no processo seletivo e, consequentemente, receber uma bolsa da CAPES, seria apenas a satisfação inicial que venho tendo com esta casa. Ter sido orientando do prof. Dr. Ruy Moreira e aluno de intelectuais como o prof. Dr. Carlos Walter Porto Gonçalves, prof. Dr. Rogério Haesbaert, prof. Dr. Jorge Luiz Barbosa e o prof. Dr. Márcio Piñon de Oliveira — além do próprio Dr. Ruy Moreira — foi a experiência intelectual mais enriquecedora de minha formação. Como se não bastasse, conheci pessoas que me acolheram muitíssimo bem e só manifestavam palavras de incentivo para comigo, como o prof. Dr. Carlos Alberto Franco e o prof. Dr. Jacob Bynsztok.

Todavia, na ocasião do Encontro Nacional de Geógrafos em João Pessoa, em 2004, tive a alegria de conhecer aquele que, mais tarde, seria meu orientador de doutorado. O prof. Dr. Sérgio Nunes Pereira vem, desde aquela data, me ensinando a estudar e pesquisar a história do pensamento geográfico. Devo a Sérgio a motivação, a necessidade e a importância de investigar esta temática, a qual tenho que acrescentar, obrigatoriamente, a cumplicidade, a amizade e a paciência para com um jovem e inquieto pesquisador. Ele também seria personagem fundamental em meu sonho de estudar no exterior. Como, de fato, agradecê-lo? Espero trabalhar e aprender com Sérgio durante os próximos anos.

Tive, e tenho, a honra de contar com a ajuda e a gentileza do prof. Dr. Rogério Haesbaert. Em meio às suas inúmeras e fundamentais contribuições em prol do fortalecimento da geografia brasileira, Rogério conseguiu tempo para envolver-se com minha tese, traduzimos juntos um texto de Vidal de la Blache e ele ainda foi revisor técnico de outras duas traduções que eu fizera. Além disso, como esquecer seu envolvimento para com minha ida à França, seja no contato com o prof. Dr. Paul Claval, seja com os e-mails de solidariedade por conta de minha condição desterritorializada?

Em 2004, quando preparava o projeto de seleção para ingresso no doutorado, o Prof. Dr. Carlos Antonio Aguirre Rojas (UNAM) teve a simpatia e a grandeza de ajudar-me. Do México, o maior pesquisador da obra de Braudel interessou-se por um jovem estudante do mesmo tema, leu o projeto com toda a atenção possível e escreveu um e-mail repleto de colocações que me auxiliaram a corrigir os rumos de uma investigação ainda tão embrionária. Espero um dia agradecê-lo pessoalmente. Por sua vez, de São Paulo, a Profa. Dra. Rosângela de Lima Vieira (UNESP) também mostrou extrema boa vontade em ajudar, compartilhando suas reflexões ao enviar-me, em dezembro de 2006, sua bela tese de doutorado sobre Fernand Braudel. No primeiro semestre de 2007, na

ocasião do exame de qualificação do doutorado, tive o privilégio de ter como interlocutores (além de Sérgio e Rogério), o prof. Dr. Ivaldo Lima (UFF) e o prof. Marcos Veneu (PUC), que fizeram comentários preciosos para o desenvolvimento posterior da tese.

O capítulo referente ao doutorado-sanduíche em Paris (setembro 2007/agosto 2008) é um caso especial. Jamais poderia ter realizado esse sonho se não fosse a bolsa fornecida pela CAPES, órgão que mostra, entre outras coisas, a importância capital dos recursos públicos para a educação brasileira. Sérgio e Rogério me auxiliaram em todos os instantes e, por essas e outras, nunca é demais agradecê-los. Em uma nublada manhã de sábado em Cabo Frio, em 2006, o prof. Dr. João Rua (UERJ) encorajou-me de tal maneira a desafiar a Europa que até hoje suas palavras ecoam em mim. Por timidez, acho que nunca o agradeci como deveria. Espero fazê-lo agora. O prof. Dr. Jacob Bynsztok foi assaz solícito (como de hábito) no aval institucional a mim concedido pelo programa de pós-graduação em Geografia da UFF. Ele, Márcio Piñon e o prof. Dr. Nélson da Nóbrega Fernandes (além de Floriano G. de Oliveira) fariam com que eu me sentisse em casa quando nos encontramos no X Colóquio Internacional Geocrítica em Barcelona (maio 2008). O carinho e os elogios que deles recebi foram um fôlego a mais após tantos meses longe de casa.

Uma vez em Paris, fui recebido por uma pessoa inesquecível: prof. Dr. Paul Claval (Paris-IV, *Sorbonne*). *Monsieur* Claval mostrou-me a riqueza paisagística, cultural e gastronômica de seu país; presenteou-me com livros seus que eu sempre quis ter; foi meu professor de francês e leu, elogiou e criticou meu trabalho da maneira mais séria e profissional possível. Enfim, além de ter sido verdadeiro orientador, o tratamento filial que ele me concedeu jamais se apagará. Muitíssimo obrigado, prof. Claval. Pelas suas obras, bondade, amizade. Por tudo o que fez por mim na França. Ele ainda aceitaria participar da banca de defesa desta tese, o que me honra muitíssimo.

Na *École de Hautes Études em Sciences Sociales* (EHESS), prof. Dr. Kapil Raj, prof. Dr. Michael Werner, prof. Dr. Yves Cohen, prof. Dr. Victor Stockwolski e a profa. Dra. Marie-Vic Ozouf-Marignier me ensinaram o que havia de mais interessante no campo da Epistemologia das Ciências Humanas, abrindo espaço ilimitado para que eu expusesse minhas questões e dúvidas. O diálogo sempre foi plural e não-hierárquico, e eu agradecia a Deus todos os dias pela oportunidade de estudar na *École*. Agradecimento particular cabe à profa. Dra. Marie-Claire Robic (CNRS), que de imediato aceitou-me em seu grupo de estudos sobre Epistemologia e História da Geografia (EHGO). Profa. Robic deu-me livros, explicou-me seus pontos de vista sobre a obra de Vidal de la Blache e mostrou-me alguns caminhos de pesquisa a serem trilhados no futuro.

Ainda na França, meu primeiro contato com as obras e arquivos do já citado Instituto foi extremamente facilitada pela calma, simpatia e competência do bibliotecário André Martin. Em meu apartamento na *rue de Rambouillet*, a tão querida Evelyne Kerbel — uma sexagenária afetada

por uma doença que a fez perder progressivamente toda a visão — tratou-me como se fora seu filho. Almoçamos, jantamos, passeamos, rimos e, no final de minha temporada, choramos juntos em nome de uma amizade separada tão somente pela distância física. Evelyne esteve ao meu lado em todos os momentos, ajudou-me em tudo e cuidou de mim nas horas de tristeza e angústia. Espero revê-la e abraçá-la o quanto antes. Sem esquecer da família Cenusa que, mesmo desterritorializada por causa de problemas em seu país natal, a Sérbia, abriu sua casa e sua cultura para mim. Demonstrações de afeto que carregarei comigo por muitos e muitos anos. Tive ainda a felicidade de reencontrar Heloisa Coe, minha professora na graduação, que estava em *Aix-en-Provence* também fazendo doutorado-sanduíche. Além da acolhida calorosa no sul da França ao lado de seu filho Henrique, ela sempre esteve pronta a auxiliar-me na tradução de alguns trechos complicados em francês. Obrigado pela amabilidade, Heloisa.

No ano de 2003, o Prof. Dr. Ciro Cardoso foi assaz solícito quando, na escrita de minha dissertação de mestrado, passou-me alguns artigos sobre a historiografia marxista britânica. Ao chegar na copiadora, nem precisei ter trabalho: os textos já estavam prontos! Quando comecei a fazer a tese, o primeiro nome da História que pensei para a banca foi o do prof. Cardoso. Tenho a enorme alegria de ter meu humilde trabalho avaliado por ele. O Prof. Dr. José Carlos Reis, sem que ele saiba, me ajuda desde 2003, quando tomei contato com sua obra. A partir de então, lendo seus demais trabalhos, estava decidido de que gostaria muito de tê-lo em minha banca. Agradeço demais que ele tenha aceitado meu convite.

Desde o segundo semestre de 2002, a Universidade Veiga de Almeida (*campus* Cabo Frio) acolheu-me em seu curso de História. Lecionando as disciplinas *História das Idéias Políticas e Sociais* e *Teorias da História*, meus colegas docentes têm sido interlocutores sempre abertos ao diálogo. Meus alunos, todavia, merecem um agradecimento a mais, visto que me ouvem com inquietação e coragem a cada semestre. Eles me ensinaram a amadurecer, ter paciência e ser cada vez mais humano.

"Tu és a razão da minha vida, o motivo de toda alegria"! Tenho cantado assim ao Senhor Jesus Cristo desde 2000, e de lá para cá, só tenho recebido bênçãos! A mão de Deus tem me amparado de uma tal maneira que eu seria incapaz de descrever a menor parte do que Ele tem feito em minha vida. Apenas eu e minha mãe sabemos o que passamos para chegarmos até aqui. Atraia-nos, Senhor, cada vez mais! Amém!

RESUMO

O pensamento do historiador francês Fernand Braudel (1902-1985) admite várias interpretações e possui determinadas influências. Uma delas diz respeito à Geografia Humana de Paul Vidal de la Blache (1845-1918), aspecto este que foi pouco explorado até aqui pelos seus estudiosos, sejam eles historiadores ou geógrafos. Esta tese, concentrada principalmente nos livros *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'époque de Philippe II* (1949 e 1966), *Civilisation Matérielle, Économie e Capitalisme: XV-XVIII Siècles* (1979) e *L'Identité de la France* (1986), pretende discutir o papel epistemológico da Geografia em sua obra, partindo da hipótese de que ela foi fundamental para o desenvolvimento das inovações que caracterizaram sua escrita histórica — sobretudo a *longue durée*. Ao mesmo tempo, entrecruzando criticamente as heranças da *École Française de Géographie* e dos *Annales*, desejamos repensar a parte mais importante das relações entre a história do pensamento geográfico e a historiografia francesas no século XX.

ABSTRACT

The thought of the french historian Fernand Braudel (1902-1985) has several interpretations and differents influences. One of these refers to the Paul Vidal de la Blache's Human Geography (1845-1918), neglected by their studious — geographers and historians indiscriminately. This thesis emphasizes its three major books (*La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'époque de Philippe II* [1949 e 1966], *Civilisation Matérielle, Économie e Capitalisme: XV-XVIII Siècles* [1979] e *L'Identité de la France* [1986]) and it discuss the Geography's epistemological role in his historiography. The hipotesis of this work is that the Geography was crucial to the development of inovations in its historical writing — mainly the *longue durée*. At the same time, trying to construct a critical intersection between the *École Française de Géographie* and the *Annales*' legacy, we will rethink the most important side of the relations between the history of geographical thought and the french historiography in the XXth Century.

RÉSUMÉ

La pensée de l'historien français Fernand Braudel (1902-1985) admet plusiers interprétations et possède certains influences. On va rebondir la Géographie Humaine de Paul Vidal de la Blache (1845-1918), jusqu'ici un sujet peu étudié par les chercheurs de Braudel, soit historiens, soit géographes. Cette thèse, concentré surtout sur *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'époque de Philippe II* (1949 e 1966), *Civilisation Matérielle, Économie e Capitalisme: XV-XVIII Siècles* (1979) e *L'Identité de la France* (1986), a pour l'objectif analyser le rôle épistémologique de la Géographie dans l'oeuvre de Braudel, en partant de l'hipothèse qu'elle a été fondamentale pour le développement des innovations que caractérisent son écriture historique — particulièrement la longue durée. Au même temps, entrelaçant de façon critique les héritages de l'École Française de Géographie et des *Annales*, on veut répenser la section plus importante des rapports entre l'histoire de la pensée géographique et l'historiographie françaises au XXème siècle.

INTRODUÇÃO

Sobre as relações entre a Geografia e a História: eis o conjunto maior do qual esta investigação se propõe a avaliar. Tarefa nada fácil, decerto, mas um esforço extremamente necessário para aqueles que se interessam pela Epistemologia das Ciências Humanas. Mas, o que isso significa? Quais as questões colocadas pela Epistemologia que nos permitem adentrar nas veredas que reúnem a Geografia e a História? Tais questões versam sobre tópicos como: (i) a constituição histórica de um dado campo do conhecimento; (ii) as metamorfoses sofridas por tal campo, resultando em correntes distintas e em oposição; (iii) a formação de categorias e conceitos; (iv) a elaboração de teorias e métodos; (v) o diálogo com outras ciências e suas consequências; (vi) a relação entre a teoria e a prática empírica.

Queremos sublinhar o papel da Epistemologia enquanto elemento central de construção e consecução desta pesquisa. Todavia, não se trata de ver a Epistemologia como um juiz "além do bem e do mal" que, dotado de um conhecimento supostamente superior aos demais, vê-se no direito de avaliar se os procedimentos e os resultados de uma dada pesquisa estão certos ou errados. Contrariar tal concepção não significa, entretanto, recusar a importância da coerência teórico-metodológica no âmbito do fazer científico (alguém em sã consciência defenderia algo semelhante?), mas sim reconhecer seu tom pretensiosamente formal e rígido [1].

Uma definição que não abra mão de estudar tal coerência mas, ao mesmo tempo, seja mais "compreensiva" (e aqui não nos referimos à hermenêutica e nem ao historicismo), admitindo que imprecisões e contradições fazem parte de toda atividade científica, nos parece um caminho mais lúcido a ser seguido. Para nós, o mais importante em uma análise epistemológica é saber identificar, por trás da lógica interna (no sentido teórico) que preside qualquer produção de conhecimento, as concepções e as consequências políticas *latentes* e *patentes* inscritas nos discursos de físicos, químicos, filósofos, literatos, sociólogos, historiadores e geógrafos.

[1] Leituras assim costumam afirmar que "caberá ao epistemólogo, em interação com o cientista, a tarefa de elucidar o que foi feito. Todavia, as perguntas e as respostas, no tocante ao conhecimento, assim como relativamente à arte, à técnica e a outros campos, são perguntas e respostas filosóficas. Tal é, portanto, o lugar de onde se fala: a filosofia. Ao ocupar esse lugar, ficará o epistemólogo, ao examinar o que foi feito pelos cientistas, com o ofício ingrato de chancelar ou não o *factum* (discursos, procedimentos, resultados — pois a ciência é mais do que o discurso) que se apresenta diante dele (...)" (DOMINGUES, 2004:24). Por conseguinte, tomando para si tal tarefa, porquê não avaliar os trabalhos de Marx e Durkheim em um grupo (o das "filosofias do sujeito ou da consciência que tratam do conhecimento de si pivoteado pelo sujeito"), Weber e Lévi-Strauss em outro ("a via das ciências empíricas do homem, distinguidas em ciências naturais e ciências humanas, que tratam do conhecimento de si pivoteado pelo objeto"), concluir que ambas as alternativas fracassaram e, não obstante, apontar uma solução? (idem, p.22).

Cremos que, de forma geral, a Geografia e a História tem conferido papel secundário aos aspectos teórico-metodológicos — o que, do ponto de vista aqui adotado, nos parece uma dificuldade evidente em reconhecer a natureza do ato científico. Tal afirmativa exige uma explicação: quando escrevemos "Geografia" ou "História", e pensamos em termos "geográficos" ou "históricos", do que se trata? Trata-se, de antemão, de uma reflexão intelectual, de uma apreensão racional, cognitiva ou, em uma palavra, *epistemológica*, de mundo. Efetivamente, não há algo no mundo empírico que podemos chamar de "Geografia" ou de "História"; no entanto, acostumamo-nos a pensar que existem aspectos, objetos e elementos "geográficos" e "históricos". Ora; tal operação esconde o fato de que as Ciências Humanas e todo seu aparato são *construções sociais* e que, na tentativa, de explicar o mundo dos fenômenos (e, assim, justificar seu papel e relevância), elas acabaram por rejeitar e negligenciar *sua própria natureza humana*. Para os cientistas sociais, não é fácil olhar no espelho... posto que isso significa enxergar diante de si a própria face. Daí a conhecida solução que, embora normalmente seja atribuída ao Positivismo, cujo alcance está para além desta corrente: trata-se da *neutralidade axiológica*, que indica uma postura neutra, passiva e não-intervencionista do sujeito frente ao objeto. É a crença de que o sujeito que *constrói* o conhecimento — e isso significa selecionar, recortar, interpelar — não participa dele, não o julga, não possui preconceitos com isto ou aquilo.

Não será o deslocamento da teoria e da metodologia uma consequência sutil dessa postura? Sim, pois, quando invertemos sua disposição, isto é, quando colocamos no cerne do ofício do geógrafo e do historiador o debate em torno da centralidade da teoria como elemento fundante da análise social, estamos levantando uma série de perguntas incômodas, tais como: (i) quem sou eu quando pesquiso a sociedade?; (ii) quem são "aqueles" aos quais irei interpelar?; (iii) como me situar e qual o olhar que devo ter diante "deles"? (iv) quais os interesses (econômicos, políticos, religiosos, culturais etc) que estão por trás da minha pesquisa?; (v) por quê estou privilegiando tal aspecto e tal tema, em detrimento de outros?

Estas interrogações trazem, por sua vez, muitos desdobramentos. Entretanto, três deles merecem destaque: a dissipação das dicotomias sujeito-objeto, eu-outro, ciência-política; a redução das distâncias entre a operação dita "científica" e a atividade literária; a pluralidade dos resultados das pesquisas sociais. Todavia, cabe aqui um esclarecimento: defender a necessidade de incorporar tais aspectos no âmbito das Ciências Humanas não quer dizer a adesão aos argumentos de Hayden White e, de maneira mais ampla, daquilo que convencionou-se chamar de *Pós-Modernidade*. Referimo-nos à tentativa de reduzir o conhecimento produzido pelas Ciências Humanas à esfera do discurso e da narrativa — tal como a defesa de White de que as diferenças entre Marx, Hegel e Michelet dizem respeito sobretudo à utilização de distintas figuras de linguagem (WHITE, 1995

[1973], ou a abordagem que pretende pôr fim à *verdade* afirmando que tudo não passa de uma operação linguística/textual (JENKINS, 2001). Uma vez decretado o "fim das Metanarrativas", (LYOTARD, 1998 [1979]), entraríamos num contexto marcado pela incerteza, pelo relativismo e pela fragmentação do conhecimento.

Assim, pode-se dizer que, nas últimas três décadas, nossas formas tradicionais de apreensão de mundo estão sendo amplamente questionadas. As contradições e os dilemas que envolvem o processo de produção do conhecimento emergem com intensidade. A mobilidade das fronteiras entre os saberes, a tensão razão-emoção, o jogo de proximidade e distanciamento da ciência com a literatura, a geopolítica do conhecimento e outros tópicos impactaram de tal modo o campo científico de forma que nenhuma área do saber permaneceu alheia ou imune ao debate aberto pela Pós-Modernidade. Geógrafos (HARVEY, 1992 [1989]; HAESBAERT, 1990, 2002c; MOREIRA, 1993; BERDOULAY, 2000; BROSSEAU, 2000; SOJA, 1993 [1992]; CLAVAL, 2002) e historiadores (FOSTER & WOOD, 1999; CARDOSO, 2005; ARÓSTEGUI, 2006 [1995], ANDERSON, 1999 [1998]) estiveram bastante atentos ao fato de que uma visão de mundo como algo ordenado e passível de ser assimilado pela Razão cede lugar, aos poucos, a uma perspectiva do mundo como algo plural, heterogêneo e anti-teleológico.

Historicamente, tais mudanças estão diretamente ligadas ao final da II Guerra Mundial que, entre outros desdobramentos, pôs fim ao domínio multissecular da Europa sobre o globo desde o século XV. À reconstrução européia no pós-guerra segue a ascensão dos EUA e da URSS como novos pólos de poder configurando um novo desenho geopolítico, bem como as guerras de independência das colônias européias na África e na Ásia (DECCA, 2000) e o movimento de maio de 68 na França, onde os estudantes questionam as estruturas tradicionais do Estado, da Família e da Escola (RIDENTI, 2000), revelavam um desfavorável quadro político, econômico e social. Porém, se as políticas do *welfare-state* promovidas pelos partidos social-democratas (PRZEWORSKI, 1989; PADRÓS, 2000), o auxílio norte-americano dado pelo Plano Marshall no início da Guerra Fria (VIZENTINI, 2000) e a extração de mais-valia advinda das empresas transnacionais instaladas nos países periféricos não tardaram a reerguer a Europa como espaço privilegiado do Capitalismo (HOBSBAWM, 1995 [1994]; HARVEY, 1992 [1989]), as consequências *epistemológicas* dos acontecimentos históricos ocorridos na segunda metade do século XX provocaram abalo considerável no modelo europeu de explicação de mundo: o Paradigma Cartesiano-Newtoniano [2].

[2] O que não quer dizer que exista um modelo uniforme e fechado, bem como algo padronizado a que podemos chamar, de forma reificada, de Ciência Moderna. Segundo Rossi, isso é um mito filosófico-historiográfico (ROSSI, 1992:121 [1982]).

O esboço delineado até aqui originou esta investigação. Não existe produção científica independente de seu contexto histórico. E não se trata de um contexto que não ultrapassa a mera condição de coadjuvante naquilo que conhecemos como *história das idéias*: o que se pretende é operar a noção de que a história se desenvolve através da aceitação e reprodução de idéias e que estas, por sua vez, só podem ser aceitas e reproduzidas historicamente. Acaso seria possível comprovar o primado de uma sobre a outra?

Talvez agora possamos levantar, com mais clareza de sentido, duas perguntas-chave: *o que é Geografia*? *O que é História*? Elas são o produto histórico das sociedades e, simultaneamente, parte integrante da forma como estas sociedades percebem a si mesmas e representam os fenômenos que a cercam. A Europa das Grandes Navegações cria uma Geografia estreitamente associada à Cartografia, e essa mesma Geografia vai povoar o imaginário europeu por intermédio do exotismo contido nas narrativas de viagem e nas paisagens dos pintores. Já no final do século XIX, alemães e franceses irão institucionalizar a Geografia como ciência e esta, a seu turno, será fundamental na composição das então incipientes ideologias nacionalistas ao enfatizar o apego ao território pátrio. Neste mesmo período, semelhante papel coube à História, forjando tradições, heróis e eventos esforçando-se em simular um passado nacional glorioso.

Estudar as relações entre a Geografia e a História quer dizer, portanto, *comparação*. E, como não podia deixar de ser, *confronto*. Comparar é confrontar. Da partilha de temas aos problemas em comum, passando pela disputa de espaços institucionais e de hegemonia na explicação social, aproximá-las implica reconhecer que, em uma interpretação ampla de uma dada ciência — que englobe seus temas, linguagens e categorias principais e secundárias [3] —, a articulação do "interno" com o "externo" é fundamental. Em outras palavras, conhecer a natureza de uma dada ciência passa, essencialmente, por aquilo que dizem e pensam a seu respeito fora de seus limites disciplinares. Em uma frase reveladora de como o campo geográfico pensa a si mesmo, nos anos 50 o norte-americano Richard Hartshorne dizia que "A Geografia é o que os geógrafos dela fizeram" (HARTSHORNE, 1978 [1959]). Distante no tempo e no espaço mas com uma interpretação cuja proximidade é sintomática, o brasileiro Milton Santos afirmará que "Conceitos em disciplina são freqüentemente apenas metáforas nas outras, por mais vizinhas que se encontrem. Metáforas são *flashes* isolados, não se dão em sistema e não permitem teorizações" (SANTOS, 2002:87 [1996]). Talvez seja o momento de relativizarmos estas posições, visto que tão importante quanto o exame atento daquilo que os geógrafos disseram e refletiram sobre seu ofício é o exame da apropriação

[3] Penso sobretudo nas operações simultâneas de *inclusão* e *exclusão* que as ciências promovem na delimitação de seus objetos de estudos, operações estas que fazem parte de um conjunto mais amplo denominado por Foucault de *ordem do discurso* (FOUCAULT, 1994 [1970]).

geográfica promovida pelos demais cientistas sociais — que, no desenvolvimento de suas disciplinas, constroem uma imagem da Geografia deveras reveladora tanto dos dilemas envolvendo o diálogo entre os saberes no âmbito do projeto da Ciência Moderna quanto dos problemas intrínsecos à epistemologia da Geografia.

Mas compreendermo-nos a nós mesmos enquanto geógrafos, passa, especialmente, pelo olhar que os outros possuem para conosco. Os sociólogos, os antropólogos, os urbanistas, os historiadores, não fazem ciência sem serem vistos, e tampouco sem ver os outros. E o que nos interessa é esse *jogo de olhares*, onde uma produção científica supostamente interna e voltada para seus pares acaba por ultrapassar tais limites, indo "desaguar" em ramos do saber que, embora mantenham certa distância, acabam sempre por se aproximar e se apropriar de tal produção. Nestas circunstâncias, sublinharemos que cabe à epistemologia (cujo caráter é eminentemente interdisciplinar) levantar e responder questões como a articulação entre os saberes parciais, a dialética da convergência-divergência envolvendo as disciplinas particulares, as delimitações dos objetos das ciências, as estratégias discursivas engendradas pelos cientistas etc. (cf. JAPIASSU, 1975).

Nesse sentido, o que surge como aproximação pode esconder um significativo distanciamento, e o que se apresenta como consensual pode mascarar diversas contradições. A seguirmos a orientação do geógrafo e historiador francês Marcel Roncayolo, o que nos interessa mesmo é a realidade das práticas, e não uma definição abstrata e teórica dos campos disciplinares (RONCAYOLO, 1989). Como, então, refutar as interpretações exclusivamente "teorizantes" em torno dos intercâmbios entre as Ciências, procedendo no intuito de apreensão de suas práticas mas sem negligenciar suas teorias? Sim, pois as realizações de geógrafos e historiadores são diversas, quer estejam ligados ao planejamento urbano, aos trabalhos de campo, à conservação do meio ambiente, à catalogação de arquivos, preservação de patrimônios e organização de lugares de memória. Porém, tendo como base o lugar epistemológico ocupado pela Geografia e todos os referenciais que perfazem o *métier* do geógrafo, o sentimento que nos acomete ao penetrar nos domínios da História assemelha-se ao do teórico da Literatura Luis Costa Lima, cuja inquietação recente o leva a interrogar-se sobre a escrita da História "do ponto de vista de um alienígena". Partilhado o estranhamento, também é semelhante a motivação: de um lado, a insatisfação dada pela carência de teorização sobre as escritas da História e da Literatura (LIMA, 2006:22); de outro, a insatisfação para com o encaminhamento das relações entre a Geografia e a História. Mera coincidência ou sinal dos tempos?

Ao prestarmos vestibular para ambos os cursos e sermos aprovados para o de Geografia, uma mistura de descontentamento e surpresa começava na graduação (1998-2001). Surpresa em função

da abordagem superficial e inconsistente acerca da ciência histórica e daquilo que a envolve, como autores, correntes, conceitos e obras principais — já que sempre "ouvíramos dizer" que eram campos de conhecimento muito próximos. Esperávamos que o descontentamento que acompanhava este estado de coisas fosse dissipado quando olhássemos o "outro lado" da fronteira, isto é, o território do historiador. Sentindo a necessidade de uma perspectiva histórica que acompanhasse meus estudos de Geografia, nos deparamos com a obra do historiador inglês Eric Hobsbawm. Tratava-se de *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Panorama incrivelmente erudito, analisava detalhadamente os principais acontecimentos do século XX como a Primeira Guerra Mundial, Revolução Russa, Crise de 29, ascensão do Nazi-Fascismo e eclosão da Segunda Guerra Mundial, Guerra Fria, mazelas do Terceiro Mundo, fim da União Soviética etc. Acompanhado de fotografias reveladoras de uma série de mudanças, sua abordagem em escala mundial incluía temas como sociedade, política, economia, população e indústria, mas também cultura, ciência, comunicação... (HOBSBAWM, 1995 [1994]). Findada a leitura, a conclusão era a de que diante de nossos olhos estava um livro indispensável na formação de qualquer geógrafo [4].

Todavia, duas questões incomodaram: a primeira era a que a Geografia que estava aprendendo na faculdade se distinguia bastante daquela encontrada no livro de Hobsbawm. Mesmo que a proximidade temática e o recorte temporal fossem compartilhados, havia um certo imobilismo e um ar de tradicionalismo presentes em suas apropriações geográficas que contrastavam com as inovações teórico-metodológicas pelas quais a Geografia passara após 1945. A segunda questão estava no fato de que Hobsbawm simplesmente não dialogava com nenhum geógrafo no decorrer de todo um livro de quase seiscentas páginas! Eles pareciam não ser importantes para o entendimento do século XX.

Daí para a frente, seja pelo interesse na historicidade dos processos sociais, seja por uma inquietação para com aquela situação — "inusitada", até aquele momento — passamos a "perseguir" a Geografia nos outros trabalhos de Hobsbawm. A tão conhecida trilogia *Era das Revoluções: 1789-1848*, *Era do Capital: 1848-1875* e *Era dos Impérios: 1875-1914*, "longo século XIX" que constitui, em sua totalidade, o fim do Antigo Regime e a consequente ascensão, consolidação e declínio da burguesia (HOBSBAWM, 1979, 1979a, 1988), provocava-nos um duplo reconhecimento. O positivo: a relevância da ciência histórica como elemento fundamental na compreensão de qualquer aspecto da vida social. O negativo: a negligência de Hobsbawm para com a ciência geográfica.

[4] Mesmo que o curso de Geografia privilegie fundamentalmente (para não dizer exclusivamente...) o século XX e sendo *Era dos Extremos* livro-chave em sua compreensão (foi lançado em português em 1995), durante quatro anos de curso ouvi falar dele apenas em *uma* ocasião por um professor, que limitou-se a comentar que "lera-o na praia"...

Àquela altura, se ainda não havia uma formulação lúcida de um problema de pesquisa, eram muitas as interrogações. P.ex.: (i) qual a contribuição da Geografia às Ciências Humanas?; (ii) por quê um historiador que analisava temas que considerávamos "geográficos" não dialogava com os geógrafos?; (iii) por quê havia um discurso quase que consensual de que a Geografia e a História eram disciplinas parecidas e adjacentes quando, na prática, não era isso o que ocorria?; (iv) como distinguir os fenômenos geográficos dos fenômenos históricos?

A reunião destas e de outras questões conformou-se numa monografia de final de curso intitulada *As apropriações do espaço no pensamento de Eric Hobsbawm: reconhecendo o objeto para compreender a Geografia* (RIBEIRO, 2001), cuja sequência desdobrou-se na dissertação de mestrado *As apropriações do espaço no pensamento de Eric Hobsbawm: reflexões sobre a epistemologia da Geografia vista sob o olhar do outro* (RIBEIRO, 2004). Destes trabalhos, mais importante que as conclusões — que, em ocasião apropriada, serão revistas e postas em debate — são as *travessias* a que a pesquisa nos conduziu. Numa delas (já na dissertação), notamos que o marxismo britânico à qual Hobsbawm era um de seus mais ilustres representantes dividia a cena historiográfica com os franceses dos *Annales*, representados principalmente por Lucien Febvre, Marc Bloch e Fernand Braudel. O próprio Hobsbawm escrevera um artigo dedicado ao tema — *A História Britânica e os Annales: um Comentário* — onde procurava dimensionar a influência da historiografia francesa na Inglaterra. Logo no início, faz questão de dar relevo ao papel exercido por Braudel neste contexto (HOBSBAWM, 1998). Em sua autobiografia — especialmente no capítulo intitulado *Entre Historiadores* —, por várias ocasiões ele ressalta sua proximidade com o movimento dos *Annales*, que começou ainda quando era estudante no momento em que seu professor Michel Postan indicou a leitura da revista que representava tal movimento (HOBSBAWM, 2002:312).

No final da dissertação mencionada, que acabou por ter um sub-capítulo focalizado exatamente no diálogo dos *annalistes* com a Geografia — *Da Geografia Modesta à Geohistória, ou Resgatando o geográfico através da Escola dos Annales* —, ciente de que era mister prosseguir nos estudos dessa natureza, aprofundamos a leitura dos *Annales*. Tidos por alguns como revolucionários (BURKE, 1997 [1990]), Lucien Febvre, Marc Bloch e Fernand Braudel inauguraram uma nova maneira de escrever e fazer a ciência histórica. E, como viríamos a saber posteriormente, a Geografia estava presente no âmago deste processo. Do próprio Febvre vem a afirmação mais enfática: "Na realidade, poderíamos dizer que em certa medida foi a Geografia que engendrou a História que adotamos" (FEBVRE *apud* DAIX, 1999:62 [1995]). No entanto, qual não foi nosso

espanto ao tomar ciência da reprovação do historiador brasileiro Ciro Cardoso, que considera a assertiva "sem dúvida um exagero" (CARDOSO, 2005:144) [5].

O que está por trás de tal posição? Não causa certa estranheza o fato de um historiador *de fora* do âmbito dos *Annales* rejeitar a fala de um de seus *fundadores* sem, ao menos, justificá-la? Na verdade, a postura de Cardoso é uma amostra de como, na maioria das vezes, a Geografia vem sendo admitida dentro da trajetória desta corrente: em virtude de um maior interesse pela influência exercida por Berr, Simiand, Pirenne e Durkheim, Vidal aparece em um plano secundário, meio que negligenciado; cristalizou-se uma interpretação que sugere não haver mais nada a dizer sobre este assunto (FONTANA, 1998 [1982], 2004 [2001]; BURKE, 1997 [1990]; ARÓSTEGUI, 2006 [1995]; CAIRE-JABINET, 2003). Sim, há exceções: o historiador frances François Dosse, crítico incisivo dos *Annales*, também o é no tocante ao que os mesmos fizeram da Geografia, sublinhando as consequências negativas de tal encontro para a ciência geográfica, tais como o isolamento dos mesmos em relação aos sociólogos e um certo impedimento da possibilidade de "ver desabrochar uma geografia social ou política nova" (DOSSE, 1992:82 [1987]). Por sua vez, o também historiador francês Krzystof Pomian prefere acentuar de modo positivo tal encontro, efetuando praticamente uma leitura geográfica das obras de Bloch, Febvre e Braudel (POMIAN, 1997 [1986]).

Curioso é que mesmo aqueles que se esforçam em destacar as questões geográficas são tomados de certo temor. É o caso de Pierre Daix, que redige uma interessante biografia sobre Braudel passando em revista suas relações pessoais, a produção, análise e recepção de suas obras, o contexto histórico do século XX, entre outros tópicos. Porém, logo no início do livro, admite um estranho receio: o de que tenha superestimado "os problemas da Geografia na formação e no desenvolvimento do historiador Braudel", embora admita que, na verdade, ele e Braudel fizeram parte de uma geração que valorizava a Geografia, enquanto atualmente esta é relegada na formação dos jovens historiadores (DAIX, 1999:15 [1995]).

Entretanto, quer sejam geógrafos (LACOSTE, 1989 [1988]; HAESBAERT, 1993; CLAVAL, 2003; DAGORN, 2003; GRATALOUP, 1986, 2003) ou historiadores (ANDERSON, 1996; DEVOTO, 1992; GURIÊVITCH, 2003 [1991]; PARIS, 1999; GEMELLI, 1995; ROMANO, 1997 [1995]; AGUIRRE ROJAS, 2000, 2003, 2003a; REIS, 1994), quando se trata de Braudel é praticamente impossível descuidar do papel da Geografia — mesmo que o tratamento seja superficial, como na maioria dos casos. Acaso poderia ser diferente, dada a condição primordial por ela assumida em sua escrita histórica? Sim: em recente coletânea publicada em português e dedicada exclusivamente a Braudel, dos doze artigos disponíveis nenhum se dispôs a desenvolver a

[5] Algumas passagens desta introdução serão integralmente reproduzidas no decorrer deste trabalho.

questão supracitada... (LOPES, 2003). Porém, de forma geral, a influência da Geografia na gênese dos *Annales*, nos textos publicados na revista e também em termos individuais, ou seja, nos trabalhos de Febvre, Bloch e Braudel é, ao nosso ver, um tema pouco estudado. Se os historiadores tem privilegiado outros aspectos, por sua vez os geógrafos tem demonstrado pouco interesse pela matéria — prova de um certo desdém em relação à sua própria história?

Enfim, sabemos claramente dos vínculos estabelecidos por Bloch e Febvre quanto à proposta de uma nova história aberta à interdisciplinaridade e a atuação da Geografia Vidaliana nesse contexto. Bloch retrata as paisagens dos campos, das aldeias e dos bosques como marcas deixadas pelas comunidades agrárias francesas e escreve um estudo de caráter monográfico sobre a região da *Île-de-France* (BLOCH, 1912, 1912a, 1913), assim como o faz Febvre quando de sua tese de doutorado sobre a *Franche-Comté* (1912). Os dois escreveriam vários artigos de história regional publicados na *Revue de Synthèse Historique*, onde Febvre era o supervisor deste setor. O amigo pessoal de Braudel publicaria também no ano de 1922 *La Terre et l'évolution humaine. Introduction geographique à l'histoire*, livro-chave no entendimento das relações entre geógrafos e historiadores na França na primeira metade do século XX e que se apresenta como um verdadeiro manual metodológico acerca da importância geográfica em História (FEBVRE, 1991 [1922]), bem como uma obra sobre o rio Reno, escrita em parceria com o geógrafo Albert Demangeon [6] (DEMANGEON & FEBVRE, 1935).

Desenvolvendo e ultrapassando a herança deixada pelos fundadores dos *Annales*, foi mesmo com Braudel que a aproximação da Geografia com a História alçou voôs maiores: tornou-se *géohistoire*, constituindo-se em ferramenta essencial na elaboração de seus principais trabalhos e acabando por representar um ponto de convergência epistemológico entre estas duas ciências. De *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* (BRAUDEL, 1949, 1966) até os derradeiros dias de sua vida — como se observa em um seminário realizado em *Châteauvallon* em sua homenagem, em 1985 [7]—, ele ratifica a necessidade do aporte geográfico no entendimento da História e na estruturação de sua reflexão sobre a vida social.

Não é este o caso de *La Méditerranée*? Um espaço tornado objeto histórico e, assim sendo, sujeito à analise histórica em sua plenitude. Dos climas, da transumância, das paisagens, das ilhas e do relevo que, casados com o homem em suas atividades mais simples (como a subsistência), passando pelas mais complexas (o mar como meio de ligação econômica e palco de disputas

[6] Demangeon também foi um dos co-editores dos *Annales d'histoire économique et sociale*, traço sintomático da aproximação Geografia-História na França do início do século XX.

[7] Seminário este que tornou-se um pequeno livro — *Une leçon d'histoire de Fernand Braudel* —, onde ele responde e comenta perguntas dos mais variados especialistas em torno de sua multiforme obra (BRAUDEL, 1989 [1986]).

políticas, p.ex.), com Philippe II desalojado do lugar central consagrado aos "grandes nomes" pela História tradicional, trata-se de uma completa inovação no campo da História. Com quase quinhentas páginas, a primeira parte — "a mais forte e a mais original" (POMIAN, 1978) — denomina-se *La Part du Milieu*, que resultará na construção de uma história lenta e que demora a passar, explicitando assim uma complexa interação homem-natureza-espaço que visava a superação das recorrentes introduções geográficas à História. O espaço mediterrâneo deixa de ser um personagem estático e imutável e passa a ser visto como algo eminentemente histórico, cuja duração Braudel ensejará captar e sublinhar em sua singularidade. *Un livre qui grandit*, escreve Febvre em elogiosa resenha na *Revue Historique* um ano depois de sua publicação (FEBVRE, 1950). Dentre outros aspectos proeminentes, *La Méditerranée* inspiraria a realização de trabalhos de natureza semelhante, tais como os de Pierre e Huguette Chaunu sobre o Pacífico e o Atlântico e o de Fréderic Mauro também sobre este último (cf. CARDOSO, 1999).

Porém, Braudel inovava não apenas no tratamento conferido ao espaço, mas também ao tempo. A escrita da história era focalizada em sua forma narrativa e diplomática, juntamente com o conceito de tempo que a acompanhava: o tempo dos eventos, aquele que dá ênfase aos acontecimentos — a *histoire événementielle*. Esta é uma História de um tempo breve que sugere uma continuidade e uma seqüência dos fatos, justifica as ações do presente e projeta as sociedades para um futuro cujo progresso era praticamente irreversível. A este conjunto de aspectos, Braudel responderá com a dialética da duração: o trinômio presente-passado-futuro dá lugar a uma articulação entre o tempo curto dos eventos, o tempo intermediário das conjunturas e o tempo longo das estruturas, ressaltando a especificidade do tempo histórico (REIS, 1994a). De acordo com Rojas, esta idéia revolucionará as formas de percepção da temporalidade histórico-social, ao se afastar de uma História vista simplesmente como um acúmulo de acontecimentos situados dentro de uma única matriz temporal (AGUIRRE ROJAS, 2001). Adotando a longa duração como fundamento, o resultado é uma História cujo tempo torna-se desacelerado, introduzindo "a abordagem da repetição, da permanência, em um conhecimento antes limitado à irreversibilidade e à mudança. (...) Cria-se uma permanência sobre a qual se articulam mudanças mais ou menos lentas" (REIS, 2000:21). Então, a natureza da mudança histórica, tal como os Annales a admitiam, não estava no evento, no acontecimento rápido e provocador de rupturas, mas sim nas transformações quase que imóveis e imperceptíveis ocorridas nas estruturas de longa duração.

Em *Civilisation Matériellle*, *Économie et Capitalisme: XV-XVIIIème Siècles* (BRAUDEL, 1996 [1979], 1996a [1979], 1996b [1979]), novamente a preocupação com o espaço encontra-se presente, a começar pela radical mudança de escala — do mar Mediterrâneo ao mundo. Seja tratando das cidades e do urbano, seja no reconhecimento de que os mercados têm a sua Geografia

ou discorrendo sobre as divisões do espaço e do tempo na Europa, espacializando definitivamente a economia e o capitalismo, esta trilogia deveras peculiar quanto à explicação da natureza do capitalismo é indubitavelmente geográfica. Ultrapassando o tempo dos eventos e os recortes espaciais precisos, Braudel é desafiado a investigar o enraizamento dos grupos humanos e a ocupação dos espaços dentro de um processo contínuo de conquista e expansão do mundo; as imposições colocadas por estes espaços e as alternativas encontradas pelas civilizações em seu cotidiano; a questão entre a hegemonia das antigas economias urbanas e a posterior formação das economias territoriais modernas; o papel jogado pelo tamanho dos mercados e a emergência dos mercados nacionais... Tudo isso lançando mão de mapas, cartas e plantas na identificação da hinterlândia, da situação, do espaço do consumo e da produção, dos centros, periferias e semi-periferias engendrados pelo desenvolvimento das economias de mercado e do capitalismo, etc. E, assim como ocorrera em seu primeiro livro, abria-se a partir desta perspectiva uma janela interpretativa para a dimensão espacial da economia-mundo, com destaque para os trabalhos de Immanuel Wallerstein [8] e Giovanni Arrighi (ARRIGHI, 1996 [1994]).

Por sua vez, em *L'Identité de la France*, o volume I denomina-se *Espace e Histoire* e levanta a seguinte questão: "Foi a Geografia que inventou a França?". Ao mesmo tempo, sublinha as questões do sítio, da localização, da influência do rio Ródano na articulação econômica e comercial, dos traços fisionômicos do território, da relação entre a diversidade francesa e a Geografia, entre outros tópicos (BRAUDEL, 1989a). Os volumes II e III, *Les Hommes et les Choses*, também focalizam questões como a expansão geográfica através das Cruzadas, o papel das ferrovias e estradas interligando o território da França, a transição de uma economia camponesa para uma economia urbano-industrial a imigração estrangeira etc. (BRAUDEL, 1989b, 1989c).

Enfim, esta proposta de averiguação aponta para uma outra razão que, além de justificá-la, o faz igualmente em relação à tese como um todo: questionar até que ponto a Geografia e a História são, realmente, campos de conhecimento tão "aparentados" entre si, assim como a insistência em vê-los desta forma. Embora sejam notórias afirmações como as de que tais campos do saber se confundem (SODRÉ, 1976); que a troca entre as disciplinas geográficas e históricas em França sempre foi notável (QUAINI, 1983) ou que, em meio à involução da Geografia em meados do século passado, os *Annales* atentaram para a análise geográfica (SOJA, 1993 [1992]), elas são pouco esclarecedoras. Por uma série de motivos, Fernand Braudel, formado na cultura dos *Annales*,

[8] Em 1977, Wallerstein funda, em Nova Iorque, o *Fernand Braudel Center*. Embora se inspire diretamente nos trabalhos de Braudel, ele desenvolve uma discussão própria em torno das economias-mundo e suas desiguais dimensões espaciais em *The Modern World-System*, cujo volume I data de 1974, isto é, cinco anos antes da publicação de *Civilisation Matérielle* — fato reconhecido pelo próprio Braudel (BRAUDEL, 1989:102-128 [1986]).

buscou uma proximidade entre os aspectos geográficos e históricos que, certamente, jogou papel de relevo não somente na estruturação de seu pensamento, mas nos rumos tomados pela historiografia e geografia francesas desde então.

Além disso, no que tange à contribuição da problemática em tela para a construção de uma história do pensamento geográfico que contemple, em seu domínio, uma discussão de natureza teórico-metodológica, e tendo em vista que esta só pode ser efetivada no âmbito da relação da Geografia com as demais ciências, vislumbra-se aqui a possibilidade de que exista um capítulo do chamado período clássico da Geografia que ainda está por ser escrito. E esta empresa carece de uma reorientação, dada por intermédio de um enfoque que privilegie o discurso dos historiadores. Mais precisamente, existe um capítulo da história da Geografia que só pode ser contado se tomarmos a Historiografia como objeto de nossa investigação [9]. Destarte, diferentemente da historiografia marxista britânica, que tem privilegiado um diálogo com a Antropologia, a Sociologia, a Filologia e a Economia em detrimento da Geografia, recai-se sobre os primeiros *Annales* e Braudel, que estão a ela intimamente associados.

Com efeito, registrada esta situação, ela nos reorienta a uma interrogação de fundo mais amplo e complexo, que pode ser expressa da seguinte forma: *como o historiador francês Fernand Braudel se apropriou e abordou o conhecimento geográfico enquanto elemento explicador do processo histórico e enquanto saber constituinte da elaboração de uma nova prática historiográfica?* Em outras palavras, *qual o significado epistemológico da Geografia no conjunto da concepção braudeliana da História?*

Do ponto de vista aqui adotado, é mister ressignificar esta questão no domínio das relações entre a Geografia e a História, admitindo hipoteticamente que a ciência geográfica produzida em França no final do século XIX e início do século XX em torno da figura de Paul Vidal de La Blache assumiu papel fundamental na elaboração teórico-metodológica de Fernand Braudel. Mais do que um diálogo disperso e secundário envolto por uma proposta de aproximação disciplinar, determinados temas e categorias desenvolvidos pela Geografia Clássica francesa estarão no centro do processo de renovação historiográfica iniciado por Febvre e Bloch e aprofundado por Braudel, tais como a relação homem-natureza, a problemática das escalas, a descrição explicativa das paisagens e os laços entre o espaço e a economia.

[9] Exemplo nítido disso é o caso de Pierre Monbeig, geógrafo que compunha a missão francesa formadora da USP e que, de todos os seus conterrâneos, foi o que mais tempo permaneceu no Brasil. Porém, o dado de peso aqui é que ele revela claramente ter sido influenciado por Bloch (MONBEIG, 2005:90-91 [1945] e Febvre (MONBEIG, 2005:115 [1953]). Uma apreciação inicial de seu pensamento foi feita por Dantas (DANTAS, 2005), enquanto a historiadora Angotti-Salgueiro dirige um amplo mapeamento da obra desse autor (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2006).

A partir de então, arrolaremos algumas questões que servirão como um roteiro para a consecução desta investigação:

- Quais os condicionantes históricos, políticos e intelectuais que permitiram a institucionalização da Geografia nas Universidades francesas do último quartel do século XIX?;
- Quais as principais características da reflexão geográfica de Paul Vidal de la Blache, principal representante da chamada Escola Francesa de Geografia?;
- Como a primeira geração dos *Annales*, mediante as circunstâncias de sua emergência e ao ter na interdisciplinaridade um de seus maiores atributos, elegeu e se apropriou da Escola Francesa de Geografia como sua principal matriz geográfica?;
- Como Braudel recebe esta dupla herança e desenvolve-a em *La Méditerranée*? Ele mantém as recomendações de Bloch e Febvre ou vai além do que estes haviam praticado?;
- Por quê e de que forma (principais referências, categorias e noções utilizadas em suas obras, usos distintos ou não em cada uma delas) a Geografia está presente em todas as obras de Braudel, quando os *Annales* caminharam progressivamente para o enfraquecimento da razão geográfica em História? (BOUTRY, 1998);
- O que é, exatamente, a *géohistoire* braudeliana? Uma estrutura (LLOYD, 1995), uma teoria (AGUIRRE ROJAS, 2000), um operador que permite a captura do tempo imóvel (DOSSE, 2004 [1998])? Teria ela alterado as concepções usuais de tempo e espaço?;
- Como as formas e as manifestações assumidas pelo pensamento geográfico no desenrolar do século XX foram apropriadas e empregadas no âmago dos principais escritos de Braudel?;
- Quais as consequências da reflexão geohistórica braudeliana no ponto de intersecção mais geral que reúne os campos de conhecimento em tela?;
- Quais os desdobramentos político-epistemológicos que estão por detrás da apropriação da Geografia pela escrita histórica braudeliana?;
- Como repensar, por intermédio de Braudel, os moldes e o tipos de representações que vem sendo construídas pela historiografia acerca do saber geográfico?

Em síntese, se a finalidade maior desta pesquisa é a compreensão do papel da Geografia dentro do *corpus* teórico-metodológico elaborado por Braudel no movimento de renovação

historiográfica promovido pelos *Annales*, há que se incluir a reconstituição dos temas, autores e categorias geográficas por ele selecionados, bem como avaliar o tratamento do conteúdo geográfico em seus escritos e a influência deste no processo de arquitetura de seu pensamento

Boa parte da problemática levantada por este trabalho é indiretamente sugerida pelos escritos do filósofo francês Michel Foucault. Sua polêmica em torno da criação de discursos que simultaneamente definem e excluem uma determinada agenda de temas e debates, criando uma possível ordem discursiva dita racional e institucional — e que, portanto, está fortalecida pela armadura daquilo que é supostamente "exclusivamente científico" —, assim como sua análise acerca do surgimento das Ciências Humanas inaugurando a idade moderna mediante o paradigma da diferença, que fragmenta e dispersa o movimento do mundo e o Homem em uma gama de campos científicos, são parte integrante daquilo que pretendemos abordar (FOUCAULT, 1981 [1968], 2004 [1970]). Então, a crítica foucaultiana à constituição dos saberes, à fragmentação dos mesmos e à ordem do discurso orientarão parte das questões aqui apresentadas [10] (FOUCAULT, 2004 [1970]). Embora não o tenhamos explorado, não podemos deixar de mencionar a inspiração dada pelo sociólogo Pierre Bourdieu através da compreensão do assim chamado *campo científico*, com suas regras próprias, linguagem específica, autonomia de significação e esforço de legitimação e reprodução (BOURDIEU, 2006 [1985]).

Diante das fecundas trilhas epistemológicas em torno do poder, da criação e recepção dos discursos e da lógica social no qual as ciências estão inscritas, fornecendo-nos assim elementos de problematização e sustentação para examinarmos a Geografia na obra de Braudel, em termos práticos a montagem e a estruturação desta investigação foram divididas em cinco momentos interligados:

1. Batizado *A Institucionalização da Geografia Universitária na França e a Reflexão de Paul Vidal de la Blache: Problematizações Histórico-Epistemológicas*, o capítulo de abertura desta tese pretende discutir duas questões: a primeira diz respeito à emergência da Geografia nas Universidades francesas, tendo como ângulo privilegiado de observação as disputas territoriais envolvendo a França e a Alemanha em 1870-1871. A segunda versa sobre as principais características da reflexão de Paul Vidal de la Blache (1845-1918), principal nome da chamada Escola Francesa de Geografia. Analisando o que Vidal pensava sobre o meio, a geopolítica e a nação francesa, bem como identificando suas concepções teórico-metodológicas, destacar os acontecimentos históricos durante a III República (1871-1940) é procedimento fundamental. No que

[10] O que não significa que pretendemos realizar uma arqueologia da Geografia, tal como o próprio Foucault sugere que os geógrafos façam em entrevista dada a Lacoste publicada pela revista *Hérodote* (cf. FOUCAULT, 1979).

concerne às fontes de pesquisa, a revista *Annales de Géographie* surge como referência essencial na manifestação da pluralidade das idéias vidalianas (VIDAL DE LA BLACHE, 1899, 1901, 1906, 1911, 1911a). Diversos geógrafos têm se dedicado à interpretação de Vidal e da mencionada Escola como um todo e, portanto, serão de valiosa ajuda (BERDOULAY, 1995 [1981]; BUTTIMER, 1980; CAPEL, 1981; GOMES, 1996; OZOUF-MARIGNIER & ROBIC, 1995; CLAVAL, 1998; ROBIC, 1993, 2006);

2. O capítulo segundo, *A Formação dos Annales e a Escola Francesa de Geografia: uma Herança para Fernand Braudel*, é atravessado por uma problematização de ordem histórica e historiográfica. De início, analisaremos a Escola Metódica, alvo maior das críticas dos primeiros *Annales*. Tendo como base o exame daquele que é considerado o mais importante livro desta corrente — *Introduction aux études historiques*, de Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos (LANGLOIS & SEIGNOBOS, 1992 [1898]) —, ensaiamos reconhecer suas noções básicas para, a partir de então, compreender com mais clareza as inovações intelectuais perpetradas por Marc Bloch e Lucien Febvre. Nesse sentido, merecem destaque os artigos de Febvre reunidos em *Combats pour l'histoire* (FEBVRE, 1965) e aqueles publicados em periódicos como *Revue de Synthèse Historique*, *Annales HES* e *Annales ESC* (FEBVRE, 1920, 1932, 1947), e os de Bloch que apareceram na volumosa coletânea *L'Histoire, la Guerre, la Résistance* (BLOCH, 2006). Porém, deste último, o livro inacabado *Apologie pour l'histoire*, *ou Métier d'historien*, escrito no início dos anos 40 e publicado em 1949, apresenta-se como precioso material de discussão historiográfica (BLOCH, 2001 [1949]). Alguns estudiosos desta corrente serão úteis na recriação da atmosfera intelectual, política e social que impulsionou e permitiu seu aparecimento (REIS, 1994, 2000; REVEL, 1979; AGUIRRE ROJAS, 2000a, 2004, BURGUIÈRE, 1979, NOIRIEL, 2005; GARCIA, 2007; DOSSE, 1992 [1987]). Em seguida, ensaiando costurar a ampla rede de trocas entre geógrafos e historiadores nas primeiras décadas do século XX, focalizaremos a operação de seleção do projeto de Geografia que constituir-se-ia na referência "segura" a ser apropriada pelos historiadores. Neste pormenor, *La Terre et l'évolution humaine* atuou como marco histórico, elegendo os pontos de contato, as diferenças e estabelecendo as regras de funcionamento entre o conhecimento geográfico e o conhecimento histórico (FEBVRE, 1991 [1922]). No entanto, *Pour une histoire 'à part entière'* possui uma série de textos cruciais onde Febvre se posiciona acerca de temas como cartografia, geopolítica, fronteira, pensamento geográfico alemão e teoria da geografia (FEBVRE, 1962). Da parte de Bloch, devem ser destacados os artigos publicados na *Revue de Synthèse Historique* sobre a *Île-de-France* (BLOCH, 1912, 1912a, 1913), bem como os das primeiras edições da revista *Annales d'histoire économique et sociale* (BLOCH, 1932, 1934, 1936). Nos últimos tempos, esta dupla operação (de abordagem e de seleção de um modelo geográfico a ser seguido pelos historiadores) vem sendo revisitada

criticamente pelos geógrafos, enfatizando a forjada controvérsia entre o determinismo-possibilismo e o fator nacionalismo como peça-chave no encaminhamento do diálogo entre o alemão Friedrich Ratzel e o francês Paul Vidal de La Blache (GÓMEZ MENDOZA, 2002; RONCAYOLO, 1989; CARVALHO, 1997, 1997a; BAKER, 2006 [2003], CLAVAL, 2007). Historiadores também tem se mostrados mais cauteloso à temática (CHARTIER, 2002 [1998] DOSSE, 1992 [1987], 2004 [1998]; LEPETIT & BOURDELAIS, 1986);

3. A etapa posterior irá atentar para os fundamentos da Geografia e seus múltiplos desdobramentos dentro do primeiro grande trabalho de Braudel. Como *La Méditerranée*, ao admitir um espaço como personagem e objeto histórico, ressignificou e aprofundou o enlace geohistórico herdado da primeira geração *annaliste*? *Construindo a Geohistória: as Relações Homem-Natureza e a Longa Duração em 'La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II'* se propõe a analisar o papel da Geografia na formulação, tratamento e desenvolvimento da concepção braudeliana de História. Marco na historiografia do século XX, ao propor um entrelaçamento da Geografia e a da História como nunca antes imaginado — superando assim, entre outros aspectos, as tradicionais introduções geográficas à História —, inevitavelmente este livro continuará a admitir leituras variadas. Se é possível afirmar que sequer houve uma geohistória em Braudel (ARAÚJO, 2003), ou que no decorrer dos anos ele parece ter renunciado à mesma (DAIX, 1999 [1995]), pode-se vê-lo também como um revolucionário quanto às concepções de espaço e de tempo (FOURQUET, 1989 [1988]), com a geohistória se fazendo presente em todos os seus livros (AGUIRRE ROJAS, 2003). Igualmente, enquanto alguns vêem o determinismo geográfico (DOSSE, 1992 [1987]; KINSER, 1981; GURIÊVITCH, 2003 [1991]), outros observam nele um determinismo diferente e bastante singular (AGUIRRE ROJAS, 2003). Segundo Lacoste, ainda que marque certas ressalvas, Braudel pode ser considerado verdadeiro geógrafo (LACOSTE, 1989 [1988]). Enfim, quanto ao debate que atravessa — e divide — gerações suscitado pelo livro em voga e suas propostas de investigação, o material prossegue (LEFORT, 1952; AYMARD, 2001; DUTRA, 2003; FEBVRE, 1950; PARIS, 1999; REIS, 2003; ROMANO, 1997 [1995]; SHAW, 1994; LOPES, 1994; DEVOTO, 1992; RUANO-BORBALAN, 1993; PERROT, 1998). De qualquer forma, tanto no que se refere à teoria e ao método históricos quanto ao diálogo com o pensamento geográfico, a experiência no cativeiro alemão surge como elemento capital na elaboração de sua concepção de História. Publicados há uma década, os textos dessa época foram reunidos por Paule Braudel e Roselyne de Ayala em *Les ambitions de l'histoire* (BRAUDEL, 1997). Deu-se ênfase particular a "Géohistoire: la société, l'espace et le temps" [11], onde nosso investigado funde as tradições geográficas francesa e

[11] Acrescente a este *Trois définitions: l'événement, le hasard, le social* e *L'histoire à la recherche de monde*, que são na verdade conferências pronunciadas por Braudel durante o cativeiro. Ele não os data precisamente; apenas

alemã, aponta que a Geografia e a História vivem em crise e sugere alternativas para superar tal situação. A comparação deste texto com *La Terre et l'évolution humaine* será assaz elucidativa de como Braudel lidou com a herança proveniente dos primeiros *Annales*.

4. *Entre o Meio Geográfico e o Espaço: Escalas, Redes e Territórios em Civilisation Matérielle, Économie et Capitalisme: XV-XVIIIème Siècles* evocará um dilatado recorte "espaço-temporal: o mundo como lugar e a trajetória da Modernidade no desenrolar de sua Obra Magna (cf. DAIX, 1999 [1995]). Nela, as estruturas do cotidiano estão estreitamente ligadas à descrição das paisagens e focalizadas na intimidade do homem com o meio, as Companhias de Comércio e seus jogos das trocas criam mercados intra e extra-continentais apoiados por transportes terrestres e marítimos reduzindo as longas distâncias e o tempo do mundo só se realiza verdadeiramente em escala planetária. De Gênova a Amsterdã, de Veneza a Inglaterra, da França ao Extremo Oriente, Braudel constrói com excelência uma história das sucessivas etapas geográficas de decadência e primazia econômicas, políticas e sociais travadas no seio do capitalismo, incorporando o mundo inteiro a fim de alcançar a grande história, a história global preconizada pelos *Annales*. Além da orientação claramente espacial dada pelo conceito de economia-mundo, assim o é também sua operacionalização do esquema das zonas concêntricas de Von Thünen, criando um ambiente quase que "vertiginoso" mediante uma narrativa que "gira" e "movimenta" o leitor de encontro a uma complexa superposição escalar (BRAUDEL, 1996a: 11-74 [1979]). Delineado este quadro, Reis reconhece uma sofisticação espacial quando compara *Civilisation Matérielle* a *La Méditerranée* (REIS, 1994), ao passo que Arrighi sente-se autorizado a explorar, tendo como ponto de partida as teses de Braudel, um enfoque que contemple o longo século XX e a trajetória do capitalismo por intermédio das oposições entre o urbano e o nacional e entre o capitalismo e o territorialismo (ARRIGHI, 1996 [1994]). Embora este esforço tenha atraído aqueles que se interessam pela emergência da economia moderna, já que empreende uma leitura inusitada de termos consagrados como *capitalismo* e *economia de mercado* e amplia uma polêmica de vários matizes (ao lado de Marx, Weber, Polanyi e Sombart, entre outros) acerca da acumulação financeira, do papel do Estado, da sucessão dos centros hegemônicos do capital etc (MORINEAU, 1989 [1988]; STEINER, 1989 [1988]; AGUIRRE ROJAS, 2000a), de outra parte não são poucas as objeções suscitadas por *Civilisation Matérielle* — seja no tocante ao desenho dispersivo, longo e inconclusivo da obra, que não articula o esquema de uma economia tripartite que ele mesmo elabora e ainda se abstém de explicar *porquê* as coisas aconteceram (MACFARLANE, s/d), seja quanto ao predomínio de um viés empirista que se exime da definição de alguns conceitos e acaba por subordinar a teoria (CAILLÉ,

diz que pertencem ao período compreendido entre 1941 e 1944 (BRAUDEL, 1997b:23 [1941-44]). Portanto, as demais referências a elas serão feitas tal como esta última.

1989 [1988]; ROCHA, 2003). Por razões de afinidade temática, pela relevância dentro da concepção braudeliana de História e em virtude da necessidade de reconstituição do itinerário de sua geohistória de maneira mais integral possível, também contemplaremos nesta seção o livro *Grammaire des Civilisations* (BRAUDEL, 2004 [1963]), um elo entre *La Méditerranée* e *Civilisation Matérielle*. Preparado como um manual para os estudantes do último ano dos Liceus franceses, o caro conceito de *civilização* para os *Annales* será largamente aprofundado por Braudel, operando-o geograficamente no plano da longa duração (AYMARD, 2003a, 2004; AGUIRRE ROJAS, 2000; DAGORN, 2003). Com este livro, opera-se um completo casamento: um Braudel maduro no que tange à escrita histórica põe em prática suas formulações epistemológicas;

5. *L'Identité de la France e o papel da Geografia* será dedicado ao último livro de Fernand Braudel. Embora a História Política possa ter sido deslocada pelos *Annales* da posição central que mantinha dentro da Escola Metódica, sendo reabilitada na França apenas por volta de 1965, em um campo de conhecimento que só adquire autonomia no século XIX a partir de uma estreita trama com o Estado, dificilmente a preocupação com a nação, com o território e com a política não seriam evidenciadas em algum instante. E podemos notar isto claramente mesmo nos primeiros *Annales*: Bloch escrevendo a História do tempo presente em cima da "estranha derrota" francesa em 1940, Febvre refletindo sobre o caráter *europeu* do Rio Reno (alvo de disputas territoriais entre as *nações* da França e da Alemanha) e sobre as noções de honra e pátria num período diretamente impactado pela Segunda Guerra Mundial (FEBVRE & DEMANGEON, 1935; FEBVRE, 1998 [1945-47]). Dando continuidade a este legado, desta vez o Braudel dos grandes espaços recortará a escala nacional com o objetivo de discorrer sobre a identidade francesa, num acerto histórico de contas com sua terra natal. Especificamente, na virada dos anos 80 o debate girava na França em torno do ensino de História, da diluição da memória nacional e da perda dos grandes referenciais, fazendo com que os historiadores se voltassem aos temas e discursos nacionais (DOSSE, 2001 [1995]). Aqui, mesmo diante de um cenário aparentemente novo, observa-se a presença de duas companhias inseparáveis: a longa duração e o espaço geográfico. Escrever a história da França e de sua identidade passa, inequivocamente, pela geografia e seus temas — fronteiras, distâncias, sítios —, inscritos nas paisagens, regiões e no território, "numa tensão permanente entre o espaço e a história" (AYMARD, 1989:66 [1988]). Mesmo diante das objeções suscitadas pelos geógrafos Juillard e Raffestin em *Châteauvallon*, Braudel ratifica um ponto de vista que o acompanhou desde *La Méditerranée*: o peso jogado pelas determinações geográficas no desenvolvimento do processo histórico (BRAUDEL, 1989 [1986]). Avançando neste raciocínio, para Anderson a escolha da França como objeto empírico é um reflexo da primazia teórica conferida à Geografia na causação social (ANDERSON, 1996), cujos impactos podem ser sentidos na economia,

na cultura e na sociedade. Para Aguirre Rojas, ao examinar a base geohistórica da identidade civilizatória francesa, Braudel consegue, superar o mito moderno do domínio irrestrito do Homem sobre a natureza, ultrapassando a si mesmo na condução da geohistória (AGUIRRE ROJAS, 2003). A seu modo, Lepetit também crê que Braudel supera o determinismo com um possibilismo revisitado (tanto em *L'Identité de la France* quanto em *Civilisation Matérielle*), produzindo uma rica reflexão sobre as escalas e as durações (LEPETIT, 1986). Em todo caso, Braudel revela todo o conteúdo político da longa duração quando da análise de um espaço nacional.

CAPÍTULO I:

A Institucionalização da Geografia Universitária na França e a Reflexão de Paul Vidal de la Blache: Problematizações Histórico-Epistemológicas

Esta seção tem como objetivo realizar uma análise introdutória em torno da geografia estaelecida por Paul Vidal de la Blache (1845-1918). Agente fundamental da institucionalização da Geografia em finais do século XIX, até seu desaparecimento dedicou-se à promover e elaborar as bases do que hoje conhecemos como Geografia Moderna. Referência maior de um conjunto de autores, conceitos e *démarches* que conformarão a chamada Escola Francesa de Geografia e ditarão as regras dessa ciência, pelo menos, até o início dos anos cinquenta, Vidal é um personagem capital não só para a história do pensamento geográfico, mas da história das idéias *lato sensu*. No entanto, seu legado intelectual ainda é pouco conhecido até em seu país natal. Sua própria opção pela Geografia (é historiador de formação) permanece insuficientemente esclarecida! (OZOUF-MARIGNIER, 2001:152).

Seguindo uma das linhas-mestra desta investigação, enfatizaremos as dimensões histórica e epistemológica de seu pensamento. Isso não significa que conceitos como *genre de vie* ou que o predomínio de recortes regionais sejam um produto mecânico do contexto histórico: entre o mundo dos fenômenos e sua apreensão intelectual, existe uma mediação que engloba uma série de aspectos políticos, sociais e culturais. E é precisamente esta mediação que explica porquê autores como Élisée Reclus (1830-1905) e Piotr Kropotkin (1842-1921) propuseram interpretações geográficas distintas das que caracterizam as de Vidal de la Blache.

Contudo, dialeticamente, não é possível compreendê-las abstraindo tal contexto, visto que ele ajuda a explicar tanto sua *eclosão* quanto sua *centralidade* na formação e no desenvolvimento da Geografia na França. Porém, alguns trabalhos — cuja riqueza epistemológica e interpretativa são indiscutíveis — tomam o pensamento geográfico cartografando-o sobre uma superfície plana e lisa, sugerindo tratar-se apenas de uma sucessão ou de uma controvérsia entre conceitos e métodos na esfera da ciência moderna (BUTTIMER, 1980, GOMES, 1996).

Nesse sentido, há que levar em consideração as demandas geográficas resultantes da edificação dos Estados Nacionais, da Guerra Franco-Prussiana e do Colonialismo, mas também o difícil processo de institucionalização, a superação da narrativa exótica dos viajantes e a aproximação com as Ciências Naturais que, entre outros traços, conformam a geografia de Vidal de la Blache.

1.1. Em luta pela autonomia e pelo território: a Geografia e os Estados alemão e francês na segunda metade do século XIX

Para um geógrafo, um dos ângulos privilegiados pelo qual é possível apreender a história da Europa diz respeito às mudanças espaciais. Ou, o que é a mesma coisa, trata-se das disputas políticas e seus rebatimentos territoriais. Há um jogo dialético entre expansão-contração que atravessa alguns dos mais conhecidos episódios daquele continente, tais como o desenvolvimento marítimo e comercial dos séculos XV, XVI e XVII, a formação dos Estados Nacionais e o Imperialismo. Pode-se dizer, sem maiores polêmicas, que um dos principais problemas da Europa reside na questão espacial. O modo de produção capitalista, que surge na Europa, começa pela posse da terra, pela propriedade privada e seu caráter excludente. Assim, a progressiva penetração das relações capitalistas somente agrava um dilema histórico. Entretanto, se, num primeiro momento, "conquistar espaço" é a saída para grande parte das sociedades européias, o que pode parecer vantagem vira empecilho. Não é o próprio Fernand Braudel a sugerir que a França nunca foi uma potência mundial, pelo fato de seu território dificultar a instauração de um mercado nacional? Do mesmo modo, dirá que a imensidão do Novo Mundo dificultou as conquistas dos espanhóis, retardando-as (BRAUDEL, 1996b:299-301 e 359 [1979]).

Se tomarmos, mesmo de forma resumida, os debates econômicos que permearam a Europa Moderna, veremos que o espaço é uma variável essencial. Para o mercantilismo, somente o acúmulo de ouro e prata poderia enriquecer as nações. Como tais metais não se encontravam na Europa, não restava outra saída senão a corrida desenfreada em busca dos mesmos. Para o fisiocratismo, se a fortuna estava concentrada na terra, caberia privilegiar a agricultura como atividade econômica, deslocando o comércio e a indústria a um plano inferior. Ou seja, a circulação de riquezas e de mercadorias começaria e terminaria no campo. Para o liberalismo, o ideal é que haja plena abertura das nações para o livre comércio; não deve haver qualquer bloqueio para seu desenvolvimento — sobretudo a intervenção do Estado através, p.ex., de barreiras alfandegárias.

A "questão espacial" está presente mesmo em áreas onde seu papel não é tão evidente, como na música. Ao comparar o arranjo territorial da Itália e Alemanha com o da França e da Inglaterra no século XVIII, o sociólogo alemão Norbert Elias chega à conclusão que parte do florescimento musical dos primeiros deve ser creditado à pulverização de seus reinos, fragilmente integrados e rivais entre si em termos de prestígio, o que ampliava o número de postos musicais. Por outro lado, dada a centralização estatal das cortes francesa e inglesa, qualquer músico que

porventura entrasse em desagravo com o príncipe — seu empregador — teria seus dias contados (ELIAS, 1995:29-30 [1991]).

A relevância do espaço não é uma exclusividade dos aspectos empíricos: a epistemologia também é fértil em temas espaciais. Se a Geografia, juntamente com a História, a Sociologia e a Antropologia, demora a autonomizar-se e institucionalizar-se como ciência, isso não quer dizer que o pensamento europeu só "descobriu o espaço" em finais do século XIX. Ao contrário, ao analisarmos a obra de um dos maiores representantes da ciência moderna, nota-se claramente a relevância da dimensão espacial. Em 1637, *Discurso do Método* carrega consigo a preocupação com as formas e os conteúdos urbanos que então afloravam: as velhas cidades que se transformam em grandes centros são mal alinhadas, suas ruas são tortas e desiguais (DESCARTES, 2000 [1637]). Mesmo assim, Descartes acaba por consagrar uma concepção de espaço como algo vazio e infinito, servindo de alicerce para o surgimento da Cartografia moderna. Avançando em direção ao século XVIII, veremos o espaço como uma categoria epistemológica crucial no seio da filosofia kantiana: fundamento de todas as intuições externas, condição de possibilidade dos fenômenos, princípio do conhecimento apriorístico [12] (KANT, 2001 [1781]). Em Hegel, o espaço surge reificado sob a forma estatal, realização absoluta do Espírito do Mundo, corpo sob o qual se assentará o império prussiano. Assim, vê o colonialismo como superação dos problemas internos ao mesmo (HARVEY, 2005). Nos escritos de Marx e Engels, temas como acumulação primitiva de capital, primeira e segunda naturezas, divisão do trabalho, renda da terra, separação campo-cidade, expansão do capitalismo em escala global e imperialismo (MARX, 1975, 1977; MARX & ENGELS, s/d a [1846], s/d [1848]) apontam que há uma rica geografia marxiana a ser revista, ampliada e sistematizada (SOJA, 1983, 1993 [1992]; SOJA & HADJIMICHALIS, 1979; HARVEY, 1976, 1994, 1996 [1983], 2005).

Não é o caso aqui de multiplicar exemplos semelhantes aos anteriores, mas sim ressaltar que a história européia (i.e., a história de qualquer lugar) é indissociável da questão espacial [13]. Ao

[12] Não negligenciemos o fato de que Kant lecionava Geografia Física na Universidade de Konigsberg e que, atualmente, o alemão Benno Werlem resgata tal herança e desenvolve uma abordagem geográfica neokantiana (WERLEN, 1993, 2000). Kant também havia influenciado o geógrafo norte-americano Richard Hartshorne no tocante à epistemologia e história do pensamento geográfico (HARTSHORNE, 1978 [1959]). Uma interpretação interessante do espaço kantiano foi feita pelo geógrafo brasileiro Douglas Santos (SANTOS, 2002a), ao passo que a geógrafa brasileira Sandra Lencioni destacou a influência do neokantismo nos estudos regionais (LENCIONI, 2003).

[13] O geógrafo francês Max. Sorre sintetiza esse movimento ao proclamar que "Todo o drama da história da Europa, desde o século XIV, consiste no esforço ininterrupto para fazer coincidir os limites lineares dos Estados, as fronteiras, com os limites de seus suportes humanos, as nações. Tal tarefa implica tensões violentas, contradições talvez insolúveis, lutas sem reparação, compromissos. Mitos poderosos e perigosos agitam-se no fundo das consciências nacionais, como o da predestinação inscrita na configuração do território, o da segurança garantida pelas fronteiras ditas naturais (sem falar no caráter absoluto da soberania nacional). A esses mitos o historiador atribui valor explicativo, pois são idéias motrizes". A observar esta passagem, se por um

observarmos a sequência de mapas políticos da Europa presentes na análise do "longo século XIX" realizada pelo historiador inglês Eric Hobsbawm — datados de 1789, 1810, 1840, 1847, 1880 e 1914 —, suas variações apontam no sentido da mobilidade das fronteiras, organizações políticas variadas, pactos militares, avanços e recuos territoriais (HOBSBAWM, 1979, 1979a, 1988). Embora o panorama geopolítico mundial atual seja dominado pelos Estados Nacionais, os blocos econômicos, a União Européia e as redes tecidas pelas multinacionais vem desenhando novas possibilidades cartográficas neste século que se inicia. Ou seja, o processo de constituição, destruição e reconstituição de territorialidades é ininterrupto. Além disso, tal processo não é somente *expressão*, mero reflexo da história, mas *condição* de reprodução das relações sociais. De uma forma ou de outra, foi isto que moveu portugueses, espanhóis, holandeses, britânicos, franceses, alemães e outros povos: a percepção de que a pujança econômica, política e social adviria da posse, do controle e da manutenção dos espaços em suas múltiplas escalas.

Esta é a senha de entrada para o entendimento dialético de um movimento único: a história da Europa (em sua relação com o mundo, naturalmente) é a história da Geografia, a história da Geografia é a história da Europa. Qual é a história da Europa? São várias. Entre elas, uma dispersão de feudos, cidades-Estado, repúblicas, reinos, confederações e impérios monárquicos que, reunidas determinadas condições sociais e políticas, cristalizaram-se sob a forma dos Estados Nacionais. Qual é a história da Geografia? São várias. Entre elas, uma dispersão de práticas e de saberes inscritos na narrativa exótica dos viajantes, na confecção de mapas e na descrição física da superfície terrestre que, reunidas determinadas condições sociais, políticas e epistemológicas, cristalizaram-se em um campo de conhecimento autônomo chancelado pelo Estado-Nação. Estamos diante de um processo que, naturalmente, não tem nada de simples. Cabe, portanto, o esclarecimento das *determinações* que permitiram o surgimento da ciência geográfica. Para isso, dois aspectos precisam ser ressaltados: os laços entre *ciência* e *política* e entre *ciência* e *suporte institucional*.

Sobre o primeiro, trava-se um combate com a neutralidade axiológica, ou seja, com a pretensão de parte da ciência em considerar-se como neutra e imune a julgamentos de valor. Esta proposição atinge em cheio o Positivismo, mas ultrapassa seus limites e atinge tanto o pensamento de Max Weber — quando sustenta em 1917 e 1919 que a ciência e a política são duas vocações, no intuito inequívoco de separação e oposição destes dois campos (WEBER, 2002 [1917-19]) —

---

lado ele parece criticar os historiadores por uma suposta legitimação do Estado-nação, de outro lado isenta os geógrafos de qualquer intervenção neste processo. Na sequência, pode-se ler: "Mas o geógrafo não os forjou nem justificou. Não são de sua responsabilidade" (SORRE, 1984:145 [1957]). Será que Sorre olvidou-se do passado recente de sua disciplina? Da singular atuação de Vidal, Dubois, Foncin, Demangeon e outros em prol do Colonialismo? As páginas seguintes retomarão este tópico.

quanto algumas vertentes do marxismo (LÖWY, 1987:18). Ainda sobre a pretensão acima citada, geógrafos franceses como Camille Vallaux (acompanhado posteriormente pelo historiador Lucien Febvre) esforçam-se em acusar a teoria do espaço de Friedrich Ratzel como legitimadora do imperialismo alemão — o que comprometeria, de forma indelével, a cientificidade de sua produção geográfica (ESCOLAR, 1998). Ou seja, a necessidade de interdição da *política* do processo de construção do conhecimento é vital como pressuposto e condição de cientificidade do mesmo.

Sobre o segundo, recordemos que a vontade de verdade apóia-se num suporte institucional, e que este, por sua vez, é dado fundamentalmente — no caso aqui analisado — pelo Estado, com suas escolas e universidades a produzir e reproduzir, em uníssono, um determinado tipo de discurso: o da identidade nacional. Essa parece ser a função mais "nobre" das emergentes ciências sociais. Guardadas as devidas proporções, elas parecem ocupar os lugares que outrora pertenceram aos conselheiros do príncipe, aos filósofos e acabaram por cair nas mãos de historiadores, geógrafos, sociólogos e antropólogos. Em nome da ciência, resguardar o Estado. Em nome do povo, edificar a nação. Em nome da ordem, educar a sociedade. Daí a relação umbilical entre o saber geográfico e o sistema escolar. Na Alemanha, um requisito para o incremento da ciência geográfica era assegurar sua posição no ensino primário e secundário, bem como atentar para a formação de seus professores. Na França, a tradicional presença no ensino básico mantinha-a como um saber útil, cujo valor residia na observação do meio.

Da geografia como preocupação, passa-se à Geografia como solução. Portanto, a eclosão da mesma como ciência autônoma deve ser vista como *um processo histórico caracterizado pelas necessidades políticas (defesa, ordenamento e expansão do território) e ideológicas (criação e reprodução da identidade nacional) provenientes das demandas de gestão dos Estados Modernos*.

Retenhamos esta definição sintética e atentemos para as duas nações que, no último quartel do século XIX, impulsionaram sobremaneira a ciência geográfica: Alemanha e França. Recorrendo a uma abordagem comparativa, iluminar-se-à esta temática a partir da análise de três aspectos históricos: a centralização do Estado, a guerra franco-prussiana e o imperialismo.

O volume I de *L'identité de la France* é aberto com um protesto: contra Hippolyte Taine e Alexis de Tocqueville, ambos admitindo a Revolução de 1789 como "data de nascimento" da França, e contra Theodore Zeldin, para quem a "história das paixões francesas" tem início em 1848, Braudel prossegue em sua incansável defesa do tempo longo. E, desautorizando os recortes cronológicos habituais, afirma o enraizamento das aldeias francesas "desde o terceiro milênio antes de Cristo", e que a Gália havia esboçado, "antes, o espaço em que a França iria crescer" (BRAUDEL, 1989a [1986]). Entretanto, a despeito das dissensões econômicas, culturais e linguísticas — exaltadas por Braudel como elementos específicos da diversidade francesa, algo que

desempenhará papel importante no discurso sobre a unidade do território, conforme veremos mais adiante —, é impossível negar a homogeneidade das fronteiras territoriais que acompanha a França de 1789 aos nossos dias. Mesmo tomando um marco temporal que não lhe convém, podemos utilizar o vocabulário braudeliano e sustentar que o território francês é uma estrutura de longa duração. Na Europa, a manutenção das fronteiras nacionais pode ser explicada, principalmente, devido à centralização estatal arquitetada pelas monarquias absolutistas [14] — tal raciocínio estende-se também a Portugal, Espanha e Inglaterra. Delimitar um espaço soberano, impor uma língua pátria e fixar os limites de um mercado nacional são verdadeiros privilégios no âmbito da "colcha de retalhos" (mal) tecida pelos embates em torno do território no continente europeu [15].

Nesse sentido, a *Alemanha* é um caso paradigmático. A efetivação de seu Estado Nacional só ocorreu em 1871. A título de comparação, em 1532 o cenário é radicalmente diferente. São mais de trezentos Estados-membros, divididos em principados, feudos eclesiásticos, reinos e cidades livres. Esta parece ser uma situação eminentemente geográfica: Como articular escalas desconexas em nome de uma escala hegemônica? Como transformar a diversidade em unidade? Tais questões atraíram os geógrafos do final do século XIX, e não seria incorreto dizermos que este foi um dos temas fundantes da Geografia que então surgia. Sob esse prisma, acostumamo-nos a ver as idéias de Ratzel (RATZEL, 1900). Até aí, nada de mais. O embaraço é encará-lo como se esse debate fosse tipicamente alemão. Nada mais falso. Claramente estupefato com os desdobramentos da história da França, Vidal de la Blache resumiu assim a problemática em tela — reorientando-a em termos geográficos: "Como um fragmento da superfície terrestre que não é nem península nem ilha, e que a geografia física não saberia considerar propriamente como um conjunto, elevou-se ao estado de zona política e tornou-se enfim uma pátria? Eis a questão que se coloca no limiar deste trabalho" (VIDAL DE LA BLACHE, 2007:330 [1903]).

Contudo, talvez a resposta para o caso francês seja menos complicada que o caso alemão. Seus mais de trezentos Estados-membros no século XVI representavam uma variedade de povos, línguas, culturas e costumes cujos interesses nem sempre eram equivalentes [16]. Havia uma

[14] De acordo com o historiador brasileiro Francisco Falcon, o Estado monárquico absolutista "corresponde ao resultado de um processo plurissecular que marcou a passagem do Estado feudal ao moderno, através da centralização do poder (tanto *territorial* quanto administrativa) e de sua concentração em mãos de um príncipe (...). Centralização e concentração se fizeram à custa dos poderes e jurisdições senhoriais da nobreza e do clero, isto é, da 'domesticação' da aristocracia civil e eclesiástica, e das *limitações impostas às autonomias municipais* dos 'burgueses'" (FALCON, 2000:25, grifo nosso). Uma análise acerca das bases de formação do Estado francês encontra-se em Rodrigues (RODRIGUES, 2000:97-124).

[15] Ainda hoje a Europa vive problemas territoriais, em especial após o fim do socialismo real, que reacendeu antigos conflitos nacionalistas antes eclipsados por regimes ditatoriais e pela conjuntura concernente à Guerra Fria. Para maiores informações, vide Löwy (LOWY, 2003).

[16] Cabe lembrar que esta não é uma situação excepcional da Alemanha. Iugoslávia, União Soviética e Reino Unido mostram que a edificação do Estado Nacional é uma prova do poder (físico e simbólico) de determinados

disparidade econônomica entre algumas cidades, verdadeiros centros comerciais modernos participantes da agitação mercantil do século XIV, e a realidade circundante, marcada pelo predomínio da vida agrária feudal. Não obstante, eventos como a Reforma e as guerras camponesas agravaram sobremaneira este cenário: a primeira dividiu os Estados em seguidores e opositores de Lutero, e a segunda apenas reforçou a situação de pulverização, dificultando a concretização de um projeto unificador. No dizer do geógrafo brasileiro Antônio Carlos Robert Moraes, "A própria ausência de um Estado central forte, que defendesse seus interesses, é um dos elementos de explicação do decréscimo do comércio alemão, num universo mercantil europeu basicamente monopolizado pelas coroas através das companhias nacionais. Também o particularismo, impondo barreiras alfandegárias internas entre os principados, atuou impedindo o livre fluxo das mercadorias" (MORAES, 2002:32 [1986]).

A soma de uma fraca burguesia, territórios desarticulados, permanência de estruturas feudais e carência de um poder central tornava a Alemanha presa fácil das ambições de Napoleão Bonaparte. Seu objetivo de reorganização social e política na França pós-revolucionária era indissociável do imperativo expansionista, traço típico da dinâmica de funcionamento do modo de produção capitalista. Engendrando um ambiente favorável ao incremento do mesmo (cf. MARX, s/d b:204 [1852]), Bonaparte lança-se em direção à Europa com tal ímpeto a ponto de, na Europa de 1810, apenas a Suécia e os reinos da Grã-Bretanha e Irlanda, Portugal, Sardenha e Sicília são hostis a ele (HOBSBAWM, 1979:334). Evidentemente, tal projeto chocava-se com a realidade feudal de boa parte da Alemanha, mas não inteiramente. Encontrando aliados no ocidente, no sul e na Saxônia, em 1806 Bonaparte derrota a Prússia e estabelece a Confederação do Reno, implementando ali relações capitalistas propriamente ditas. Todavia, a modernização econômica de seus Estados-membros não é suficiente para romper definitivamente com o poder político da aristocracia *junker*, que promove uma reação conservadora e derrota Napoleão em 1815. Há, aqui, um aspecto crucial: se, por um lado, o período napoleônico atuou no sentido da desagregação territorial alemã, por outro fomentou uma contra-marcha romântica e nacionalista, que visava a construção de uma identidade nacional antagônica à supremacia francesa. Além disso, o germe capitalista, ainda que incipiente, já havia sido lançado (MORAES, 2002:35-38 [1986]).

De 1815 a 1870, certamente que há uma distância abissal. Neste período, o Congresso de Viena, a Confederação Germânica, as Revoluções de 1848, a União Aduaneira de 1834

---

grupos em detrimento de outros, que, a seu turno, se vêem forçados a suprimir parte de suas tradições em nome da identidade nacional "comum". Na prática, tal identidade, forjada de cima para baixo, acaba por reproduzir os valores do grupo hegemônico — russos na URSS, britânicos no Reino Unido, sérvios na Iugoslávia. É assim que a "invenção das tradições" ocupa lugar fundamental no seio do Estado Nacional (HOBSBAWM, 1997 [1983]).

(*Zollverein*), a liderança da Prússia, a ascensão de Bismarck em 1862 e suas guerras de 1864 e 1866 contra a Dinamarca e a Áustria expressarão, cada qual à sua maneira, as contradições e as particularidades dos processos de formação do Estado e da penetração do capitalismo na Alemanha. Naturalmente, eles não devem ser encerrados na escala alemã, pois ambos afetam a Europa como um todo: enquanto aquele promove uma substancial mudança em sua organização territorial — a fragmentação do Império Austríaco [17] —, este conduz a uma nova etapa de sua rivalidade econômica — o Imperialismo. Explorando o aspecto territorial, Hobsbawm aponta que a unificação alemã levantava três questões: (i) quais peças do intricado mosaico seriam incluídas e excluídas?; (ii) como as duas maiores potências da Confederação Germânica, Prússia e Áustria, deveriam integrar o novo Estado?; e (iii) qual seria o futuro dos numerosos outros principados? (HOBSBAWM, 1979a:88).

Não é objetivo nem competência desta seção resgatar a história da Alemanha, mas sim aproximá-la da França focalizando o *território como elemento de conflito* [18]. Nesta direção, a guerra franco-prussiana ocupa lugar à parte. Sua origem é reflexo da delicada trama política envolvendo dois antigos impérios e uma nação em vias de constituição, todos receosos frente aos anseios expansionistas que faziam de antigos aliados novos inimigos (e vice-versa). Ela começa quando o governo provisório espanhol oferta o trono a Leopold de Hohenzollern, oferta avalizada por Guilherme I, rei da Prússia. Temerosa em ser encurralada, a França reage e, para desgosto de Bismarck, Guilherme I renuncia. Não satisfeita, a França exige garantias, levando o rei da Prússia a encontrar-se, em Ems, com o embaixador francês Benedetti. Entretanto, graças a um despacho enviado pelo rei a Bismarck, avisando-o do encontro, o chanceler prussiano interpreta o documento como um pedido arrogante por parte dos franceses, e a atitude de Guilherme I como uma recusa indignada. Um dia depois, Paris toma ciência do "despacho de Ems" e, logo no dia seguinte, o legislativo decide a favor dos créditos militares. Pronto: estava declarada guerra à Prússia (WINOCK, 2006:631 [2001]).

A despeito do exército francês e de sua respeitada história militar (HOBSBAWM, 1979a:93), o reino da Prússia, sob o comando de Bismarck, vinga-se do período napoleônico. Embora a guerra inflame o espírito nacional francês, o II Império demonstra toda sua fragilidade e,

[17] Assim como a formação do Estado italiano levaria ao desmembramento do Império Habsburgo.

[18] "Essa Geografia alemã tem um problema político que não é o mesmo que o da França. Na França o problema é: nós conhecemos as fronteiras? Como, no interior dessas fronteiras, um povo nasceu? Na Alemanha, a idéia de nação está ligada pela língua alemã. É uma concepção étnica. O problema é: onde se deve fixar as fronteiras da Alemanha que acaba de nascer para que toda a etnia alemã faça parte do Estado alemão? Vocês vêem que os problemas a serem resolvidos não são os mesmos. Eu creio que é isso que explica, a partir dessa base comum, oposições consideráveis. (...) Eu creio objetivamente que foi Ratzel que inventou a Geografia Humana. Ele criou o termo que não existia. Até então, 1882, não haviam pessoas que falassem de Geografia Humana. Ele fala de Geografia Humana para relacioná-la com o meio" (CLAVAL, 1996:199).

oferecendo pouca resistência ao exército prussiano, logo se vê tendo que negociar a rendição. As condições eram duras: pagamento de cinco milhões de francos-ouro. Mas a perda maior não estava aí, e sim em termos territoriais: a anexação da província de Alsácia-Lorena. Rica em carvão e minério de ferro, seus atributos encaixavam-se perfeitamente no projeto de crescimento econômico de uma nação em pleno processo de industrialização. Este processo foi acelerado pelo alargamento da malha ferroviária — ligando as áreas fabris às áreas fornecedoras de matérias-primas — que, a seu turno, exigia o aumento da produção dos recursos naturais (RODRIGUES, 2000:129-130) encontrados, exatamente, na Alsácia-Lorena [19]. Os termos dessa equação são por demais conhecidos: natureza, território e industrialização resultaram na corrida imperialista.

Beneficiada no aspecto econômico, igualmente o seria em termos políticos: a guerra incita em definitivo a unificação alemã, com o II *Reich* sendo proclamado no palácio de Versalhes. Do outro lado, porém, expôs a divisão em que se encontrava a França: mal acabara de capitular, já entrava numa guerra civil. Victor Hugo, acusado de prussiano por ter rejeitado a Comuna de Paris, mas que se levanta contra as preliminares de paz, faz um pronunciamento em 1871 que ultrapassará gerações — e dará o tom das relações entre franceses e alemães até o longínquo ano de 1945: "Oh! soará a hora — nós a sentimos chegar — dessa desforra prodigiosa. Ouvimos desde já nosso triunfante porvir marchar a passos largos na história. Sim, de amanhã em diante vai começar; de amanhã em diante a França não terá mais que um pensamento: recolher-se, repousar no terrível pensamento da desesperança; recobrar forças; erguer seus filhos, alimentar de santas iras essas crianças que se tornarão grandes; forjar canhões e formar cidadãos, criar um exército que seja um povo; *chamar a ciência em auxílio da guerra* (...)" (HUGO *apud* WINOCK, 2006:648 [2001], grifo nosso).

"Chamar a ciência em auxílio da guerra"! Por quê um escritor como Hugo promovia semelhante apelo? Tratava-se de reerguer a França, que adentrava a III República (1871-1940) marcada por um sentimento de vergonha e humilhação pela derrota em 1870-71. Acrescente a tal conclamação o fato de que o século XIX, sobretudo em sua segunda metade, é o século do cientificismo, do "ver para prever" preconizado pela filosofia positivista (COMTE, 1983:50

[19] Sobre a industrialização da Alemanha, é um "fato histórico de importância maior. Bem distintas de sua importância econômica, suas implicações políticas eram de longo alcance. Em 1850 a federação alemã tinha tantos habitantes quanto a França, mas sua capacidade industrial era incomparavelmente menor. Em 1871, um império alemão unido já era mais populoso que a França e muito mais poderoso economicamente. E, desde que o poder político e militar passou a se basear de forma crescente no potencial industrial, capacidade tecnológica e *know-how*, as consequências políticas do desenvolvimento industrial tornaram-se bem mais sérias do que antes. As guerras de 1860 demonstraram isso. Daquele momento em diante, nenhum estado poderia manter seu lugar no clube dos 'superpoderes' sem aquelas bases". E acrescenta: "Os produtos característicos da era vieram a ser o ferro e o carvão, e seu símbolo mais espetacular a estrada de ferro, que os combinava" (HOBSBAWM, 1979a:60-61).

[1844]). A ciência é a tábua de salvação para todos os fins, e a maior prova disso era dada pelo maior rival: um lugar-comum que pairava naqueles tempos rogava que a França havia perdido a guerra devido à superioridade da ciência alemã (BROC, 1974:35). O programa de curso elaborado por Vidal em Nancy (capital da Lorena) para os anos 1872-1873 é sintomático: "Geografia comparada sobre os principais Estados da Europa contemporânea"!

Portanto, é a partir de um clima de revanchismo que devemos encarar o estabelecimento da Geografia na França. No entanto, isto não significa dizer que tais esforços provinham apenas daqueles que simpatizavam com a Geografia, nem tampouco devemos acreditar que interesses exclusivamente científicos estavam em jogo. Pelo contrário: o projeto de independência e institucionalização geográficas era atravessado tanto por intelectuais quanto por homens de negócios, por motivações nacionais quanto internacionais. Isto porque, apesar de suas divergências, todos caminhavam rumo a um objetivo comum: a reconstrução da nação francesa e o aprofundamento da exploração colonial afro-asiática.

Desta forma, casados o Imperialismo e a ruína na guerra franco-prussiana, as pretensões científicas e as ambições econômicas, existe um outro item a ser levado em consideração: a Alemanha. Para sermos mais precisos, "o desafio alemão", conforme escreveu o historiador francês Charles-Olivier Carbonell na década de 70 e repetiu o geógrafo da mesma nacionalidade Vincent Berdoulay na década de 80. Analisando, respectivamente, a História e a Geografia entre franceses e alemães no final do século XIX, ambos chegam à conclusão de que a Alemanha serviu como modelo intelectual e organizacional para o progresso científico na França. É quase uma contradição, mas o primeiro passo em direção a uma ampla reforma educacional foi, justamente, conhecer o pensamento e a estrutura funcional dos rivais do outro lado do Reno (CARBONELL, 1976; BERDOULAY, 1995 [1981]). Essa temática também atraiu o geógrafo Numa Broc, suscitando-o duas questões: (i) de que forma a França inspirou-se no "modelo" alemão para organizar o ensino e a pesquisa geográficas?; (ii) houve, correlativamente, uma marcada influência do pensamento geográfico alemão sobre os contemporâneos de Vidal de la Blache? Suas respostas darão corpo aos parágrafos seguintes (BROC, 1977).

Já em 1863, a Alemanha organizava de forma liberal a educação pública e popularizava a ciência. Cabia às ciências geográficas lugar considerável nos ensinos secundário e superior, contando com bons manuais e bons atlas didáticos. Assim, deveria servir de exemplo e modelo para os franceses, dizia naquele mesmo ano Vivien de Saint-Martin, secretário da *Société de Géographie de Paris*. Se é verdade que em 1870 os sucessores imediatos de Humboldt e Ritter não possuíam o

mesmo brilho de seus mestres [20], quatro anos depois uma decisão governamental aponta para a criação de uma cadeira de Geografia em todas as universidades do Estado. O êxito é inegável: em 1890, praticamente todas as universidades alemãs possuem um ensino especializado em Geografia, ao passo que a França tinha cinco cadeiras e a Inglaterra apenas uma. Por essas razões, Leipzig (com Peschel, Richthofen e Ratzel) e Berlim (com Richthofen e Penck) atraem inúmeros estrangeiros.

Na segunda metade do século XVIII, é fundado um instituto geográfico privado que não possui rival na Europa: trata-se do *Justus Perthes Geographischer Anstalt*, localizado em Gotha. Verdadeiro "ministério da geografia", no século XIX suas publicações habituais em torno da genealogia, diplomacia e estatística serão acompanhadas da cartografia, resultando no *Physikalischer Atlas* e no *Stieler Handatlas*. Em 1855, surge o *Petermanns Mitteilungen*, periódico mensal cuja originalidade dos artigos, revisões críticas, bibliografias e suplementos cartográficos e estatísticos fará dele o modelo a ser seguido pelos demais países europeus após 1870. Em 1866, aparece outra publicação vinculada ao instituto: *Geographisches Jahrbuch*, congregando especialistas alemães e estrangeiros (Camena d'Almeida e de Martonne, p.ex.) na produção de uma série de artigos de conteúdo crítico e bibliográfico. Os anos de 1899, 1901 e 1903 são testemunhos de novos canais editoriais, como *Geographischer Anzeiger* (destinada aos professores do secundário), *Deutsche Erde* (voltada para o conhecimento da Alemanha) e o anuário *Geographen Kalender.*

Enfim, por volta de 1870 a Geografia dispõe, na Alemanha, de uma infra-estrutura incomparável perto de qualquer nação européia — e que precedeu, em muito, a organização universitária. Visitá-la era uma etapa importante, pelo menos, por três razões: no aperfeiçoamento da formação, na busca de idéias para organização do ensino e de um eventual laboratório e mesmo como um rito de admissão na comunidade geográfica internacional. Passaram pela Alemanha, entre outro, Réclus (1849), Vidal de la Blache (1872), de Margerie (1885), Camena d'Almeida (1886), Gallois (1889), Auerbach (1892), de Martonne (1896), Brunhes (1904) e Blanchard (1908). E, como não podia deixar de ser, a marca germânica é patente: no aparecimento dos *Annales de Géographie*, em 1891, Vidal, amadurecido intelectualmente a partir das leituras de Humboldt, Ritter, Peschel, Richthofen e Haeckel, faz elogiosa menção à Geografia alemã e ao *Petermanns Mitteilungen*; na primeira edição de seu *Traité de Géographie Physique*, em 1909, de Martonne reconhece sua dívida

[20] Em sua argumentação sobre a institucionalização universitária da Geografia alemã, o geógrafo espanhol Horacio Capel sustenta que Humboldt e Ritter foram casos isolados e não tiveram continuidade, com o falecimento dos mesmos instaurando um período de paralisação geográfica na Alemanha (CAPEL, 1981:82-83). Sobre Humboldt, merece ser consultado o rigoroso trabalho de Rucinque e Jiménez (RUCINQUE & JIMÉNEZ, 2002), bem como o prefácio d'*O Cosmos* (HUMBOLDT, 1982 [1858]). Sobre Ritter, vide Gomes (GOMES, 1996:149-174) e Claval (CLAVAL, 2001:124-128).

para com os alemães; e, no necrológio em homenagem a Ratzel, Brunhes sublinha seu espírito semeador e evocador de idéias, bem como sua recusa contra a especialização exagerada.

Porém, nem sempre esta ascendência era vista com bons olhos, e o que antes era inspiração dá lugar a uma reação, pois o contexto político, econômico e social induzia à constituição de uma ciência com raízes tipicamente francesas. Camena d'Almeida, p.ex., não se deixou cegar pelo modelo alemão; Blanchard reconhece que, exceção feita a Berlim, não tirou grandes ensinamentos para seu instituto; e Auerbach admite que a discussão alemã é um pouco dogmática e filosófica, tendo, destarte, poucas chances de seduzir a escola francesa. Além disso, são muito conhecidas as críticas de Brunhes e Vallaux à reflexão ratzeliana, seja em virtude do organicismo, do determinismo ou da *geopolitik*.

Enfim, os franceses souberam rejeitar e abrandar aquilo que lhes parecia rígido e sistemático. Na Geografia Física, p.ex., a França acabou optando pelo norte-americano William Morris Davis, em detrimento de Penck. Na Geografia Humana, Ratzel não foi "servilmente imitado", como fizeram os alemães e Miss Semple nos Estados Unidos. Diante dele, a atitude do Hexágono sempre foi aberta, porém crítica. E, lançando mão de um argumento externo — como se quisesse legitimar suas convicções —, Broc repete o que tornou-se verdadeiro credo entre os franceses: teria sido o historiador Lucien Febvre, em *La Terre et l'évolution humaine* (1922), quem avaliou em "justo lugar" a influência de Ratzel, assinalando que a originalidade dos geógrafos franceses não residia na Geografia Humana Geral, mas sim nas monografias regionais. Em resumo: a influência alemã foi mais sentida em termos organizacionais que intelectuais (BROC, 1977:93-94).

Discutiremos posteriormente a abordagem de Febvre no livro acima citado, posto que sua interpretação das obras de Ratzel e Vidal marcou, de forma indelével, tanto o pensamento geográfico quanto a historiografia. Por ora, demarquemos a posição de Berdoulay: há que se "corrigir" o julgamento "global" feito por Broc, que minimiza o pensamento geográfico alemão entre os franceses. Ao destacar os papéis de Ritter e Ratzel na conformação da Geografia de Vidal e seus seguidores; o fato de que era o prestígio da Alemanha que tendia a fixar os critérios sobre os quais a pesquisa geográfica seria avaliada; e a necessidade de relativização das chamadas escolas nacionais, visto que suas especificidades eram edificadas sobre a base comum dada pela Geografia alemã, Berdoulay sustenta que o impacto germânico sobre o desenvolvimento da Geografia francesa é maior do que normalmente pensamos (BERDOULAY, 1995:17-43 [1981]).

Dentro dos objetivos desta tese, este debate é importante por dois motivos: primeiro, por expor uma zona de fissura entre dois importantes intérpretes do pensamento geográfico, campo de estudos tratado muitas vezes como se estivesse revestido de uma "blindagem teórica" a mantê-lo

harmônico e alheio a conflitos. Segundo, se a rede de proposições aqui tecida não tem outro objetivo senão o de compreender o papel epistemológico da Geografia na obra de Braudel, é mister atentar às correlações intelectuais envolvendo as nações supracitadas. Sim, posto que o autor de *La Méditerranée* encontra-se, mormente em seu período de formação, na zona de confluência de um processo em que, ao mesmo tempo em que Febvre e Bloch visam construir uma ciência histórica francófona, as bases deste edifício eram estrangeiras — embora em crise desde a Primeira Guerra Mundial. O roteiro é o mesmo descrito nas páginas precedentes: revistas conceituadas (*Vierteljahrschrift fur Sozial und Wirtschaftgeschichte*); polêmicas sobre o método (*methodenstreit*) e a história cultural (*kulturgeschichte*); riqueza das vertentes crítico-acadêmica (Weber, Sombart, Lamprecht) e marxista; e o "positivismo" rankeano como modelo perfaziam a centralidade científica da Alemanha no domínio historiográfico (AGUIRRE ROJAS, 2004:49-55). Desenhado este quadro, entende-se claramente porquê Braudel dialoga simultaneamente com geógrafos franceses e alemães, bem como a negligência dos estudiosos da obra braudeliana para com estes últimos [21].

Esclarecimento metodológico feito, passado em revista o desafio alemão, estamos em condições de nos aproximarmos da situação vivida pela Geografia na França. Porém, embora o ano de 1809 tenha testemunhado a criação de uma cátedra de Geografia na Universidade de Paris e, em 1828, fundava-se, nesta mesma cidade, a Sociedade geográfica européia, durante as três primeiras décadas do século XIX a Geografia esteve praticamente ausente do despontamento científico de então. Sob responsabilidade dos historiadores, não passava de uma disciplina auxiliar à História. Para os demais cientistas, era vista como uma disciplina prática, fornecedora de dados para políticos, comerciantes e o público em geral. Além disso, com a Sociedade de Geografia de Paris voltada para explorações e viagens; a obra de Humboldt repercutindo sobretudo entre físicos e naturalistas; e a Geografia Física associada à Geologia e concorrendo com a Fisiografia, a conclusão de Capel é a de que não haviam motivos científicos que justificassem a institucionalização universitária da Geografia (CAPEL, 1981:111).

Contudo, se a conjuntura intelectual não era propícia, as questões colocadas à sociedade francesa acabaram por favorecer o campo geográfico. A necessidade de conhecer detalhadamente o território nacional e suas regiões, a obtenção de informações sobre as potencialidades econômicas das colônias e mesmo uma atração por países "longínquos" — tidos como exóticos pelo imaginário europeu — atraíam um público diverso em torno da Geografia — que, naquela altura, era tão plural quanto seus interlocutores. Nota-se, então, como a formação de um campo científico é um processo

[21] Exceções são os trabalhos de Erato Paris (1995) e Giuliana Gemelli (1999), de origens grega e italiana, respectivamente.

eminentemente social e, com efeito, como as idéias e noções que emergem deste campo estão diretamente ligadas aos interesses econômicos, políticos e ideológicos de determinados grupos.

É assim que a III República, traumatizada pela perda da Alsácia-Lorena e abalada pela Comuna de Paris, promoverá uma ampla reforma educacional. Cultuando a pátria, a ciência e a laicidade, o ensino deveria estabelecer o civismo e a harmonia entre as classes. Propunha-se um "exame coletivo de consciência" e, nesta esfera, a "educação geográfica da nação deveria ser repensada" (BROC, 1974:547). Dois foram os protagonistas desta operação: Émile Levasseur e Auguste Himly, ambos historiadores. Se é verdade que o ensino de Geografia já vinha sofrendo melhoras desde a segunda metade do século XIX — incorporando a observação da realidade através do "método intuitivo", partindo da aldeia ao departamento até chegar à França como um todo —, os dois percorreram o território francês a fim de conhecer suas reais condições. A tarefa não era das mais fáceis: havia que superar não somente a carência de material didático (mapas e globos terrestres), mas uma tradição enciclopédica e mnemônica que apresentava a Geografia como um catálogo de nomes e lugares a serem decorados [22]. Uma circular enviada em 1872 pelo Ministro da Instrução Pública decretava a obrigatoriedade de excursões geográficas/passeios topográficos, lançando mão do estudo de mapas, realização de croquis e visitas históricas (CAPEL, 1981:103 e 112-115). Quer dizer: era necessário conhecer a França. E isso passava por orgulhar-se de sua cultura; admirar suas paisagens; valorizar a diversidade regional. Galvanizar a nação por intermédio da Geografia; melhor dizendo, de *sua* geografia. Singular, irrepetível, especial [23].

Não obstante, os papéis da Geografia não se circunscreviam às demandas republicanas por patriotismo. As reformas educacionais souberam abordá-las a partir de outros ângulos. Segundo Catherine Rhein, um deles residia na Economia. No seio de suas preocupações com o progresso civilizatório e o crescimento econômico, a doutrina liberal — vigente no ambiente francês do século XIX — enfatizava, p.ex., a influência do clima e a exploração dos recursos naturais como dados a serem pesquisados. Admitindo o território como força produtiva, o planejamento da agricultura, comércio e indústria passava, necessariamente, por um amplo levantamento de suas especificidades.

Nesta trilha, sendo Levasseur um dos mais eminentes representantes da economia política liberal, o programa escolar de 1872 concebia a Geografia como matéria-prima da riqueza e porta de entrada para os estudos econômicos. "Ensinada tal como a indicamos, a geografia é uma preparação aos estudos econômicos propriamente ditos, que deveriam ter um certo lugar em nossa classe de

[22] Que, ao tudo indica, permaneceu na França durante um bom tempo. Basta recordar, na década de 1970, a crítica de Lacoste à "simplória e enfadonha" *geografia dos professores*, de quem os alunos tem amargas lembranças (LACOSTE, 1988 [1976]).

[23] Não é exatamente dessa forma que Vidal de la Blache e, posteriormente, Braudel, se expressarão? Os conteúdo de *La France. Tableau géographique* e *L'Identité de la France* não a vêem como uma pessoa, uma personalidade, tal como o testemunho pioneiro de Michelet em seu *Tableau de la France* ?

filosofia. Da economia política, ela recebe a luz de princípios e, com essa ajuda, esclarece e reúne os fatos, colocando à disposição da economia política a experiência das nações sobre a terra e produzindo, numa classificação analítica própria a facilitar as comparações, uma multidão de fatos de onde, por reciprocidade, pode brotar uma viva luz sobre aqueles princípios". Em 1883, o título de sua lição inaugural no curso de história e geografia econômicas no *Collège de France — De l'importance de la géographie physique pour l'étude des forces productives des nations* (Da importância da geografia física para o estudo das forças produtivas das nações) — ratifica o potencial econômico do conhecimento geográfico, assim como sublinha a centralidade da geografia física como chave explicativa da geografia política e econômica (RHEIN, 1982:228-232).

Na França, a associação Geografia-Economia nos remete a um período anterior: ainda em 1863, Victor Duruy cria cursos de ensino secundário especial, voltados para os negócios, agricultura e comércio, onde a Geografia possuía papel de destaque. Três anos depois, tais cursos contemplavam a geografia agrícola, industrial, comercial e administrativa. Nas escolas primárias superiores — extensão do ensino primário aberta aos filhos de trabalhadores —, se cabia à História a propagação de um espírito cívico, à Geografia cabia o espírito comercial. Em muitas escolas técnicas dependentes do Ministério do Comércio e Indústria ensinava-se geografia comercial, bem como nas escolas superiores de comércio (CAPEL, 1981:117). Porém, após a derrota para a Prússia, a reconstrução econômica tornara-se matéria de urgência. Com a Geografia ocupando uma das linhas-de-frente desta empreitada, o grande imã desta campanha é o Colonialismo [24]. Se Berdoulay parece ter razão em alertar-nos acerca do perigo de igualar a geografia colonial à geografia econômica, na medida em que aquela atendia anseios tanto de natureza econômica quanto política (BERDOULAY, 1995:75 [1981]), é indubitável que a doutrina colonial conseguiu reunir a ambos. A propósito, aqui entra em cena um ator de peso: as Sociedades de Geografia. Apesar da assertiva de Rhein de que a institucionalização e o consequente progresso da Geografia universitária francesa dar-se-ão sem o apoio direto daquelas Sociedades e do movimento liberal pró-colonial — na medida em que estas possuem uma concepção de Geografia como algo prático e utilitário, voltada para questões comerciais, algo que seria banido das instituições acadêmicas e universitárias [25] —,

[24] "A partir de 1872, e pela primeira vez, segundo Girardet, desenvolveu-se no núcleo do Estado francês uma doutrina política coerente de expansão colonial; entre 1880 e 1895, as possessões coloniais francesas passaram de 1 milhão para 9,5 milhões de quilômetros quadrados, e de 5 milhões para 50 milhões de habitantes nativos. (SAID, 1995:221 [1993]).

[25] Comparando as acepções de Geografia em Drapeyron, Foncin e Vidal e suas relações sociais junto a historiadores e instituições de ensino (vide página seguinte), Rhein atesta que o projeto vidaliano foi vencedor por sua habilidade com os historiadores e pela aproximação com as ciências naturais, revestindo a Geografia de uma definição mais fechada e científica frente aos esforços daqueles. De acordo com ela, "A geografia universitária é investida de uma função diferente da formação prática ou técnica do pessoal destinado às carreiras de gestão e administração econômica da metrópole e suas colônias. Esta formação era assegurada por instituições já existentes, como as Escolas de Direito" (RHEIN, 1982:339).

Capel, Berdoulay e Broc são unânimes em sustentar exatamente o contrário. Para este último, "é em grande parte sob pressão das Sociedades de Geografia, reunidas anualmente em seus congressos nacionais, que os poderes públicos serão induzidos a organizar um verdadeiro ensino superior de Geografia" [26] (BROC, 1974:552). Depois de 1870, sensíveis às reformas de Levasseur, a Sociedade de Geografia de Paris torna-se mais dinâmica, sobretudo no tocante à questão comercial. Divulgando a causa colonial, espalhar-se-ão pelas províncias: Lyon (1873), Bordeaux (1874), Marseille (1876), Montpellier, Rochefort, Oran (1878), Nancy, Rouen (1879), Alger, Bourg, Dijon, Douai, Lille, Lorient, Nantes, Toulouse, Tours...

A despeito da tentativa de uma bem sucedida "operação historiográfica" (CERTEAU, 2006:65-119 [1975]) a exorcizar o discurso geográfico de seu conteúdo político — "mácula" atribuída, sobretudo, aos trabalhos "imperialistas" do alemão Friedrich Ratzel (FEBVRE, 1991 [1922]) —, os geógrafos franceses influenciaram e foram influenciados pelo Colonialismo. Se Pierre Foncin e Marcel Dubois parecem ter sido os militantes mais engajados, Vidal de la Blache, p.ex., atua em várias frentes: favorável às pretensões do Comitê da África Francesa, faz conferências sobre as colônias e sua revista é um espaço privilegiado de atuação em prol da expansão colonial, "à qual nossa época ligou a sua glória" (VIDAL DE LA BLACHE, 1954:46 [1921]). Dubois, co-fundador dos *Annales de Géographie*, beneficia-se da política imperialista de Jules Ferry e torna-se o primeiro a ocupar a cadeira de geografia colonial na Sorbonne em 1885. Por sua vez, em seu *Dictionnaire de Géographie*, Albert Demangeon [27] (1872-1940) recobre o verbete *Colonisation* de um sentido histórico, como se quisesse naturalizar e renovar o esforço francês contemporâneo de levar a civilização a países novos e bárbaros. Não hesita em escrever que a principal motivação desta empresa é a necessidade da indústria moderna em obter matérias-primas e mercados compradores, localizados ao redor da metrópole e dos Estados civilizados e protecionistas. Declara que a colonização atual se dá através da esfera de influência fixada pelos Estados, direito conquistado através das viagens de exploração, por missionários ou apenas segundo suas conveniências. Porém, a efetivação da autoridade carece, seguidas vezes, da intervenção de operações militares, "vez por outra atroz, mas sempre custosa" (DEMANGEON, 1907:193).

Enfim, a natureza da Geografia estava sendo profundamente alterada. Passando da descrição regional do globo ao estudo das relações homem-meio revestida de um conteúdo econômico, parece lícito lembrar que houve um avanço no tratamento da matéria geográfica e que — como destaca Broc — Levasseur teve papel essencial na modernização do ensino de Geografia (BROC,

[26] Embora acrescente, mais adiante, que o fato da geografia universitária ser tributária das Sociedades de Geografia não impediu sua ingratidão junto às mesmas (BROC, 1974:558). Mas Broc não explica em que consistiu essa ingratidão. Isso o aproximaria, de alguma forma, da análise de Rhein?

[27] Demangeon tornar-se-ia um dos co-editores dos *Annales d'histoire économique et sociale* em 1929.

1974:549). Todavia, observando criticamente a totalidade da reforma escolar, Rhein nota que a Geografia atuou como um "Cavalo de Tróia" atendendo às demandas liberais — mais preocupadas em difundir suas doutrinas que desenvolver uma ciência geográfica. Acrescenta ainda que a Geografia, já dependente da História, tornara-se dependente também da Economia (RHEIN, 1982:228-233).

Porém, se sob vários pontos de vista as utilidades da Geografia no ensino primário e secundário eram inegáveis, em revanche, sua consolidação e autonomização frente às demais ciências no âmbito universitário eram altamente discutíveis. Se, num primeiro momento, pode parecer paradoxal a oposição de Himly e a negligência de Levasseur à criação de cadeiras universitárias de Geografia, tudo se esclarece quando partimos do pressuposto de que trata-se da conformação de um conflito no interior do campo científico. Nesse sentido, a criação de um discurso e uma prática *especificamente* geográficos é vista tanto como uma alternativa epistemológica quanto uma corporação a mais a participar das brigas por espaço na Academia francesa. Afinal, o discurso não é apenas um meio pelo qual interesses distintos tomam forma; ele é, *per se*, objeto de desejo e de poder (FOUCAULT, 2004:10 [1970]). Com efeito, a mudança no conteúdo geográfico promovida pela reforma escolar atuou como elemento impulsionador da autonomia da Geografia na Universidade — alterando, consequentemente, seu equilíbrio de poder. Não é por outra razão que alguns geólogos e historiadores se sentiram ameaçados: os primeiros, por conta da rivalidade causada pela geografia física, e os últimos em virtude de serem deslocados de seus antigos postos no ensino de Geografia [28].

Dentro dos objetivos desta tese, há que se destacar — com o cuidado de não recair num maniqueísmo corporativista — a tensão entre geógrafos e historiadores: quando, em 1885, Vidal de la Blache obtém a inserção de teses de Geografia no concurso de agregação, Himly, catedrático de Geografia na *Sorbonne* desde 1862, opõe-se frontalmente. Para ele, a criação de uma agregação em Geografia era dispensável, argumentando que "o homem é mais importante que as pedras". Acrescenta ainda que a importância da Geografia era exagerada, posto que englobava todo tipo de ciências físicas e naturais, e considera que o ensino de História era mais relevante para a educação. Em contrapartida, Himly apóia a criação de cadeiras de geografia física nas Universidades. Já Berdoulay relativiza a atração de Himly pela geografia física, atestando que, embora reconhecesse sua utilidade, menosprezava as pesquisas na área. Defendia que a história, e não a geografia física, constituía a base das pesquisas em geografia humana (BERDOULAY, 1995:103 [1981]).

[28] Ressaltando a Geografia escolar, Capel defende que a necessidade de formar professores foi o fator decisivo no bojo das lutas pela Geografia universitária, e que, frente aos ataques de naturalistas e cientistas sociais, a resistência deu-se mais por razões pedagógico-ideológicas que científicas (CAPEL, 1981:121).

Reprovações de um lado, aprovações de outro. Afinal, nem só de tensão viviam os candidatos a geógrafos e os estabelecidos historiadores. Acaso não seriam estes últimos os grandes responsáveis pela gestação e consolidação da Geografia universitária? São eles: Ludovic Drapeyron (1839-1901), co-fundador da *Société de Topographie* em 1876 e diretor-fundador da *Revue de Géographie* em 1877; Pierre Foncin (1841-1916), co-fundador da *Alliance Française* e militante do regionalismo e da causa colonial; e Paul Vidal de la Blache (1845-1918), criador dos *Annales de Géographie* em 1891. Destarte, a conclusão de Capel é uma só: "na França a Geografia se desenvolveu primeiramente por historiadores e a partir da história, afirmando de forma crescente seu caráter 'científico' ou 'moderno' *com o crescimento da geografia física*. (...) todos eles intentaram promover uma ciência moderna, aprofundando primeiro a topografia e o estudo de mapas e, em seguida, *a geografia física, considerada o 'ramo essencial' da disciplina*" (CAPEL, 1981:119, grifo nosso).

1.2. A história do pensamento geográfico: duas ou três observações

Dentre os livros em língua portuguesa que marcaram a geração de estudantes de Geografia no Brasil das décadas de 80 e 90, um deles intitulava-se *O que é Geografia*. Fruto do diálogo que geógrafos brasileiros travavam com o marxismo, pelo menos, desde a década de 70, Ruy Moreira abria seu texto a partir da Conferência Internacional de Geografia (1876) e do Congresso de Berlim (1884-1885) — idealizadas, respectivamente, pelo rei belga Leopoldo II e pelo prussiano Bismarck —, ocasiões em que as potências imperialistas européias discutiram a partilha da África e da Ásia. No intuito de recontar a história da Geografia frisando criticamente seus componentes históricos e ideológicos, Moreira escreveu algo importante mas que, aparentemente, passou em branco: o medo dos geógrafos brasileiros em olhar para o espelho (MOREIRA, 1980:13). Se a ênfase nos geógrafos brasileiros é facilmente explicada pela conveniência de parte deles com o regime de exceção que assolava o país, não sem maiores dilemas podemos estender tal medo à corporação em escala mundial. E, se é notório que fomos beneficiados quer pela dinâmica social, quer pela polêmica paradigmática subjacentes à Globalização e à pós-modernidade, que impeliram a uma revisão e ampliação de temas, conceitos e métodos, ainda são raros os geógrafos dispostos a enfrentar alguns dos principais anátemas que atravessam o *corpus* da disciplina, tais como a fragilidade epistemológica, a dicotomia entre os ramos físico e humano e a negligência para com a história do pensamento geográfico.

Uma ciência precisa estar permanentemente aberta à inspeção. No entanto, os campos científicos não são espaços ilimitados de produção de conhecimento, acessíveis a novas idéias que acumular-se-iam ao sabor do saber. Em sua totalidade, as ciências não possuem um projeto comum a fim de, p.ex., aperfeiçoarem seus instrumentos de compreensão da realidade — que, entretanto, é una. Ao contrário: fundadas sob o paradigma da diferença (FOUCAULT, 1999 [1969]), excluem-se mutuamente e afirmam constantemente suas particularidades, como se tais procedimentos fossem uma condição inalienável para sua própria reprodução. Além de, em geral, desconfiarem umas das outras [29], permanecem alertas àquilo que lhes pareça inusual ou *avant-garde* seja no interior ou no exterior de suas circunscrições. Assim, uma leitura em torno de um campo científico não se encerra apenas no exame daquilo que foi/é incluído em sua agenda de pesquisas; ela deve incorporar os aspectos que não puderam ser "conciliados" e, com efeito, foram excluídos e deslocados segundo determinados padrões mantidos pelo discurso vigente. Daí a prioridade a ser dada aos condicionantes sociais que traçaram as linhas-mestras desta ou daquela ciência, sobretudo quando a problemática analisada versar sobre sua conformação epistemológica, já que esta, revestida de uma suposta superioridade atribuída à teoria e ao método, quer repelir qualquer traço político, econômico e ideológico que venha maculá-los.

Desta maneira, a forma como a história do pensamento geográfico vem sendo operada ilustra, exemplarmente, as carências, potencialidades e divergências em torno do ofício do geógrafo. É, portanto, arena de conflito e tensão. Em defesa de uma história do pensamento geográfico aberta ao diálogo com outras disciplinas e conectada à dinâmica político-social, o geógrafo italiano Massimo Quaini sofreu na pele os desafios de tal tarefa. Por ocasião de um concurso para lecionar *História da geografia e dos exploradores* na faculdade de Gênova, não obteve êxito. O argumento: seu livro *Marxismo e Geografia* (QUAINI, 1979) dizia respeito mais à história das doutrinas políticas que à da geografia (QUAINI, 1983:11). Se declarar que a geografia serve para desvendar máscaras sociais (MOREIRA, 1978) é um importante apelo à responsabilidade política do fazer geográfico, nem por isso deixa de soar como discurso corporativo, na medida em que outras disciplinas também podem fazê-lo e que não há nada que comprove que a Geografia o faça melhor que as outras (ESCOLAR, 1993). Igualmente, o que dizer da chamada de que "a geografia está em toda a parte?", senão reconhecê-la, no mínimo, como de uma exultante ingenuidade? (COSGROVE, 1998 [1989]).

[29] Tal como o descontentamento de Soja junto às Ciências Sociais, para quem, durante um bom tempo, tudo o que dizia respeito à Geografia estaria ligado ou ao determinismo ou à geopolítica — e, portanto, deveria ser rejeitado (SOJA, 1993 [1992]).

Dito isso, cremos ser plausível alegar que uma das funções dos estudos em torno do pensamento geográfico reside na análise da relação entre o discurso e a prática situados em seu contexto histórico. Todo saber contém, em si, o germe de uma prática que, ora o discurso a revela, ora a oculta. É a esse jogo de luz e de sombra que cabe descortinar. Em outras palavras, a problematização a ser levantada pode ser assim enunciada: *quais os papéis sociais que os conceitos, temáticas e métodos que constituem a episteme da Escola Francesa de Geografia representaram entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX?* Sim, pois o saber pelo saber, a "teoria teórica" [30] que se fecha nela mesma, são ferramentas insuficientes para a compreensão da trajetória de qualquer ciência, visto que esta não se legitima apenas entre seus pares. Quando o geógrafo norte-americano Richard Hartshorne atesta que a Geografia é o que os geógrafos dela fizeram (HARTSHORNE, 1978 [1959]), há que relativizá-lo, acrescentando que a Geografia é que historiadores, sociólogos, geólogos, geomorfólogos e o campo científico *lato sensu* dela fizeram. Logo, seu percurso deve ser contemplado enquanto um incessante processo de cruzamento, interface e interseção, mutável ao longo do tempo e conforme o desenvolvimento das ciências em cada país [31].

Além disso, ela só adquire pleno sentido quando legitimada socialmente. Antes de produtos intelectuais, as ciências são produtos sociais. Isto quer dizer que a gênese, a maturidade e o ocaso das mesmas devem-se menos aos esforços de seus representantes que às demandas colocadas por suas respectivas sociedades. Se os geógrafos, de forma geral, possuem dificuldades em atrelar traços como a relação homem-meio, os trabalhos de campo e a descrição regional à trágica dominação imperialista, às ambições capitalistas e ao mito da identidade nacional, parte dessa postura deve ser creditada ao temor de estar frente ao espelho. Este espelho, nomeado *história*, e, portanto, refletor do passado, inevitavelmente conduz o geógrafo à auto-análise. A imagem observada inibe tanto um presente otimista quanto um futuro promissor. Nele, os geógrafos vêem parte daquilo que querem olvidar, posto que há certas coisas das quais ele é incapaz de se orgulhar. Entretanto, aos poucos este cenário começa a mudar: em recente livro coordenado pela francesa Marie-Claire Robic, o texto de abertura reclama da ausência de estudos historiográficos sobre a

[30] Definida pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu como "discurso profético ou programático que tem em si mesmo o seu próprio fim e que nasce e vive da defrontação com outras teorias" (BOURDIEU, 2002:59 [1985]).

[31] Embora algumas nações, em determinados períodos históricos, se sobressaiam cientificamente e produzam um discurso tido como hegemônico frente aos demais. É o caso da Escola Francesa de Geografia, cujos representantes fundaram os primeiros cursos universitários no Brasil da década de 30 tendo como fundamento o estudo das relações entre o homem e o meio e a realização de trabalhos de campo. Outra situação versa que a hegemonia político-econômica de uma dada nação poderá conduzi-la também ao domínio na esfera da ciência. É o que explica o impacto da *New Geography* norte-americana logo após a II Guerra Mundial, invadindo a prática e a teoria geográficas em escala mundial — sobretudo no tocante às questões relativas ao planejamento "racional" do território e ao uso da informática. Para os casos acima, consulte, respectivamente, Angotti-Salgueiro (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2006) e Faissol (FAISSOL, 1989).

Geografia e não hesita em afirmar que tal situação deve-se ao vínculo ideológico da mesma com o Estado. Outra ausência sentida diz respeito à comparação com as outras ciências (ROBIC, 2006:10). Sim: por muitos anos, foi mais fácil repetir Hartshorne e pagar o preço de uma leitura umbilical da história do pensamento geográfico do que tensioná-lo com a História, a Sociologia, a Geologia...

1.3. As múltiplas faces da geografia vidaliana: meio, geopolítica, nação e epistemologia

Tal subtítulo não tem nada de original, é verdade. Todo *chef d'oeuvre* possui várias facetas e pode ser reconhecido a partir de diversos ângulos. Entretanto, sua evidente ingenuidade significa, no fundo, um movimento mais amplo no qual vive a história do pensamento geográfico nos dias atuais. Em um de seus últimos livros, o francês Paul Claval repassa o domínio de conhecimento a que dedicou a maior parte de sua trajetória intelectual de maneira reveladora: primeiramente, afirma que, quando estudante, a história da Geografia não era ensinada, não passava de mera digressão dos professores. O que indica, no mínimo, sua irrelevância, o descaso dos antigos mestres em preocupar-se sistematicamente com os caminhos e descaminhos do campo disciplinar que os justificava. A seguir, amparado por quarenta anos de distância, confessa que a história da geografia clássica na França e no exterior lhe parece, hoje, muito mais complexa do que pensava recentemente (CLAVAL, 2007:16 e 63). Alargando um pouco mais a questão, pode-se dizer que estamos atravessando um caminho de, no mínimo, três vias que, em um determinado ponto, se encontram: (i) o debate Modernidade vs. Pós-Modernidade; (ii) um despontar de temas geográficos entre as Ciências Sociais e mesmo no domínio público, por conta da Globalização e de tudo aquilo que ela acarreta; e (iii) uma releitura da geografia clássica.

Retenhamos, pelo bom senso, o terceiro tópico. Não para transportá-lo aos nossos dias — o que, certamente, seria de grande utilidade —, mas sim para ampliar uma rota assaz importante já trilhada por muitos: a geografia vidaliana. Trata-se, decerto, de tema de relevo, cuja grandeza não será pormenorizada aqui. Entretanto, não podemos nos furtar à necessidade de rediscutir um personagem que, para nós, carece de intervenção — seja pelo imperativo de associá-lo à escrita histórica braudeliana, seja pelo objetivo de explorar certos aspectos de sua reflexão deslocados pelos geógrafos e engessados pelos historiadores dedicados aos *Annales*.

Para enfatizar uma das polêmicas que cerca o nome de Vidal, basta lembrar a verdadeira reviravolta interpretativa protagonizada pelo geógrafo francês Yves Lacoste em seu tão famoso livro *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. No intuito de sublinhar a

dimensão estratégica relativa ao espaço, bem como contribuir para o desenvolvimento de uma reflexão marxista em torno do mesmo, ele volta suas críticas à Geografia clássica. Entre outros fatores, reclama do descritivismo e do empirismo, cristalizando seu argumento na afirmação de que tudo não passava de uma operação ideológica a propagar uma geografia dos "professores" mnemônica e insípida e mascarar uma geografia dos "Estados-Maiores" cujo objetivo primeiro é promover a guerra. Posto isso, quando vem a público uma edição ampliada do livro em tela, tal não foi a surpresa quando Lacoste (ele mesmo surpreso!) relata a descoberta de *La France de l'Est*, obra "esquecida" pelos geógrafos franceses em que Vidal estuda a questão da fronteira franco-alemã em torno de Alsácia-Lorena, rica em carvão e minério de ferro (VIDAL DE LA BLACHE, 1994 [1917]). Ou seja, surgia uma faceta "desconhecida" (as aspas são nossas) do pensamento vidaliano: a geopolítica (LACOSTE, 1988 [1976]). E, por esta razão, Lacoste, gentilmente, reabilita-o, não somente reeditando o livro perdido mas redigindo prefácio elogioso (LACOSTE, 1994).

Enfim, há mais de Vidal em Lacoste do que este pode supor. Pois Vidal é, antes de tudo, um estrategista. Não no sentido de debruçar-se sobre a Geografia para fazer dela um instrumento de combate, mas sim no esforço de fazê-la uma ciência voltada para o conhecimento das características físicas da superfície terrestre e suas especificidades regionais. Tais características são matrizes com as quais as civilizações se defrontam no decorrer de sua história, e que, para conviver com elas ou mesmo superá-las, precisam construir artíficios capazes de permitir sua reprodução. Portanto, a Geografia diz respeito ao estudo das distintas estratégias civilizacionais de desenvolvimento, das táticas que são forjadas na relação com o *habitat*. Há uma disputa pela vida, cujo desdobramento geográfico é, precisamente, a habilidade de se relacionar com o meio de maneira a otimizá-lo o máximo possível. Dada a evidência de que os lugares não são "auto-sustentáveis", ou seja, não possuem a totalidade das condições físicas e humanas necessárias para a sobrevivência de suas populações, há uma dependência entre eles onde, inevitavelmente, as escalas se articulam. Por sua vez, a extensão de tal articulação dependerá da combinação entre a capacidade técnica e o sítio em que os grupos sociais estão inscritos. Esta combinação, decerto, engloba uma série de fatores, como a transformação da paisagem, a criação de utensílios técnicos e as particularidades culturais (língua, vestimentas, alimentação, costumes). Porém, seu resultado mais importante é a formação de um vasto mosaico de *gêneros de vida*, isto é, diferentes capacidades de adaptação e modificação frente ao ambiente. Portanto, a tarefa do geógrafo será sempre a de adquirir uma visão de conjunto, reunindo, essencialmente, três elementos: o homem, o meio e a técnica.

Este é o centro da geografia vidaliana. Boa parte de seus artigos, com todas as variações que comportam, não deixam de girar ao seu redor. *Les conditions géographiques des faits sociaux* é um deles. Como o próprio nome diz, cumpre ressaltar que os fatos sociais estão sujeitos a determinadas

condições geográficas das quais não é possível manter-se à margem, pois parte da formação das sociedades são derivadas das resposta ao meio que elas mesmas engendraram historicamente. Numa abordagem que pode ser entendida como uma resposta a Durkheim e seus seguidores que, no final do século XIX, lançaram uma série de críticas à Geografia no *L'Année Sociologique* (RHEIN, 1982), Vidal procura subsídios onde seja possível assegurar que a constituição de traços sociais específicos encontrados em sociedades diferentes deve-se aos elementos geográficos. Raciocinando assim, uma das causas da distinção entre sociedades reside na *posição*. A floresta tropical africana, p.ex., dificultava imensamente a troca e o vínculo entre seus habitantes (embora o contato não fosse nulo, como aponta a amizade ou inimizade intertribal), de forma que as vilas eram um mundo à parte onde eles eram obrigados a retirar, engenhosamente, o que fosse necessário à sobrevivência. E, mesmo que o isolamento aconteça por motivos religiosos, tais grupos buscam a solidão em sítios particulares, como os mais recuados vales, as clareiras abertas no meio da floresta siberiana ou a costa de Massachussets, revelando assim exemplos de uma "geografia social" (o termo é de Vidal). Outra causa reside nos traços físicos de uma região: o conhecimento da fisionomia de um país causa impacto significativo em sua dinâmica migratória. Igualmente, a grandiosidade do território, a extrema divisão da propriedade e a necessidade de mão-de-obra tanto numerosa quanto hábil demandada pelo cultivo de arroz nas sociedades do Extremo Oriente, exigindo a participação das mulheres e dos vizinhos, acaba por fortalecer os laços familiares e da vila como um todo (VIDAL DE LA BLACHE, 1902).

De outro lado, cabe avaliar que o regime social também reflete na geografia, pois "tudo é ação e reação". Dessa forma, Vidal quer dizer que há, em nome de interesses econômicos de certos grupos sociais, uma má utilização das potencialidades geográficas. É o que aconteceu com as grandes plantações de café. Nos EUA, elas submeteram a riqueza do solo, que poderia nutrir boa parte da população, a um único produto, e os negros "a uma das formas de escravidão mais odiosas e cruéis". No Brasil, critica o alto custo das mercadorias e do crédito impedindo o surgimento de pequenas propriedades, bem como a insalubridade do porto de Santos, escolhido pela proximidade com os centros produtores (idem, 1902:21-22). Não existiria, nas entrelinhas dessa retórica, uma justificativa para a exploração dos recursos coloniais? A alegação de que somente os europeus, dotados das mais avançadas técnicas, poderiam extrair as potencialidades adormecidas localizadas nos territórios *d'outre-mer*, beneficiando a todos? Suas palavras podem soar como advertência: "A existência de um produto de primeira necessidade, *localizado em um espaço específico*, *pode engendrar consequências sociais e políticas*" (ibidem, p.13, grifo nosso). Esse é o sentido social da geografia: a estratégia.

Em 1911, o autor supracitado publica dois artigos homônimos: *Les genres de vie dans la géographie humaine* aprofunda o exame das relações homem-meio, desenhando um jogo de forças em que a insistência do homem acarreta, pouco a pouco, a remodelação da natureza. Todavia, não se trata de uma conquista definitiva nem tampouco de uma via de mão única, mas sim de um novo arranjo em que homem e meio continuam a se agregar. É preciso realçar a capacidade de adaptação de ambos, pois o deslocamento humano sobre a superfície terrestre é, concomitantemente, o deslocamento de espécies animais e vegetais. Logo, a evolução dos gêneros de vida refere-se não apenas à competência técnica dos grupos sociais, mas também à plasticidade das espécies domesticadas e cultivadas. "Se ele conseguiu transformar a seu favor uma grande parte da Terra, não lhe faltam áreas onde foi derrotado. (...) Para constituir gêneros de vida que o tornassem independente das chances de alimentação cotidiana, o homem teve que destruir certas associações de seres vivos para formar outras. Teve que agrupar, por meio de elementos reunidos de diversos lados, sua clientela de animais e plantas, fazendo-se assim ao mesmo tempo destruidor e criador, quer dizer, realizando simultaneamente os dois atos nos quais se resume a noção de vida" (VIDAL DE LA BLACHE, 1911:200).

Porém, se Vidal arquiteta uma *geografia da civilização* (BUTTIMER, 1980), não se trata de uma ingênua relação homem-meio talhada culturalmente pelas civilizações. Ele a faz num período de profunda inquietação dos Estados-Nação europeus. Em outras palavras, trata-se da construção de uma geografia que, embora a história do pensamento geográfico consagrou como desinteressada do poder e da política em nome da ciência, se inscreve num espaço historicamente contextualizado. Para a França pós-1870, as perdas não foram poucas: fraturados o território e a sociedade, ao adicionar as demandas advindas da empresa colonial, surgia um quadro em que as escalas nacional e internacional entrecruzavam-se e exigiam uma explicação. Não é por outra razão que o conhecimento geográfico será frisado, sob diferentes pontos de vista, como algo de extrema importância. Interessado na relação entre conhecimento, poder e espaço de produção do discurso, Edward Said enfatiza em *Cultura e Imperialismo* o papel jogado pela Geografia: "No Segundo Congresso Internacional de Ciências Geográficas, em 1875, a que compareceram o presidente da República, o governador de Paris, o presidente da Assembléia, o discurso inaugural do almirante La Roucière-Le Noury expôs a atitude predominante no encontro: 'Cavalheiros, a Providência nos ditou a obrigação de conhecer e conquistar a terra. Essa ordem suprema é um dos deveres imperiosos inscritos em nossas inteligências e nossas atividades. *A geografia, essa ciência que inspira tão bela devoção e em cujo nome foram sacrificadas tantas vítimas, tornou-se a filosofia da terra*'" (SAID, 1995:221, grifo nosso [1993]). Destarte, caberia ainda ensinar a leitura de cartas e descrever a diversidade regional e, com efeito, fortalecer a identidade nacional do cidadão francês.

Aos poucos, a Geografia deixava de ser um catálogo toponímico e estatístico para assumir posição estratégica nos projetos de desenvolvimento da nação e do Império franceses. Suas virtudes consistiam também na promoção de trabalhos de campo e no mapeamento dos recursos naturais das colônias.

Poderia Vidal ter permanecido alheio a isso? A resposta só pode ser negativa. Participante ativo do movimento colonial (BERDOULAY, 1995 [1981]), foi um dos integrantes do projeto de reconstrução nacional após os anos 1870. Recorrendo aos *Annales de Géographie* entre os anos de 1891 e 1918 — sobretudo à seção *Notes et correspondance* —, encontramos uma série de resenhas e mesmo alguns textos que passaram desapercebidos por alguns estudiosos do pensamento geográfico, tanto na França quanto em outros países (BUTTIMER, 1980; CAPEL, 1981; OZOUF-MARIGNIER & ROBIC, 1995; ESCOLAR, 1996; GOMES, 1996). São reflexões capitais que assinalam, entre outras questões, suas referências de leitura naquele momento e seu posicionamento frente à empresa colonial. Encontramos um geógrafo motivado com a fauna, flora, hidrografia, geologia e geomorfologia de outras áreas, procurando fazer comparações de como tais aspectos se apresentavam na Europa. Mas também um intelectual engajado e, por isso, preocupado com a economia, a política e as formas de penetração em território africano. Observando tanto as medidas de seu Império quanto do Britânico, seja na África ou na América do Sul, tratava-se de salvaguardar os interesses franceses.

Podemos começar pela resenha endereçada a *La conquête du Sahara. Essai de psychologie politique*., livro escrito em 1910 por Émile-Félix Gautier (1864-1940), professor de geografia geral e de geografia do Saara durante 35 anos na Faculdade de Letras da Universidade de Argel. Conhecido por suas obras sobre o Islam e a África do Norte, bem como por suas explorações a Madagascar e ao Saara. No rico capítulo *Le mouvement colonial*, Berdoulay frisa cinco colaboradores regulares que dão uma "tonalidade colonial" aos *Annales de Géographie*. (BERDOULAY, 1995:68 [1981]). Um deles é Gautier, para quem "a colonização francesa fez reviver as origens latinas do Império Romano" [32] (PARIS, 1999:72). Se não chega a tanto, Vidal compartiha com ele, pelo menos, duas idéias: (i) a missão francesa só poderia trazer benefícios aos colonizados. Nas palavras de Vidal, "o primeiro resultado de nossa intervenção será assegurar a todos a liberdade de movimentos que, até então, tinha sido privilégio de alguns"; (ii) estava em curso uma mudança nas idéias militares coloniais rumo àquilo que a imprensa consagrou como *penetração pacífica*, que seria algo como "uma mistura de diplomacia e força". Nesse sentido, repetindo a fórmula do general Lyautey, Vidal admitia que era melhor "Manifestar a força, para

[32] Mas esta não é a informação mais importante, e sim o fato de que Gautier foi uma das inspirações de Braudel na construção da *géohistoire* (BRAUDEL, 1997 [1941-44]).

evitar empregá-la". Não obstante, pensa que esteja ocorrendo também uma mudança no "estado de espírito das populações". No entanto, enquanto essa mudança não se concretiza integralmente, Vidal é atraído pelo capítulo em que Gautier aborda a polícia do deserto, cujo êxito deveu-se à aplicação de uma tática utilizada pelas milícias de cossacos russos, que consiste em "atingir o inimigo empregando seus próprios meios de ataque". Destarte, certamente que as qualidades guerreiras dos *albanais* do deserto não se perderiam, pois — para ele — encontrariam emprego definitivo no quadro policial francês... (VIDAL DE LA BLACHE, 1911b:73-77).

Seguindo agora a narrativa de viagem da missão Chari-Lac Tchad na África Central Francesa (1902-1904) escrita pelo botanista Auguste Chevalier (acompanhado de um geólogo e de um etnólogo), Vidal comenta que alguns de seus apêndices são dotados de "verdadeiro interesse geográfico". Além de destacar os méritos metodológicos, como a comparação e a articulação passado-presente, afirma que o livro é um "testemunho preciso, ponderado, inspirado pelo desejo de servir à causa colonial". Passa em revista alguns dos problemas ocasionados pelas populações locais, como queimadas, modificações climáticas e decadência dos rios. Comentando o principal centro das explorações, a capital Ndélé do sultão Senoussi, atesta que este não passa de "um desses tipos de aventureiro político que, de tempos em tempos, abundam no Sudão africano". Alerta às questões econômicas, diz que, embora a região conte com certos recursos agrícolas e pastorais é, em geral, pobre. A criação de animais destinados ao uso do homem sofre com as doenças causadas pelos insetos e que não encontram remédio. A caça aos elefantes e a colheita da borracha, que tanto atraem o comércio europeu, logo se esgotarão. Seguindo o conselho do botânico, há que se introduzir culturas alimentícias — Vidal sugere o arroz — a fim de reconstituir a população, que caminha a largos passos em direção à extinção. E, da posição de intelectual colonial um tanto quanto insatisfeito com as vias de desenvolvimento postas em prática naquela região, se pergunta: "Que fizemos para restaurar este país? Isso merece um exame de consciência". E reconhece que os habitantes locais "espreitam a fome". Sim, pois, na verdade, o que estava em jogo não eram os recursos naturais, a exploração da mão-de-obra ou o poderio político do Império francês, mas sim a "organização do capital humano, condição essencial de nossa ação colonial"... (VIDAL DE LA BLACHE, 1908a: 165-171).

Cioso face à ação colonial, já que focos de conflito espalhavam-se por toda a parte, Vidal sabe que sua condição é privilegiada. Como geógrafo, estava capacitado a problematizar uma das questões mais delicadas da empreitada colonial: a delimitação das fronteiras, ponto de fricção tanto entre impérios quanto entre estes e as populações autóctones. É o caso da zona entre a Argélia e o Marrocos, objeto de sua atenção em duas ocasiões (1897 e 1911). Nelas, não hesita em elogiar o trabalho realizado pelos militares franceses, nem tampouco em repreender o encaminhamento da

política colonial quando esta se mostra ineficaz; resgata a dimensão histórica através de tratados; e ratifica a importância da tomada e da manutenção dos territórios africanos. Em suas próprias palavras: "Os predecessores turcos de nossa dominação argelina tinham evitado intrometer-se nos negócios do Sul. Tal abstenção estava proibida para nós e, com efeito, a aparição, desde 1845, de nossas tropas no sul oranês seguia de perto o tratado de Lalla-Marnia. Este foi o ponto de partida de uma série de complicações, das quais ainda estamos longe de ver o fim. A fundação do posto de Géryville, em 1852, marca nossa firma intenção de sustentar estes primeiros passos. Depois disso, quaisquer que tenham sido as hesitações de nossa política, tudo indica que, na engrenagem que nos arrasta, não saberíamos nos furtar por muito tempo à necessidade de fazer valer de autoridade em Touat" (VIDAL DE LA BLACHE, 1897:359-360).

Dominação, negócio, política e autoridade se misturam e tornavam o Imperialismo uma empreitada altamente escorregadia. A proximidade da África do Norte com a Europa e seu histórico de zona de passagem só faziam acentuar a concorrência. Ali, as fronteiras eram extremamente móveis. Resguardá-las era uma operação assaz complexa. Vidal tinha plena consciência disso e, constatando a "má delimitação" das mesmas após o tratado de 1845 com o Marrocos, chamava atenção para o agravamento da ausência política francesa no vale de Molouïa, bem como distinguia suas consequências econômicas: "Porém, o que é mais grave é que se organiza sob os flancos de nossa colônia um movimento comercial que, partindo de Melilla, que os espanhóis erigiram em porto livre, fez penetrar as armas e os produtos europeus ao longo de nossas fronteiras até o sul. O desastroso aumento de nossas tarifas aduaneiras se acrescenta às causas que favorecem o tráfico rival. (...) Parece claro que a fronteira oranesa é um ponto doente em nossa colônia africana" (idem, p.362).

O que nos cabe assinalar é que o argumento de que existem fronteiras naturais delimitando regiões e territórios não faz aqui qualquer sentido. E é exatamente nesse instante em que podemos perceber o quanto o discurso geográfico se modifica de acordo não apenas com motivações opostas, mas sobretudo segundo o *lugar* que é objeto de discussão. O apelo de que a geografia atua no sentido da *convergência*, fazendo emergir as virtudes do encontro e das trocas entre habitantes de lugares variados, só é válido quando se trata do imperativo de edificar um discurso cuja retórica não é outra senão a de forjar um sentimento de unidade nacional. Na França e para os franceses, a geografia é canal de aglutinação, fonte inata de câmbios entre o *Midi* e o Norte, entre a *Bretagne* e o Leste, espaço liso e pacífico a permitir a livre circulação de seus cidadãos. Na África e na Ásia, em meio a ingleses, alemães, italianos e belgas, a geografia é palco de desavença, tema sinuoso que dispersa povos, ambientes e culturas segundo os valores econômicos, políticos e sociais dos lugares colonizados e dos negócios coloniais. Nestes continentes, as "regiões naturais" não possuem a

harmonia dos agricultores e pastores, mas são exploradas por engenheiros e geólogos, protegidas por exércitos e cartografadas segundo seus recursos. E analisadas por geógrafos: "É uma idéia do geógrafo que, numa zona territorial, depois de estudar o solo e seus habitantes, há que se estudar o fenômeno de contato entre regiões desigualmente civilizadas pois, por todos os lugares onde se produz, parece provocar, cedo ou tarde, um movimento de expansão ou de recuo. Encontramos estas condições no Marrocos, que se parecem com as da Rússia na Ásia e as da Inglaterra na Índia" (VIDAL DE LA BLACHE, 1911c:448).

Evocar uma disparidade civilizatória significa, na verdade, um recurso de linguagem a dissimular o fato de que existe um empecilho à organização colonial segundo a territorialidade eurocêntrica moderna. De acordo com Vidal, numa região em que historicamente as querelas são constantes, a organização social africana não corresponde às fronteiras estabelecidas diplomaticamente: a tribo Doui-Menia possui seus cultivos no baixo Guir, enquanto suas palmeiras localizam-se em outro lugar, Tafilelt. Assim, ele fica impressionado com a instabilidade dos grupos sociais e sua extrema pulverização territorial — "Este estado de querela parece o ar que se respira para estas sociedades" — e, embora admita que o que pareça anarquia segundo os padrões europeus de Estado seja algo perfeitamente conciliável com sociedades elementares regidas por relações estritamente locais, preconiza que "o único meio de introduzir a segurança neste mundo inorgânico consiste em constituir agrupamentos; tarefa a qual o *maghzen* sempre se mostrou rebelde ou inepto". E, nesse particular, elogia (novamente) a participação do general Lyautey, que (im) pôs em prática a geo-*grafia* francesa (idem, p.451). "Porta-voz" e modelo de soldado colonial, os escritos de Lyautey versavam sobre a obra de progresso e de paz promovida pelo Império (GIRARDET, 2007:125-126 [1972]).

Se não era um expedicionário, não restam dúvidas que os documentos e as ações militares atraíam a atenção do autor de *La France. Tableau géographique*. As memórias do chefe da missão ao Peru em 1902, coronel Clément, em parceria com o tenente-coronel Bailly-Maitre, são um retrato disso. No empenho de conformação da Geografia como ciência, havia uma contribuição significativa das Forças Armadas que não podia (e não tinha razão de) ser ignorada. "Não uma simples viagem de estudos técnicos militares", mas um efetivo "reconhecimento geográfico" através da descrição do sítio e da topografia do terreno, produção/retificação de cartas e coleta empírica de dados. Não por acaso, estimulava a organização do Serviço Geográfico do Exército Peruano, "instrumento necessário para o estudo desta região interessante e mal conhecida" (VIDAL DE LA BLACHE, 1906:79). Portanto, "gabinete" e "campo", para além de uma dicotomia frágil e sem sentido, auxiliavam-se mutuamente: enquanto a ciência se beneficiava com as informações

obtidas, os militares viam seus esforços tornados públicos e sendo louvados por uma revista de prestígio nos meios acadêmicos — alimentando e justificando, assim, novas intervenções.

Porém, mais do que concordar com a participação militar, Vidal demonstrava a pluralidade de suas funções, que se estendiam do território às esferas econômica, política e social. Mesmo não sendo uma colônia, a França atuava junto ao Peru exercendo o papel de Império, no intuito de ampliar áreas de influência, auxiliar na escolha do melhor caminho para o desenvolvimento do país e, naturalmente, obter vantagens desta aproximação. Seu pronunciamento é claro: "A questão das comunicações, vital para o Peru, liga-se diretamente às questões militares, que eram o objeto da viagem". Este era um dos graves problemas enfrentados pelo Peru, pois seu centro político e econômico, por causa dos acidentes do relevo, estava separado de sua principal via fluvial, a parte amazônica e o porto de Iquitos. O resultado direto era o encarecimento comercial, provocado pela necessidade de exportações. A situação parece se agravar quando, após a publicação das memórias de viagem, um sindicato mineiro norte-americano ampliou a via férrea de Oroya até Cerro de Pasco. O conselho francês era um só: havia que se precaver contra a formação de um monopólio. E, sinalizando para o alto custo do transporte de Lima a Iquitos, Vidal complementa: "*Estas condições, deploráveis do ponto de vista econômico, podem, em certas eventualidades, tornar-se perigosas do ponto de vista militar*. Uma das preocupações da missão foi, portanto, procurar o melhor traçado para 'a grande via central' da costa do Pacífico à Amazônia; via sem a qual o Peru não saberia assegurar sua *individualidade política* (...)" (idem, p. 79, grifo nosso).

Uma vez anotados o meio — a floresta tropical como barreira entre os homens e foco de paludismo, mas sugere que a "região do futuro" estaria localizada na zona de terras temperadas da bacia de Huanuco — e as dificuldades de estabelecimento de um grupo de colonos alemães na região de Montana — a 770m de altitude, manifestavam traços de degenerescência física, mas um grupo que vivia a 1800m mostrava que o êxito é possível —, Vidal retoma sua questão central com uma interrogação: "A despeito dos estabelecimentos europeus, uma rota verdadeiramente comercial e estratégica é possível?". Ele fazia referência à região de Montana, onde se encontram "as origens da mais vasta rede de navegação fluvial existente no mundo". Entretanto, a despeito disso, havia muita a coisa se fazer, pois tanto a Sociedade Geográfica de Lima quanto a missão supracitada não reuniam dados suficientes para a definição do melhor traçado da rota. E finaliza: "Se este programa de trabalhos públicos, com os estudos prévios que ele supõe, for executado, veremos *quanto a geografia teria a ganhar*. Nossos compatriotas já estão empregados, segundo seus meios, em tornar este programa realizável. Desejamos que suas iniciativas, *recompensadas por um novo contrato*, continuem a se exercer em íntimo e cordial acordo com *os interesses do país* onde eles são

hóspedes". (ibidem, p.80-82, grifo nosso). Pronto: estavam assegurados os ganhos científicos, o sucesso financeiro e a influência política francesa.

Mas a perspectiva geográfica vidaliana é deveras plural. Se sua atração pelos gêneros de vida nas regiões tropicais é uma realidade (VIDAL DE LA BLACHE, 1911), a relevância geopolítica das mesmas também o é. Qual a importância da presença francesa no Peru? Uma contra-ofensiva frente aos ingleses e norte-americanos na América do Sul? É possível. A proximidade com as Guianas? Com certeza. Sobre esta matéria, Vidal reclama da decisão diplomática do Conselho Federal Suíço frente às demandas da França: trata-se da perda de parte do território das Guianas para o Brasil em 1900. Embora a decisão tenha sido benéfica no sentido da manutenção das boas relações com este país e que, na realidade, o tema o atinja mais que à França, nem por isso a derrota deve ser menosprezada: "Não nos esqueçamos de alegar, antes como depois da sentença, uma vez que o eixo do nosso poderio colonial francês, hoje transportado na África e no sudeste da Ásia, que a questão não poderia ter para nós a mesma importância que para o Brasil. Entretanto, sem querer exagerar em nada, não seria exato dizer que a sentença que nos separou daqui em diante do território dito contestado seja para nós de consequências negligenciáveis" (VIDAL DE LA BLACHE, 1901:68).

A seguir, ressalta os sucessos das expedições francesas na região e conta com a compreensão do Brasil para que elas continuem acontecendo. Pelo menos, o litígio resultou na produção de mapas de ambos os lados, alguns inéditos e que, logo, logo, haverá ocasião em que serão examinados. E diz que, se a questão política foi encerrada, talvez tenha sido melhor, pois abriu-se ao interesse científico que, por sua vez, clarificará a contenda. Tal argumento se justifica da seguinte forma: Vidal desconfia que a região possa ter mais identidade com o Brasil que com a Europa. Em um longo trecho: "Podemos dizer, sem faltar com o respeito à coisa julgada, que ela aplicou-se à interpretação de um artigo ambíguo [refere-se ao artigo 8 do tratado de Utrecht de 1713, assunto que os diplomatas franceses trataram, segundo ele, com desdém], introduzido em um instrumento diplomático. Mas, quanto à questão científica, permanece inteira. Existe identidade entre o rio que chamamos hoje Araguaia e aquele que os espanhóis do século XVI, mestres e descobridores do país, chamavam rio de Vincent-Pinçon? Somente a análise de documentos originais revelaria esta causa. Se ele cessou como atualidade política, continua valendo a pena ser discutido como ponto de história. Nós não estamos bem informados sobre as antigas relações da Europa com esta parte do continente americano, de forma que este capítulo da história das descobertas foi observado como um objeto pouco digno de atenção. Talvez, depois de tudo isso, a ciência não deva se lamentar que a questão tenha sido deslocada dos interesses políticos que contribuiram para obscurecê-la. Daqui em diante, ela entra em seu verdadeiro terreno. As obras de

polêmica e as teses apaixonadas serão confinadas no arsenal das velhas armas. A discussão, na presença apenas dos documentos, ganhará em esclarecimento" (VIDAL DE LA BLACHE, 1901:69-70). Aqui, dois argumentos entram em cena: o primeiro é de matriz comteana-weberiana, legitimando a separação entre ciência e política. Uma vez derrotado no campo humano, há que se buscar a compensação superior e neutra do intelecto. O segundo é o discurso histórico, onde os franceses não são mais franceses, mas *europeus*, tais como os espanhóis que conquistaram e descobriram a região. A diferença vira identidade e o passado, se não corrige, ao menos ameniza as distorções do presente.

Porém, tal discurso não passa de uma miragem. Mapeando agora as áreas de influência européia na América do Norte, o autor em tela resenha a tese de doutorado de Albert Métin *La mise en valeur de la Colombie britannique* (1907). De início, realça a visada geográfica que perpassa a tese como um todo (o enquadramento do meio), bem como demonstra uma postura eurocêntrica na afirmação de que algumas tribos indígenas adaptaram-se de tal forma às estradas de ferro que foram elevadas a um certo grau de civilização (VIDAL DE LA BLACHE, 1908b:365). Em seguida, focaliza os componentes econômicos do domínio inglês no Canadá, tais como a extração de matérias-primas (chumbo e cobre) e metais preciosos (ouro) e o fraco impulso da agricultura. Sendo a "colônia da colônia", a região permaneceu praticamente relegada — salvo pelos caçadores profissionais (que exterminaram quase por completo as lontras do mar e as focas que atraíam pescadores de todos os lados), por alguma contenda fronteiriça ou por qualquer alerta de prospecção de ouro. A situação começou a mudar quando da conclusão da *Canadian Pacific*, que inseriu a *Colombie britannique* no mercado mundial. Mas, incrivelmente, a chegada do "progresso" (as aspas são nossas) não é vista com bons olhos por Vidal, que critica capitalistas, especuladores e engenheiros dispostos a extrair o máximo de lucro da terra da melhor forma possível. Trata-se do "fenômeno americano por excelência": sua fórmula *make money* (que atinge também o México, conforme ele mesmo indica) "permanece o objetivo supremo e a preocupação dominante destas sociedades utilitárias. A *Colombie britannique* aproveita a dominação inglesa e vive do americanismo" (idem, p.366). Ora; tal declaração não deve ser motivo de estranheza, mas sim da mais absoluta normalidade: se de um lado Vidal cerra os olhos para as atrocidades da colonização francesa, preferindo elogiar as medidas tomadas por seus militares, de outro lado é lícito censurar não só o velho inimigo inglês mas igualmente a jovem nação norte-americana. Mesmo assim, não sustenta Claval que, embora o cuidado patriótico estivesse presente, Vidal e seus discípulos fiéis visavam mais o desenvolvimento das aptidões da França que assegurar a promoção do Império? (CLAVAL, 2007:49).

Enfim, os casos analisados até então anunciam, entre outras matérias, que Vidal caminhava ao lado de Ratzel no tocante à dimensão geopolítica. Eles não expressam outra coisa senão que território é sinônimo de poder. Por isso Vidal admitia — em artigo escrito sobre Ratzel — que a geografia política podia ser estendida ao conjunto da geografia humana (VIDAL DE LA BLACHE, 2002:123 [1898]). Esta é o estudo das múltiplas estratégias estabelecidas pelos grupos sociais em busca do pleno desenvolvimento. "Múltiplas estratégias" quer dizer as várias formas de adaptação ao meio distribuídas sobre a superfície terrestre, mas também os jogos econômico e político perseguindo os melhores recursos e as melhores posições. "Grupos sociais" quer dizer caçadores, pastores e nômades, mas também os Estados Nacionais repartindo os territórios como um enorme tabuleiro de xadrez em disputa. Por dois motivos, tal disputa representa um marco na relação homem-meio: (i) a estrutura política dos homens sob a forma estatal é uma *evolução*, uma transformação singular do que Ratzel e Vidal denominavam "organismos vivos" e na qual é preciso estudar atentamente a trajetória [33]; (ii) se outrora as distâncias e os acidentes naturais eram obstáculos, o progresso técnico trouxe consigo a capacidade de superá-los; com efeito, o espaço passou a ser um trunfo, algo no qual era mister investir.

Se as conquistas coloniais da França foram insuficientes para fazê-la primeira potência mundial, isso não a impediu de celebrar a Modernidade e ser celebrada como seu palco mais glorioso. Em 1889, ao mesmo tempo em que é fundada a Internacional Socialista, Paris é a sede da exposição universal — cujo propósito não era outro senão o de revelar ao mundo as maravilhas técnico-científicas da indústria e a energia capitalista na plenitude da *belle époque*. Todavia, a estética urbana haussmaniana, que encantava a todos e convidava ao consumo fetichista (vide BERMAN, 1986 [1982]), expunha, em sua essência, a outra face da Modernidade: a exploração total e irrestrita dos povos africanos e asiáticos subjugados pelo Império. A pilhagem dos recursos naturais das colônias e, consequentemente, o empobrecimento brutal das mesmas, contrastava com a pujança e o cosmopolitismo parisienses. Seguindo este raciocínio, nota-se que a penetração de elementos modernos não se dá numa superfície lisa e sem atritos. Ao contrário, ela faz agitar as lentas e pesadas estruturas construídas na longa duração; faz emergir aqueles traços sólidos e consistentes que, outrora, formataram as bases das sociedades tradicionais. É o que acontecia no interior do território francês, onde o espraiamento do modelo urbano-industrial entrava em choque

[33] "Existe uma palavra que seria bom não abusar, mas que o sr. Ratzel usa com razão ao falar dos Estados — a noção de organismo vivo. Esta expressão somente designa, por uma fórmula contundente, a lei de desenvolvimento que domina as relações do homem e do solo. Uma cidade, um Estado, no verdadeiro sentido da palavra, são expressões muito avançadas deste desenvolvimento, mas na sua origem existe um núcleo que lhes deu início, um ponto sólido ao redor do qual, por uma espécie de cristalização, agruparam-se as partes anexas. Neste sentido, parecem com seres vivos" (VIDAL DE LA BLACHE, 2002:134 [1898]).

com as províncias e as atividades rurais. Ou, o que é a mesma coisa, o brilho da cidade-luz não ofuscava o fato de que a maior parte da França permanecia rural e camponesa [34].

Essa é uma questão que atravessa a III República. Embora os movimentos por autonomia demonstrassem ser incipientes, isso não significa que a unidade nacional tenha sido construída sob o signo da passividade. Quem poderia assegurar que a noção de identidade nacional permaneceria ilesa? Em virtude de Paris monopolizar as atenções, surge um vigoroso movimento regionalista que, embora não fosse separatista, propunha a valorização das províncias e da França como um todo. Assim, em 1900, a *Federation Régionaliste Française* atuaria como canal de diversas reivindicações: no terreno econômico, reclamava-se do excesso de investimentos destinados à cidade-luz; em termos sociais, atuava como retórica populista a ressaltar o povo oprimido das províncias; politicamente, era uma forma de criticar o poder central (THIESSE, 1995).

Este aspecto não deixa de ser uma dos desdobramentos da Modernidade, e é interessante grifá-lo, sobretudo, pelo seu caráter dialético. Pois, enquanto pregava-se a expansão territorial em terras afro-asiáticas e exaltava-se as benesses resultantes dessas conquistas, internamente Paris era vista como "metáfora da degenerescência cosmopolita". Os verdadeiros valores franceses estariam preservados e deveriam ser resgatados a partir da tradicional civilização camponesa [35]. Contraste semelhante emerge na reflexão vidaliana: quanto à modernização da França, mostra nostalgia ao se deparar com o esvaziamento das realidades rurais; quanto às colônias, a nostalgia cede lugar à exaltação do progresso e do subsequente domínio humano sobre a natureza (duas características típicas da Ciência Moderna): "(...) a ação presente e futura do homem, *senhor das distâncias, armado de tudo o que a ciência põe a seu serviço*, ultrapassa muito a ação que os nossos longínquos antepassados podiam exercer. Felicitemo-nos por isso, porque *a empresa da colonização*, a qual nossa época ligou a sua glória, *seria um engano se a natureza impusesse quadros rígidos*, em vez de dar margem às obras de transformação ou de restauração que estão em poder do homem" (VIDAL DE LA BLACHE, 1954:46 [1921]). Não por acaso, a exaltação da diversidade regional

[34] "A surpresa — ainda ontem ela teria sido total, na época de Marc Bloch — é a persistência de uma tal *economia camponesa* francesa, englobando o século XIX, indo mesmo além. Camponeses proprietários livres, arrendatários, meeiros, exploram cerca de dois terços das terras por volta de 1840 (...); por volta de 1881, a renda agrícola, relativamente diminuída, ainda é a metade, ou quase isso, da renda nacional bruta; em 1931, a população urbana se prepara para ultrapassar a população rural, que até então a havia superado. Assim, comandados por suas realidades subjacentes, seu peso e exigências, os campos franceses talvez tenham sido por muito tempo o 'livro-razão' do país, ao qual convém se reportar para compreendê-lo" (BRAUDEL, 1989c:14 [1986]).

[35] "Na França do final do século XIX, rondada pela imagem de decadência, numerosos intelectuais, sobretudo da jovem geração, proclamaram que somente no seio da cultura tradicional poderiam ser encontrados os verdadeiros valores capazes de dar sustentação ao futuro e permitir um verdadeiro renascimento nacional. À Paris, metáfora da degenerescência cosmopolita, eles opunham o vigor sadio de uma cultura *autenticamente francesa* que seria preservada nas províncias" (THIESSE, 1995:6). Igualmente, a contribuição fornecida pela Geografia está mais para o lado dos defensores das virtudes das massas camponeses que para os amistosos às novidades carreadas pela modernidade (cf. CLAVAL, 1998:158).

presente no *Tableau* atuava como "legitimação intelectual" para aquele movimento [36]. E ambos convergiam num aspecto fundamental: o regionalismo não era uma ameaça à unidade francesa, mas um complemento imprescindível para seu fortalecimento (THIESSE, 1995).

Sim: a região surge como uma "invenção" da geografia francesa em nome da unificação do povo e em prol da diversidade e harmonia da França. Ela pressupõe um território coeso, unido perante os inimigos externos e perturbadores da identidade dos "de dentro". Valorizá-la significava uma forma concreta de defender as fronteiras nacionais, convocando os cidadãos a proteger e preservar seus hábitos de vida [37]. Tal argumentação não invalida o gabarito acadêmico das monografias regionais e seus procedimentos de pesquisa (delimitação, análise das condições físicas, história econômica e social da população, esboço da economia contemporânea, estudo do habitat rural e, em seguida, do urbano e acesso à mobilidade da população [cf. MENDIBIL, 2006:66]), nem tampouco trata-se de saber "se o 'regionalismo científico' era o reflexo do 'regionalismo político' e vice-versa" (ESCOLAR, 1998:10). Uma vez admitindo que a atividade científica é uma prática *política*, as ligações entre geografia regional e representação patriótica no decorrer da III República são iluminadas [38].

Nesta pista, *La France de l'Est* e *La frontière de la Sarre* são documentos vitais, pois revelam os compromissos de Vidal de la Blache com a integração territorial e a propagação do nacionalismo. No primeiro, lançando mão de argumentos tais como ligações históricas, viabilidade econômica e tradições culturais, seu objetivo maior era o de demonstrar o caráter francófono da Alsácia e de Lorena (VIDAL DE LA BLACHE, 1994 [1917]) — contrariamente ao que diziam os geógrafos de Nancy, que enxergavam esta última de maneira independente da França. Por admitir a separação da Alsácia germanófila frente à Lorena, Vidal não hesita em acusar Bertrand Auerbach (que já havia publicado nos *Annales*) de pangermanista (BONNEFONT, 1993:88). No segundo, avaliando os tratados de 1814 e 1815, Vidal promove um resgate geohistórico e geopolítico em

[36] Esse debate não se encerra no *Tableau*: em *La rénovation de la vie régionale*¸ p.ex., Vidal critica abertamente o centralismo parisiense em defesa da vitalidade das províncias e regiões francesas, lembrando que em 1865 já havia um projeto de descentralização proveniente de Nancy (VIDAL DE LA BLACHE, 1917:103-104).

[37] O geógrafo brasileiro Roberto Lobato Corrêa recorda pertinentemente a origem latina da palavra região (*regio*), "que se refere à unidade político-territorial em que se dividia o Império Romano. Sua raiz está no verbo *regere*, governar, o que atribui à região, em sua concepção original, uma conotação eminentemente política" (CORRÊA, 1995:21).

[38] Nesse sentido, as perguntas-chave a serem feitas são as seguintes: ontem e hoje, quem são os responsáveis pela história do pensamento geográfico francês? Quais são seus alinhamentos políticos? Por quê insistimos em considerar a Escola Francesa de Geografia como uma corrente a-política? Uma parte destas respostas encontra-se entre os historiadores, conforme discutiremos na seção sobre Febvre e sua interpretação do pensamento vidaliano e ratzeliano. O outro lado dessa equação encontra-se na atitude frente ao espelho: cabe aos geógrafos fazer valer o lado político de sua história. A advertência de Moreira não nos sai da cabeça: "Os historiadores da geografia, quando se remetem ao que ela tem sido, não fazem mais do que esconder, sob uma pitada superficial de crítica, o significado e a extensão do seu comprometimento real. Fazem-no descritivamente, sob o mesmo modo como produzem o conhecimento geográfico. Talvez por isso a geografia seja um saber tão desprovido de historiadores e crítica interna" (MOREIRA, 1980:13).

torno da constituição da fronteira da Sarre. Do desmembramento do Império Napoleônico à recomposição republicana do "mutilado" espaço francês, passando pelas perdas econômicas e estratégicas dele resultantes, distinguimos um geógrafo regional cujos argumentos naturalistas e ruralistas não resistiram ao imperativo histórico que se apresentava diante de seus olhos: as fronteiras francesas foram e continuariam sendo delimitadas na arena política erguida pelos conflitos sociais. Não havia uma providência metafísica que ligasse o destino da França a um espaço exclusivamente seu. Se o conceito moderno de Europa nasce exatamente em função de uma nova forma de organização espacial — os Estados Nacionais — na qual o território é um dos principais pilares, Vidal sabia que malogros militares e diplomáticos significariam amputações territoriais cujas consequências só poderiam ser desfavoráveis: "O tratado de 30 de maio de 1814 seguramente evoca dolorosas lembranças: derrocada de uma dominação que tinha ampliado a irradiação da civilização francesa, perda das conquistas de nossa República, abandono de treze departamentos na Bélgica e do lado esquerdo do Reno" (VIDAL DE LA BLACHE, 1919:203). Tomado em um sentido mais geral, seu esforço neste artigo é compreender a inscrição territorial da França no âmbito da geopolítica européia no final da I Guerra Mundial.

Daí a necessidade de um discurso regional unificador, onde camponeses e citadinos, províncias e departamentos, fossem conclamados a participar ativamente de um conjunto amplo e heterogêneo chamado França. É o que Vidal retrata, na aurora do século XX, em *Routes et chemins de l'ancienne France* [39], onde os espaços de vivência do homem comum são resgatados, sublinhando suas práticas que criavam geografias tanto materiais quanto imaginárias. Exaltava-se a nação em sua vertente cultural, através dos peregrinos, da pintura e dos ditados populares. A mensagem nas entrelinhas era uma só: na transição para a modernidade urbana e industrial, era essencial acolher a herança do passado, pois a França fora edificada pelos camponeses que, engenhosamente, souberam lidar com as condições naturais disponíveis na escala local. Uma atenção devia ser dada às comunidades rurais e seus respectivos *pays*, quer estejam encravados nas colinas das antigas vilas medievais, nas montanhas ocupadas pelos pastores ou nos vales de água abundante e relativa prosperidade. Havia uma dívida de gratidão junto aos auvérnios, gascões, saboianos e tantos outros que, isolados em sua maior parte, mas aproximando-se aqui e ali, fizeram a grandeza da França. No entanto, havia um elemento "extra-humano" que deveria ser igualmente

[39] Palestra proferida em 1902 na *Sorbonne*, por ocasião do Congresso Nacional das Sociedades de Sábios. Publicada no ano seguinte no *Bulletin de géographie historique et descriptive*, pp. 115-126 e republicada em *Strates* [on line], n. 9, 1996-7. *Crises et mutations des territoires*. Disponível em [http://strates.revues.org/document620.html.] Robic fez uma pequena apresentação deste artigo, sublinhando o papel da *circulação* (ROBIC, 1996-97). Porém, o que mais nos chamou a atenção foi a ênfase dada à *cultura* (RIBEIRO, 2006). Não por acaso, Claval reconhece a contribuição de Vidal como uma das raízes da Geografia Cultural (CLAVAL, 2003a).

exaltado: o território e suas regiões, pontos de imanência a modelar o gênio e a identidade nacionais. "A França é uma zona onde as partes estão *naturalmente em relação,* onde os habitantes têm aprendido desde cedo a se *freqüentar* e a se *conhecer.* E se relações cômodas são formadas entre eles, é porque as *condições geográficas têm não apenas permitido, mas também provocado*" [40] (VIDAL DE LA BLACHE, 1996-97 [1902], grifo nosso).

Se Vidal parece não esconder uma certa desconfiança com uma das faces da Modernidade, isso não significa que tenha sido omisso frente à realidade emergente de então. Quando o britânico Nigel Thrift afirma que a geografia vidaliana é um "hino à França dos camponeses" (THRIFT, 1996:218), trata-se de um ponto de vista assaz discutível e que, de forma alguma, deve induzir-nos à conclusão de que ela deixou de lado a análise do mundo urbano-industrial. *Évolution de la population en Alsace-Lorraine et dans les départements limitrophes* é a prova cabal de sua atenção aos novos tempos. Combinando uma leitura econômica, histórica e sociológica, examinou o desenvolvimento da indústria manufatureira e seus efeitos, tais como: crescimento da população urbana; transformação de florestas, vinhas e pequenos vilarejos em núcleos urbanos; complementação da renda junto à agricultura e a concorrência frente ao trabalho domiciliar em Chaptal e Mulhouse; prós e os contras da localização fabril nas planícies e montanhas; aumento dos salários após a Revolução de 1789 e o afluxo de trabalhadores alemães no departamento da Moselle; migração interna em direção aos centros industriais regionais ou à Paris; tradição patriarcal das indústrias em Lorena e Mulhouse; e a formação da "pequena Inglaterra" na bacia carbonífera do Ruhr (VIDAL DE LA BLACHE, 1916).

O que podemos inferir da comparação entre a palestra de 1902 e o texto de 1916? De um lado, um Vidal "localista" e "passadista" e, de outro, um adepto da modernidade veloz e fugaz? Nada mais falso, pois o que dele deriva é a unidade na diversidade, cujas variações temáticas e interpretativas não se perdem ao acaso, mas são incorporadas intelectualmente e convergem em direção a uma profunda sensibilidade frente às metamorfoses espaciais — aliado ao esforço de apreendê-las cientificamente. Por "metamorfoses espaciais" entendemos não somente a atenção às fisionomias mas, principalmente, a ligação entre os lugares e a incidência de uma nova escalaridade. Nessa trilha, ele soube captar que, se outrora os deslocamentos das populações eram "mais individuais em seu modo de agir, intimamente associados, a título de complemento, às ocupações ordinárias da vida, colocavam nitidamente em relevo a personalidade daqueles que eles põem em relação. Eles não eram desses que podemos acusar por destruir os laços com o solo; ao contrário, tendiam apenas a consolidá-los, ao combinarem-se com a maneira local de viver"

[40] 83 anos após Vidal ter proferido a palestra acima, o tema se rejuvenescia sob a lente de Braudel, que se interrogava: "Teria a Geografia inventado a França?" (BRAUDEL, 1989a:221 [1986]).

(VIDAL DE LA BLACHE, 1996-97 [1902]), naqueles dias tais aspectos estavam em plena erosão, pois "quando poderíamos crer que a população estava quase fixada em seus quadros, surgiram novas condições que questionaram tal situação, como o maquinismo, a usina, a locomotiva e a mina" (VIDAL DE LA BLACHE, 1916:98).

Assim Vidal abordava o tópico da *circulação*. Assim a França enfrentava o desafio da Modernidade, cujo dinamismo envolve a simultaneidade entre destruição e reconstrução, a tensão entre corrosão do tradicional e criação do efêmero. A fortuna vidaliana enquadra-se nesse contexto, e tanto os temas (regionalismo, análise de situação, relação homem-meio, circulação) quanto as categorias por ela privilegiadas (gêneros de vida, *pays*, região, paisagem) refletem seu esforço de compreender a realidade do tempo presente. Além das evidentes alterações no ambiente — adaptação de espécies vegetais em ecossistemas distintos dos de origem, desvio no curso dos rios, aglomerações humanas em sítios adversos — originando uma nova paisagem que saltava aos olhos e permitia uma série de inferências sobre o passado e o presente das sociedades, a construção de estradas, túneis, ferrovias e hidrovias modificava não somente a natureza dos lugares, mas a dinâmica geográfica como um todo. O relativo isolamento dos *pays* e das comunidades rurais, a dispersão do povoamento e a herança das cidades medievais iam sendo progressivamente substituídos pela revolução dos transportes e das comunicações que, sob a forma de redes, cobriam e interligavam o território francês. Em torno da indústria, inúmeros aspectos desenhavam uma nova geografia: busca de matérias-primas em outros países, mobilidade populacional, dissolução de aldeias e vilas. Os traços originais dos lugares, acumulados no decorrer de séculos, iam sendo alterados por traços advindos do exterior. Tal dinâmica implicava na emergência de formas, cores e volumes, ou seja, na progressiva diferenciação da paisagem. Esta nova geografia, se não é uma tragédia, não deixa de ser um drama: o da recomposição espaço-temporal, que diz respeito não somente ao ferro e ao aço exibidos na paisagem moderna, mas sim ao fato de que, contendo o germe de novas experiências, atingia em cheio a dimensão simbólica — dimensão esta que, moldada numa escala multissecular de tempo, enraizava as pessoas à sua terra, aos seus *pays*. Do cavalo às estradas de ferro, havia um novo ritmo se impondo à vida social. A lentidão e o peso das sociedades camponesas subordinavam-se à velocidade e ao ruído da temporalidade moderna [41].

Por estas razões, ao acompanhar de perto o pensamento vidaliano, foram identificados *oito* conceitos de região, demonstrando uma transição em que o modelo naturalista vai se dissolvendo diante do predomínio das questões econômicas (OZOUF-MARIGNIER & ROBIC, 1995). As

[41] Se em 1911 ele dizia que havia sido "sobretudo o cavalo que contribuiu para revolucionar o mundo" (VIDAL DE LA BLACHE, 1911:301), em 1916 assevarava que "Na história dos deslocamentos humanos, cada progresso dos transportes marca uma data (...). O período em questão é aquele onde se constitui na França a rede das estradas de ferro" (VIDAL DE LA BLACHE, 1916:100-101).

concentrações urbanas trazem consigo uma nova geografia econômica que, por sua vez, costuram combinações territoriais tão originais quanto as *nodalidades*, isto é, a atração das cidades umas em relação às outras de maneira a reunir as demandas colocadas pela vida comercial e industrial (VIDAL DE LA BLACHE, 1913:11). Consequentemente, as divisões administrativas restam caducas face a esta nova dinâmica, e sua proposta atinge em cheio o passado e o futuro franceses: o imperativo categórico por uma nova regionalização do território francês (VIDAL DE LA BLACHE, 1913, 1917). Quando refere-se à Inglaterra, constata semelhante fenômeno: "causas exclusivamente econômicas" estão a regular a divisão dos cidadãos e a fisionomia dos bairros, tais como a proximidade do mercado de trabalho e a facilidade e o bom preço dos transportes (VIDAL DE LA BLACHE, 1914:432).

Seria válida uma alternativa que considera tal transição provocada pelo *avanço da modernidade*? Assim sendo, não é difícil assimilar porquê Vidal parece muito impressionado com o processo de ocupação territorial dos Estados Unidos da América (VIDAL DE LA BLACHE, 1899:104), país que conheceu em 1905 [42]. A grandiosidade do espaço, as longas missões de exploração e a restrição dos acidentes físicos não foram suficientes para conter a energia e a vitalidade dos procedimentos de indústria e engenharia lá aperfeiçoados. Por intermédio da técnica, a hostilidade geográfica inicial foi convertida em matriz para o progresso ulterior. "O desenvolvimento da força mecânica, sob todas as formas (vapor ou força hidráulica) e níveis (do elevador gigantesco às aplicações mais minuciosas e delicadas), tornou-se a marca do Americanismo. A existência de um instrumental incomparável de transporte não deixou de influenciar a mentalidade americana. Às facilidades de locomoção, são adaptados hábitos de vida distintos dos nossos" (VIDAL DE LA BLACHE, 1902:20). Estaria ele antevendo os EUA como símbolo da modernidade do século XX e de uma nova etapa da relação homem-natureza [43]? Sua postura é diferente quando se trata de Londres: embora incorpore elementos modernos como a circulação e a situação dos trabalhadores, as comunicações e a importância político-comercial da cidade, a marcha da modernidade se depara com o peso da história. "Na Inglaterra, mais que em qualquer outra parte, o passado não se apaga no presente" (VIDAL DE LA BLACHE, 1914:433).

Seria exagero dizer que, da segunda metade do século XIX à Primeira Guerra Mundial, houve uma "crise espacial"? A Conferência Internacional de Geografia e o Congresso de Berlim,

[42] Ratzel também é atraído pelos EUA e escreve um livro sobre este país, merecendo referências por parte de Vidal. Em duas delas, elogia os "belos estudos de Ratzel" e os recomenda (VIDAL DE LA BLACHE, 1902:19; VIDAL DE LA BLACHE, 2002:137 [1898]); em outra, questiona sutilmente as vantagens atribuídas pelo alemão à fixação do povo ao solo (VIDAL DE LA BLACHE, 1900:258).

[43] Claval diz que o papel das cidades e vias férreas no pensamento vidaliano é tributário da experiência americana. Ela o teria convencido que a estrutura de comunicações e a organização regional influenciavam no desenvolvimento econômico de uma nação (CLAVAL, 2007:71).

ocasiões em que as potências européias discutiram a partilha colonial da África e da Ásia; a constante mutação do mapa europeu, envolvendo projetos geopolíticos distintos como o surgimento de Estados-Nação (Itália e Alemanha), fim de antigos impérios (Austro-Húngaro e Turco-Otomano) e expansão territorial interna (a França napoleônica e a Alemanha bismarckiana); a renovação da geografia escolar e a institucionalização da geografia universitária pós-1870, apoiada pelo Estado, economistas liberais e ativistas pró-coloniais; e o espraiamento do binômio urbanização-industrialização não seriam, em conjunto, feições representativas desta crise?

E é aqui que entra, vigorosamente, a geografia vidaliana: não como uma vertente geográfica francesa que se opunha ao germanismo imperialista, mas, sobretudo, como um "paradigma" de uma era. Ela recolhe e examina as grandes questões que afligiam a Europa de então. A saber: descrição, mapeamento e exploração do ambiente; papel da cidade como intensos centros de influência e da circulação "desterritorializando" antigas raízes camponesas na organização espacial do mundo moderno; conflitos entre Estados territoriais. Além disso, ela é paradigmática não apenas no campo temático, mas também no campo metodológico: mesmo com o progresso dos transportes e das comunicações a superar distâncias e adversidades naturais; no instante em que noções como proximidade e distância, interior e capital, *pays* e região sofriam profundas transformações, redefinindo suas formas e seus conteúdos; e quando os princípios naturalistas que regiam a *découpage* do mundo eram substituídos por outros critérios, isso não significava, em hipótese alguma, a irrelevância do espaço e do território. Sua *démarche* incorporava o resgate do passado na elucidação do presente, a dependência das regiões umas às outras e as diferenças fisionômicas entre elas. Em torno do princípio da unidade terrestre e para além da mera quantificação da escala, eram indissociáveis o local e global, a parte e o todo, o detalhe e o conjunto (ROBIC, 2004).

A despeito de Vallaux (seu ex-aluno) ter reconhecido que "Vidal nunca quis definir seu pensamento atribuindo-lhe contornos muito nítidos" (VALLAUX *apud* CLAVAL, 2007:63), e de Berdoulay ter apontado "quase que uma ausência de referências a filósofos e outros pensadores da problemática da pesquisa científica" (BERDOULAY, 1995:183 [1981]), existe um conjunto de noções e conceitos que nos permite falar em uma *epistemologia* vidaliana. Alguns artigos estão claramente voltados para esta temática, embora as lições teórico-metodológicas apareçam quase que na totalidade de seus escritos aqui revisados. Este é um ponto importante: casos empíricos variados representam uma oportunidade de repensar a teoria. Ou, o que é a mesma coisa, existe uma teoria por trás da apreensão das mudanças empíricas. É bem verdade que, na constituição do campo das Ciências Humanas no decorrer do século XX, o conceito de teoria parece ter enrijecido e assumido um tom formalista — sobretudo quando da insistência em separar o "senso comum" da ciência, valorizando esta em detrimento daquela. Nessa trilha, uma das principais críticas voltadas ao

período clássico diz respeito à fragilidade de um perfil teórico que autorizasse a cientificidade da Geografia — configurando mesmo um ponto de convergência entre autores tão diferentes entre si como Carl Sauer, Richard Hartshorne e Fred Schaeffer (GOMES, 1996:223-246). Todavia, o empenho vidaliano de institucionalizar a Geografia na universidade e ampliar seu raio de ação pedagógico; demarcar o campo de atuação do geógrafo frente aos historiadores, geólogos e sociólogos sem, no entanto, abrir mão da interdisciplinaridade; conceber certos conceitos e aplicá-los a situações concretas; e fornecer à Geografia uma visão coerente que possibilitasse o tratamento de temas variados não pode ser desprezado quando falamos em construção do conhecimento.

Assim, assinalemos quatro dos principais pontos da geografia vidaliana: (i) aporte das Ciências Naturais; (ii) multi-escalaridade; (iii) descrição; (iv) interdisciplinaridade. Em seguida, exploremo-los.

Uma vez admitindo — ao menos didaticamente [44] — o paradigma cartesiano-newtoniano como a síntese da ciência moderna, base racional e metódica que busca leis e as expressa segundo a linguagem matemática, este privilegiou antes a natureza que o homem. Pode-se, inclusive, dizer que a ciência moderna dicotomizou-os, numa operação epistemológica cujos efeitos são assaz profundos até os dias atuais. No século XIX, ainda que o historicismo alemão de Dilthey representasse uma crítica aos pressupostos de Newton e Descartes, admitia dois tipos de ciências: as do *Espírito* e as da *Natureza* (LÖWY, 1987; REIS, 2005). Independente de seu esforço em valorizar as primeiras, os avanços da Matemática, Física, Química, Biologia e Geologia e suas posições nas universidades antecedem o surgimento das Ciências Humanas, que situam-se no bojo de um amplo movimento de fragmentação do conhecimento em campos científicos, "pondo fim" aos grandes esquemas filosóficos que marcaram o século XIX, como o Marxismo, o Positivismo e o Hegelianismo. Em termos foucaultianos, inaugurava-se a episteme moderna, onde cada ciência possuiria objeto, vocabulário e metodologia próprios, afastando-se progressivamente umas das outras e representando um único mundo de variadas formas. Tal quadro torna-se mais complexo com a crise do paradigma acima citado, tornada patente com o aparecimento do Homem como um dado novo na ordem do saber (FOUCAULT, 1999 [1969]). O Homem-Objeto do Sujeito-cientista, uma novidade que nos remete a um impasse onto-epistemológico: a difícil fratura, mesmo no campo do pensamento científico — ou seja, mesmo em um ambiente de operações simbólicas e instáveis onde aparentemente, ou melhor, Racionalmente, tudo é possível —, do Homem enquanto Ser. O Homem-Ser temporal, mutável e dinâmico, que carrega consigo as consequências de seus atos e de sua

[44] O historiador italiano Paolo Rossi assevera que a existência de um padrão uniforme e exclusivo no qual possamos reconhecer *a* ciência moderna é, simplesmente, um mito filosófico-historiográfico (ROSSI, 1992:121 [1982]).

memória, mas que demora a constituir-se enquanto História; o Homem-Ser que vive em sociedade mas que demora a constituir-se enquanto Sociologia; o Homem-Ser que pratica certos atos e se comporta de maneiras diferentes, mas que demora a constituir-se enquanto Antropologia; o Homem-Ser que vive espacialmente e grafa suas marcas na paisagem, mas que demora a constituir-se enquanto Geografia.

Divulgando um campo de saber diferente do "ideal de contemplação" que caracterizava os trabalhos dos alemães Carl Ritter e Alexander von Humboldt no século XIX (GOMES, 1997:14), Ratzel e Vidal organizavam uma Geografia de cunho científico que se propunha a investigar a ação humana sobre a superfície terrestre. Mas, não terá sido, talvez, o projeto mais difícil a ser realizado dentre a operação de seleção dos objetos levada adiante pelas Ciências Humanas? Ao integrar o Homem, a Natureza e a Cultura, não estaria a Geografia dando um passo vanguardista demais precisamente em um momento de delimitação dos saberes?

Esse é um dos imbróglios que marca a atividade intelectual vidaliana e que, como vimos na primeira seção deste capítulo, provocou a ira de historiadores e geólogos, "invadidos" pela jovem disciplina (vide p.17). Afinal, pertencia a Geografia às Ciências Humanas ou às Ciências Naturais? Enquadremos com mais precisão a questão, posto que ela não é tão simples quanto parece. Durante sua vida (1845-1918), o domínio de atuação das Ciências Humanas não está senão em execução: a História, por mais que obtivesse cadeiras nas universidades alemã e francesa desde o início do XIX (CARDOSO, 2005; ARÓSTEGUI, 2006 [1995]), dividia espaço com as Filosofias da História e com as abordagens de caráter narrativo-literárias, e só vai afirmar seu estatuto científico a partir do último quartel deste mesmo século, com os trabalhos documentais de Ranke, Langlois e Seignobos; a Sociologia, embora deite raízes em Comte e Marx, só dará seu impulso rumo à autonomia científica com as reflexões capitais de Durkheim e Weber na virada do século XIX e início do século XX; e a Geografia não é outra coisa senão uma disciplina "ainda mal fixada" no final do século XIX (CAPEL, 1981). Nas primeiras décadas do século XX, a delimitação fronteiriça entre as ciências do homem persiste: a tentativa dos durkheimianos de criar a morfologia social, em detrimento da geografia humana (CARVALHO, 1997, 1997a); a proposta febvriana em delimitar as fronteiras entre a Sociologia, a História e a Geografia (FEBVRE, 1991 [1922]); e as críticas dos primeiros *Annales* à especulação filosófica em História (REIS, 2000) são algumas amostras.

A partir do quadro acima, a tendência natural das coisas ia na direção do alinhamento com as Ciências Naturais, ainda que Vidal de la Blache tenha recebido uma formação de historiador. Mas, afinal, o que isso tudo representa? Qual é a relação entre este jogo de cruzamentos e o desenvolvimento posterior do conhecimento geográfico? Para respondê-la, voltemos a examinar a História e a Sociologia: Ranke, Langlois e Seignobos concentravam-se em torno da história política

e dos indivíduos que a fizeram, como nobres e militares. Uma história biográfica, focalizada na apologia aos acontecimentos grandiosos que constituíram a pátria, como batalhas e tratados diplomáticos. Factual, insistia na sequência cronológica e nas datas a serem memorizadas. Por sua vez, Durkheim e seus seguidores, embora tivessem identificado a particularidade do fato social, abriram mão da perspectiva histórica e, a despeito da criação (malograda) da morfologia social, que pretendia incorporar aspectos da paisagem e do meio, permaneceram focados na explicação das variedades fenomênicas da vida em sociedade. A seu turno, diferente das demais ciências que então surgiam, a Geografia era algo que construía sua identidade a partir da *integração* entre os ramos físico e humano. Nisto residia sua especificidade — e, igualmente, seus dilemas [45]!

Dessa maneira, declarar que a Escola Francesa de Geografia utilizara uma linguagem organicista (BERDOULAY, 1988:75-87); Vidal como praticante de uma Ecologia do Homem (ROBIC, 1993:141); o *status* naturalista de sua geografia (RHEIN, 1982:244); ou que, sob sua forma clássica, a geografia era uma ciência natural da sociedade (CLAVAL, 2007:22), parece-nos uma restrição frente à complexidade da temática, ressaltando a questão sob um ponto de vista unilateral. Embora concordemos que sua visão sobre a dinâmica constitutiva da sociedade e seus grupos é marcadamente incipiente e que a proximidade junto às *démarches* das Ciências Naturais é notória, Vidal tinha plena consciência da inscrição social e histórica do período em que estava vivendo e das profundas mudanças em curso geradas tão somente pelo Homem [46]. É nesta costura intelectual que podemos encontrar, em *Le principe de la géographie générale* (1895-1896), *Les genres de vie de la géographie humaine* (I e II) (1911) e *Des caractères distintifs de la géographie* (1913), um Vidal mais fisicalista; em *La zone frontière de l'Algérie et du Maroc* (1897), *Évolution de la population en Alsace-Lorraine et dans les départements limitrophes* (1916) e *La frontière de la Sarre, d'après les traités de 1814 et de 1815* (1919), um Vidal mais político e histórico; e em *Leçon d'ouverture du cours de Géographie* (1899), *De l'interpretation géographique des paysages* (1908) e *Principes de Géographie Humaine* (1922) um Vidal que conjuga simultaneamente os aspectos físico e humano.

[45] Berdoulay ensaia localizar o discurso geográfico entre os demais gêneros científicos e, nesse contexto, pensa que "os fundadores da escola francesa de geografia recusaram reconhecer uma particular hierarquia das ciências, ou seja, uma submissão (*inféodation*) de sua disciplina a uma ciência mais geral como a história ou a sociologia. (...) O que se destaca, geralmente, é a afirmação de um ponto de vista ou um método próprios à geografia, ao mesmo tempo em que há ligações de dependência mais ou menos recíprocas. Esta concepção de relações interdisciplinares constitui, recordemos, uma das formas de afirmação da escola francesa de geografia na virada do século. Mas, ainda que eles impliquem numa concepção não-hierárquica de classificação das ciências, estes trabalhos não permitem, ou permitem pouco, fazer uma idéia do que isto seria em seu conjunto" (BERDOULAY, 1988:31).

[46] Vale lembrar que, na história do pensamento geográfico, o espólio vidaliano sempre foi disputado pela Geografia Humana; o que prevaleceu de seu pensamento foi sua contribuição em torno da sociedade, e não à Geografia Física e às Ciências Naturais.

Portanto, estaríamos diante de um pensamento que possui etapas? Cujo norte impreciso favorece interpretações variadas? Pode ser [47]. Aqui, sugerimos uma terceira possibilidade: o elemento constante da geografia vidaliana é o estudo das relações homem-meio. É o núcleo onde, ao seu redor, gira todo o enredamento da vida social. As esferas política, econômica, cultural e social possuem uma autonomia que não é senão relativa, na medida em que estão inexoravelmente ligadas ao *meio* em que foram engendradas. E é este mesmo meio que constitui-se em *locus* privilegiado para a observação dos desdobramentos de tais esferas. Deste modo, o tratamento geográfico da política localiza-se na conquista territorial; da economia, na capacidade técnica de extração dos recursos e de articulação entre as escalas; da cultura, na identidade com o lugar; e da sociedade, na adaptação ao meio.

Como parte significativa dos intelectuais do século XIX (Comte, Marx, Ratzel e Durkheim, apenas para citar alguns), por repetidas vezes ele lançou mão de um vocabulário próprio das Ciências Naturais e de metáforas/aproximações naturalistas na análise da sociedade. Vejamos: ao entender que a indústria moderna representava uma novidade que, no entanto, se beneficiava de certas condições outrora estabelecidas pelas populações locais, diz que "Se tudo se transforma, nada se perde no desenvolvimento de uma civilização" (VIDAL DE LA BLACHE, 1916:102), numa clara referência à lei da conservação das massas de Lavoisier. Noutra ocasião, discutindo a marcha política dos Estados Nacionais, pode-se ler "Quem diz desenvolvimento diz ação e reação constantes. É no contato com forças adversas que os elementos da vida política se contratam e se tornam precisos" (VIDAL DE LA BLACHE, 2002:134 [1898]), repetindo desta vez a terceira lei de Newton. Sua definição de Geografia segue o mesmo compasso: após mencionar elogiosamente o climatólogo J. Hann (citará em seguida o naturalista Buffon), expõe que "a geografia, inspirando-se como as ciências vizinhas na idéia de unidade terrestre, tem por missão especial procurar como as leis físicas ou biológicas, que regem o globo, se combinam e se modificam aplicando-se às diversas partes da superfície. Ela as segue em suas combinações e suas interferências. A Terra lhe oferece, para isso, um campo quase inesgotável de observações e de experiências. Ela tem por objetivo principal estudar as expressões mutáveis que revestem, conforme os lugares, a fisionomia da Terra" (VIDAL DE LA BLACHE, 1913:291).

[47] Segundo Haesbaert, é possível identificar, "grosso modo, três fases distintas" da reflexão vidaliana: "a primeira, no final do século XIX, ainda bastante ligada à Geografia Física (às vezes com interpretações que poderiam ser vistas como 'deterministas'); a segunda, no início deste século, mais representativa de um tratamento centrado nas chamadas relações homem-meio (como no *Tableau*); e a terceira e última, reveladora de um Vidal preocupado com a vida urbana e com o espaço econômico-político (este, bem revelado em *La France de l'Est*) (HAESBAERT, 2002d:133). Há que se levar em consideração a validade, mas também o risco inerente a este tipo de proposta: um rápido olhar em direção às datas dos textos da página anterior mostra mais intersecções que rupturas. Mesmo um levantamento amplo da obra vidaliana encontraria dificuldades em fazê-lo.

Assim, mesmo se inspirando nas Ciências Naturais para agrupar, classificar e subdividir os fenômenos (VIDAL DE LA BLACHE, 1902:23), e ainda que a Geografia as pertencesse, era necessário demarcar e esclarecer as diferenças entre ambas: "Ao refletir, fiquei impressionado pelos mal-entendidos que reinam sobre a própria idéia da Geografia. No grupo das Ciências Naturais, ao qual sem nenhuma dúvida se integra, ela possui um lugar à parte. Suas afinidades não excluem sensíveis diferenças. Ora, é sobretudo a respeito dessas diferenças que as idéias são pouco precisas" (idem, p.289). Enfatize-se: Vidal sabia que o que estava fazendo não era História, nem Ecologia ou Biologia. Ele estava consciente do caráter *sui generis* da disciplina que ajudava a edificar. É verdade que, em algumas passagens, o homem parece deslocado frente à escala da natureza: clima, relevo, vegetação e hidrografia são elementos centrais na compreensão dos gêneros de vida; a diversidade dos lugares é, antes de tudo, a diversidade dos ambientes; a compreensão geográfica começa pelo quadro natural; e os carneiros e as cabras são "poderosos agentes geográficos" (a expressão é dele) (VIDAL DE LA BLACHE, 1911, 1913, 1911a:300). No entanto, mesmo quando utiliza uma terminologia organicista, faz questão de realçar o elemento central da ação geográfica: "Nesta hierarquia de formas de agrupamento, a cidade representa num grau de destaque a emancipação do meio local, uma dominação mais forte e mais ampla do homem sobre a terra. A natureza, para isso, preparou os sítios (...), *mas é o homem quem cria o organismo*" (VIDAL DE LA BLACHE, 2002:133, grifo nosso [1898]).

Enfim, compartilhar com o século XIX a idéia de que a Terra é regida e organizada segundo as leis da natureza não é suficiente para encobrir uma visão carregada de nuances: ele não a adere a ponto de ver o mundo como uma máquina e, embora faça coro à noção de evolução (VIDAL DE LA BLACHE, 1913:294), nem por isso corrobora com a perspectiva do darwinismo social — a fim de, p.ex., explicar o Colonialismo. O antídoto é a *história*, em que os homens não se prendem à escala local, estabelecem relações entre lugares longínquos, agrupam-se numerosamente nas cidades e formam poderosos Estados Nacionais. Entretanto, não se trata de uma história linear e fatalista cujo destino conduzirá inevitalmente ao progresso. Desta vez, o antídoto é o *meio*, fator decisivo na *diferenciação* do processo histórico. Este singular amálgama liga-se a uma concepção em que homem e meio estão em profunda coesão, numa aberta recusa ao ponto de vista dicotômico sacramentado pela ciência moderna.

Apoiado na convicção da unidade terrestre — "a inspiração e o princípio originais de toda Geografia" — e de causas gerais agindo no conjunto da superfície (VIDAL DE LA BLACHE, 1908:64), Vidal demonstrava assim sua leitura de totalidade. A Terra vista como um todo, cujas partes estão interligadas. Embora guardem suas especificidades, os lugares não são outra coisa que os intercâmbios históricos forjados entre as diversas partes do mundo. Se por conta de Febvre e

Lacoste propagou-se, respectivamente, que o predicado maior da geografia clássica francesa estava nas monografias regionais e que a região vidaliana era "conceito-obstáculo" a impedir a apreensão dos planos nacional e mundial (LACOSTE, 1988 [1976]; FEBVRE, 1991 [1922]), tais observações estão antes ligadas a operações historiográficas específicas — a restrição do campo de atuação do geógrafo e a rejeição marxista às correntes geográficas anteriores — que propriamente à concepção escalar vidaliana.

Esta é uma das grandes heranças do pensamento deste geógrafo: a extensão espacial da análise, a dependência dos lugares em relação aos outros, o entrelaçamento de escalas. Seja explorando a trama entre *pays* e região em âmbito nacional, revendo o processo de formação territorial da França através dos litígios nas zonas fronteiriças ou atentando à complexa rede mundial tecida pelo Colonialismo, Vidal manejava com precisão o jogo de escalas montado pela sociedade urbana-industrial de então. Em termos gerais, estava em curso uma metamorfose das relações espaço-tempo — algo que, embora não tenha teorizado, soube captar. Eis as principais características das escalas abordadas por Vidal:

- *Pays*: mereceu atenção especial, posto que representava uma França profunda, constituída no bojo de uma temporalidade secular. A França rural, com sua arquitetura de casas de pedra e estreitas vilas medievais agitadas, de tempos em tempos, pelos peregrinos rumo a Santiago de Compostela; das pequenas propriedades de subsistência e sua adaptação ao meio, levando os camponeses a recolher a grama no verão para alimentar os animais no inverno. Ultrapassando as adversidades climáticas, linguísticas e o tamanho do território, pouco a pouco seus habitantes influenciavam-se mutuamente. Contém vários gêneros de vida e, portanto, um rico panorama paisagístico e cultural [48];
- *Região*: escala-chave tanto em termos empíricos quanto teóricos, seu conjunto revelava e forjava a diversidade da nação francesa — e, ao mesmo tempo, do autor supracitado. Privilegiados os traços físico e, posteriormente, o econômico e o político, a região encarnava um mundo em mutação cuja liderança residia na cidade e na indústria, que polarizavam os demais espaços pelo dinamismo de suas atividades e infra-estrutura de transportes e comunicações. Por causa disso, havia um novo ritmo impresso à vida social, cuja materialização geográfica podia ser apreendida pela dinâmica regional. Assim, embora regionalizar fosse uma tarefa de definição precisa de critérios e limites, tais estavam longe de serem fixos, posto que as regiões eram tributárias do movimento da

[48] Vide o pequeno, porém elucidativo, texto de Ozouf-Marignier (OZOUF-MARIGNIER, 2004).

história. Tampouco elas se encerravam em si mesmas: ao contrário, suas particularidades estavam vinculadas ao seu entorno, à sua situação/posição diante das demais escalas. Uma vez preenchidos requisitos como atenção à conjuntura social, aptidão cartográfica e conhecimento histórico, o geógrafo estava pronto a conduzir o *aménagement du territoire*, perfazendo a região como o domínio político por excelência de seu ofício;

- *Território*: sinônimo de Estado-Nação, através dele Vidal expressava sua inclinação pela geopolítica. A inexistência de uma reflexão sistematizada sobre o poder, a política e o Estado não o impediu de formular prodigiosos raciocínios geopolíticos de matiz nacionalista, quer no tocante à inserção da França no mapa europeu, quer ao Império como um todo. O território implica, concomitantemente, numa história de dispersão e reunião de escalas: *dispersão*, posto que os homens se enraizam em seus sítios mas rompem com os vínculos exclusivamente locais, seja migrando para outras áreas, seja expandindo as trocas comerciais; e *reunião*, posto que o formato político das sociedades modernas confere ao Estado Nacional o papel de organização e coordenação dos níveis espaciais em que se desenvolvem as atividades cotidianas. Seu arraigado nacionalismo não o impediu de levantar críticas ao mesmo, seja no domínio da geopolítica, seja no da economia [49];

- *Terra*: escala de referência, no sentido da totalidade e do conjunto no qual as demais escalas estavam inseridas. Representa a base comum no qual repousa a vida humana, animal e vegetal, sujeitas às interferências climáticas e geológicas. Independente da Geografia estudar a diferenciação paisagística e regional, o pressuposto da unidade terrestre permitia a apreciação de que os lugares não só dependiam uns dos outros como influenciavam-se mutuamente.

À pluralidade temática e conceitual segue-se a pluralidade de escalas. Em suas explanações, Vidal retira exemplos das mais variadas partes do mundo: Estados Unidos, Brasil, Argélia, Rússia, Inglaterra, México, Grécia, China... Não por acaso, a editora Armand Colin propõe, no final de 1900, a publicação de uma *Geographie Universelle*, projeto concebido por aquele e dividido entre seus alunos mas que, por conta da guerra, só aparecerá em 1927 (CLAVAL, 2007:69). Porém, mais importante que a extensão global de suas preocupações é a percepção de que a dinâmica escalar

[49] Nas páginas 26 e 30, vimos sua discordância frente à política colonial e à diplomacia francesas. Já no fim da vida, reclamava da rigidez e da lentidão do Estado no acompanhamento das atividades econômicas (VIDAL DE LA BLACHE, 1917:106).

funciona de maneira articulada. A despeito das fronteiras políticas, das transições climato-botânicas e das imposições do meio, predomina uma visão de conjunto que nos parece capital: "A idéia de que a Terra é um todo, no qual as partes estão coordenadas, proporciona à Geografia um princípio de método cuja fecundidade aparece melhor à medida que se amplia sua aplicação. Se nada existe isoladamente no organismo terrestre, se em todo lugar repercutem as leis gerais de modo que não se possa tocar uma parte sem provocar todo um encadeamento de causas e de efeitos, *a tarefa do geógrafo toma um caráter diferente daquele que às vezes lhe é atribuído. Qualquer que seja a fração da Terra que estude, ele não pode nela se fechar. Um elemento geral se introduz em todo estudo local*. Não há, de fato, área em que a fisionomia não dependa de influências múltiplas e longínquas, das quais importa determinar o local de origem. *Cada área age imediatamente sobre a vizinha e é influenciada por ela*. Fora mesmo de toda relação de vizinhança, a ação cada vez melhor reconhecida de leis gerais se traduz por afinidades de formas ou de climas que, sem alterar a individualidade própria de cada área, marca-a com características análogas. Estas analogias ou 'conformidades', seguindo o termo muito conhecido de Bacon, desde que o homem começou a dominar o conjunto dos fenômenos terrestres, chamaram a sua atenção. Muitas podem ser apenas aparentes, mas outras são reais; elas são fundadas não sobre puros encontros exteriores, mas sobre relações de origem e de causas. Entre estas a aproximação se impõe, pois cada uma proporciona à outra seu tributo de explicação. O geógrafo é levado assim a projetar sobre o objeto que estuda todo o esclarecimento fornecido pela comparação de casos análogos" (VIDAL DE LA BLACHE, 2002:135 [1896], grifo nosso).

Extraída de um de seus textos teórico-metodológicos mais importantes — *Le Principe de la Géographie Générale* (1896) —, esta longa e esclarecedora passagem denota a proximidade com as Ciências Naturais. Com referências a Bacon, Buffon e Newton, Vidal retira a noção de totalidade ao observar a dinâmica da natureza: as correntes marítimas, a circulação climática e o modelado do relevo afetam grandes extensões da superfície terrestre, tal como os exploradores dos séculos XV e XVI puderam comprovar. O progresso das ciências estava diretamente ligado às mudanças históricas, e a descoberta de áreas outrora desconhecidas pelos europeus iluminava o que antes não passava de especulação. A Expansão Européia e a Revolução Científica trouxeram uma nova interpretação do espaço terrestre.

No que tange à Geografia, seus horizontes eram muito mais amplos do que a Europa podia oferecer [50]: uma concepção real da escala *mundo* começava a ser desenhada, permitindo um

[50] Neste mesmo período, o Mediterrâneo perde, em termos geográficos, sua posição central: "As grandes expedições marítimas dos séculos XV e XVI romperam o encantamento que a ciência geográfica mantivera ao

enfoque de tipo comparativo. Uma visão pontilhista não se sustentava caso não se juntasse ao conjunto geral dos fenômenos. Não se tratava de uma substituição, mas de uma integração da parte ao todo, do particular ao geral; nem tampouco do enciclopedismo vago e genérico, mas da necessidade de conexão entre as escalas. Não existe, portanto, dicotomia entre a Geografia Geral e a Geografia Regional, na medida em que as escalas dependem umas das outras (VIDAL DE LA BLACHE, 1913:292). Por mais que o geógrafo delimitasse seu objeto, isso não significava sua restrição escalar, pois os princípios que constituem a base de sua elucidação vivem uma relação de mútua influência junto a outras escalas [51]. Não existe lugar que se explique por si só, pois compreender as causas dos fatos demanda a conjunção de elementos esparsos (VIDAL DE LA BLACHE, 1899:101). E a conjuntura vivida por Vidal foi essencial, impelindo-o a assinalar — como vimos nas páginas precedentes — o desenraizamento causado pelo maquinismo, as cidades enquanto pólos de poder e a diminuição das distâncias como amostras da emergência de uma nova configuração escalar. Igualmente, a visada geopolítica examinando a posição da França (sobretudo o Leste) no continente europeu, comparando o Império Francês ao Império Britânico e atentando às relações de seu país com a América do Sul são exemplos valiosos que mostram não somente o raio de ação de seu pensamento, mas o poder da escalas quando da análise de situação [52].

Tal análise associa-se a uma outra feição epistemológica proeminente. E aqui é curioso perceber que, se de um lado Vidal fala muito em leis, buscando, talvez, dotar de cientificidade a Geografia, de outro lado jamais ensaiou a enunciação de uma lei geográfica. Pelo contrário: ele recorre insistentemente à *descrição*, advertindo-nos acerca do perigo das generalizações "prematuras", "vagas" e "excessivas", (VIDAL DE LA BLACHE, 1902:23, 1908:364, 1914-1915:261), contrapondo-as às qualidades das monografias e à localização precisa dos fatos [53] (VIDAL DE LA BLACHE, 1902:23, 1914-1915:261).

O aporte metodológico dado pela descrição — o que, ao nosso ver, não deixa de ser uma certa desconfiança frente às abstrações de matiz filosófico — permite uma aproximação literal com o fenômeno a ser conhecido. A composição dos elementos físicos e a caracterização do sítio, p.ex., são exercícios balizadores da prática vidaliana. Eis o primeiro parágrafo de *La frontière de la Sarre*

---

redor do Mediterrâneo". E complementa: "Na verdade, parece que os espaços marítimos tiveram a virtude de iniciação para todas as descobertas fundamentais da geografia" (VIDAL DE LA BLACHE, 2002:138 [1898]).

[51] Não obstante, mesmo um historiador como Roger Chartier não se faz de rogado e afirma que, na geografia humana de Vidal, "a região constitui o único espaço legítimo onde conceber a articulação entre as solicitações do meio natural e a ação voluntária dos grupos humanos" (CHARTIER, 2002:208-09 [1998]).

[52] Nesse sentido, Vidal recorda o legado deixado por Varenius, Humboldt e Ritter. Segundo Claval, este último é uma das grandes referências do geógrafo francês, que "descobriu a Geografia lendo seus volumes da 'Geografia Geral Comparada'" (CLAVAL, 2001:130).

[53] Esse debate será aprofundo nas décadas de 30 e 50 por Hartshorne, sugerindo que a Geografia poderia ser nomotética e idiográfica ao mesmo tempo (HARTSHORNE, 1978 [1959]).

d'après les traits de 1814 et 1815: "A Sarre, depois de suas fontes no monte Donon até seu confluente na Moselle, em Conz (7 km acima de Trèves), descreve um vasto arco de círculo no interior do qual se desenvolveram os destinos de Lorena. Ela circunscreve, pela margem esquerda, as planícies de cereais que são o celeiro do país, as minas de sal que tem alimentado seu comércio há muitos e muitos anos e as costas calcárias, que balizam seus velhos burgos e suas principais cidades. À direita, ela flui por uma centena de quilômetros na borda do Vosges, ligando assim as avenidas da Basse-Alsace. Sarrebourg, *Pons Saravi* dos itinerários romanos, é o ponto de passagem obrigatório em direção à garganta de Saverne. De Sarre-Union chega-se aos desfiladeiros da Petite-Pierre (Lützelstein). A Sarreguemines dá na estrada e no caminho de ferro de Bitche e Niederbronn" (VIDAL DE LA BLACHE, 1919:249).

Descrever associava-se à necessidade de identificação *in loco* dos fenômenos. Era necessário estar em contato com o objeto, reconhecê-lo através de evidências concretas, tocá-lo e vivenciá-lo. Admitia-se que o geógrafo diferenciava-se dos demais cientistas pelo olhar, pelo *coup d'oeil* [54] que, uma vez lançado sobre determinada área, permitia-lhe uma série de inferências e correlações entre as formas de relevo e o tipo de solo, os agrupamentos humanos e as atividades econômicas que, somados, formavam sua "personalidade". Jean Brunhes também sugeriu que o geógrafo possuiria um olhar específico, algo que não seria um atributo de todos. À pergunta "Em que consiste o espírito geográfico?", ele responde diretamente: "Quem é geógrafo sabe abrir os olhos e ver. Não vê quem quer" (BRUNHES, 1962:416 [1910]). Posteriormente, o geógrafo americano Carl Sauer retomará tais ensinamentos, sugerindo que era no trabalho de campo que as habilidades dos alunos seriam postas em prática. Dependendo da percepção e da sensibilidade do estudante no que tange à observação, ele, Sauer, seria capaz de filtrar "os recrutas que podem iniciar, se a Geografia é uma ciência de observação" (SAUER, 2000:141 [1956]).

No entanto, a descrição não exclui a explicação, pois o próprio objeto da Geografia, juntamente com a ligação dos fenômenos e seu encadeamento, exigia uma apresentação atenta e minuciosa. "A Geografia distingue-se como ciência essencialmente descritiva. Não seguramente que renuncie à explicação: os estudos das relações dos fenômenos, de seu encadeamento e evolução são também caminhos que levam a ela. Mas esse objeto mesmo a obriga, mais que em outra ciência, a seguir minuciosamente o método descritivo (...) A descrição geográfica deve ser maleável e variada como seu próprio objeto" (VIDAL DE LA BLACHE, 1913:297). Portanto, descrever é o

[54] "O geógrafo é de início um homem de campo. Deve fazer prova de um senso agudo de observação e ter o 'olho de geógrafo', como diziam então; é um dom que permite decifrar, na multiplicidade de formas oferecidas pela paisagem — ou pelos mapas — os traços realmente significativos. O geógrafo é um ser de intuição" (CLAVAL, 2007:66). A valorização do aparente, vinculando o conhecimento geográfico à constatação empírica, é o que Gomes chama de *ilusão da forma*, "que toma o dado, o visível, como objeto" (GOMES, 1997).

canal escolhido para apreender o conjunto, agrupar e classificar (VIDAL DE LA BLACHE, 1903:224). Não há dúvida que as expedições coloniais impressionaram os geógrafos, impelindo-os aos trabalhos de campo e à observação direta. Mais que isso: elas ampliavam o conhecimento do globo e, consequentemente, os horizontes da ciência geográfica (VIDAL DE LA BLACHE, 1899:103; 1902:14; 1903:19). No entanto, Vidal não perdia de vista o senso crítico em torno da *démarche* geográfica: da pertinência da cartografia como recurso utilizado pela geografia política, exorta que "por mais variados que sejam ou que possam vir a ser seus meios de expressão, [ela] não será suficiente para a *explicação* dos fatos", fatos estes que carecem de "uma *interpretação* atenta" a fim de não negligenciar a complexidade encoberta por trás de uma lista de nomes e demarcações fronteiriças (VIDAL DE LA BLACHE, 2002:137 [1898], grifo nosso).

Longe do descritivismo e do empirismo, descrever era uma espécie de descoberta: em suas viagens, o geógrafo coletava informações e as apresentava como novidade, divulgando as feições da superfície terrestre e os contrastes físicos, sociais e culturais entre os espaços. Vidal não deixa de ser um explorador, mas do território francês. Não é assim no *Tableau*, onde cada página fornece a impressão de um retrato vivo da França em movimento [55]? Isso poderia ser obtido através do reconhecimento do terreno e, consequentemente, por meio da valorização do conhecimento empírico do povo francês: o vocabulário popular, p.ex., pode ser útil na elucidação de um problema. Igualmente, são os camponeses "geólogos à sua maneira", enquanto os comerciantes são bons narradores dos hábitos dos países estrangeiros (VIDAL DE LA BLACHE, 1913:297; 2007:336 [1903]; 1996-97 [1902]). Ou seja, há uma dimensão prática da Geografia que não pode ser ignorada. Além disso, a descrição permitia o manejo de outro importante meio de investigação: a comparação. Para Vidal, comparar ambientes e paisagens é perceber diferentes combinações espaciais entre elementos idênticos — o que o leva a afirmar que "cada região é a expressão de uma série própria de causas e efeitos" (VIDAL DE LA BLACHE, 1902:108).

Não é uma eventualidade o destaque dado à paisagem, definida sem maiores esforços como aquilo que se vê. Cabia descrevê-la e compará-la em sua morfologia e diversidade: tipos de plantas e de relevo, regimes alimentares e plantações, desenho e material das casas, meios de transporte e traçado das estradas. Daí a utilização da fotografia como uma verdadeira técnica de pesquisa por

[55] Para Ozouf-Marignier, o talento vidaliano em descrever viagens é inspirado pelos geógrafos alemães. Além disso, sua descrição regional no *Tableau* incorpora três processos: (i) particularização, ressaltando a individualidade de cada espaço; (ii) identificação, localizando através de nomes e características pitorescas; e (iii) "memorialização", onde grandes personagens e eventos formam uma imagem imponente da história da França (OZOUF-MARIGNIER, 2000:154 e 156). Sobre este precioso livro (infelizmente não traduzido em língua portuguesa), consulte as pesquisas de Robic (ROBIC, 2000, 2000a).

Vidal, Demangeon, de Martonne, Brunhes, Deffontaines e Monbeig [56] (MENDIBIL, 2006:58-61; 2007:233-247). Todavia, era mais que um registro ou um inventário. Havia uma interpretação geográfica das paisagens: uma vez caracterizada a composição geológico-geomorfológica de uma certa área, notava-se que esta "estrutura" multissecular ia recebendo, aos poucos, uma feição diferente da anterior. Sujeita ao homem, a natureza exercia seu poder de adaptação; sujeito à natureza, o homem exercia seu poder de transformação. A descrição, portanto, não era ingênua: ela seguia os passos das modificações humanas provocadas no meio e das mudanças sociais resultantes da modernidade. É por isso que Vidal destaca tanto os *pays* quanto as cidades, a vida camponesa e a circulação econômica regional. Descrever era atualizar a imagem de um mundo em mutação e, ao mesmo tempo, uma forma de renovação do *métier* do geógrafo: associada aos trabalhos de campo, combatia a "geografia de gabinete" e a erudição estéril outrora dominantes [57].

Entretanto, a preocupação não se restringia à forma, mas sobre a maneira de fazer e agir sobre o meio. Um dos traços emergentes da perspectiva vidaliana é uma geografia do cotidiano, uma "micro-geografia" a narrar os costumes do homem comum — provavelmente por influência da Sociologia e da Etnografia. A atenção dispensada à comida, à bebida e mesmos aos gestos levou-o a escrever que "O modo de alimentação difere pouco entre a grande maioria dos habitantes rurais da França. Nem mesmo a cozinha, a despeito de alguns ingredientes que são objeto de litígio entre o Norte e o Sul. O camponês *champenois* mostrado por Taine comendo sopa na entrada de sua casa mostra uma atitude e uma ocupação que poderiam ser encontradas por toda a França. Quando, nos quadros de raros pintores que não menosprezaram os camponeses, vemos os *Lenain*, a atitude e a fisionomia dos rurais do século XVIII, nós os reconhecemos entre seus descendentes atuais. São os gestos lentos destes comedores de pão, aproveitando a ocasião para degustar o vinho, sentados em torno de um grosso e redondo pedaço de pão, 'pesadamente' sobre suas escadas de madeira" (VIDAL DE LA BLACHE, 2007:384-385 [1903]).

Enfim, a variedade de temas deve-se tanto às possibilidades dadas pela *démarche* geográfica quanto à prática interdisciplinar exercida por Vidal. Diplomado historiador e geógrafo de profissão, dialogou constantemente com a Sociologia, Etnografia, Geologia, Biologia, Ecologia e Cartografia, abordando temas como educação, cultura, política, sociedade e economia. Claro está que, inscrito no ambiente do final do século XIX, raciocinava em termos da demarcação entre as ciências,

[56] O precioso livro dedicado a Pierre Monbeig contém um "Caderno de Imagens" de seus registros quando de sua longa e fértil estadia no Brasil (1935-1946) (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2006)

[57] Claval explica que "a erudição na qual a geografia esteve por tanto tempo ligada parecia estéril a Vidal se não fosse balanceada pela experiência de campo. É percorrendo (se possível à pé) as rotas e os caminhos de um país, observando suas paisagens e falando com seus camponeses, artesãos e notáveis, que se descobre de que é feita a realidade geográfica — onde se debatem as pessoas em suas vidas diárias. Vidal é um crítico do excesso de erudição cujos culpados são alguns defensores da Nova Sorbonne" (CLAVAL, 1998:122).

procedimento imperativo seja por causa das demandas de conformação de um campo científico, seja para defender-se das acusações de empréstimos indevidos denotando ausência de um objeto específico [58]. Porém, como ressaltamos anteriormente (pp. 40-41), um dos traços de seu pensamento reside na *integração*. No momento em que o campo científico dedicava-se a buscar a especificidade de seus domínios, a Geografia não se encerrava em si mesma: seja por causa do alcance do objeto, que abarcava a relação homem-meio por toda a superfície terrestre e exigia o domínio de uma série de conhecimentos, seja por conta do estatuto "híbrido", ora inclinada a uma abordagem mais naturalista, ora ressaltando a dinâmica propriamente humana, nesse jogo de equilíbrio instável Vidal esboça uma Geografia do contato e da aproximação com as Ciências Humanas e Naturais. Exemplo disso é que, ao mesmo tempo em que a inscreve no grupo destas últimas, é o idealizador do termo "Geografia Humana", cuja raiz não é outra senão a Antropogeografia ratzeliana — que, por sua vez, também mescla elementos de Etnografia, História e Ecologia.

Na análise da condição geográfica de um fenômeno, o aporte oferecido pelas demais ciências era essencial. Tal como insistia na "vida de relações" e na circulação como meios de promover o desenvolvimento dos lugares [59], apreendia igualmente o campo disciplinar como um conjunto indissociável de fecundas trocas. "Assim, as ciências da terra, e mesmo certas ciências do homem, acusam uma tendência a se desenvolver em um sentido mais geográfico. Esta tendência é derivada das próprias necessidades de sua evolução. Em seu avanço, elas tem reencontrado a geografia em seu caminho. *Tudo isso é, na realidade, a expressão da unidade fundamental que as religa. A relação entre elas não consiste em simples transferência de resultados, mas no fato de que estão mutuamente impregnadas em seus métodos*" (VIDAL DE LA BLACHE, 1899:107, grifo nosso). Unidade terrestre, unidade das ciências: não se trata de uma rica proposta de totalidade? E isso em

[58] É o que ele faz questão de esclarecer em *Des caractères distintifs de la Géographie*, demonstrando em plena I Guerra Mundial uma visão de vanguarda no que tange aos intercâmbios científicos: "A Geografia é considerada como se alimentando nas mesmas fontes de fatos da Geologia, da Física, das Ciências Naturais e, de certa forma, das Ciências Sociológicas. Ela serve-se de noções, sendo que algumas delas são o objeto de estudos aprofundados das ciências vizinhas. Daí vem então a crítica que se faz, às vezes, à Geografia: viver de empréstimos, intervir indiscretamente no domínio das outras ciências, como se houvesse compartimentos reservados nesse domínio. Na realidade, como veremos, a Geografia possui seu próprio campo. O essencial é considerar qual uso ela faz dos dados sobre os quais se exerce. Será que aplica métodos que lhe pertencem? Que traz novos horizontes de onde as coisas possam aparecer em perspectiva especial? Que os mostra sob um ângulo novo? O problema todo está aí. *Na complexidade dos fenômenos que se entrecruzam na natureza, não se deve ter uma única maneira de abordar o estudo dos fatos; é útil que eles sejam observados sob ângulos diferentes. E se a Geografia retoma certos dados que possuem outro rótulo, não há nada que se possa taxar essa apropriação de anticientífica*" (VIDAL DE LA BLACHE, 1913:289-290, grifo nosso).

[59] "Se procurarmos quais são os princípios motores do desenvolvimento das cidades e dos Estados, devemos olhar sobretudo para as mudanças que ocorrem nos meios de comunicação e transporte. (...) a construção de estradas acompanha toda grande formação de Estados. Foi por uma rede de vias que Roma se apoderou do mundo mediterrâneo; este sistema coordenado de comunicações diretas e seguras foi uma novidade que modificou toda a economia de relações. (...) É o que acontece hoje em dia: o vapor revolucionou as distâncias, e nisso nossa época aparece em primeiro lugar como criadora de fenômenos no ramo da geografia política" (VIDAL DE LA BLACHE, 2002:135-136 [1898]).

plena fragmentação dos campos científicos. Sua dedicação em implantar as bases de um novo ramo não o fez perder de vista a riqueza oriunda dos empréstimos interdisciplinares.

Seguindo este caminho, Vidal retém da Geologia a importância da interpretação das formas do relevo. Acessando sub-campos como a Climatologia e a Biogeografia, a descrição do quadro físico seria complementada pelo registro das variações climáticas e das espécies animais e vegetais. A soma destes elementos permitia o reconhecimento de um certa área que, uma vez mapeada em escala nacional, tornar-se-ia valiosa ferramenta na organização do território: a região natural [60]. Elaborado pelos geólogos desde o final do século XVIII, mal compreendido pelos geógrafos de seu tempo (cf. FEBVRE, 1991:63 [1922]), tal conceito receberá uma nova roupagem sob a pena vidaliana: as regiões naturais são postas em contato pelos gêneros de vida e influenciam de alguma forma a esfera da política (CLAVAL, 1998:105-106).

Da trama entre a Geologia, a Biologia e a Ecologia, o fundador dos *Annales de Géographie* extrai a percepção da temporalidade do organismo terrestre. O estudo atento da reconstrução das eras geológicas auxilia não somente no entendimento da história natural, mas também na distribuição dos recursos naturais e dos seres vivos. Por sua vez, a noção darwiniana sinaliza a marcha da evolução desses seres em suas variadas relações com os ambientes que os cercam. Ambos revelam que a natureza possui um ritmo próprio: lento, estável, sólido. Não é possível negligenciar seu poder: "A ação da natureza tira sua força do fato de que ela não se exerce da mesma forma que a ação dos homens. É uma interferência imperceptível e complexa, acumulando efeitos que lentamente se totalizam: uma ação contínua, e é dessa continuidade que vêm seu poder" (VIDAL *apud* RHEIN, 1982:241-242). Porém, como a Geografia não se fixa numa única temporalidade, mas as articula, ela se depara com um agente instável e veloz: o homem. Ele acelera o tempo geológico, abrindo túneis e escavando rios. É o mais evoluído das espécies: superando as coerções físicas, adaptou-se [61] aos mais inóspitos ambientes e ampliou a escala que o restringia para fazer da escala-mundo sua casa. Para a Geografia, o tempo não é algo linear e evolutivo, mas uma coordenada complexa que admite permanências (os *pays*) e mudanças (as grandes cidades),

[60] Base do *Tableau*, podem ser definidas como "(...) conjuntos próximos das grandes unidades geológicas (bem prestigiadas na França), e mais geralmente em uma zona climática homogênea, das que são estas regiões naturais uma combinação ligando as condições naturais (solo, vegetação etc.) à sua valorização pelos grupos humanos" (OZOUF-MARIGNIER & ROBIC, 1995).

[61] Se o impacto de Darwin é incontestável, há que perguntar se Lamarck também não teve peso na reflexão de Vidal sobre os gêneros de vida. Ele assevera que alguns ambientes favoreceram o desenvolvimento das civilizações, enquanto outros a retardaram — o que pode ser lido segundo as leis da evolução. Contudo, a todo instante, sublinha as táticas de adaptação dos grupos ao meio em que vivem — o que sugere uma abordagem lamarckiana. Em suas próprias palavras: "A idéia de meio (...) se precisa como correlativo e sinônimo de adaptação. Ela manifesta-se através das séries de fenômenos que se encadeiam entre si e são postos em movimento por causas gerais" (VIDAL DE LA BLACHE, 1913:297). Uma análise assaz pertinente sobre a relação entre Ecologia e Geografia pode ser encontrada na seção "L'homme et l'environnement ou le problème de la causalité en géographie" (CLAVAL, 2001:85-114).

sincronias e diacronias. Por isso é a História "um meio de procurar, no passado, a explicação do presente" (VIDAL DE LA BLACHE, 1900:19). E eis novamente a relevância da paisagem: expondo as marcas da ação humana no presente ou do passado geológico, ela congrega os ritmos da história da natureza e da história das civilizações. São cronologias distintas, sobretudo em termos de alcance: a primeira ultrapassa em muito a segunda, aumentando sobremaneira o campo de ação geográfico [62] (VIDAL DE LA BLACHE, 1913:299).

Sim, pois a Geografia não é uma ciência "puramente humana", como o são a Sociologia e a História: ela parte da terra para o homem, e não o inverso (VIDAL DE LA BLACHE, 1903:240; 1904:313). É uma "ciência dos lugares, e não dos homens" (VIDAL DE LA BLACHE, 1913:229). Mas a proximidade que as reúne é indiscutível: *Les conditions geographiques des faits sociaux* (1902) e *Rapports de la Sociologie avec la Geographie* (1904) são artigos que detém-se respectivamente sobre a contribuição da Geografia ao estudo da sociedade e aos vínculos e dessemelhanças entre Geografia e Sociologia. De outro lado, o *Tableau* (1903), *Évolution de la population en Alsace-Lorraine et dans les départements limitrophes* (1916) e *La frontière de la Sarre, d'après les traités de 1814 et de 1815* (1919) podem perfeitamente ser classificados como pertencentes ao ramo da geografia histórica. Isto para não dizer que se encaixariam, sem maiores problemas, como artigos de História *stricto sensu*: o exame de reconstituição da questão fronteiriça na Sarre levou-o a pesquisar documentos originais conservados nos arquivos de Sarrebruck (VIDAL DE LA BLACHE, 1919:265), denotando tanto uma consonância com os temas privilegiados pela historiografia de então — a Política e a Diplomacia, p.ex. — quanto um avanço em relação à mesma. Ao explorar assuntos concernentes à Economia, à Sociedade e ao Território numa perspectiva histórica, Vidal antecipava aquilo que só seria praticado efetivamente em 1929, após a emergência dos *Annales* de Bloch e Febvre. Não por acaso ele se tornará a principal fonte geográfica dos historiadores. Entre outros atributos, os estudos regionais promovidos por ele e sua escola contribuíram para o alargamento dos conhecimento históricos, visto que possuíam a virtude de particularizar e, ao mesmo tempo, ampliar a totalidade da história da França (OZOUF-MARIGNIER, 2000:157). Por fim, na comparação entre ambas, dirá que a cronologia está para a História assim como a avaliação das extensões está para a Geografia (VIDAL DE LA BLACHE, 1904:313).

[62] Não é o que fará Braudel, apropriando-se do tempo geográfico de longa duração para escrever *La Méditerranée* e, por conseguinte, renovar a escritura histórica?

CAPÍTULO II

A Formação dos *Annales* e a Escola Francesa de Geografia: uma Herança para Fernand Braudel

Se o capítulo precedente foi construído no âmbito do pensamento geográfico, parte deste o será nos domínios da historiografia. Enquanto os historiadores estão habituados com aquele e chegam mesmo a intervi-lo (SODRÉ, 1976; FEBVRE, 1991 [1922]), pouco acontece o oposto, ou seja, geógrafos que se interessam pela *escrita da história* — exceção feita, é verdade, aos que trabalham no terreno da geografia histórica (BAKER, 2006 [2003]) ou aos que possuem uma dupla formação (RONCAYOLO, 1989).

Entretanto, a delimitação do objeto de estudos aqui operada suscita uma questão: existe um capítulo da Geografia Clássica que ainda está por ser escrito e só poderá ser contado se tomarmos a historiografia como tema de investigação. Mais precisamente, os *Annales* de Bloch e Febvre devem ser apreendidos como momento fundamental de consolidação e reprodução de um certo gênero geográfico, bem como do papel desempenhado pela Geografia junto às demais Ciências do Homem. É o que faremos analisando alguns de seus textos, com destaque para *La Terre et l'évolution humaine*, publicado por Lucien Febvre em 1922.

Para tanto, cabe identificar as condições históricas e historiográficas que permitiram o surgimento dos *Annales*, ou seja, perscrutar o final do século XIX e o início do XX na França, a concepção de História que se impunha como hegemônica e os principais debates intelectuais que animavam as Ciências de então. O depoimento de um jovem formado em História em meados dos anos 20 atesta de maneira sintomática o passado e o futuro da historiografia. Ele afirmava que se sentia desanimado ao fim de seu curso de graduação. Tinha a impressão de ter vendido sua vida muito fácil... (BRAUDEL, 1992:5 [1972]). Em 1947, defesa de *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* na tradicional *Sorbonne*: apesar de algumas críticas à tese, sobraram elogios e a constatação de que tratava-se de uma grande obra. O ambiente não era mais o mesmo. O que mudara?

Esta seção tem, portanto, o objetivo de acompanhar algumas das mudanças que serviram como herança para Fernand Braudel. A natureza dessa herança (geográfica e historiográfica) é o que veremos a seguir.

2.1. A Escrita da Nação e a Escrita da História na III República: a Escola Metódica

Desde o momento em que propusemo-nos a estudar alguns dos aspectos que cercam o movimento *annaliste*, o método adotado aconselha-nos a considerá-lo como uma resposta histórica do tempo presente em relação ao passado e ao devir. Quando nos deparamos com um projeto intelectual disposto a mudar, ao mesmo tempo, a escritura da História e a forma na qual as sociedades a encaram, tal quadro sugere uma insatisfação frente ao cenário historiográfico dominante e uma necessidade de compreensão do momento histórico de então. Esse é um ponto que, embora possa parecer banal, é, no entanto, crucial. Através da colaboração de geógrafos, sociólogos, filósofos e etnógrafos, Bloch e Febvre conseguem captar que as mudanças empíricas ocorridas nas primeiras décadas do século XX necessitavam e forneciam o material necessário para a elaboração de uma nova abordagem historiográfica.

Neste caso, duas perguntas devem ser feitas: quais são as principais características da concepção de História precedente aos *Annales*? Quais são suas relações políticas, ideológicas e sociais com o período histórico que a engendrou?

Se é verdade que a eclosão da História como ciência possui suas especificidades, também é verdade que ela partilha um aspecto comum às demais Ciências Sociais: a separação frente à Filosofia. Mais precisamente, tratava-se de distinguir-se das Filosofias da História tais como o Kantismo, Positivismo, Hegelianismo, Marxismo e Historicismo que, com suas retóricas metafísica, especulativa, teleológica e universalista, dominavam o espectro do discurso histórico. Descartes inaugurava a Era Moderna separando a Razão da Emoção, o Espírito da Matéria. Estava resolvida a questão: mesmo após séculos de mitos, lendas e Teologia, a Razão que se apresentava no século XVII já nascia subordinando as práticas sociais, centrando no Pensamento a chave de todos os problemas. Era a Metafísica transformada em Racionalismo, o culto da fé passando para o culto ao *logos*, o Ser pensante que justifica, legitima e quase que preexiste ao Ser existente. Não que a Razão cartesiana não estivesse disposta a intervir no mundo físico, mas ela desejava fazê-lo menos a partir do Homem enquanto sujeito histórico e social do que o Homem como uma máquina de produzir idéias, as ações vindo a satisfazer e alimentar o "ego" do *Cogito*. Talvez por isso a separação tão radical entre as Ciências Humanas e a Filosofia operada por Vidal de la Blache, Durkheim e Braudel: o que os interessava era menos uma definição ontológica e epistemológica do Homem que suas práticas espaciais, sociais e históricas. Talvez por isso a rejeição tão explícita às reflexões de Hegel, Kant e Leibnitz, escapando um pouco Marx por ter privilegiado a História e transformado a Filosofia em Práxis. Talvez por isso a crise provocada pela Psicanálise freudiana, acertando em

cheio o Sujeito-Plena-Consciência (FONTES, 1997) que cria que vivia e praticava um conjunto de ações ditas racionais, mas que acaba por descobrir que muitas delas têm origem no Inconsciente.

As Ciências Humanas despontam no horizonte intelectual do Ocidente Europeu da segunda metade do século XIX a partir de uma identificação, ora implícita, ora explícita, de que a Razão Moderna já dava sinais de desgaste (mesmo que elas corroborem uma argumentação de cunho racional!). A despeito dos esforços de Kant e Hegel — sustentando o Racionalismo inerente à liberdade e à moral que despontavam com os eventos na França revolucionária do XVIII e a consolidação da Revolução Industrial no XIX, que indicavam o estabelecimento de uma classe e de um tipo de vida construídos à imagem e semelhança da burguesia —, este estado de coisas não demoraria a ruir: Imperialismo, Ludismo, Cartismo, Guerra Franco-Prussiana, Comuna de Paris e a formação dos Estados Nacionais são eventos que (mesmo levando em consideração o importante deslocamento do "acontecimental" para um plano secundário promovido pelos *Annales*) desenham, em conjunto, os traços significativos de uma certa falência de um modelo de explicação de mundo.

Trata-se do paradigma Cartesiano-Newtoniano que, mesmo tendo sido adotado por intermédio do Positivismo quando do nascimento das Ciências Humanas na Alemanha e posteriormente na França, a impossibilidade de sua adequação à sociedade, à cultura, ao tempo e ao espaço enquanto produtos das práticas e ações humanas ficou evidente logo nas primeiras décadas do século XX. Já no século XIX ele já havia sido rechaçado no plano das idéias pelo Historicismo de Dilthey e pelo Niilismo de Nietzsche, endereçando suas críticas à perda da experiência vivida, ao instrumentalismo da Razão e ao discurso teleológico de uma sociedade que aponta e caminha sempre rumo ao progresso. São as contracorrentes da Modernidade.

O que interessa deste resgate é o surgimento da História como ciência. Institucionalizada na Universidade de Berlim com historiadores como Ranke e na *Sorbonne* com Langlois, Seignobos e Lavisse, como são colocados os problemas sujeito cognoscente-objeto cognoscitivo? Como analisar o Homem em sociedade? Qual a operação intelectual que permite fazer do tempo passado o objeto da História? Aqui o Homem verdadeiramente se empiriciza, e sua abordagem se afasta categoricamente da Filosofia. E talvez assim possamos compreender porquê a História científica dos autores acima identificados insistiu tanto na descrição, na narrativa, nos relatos, na linearidade e na continuidade dos fatos históricos *tal como eles realmente se passaram*, conforme afirmava Ranke. A necessidade de se distinguir da Filosofia e das Filosofias da História enquanto *loci* privilegiados da prática histórica, onde a abstração, as previsões e a historicidade humana eram obras genéricas do Espírito que dispensavam a dimensão empírica, conduziu a uma metodologia histórica parcialmente alheia a amplas reflexões teóricas e vôos analíticos com o objetivo de, exatamente, recolher aquilo que em parte havia sido rejeitado.

Esta separação das jovens Ciências Humanas para com a Filosofia deve ser colocada em seu devido lugar. Pensamos, sobretudo, na crítica dos *Annales* à Escola Metódica, crítica esta que deve ser entendida dentro de um contexto temporal e intelectual bem explicitado. Dito de outra forma, em termos epistemológicos o esforço de "empiricização" (as aspas serão justificadas pela argumentação das páginas seguintes deste tópico) das historiografias alemã e francesa na virada do XIX não pode ser descartado *a priori*. Ele foi importante não só para o desenvolvimento da História como campo específico de conhecimento, mas também na própria elaboração da perspectiva *annaliste*. Observemos de perto tais questões.

No processo que se desenrola durante todo o século XIX e tem como auge o período pós-1870, o fim dos Impérios Napoleônico, Austro-Húngaro e Prussiano e a subsequente formação dos Estados Nacionais (sobretudo o francês e o alemão) jogou papel determinante na mudança de atitude em torno da *historicidade* da vida social. Tratava-se agora da criação de uma narrativa temporal específica em torno de um espaço e de um sujeito igualmente específicos: o território e a nação. Mais que intelectuais, os historiadores eram verdadeiros combatentes da pátria, cuja missão cívica era a de construir um passado glorioso para as jovens nações européias recheadas de problemas linguísticos, fronteiriços, étnicos e identitários. Em 1897, Camille Jullian localizava a contribuição de Thierry, Taine e Fustel de Coulanges no mesmo plano que a dos "soldados mutilados no campo de batalha" (JULLIAN *apud* NORA, 1997:853 [1986]). Na edificação da República Francesa e para seu êxito, a formação de uma consciência nacional era imprescindível. Cabia à História parte dessa responsabilidade.

O impacto da guerra franco-prussiana levaria a uma reavaliação do saber histórico. A idéia de que uma das causas da derrota deveria ser creditada à superioridade do sistema educacional alemão ecoava como um alerta e demandava uma série de mudanças. Meio literária, meio romântica, a história escrita por Michelet, Taine, Renan e Fustel de Coulanges, embora tivesse sua importância, lembrava os tempos do Império e parecia *démodé* frente aos anseios da III República. O momento agora era outro: caminhava-se rumo à História-ciência e à profissionalização do historiador, atitude que se opunha política e intelectualmente aos historiadores católicos, monarquistas e amadores até então hegemônicos (GARCIA, 2007:115). Além dessa clivagem, era preciso superar, pelo menos, mais dois obstáculos: a situação de dependência da História face à Filosofia e à Literatura e a condição marginal da pesquisa científica universitária na França (NOIRIEL, 2005:262 e 266).

Que nos seja permitido dilatar um pouco o espectro desta questão. Utilizando uma abordagem comparativa, nota-se que os escritos da geração de Vidal de la Blache, Lavisse, Langlois, Seignobos e Durkheim, apenas para citar alguns dos nomes considerados como "pais" da

Geografia, História e Sociologia, não podem ser dissociados dos acontecimentos sucedâneos à guerra de 1870-1871. O diagnóstico deles é um só: a França vive uma crise e precisa urgentemente de soluções. Três aspectos estavam em jogo: o *território*, visto que a Alsácia e a Lorena haviam passado para o outro lado do Reno; o *Estado-Nação*, posto que o malogro da guerra e a ascensão republicana exigiam uma profunda reorganização política; e a *sociedade*, já que a Comuna de Paris e a expansão do industrialismo evidenciavam as tensões sociais e colocavam em xeque a unidade nacional [63].

Portanto, a emergência das Ciências Humanas está ligada a uma conjuntura geográfica, histórica e sociológica específica, cuja síntese e para onde convergirão todos os esforços situam-se (sobretudo do final do século XIX até, pelo menos, o final da guerra de 1914) na manutenção e reprodução do Estado Nacional. Não por acaso, conceitos como *pays* e *solidariedade* e o predomínio temático da história *política* acusam, cada qual à sua maneira, seus vínculos com aquele: o discurso vidaliano sobre os *pays* indica a filiação antiga e íntima do povo ao seu espaço, à sua terra, reforçando os laços com o solo pátrio; a teorização durkheimiana aponta as ligações orgânica e mecânica entre os mais diferentes grupos sociais, ambas necessárias a fim de garantir a coesão social; e a insistência na construção de um passado feito por grandes nomes e heróis, em batalhas memoráveis, não tinha outro propósito senão o de forjar e alimentar o sentimento nacionalista dos cidadãos em torno do Estado e da pátria.

Nesse sentido, o contexto histórico que reuniu de maneira ímpar a França e a Alemanha no último quartel do século XIX foi determinante tanto para que as Ciências Humanas fossem gestadas e organizadas como "coisa de Estado" quanto para o fato de que a seleção de seus temas de pesquisa estivessem diretamente ligados à política, ao poder, à nação, ao território, à diplomacia, aos tratados militares, à educação etc. Os tópicos que viriam a ser privilegiados pelas jovens Ciências Humanas estão profundamente enraizados no caldo de cultura que os fermentou. É dessa forma que o julgamento político e epistemológico (separação meramente artificial e didática) das mesmas deve ser conduzido, sob o risco de efetuarmos uma interpretação imprecisa e oportunista — típicas de quem quer ultrapassar o passado "em nome da Modernidade" ou que pretende ocupar os postos de poder da geração anterior. Isso não significa legitimá-los ou algo semelhante, mas sim reconhecer que a interpretação das idéias de uma dada corrente de pensamento ou de um certo autor deve ter como pressuposto os condicionamentos históricos referentes às mesmas.

[63] "A derrota, sancionada pela anexação da Alsácia e da Moselle, pelo pagamento de uma indenização de cinco bilhões, pela presença de um exército de ocupação em uma vintena de departamentos, funda uma afirmação comum de patriotismo, uma mesma aplicação ao exército, 'arche sainte' mantido por fora dos debates da política na qual todos, republicanos ou monarquistas, consagravam o mesmo culto" (MAYEUR, 1973:9).

Parece contraditório, mas o fato é que o futuro da *République Française* estava nas mãos do passado. A jovem República precisava ressucitar e reunir todos aqueles que, segundo os historiadores e sua habilidade profissional em criticar/manipular os arquivos, haviam edificado pedra por pedra a nação francesa. Revelava-se, assim, a indissociabilidade da História com o presente. Por mais que a Escola Metódica estivesse convencida da verossimilhança entre o documento escrito e a natureza do passado, a operação historiográfica expunha que este é uma opção, uma escolha. Enfatiza-se este ou aquele aspecto, personagem ou arquivo, e o que temos é uma história militar ou política, econômica ou social. Contudo, a pluralidade de vozes e de narrativas emudecia diante do compromisso dos historiadores com o Estado-Nação. Tal como uma igreja convence seus fiéis de que seu credo é melhor que o dos outros, o Estado Nacional tornou-se o altar dos historiadores engajados em engrandecê-lo, tema por excelência da pesquisa que aspirava ser científica e legitimada por seus pares. Podia-se esperar algo diferente após Sedan? Para Bloch, Febvre e Braudel, foi fácil recusar os "historizantes", assim como foi recusar a sinistra nuvem negra que se abatia sobre a Europa durante a primeira metade do século XX. Sim, a História é engajamento, adesão e resgate — tal como mostram os vínculos entre Lavisse e Seignobos, a Política e a Nação —, mas é também esquecimento, rejeição e menosprezo — tal como Febvre e Braudel demostrariam junto ao nazi-fascismo.

Se o abalo causado pelo malogro contra a Prússia era comum a todo o país, bem como a necessidade de uma profunda reconstrução nacional, o melhor caminho a ser seguido estava longe de ser um consenso entre as classes hegemônicas. O edifício republicano foi se formando em meio a disputas políticas envolvendo, sobretudo, partidários do Império e liberais progressistas. O futuro da França não parecia muito claro mesmo para aqueles que estavam no poder. Eleito presidente em 1873, o discurso do marechal Mac Mahon, misturando cristianismo, poderio militar, crédito às leis e esperança numa "ordem moral", dá o tom daqueles tempos: "Com a ajuda de Deus, a devoção de nosso exército (que será sempre escravo da Lei) e o apoio de toda a gente honesta, continuaremos a obra de libertação do território e de restabelecimento da ordem moral em nosso país. Manteremos a paz interior e os princípios sobre os quais repousa a sociedade" (MAC MAHON *apud* MAYEUR, 1973:27).

Em outras palavras, a Revolução de 1789 e a Comuna de Paris precisavam dar lugar à paz, à ordem e ao trabalho. Tal percepção ficava evidente quando resgatamos o pensamento dos historiadores, geógrafos e sociólogos da época: as guerras e as batalhas não tiveram outro propósito senão o de libertar a França de seus oponentes e atingir a paz tão desejada; os acidentes físicos do território pátrio envolviam camponeses e citadinos, habitantes do Norte e do *Midi*, numa corrente geral que favorecia trocas, encontros e a sociabilidade em geral; e o casamento entre empregados,

industriais e Estado estava organicamente selado por intermédio do trabalho. Bastava de tensão social.

Caminhava-se rumo à democratização (burguesa) da vida política. Pouco a pouco, o abismo social que caracterizava o Império começava a diminuir. A promulgação de determinadas leis traziam consigo não somente as vantagens republicanas, mas também transmitiam o sentimento de pertencimento territorial. A novidade era que tal pertencimento ia além da tradicional escala do *pays*. Ao dotar o francês adulto do sexo masculino de direito ao voto e do dever de mobilização em caso de guerra, a primeira lei sobre a nacionalidade francesa (datada de 1889 e retirada do conceito de cidadania presente no *Contrat social* de Rousseau) "homogeneizava" e congregava os esforços do povo em nome do Estado. Por sua vez, este tinha a obrigação de proteger e garantir a reprodução da vida cotidiana contra os inimigos externos (a poderosa Alemanha) e internos (os não-franceses) (NOIRIEL, 2007:20-23). Criava-se, portanto, uma dependência mútua entre o povo e o Estado, amparados por um pretexto altamente louvável e caro a ambos: a defesa da Nação.

Assim sendo, a III República atuava no sentido da "invenção das tradições" (HOBSBAWM, 1997), encantando a imaginação popular instituindo símbolos nacionais como a festa do *14 juillet* e a *Marseillaise* como hino que, após 1880, passariam a representar a totalidade dos cidadãos franceses. Ambos remetem a um passado que precisa ser *glorificado*, *preservado* e *reproduzido*. Os monumentos aos desaparecidos na guerra de 14, a criação de arquivos e bibliotecas nacionais durante todo o século XIX e a educação gratuita e obrigatória em 1881 e 1882 são outros exemplos a confirmar o papel jogado pela história no desenvolvimento da identidade nacional francesa. Se a constituição da República estava longe de ser unanimidade, a adesão em torno da História precisava ser. Aqui, a ciência pairava acima e além das divergências ideológicas: ela falava em nome dos mortos e da manutenção da pátria.

Se as idéias dominantes de uma época são mesmo as idéias da classe dominante (MARX & ENGELS, s/d a [1846]), quando se trata de disseminar uma dada ideologia a Escola é uma instituição que assume posição de destaque. Portanto, o ensino de História e o conteúdo de seus manuais evocava as raízes longínquas da França (a Gália), a indivisibilidade do território, a exaltação dos heróis da pátria e suas lutas memoráveis. Nesse momento, emerge a figura de Ernst Lavisse. Um dos principais representantes da Escola Metódica, diretor do ensino superior no ministério de Instrução Pública e professor da *Sorbonne*, foi também ator crucial na reforma do magistério de história tanto em termos institucionais quanto em termos práticos. Escrito em 1884, seu livro didático voltado ao primário (o *Petit Lavisse*) já conhecia a 75ª edição há apenas um ano

depois [64]! O prefácio de sua última edição, em 1912, é um ardoroso credo político, ideológico e nacionalista direcionado ao professor de História, cuja responsabilidade não se resume às questões didáticas e pedagógicas: ele encarna a figura de um verdadeiro profeta — do passado — a instruir lições superiores de civismo e patriotismo. Mexer com a história era mexer com os brios da nação. "Se o aluno não carregar consigo a lembrança viva de nossas glórias nacionais; se não souber que seus ancestrais combateram em mil campos de batalhas por causas nobres; se não aprender que custou sangue e esforços fazer a unidade de nossa pátria e em seguida resgatar do caos de nossas instituições envelhecidas as leis que nos fizeram livres; se não se tornar o cidadão compenetrado de seus deveres e o soldado que ama seu fuzil, o professor primário terá perdido o seu tempo" (LAVISSE *apud* DOSSE, 1992:41 [1987]).

Na esfera universitária, Lavisse será o organizador da imponente coleção *Histoire de France*, *de l'époque gallo-romaine à la Révolution*, composta de nove tomos e dezessete volumes que aparecerão entre 1901 e 1911 [65]. Seus traços mais característicos são o Estado-Nação como objeto a ser privilegiado; a periodização segundo os reinos e seus nomes ilustres; relevo sobre os fatos políticos, diplomáticos e militares. Pode-se dizer que ela é a síntese de dois processos concomitantes: a "cientifização" e a "republicanização" da História. Sobre o primeiro, porque escrita e pensada por professores universitários, instalados em postos prestigiados e cujas pesquisas são processadas segundo uma ampla operação arquivística. Esta, por sua vez, só pode ser realizada graças ao fato de que os arquivos deixaram de ser monopólios do Estado e tornaram-se públicos, processo que se desenrola durante o XIX e que foi essencial no bojo da profissionalização da História. Do segundo, tratava-se de reorientar o passado em direção à Nação e seus componentes territoriais, políticos, diplomáticos e militares "cristalizados" na República candidata ao triunfo.

Portanto, poderíamos considerar Lavisse como símbolo da República? Dos novos tempos onde a razão, a verdade e a ciência conduziriam a França e os franceses em direção a um amanhã democrático e pleno de glórias? A resposta não é tão cândida quanto parece. Ela mostra que o país vivia um período de passagem onde tudo parecia estar em construção. Dois motivos: Lavisse havia sido preceptor do príncipe imperial e, conforme o teor de suas correspondências com ele entre 1870 e 1877, salta aos olhos sua desconfiança inicial sobre a via republicana (DOSSE, 1992:41 [1987]). Além disso, tal como ocorrera na Geografia, a renovação universitária e científica da História passava pelo conhecimento íntimo das instituições alemãs. Na obrigação de fazer algo de útil à

[64] A principal coleção do ensino secundário também seria escrita por um dos maiores integrantes dos Metódicos: Charles Seignobos.

[65] Uma vez que a coleção de Lavisse só vai até 1789, ela terá continuidade sob a direção de seu discípulo Charles Seignobos, sob o título *Histoire de la France contemporaine, de la Révolution à la Paix de 1919*. É o próprio Seignobos o autor dos tomos VII e VIII (*Le déclin de l'Empire et l'établissement de la troisième république: 1859-1875* e *L'évolution de la troisième république: 1875-1914*), ambos publicados em 1921.

pátria, permanecerá durante três anos estudando do outro lado do Reno, o que resultou numa tese sobre a monarquia prussiana. O passado germânico ainda seria objeto de mais três de seus livros (BOURDÉ & MARTIN, 1997:194-196 [1983]). Ou seja, olhar para a França significava, em primeiro lugar, olhar para a Alemanha e seus intelectuais — algo que Bloch e Febvre, p.ex., não o farão, posto que tanto seus alvos quanto suas referências serão seus próprios conterrâneos, o que representa exatamente a passagem a qual mencionamos acima.

Talvez agora estejamos em condições de examinar com maior lucidez de sentido a obra *Introduction aux études historiques*, de Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, publicada no ano de 1898. Para tanto, três elementos devem ser destacados: primeiro, devemos problematizar o significado do termo "historiografia positivista", pois sabemos o quão complexa é a relação entre as metanarrativas do século XIX (sobretudo o Positivismo e o Marxismo) e sua apropriação pelas Ciências do Homem no final deste período e no decorrer do século XX. Trata-se, no mínimo, de um cruzamento tenso e mal explorado pelos estudiosos da história das idéias. Ele é tenso porque ao mesmo tempo em que as Ciências do Homem apóiam-se (pelo menos em parte) no Positivismo como referencial teórico-metodológico, também rejeitam suas características universalistas e metafísicas. Isso é facilmente constatável na interpretação de Durkheim junto a Comte, descartando seus componentes abstratos e filosóficos (DURKHEIM, 2001 [1895]); em Vidal de la Blache, que delimita o objeto geográfico utilizando (por vezes) uma linguagem e uma *démarche* organicistas (VIDAL DE LA BLACHE, 1913) mas incorpora um espiritualismo eclético que se distancia do positivismo e do mecanicismo (cf. BERDOULAY, 1995:201-227 [1981]); e na recusa de Langlois e Seignobos aos que procuram leis gerais do desenvolvimento humano e pretendem fundar uma ciência positiva da História (LANGLOIS & SEIGNOBOS, 1992:17 [1898]). Considerado o grande manual da historiografia "positivista", *Introduction aux études historiques* não declara, entretanto, nenhum tipo de filiação nem à reflexão comtiana nem ao Positivismo [66]! O segundo elemento diz respeito à própria natureza do pensamento de Augusto Comte, algo que, em muitos aspectos, contrasta radicalmente com àquilo que seus seguidores adotariam como Positivismo [67] — o que não pode ser ignorado quando se trata de perscrutar as fontes teóricas das Ciências Humanas (poderíamos dizer o mesmo sobre o Marx e o Marxismo, p.ex.). Por fim, a censura de Bloch e Febvre à história "historizante", além de ter grifado (e mesmo caricaturado) essencialmente os aspectos negativos, cerrou os olhos não somente para alguns elementos "residuais" dos metódicos

[66] Revel também enuncia que "historizante" e "positivista" não são termos suficientemente claros para identificar a concepção de História de Langlois, Seignobos, Lavisse, Lacombe, Louis Halphen e outros (REVEL, 1979:1363). Se a relação entre historiografia e positivismo não é tão simples quanto parece, Moulines vai além e procura as origens deste antes mesmo de Augusto Comte (MOULINES, 1979).

[67] Este foi um dos principais pontos explorados no seminário *L'héritage d'Auguste Comte*. *Le positivisme dans le monde académique et savant*, ocorrido nos dias 5 e 6 de outubro de 2007 na *Sorbonne* e na BNF, Paris.

presentes em sua própria *démarche* (a neutralidade axiológica do pesquisador, a cientificidade da História e até mesmo a História Política) mas também para a riqueza de determinados traços metodológicos contidos em *Introduction aux études historiques*. Não obstante, atualmente a importância da Escola Metódica reside também em outras feições, tais como seu papel na profissionalização da História, um interesse renovado por suas teses epistemológicas e sua atitude de engajamento político quando da discussão sobre as responsabilidades sociais dos historiadores (GARCIA, 2007:97).

A primeira coisa a dizer sobre *Introduction* é que ele faz parte de um plano mais geral das jovens Ciências do Homem em busca da conformação e delimitação de seus objetos. Sob esse prisma inserem-se, igualmente, o livro de Durkheim *Les règles de la méthode sociologique* (1895) e o artigo de Vidal *Leçon d'ouverture du cours de Géographie* (1899). Não é por acaso que os três fazem parte da mesma geração e que compartilham reflexões que visam à definição de um *método* e a *especificidade* de suas respectivas ciências. Naquela ocasião, era preciso separar-se das perspectivas literárias e generalistas da História, das narrativas exóticas e descritivas dos viajantes e do universalismo metafísico na interpretação da vida social [68]. Tal finalidade seria alcançada, portanto, através de elementos considerados singulares à cada ciência e de procedimentos operacionais que forjassem um método igualmente particular. Com isso, as Ciências Humanas combatiam o ponto de vista totalizante e global que caracterizara os pensamentos de Kant, Hegel, Comte e Marx. Fragmentava-se o mundo em "objetos" sublinhando antes suas especificidades que suas semelhanças [69]. Cada uma delas pretendia ser hegemônica frente às demais, utilizando argumentos como a "não-cientificidade" deste ou daquele artifício, a ambição demasiada de querer explicar todos os fenômenos da vida social, resquícios mitológicos e folclóricos etc.

Adentremos no livro em tela. Comecemos pela crítica às Filosofias da História, tema que aparece nas primeiras linhas da "Advertência". Os autores fazem questão de esclarecer que não se

[68] Segundo as possibilidades abertas pelo aporte da longa duração à história das idéias, as semelhanças contextuais e discursivas da produção de *Introduction* com o período vivido por René Descartes e o conteúdo de *O Discurso do Método* (DESCARTES, 2000 [1637]) merecem um estudo detalhado. A saber: o combate ao tradicionalismo de cunho católico, modificações profundas na vida social, metamorfoses geográficas alterando tradições e costumes; a defesa da razão, o compromisso com o método em busca da cientificidade, o estabelecimento da verdade. Não por acaso Descartes é mencionado no que tange ao recurso da *dúvida metódica* que, uma vez utilizada na análise de documentos, torna-se *desconfiança metódica* (LANGLOIS & SEIGNOBOS, 1992:134 [1898]).

[69] A citação a seguir é assaz emblemática das inquietações que cercavam os cientistas sociais do final do século XIX. Interrogar-se sobre como apreender os fenômenos humanos era, antes de tudo, identificar àquilo que poderia ser (ingenuamente) apropriado e batizado como "monopólio" por cada ciência. E é no interior desta problemática que entra, de forma redentora, o papel do método. Devemos lê-la como uma das principais prerrogativas no bojo da conformação das Ciências Humanas: "A história, sob pena de se perder na confusão de seus materiais, deve fazer uma regra estrita de sempre proceder por questões, como as outras ciências. Mas, como colocar questões numa ciência tão diferente das outras? É o problema fundamental do método. Não se pode resolvê-lo senão começando por determinar o traço essencial dos fatos históricos que o diferencie dos fatos das outras ciências" (idem, p.178).

trata de um livro deste feitio. Nele, não se encontram "vastas construções abstratas" promovidas por sujeitos que tem feito da História o "objeto de suas meditações". Suas inquietações não versam sobre a humanidade na História, a natureza do processo histórico ou a História como um guia para o futuro. O objetivo é prático, direto e operacional, visando responder perguntas como "O que é um documento?", "O que são fatos históricos?" e "Como agrupá-los para construir a obra histórica?". Em suas próprias palavras, o livro é concebido "não como um resumo de fatos adquiridos ou como um sistema de idéias gerais cujo objeto é a história universal, mas como um ensaio sobre o método das ciências históricas" (LANGLOIS & SEIGNOBOS, 1992:17-18 [1898]). A recusa à metafísica e a qualquer espécie de idealismo é um item essencial dos Metódicos. A História não dependia de intricados e contemplativos planos teóricos advindos de um intelecto privilegiado, mas sim de uma orientação metodológica consistente e sóbria que viabilizasse a reconstituição do passado. Destarte, os esforços recaiam na questão documental: são eles que orientam o historiador e permitem a realização da História-ciência. O que sobra é esterilidade intelectual, "vício" dos filósofos da História. "A construção não deve ser dirigida pelo plano ideal da ciência que desejamos construir; ela depende dos materiais reais que dispomos. Seria quimérico propor um plano onde os materiais não estivessem prontos a realizá-lo; seria querer construir a torre Eiffel com madeira de alvenaria. O vício fundamental dos filósofos da História é esquecer essa necessidade prática" [70] (idem, p.175).

Sendo o documento a pedra de toque da historiografia metódica, sua conservação, classificação e manipulação são primordiais. Em uma palavra, o importante era como fazer de um texto escrito num papel o principal meio a permitir ao historiador a realização de seu ofício. Sim, pois lidar com documentos, deliberar seu estatuto como tal ou não, não podia mais ser tarefa para amadores e auto-didatas. Exigia-se um *savoir-faire* que estava longe de ter origem na intuição: tratava-se do aprendizado de um *métier* segundo as regras e normas da pesquisa científica que passava a ser ensinada nas Universidades.

Embora tenhamos lido a relação dos Metódicos com as fontes através da avaliação *annaliste*, que ressaltava sua postura ingênua e acrítica, bem como os avanços da historiografia no século XX também pudessem autorizar-nos a concebê-los dessa forma, um exame mais apurado da *démarche* proposta por Langlois e Seignobos revela, antes de mais nada, uma posição *crítica* perante os documentos. Isso significa, sobretudo, que o historiador deve desconfiar deles, submetê-los a um processo de depuração a fim de constatar ou não sua veracidade e questioná-los segundo

[70] Não é o que pensa José Carlos Reis, para quem a história científica do XIX, embora tivesse tentado romper com a Filosofia, ainda permanecera sob sua influência. Consequentemente, era uma história que não conseguia escapar do "absoluto" e de uma narrativa que explicava "o passado, o presente e o futuro por um final já antecipadamente conhecido". Segundo ele, tal ruptura só seria conseguida pelos *Annales* através do "apoio teórico" das novas Ciências Sociais (REIS, 2000:37-38).

suas origens e conteúdo textual propriamente dito. Se de um lado afirmavam que "A história é apenas o emprego de documentos" (ibidem., p.252), por outro pregavam que a concordância entre os mesmos não significava conclusões definitivas: era mister verificar o "acordo entre os fatos para completar ou retificar" aquelas (ibid., p.168). As fontes não são verdades puras à disposição do historiador, mas seria possível, cientificamente, transformá-las em uma verdade histórica. Sim, a História depende delas. "Sem documentos não há história" (ibid., p.29). Os papéis velhos e pouco interessantes para alguns deveriam, pelo exercício do ofício de historiador, ser metamorfoseados em fontes históricas. Porém, uma mera descrição era insuficiente. Elas precisavam ser criticadas. O passado não estava pronto e acabado repousando sobre elas. "O documento é o ponto de partida: o passado é que é o ponto de chegada" (ibid., p.66).

Para tanto, a principal proposta metodológica é concebida a partir de dois tipos de crítica: a *interna*, referente à interpretação/hermenêutica textual; e a *externa*, referente à restituição, proveniência e coleta/classificação das fontes (ibid., p.68-9). Assim, se o trabalho do historiador tem como fundamento a análise documental, por conseguinte, o progresso da História é tributário do progresso do inventário geral de documentos [71]. A ação crucial do historiador é a de saber definir, nestes, o que é verdadeiro e o que é falso. Daí o fato de que sua profissão é plena de responsabilidades e compromissos. Ele deve ter em mente seu papel social e intelectual, exigindo de si mesmo um "exame de consciência" ao realizá-la (ibid., p.70).

Esse é o gênero da crítica histórica metódica. Seus estreitos vínculos com o *status quo* no transcorrer da III República não os impediu nem mesmo de desconfiar de uma suposta veracidade dos documentos oficiais, advertindo para a necessidade de reconhecer os interesses políticos e os conflitos sociais inscritos em uma dada fonte. Em outras palavras, ela é, em essência, um produto social. Isolada das demais e, sobretudo, do contexto que a fornece sentido e núcleo histórico, sua serventia praticamente desaparece. Refutando a tendência em procurar as motivações individuais do autor de uma dada fonte, explicam que este "pode transmitir falsas informações em nome de um interesse *coletivo*. É uma das dificuldades da crítica. Um autor é membro de vários grupos ao mesmo tempo (família, província, pátria, seita religiosa, partido político, classe social), cujos interesses estão frequentemente em conflito. É necessário saber discernir o grupo no qual ele mais se interessa e pelo qual ele terá trabalhado" (ibid., p.141). Essa é uma lição que contraria, em cheio, duas posições amplamente divulgadas pela historiografia acerca dos Metódicos: (i) realizavam um

[71] Sim, pois trata-se da operacionalização da pesquisa em História: há problemas quanto à organização e à catalogação de fontes. Tomando o caso francês como referência, uma trama complexa entre arquivos, História e Estado (e que explica boa parte dos problemas da conformação da ciência histórica no século XIX para além das leituras clássicas escritas pela historiografia e pela história das idéias) foi contada por Nora (1997 [1986]).

"culto aos documentos", admitindo-os de maneira acrítica; (ii) foram historiadores das ações individuais, em detrimento dos fenômenos coletivos.

Como tudo se volta para os documentos, "fonte única do conhecimento histórico" (ibid., p.179), a contribuição que as demais ciências e determinados ramos do saber podem oferecer está vinculada ao pleno esclarecimento daqueles. Embora reconheçam a importância da Heurística, Hermenêutica, Filologia e Paleografia, declaram que o emprego de ferramentas de outras áreas variará segundo as demandas de cada pesquisa. Conhecimentos de grego não serão necessários em um estudo sobre a Idade Média na França, p.ex. Portanto, trata-se de uma concepção utilitária e limitada de interdisciplinaridade, evidenciada tanto no momento em confessam a imprecisão da noção de ciências auxiliares [72] quanto na alegação de que a fragilidade de algumas delas (psicologia descritiva e sociologia) retarda a constituição de uma história científica (ibid., p.56 e 184).

Raciocinando de acordo com os padrões da época, a ciência que mais se aproximava da História, pelo seu objeto, era a Zoologia descritiva (ibid., p.178). Embora tal afirmação possa parecer absurda nos dias atuais, não podemos esquecer que as analogias e ligações das Ciências Humanas com as Ciências Naturais eram uma constante no século XIX e conferiam mesmo ares de cientificidade às primeiras. Na explicação dessa semelhança reside não somente uma concepção de História, mas uma visão epistemológica mais geral típica do cientificismo então reinante no século XIX. Correto? Não inteiramente, pois Langlois e Seignobos, decididos a enfatizar a singularidade do fato e do método históricos, renunciam à "tentação de imitar o método das ciências biológicas" (ibid., p.179). Essa postura que é, no mínimo, ambígua junto às Ciências Naturais é um traço comum às recentes Ciências do Homem, e pode ser encontrada nas já citadas Sociologia durkheimiana e Geografia vidaliana. Ela deixa transparecer as dificuldades e os dilemas de disciplinas *en train de se faire* que buscavam afirmar a particularidade de uma epistemologia essencialmente *humana* [73].

---

[72] Abordaremos a temática da interdisciplinaridade ainda neste capítulo, quando da análise de Febvre e Bloch. De qualquer forma, não deixa de ser surpreendente a sinceridade de uma argumentação que considera antes os limites que as potencialidades do diálogo interdisciplinar. Interessante é constatar que, na mesma época, Ratzel e Vidal promovem suas reflexões na direção oposta à dos historiadores, investindo na perspectiva interdisciplinar como item capital para a formação do campo geográfico. Um século mais tarde, onde as noções de "inter-", "pluri-", "multi-" e "trans-" disciplinaridade nunca tiveram tanta força nos mais diversos ramos da ciência, o historiador e *annaliste* francês Bernard Lepetit escreve um artigo que vai na contramão deste movimento: *Proposições para uma prática restrita da interdisciplinaridade* (LEPETIT, 2001 [1990]). Suas intenções não deixam de ter certa semelhança com o conteúdo de *Introduction aux études historiques*.

[73] Embora devamos grifar que, nas primeiras décadas de criação das disciplinas universitárias na França, os historiadores fizeram muito mais para se distanciar das Ciências Naturais que os geógrafos, seja em relação aos temas, seja em relação à teoria. No caso aqui estudado, Langlois e Seignobos se resguardam da tentação de explicar a "evolução da sociedade" (o termo é deles) pela evolução animal através de analogias biológicas: as causas não são as mesmas, e é a própria observação histórica que lhes permitiu chegar a tal posição (LANGLOIS & SEIGNOBOS, 1992:256-257 [1898]). Neste ponto, é provável que o legado do historicismo

Entretanto, embora às vezes os metódicos deixassem transparecer que a história fosse emergir única e exclusivamente da interpretação de palavras escritas em papéis empoeirados e amarelados, suas idéias não eram tão simples assim. Ao não reproduzir a metodologia empregada pelas Ciências Biológicas, eles acabaram por sugerir (ainda que algumas de maneira não muito clara) certas premissas caras tanto às atuais Ciências do Homem quanto à corrente historiográfica que os sucederia. A saber: (i) caráter indireto do conhecimento histórico; (ii) componentes subjetivo e imagético contidos na apreensão do passado; (iii) associação entre passado e presente. Mais epistemológico que os precedentes, o capítulo *Conditions générales de la construction historique* ensaia perscrutar a natureza do conhecimento em História. Diferente do que poderíamos pensar à primeira vista, não encontramos uma pregação ortodoxa em nome da objetividade, do racionalismo e da assertiva de que o real é aquilo que se vê, feições habitualmente ligadas à perspectiva positivista. Diríamos mesmo que a exposição se volta em direção aos limites da prática histórica, admitindo antes suas dificuldades que suas facilidades.

Esboçemos uma síntese dos itens acima citados: o documento escrito não é, por si, o passado, mas tão somente um resíduo, um vestígio dele. Enfim, um *traço* de um discurso, de uma lei ou de um tratado de guerra. E, por mais que seja algo eloquente, não esconde o fato de que diz respeito àquilo que *já passou*. Em oposição ao trabalho do geógrafo, p.ex., cuja ida ao campo o permite visualizar *in loco* e em tempo real as mudanças na paisagem, o instrumental de pesquisa do historiador não lhe permite ser testemunha do ocorrido. Para ele, a relação sujeito-objeto é, sempre, uma relação mediada pelas fontes; consequentemente, o conhecimento histórico é, por sua própria condição de dependência junto a estas, *indireto*. Ao interpretar seu material, o historiador, impossibilitado de presenciar o fenômeno estudado, *imagina* o passado. Nesse sentido, a História é uma ciência inescapavelmente *subjetiva*. Contudo, isso não significa que seu campo de atuação se localize em um plano mitológico e irreal: seu trabalho consiste, através do domínio de uma série de técnicas (análise linguística, esclarecimento do conteúdo textual, identificação das posições políticas e sociais dos autores das fontes etc.), em ir, gradualmente, expurgando as imagens de seus elementos sofismáticos. Neste procedimento, o tempo presente assume papel crucial, posto que, guardadas as devidas proporções, ele carrega consigo características comuns com o passado (ibid., pp.175-184). Logo, o *métier* do historiador estava fundado em sua própria experiência com o presente, que servia como um conjunto de possibilidades onde, uma vez apropriadas através de comparações e semelhanças, contribuiriam para iluminar o passado com mais exatidão. Por outro lado, a História também presta serviços ao presente, posto que ela é instrumento-chave de

alemão, afirmando a especificidade das Ciências do Espírito frente às Ciências da Natureza (cf. LÖWY, 1987), tenha sido decisivo.

explicação do mesmo. Consequentemente, é acentuada sua importância para disciplinas voltadas ao estudo do presente, como as Ciências Políticas e Sociais (ibid., p.184 e 254-55).

Portanto, não estamos falando de uma concepção fixa e imutável de história, mas sim de uma história *em movimento*. Ao atentar para a relação com o presente e ressaltar a questão documental, Langlois e Seignobos souberam captar que a imagem do passado não se fecharia nela mesma, pelo contrário: ela seria constantemente renovada pela descoberta de novas fontes e interpretações em torno da evolução da vida social. Cada questão colocada pelo presente conduziria a novas leituras sobre o passado, abrindo-o segundo outras direções. Em suas próprias palavras: "Pode-se pensar que chegará um dia em que, graças à organização do trabalho, todos os documentos terão sido descobertos, purificados e postos em ordem, assim como todos os fatos cujos traços não puderam ser resgatados serão estabelecidos. Neste dia a História terá sido constituída, mas não fixada. Ela continuará a modificar-se à medida que os estudos diretos das sociedades atuais, tornando-se mais científicos, trouxerem melhor compreensão dos fenômenos sociais e sua evolução. Pois, sem dúvida, as novas idéias adquiridas sobre a natureza, causas e importância relativa dos fatos sociais continuarão a transformar a imagem que será feita das sociedades e dos acontecimentos do passado" (ibid., p.255).

No entanto, mesmo admitindo que "toda imagem histórica contém uma forte parte de fantasia" (ibid., p.183), a História como "uma ciência forçosamente subjetiva" (ibid., p.179) e que "todos os objetos do conhecimento histórico são imaginados" (ibid., p.181) — noções que poderiam, ironicamente, fazer parte de qualquer leitura pós-moderna da História! —, é curioso verificar como o peso da herança cientificista e o imperativo de se afirmar e se reconhecer enquanto tal os conduzia a uma pretensão que é, certamente, estranha às idéias acima mencionadas: o passado como uma realidade objetiva e fielmente representada. Assim, podemos ler que "O estudo de todo documento deve começar por uma análise do conteúdo sem outro objetivo que o de determinar o pensamento real do autor" (ibid., p.126). Nesse caso, somos advertidos que devemos manter distância entre "a afirmação de um autor, quem quer que seja, e uma verdade cientificamente estabelecida" (ibid., p.134-5) — como se a escrita do historiador não traduzisse, por si mesma, uma afirmação feita por alguém! Sintetizando a pretensão acima (ao mesmo tempo em que corroboram a influência da historiografia alemã sobre a francesa no século XIX [74]), citam uma das mais famosas

[74] Se os alemães são reconhecidamente a inspiração para os historiadores franceses no século XIX, em um determinado momento o que era modelo torna-se uma verdadeira reação. Conforme Langlois e Seignobos, o que tem sido escrito na Alemanha (e na Inglaterra) sobre o método de investigação e a escrita da História são trabalhos "superficiais, insípidos, ininteligíveis e mesmo ridículos". Sem meias palavras, o livro de Droysen *Grundriss der Historik* é tido como "pesado, pedante e confuso para além do que se pode imaginar" (LANGLOIS & SEIGNOBOS, 1992:20-21 [1898]). Se é lícito pensarmos que há, de fato, uma crítica epistemológica à natureza destes trabalhos, não podemos olvidar que, após a disputa envolvendo os dois países

frases de Ranke: "Quero dizer como aquilo foi na realidade" (wie es eigentlich gewesen) (ibid., p.182).

Embora tal proposição estivesse em consonância com os ditames científicos então vigentes, essa nos parece ser uma das limitações da Escola Metódica. Podemos mencionar outras: denotando uma concepção rígida e que não condiz em nada com a aceitação da subjetividade e da imaginação, as lendas e as anedotas deveriam ser rejeitadas, posto que são crenças populares que fazem parte não da História, mas sim do folclore (ibid., p.152). Por extensão, a dimensão cultural e o estudo das *mentalidades* seriam igualmente descartados. Um item que também contrasta com a aceitação mencionada mostra que o "acaso" em História não está relacionado a encontros fortuitos entre desconhecidos de lugares longínquos, morte acidental de alguém em plena juventude ou desvio imprevisto de uma embarcação cujo resultado tenha sido a descoberta de uma ilha — exemplos banais mas perfeitamente factíveis —, mas diz respeito exclusivamente ao fato de que os documentos tenham sido preservados (ibid., p.168). Outra restrição está ligada à noção de fonte, pois são consideradas como tal, essencialmente, textos escritos. "Em história, o que é real é visto nos papéis escritos e, algumas vezes, nos monumentos ou produtos de fabricação" (ibid., p.178-9). De modo pontual, essa atitude interdita por completo a modalidade de história oral, variante importante cuja contribuição atua no sentido de incorporar sujeitos e visões sociais tradicionalmente relegados a um plano secundário. De maneira ampla, a noção de processo histórico parece, por vezes, diluir-se em meio à exegese documental.

2.2. Turbulência Histórica e Fertilidade Intelectual: os *Annales* de Marc Bloch e Lucien Febvre [75]

O que um geógrafo pode escrever sobre os *Annales*? Aliás, ainda é possível acrescentar algo sobre a corrente historiográfica mais debatida e polemizada do século XX? Sim, é possível. Afinal, o passado está sempre em movimento, os primeiros *Annales* (i.e., os de Febvre e Bloch) são constantemente evocados pelos historiadores em nossos dias e suas idéias ao redor dos métodos e técnicas de pesquisa afetaram não apenas a História mas as Ciências Sociais como um todo.

No intuito de compreender determinado fenômeno da história das idéias, três coisas nos parecem fundamentais: (i) o contexto histórico que o cerca e o constitui; (ii) o debate político que o

em 1870-71, uma resposta de cunho nacionalista da parte dos intelectuais franceses era quase inevitável. Algo semelhante aconteceria também entre os geógrafos, tal como as críticas de Camille Vallaux a Ratzel, p.ex. (ESCOLAR, 1998). Algo sobre isso foi comentado no capítulo precedente.

[75] Talvez esse subtítulo tenha sido influenciado pelo artigo "A crise dos anos 30 e a emergência de novos temas na Geografia" (ROBIC, 2006b).

atravessa; (iii) uma caracterização epistemológica geral. Revisando alguns dos estudiosos da corrente em tela, nota-se, em geral, que o terceiro tópico domina amplamente os demais (GURIÊVITCH, 2003; BURKE, 1997; CAIRE-JABINET, 2003; POMIAN, 1997 [1986]; BOURDÉ & MARTIN, 1997 [1983], NOIRIEL, 2005; LE GOFF, 1990 [1978]). Não são muitos os que aprofundam a relação dos primeiros *Annales* com o Colonialismo, a Revolução de 1917, os movimentos sociais franceses e outros acontecimentos históricos que, postos em relevo, fariam emergir a postura política e a ideologia contidas na escrita histórica de Marc Bloch e Lucien Febvre (PARIS, 1999; REIS, 2000, 2005; AGUIRRE ROJAS, 2000a; DOSSE, 1992 [1987]).

Não estamos sozinhos quando o assunto é um olhar crítico lançado aos estudiosos da corrente em questão. Revel é preciso quando assevera que a maior parte do que tem sido consagrado a esta parte da perspectiva criada pelos próprios *Annales* ao redor de si mesmos (REVEL, 1979:1361). Por sua vez, Burguière recusa uma leitura cujo encaminhamento sugere que os *Annales* respondiam a uma urgência epistemológica da época. Ao contrário: para ele, o movimento foi uma exceção histórica (BURGUIÈRE, 1979:1347). Sem meias palavras, o historiador espanhol Josep Fontana admite entre aqueles e outros estudiosos algo que qualifica como "literatura mitificadora" (FONTANA, 2004:257 [2001]). Ora; o que são as idéias quando desacompanhadas de historicidade e conteúdo político?

Situação exposta, as páginas que seguem são nada mais que um esboço de pensar alguns dos elementos teórico-metodológicos desenvolvidos por Bloch e Febvre no seio do processo histórico vivido pela França e pela Europa nas primeiras décadas do século passado. O papel da Geografia será analisado separadamente.

"Breve século XX": foi assim que Hobsbawm resumiu os cem anos precedentes, pois ele começara e terminara com uma guerra de origem essencialmente européia (a de 1914-1918 e a dos Bálcãs na década de 90). Ao mesmo tempo, o eminente marxista inglês também os via como a "Era dos Extremos", dadas suas profundas transformações de ordem econômica, política, social e cultural nos mais diferentes países e continentes. Pode-se destacar, pelo menos, três dessas mudanças: na demografia, onde um aumento sem precedentes da população veio na esteira da revolução econômica, originando mais trabalho e mais consumidores; no volume do comércio e da emigração, onde as trocas comerciais passaram a ter o globo como cenário e as pessoas não mais se restringiam a morar por toda a vida no local onde haviam nascido; e nas comunicações e transportes, com a construção das ferrovias, o desenvolvimento das técnicas hidroviária e aeroviária e a progressiva expansão do automovél engendrando relações sociais absolutamente novas (HOBSBAWM, 1995 [1994]).

A dinâmica do capitalismo, a industrialização e o liberalismo econômico foram, certamente, os grandes responsáveis pela criação de relações cada vez mais globais. Por conta deles, uma nítida divisão internacional do trabalho dividia o mundo em duas partes: de um lado, países produtores de mercadorias e, de outro, países fornecedores de matérias-primas de baixo valor agregado. Por conta deles, o imperativo de expansão dos mercados e dos lucros culminara no Imperialismo, isto é, na conquista e partilha da África e da Ásia pelas potências européias. Todavia, a unificação fragmentada então em curso, simultaneamente ao fato de proporcionar enormes benesses aos homens de negócios, também admitia a possibilidade de uma crise numa escala de amplitude fora dos padrões até então existentes.

Esta parece ser uma das especificidades do século em voga: o caráter global de seus fenômenos, o espraiamento veloz das informações, a ultrapassagem da escala local. Não se enquadram nessa ordem a Revolução Russa, a Primeira Guerra Mundial e a Crise de 29? Ironicamente, esses três acontecimentos são filhos de visões e representações de mundo provenientes do século XIX: do Marxismo e da vontade de construir de uma nova sociedade; do Imperialismo e da necessidade de reorganizar o mapa geopolítico europeu; e do Liberalismo [76] apoiado no ideal abstrato da mão invisível. Historicamente, eles são indícios de um abalo mais amplo: a crise da Modernidade.

Como a França se insere nessa conjuntura? Segundo Maurice Agulhon, naquele país o início do século XX é de prosperidade econômica e modernização tecnológica. Começava-se a desfrutar das descobertas científicas do final do século passado, como a eletricidade e o motor à explosão, facilitando tanto a vida no lar quanto o trajeto de ida e volta ao trabalho. A sequência do investimento em educação pública e gratuita permitia o surgimento da grande imprensa e de jornais populares e provincianos. Liam-se romances em formato de folhetins, o teatro era comentado, descobria-se o cinema. Na política, permaneciam as disputas em torno da defesa dos ideais republicanos: novos atores sociais como o movimento operário de esquerda (representado pela Seção Francesa da Internacional Trabalhista) entravam em cena, ao mesmo tempo em que reações de direita também se faziam presentes (*L'Action Française* de 1905). Provenientes da Revolução de 1789 e suas conquistas, tais ideais (a justiça e a ética, p.ex.) localizavam a França na dianteira do progresso, situando-a na posição de mandatária legítima da Alsácia-Lorena e de principal difusora de bens culturais e civilizacionais junto ao mundo colonial. Em defesa dos interesses franceses, em 1914 mesmo o patriotismo de esquerda (não a extrema esquerda) aceitava a guerra, enquanto a lembrança de 1870-71 era restrita aos mais velhos. Por sua vez, a História e a Literatura se

[76] Embora o Liberalismo tenha como pai o escocês Adam Smith, cujo *Riqueza das Nações* data de 1776, a concretização histórica do mesmo se deu no século posterior.

encarregavam, respectivamente, de propagar o culto aos grandes homens e a imagem de retidão moral e valentia física como típicas do caráter francês. Contrário a esse estado de coisas, Jean Jaurès trava uma luta contra o Colonialismo e a inaptidão da Diplomacia francesa para impedir a guerra. Inspirado pelo socialismo humanista, combate o nacionalismo e apóia o Internacionalismo, condescendente à idéia de que uma greve geral além-fronteira poderia deter os exércitos (AGULHON, 1990:205-254). A despeito de sua destacada atuação política e intelectual, naquela ocasião os esforços de Jaurès malograram...

Ainda de acordo com Agulhon, a eclosão do conflito e suas principais etapas são bem conhecidas de todos — sobretudo dos franceses, para quem a Grande Guerra não foi 1939-35, mas sim 1914-18. O entusiasmo da vitória não dissimulava as perdas materias e espirituais do confronto: regiões inteiras devastadas; quase um milhão e meio de mortos; número considerável de feridos e mutilados; produção enfraquecida; reservas financeiras debilitadas e endividamento junto aos antigos aliados (notadamente os americanos). Além disso, às dificuldades econômicas somavam-se os movimentos sociais, cada vez mais vinculados às esperanças revolucionárias da Europa central e oriental. De outro lado, porém, o preço do triunfo era considerável: a recuperação da Alsácia-Lorena e a ampliação dos territórios coloniais por conta das áreas retiradas dos alemães e dos turcos. No que concerne ao mapa europeu, a França anexaria provisoriamente a Sarre (rica em carvão) e ocuparia militarmente a Renânia até o Reno, além da garantia de assistência dos ingleses e americanos em caso de agressão germânica — algo difícil por causa das condições impostas pelo Tratado de Versailles (1919) à Alemanha, tais como a total desmilitarização e o pagamento de reparações de guerra. Todavia, a segurança das fronteiras do Reno só seria obtida em através dos acordos de Locarno em 1925, reunindo Grã-Bretanha, Itália, Bélgica, França e Alemanha.

No que tange à geopolítica mundial, após 1918 há uma aproximação com o Império Britânico e com o pujante Estados Unidos. Sua presença maciça na África e suas colônias na Ásia, América e algumas ilhas na Oceania lhe garantiam uma série de benesses (exploração de recursos naturais e mão-de-obra nativas, controle estratégico de rotas, expansão do capital privado nacional etc.), bem como uma posição de peso nas decisões referentes ao cenário internacional. Orgulhosos de seus domínios, é organizada em Paris uma grande exposição colonial (1931). Ironicamente, seu tom ufanista e ideológico contrastaria, no mesmo ano, com a primeira insurreição anti-imperial na Indochina. Quatro anos antes, *Voyage au Congo*, de André Gide, havia denunciado os abusos das grandes companhias coloniais e, em 1925, o comunista Jacques Doriot enviara telegrama de apoio ao rebelde marroquino Abd el-Krim. Signos de uma descolonização inevitável.

No campo econômico, pouco a pouco a reconstrução vai assumindo espaço: no entreguerras, a produção de automóveis e aviões é surpreendente, e um relativo atraso industrial amenizou

consideravelmente os efeitos da crise de 29. Entretanto, o não-pagamento da reparação de guerra pelos alemães e a suspensão de todos os saldos internacionais pela moratória Hoover durante um ano levariam a uma nova crise (1932). No campo demográficos, embora as cidades cresçam devagar, 1931 vê a população urbana ultrapassar a população rural. Nesta mesma data, imigrantes da África do Norte, Polônia, Espanha e Itália totalizavam 3 milhões de pessoas.

Enfim, um impacto significativo na política e na sociedade francesas estava em curso. Se é verdade que os comunistas já acusavam a prioridade à luta proletária internacional em detrimento do particularismo das questões nacionais, a Primeira Guerra Mundial foi o principal canal no sentido de uma alteração na forma de apresentar a História aos cidadãos. O nacionalismo pregado pelos manuais escolares republicanos não era mais o mesmo de outrora (idem, pp.323-78). A história dos homens mostrava aos historiadores que o caminho a seguir deveria ser outro que o dos militares, tratados e batalhas. O que estava em jogo e precisava ser feito era a reconstrução econômica e social da nação.

É justamente no interior desse panorama que devemos estudar os primeiros *Annales*. Antes de ser teórico-metodológica, sua agenda e programa de pesquisas são, por excelência, produtos históricos. A verdade é que os *Annales* praticavam a História *de seu tempo*, ou seja, uma História que atendia às demandas da sociedade francesa ciosa por um projeto de convergência e reestabelecimento nacional. Nesse caso, não há diferença entre os *Annales*, a Geografia Vidaliana, a Sociologia Durkheimiana e a Escola Metódica pois, à sua maneira, cada uma dessas vertentes das Ciências Humanas propunha tanto a renovação de seus campos de conhecimento quanto sugestões de alternativas e possibilidades político-sociais que atingiam em cheio os problemas da realidade francesa de então. O fato de tais correntes estarem umbilicalmente ligadas ao nascimento dos *Annales* não é mera coincidência e tampouco pode ser visto apenas sob o viés epistemológico. Devemos interpretá-lo como uma convergência histórica entre projetos científicos gerados em meio à formação, tensão e consolidação dos Estados Nacionais europeus durante os anos de 1871 e 1945. Afinal, o que representam temas como a interdisciplinaridade, a criação de projetos coletivos de pesquisa e a ênfase na história econômico-social em detrimento da história política, bem como as análises sobre "a estranha derrota" de 1940, o apoio à missão civilizatória do Colonialismo e a defesa do Reno não como um rio alemão mas como um rio europeu, senão uma congregação de forças e uma concepção ampliada acerca do passado, presente e futuro da França? Sim, não se tratava mais de uma perspectiva chauvinista que via a história como um meio de acertar as contas com o passado e com a rival Alemanha. De uma história que buscava caracterizar a nação e o

cidadão sob rótulos de bravura e coragem [77]. Que se encerrava no território nacional e não incorporava os intercâmbios provenientes do espaço europeu e de outros continentes. Entretanto, uma vez que toda epistemologia é essencialmente política, refletir acerca da contribuição dos *Annales* fora dessa ótica — tendo como justificativa que a crítica dos mesmos à história política privilegiada pela corrente Metódica tornou-os imunes à uma apreciação de natureza política — é perder a possibilidade de arquitetar um exame global em torno do principal movimento historiográfico do século XX. Ou, dito de outra forma, é abrir mão da oportunidade de interpretar o século XX tal como ele foi representado pela corporação tida como a mais apta a fazê-lo. Não é a dinâmica historiográfica um dos canais mais oportunos para compreender o processo histórico em si mesmo?

Vejamos de perto a formação dos *Annales* e seus traços teórico-metodológicos para, em seguida, retomar este ponto. Para o historiador brasileiro José Carlos Reis, eles são um projeto "do exterior da História" (REIS, 2000:56), cujas fontes principais seriam a crítica histórica de Henri Berr e a do sociólogo durkheimiano François Simiand, a História Econômica de Henri Pirenne e a Geografia Humana de Vidal de la Blache. Ou seja, a renovação dos estudos históricos preconizada por Bloch e Febvre teve suas origens fora da disciplina História, inspirada pelos avanços realizados pelas Ciências Humanas na França do final do século XIX e início do século XX.

Isso faz todo sentido, já que, segundo Febvre, a História se encontrava numa verdadeira crise. Ou, melhor dizendo, ela não havia incorporado o movimento epistemológico mais amplo então em curso protagonizado pela Teoria da Relatividade que, de modo profundo, havia posto em xeque a preeminência do Paradigma Cartesiano-Newtoniano. Presa a uma concepção de mundo formalista, racionalista e pragmática, a História tal como era praticada pelos Metódicos estava em desvantagem frente a suas concorrentes mais jovens e dinâmicas (FEBVRE, 1941). E isso justamente no momento em que, no âmbito da nova configuração teórico-metodológica operada pelas Ciências Humanas, o acesso à Filosofia como recurso analítico não era mais uma opção plausível. Portanto, apesar da História ser uma disciplina bem estabelecida nas escolas e Universidades e sua posição estar longe de ser abalada, seu *status* intelectual já tinha sido bem mais confortável. A independência da Geografia (que, se não era uma rival, havia, no mínimo, diminuído seu espaço institucional) e as censuras da Sociologia (endereçadas ao empirismo e à ausência de cientificidade) eram sinais mais do que visíveis de uma situação, pelo menos, delicada. Era mister reorganizar a

[77] Na Geografia acontecerá o mesmo: sob as bases do pensamento vidaliano, o clima de nacionalismo e civismo cede lugar ao estudo das formas de relevo e da paisagem e às características de cada região (cf. CLAVAL, 1998:155).

História, seguir os passos abertos pela rejeição ao Positivismo e, principalmente, conclamar a união das Ciências do Homem.

Mas esse diagnóstico data de 1920. Bem antes disso, a *Revue de Synthèse Historique* em 1900 e o artigo *Méthode historique et Science Sociale* em 1903 são dois pontos centrais no bojo das mudanças historiográficas que abrirão caminho aos *Annales*. Fundada por Henri Berr, a revista em questão tinha como um de seus alvos a "história historizante" (o termo é de Berr) e o espírito positivista que dominavam o ensino superior na França. Criticando também a abstração alemã e o empirismo francês, visava dotar a História de um estatuto científico. Para tanto, esboçou o projeto de uma síntese histórica que, através de modelos, generalizações e análise de fatos segundo um ponto de vista universal, iria responder às grandes questões levantadas pela Filosofia — algo que só a História seria capaz de fazer (AGUIRRE ROJAS, 2004:62).

Os principais nomes que originariam os *Annales* eram parte integrante da "Section de Synthèse Historique" da *Revue de Synthèse*, tais como Febvre, Bloch, Hauser e Demangeon. Na parte intitulada *Les régions de la France*, os dois primeiros escreveriam volumosos artigos sobre a *Franche-Comté* (1905) e a *Île-de-France* (1912). Em 1920, Berr começava a publicar a coleção *l'Evolution de l'humanité*, da qual fariam parte os livros de Febvre *La Terre et l'évolution humaine* (1922) e *Le problème de l'incroyance au XVIe siècle* (1942), assim como *La Société féodale* (1939), de Bloch. Atraíam esses últimos temas como o caráter científico da história, o difícil problema da causalidade histórica, o diálogo com as Ciências Sociais e a rejeição à história positivista e à *démarche* alemã (idem). Para Febvre, a empreitada crítica e teórica de Berr havia preparado o futuro, aberto caminho para a renovação dos estudos históricos (FEBVRE, 1933:10).

Contudo, Burguière afirma que a *Revue* foi muito mais um lugar de diálogo onde Bloch e Febvre puderam forjar e esclarecer idéias que uma fonte de inspiração teórica (BURGUIÈRE, 1979:1351). Na mesma direção, Chartier e Revel, ainda que apontem as afinidades entre Febvre e Berr, falam da revista em tela como um "laboratório" para os futuros *Annales* (CHARTIER & REVEL, 1979). Nos anos 70, Braudel ressaltaria a importância do projeto de Berr, sustentando que "(...) esse homem é um pouco os *Annales* bem antes de sua criação, desde 1900 e, talvez, desde 1890. É a ele que convém dirigir-se para saber 'como tudo começou'" (BRAUDEL, 1992:14 [1990]). Porém, a seguir, logo trata de marcar a diferença entre a *Revue* e os *Annales*. Havia o desejo de criar uma revista "mais combativa, menos filosófica, baseada em pesquisas concretas e novas (...). A *Synthèse* abre-se a demasiadas discussões teóricas, a demasiados conceitos que passam em cena como fantasmas ou nuvens. Com os *Annales*, estamos na terra. Em suas páginas, são os homens do tempo presente e do tempo passado que entram com seus problemas concretos, homens 'vivos', teria dito Gaston Roupnel" (idem, pp.21-22). Em suma: menos Filosofia e mais

História — ponto pacífico entre as Ciências Sociais da primeira metade do século XX [78]. Uma breve comparação entre os temas selecionados pelas duas revistas é suficiente para constatar a inclinação teórico-metodológica, a porta aberta à Filosofia e o empenho em debater a história das idéias encontrado na *Revue de Synthèse*, ao passo que os *Annales* estariam mais voltados para as questões referentes à economia e à sociedade vistas sob o ângulo histórico. De qualquer maneira, o peso de Berr é na edificação de uma nova história — em que pese ter sido um pouco esquecido nesse processo (CHARTIER & REVEL, 1979: 431) — é inegável.

Quanto ao segundo ponto mencionado anteriormente, não por acaso o texto de Simiand (1873-1935) é publicado na *Revue de Synthèse*, indicando uma convergência de esforços provenientes de origens distintas rumo à preparação de uma nova história. Sociólogo e economista de orientação durkheimiana, seus trabalhos sobre a história dos preços eram direcionadas à identificação de ritmos a médio e longo prazo na economia mundial, relativizando a noção de crise e inserindo-a num contexto mais vasto. A despeito da vontade dos diretores dos *Annales* de, em 1930, tê-lo à frente de uma pesquisa histórica dos preços, Simiand jamais envolveu-se a fundo com a jovem revista (PARIS, 1999:210). Sua contribuição foi mesmo indireta, mas nem por isso menos relevante — pelo contrário. Vejamos porquê suas idéias interessavam a Bloch e Febvre.

Méthode historique et science sociale não mascara suas intenções: uma vez reconhecendo a necessidade do conhecimento histórico para a Sociologia, constata-se um descompasso entre a *histoire traditionelle* (o termo é utilizado por Simiand) e o pressuposto teórico-metodológico operado por aquela. Qual seria esse pressuposto? A constituição de uma ciência dos fenômenos sociais "análoga às já constituídas ciências positivas dos fenômenos naturais". Nesse sentido, uma vez aplicado às ciências sociais, o formato atual da história tradicional não apenas se choca com elas, mas a nega (SIMIAND, 1960 [1903]:85). Cabe, portanto, analisar em que consiste o método histórico, assinalar seus limites e sugerir como ele pode ser modificado a fim de acompanhar o movimento científico em curso. Para isso, toma como referência os livros *De l'histoire considerée comme science* (1894), de Paul Lacombe, e *La Méthode historique appliquée aux sciences sociales* (1901), de Charles-Victor Seignobos. De início, há que se interrogar, pelo menos, dois aspectos: (i) por quê Simiand escolheu os livros acima e não *Introduction aux études historiques*, já que este era tido como a principal obra da historiografia de então? (ii) por quê a insistência em inserir a História no ambiente epistemológico das Ciências Naturais, quando a rejeição ao mesmo havia sido exposta claramente por Langlois e Seignobos cinco anos antes em *Introduction*?

[78] A leitura de Braudel revela também um recorrente traço *annaliste*: a incorporação crítica de suas matrizes intelectuais. Também seria assim com a Sociologia e a Geografia, conforme veremos adiante.

Devemos sugerir duas ou três observações à interpretação de Simiand. Primeiramente, se é indiscutível o caráter progressista da maioria de suas teses (à parte sua mistura de racionalismo cartesiano e positivismo comteano), a adoção de todas elas não significaria propriamente um avanço ao conhecimento histórico. Ao contrário, seria mesmo um retrocesso admitir que existem leis sociais/históricas e que só existem causas quando ligadas a tais leis. Igualmente o seria a indistinção entre as Ciências Naturais e as Ciências Sociais, principalmente no momento em que estas últimas estavam em busca de erigir suas próprias ferramentas epistemológicas. Em segundo, ele busca emprestar um dado grau de objetividade que nos parece incompatível com a "matéria-prima" na qual se assenta o conhecimento histórico: o homem. Sua rejeição à não-diferenciação feita por Seignobos entre elementos psicológicos e elementos subjetivos, bem como às "sobrevivências metafísicas" encontradas no mesmo, visam eliminar da História seu componente imaginário e desconhecer os limites inerentes a uma empresa que estuda algo que já passou. Em terceiro, tomar o social como independente e exterior ao individual (contrapondo-se à preponderância de ações isoladas e pessoais) é apenas a substituição de uma dicotomia pela outra [79]. Isso não quer dizer que não se trate de um momento essencial quando nos referimos ao cruzamento entre disciplinas em vias de formação/rearrumação na primeira metade do século XX. Suas menções à Geografia (que também merecia crítica semelhante) e a Hauser (tido como referência de vanguarda para Bloch e Febvre mas colocado no mesmo plano que Seignobos!) apenas ratificam seu lugar de destaque [80].

O texto é cáustico e, embora seus argumentos não lembrem em nada o tom de um panfleto, é tão combativo à "história tradicional" quanto os *Annales*. Ou seja, não há nada a ser aproveitado. Ao fim do conjunto de suas meditações e objeções, depreende-se que a corrente representada por Seignobos era tudo, menos "positiva". Ela havia parado no tempo e suas principais noções não correspondiam senão a uma visada científica estabelecida há cinquenta anos. Era preciso mudar o "espírito" (o termo é de Simiand) investigativo. Nesse sentido, as principais censuras evidenciadas são: (i) conservação de elementos metafísicos; (ii) imprecisão de termos, indistinção de conceitos e confusão quanto à noção de *causa*; (iii) valorização do individual em detrimento do social; (iv) hegemonia das ações e acontecimentos únicos, acidentais e individuais; (v) leitura equivocada do documento/fonte histórica; (vi) incapacidade do tempo cronológico em explicar a diversidade da vida social; (vii) domínio da História Política explicando os múltiplos aspectos da sociedade; (vii) fragmentação da História em setores rígidos.

[79] Conforme a reflexão de Norbert Elias em *A Sociedade dos Indivíduos* (1994 [1987]).
[80] Hauser havia elogiado a reflexão sociológica de Ratzel. Simiand a considera de um simplismo só (SIMIAND, 1960:28 [1903]).

Simiand fazia perguntas que a história tradicional não sabia responder. Ele falava em articulação, unificação, conjunto, construção. Interrogava a História por dentro, a partir de seus principais pilares: o documento, a Política, a ação individual e seus efeitos, a linearidade do tempo. Propunha uma História social, coletiva, aberta, comparada, interdisciplinar. Para além dos eventos dispostos num quadro sequencial meramente apriorístico. Que se concentrasse nas variadas relações entre os fenômenos sociais. Cujo cerne fosse menos a coleta de fontes que sua problematização. Onde o diálogo com o passado se formasse através de problemas e hipóteses. Ora: não será este, em detalhes, o programa que os *Annales* colocarão em prática nas décadas seguintes? Não é à toa que esse texto reaparecerá nessa revista em 1960, período em que Braudel era seu diretor.

Há muitas passagens que poderiam ser citadas, mas uma delas nos parece crucial. Diz respeito à uma noção cara aos *Annales*: a problematização. Vale a pena reproduzi-la: "Mas a representação do passado da humanidade, que a história pode e quer nos dar, não é, em nenhum plano, uma 'fotografia do passado', uma reprodução integral, um registro automático não somente de todos os fatos que se passaram, mas mesmo de todos os fatos que os documentos existentes permitem conhecer. A mais bruta obra histórica, o mais amorfo exame de textos, a mais passiva coleta de documentos já são escolhas, implicam alguma eliminação, supõem alguma via prévia de espírito. (...) Mas a história não pretende limitar seu trabalho à preparação de materiais. Para ela, esta é a primeira, porém a parte menos importante de sua obra. A segunda parte, e mais relevante, é uma *construção* dos fatos. Ela reune, agrupa e apresenta, em um certo conjunto, os fatos que a investigação analítica separou. Constitui, com mais ou menos reflexão e crítica, certos quadros onde ordena os fatos particulates, e é em vista desses quadros que se dirige todo seu trabalho de elaboração dos dados" (idem, p.100).

Por último, o "golpe de misericórdia" viria com a constatação de que a história tradicional sofria de um culto a três ídolos: o *político*, o *individual* e o *cronológico*. Era mister retirá-la desse estado de atraso "teológico-metafísico" (para tomar as palavras de Comte) e inseri-la no novo espírito científico. Para isso, três medidas deveriam ser tomadas: (i) a História Política e tudo aquilo que a envolve (como os acontecimentos contingentes que impedem a busca de regularidades e leis) precisava perder sua injustificada hegemonia, embora não devesse ser ignorada; (ii) havia que se fazer uma história dos fatos, e não dos indivíduos e suas biografias. Estes cederiam lugar às instituições, fenômenos sociais e estabelecimento de relações; e (iii) o hábito de se perder nos estudos das origens seria substituído por um tratamento mais complexo do tempo, visando conhecer o ritmo dos fenômenos, e não partir de uma periodização fechada e estanque (ibidem, pp.117-119).

Dentre os estudiosos dos *Annales* aqui reunidos, Revel é o que dá mais atenção ao artigo acima analisado, visto por ele como uma espécie de "matriz teórica" do movimento. Num plano

mais amplo, tal artigo direciona o olhar para o papel jogado pela escola francesa de sociologia junto à geração de Bloch e Febvre (REVEL, 1979:1363). Para Aguirre Rojas, a Sociologia durkheimiana é o principal antecedente francês dos *Annales*. Sua contribuição localiza-se, maiormente, nos conceitos de civilização e classe social, na transmissão social da memória, no uso das séries econômicas e na distinção entre as mentalidades (AGUIRRE ROJAS, 2004:56). Não por acaso a revista teria Maurice Halbwachs, legítimo durkheimiano, no comitê de redação. Por sua vez, Romano observa que a noção de uma pesquisa coletiva, realizada por vários estudiosos porém respeitando suas especialidades científicas, estava no cerna de *L'Année* e acabaria por influenciar as idéias sobre interdisciplinaridade presente nos *Annales* (ROMANO, 1997:35 [1995]).

Contudo, seguindo a idéia de incorporar criticamente os empréstimos das Ciências Sociais, os fundadores da revista *Annales d'histoire économique et sociale* marcarão claramente suas diferenças e reclamações frente à Sociologia. Uma delas situa-se no terreno epistemológico: a despeito da afinidade programática com *Méthode historique et science sociale*, certas prerrogativas durkheimianas eram incompatíveis com a *démarche* annaliste, tais como o fato social enquanto "coisa" e a exclusão do indivíduo. "Analítica em seus procedimentos, nossa história não é nem coletivista nem individualista. Seu esforço não tende a negar arbitrariamente a possibilidade de iniciativas individuais, mas a localizá-la tanto no interior das classes quanto no campo fechado destas — combatendo outras coletividades e outras forças individualistas. Em seu espírito, ela é, enfim, idealista, e continuará a sê-lo mesmo se as análises vierem, contra todos os prognósticos, a provar a supremacia do econômico. Pois os fatos econômicos são, como todos os outros fatos sociais, fatos de crença e de opinião. Sob esse ponto de vista, não são o trabalho, o dinheiro e mesmo a riqueza "coisas", mas idéias, representações e julgamentos humanos sobre as "coisas"? [81] (FEBVRE, 1920:15). A outra diferença situa-se no campo científico propriamente dito: ambas queriam o controle, a "última palavra" na explicação da sociedade. O "federalismo" e a insubordinação lhes eram comuns: "Os próprios sociólogos da era durkheimiana lhe dão espaço. Mas é para relegá-la a um singelo cantinho das ciências do homem: espécie de calabouço onde, reservando à sociologia tudo que lhes parece suscetível de análise racional, despejam os fatos humanos julgados ao mesmo tempo mais superficiais e mais fortuitos" (BLOCH, 2001:51 [1949]).

Retomaremos o debate entre historiadores e sociólogos ao analisarmos suas relações com a Geografia. Por ora, cabe situar uma outra matriz genética dos *Annales*: a história econômica de

[81] Numa passagem que guarda certa similitude, Bloch admite que a História, "em última instância, tem como matéria precisamente consciências humanas. As relações estabelecidas através destas, as contaminações, até mesmo as confusões da qual são terreno constituem, a seus olhos, a própria realidade" (BLOCH, 2001:51 [1949]). Ambas nos soam incompatíveis com o materialismo histórico e seu postulado de que "não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência" (MARX & ENGELS, s/d a [1846]).

Pirenne. Alheio ao teoricismo sociológico e recusando uma história meramente descritiva, suas hipóteses e interpretações sobre as aldeias da Idade Média, suas elites e o funcionamento da Hansa flamenga encantarão a primeira geração dos *Annales* — assim como ao jovem Braudel, que o conhecera no Segundo Congresso Nacional de Ciências Históricas em Argel no ano de 1930 (DAIX, 1999:108-111 [1995]). Também empreendendo temas como fluxos de comércio, modificações monetárias, formas de propriedade e exploração de terra e trabalho, arrecadação e uso de impostos, próximo do alemão Karl Lamprecht e do diálogo com o Marxismo, Aguirre Rojas o considera como "verdadeiro pai de uma renovada história econômica e social" (AGUIRRE ROJAS, 2004:63).

O núcleo dessa história consiste numa visão ampla dos fenômenos, vislumbrando-os não dentro de um quadro espaço-temporal restrito, mas englobando a Europa e o Mediterrâneo numa escala multissecular em que cidades, indústrias, religiões, classes sociais, alternância de liberdade e regulação econômicas e estágios de desenvolvimento misturam-se na constituição do mundo moderno (ARRIGHI, 1996 [1994]). Investindo na comparação, no enfoque global e ciente da relevância do presente na leitura do passado, Pirenne emprestará sua experiência e autoridade à nova e pretensiosa revista de Bloch e Febvre, sendo o único membro não-francês de seu comitê editorial. Seus primeiros artigos na mesma são saudados por Bloch, para quem o trabalho de diretor seria facilitado caso houvesse mais historiadores como ele (PARIS, 1999:195-200). Em 1952, na introdução de sua coletânea *Combats pour l'histoire*, Febvre recorda o impacto da descoberta dos livros de Pirenne sobre a história social do capitalismo, as cidades na Idade Média, a Bélgica e a democracia nos Países Baixos, além de ressaltar tanto a "bênção" quanto o "magnífico apoio" dados por ele à revista (FEBVRE, 1992:VI [1965]).

Enfim, essas são as três grandes referências intelectuais dos *Annales* tal como reconhecidas pela maioria de seus intérpretes. Todavia, assim como o todo é formado por suas partes mas ao mesmo tempo não é a soma das mesmas, a História praticada por Bloch e Febvre é mais do que a apropriação de conceitos, temas e métodos provenientes de outrem. Sua originalidade não consiste apenas na capacidade de mesclar conhecimentos variados, mas sobretudo em articulá-los segundo a linguagem histórica da longa duração. Incide na sensibilidade ao captar que determinadas mudanças históricas processadas na primeira metade do século XX (Revolução Russa, Primeira Guerra Mundial, Nazi-Fascismo e Crise de 29) afetaram a tradicional concepção de tempo. No entendimento que a multiplicidade dos fenômenos humanos possui ritmos distintos e inter-relacionados, tornando a historicidade uma noção ligada à mudança e à permanência. Na compreensão de que o passado está propenso à mudança graças às novidades empíricas e teóricas geradas pelo presente que, por sua vez, guarda consigo as heranças daquele. Sua fugacidade só se

torna inteligível nessa condição (em outras palavras, o presente conserva o passado e, simultaneamente, o renova). No imperativo de abrir a História aos aportes oferecidos pela Economia, Arqueologia, Geografia, Sociologia, Linguística e Psicologia e, paralelamente, submetê-los ao ponto de vista histórico. Na consciência da unidade profunda e indissociável da vida humana, combatendo as visões fragmentárias e o espírito de especialização. Na convicção de que a vida social é uma rede de relações e um complexo de significações inconciliáveis com explicações monocausais e deterministas. Na ampliação do conceito de fonte/documento, vislumbrando como matéria-prima do historiador todo e qualquer tipo de traço deixado pelo homem (mapas, pinturas, esculturas, peças de teatro, vasos, paisagem).

Vejamos mais de perto como Bloch e Febvre pensaram alguns dos pontos acima. Partiremos de uma conferência desse último na *École Normale Supérieure* no ano de 1941 (i.e., após 12 anos de fundação dos *Annales* e em plena ocupação alemã) intitulada *Vivre l'histoire. Propos d'initiation*. A partir dela, adicionar-se-ão outros textos de Febvre em torno do debate historiográfico de então.

A História vive uma crise, embora não saiba. Tal condição não é de hoje, mas desde, pelo menos, os anos 20, quando seus pilares ainda não estavam bem estabelecidos e fundados para o futuro (FEBVRE, 1920). Ela torna-se evidente, sobretudo, através da comparação com as demais ciências. Ciosa de sua posição institucional na Academia e de seu papel social junto à Nação, parece desconhecer o desenvolvimento científico dos últimos cem anos. Atada a uma concepção abstrata, hierárquica e determinista de mundo, insiste em "copiar" o mundo tal como se fora um grande espelho a reproduzir seu reflexo mais-que-perfeito. Daí os cultos ao fato e ao documento, bastando a organização do primeiro em quadros rígidos e sequenciais a catalogação do segundo em fichas e ordem alfabética para que a História estivesse pronta, acabada, imóvel.

"Atrasada frente ao último dos camponeses" (FEBVRE, 1992:23, grifo nosso [1941]), Febvre parafraseia Langlois e Seignobos procurando a fórmula de uma nova História: *pas de problèmes, pas d'histoire* (idem, p.22). Traçando as grandes linhas da trajetória das ciências naturais, destaca o que já havia ocorrido na Física, cujos campos sensoriais como a Ótica, a Acústica e a Calorimetria foram abalados pela Eletricidade, Magnetismo e a Eletrodinâmica de Maxwell, que modificou os conceitos de tempo, massa e *longueur*. No domínio da Vida, o movimento deu-se por causa da Microbiologia, estudando fenômenos cuja natureza escapava às leis da Mecânica Clássica e da geometria Euclidiana. Nas Ciências Humanas, a Geografia de Vidal e Brunhes, a Psicologia de Ribot, Janet e Dumas e a Sociologia de Durkheim, Mauss e Simiand renovaram expressivamente seus métodos e ponto de vista. Englobando o campo das ciências *lato sensu*, a Revolução veio com a Teoria da Relatividade (e a teoria dos *quanta*), interrogando as noções de causalidade,

determinismo, fato, lei e acaso (de modo geral, leia-se o Positivismo e suas variantes) (ibidem, pp.27-29).

Contudo, diferente de Simiand, Febvre não proporia a adesão à *démarche* das Ciências Naturais como solução para os dilemas da História. Sua alternativa passava por reter a problematização e as hipóteses, conclamar à interdisciplinaridade e impelir a História a susbstituir suas prerrogativas de trabalho pelas novidades advindas do exterior. Portanto, uma nova História seria aquela que fizesse perguntas. Mais do que questionar o passado, era preciso vê-lo como um problema, como algo em construção. Isso significava inverter os termos da questão, ou seja, submeter os fatos à história e não o contrário (FEBVRE, 1992 [1947]). Se os mesmos são construídos e sujeitos à intervenção do pesquisador, tratá-los sob ângulos dessemelhantes resultaria em iluminá-los cada vez mais. A interdisciplinaridade tem essa virtude: esclarecer o que uma ciência, sozinha, não viu; explorar uma pista aberta pela outra; comparar resultados. Em nome da unidade social, cruzar e ultrapassar os limites dos territórios disciplinares (FEBVRE, 1992 [1933]).

Todavia, a crise da História não era apenas de cunho epistemológico, mas sim "um dos aspectos de uma grande crise do espírito humano" (FEBVRE, 1992: 26-27 [1941]), uma consequência das mudanças de atitude dos intelectuais frente à ciência. Nas entrelinhas, emerge o colapso da própria noção de Homem erigida pela Modernidade e arrasada pela eclosão do Nazi-Fascismo e pela II Guerra Mundial. No fundo, a inquietação de Febvre sugere uma dupla pergunta, uma voltada para o passado e outra direcionada para o futuro.

A primeira: quais as responsabilidades da História nesse estado de coisas? As sociedades burguesas, ao materializarem o casamento entre técnica, ciência e progresso sob a bênção de uma filosofia racionalista, criaram um mundo de ilusões que não tardou a ruir. No final do século XIX, a disputa pela partilha das colônias e a organização das massas em prol da melhores condições de vida (conscientes de que a técnica e a ciência não a libertaram mas, antes, a escravizaram) desenharam o que ele classificou como "Tragédia do Progresso" (idem, p.31). Aqui emerge uma dupla faceta da reflexão febvriana: (i) o uso dos termos "sociedade burguesa", "organização das massas", "escravos", "homens livres" e mesmo a imagem do progresso enquanto tragédia (presente no *Manifesto Comunista* e n'*O Capital*, p.ex.) não denota outra coisa senão seu diálogo com o Marxismo, vertente incontornável no bojo da edificação de uma ciência da História; (ii) os eventos dramáticos da primeira metade do século XX farão com que determinados personagens desconfiem da Modernidade (ou, pelo menos, de alguns de seus traços) e sua concepção de tempo como futuro e avanço irreversíveis. É o caso dos *Annales* e a *longue durée*, do filósofo alemão Walter Benjamin e o artigo "Sobre o conceito de História" e do pintor espanhol Salvador Dalí com o quadro "A Persistência sobre a Memória".

Ora; não será a *longue durée* e sua ênfase nas permanências e regularidades uma fundamental resposta epistemológica da nova geração de historiadores à Modernidade capitalista? Portanto, eis Febvre associando história e historiografia, *faire histoire* e *faire l'histoire*. O irônico é que essa réplica crítica é dissonante com a posição política dos *Annales*, uma revista que, além de se preocupar em circular nos meios empresariais, financeiros e políticos como ferramenta de auxílio aos problemas econômicos e sociais da atualidade, apoiava o Colonialismo e a "missão civilizatória" francesa [82].

Sim, disso não há como escapar. "Toda história é escolha" (FEBVRE, 1992:7 [1933]), e a de Febvre pode ser constatada no artigo em que escreve por conta da exposição colonial francesa de 1931. Em nenhum momento o Imperialismo é questionado. Em nenhum momento buscou-se relatar a tragédia humana, social e psicológica que se abatia sobre africanos e asiáticos. Em nenhum momento constrastou-se a exploração colonial com a pujança metropolitana. Sua inclinação política é evidenciada no momento em que ele prefere discutir a concepção de história que atravessa a Exposição que o sentido da mesma. Sua impressão é a de que a Exposição não foi feita pensando nos historidores, como se eles se interessassem apenas pela poeira dos arquivos. É assim que ele reclama ter visto apenas as fotografias de generais e administradores, e não os colonos que semeiam e colhem, as massas anônimas, as pessoas que valorizam as coisas. Contesta também a ausência de *stands* dos grandes bancos e dos mapas de suas agências, dos gráficos e tabelas das movimentações financeiras que ele gostaria de ter observado. Afinal, apoiado sobre a "força, o trabalho e o dinheiro", estava em jogo o "esforço colonial das potências modernas" e os problemas financeiros do "grande esforço de colonização da Europa" (FEBVRE, 1932:2-4). Aqui, duas características dos *Annales* são evocadas: o deslocamento da história política e a proeminência da história econômica e social.

De qualquer forma, a Exposição não deixou de ser "agradável, harmoniosa e pitoresca, tornando-se rapidamente emocionante para quem observa e reflete" (idem, p.7). E suas impressões finais não fazem outra coisa senão descortinar dois aspectos recorrentes no discurso hegemônico de então: a diminuição das diferenças materiais entre as nações e a superioridade dos europeus frente

[82] A adesão ao capitalismo e a tendência tecnocrata dos *Annales* são objeto de rechaço por parte de Dosse, para quem "Os dois diretores dos Annales reivindicam, ainda mais, o elo orgânico entre passado e presente, ao qual aderem com uma lógica gerencial do sistema capitalista. Contam adaptar sua abordagem histórica à era técnica, na qual esperam desempenhar papel útil. É nesse espírito que eles se rodeiam dos responsáveis tanto do meio administrativo quanto do mundo dos negócios. A revista atrai os especialistas cuja tarefa essencial é agir sobre os aspectos econômicos e sociais" (DOSSE, 1992:69 [1987]). Por sua vez, Burguière narra que "*experts* internacionais (como Mequet) e especialistas vindos do mundo bancário (como Houdaille) colaboram regularmente na revista durante esse período. (...) Em 1931, Marc Bloch apresenta um artigo de N.S.B. Grass, professor da *Harvard Business School*, insistindo no fato que os homens de negócios e de ação tinham necessidade da História não para tomar exemplos ou casos precedentes mas para levar em consideração os mecanismos de mudança" (BURGUIÈRE, 1979:1353).

aos demais povos e raças. "Cheio de lembranças difíceis, o historiador volta à cidade meditando sobre tudo que as variações alternadas de distâncias entre raças e povos já produziram de desordem na história: se de um lado as distâncias materiais cada dia diminuem, de outro as distâncias morais permanecem constantes, enormes, talvez insuperáveis" [83] (ibidem, p.10).

A "Tragédia do Progresso" parece ter sido esquecida por Febvre durante a Exposição. Entretanto, ela trazia uma lição acerca de como ele concebia a História. Ciência crítica do passado humano? Não é o que parece, pois ele enseja conciliar os homens e seus atos, negligenciando deliberadamente a dialética marxista entre a reprodução da vida cotidiana dos trabalhadores e as desiguais condições materiais de sua existência [84]. Em suas próprias palavras: "Ciência da perpétua mudança das sociedades humanas, *de seu perpétuo e necessário reajustamento às novas condições de existência material, política, moral, religiosa e intelectual*. Ciência *do acordo que se negocia, da harmonia que se estabelece perpétua e espontaneamente, em todas as épocas*, entre as condições diversas e sincrônicas de existência dos homens, condições materiais, técnicas e espirituais" (FEBVRE, 1992:31-32 [1941], grifo nosso).

Enunciemos a segunda pergunta, a que fala do futuro: o que a História pode fazer para reverter tal quadro? A resposta é problematizar seu tempo (o presente) e seu ofício (o pensamento). Antes de tudo, trata-se de uma resposta historiográfica: a impressão que se tem é a de que uma mudança no processo histórico passaria, primeiramente por uma mudança na concepção de história.

---

[83] Paris faz uma avaliação oposta: "Contra o fascismo e o racismo, os *Annales* querem erigir a barreira de um humanismo colonial sob dois planos: acelerar o aprofundamento de uma colonização justa, fundada sobre uma troca igual dos bens e o alargamento do horizonte intelectual, bem como descartar, de uma vez por todas, o velho espírito nacionalista conquistador. Era chegado o período em que todo homem, independente da cor de pele, fosse reconhecido e respeitado em sua dignidade. Sob a pena de Febvre, esta seria a empresa ideal da colonização européia: uma soliedariedade feita de benevolência, onde aquela coexistiria com o progresso e os princípios democráticos. Esta proposição tem o mérito de nos lembrar os desafios intelectuais e políticos da descolonização na França e sobre quais termos os debates se colocam, numa época onde as reivindicações políticas que começavam a se exprimir na Argélia falavam de assimilação (ou seja, sobre a igualdade de direitos entre argelinos e franceses) e não de independência" (PARIS, 1999:221).

[84] Socialista na juventude, mais tarde Febvre manifestaria seu desacordo com o Marxismo: a despeito de suas "notáveis deduções", o *Manifesto* era uma síntese histórica por demais ambiciosa, fechada, unitária, onde a burguesia era algo "in abstracto" e o conceito de classe e o materialismo como um todo eram economicistas (FEBVRE, 1920:8-13). Nas entrelinhas, estaria ele reprovando igualmente a Revolução Russa? De qualquer forma, a relação *Annales*-Marxismo permanece pouco (e mal) explorada. Para Stoianovich, a historiografia marxista é, simultaneamente, precursora e rival dos *Annales* (STOIANOVICH *apud* DOSSE, 1992:65 [1987]). Para Dosse, a participação de banqueiros e financistas na revista "torna desprezível a análise segundo a qual a mesma seria a expressão de um discurso marxista" (DOSSE, 1992:69 [1987]). Historiadores marxistas britânicos mostraram divergências a respeito: enquanto Hobsbawm mostra certa simpatia para com os *Annales* (HOBSBAWM, 1998: 193-194 [1997], 2002), Thompson ressaltava o conservadorismo deles e suas insistências nas formações de longa duração, embora aceitasse a estreiteza entre as tradições inglesa e francesa (THOMPSON, s/d:311). Peter Burke retrata que Hilton e Hobsbawm estavam entre os primeiros a saudar os *Annales* na Inglaterra, e o que explica tal ato era o fato de que aqueles os viam num somatório de forças contra a história política tradicional (BURKE, 1990:113). Outros ângulos da questão podem ser consultados (BOIS, 1990 [1978]; VILAR, 1976; LE GOFF, 1990 [1978]; KAYE, 1989; CARDOSO, 1999; STEDMAN JONES, 1998). Todavia, a reflexão de Aguirre Rojas se destaca como a mais pormenorizada em torno do tema (AGUIRRE ROJAS, 2000a:25-177).

Face à objetividade durkheimiana, a defesa febvriana de uma história "idealista" e sua interpretação da exposição acima mencionada nos dão sinais disso. No entanto, isso não quer dizer que os *Annales*, ao deslocarem a centralidade da História Política, "baseiem sua existência na rejeição ao político"! (DOSSE, 1992:64 [1987]). Os exemplos são vários e fornecidos pelo próprio Dosse (!): *Les Rois Thaumaturges*, de Bloch, é, confessadamente "uma contribuição à história política da Europa, em sentido amplo, no verdadeiro sentido da palavra", e a "hipótese central de *Philippe II et la Franche-Comté* permanece essencialmente política" — mas, justifica ele, trata-se de uma "obra pré-*Annales*, antes da rejeição do aspecto político"... (idem, pp. 92 e 77). Já outros acreditam que, por conta da tensão franco-alemã envolvendo a Universidade de *Strasburg* e a Alsácia-Lorena, os *Annales* se recusavam ao "engajamento político imediato" e seriam prudentes na "tomada de decisões públicas" [85] (REIS, 2000:68). A "exclusão do político" é aclarada ainda sob a ótica que "os historiadores deviam parar de fornecer argumentos à nação (ou aos governantes), de alimentar sua necessidade de legitimidade retrospectiva e tentar dar a ela os meios de melhor compreender (e, portanto, de melhor dominar) os mecanismo da realidade social" (BURGUIÈRE, 1979:1356).

Voltemos às fontes? Uma passagem da conferência de abertura de Febvre do curso de História Moderna em 1920 na Universidade de *Strasburg* nos ajuda a esclarecer o papel do historiador e sua atuação política: "Como o engenheiro, o grande industrial e o sábio técnico, *o historiador deve trabalhar pela glória, grandeza e expansão de seu país*, em colaboração e em ligação constante com eles, bem como com métodos parecidos aos deles. Seguir seus progressos passo-a-passo, prepará-los antes, justificá-los, prolongá-los pelo passado que, de antemão, determina e explica o presente — e, se ele tem algum talento, projetar no futuro a sombra dilatada e plena de promessas do presente. *Tal é a sua tarefa, sua função na grande obra de restauração e expansão de seu país*. E que tarefa bela e fácil no dia seguinte após a vitória, então que o prestígio do triunfo porta naturalmente a França como protagonista da cena. *Que tarefa mais bela e mais urgente, sobretudo nesta Alsácia, privada durante quase meio-século de ser a porta voz do pensamento francês, cercada pelas mil mentiras e astúcias de um vencedor sem escrúpulos, tanto*

[85] Continua ele: "Como tomar posições públicas em um mundo assim explosivo? A Alsácia era um meio social, político, religioso, cultural e linguístico pequeno e ameaçador. A posição weberiana, embora não seja a fundadora dessa tendência tomada pela pesquisa produzida na Universidade de Estrasburgo e pelos *Annales*, expressa bem essa posição: não é função da ciência social fazer juízos de valor, mas juízos de fato. Sendo cientista, o pesquisador não precisa defender causas públicas e assumir posições políticas. Cidadão e cientista são personagens que atuariam em esferas distintas, cada uma com sua racionalidade específica (Weber, 1965). Adotando o ponto de vista da ciência social, a história se recusou a continuar servindo aos nacionalismos guerreiros, expansionistas, e tornou-se um conhecimento distanciado, 'objetivante' dos conflitos e tensões sociais, políticas e culturais" (REIS, 2000:68). Porém, o mesmo autor não hesita em alegar que a temporalidade dos *Annales* rechaça as revoluções e suas consequências históricas (REIS, 1994:28). A citação será reproduzida em nota de rodapé, p. 280.

mais ávido a entender, enfim, a verdade francesa? A história tem serventia, e ninguém poderá dizer que a encontrou sem utilidade" (FEBVRE, 1920:3-4, grifo nosso).

Ora, o ambiente no qual os *Annales* foram formados é a prova maior de como as idéias são geradas não a partir de um plano intelectual hermético e abstrato, mas sim da dinâmica empírica do mundo em mutação. Atentemos para o emprego da palavra "ambiente": sua pretensão é a de querer relacioná-la não com o meio físico e a natureza, mas explorá-la no sentido de evocar um círculo, uma situação, um contexto que é, em sua constituição fenomênica, aquilo que seriam os *Annales* em termos programáticos [86]. A Universidade de *Strasburg* viveu a situação singular de ter sido uma instituição de ensino originalmente francesa mas que, após a guerra de 1870-71, foi anexada pela Alemanha. Seria preciso esperar a reconquista da Alsácia após a I Guerra Mundial para que, em 1920, ela voltasse a pertencer ao Hexágono. Portanto, ao seu natural papel intelectual era acrescido o fato de que ela incarnava o orgulho francês frente à ciência alemã — além, é claro, de ocupar uma posição estratégica crucial numa região onde a geopolítica era flagrante. Em outras palavras, a universidade em tela era o retrato de um continente marcado por proporções reduzidas e grupos sociais em profusão. O resultado era uma Europa mergulhada em conflitos territoriais na esteira do processo de formação/expansão dos Estados Nacionais. *Strasburg* não deixava dúvidas de que ciência e política faziam parte de uma só vocação.

Portanto, estamos diante de um projeto que é, paralelamente, político e historiográfico: ele procura renovar as bases do conhecimento sobre o passado e atuar no presente como instrumento de construção do mesmo — e não de um futuro prometido, revolucionário, inexeqüível. Não é um retorno a um passado mítico e criador de grandes heróis, mas um compromisso com a renovação do conhecimento histórico cuja vontade de potência é contribuir para a pujança do Império Francês, a reconstrução da nação após o trauma da ocupação alemã e a paz européia. Tal como a noção de teoria não advém mais dos grandes sistemas filosóficos, a noção de política que atravessa as ciências sociais não é mais a mesma de outrora, cristalizada no Estado-Nação. São *savants* que não se abstinham de pensar a situação de seus países inserindo-os no plano internacional e não encerrados em seus próprios territórios. Raciocinar a política através da ciência, mas sem a obrigação de fazê-lo. Servir como fonte de saber autônomo e tomada de consciência crítica frente aos desafios do mundo moderno. Uma História nova poderia auxiliar na construção de um mundo novo. Seria esta uma nova etapa da herança Iluminista? Pode ser, mas sem componentes

[86] Um espírito de renovação pairava sobre ela, que, além de uma biblioteca-modelo e a criação de disciplinas mais modernas, conseguiu reunir uma geração admirável que inclui nomes como o geógrafo Henri Baulig, o psicólogo Charles Blondel, os sociólogos Maurice Halbwachs e Gabriel Le Bras e os historiadores André Piganiol, Charles Edmond-Perrin e Georges Lefebvre. Nas reuniões aos sábados que incluíam filósofos, juristas, matemáticos, sociólogos, filósofos e historiadores, o tom interdisciplinar vinha à tona. Por isso Dosse sugere que os *Annales* tentaram "transpor o modelo de Estrasburgo à escala nacional" (DOSSE, 1992:49 [1987]).

metafísicos, utopias utilitaristas ou ambições filosóficas. Ou seja, com ressalvas. Os herdeiros desconfiavam de sua própria herança. O momento agora era outro: pregava-se a cooperação interdisciplinar, o diálogo aberto com a sociedade, os intercâmbios científicas, as explicações multicausais. A pergunta a se fazer é: como desconhecer o caráter político dessa concepção de História? Analisar um discurso significa tanto reconhecer aquilo que ele explicita quanto o que rejeita, e é exatamente nessa jogo de inclusão e exclusão que sua trama com o poder se manifesta. Deslocar a história das batalhas, dos militares e da diplomacia em nome da dimensão econômico-social não significa, em hipótese alguma, o desaparecimento de seus vínculos políticos, sobretudo quando emprestamos a esse termo a noção de *interesse*. Quais são os interesses dos *Annales*? Efetuar tal deslocamento na medida em que pressentiram que a política e o poder estariam nas mãos do mercado e, assim, situar a História numa posição privilegiada frente às demais Ciências Humanas? Auxiliar o mundo dos negócios com análises históricas a fim de evitar ou compreender com mais clareza o mecanismo das crises econômicas? Desenvolver uma concepção de tempo apoiada não só no sincronismo e na mudança, mas também no diacronismo e na permanência e, com isso, minimizar as alternativas históricas que propunham alterações revolucionárias na vida social? Insistir na historicidade como elemento nuclear para o estudo dos fenômenos humanos e, com isso, reunir as Ciências Sociais sob sua égide? Independente da resposta estar contida nestes enunciados, o que parece difícil alegar é que os *Annales* possuíam "uma orientação sem expressão política" visto que "não pretendiam influenciar nenhum partido nem aconselhar príncipe algum"... (BURGUIÈRE, 1979:1357). O próprio fato de que Bloch e Febvre (e, posteriormente, Braudel, conforme veremos no cap. V) cuidassem para que o historiador não julgasse a História em termos valorativos (BLOCH, 2006:477 [1937]), pois ela não era advocacia (FEBVRE, 1920:5), mostra uma tentativa malograda de neutralidade, posto que não condizia nem com a posição colonialista-capitalista de ambos nem com a defesa de que o cientista intervinha diretamente sobre seu objeto de pesquisa, interrogando-o e delimitando-o. Ora; visto dessa forma, o problema não parecia ser a História, mas sim o historiador!

Marc Bloch — que, segundo Dosse, contestara a ausência de conteúdo político na revista que ele mesmo criou [87] — é uma das figuras mais sintomáticas da transição histórica e epistemológica vivida pela Europa na primeira metade do século XX. Quis o destino que um dos principais personagens da renovação historiográfica desse período fosse ceifado exatamente por aquilo que ele

[87] De *L'Étrange Défaite* "sobressai certa autocrítica das posições do grupo dos *Annales*: 'Nós temos, na maioria, o direito de dizer que fomos bons operários, fomos sempre bons cidadãos?' [Bloch] Questiona, nesse momento, o fatalismo do discurso dos *Annales* que, ao privilegiar o jogo de forças maciças e negar o papel dos indivíduos e dos engajamentos, acaba se afastando da ação tanto individual quanto coletiva" (DOSSE, 1992:64 [1987]). Infelizmente, as importantes e polêmicas teses de Dosse parecem não ter recebido o cuidado necessário por parte da tradução brasileira...

havia combatido na teoria e na prática. Após a participação vitoriosa na Guerra de 1914, o engajamento deliberado na Resistência (mesmo que não fosse obrigado a participar) culminaria com sua morte pelos nazistas em 1944 [88]. De certa forma, ele incarnava o passado e o futuro da Europa: de um lado, evolucionismo, belicismo, expansionismo territorial, racismo; de outro, laicismo, adesão à República, democracia e preservação do capitalismo. Sua condição de judeu só acentuaria o horror nazi-fascista e a via da alienação tomada pela Modernidade [89]. Talvez por isso o equilíbrio instável com Febvre, sobretudo a discordância em manter a publicação da revista sem seu nome por causa da legislação anti-judaica durante a ocupação alemã [90]. Talvez por isso tenha operado a junção passado-presente, vivificando a História e enfatizando toda sua atualidade. Talvez por isso a reflexão intelectual sobre o ofício do historiador e a preocupação cidadã em realizar um exame de consciência pertenciam a um mesmo e único processo de crítica à realidade de então.

Tal como os artigos de Braudel redigidos durante o cativeiro, a argumentação de Bloch guarda consigo a respiração angustiada do *front* e a situação-limite vivida em conjuntura de guerra. Todavia, se Braudel parece fazer de sua experiência como prisioneiro uma viagem "introspectiva" voltada, sobretudo, à longa duração, Bloch aproveita sua prática militar para associá-la a um

[88] Em meio à redação de *Apologie pour l'histoire*, "a história real se precipita sobre ele, os alemães invadem a França. Bloch decide então abandonar totalmente sua atividade de investigação e comprometer-se integralmente no movimento de resistência francesa anti-nazista. Assim viverá durante a maior parte de 1943 até março de 1944 consagrado a este trabalho militante dentro dos Movimentos Unidos da Resistência, onde chegará a ocupar postos diretivos de certa responsabilidade. Em 8 de março de 1944 é detido e torturado pela Gestapo, para terminar sendo fuzilado a 16 de junho desse mesmo ano" (AGUIRRE ROJAS, 2000a:285).

[89] Destarte, 1968 é apenas uma consequência tardia de um projeto malogrado em 1945. A II Guerra Mundial é o suspiro doentio e derradeiro da Modernidade. Não por acaso o modelo dos primeiros *Annales* permanece vivo até hoje. Num mundo em que os historicizantes foram ultrapassados e as colônias proclamaram suas independências, ou seja, onde não há mais polêmica nem o desconforto do apoio ao Imperialismo, os *Annales* continuam sendo referência e apresentados como plurais, agregadores, interdisciplinares, atentos ao presente, intuitivos, inovadores — e isso em nítido contraste com o ocaso de Braudel, representante legítimo do legado *annaliste* mas que no final da vida reclamara de solidão e incompreensão, e da terceira geração do movimento, a mais contestada e tida mesmo como traidora de suas raízes. Para aqueles que se recusaram a aceitar a Pós-Modernidade e para os detratores do Socialismo, os *Annales* não deixam de ser um movimento intelectual de recusa ao radicalismo da Modernidade.

[90] Para Aguirre Rojas, tal discordância ilustra diferentes filiações intelectuais: "De um lado, uma tradição que, partindo de Bloch, liga-se diretamente à obra de Henri Pirenne e, antes, aos trabalhos de Karl Lamprecht. Volta-se à história econômica e social e reivindica-se o método comparativo e as dimensões interpretativas do ofício do historiador, mantendo uma perspectiva mais cosmopolita dentro da investigação. De outro lado, a tradição representada por Febvre, cujo antecedente direto é Henri Berr, muito mais concentrada nos temas da história cultural, das idéias, religiosa ou da ciência. Vai se preocupar com o diálogo da história com as outras ciências sociais e privilegiar o paradigma da história-problema, centralizando mais suas perspectivas dentro do Hexágono e de visões mais francesas dos distintos problemas" (AGUIRRE ROJAS, 2004:86). A seu turno, Reis constata divergências acerca do conceito de tempo: "Sob a influência da sociologia durkheimiana, Bloch tenderá a apagar de sua obra a presença do evento e a pensar estruturalmente o tempo vivido. Ao contrário de Febvre, ele não vai do grande evento intelectual à sua estrutura, mas analisa estruturas onde os eventos são tratados como mero sinais reveladores e em posição secundária. Bloch faz um estudo objetivo dos homens em grupos, retirando a ênfase das iniciativas individuais, da consciência de sujeitos atuantes. Seu tempo não é o tempo da alma ou da consciência, de indivíduos capazes de uma reflexão mais profunda, mas o tempo inconsciente de coletividades" (REIS, 1994:47).

passado, por assim dizer, mais imediato: o presente [91]. Anos mais tarde, advertiria que uma dada temporalidade não autorizaria, por si só, a delimitação de um domínio científico. Ou seja, o passado não poderia ser objeto da História, assim como seria impossível uma ciência do presente em sua plenitude [92] (BLOCH, 2006:484 [1937]). Esse seria o nó górdio da História: articular as temporalidades e estabelecer suas conexões com a vida social. "Ora, esse tempo verdadeiro é, por natureza, um continuum. É também perpétua mudança. Da antítese desses dois atributos provêm os grandes problemas da pesquisa histórica. Acima de qualquer outro, aquele que questiona até a razão de ser de nossos trabalhos. Sejam dois períodos sucessivos, recortados na sequência ininterrupta das eras. Em que medida — o vínculo que estabelece entre eles o fluxo da duração prevalecendo ou não sobre a dessemelhança resultante da própria duração — devemos considerar o conhecimento do mais antigo como necessário ou supérfluo para a compreensão do mais recente?" (BLOCH, 2001:55-56 [1949]).

Eis o cerne do conhecimento histórico, inquietação de Bloch que — embora não tenha recebido atenção sistemática nem de sua parte nem de Febvre e Braudel — reflete uma série de debates da época: o passado etapista vislumbrado pelos Metódicos, a denúncia do ídolo das origens de Simiand, o pensamento de Bergson em torno da duração e da memória. A "solução" passaria por dois procedimentos: a história-problema, onde o que conta não é o recorte temporal em si mas sim a questão histórica a ser formulada e respondida pelo historiador (cujos contornos, por sua vez, não podem ser estabelecidos *a priori*); e o ir e vir constante entre o passado e o presente, considerados não como entidades fixas mas enquanto um todo que se alimenta mutuamente. Pois se somente o estudo do passado fornecia a sensação precisa da mudança, era no presente que se encontrava a "fonte de toda a vida" (BLOCH, 2006:484 [1937]).

O intuitivo e original *Réflexions d'un historien sur les fausses nouvelles de la guerre*, de 1921, sintetiza algumas das características do método *annaliste*, bem como abre interessantes direções de pesquisa. Bloch toma as falsas notícias de guerra não apenas como exemplo interessante de construção social em torno de uma idéia, mas também como mote para pensar a

[91] No que concerne à temporalidade, Braudel fez questão de marcar a distância entre sua concepção de História e a de Bloch: "Em suma, a história global, se quiséssemos simplificar em extremo, se apresenta sob o ângulo de uma dialética permanente entre estrutura e não-estrutura, ou, se quiserem, entre permanência e mudança. Marc Bloch disse que só havia história do que muda. Não o sigo nesse ponto. É histórico o que muda, também histórico o que não muda. Uma revolução tão profunda quanto a francesa não mudou tudo de um dia para o outro em nosso país, longe disso" (BRAUDEL, 1992:356 [1990]).

[92] "Diz-se algumas vezes: 'A história é a ciência do passado. É, no meu modo de ver, falar errado. Pois, em primeiro lugar, a própria idéia de que o passado, enquanto tal, possa ser objeto de ciência é absurda. Como, sem uma decantação prévia, poderíamos fazer de fenômenos que não têm outra característica comum a não ser não terem sido contemporâneos, matéria de um conhecimento racional? Será possível imaginar, em contrapartida, uma ciência total do Universo, em seu estado presente?" (BLOCH, 2001:55-56 [1949]). Não seria esta uma grande lição a ser retomada pelos geógrafos de hoje que só raciocinam sobre o presente? Ou por aqueles que fazem da História um mero apêndice da Geografia — mesmo que não o digam abertamente?

criação, divulgação e recepção do conhecimento histórico junto à sociedade. Das cartas dos soldados (quem os questionaria em plena batalha?, pergunta ele) aos relatos de jornalistas e enfermeiros, passando pela leitura das famílias e a distribuição das informações na vizinhança, tudo se passa de forma a emprestar às falsas notícias uma racionalidade incontestável.

Todavia, existe algo por trás de todo esse movimento, uma predisposição a aceitar ou aumentar aquilo que não seria mais que rumores. Pensemos na rivalidade envolvendo Alemanha e França após 1871. A tonalidade nacionalista propagada pelos livros didáticos de História durante boa parte da III República havia favorecido a criação de um clima de discórdia e embate entre aqueles países. A sensibilidade francesa já estava propensa a considerar os alemães seus como inimigos "naturais". Uma informação qualquer vinda do *front* encontraria terreno fértil para sua proliferação e aceitação — mesmo que de forma acrítica. Algo semelhante acontecia com aqueles que estavam na frente da guerra: um soldado cansado não duvida, afirma Bloch (BLOCH, 2006:313 [1921]).

Sua formulação sobre as falsas notícias nos fornecerá mais detalhes sobre seu pensamento. Elas surgem "sempre de representações coletivas preexistentes ao seu nascimento. Seu caráter fortuito é apenas aparente ou, mais precisamente, tudo o que nela há de fortuito é seu incidente inicial, absolutamente comum, que desencadeia o trabalho do imaginário, mas este movimento só tem lugar porquê o imaginário já está preparado e surdamente fechado. Por exemplo, um acontecimento, uma má percepção que não iria senão no sentido em que todos os espíritos já estariam debruçados, poderia no máximo formar a origem de um erro individual, mas não uma falsa notícia popular e largamente difundida. Ousando servir-me de um termo ao qual os sociólogos, ao meu ver, valorizam de forma excessivamente metafísica (embora não deixe de ser cômodo e rico de sentido), a falsa notícia é o espelho onde 'a consciência coletiva' contempla seus próprios traços" (idem, p.312-13).

Primeiramente, a interdisciplinaridade. O próprio esforço de definição não deixa de ser uma tentativa de fazer da História uma ciência. Definir cientificamente era uma das propostas da Sociologia, disciplina com a qual Bloch mantém uma relação de aproximação e de discordância. Através de sua atração pelas mentalidades, é evidenciada também a influência da Psicologia Social. Em segundo lugar, o estudo das falsas notícias abria uma pista interessante para pensar a adesão inconsciente das massas a determinadas crenças no decorrer do processo histórico. P.ex.: acreditar que o poder do rei provinha diretamente de Deus e que, por conta disso, seu toque teria o poder de curar uma doença de pele (a escrófula) — residindo, nessa trama, a manutenção do poder da nobreza. Mas, estaria Bloch pensando apenas na Idade Média ou, no fundo, tratar-se-ia de uma reflexão mais profunda sobre o perigo que a História, enquanto adesão das massas a um culto, lenda

ou ideologia, poderia oferecer? Não seria este o caso do nazismo? Por fim, a análise das falsas notícias e suas consequências não significaria, no fundo, uma interpretação distorcida da História? Uma advertência para um povo que não praticasse a crítica histórica?

Estas últimas interrogações estão ligadas ao duplo papel assumido pela I Guerra Mundial: uma crise histórica e um momento-chave na edificação de uma nova História. Nesse sentido, as falsas notícias são realmente um mote para um exame historiográfico, uma meditação sobre as origens da guerra e uma constatação do estado de crise da civilização européia [93]. Elas só puderam se espalhar num ambiente favorável à sua acolhida, onde a sociedade, como um todo, exprimia suas opiniões e seus julgamentos mais cruéis. Por isso, continuar admitindo que a história fosse feita somente por grandes e heróicos personagens individuais não fazia menor sentido. Ela era muito mais ampla que os embates políticas ou nacionais, e vê-la apenas dessa forma seria simplificá-la. Contudo, o que pode parecer uma censura historiográfica é, em sua essência, uma tomada de consciência e de atitude face ao processo histórico que pesava sobre a Europa: sublinhar a dimensão social da história implicava, porém, que todos eram responsáveis por ela — e não apenas príncipes, ministros e generais [94]. Daí a incorporação do erro, e não sua rejeição, como pregavam Langlois e Seignobos: ele não só fazia parte da história, como também revelava suas múltiplas faces [95]. Daí a comparação que, ao ultrapassar fronteiras, aproximava tempos e espaços (cujas conceituações artificiais insistiam em distanciar), permitindo uma compreensão mais larga do processo histórico.

Apologie pour l'histoire, *ou Métier d'historien*, escrito no início dos anos 40 e publicado em 1949, dedica-se essencialmente às questões historiográficas. Mesmo com a eleição de Febvre para o *Collège de France* em 1933 e com a chegada de Bloch à *Sorbonne* em 1936, passadas quatro décadas após a empreitada de Berr com a *Revue de Synthèse* e uma década após os *Annales d'histoire économique et sociale*, os combates pela História não haviam cessado. Parecia importante sistematizar a *démarche* do historiador, aperfeiçoando e ratificando determinadas

[93] "A guerra, o disse mais acima, foi uma imensa experiência de psicologia social. Consolar-se de seus horrores alegrando-se de seu interesse experimental seria fingir um diletantismo de mau tom. Mas, uma vez que ela teve lugar, convém empregar seus ensinamentos para o melhor de nossa ciência" (BLOCH, 2006:316 [1921]).

[94] O prefácio de Le Goff à edição brasileira destaca aspecto semelhante: "A própria expressão 'legitimidade da história', empregada por Marc Bloch desde as primeiras linhas, mostra que para ele o problema epistemológico da história não é apenas um problema intelectual e científico, mas também cívico e mesmo moral. O historiador tem responsabilidades e deve 'prestar contas'. Marc Bloch coloca assim o historiador entre os artesãos que devem dar provas de consciência profissional, mas, e aí está a marca de se gênio ao pensar imediatamente na longa duração histórica, 'o debate ultrapassa, em muito, os pequenos escrúpulos de uma moral corporativa. Nossa civilização ocidental inteira está interessada nele'" (LE GOFF, 2001:17).

[95] Para o historiador, "o erro não é o corpo estranho que ele se esforça em eliminar, com toda a precisão, de seus instrumentos; ele o considera como um objeto de estudo sobre o qual se inclina quando de seu esforço em compreender o encadeamento das ações humanas". E prossegue: "O erro não se propaga, não se amplifica, não vive, enfim, senão com uma condição: encontrar na sociedade onde se difunde um caldo de cultura favorável" (BLOCH, 2006:297-98 [1921]).

posições a fim de transmitir com clareza o espírito dos *Annales*. É assim que, dialogando com historiadores e filósofos de tradições distintas (Michelet, Coulanges, Lavisse, Langlois, Seignobos, Ranke, Febvre, Pirenne, bem como Leibniz, Montesquieu, Valéry e Bergson), além de sociólogos e economistas (Simiand e Keynes), são retomados temas como a contestação à *Introduction aux études historiques*; o Homem como matéria-prima da História, recusando as tentativas de fragmentá-lo e buscando reconhecê-lo na totalidade de suas ações; a problematização da História; a crítica e a ampliação dos documentos; as imbricações passado-presente; a interdisciplinaridade; a comparação. Mas o núcleo deste livro é, indubitavelmente, a defesa da História: de sua relevância social em meio a uma época conturbada e de sua relevância intelectual face às demais Ciências. Ela deveria ser preservada não como um ofício de um punhados de homens aficcionados pelos depósitos de arquivos e alienados do presente, mas sim como uma ferramenta de entendimento geral da vida em sociedade e dos problemas contemporâneos. A intenção de Bloch não era outra senão retirar a História do passado, conduzi-la ao presente e, analisando esta interação, ponderar acerca das origens da tragédia européia na primeira metade do século XX. "Não se pode negar, no entanto, que uma ciência nos parecerá sempre ter algo de incompleto se não nos ajudar, cedo ou tarde, a viver melhor. Em particular, como não experimentar com mais força esse sentimento em relação à história, ainda mais claramente predestinada, acredita-se, a trabalhar em benefício do homem na medida em que tem o próprio homem e seus atos como material? De fato, uma velha tendência, à qual atribuir-se-á pelo menos um valor de instinto, nos inclina a lhe pedir os meios de guiar nossa ação e, em consequência, a nos indignar contra ela — como o soldado vencido cuja frase eu lembrava, caso, eventualmente, pareça mostrar sua impotência em fornecê-lo" (BLOCH, 2001:45 [1949]).

2.3. Paisagem e região em Marc Bloch: a geografia testemunha a história

No que concerne ao diálogo dos *Annales* com a Geografia, criou-se uma espécie de consenso historiográfico onde uma complexa trama deu lugar a uma simples dicotomia: uma geografia vidaliana "possibilista", centrada em torno das formas engendradas pelo homem na superação das adversidades do meio, opunha-se à geografia alemã ratzeliana, que enfatizava o "determinismo" dos elementos físicos na constituição da vida social. Apropriando-se de Vidal de la Blache e da Escola Francesa de Geografia, Bloch e Febvre eram instigados a observar as paisagens, atentar à

dinâmica das estruturas espaciais e conhecer a riqueza de seu país através de detalhadas e precisas monografias regionais [96].

Mas a Geografia vai além disso. Ela está mesmo no âmago da formação da escrita histórica *annaliste*: "Na realidade, poderíamos dizer que em certa medida foi a Geografia que engendrou a História que adotamos" (FEBVRE *apud* DAIX, 1999:62 [1995]). Por conta disso, as palavras de Febvre mereceriam a reprovação do historiador brasileiro Ciro Cardoso, considerando-as "sem dúvida um exagero" (CARDOSO, 2005:144). O que estaria por trás de tal posição? Não causa certa estranheza o fato de um historiador *de fora* do âmbito dos *Annales* rejeitar a fala de um de seus *fundadores* sem, ao menos, justificá-la?

Na verdade, a postura de Cardoso é uma amostra de como a Geografia vem sendo admitida pelos estudiosos dos *Annales*. Em virtude de um maior interesse pela influência exercida por Berr, Simiand, Pirenne e Durkheim, Vidal aparece em um plano secundário, meio que negligenciado; cristalizou-se uma interpretação que sugere não haver mais nada a dizer sobre o assunto (GURIÊVITCH, 2003 [1991]; BURKE, 1997 [1990]; CAIRE-JABINET, 2003; BOURDÉ & MARTIN, 1997 [1973]; LE GOFF, 1990 [1978]; FONTANA, 1998 [1982], 2004 [2001]). Sim, há exceções: Dosse procura examinar as consequências negativas da apropriação geográfica feita por Febvre e Bloch (DOSSE, 1992 [1987]); Reis afirma que a Geografia possibilitou o encontro do tempo com o espaço e serviu mesmo como instrumento de apreensão da longa duração (REIS, 2000); Devoto tenta relacionar o papel da Geografia no desenvolvimento da metodologia *annaliste* (DEVOTO, 1992); e Pomian faz, praticamente, uma leitura da corrente a partir das questões geográficas (POMIAN, 1997 [1986]). De qualquer maneira, a influência da Geografia na gênese dos *Annales* e nos trabalhos individuais de Febvre e Bloch é um tema pouco estudado. Podem os geógrafos reclamar do descaso dado a Vidal e a outros pontos? Não, pois se há negligência em relação à sua própria trajetória, o que dizer quando se trata da história "alheia"?

Isso corrobora a nossa hipótese de que existe um capítulo da história do pensamento geográfico que dificilmente poderá ser contado sem o exame da obra dos historiadores supracitados. Assim, avaliar como os *Annales* foram parte integrante e essencial da história do pensamento geográfico e da representação assumida pela Geografia entre as ciências vizinhas é algo que precisa ser enfatizado e no qual precisamos lançar novas luzes. Fazê-lo sob o ponto de vista de um geógrafo não significa defender qualquer tipo de corporativismo — o que seria uma atitude contraproducente —, mas sim admitir que determinadas questões que não possuem interesse para a historiografia são de extrema relevância para o pensamento geográfico. Embora sejam

[96] Contra as generalizações e em nome de uma documentação geralmente mais bem reunida, a "História Local" também deve um tributo junto aos *Annales* (cf. GOUBERT, 1992 [1972]).

notórias afirmações como as que tais campos do saber se confundem (SODRÉ, 1976); que a troca entre tais disciplinas na França sempre foi notável (QUAINI, 1983) ou que, em meio à involução da Geografia em meados do século passado, os *Annales* atentaram para a análise geográfica (SOJA, 1993 [1992]), o que nos interessa mesmo é a realidade das práticas, e não uma definição abstrata e teórica dos campos disciplinares (RONCAYOLO, 1989). Seguir esta trilha exige uma reorientação metodológica que passa por levantar novas questões de investigação, aproximar autores, citar passagens desapercebidas, explorar e aprofundar pistas de pesquisa abertas por outrem, recuperar artigos esquecidos. Por fim, examinar os *Annales* nos conduzirá a uma compreensão mais adequada acerca do lugar ocupado e do papel desempenhado pela Geografia no âmbito das Ciências Humanas.

Explorar as tramas do medievalista Marc Bloch com a Geografia iluminará uma característica importante dos *Annales*: a interdisciplinaridade. Sabemos que eles a pregavam como instrumento de renovação e aperfeiçoamento da História. Mas isso não diz tudo. A interrogação que devemos fazer é: qual a natureza dessas trocas? Reflitamos sobre um longo e emblemático trecho: "No século X de nossa era, um golfo profundo, o Zwin, recortava a costa flamenga. Depois foi tomado pela areia. *A que seção do conhecimento levar o estudo desse fenômeno?* De imediato, todos designarão a geologia. Mecanismo de aluvionamento, papel das correntes marinhas, mudanças, talvez, no nível dos oceanos: não foi ela criada e posta no mundo para tratar de tudo isso? Certamente. Olhando de perto, porém, as coisas não são de modo algum tão simples assim. Tratar-se-ia, em primeiro lugar, de escrutar as origens da transformação? *Eis o nosso geólogo já obrigado a se colocar questões que não são mais, estritamente, de sua alçada.* Pois, sem dúvida, esse assoreamento foi, pelo menos, favorecido por construções de diques, desvios de canais, secas: diversos atos do homem, resultado de necessidades coletivas e que apenas uma certa estrutura social torna possíveis. Na outra ponta da cadeia, novo problema: o das conseqüências. A pouca distância do fundo do golfo, uma cidade se erguia. Era Bruges. Comunicava-se com ele por um breve trajeto fluvial. Pelas águas do Zwin, ela recebia ou expedia a maior parte das mercadorias que faziam dela, guardadas todas as proporções, a Londres ou a Nova York de sua época. Vieram, cada dia mais sensíveis, os avanços da sedimentação. Bruges tentou em vão, à medida que a superfície inundada recuava, empurrar ainda mais seus portos avançados para a foz, e seus cais pouco a pouco adormeceram. Decerto essa não foi absolutamente, longe disso, a causa única de seu declínio. Age a física alguma vez sobre o social sem que sua ação seja preparada, ajudada ou permitida por outros fatores que não venham do homem? Mas, no ritmo das ondas causais, esta causa está pelo menos, não poderíamos duvidar disso, entre as mais eficazes. *Ora, a obra de uma sociedade que remodela, segundo suas necessidades, o solo em que vive é, todos intuem isso, um fato eminentemente*

'histórico'. Assim como as vicissitudes de um poderoso núcleo de trocas. *Através de um exemplo bem característico da topografia do saber, eis portanto, de um lado, um ponto de sobreposição onde a aliança de duas disciplinas revela-se indispensável a qualquer tentativa de explicação; de outro, um ponto de passagem onde, depois de constatar um fenômeno e pôr seus efeitos na balança, este é, de certa maneira, definitivamente cedido por uma disciplina à outra. O que se produziu que parecera apelar imperiosamente à intervenção da história? Foi que o humano apareceu.* Há muito tempo, com efeito, nossos grandes precursores, Michelet, Fustel de Coulanges, nos ensinaram a reconhecer: o *objeto* da história é, *por natureza*, o homem. (...) Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça" (BLOCH, 2001:53-4 [1949], grifo nosso).

Passagens como esta exemplificam certos elementos típicos da ciência moderna, tais como: (i) o domínio de um aspecto qualquer do empírico por uma disciplina ("A que seção do conhecimento levar o estudo desse fenômeno?), bem como a (ii) delimitação do ofício de seu correspondente representante ("Eis o nosso geólogo já obrigado a se colocar questões que não são mais, estritamente, de sua alçada"); (iii) o imperativo de reconhecer e especificar a qualidade, a natureza deste ou daquele acontecimento, mesmo que sua argumentação esteja pautada na intuição ("a obra de uma sociedade que remodela, segundo suas necessidades, o solo em que vive é, todos intuem isso, um fato eminentemente histórico"); (iv) os limites entre as disciplinas, amiúde recordados ("depois de constatar um fenômeno e pôr seus efeitos na balança, este é, de certa maneira, definitivamente cedido por uma disciplina à outra") e (v) alicerçados no objeto ("O que se produziu que parecera apelar imperiosamente à intervenção da história? Foi que o humano apareceu (...) o objeto da história é, por natureza, o homem"). Sendo um produto do pensamento moderno, embora os *Annales* se esforçassem de maneira sincera em dialogar com outras áreas do conhecimento, cada uma dessas áreas haveria de manter sua especificidade diante das outras, distintas sobretudo através do *objeto* e do *método* — duas palavras-chave da Modernidade. Portanto, os esforços dos cientistas modernos concentravam-se na busca do *histórico*, do *geográfico*, do *sociológico*, do *antropológico*, onde, se um não exclui o outro, no mínimo é diferente dele; em última instância, é a busca de uma identidade que justificaria sua existência acadêmica e científica, sublinhando (suprimindo?) a diferença entre as diversas maneiras de captação do mundo. Melhor seria, então, que escrevêssemos *inter-disciplinaridade*, posto que seria mais verossímil com a efetivação prática do debate.

Se o Homem é uno e indivisível, irredutível a um único campo do saber, assim enxergamos também a realidade empírica, "laboratório" onde a vida se desenrola e *locus* das inúmeras manifestações fenomênicas estudadas pelas ciências. Desta maneira, este mesmo empírico só se apresenta enquanto geográfico, histórico, sociológico, antropológico, etc, única e exclusivamente

para os olhos dos geógrafos, historiadores, sociólogos e antropólogos, não havendo qualquer dado, elemento ou característica empírica que justifique tais adjetivações *a não ser para os cientistas que as representam*. Quando o empírico se manifesta, "acontecendo", isso não é um atributo das ciências que procuram apreendê-lo, mas sim do ser social em seu movimento de mutação. Assim, os fenômenos que ocorrem na sociedade não são exclusivos desta ou daquela ciência, embora o enfoque de uma possa se aproximar mais de um determinado acontecimento do que o de uma outra ciência afim. A título de ilustração, tomemos a Segunda Guerra Mundial. As diversas disciplinas procuram apreendê-la em sua totalidade, mas nenhuma poderá afirmar que é capaz disso senão no âmbito de suas próprias limitações, ou seja, de seu próprio campo de atuação. Aqui cabe recordarmos a advertência de Santos, consciente que "Todas as ciências são de síntese ou simplesmente não são ciências" (SANTOS, 1978:98). Nessa perspectiva, é o olhar, a leitura de mundo, as categorias e conceitos engendrados pelos cientistas que dividem, fragmentam, separam e restringem a esfera fenomênica, não existindo, deste modo, objetos de estudo dados naturalmente, nem tampouco qualquer — com o perdão da expressão — intuição "ideal" que imponha a um determinado fato esta ou aquela qualificação. Mais adiante, Bloch parece relativizar sua posição anterior, pois, conforme escreve, "A ciência decompõe o real apenas a fim de melhor observá-lo, graças a um jogo de fogos cruzados cujos raios constantemente se combinam e interpenetram. O perigo começa quando cada projetor pretende ver tudo sozinho; quando cada canto do saber é tomado por uma pátria" (BLOCH, 2001:131 [1949]). Tal afirmação não assume, contudo, ares de contradição; na verdade, ele apenas está sendo fiel ao que pensa, admitindo a interdisciplinaridade como uma condição para o melhor entendimento do fato histórico — uma vez guardadas as devidas diferenças entre a História e as demais ciências [97].

"Preservar" a História e, ao mesmo tempo, abri-la às outras ciências. Não seria tarefa fácil. Preservar no sentido de resguardar sua particularidade, particularidade esta que seria afirmada no "confronto" com outras disciplinas. É este, dentre outros, um dos significados da apologia à História. Atentemos ao título de seu comentário à tese *Leurs hommes et leurs travaux dans les pays de la moyenne Garonne (Agennais, Bas-Quercy)* (1932) do geógrafo Pierre Deffontaines: *Une étude régionale: géographie ou histoire?* Após recomendar a leitura aos seus pares, reclamando que a historiografia tradicional havia negligenciado a região em tela, sua reprovação a Deffontaines é emblemática da necessidade dos *Annales* de uma delimitação precisa dos campos de conhecimento: como historiador, Bloch se ressentia de uma explicação mais detalhada sobre o clima, o relevo e o

[97] Aguirre Rojas tem uma outra forma de ver esse ponto. Em um comentário acerca dos *Annales*, chega mesmo a sustentar que "Trata-se, sim, de uma intenção muito radical que aponta para o questionamento e a superação total dessa mesma divisão em disciplinas ou ciências sociais diversas, autônomas e separadas, como estratégia epistemológica de conhecimento e aproximação intelectual da realidade social" (AGUIRRE ROJAS, 2004:25).

tipo de terreno. É isso que ele espera da Geografia: conhecer o quadro natural onde se desenvolve a vida social. "Mas aqui vemos muito pouco a natureza, por fragmentos mal associados, dispostos de forma bastante artificial e que, sobretudo, deixa subsistir graves lacunas entre eles". Mas Deffontaines parece ter contrariado essa visão. Como geógrafo, seu pecado foi ter privilegiado demais o homem. E explorado-o mal, pois não se trata apenas "de uma simples questão de etiqueta", ou seja, como se pudéssemos ver o trabalho de Deffontaines sob outro rótulo e tudo estaria resolvido. Afinal, o livro também deixa a desejar no tocante aos planos histórico e social. O resultado é "uma obra demasiado híbrida" (BLOCH, 1934:81-85).

Ora: a interdisciplinaridade não seria a busca em direção ao híbrido, um cruzamento entre campos distintos do saber que querem, exatamente, ultrapassar tais distinções? Não para Bloch. Não para as ciências na primeira metade do século XX. Por isso é insuficiente dizer que a interdisciplinaridade é uma traço da escrita histórica *annaliste*. Isso não esclarece nada. A pergunta adequada é: qual o papel que a Geografia desempenha na divisão acadêmica do trabalho proposta pelos primeiros *Annales* e, de posse disso, qual o conceito de interdisciplinaridade emergente a partir de então[98]? Ensaiemos algumas respostas: para Bloch, interdisciplinaridade é uma proposta de diálogo onde ponto de vista diversos são respeitados, embora as diferenças entre cada ciência sejam preservadas. Não é um questionamento às identidades disciplinares, mas sim um apelo a uma definição precisa de seus respectivos campos de atuação. Todavia, são ciências trabalhando em conjunto, onde cada uma contribuiria de forma específica e setorial em relação ao tema a ser pesquisado. No que concerne à Geografia, seu papel é, majoritariamente, fornecer uma visão de conjunto sobre as características físicas dos *pays*, regiões e territórios. Em seguida, seus estudos sobre a relação homem-meio são acompanhados atentamente, seja pela importância dos elementos físicos na constituição da história, seja pelas possíveis inclinações deterministas nele contidos. Por sua vez, as monografias regionais possuem o valor de revelar a diversidade física, cultural e social do território, bem como contribuem, em sua totalidade, para uma visão ampla da história da França[99]. Da discussão com os geógrafos, Bloch reterá ainda a questão das delimitações das fronteiras e seus critérios, a associação entre as escalas no entendimento de um dado fenômeno e a relevância da paisagem como traço histórico.

Vejamos alguns destes aspectos nas duas primeiras partes de sua longa pesquisa sobre a região da *Île-de-France*, publicada na *Revue de Synthèse Historique* em 1912 e 1913. Tendo

[98] Talvez por isso Wallerstein, cuja aproximação com Braudel é bem conhecida, tenha confessado que devemos ir para "além dos *Annales*, (...), além da multidisciplinaridade, além (acima de tudo) da antinomia idiográfica-nomotética" (WALLERSTEIN *apud* LLOYD, 1995:18 [1993]).

[99] "Não haverá verdadeira história da França senão onde seja feita justiça a essas profundas variedades regionais" (BLOCH, 1932:498).

Gallois e Longnon como referências (o que não quer dizer adesão incondicional aos mesmos), mas citando também Vidal, Demangeon e Sion, ao seguir o rastro da aparição e dos usos dos termos *Île-de-France* e *France*, Bloch constatará duas coisas interessantes: a geologia, a arqueologia e a filologia usam a palavra *Île-de-France* de formas distintas, enquanto o termo *France* possui não apenas limites geográficos, mas também jurídicos. Indício de sua preocupação para com a história e o traçado das fronteiras francesas, por esse motivo contestará os limites regionais administrativos do Antigo Regime, carentes de considerações geográficas. E, embora reconheça o valor da geografia popular e seu léxico, atesta sua ineficácia quando se trata de delimitar uma região em escala ampla. Aqui há uma semelhança clara com Vidal: há que se apossar do conhecimento prático do senso comum, mas o cientista deve desconfiar do mesmo e superá-lo. Contudo, essa não é a única similitude com o pensamento vidaliano: é dele que Bloch retira a definição da *Île-de-France* como "os *pays* ao redor de Paris" [100], sua unidade sendo dada pela aglomeração humana ali estabelecida (BLOCH, 1912: 209-223).

Quando se propõe estudar as características geográficas da *Île-de-France* (sub-título do artigo), além de observar que a região tem chamado a atenção de poucos geógrafos, Bloch volta a demonstrar sua dívida com Gallois em *Régions naturelles et noms de pays* [101] (1908). Sobre aquela, recomenda as páginas de Vidal no *Tableau* e o livro *La géologie en chemin de fer. Description géologique du Bassin Parisien et des régions adjacentes* (1888), do geólogo Albert de Lapparent. Tais referências não nos parecem casuais. Teriam elas algum significado no âmbito de como Bloch representava o conhecimento geográfico? A resposta é sim. Mencioná-las significa que o co-fundador dos *Annales* está diante de duas tradições acadêmicas que, embora se misturem, são dessemelhantes [102]: a primeira, mais antiga e estabelecida, nos remete à prática dos geólogos que, nos séculos XVIII e XIX, recortavam o território francês segundo as prerrogativas das regiões naturais; a segunda, mais jovem e dinâmica, embora se inspire inicialmente na Geologia, logo em seguida engendrará seus próprios critérios de *découpage* regional — sobretudo ao incorporar a ação humana no meio e suas consequências. Entretanto, também não é acidental o fato de Bloch admiti-las — ao menos nesse artigo — num mesmo plano pois, a despeito das diferenças entre as vertentes

[100] Intitulados "L'Île-de-France (Les pays autour de Paris)", a referência ao *Tableau* é explícita, posto que este, na seção "Description régionale", possui um item chamado "Les pays autour de Paris" (VIDAL DE LA BLACHE, 2007:473 [1903]).

[101] Ele ainda citaria outro texto de Gallois publicado nos *Annales de Géographie*: *Sur la crue de la Seine de janvier 1910* (1911). Demonstrando estar atento à produção geográfica, faria referência à *Bibliographies Annuelles des Annales de Géographie* de 1910 e 1911, à tese de Jules Sion *Les paysans de la Normandie Orientale* (1908).

[102] O fato de ter citado Auguste Longnon (historiador e professor de geografia histórica da França no *Collège de France*, representante de um momento em que a Geografia era dependente da História) ao lado de Gallois (representante da moderna Geografia) não é também um exemplo da presença de duas tradições coexistindo na reflexão geohistórica de Bloch?

em tela, a escolha das obras cria um ponto de intersecção indiscutível: o que é o livro de Gallois senão uma defesa dos elementos físicos como sendo os primordiais na confecção das regiões? O que é o *Tableau* senão um Vidal cuja argumentação ainda permanece majoritariamente naturalista? Porém, se aqui vemos geógrafos e geólogos caminhando lado-a-lado, sabemos que essa não era a realidade vivida nem entre eles nem mesmo entre os próprios geógrafos: sobre o primeiro ponto, basta relembrar a oposição dos geólogos contra a autonomia da Geografia em finais do XIX. Sobre o segundo, sabe-se que, embora Vidal e Gallois dividissem a direção dos *Annales de Géographie* (inclusive à época em que Bloch publicara seu texto, 1912), este reteve apenas uma parcela dos ensinamentos daquele. Enquanto Vidal estava em plena tomada de consciência do mundo urbano-industrial e de seus desdobramentos na organização regional, Gallois permanecia firme no amparo às regiões naturais.

O resultado não poderia ser diferente: além de elogiar a *Beauce* como "perfeito exemplo de região natural" (BLOCH, 1912a:315), Bloch entende que caracterizar geograficamente a *Île-de-France* não significa outra coisa senão sua descrição física: quatorze páginas dedicadas à infiltração das águas pluviais, à deposição quaternária, à erosão, à hidrografia, aos tipos de rocha e solo, aos acidentes do relevo, ao clima... Ora, por quê não? Afinal, não havia admoestado Deffontaines por ter negligenciado as condições naturais da *moyenne Garonne*? Talvez aqui coubesse a reprovação de Braudel no prefácio da primeira edição de *La Méditerranée* às introduções geográficas à História que se limitavam a meras introduções, quadros estanques onde se desenrolava a atividade humana de forma alheia e independente do meio (BRAUDEL, 1949).

Uma vez listados, os componentes acima identificados na *Île-de-France* formam um mosaico que pode ser apreendido através do olhar. São formas, cores e volumes que desenham uma "variedade na paisagem" (BLOCH, 1912a:312). Porta aberta para o aprofundamento do diálogo com a Geografia, em Bloch a paisagem possui verdadeiramente um destaque heurístico. Ela não é uma noção vaga e utilizada aleatoriamente, mas um conceito no qual buscará captar o movimento da História. De início, tal como entre os geógrafos, seu impacto é essencialmente físico. Descrevê-la é mostrar a pujança da natureza e o entrelace de seus elementos. É como desenhar um quadro — mas com palavras. Numa passagem que poderia ter sido redigida por qualquer geógrafo de então: "Os rios da Île-de-France, que esculpiram os pays por onde atravessam, são uma de suas riquezas e um de seus charmes. Os vales que eles cavaram — com seus fundos úmidos a ocupar campinas e jardins, seus declives onde rochas diversas (cortadas, por assim dizer, como fatias) afloram uma em cima das outras (cada uma com sua cor e vegetação particular emprestadas à paisagem) e suas sinuosidades que fazem com que as inclinações mais diferentes sejam expostas em sucessão —

estão dispostos nos platôs mais uniformes tal como amáveis avenidas, com perspectivas habilmente variadas" (idem, p.323).

Mais adiante, se questiona: "Temos o direito de falar da paisagem da Île-de-France?" Não só a resposta é positiva, mas é possível, até, digamos assim, classificá-la. Para isso, no entanto, um aspecto não pode ser desconsiderado: o homem. Acentuando ou modificando seus traços iniciais, ele a modela. É o seu principal agente. Por isso ela é histórica. Nas entrelinhas, Bloch compartilha com os geógrafos não apenas a atração pela paisagem, mas algo mais denso: as paisagens regionais são uma das formas mais profícuas de se representar a França. A apologia à diversidade é indissociável de suas imagens, exibidas e reproduzidas com orgulho pela nação afora. O que seria uma paisagem clássica? Seria uma paisagem onde o francês comum se reconheceria facilmente, num fitar de olhos. É um cimento a mais a amalgamar o cidadão francês ao seu *pays* e, em maior escala, sua unidade junto à pátria. "Certamente, é difícil imaginar aspectos mais diversos que os oferecidos pelas *plates campagnes* da Beauce e os rochedos irregulares de Fontainebleau. Portanto, é permitido, negligenciando os aspectos assaz particulares, procurar fixar os traços comuns apresentados por tantas paisagens que se estendem sob nossos olhos? (...) Na fértil Île-de-France, por todos os lados, campos, jardins, casas esparsas pela campanha ou reunidas em grandes aldeias, nos remetem ao trabalho humano. Mas o homem, que fez recuar a floresta, não a destruiu. Frequentemente (exceto em Beauce), ela aparece no alto de uma encosta ou para além dos longos vales do platô. Antes dela, bosques de árvores a anunciam. Os rios não são jamais torrentes: possuem ou uma calma graciosidade ou uma tranquila majestade. *Estas paisagens da Île-de-France*, harmoniosas, amáveis e um pouco nobres, *onde o homem nunca está ausente*, e que tem, ao mesmo tempo (como os parques do século XVII), árvores, águas e largas extensões descobertas, *não merecem o nome* (que lha damos algumas vezes) *de paisagens clássicas?*" (ibidem, p. 325, grifo nosso).

Portanto, a paisagem trazia à tona um problema de transcrição. Seu conteúdo é complexo: ultrapassa o plano do concreto visível e remete às representações, além de admitir, de uma só vez, as dimensões espacial, temporal e social. Não obstante, num ambiente fortemente marcado pela influência do pensamento alemão, comporta ainda a não menos importante questão linguística: como traduzir o vocábulo *kulturlandschaft*? "Paisagem humana", sugere Bloch ser a "tradução menos inexata" [103] (BLOCH, 1932: 504). Quatro anos mais tarde, comentando um artigo de Daniel Faucher sobre policultura antiga e afolhamento bienal na França provençal, dirá que ele acentuou o

[103] Vinculando-a a um conceito precioso aos *Annales*, Bloch falaria também em "paisagem de civilização" (BLOCH, 1932:506). Monbeig também se expressaria assim, vislumbrando a paisagem como "espelho de uma civilização" (MONBEIG, 2005 [1940]). Abordagem semelhante será explorada por Braudel décadas mais tarde em *Les Structures du Quotidian* (BRAUDEL, 1996 [1979]).

"substrato físico da paisagem humana" [104] (BLOCH, 1936:269). Tratar-se-ia da aceitação de um dualismo inerente ao conceito? Diríamos que sim. Independente disso, a paisagem testemunhava a História. Ela colocava o desafio do tempo, das permanências. Ela não é um acontecimento fugaz, mas uma estrutura que inclui eventos e conjunturas. Milton Santos falava do espaço, mas podemos nos apropriar de sua definição para assimilarmos a paisagem enquanto uma acumulação desigual de tempos (SANTOS, 1978). Ela aceita as mudanças mas, ao mesmo tempo, as resiste; é um palimpsesto [105]. Abrir os olhos para seus contornos atuais era perceber parte de sua história. Álbum de fotografias à céu aberto — talvez dissesse Walter Benjamin —, a paisagem enriquecia o *métier* do historiador e a metodologia *annaliste* sob, pelo menos, três perspectivas: ampliava a noção de fonte histórica, possibilitava a materialização dos vínculos entre o presente e o passado e, especialmente, contribuía na superação da escrita histórica factual e *événementielle*. Bloch sabia que a arquitetura das igrejas, os instrumentos de trabalho no campo e o traçado das aldeias eram como sílabas que, uma vez associadas, permitiriam um desvendar mais lúcido e global de uma palavra chamada história. Tal como quadros dispostos num museu ou documentos guardados em arquivos, as paisagens estavam igualmente aptas à interpretação histórica. Associadas às regiões, formavam um par perfeito na constatação de que a história possuía diferentes ritmos e temporalidades. Manejadas segundo escalas distintas, mostravam que a história não era uma sequência ininterrupta de acontecimentos, mas sim um jogo de flutuações, diacronias e permanências. Onipresentes na vida cotidiana, aconselhavam o historiador de que seu ofício não se encerrava no passado. Conforme ele mesmo: "Ora, sem dúvida menos excepcionalmente do que se pensa, acontece de, a fim de atingir o dia, ser preciso prosseguir até o presente. Em certas de suas características fundamentais, nossa paisagem rural, já o sabemos, data de épocas extremamente remotas. Mas, para interpretar os raros documentos que nos permitem penetrar nessa brumosa gênese, para formular corretamente os problemas, para até mesmo fazer uma idéia deles, uma primeira condição teve que ser cumprida: observar, analisar a paisagem de hoje. Pois apenas ela dá as perspectivas de conjunto de que era indispensável partir" (BLOCH, 2001:67 [1949]).

[104] Em 1909, ao resenhar a monografia regional de Faucher sobre o vale do Rhône, Bloch adverte que os geógrafos não deveriam esquecer que eles precisavam escrever geografia, e não história. Na avaliação de Baker, "Bloch avaliou mal a separação entre duas disciplinas que, propositalmente combinadas, construíram uma ciência do homem em sociedade" (BAKER, 2006:24 [2003]).

[105] Segundo Chirot, Bloch observava as evidências geográficas de maneira similar a que lia documentos e arquivos (CHIROT, 1984). Santos tem semelhante visão: "O seu caráter de palimpsesto, memória viva de um passado já morto, transforma a paisagem em precioso instrumento de trabalho, pois 'essa imagem imobilizada de uma vez por todas' permite rever as etapas do passado numa perspectiva de conjunto. O autor dessas palavras, o historiador Marc Bloch, é, por assim dizer, um dos criadores dessa geografia retrospectiva da qual F. Braudel nos dá um modelo definitivo em seu *La Méditerranée* (1949). M. Bloch nos põe em guarda contra o risco de querer impor essa imagem — oferecida pela paisagem — "a cada etapa do passado" (SANTOS, 2002:106-107 [1996]). Será mesmo que *La Méditerranée* é um "modelo definitivo" da "geografia retrospectiva" (sic) que queremos para o século XXI?

Passemos a outro tópico: as escalas. Elas estão ligadas a outro ponto do método blochiano: a comparação. Em termos geográficos, comparar é transpor fronteiras, aproximar lugares. É impetrar explicações cujas raízes não estão *à côté*: outros níveis espaciais devem ser apreciados. Circunscrever um recorte espacial não significa que ele se explique por si mesmo nem, tampouco, que seus limites não sejam cambiáveis: uma das fragilidade do conceito de região não residiria precisamente nesse aspecto? [106] (BLOCH, 1932: 510). Havia que se privilegiar a geograficidade do fenômeno e não uma imposição apriorística. Casos como as estruturas agrárias da Europa não se enquadravam nas divisões políticas e administrativas formalmente estabelecidas [107]. Os mapas linguístico desse continente revelam realidades distintas das do mapa político, p.ex. (BLOCH, 2006:375 [1928]).

Emblemático desta faceta de seu pensamento é o célebre artigo *Pour une histoire comparée des sociétés européenes* (1928). Permeado por raciocínios geográficos do início ao fim, desconfiava dos fatos exclusivamente locais na elucidação dos fenômenos e da "artificialidade" dos quadros nacionais (idem, pp. 362 e 380). Daí a necessidade dos estudos comparativos, "os únicos capazes de dissipar a miragem das falsas causas locais" (ibid., p. 363). É nesse sentido que enaltece a tese de André Meynier *A travers le Massif Central: Ségalas, Levézou, Châtaigneraie* [108] (1931): pela capacidade de ter sabido extrair as articulações entre a especificidade do pequeno *pays* e seus laços mais gerais com o movimento da França em sua totalidade. Havia uma rede social e material (os transportes) a dinamizar as trocas no Hexágono, favorecendo tanto a utilização de novas técnicas quanto o despontar de uma nova mentalidade política — a formação de sindicatos agrícolas (BLOCH, 1932:496). Aqui, aparece com vigor uma questão que também recai no domínio da representação: a diversidade é exaltada não em nome de discursos separatistas, mas em nome do fortalecimento da coesão francesa. Não era esse um dos *leitmotivs* de Vidal de la Blache? Portanto, eis a substância, o teor *político* da argumentação desenvolvida por duas das modernas Ciências Humanas na primeira metade do século XX: sob a pena de historiadores e geógrafos, a estética das paisagens e os gêneros de vida das regiões são retratados. Todavia, por trás dessa aparente

[106] Não seria essa, de alguma forma, a crítica de anos mais tarde feita por Lacoste a Vidal e seus seguidores (LACOSTE, 1988 [1976]), bem como do sociólogo brasieliro Carlos Vainer à "fetichização" regional dos geógrafos? (VAINER, 1995).

[107] "Tais são alguns dos principais problemas da paisagem rural francesa. Melhor dizendo: européia. Cercas, campos irregulares, campos alongados, agricultura individual ou servidão coletiva. Com efeito, tantas realidades que se reencontram e se opõem para além de nossas fronteiras. E, sem dúvida, lá como aqui, o meio mais seguro de compreender a França é, algumas vezes, sair dela" (BLOCH, 1936: 273).

[108] Embora condene seu presentismo e, consequentemente, sua negligência em relação à história. Já com Demangeon acontece o contrário: é elogiado por associar passado e presente, concedendo à história, portanto, papel essencial (BLOCH, 1932: 490-491). Em sua definição de Geografia Humana, Demangeon ressalta esse ponto (DEMANGEON, 1982). Infelizmente, não achamos a data original do artigo deste geógrafo.

tranquilidade e de escritas tidas quase como literárias, elas formavam o quadro conceitual ideal no qual seria assentada a unidade da nação francesa [109].

Pensando na comparação como uma ferramenta de conjunto, um jogo de escalas emergia diante de Bloch. Ele tinha plena consciência da riqueza de detalhes e das possibilidades de construção de uma "história total" que as pesquisas locais [110] e regionais permitiam. Mas, como alguém que promovia analogias entre seu período de pesquisa e o tempo presente, sabia que as configurações espaciais da Idade Média (feudos, glebas e aldeias) eram significativamente diferentes da Idade Moderna (cidades-Estado e Estados Nacionais). Ou seja, uma vez que o desenrolar do processo histórico passava pela criação e destruição de diversas (para usar um conceito atual) territorialidades, compreendê-lo demandava uma metodologia que levasse em conta variadas escalas de análise — sua reflexão incorporando Grã-Bretanha, Alemanha e, de forma geral, a Europa, mostra isso. Dissertando sobre a formação dos Estados europeus, a utilidade das monografias locais em seu esclarecimento e o papel da comparação, sugere uma valiosa lição metodológica para as Ciências Sociais: "Sem as pesquisas locais preliminares, vã seria a comparação; mas somente esta poderá, no bojo das causas imagináveis, reter aquelas que tiveram uma ação geral, as únicas reais" (ibid., p. 361).

Finalizemos esta seção com algumas considerações levantadas em três trabalhos da década de 30: *Les caractères originaux de l'histoire rural française* [111] (1931), *Régions naturelles et groupes sociaux* (1932) e *Les paysages agraires: essai de mise au point* (1936). Eles ratificam a posição de Bloch junto aos geógrafos: um misto de admiração e de aguçado senso crítico. Sobre tal aspecto,

[109] "Sem dúvida, um dos méritos mais surpreendentes do sr. André Meynier foi de ter sentido e feito sentir as ligações que, entre o pequeno pays que ele observava viver (de uma vida cuja aparência parecia bem particular e como que retirada) a evolução geral da França, teceu-se uma forte e sólida rede". E complementa, logo em seguida: "A influência psicológica da Grande Guerra é marcada por felizes traços" (idem, p.496). A despeito dos trinta anos que os separam, a semelhança com o *Tableau de la géographie de la France* (1903) é inevitável. Ambos parecem dizer que, o que a geografia e a história moldaram na *longa duração*, evento algum poderá desfazer. A observação de Claval é precisa: "A proposta do *Tableau* é mostrar como, da diversidade, pôde nascer uma unidade real. O comportamento dos franceses durante a guerra deu razão a esta visão. (...) A guerra de 1914 demonstrou o quanto a nação francesa, a despeito de sua diversidade, estava amalgamada" (CLAVAL, 1998:156).

[110] Quando debruçado sobre a *Île-de-France*, descobre que as histórias escritas pelos beneditinos não dizem respeito apenas às lutas eclesiásticas entre ordens diferentes, mas também desvendam as particularidades locais, constituindo-se em "fontes inestimáveis para a geografia histórica" (BLOCH, 1912a: 338). Na terceira parte desse estudo, Bloch mostra a importância da escala local, fazendo questão de definir monografias locais como aquelas em que "livros ou autores que tratam de uma história, se assim posso dizer, *integral — política, religiosa, arqueológica, econômica* —, de uma cidade ou aldeia, seja 'das origens aos nossos dias', seja, pelo menos, durante um período muito longo" (BLOCH, 1913:146, grifo nosso).

[111] Na brevíssima orientação bibliográfica desse livro, Bloch expõe toda sua familiaridade com as pesquisas geográficas de então. Na sequência cronológica: Demangeon e *La plaine picarde* (1903), Blanchard e *La Flandre* (1906), Sion e *Les paysans de la Normandie Orientale* (1909), Siegfried e o *Tableau politique de la France de l'Ouest sous la Troisième République* (1913), Musset e *Le Bas-Maine* (1917), Arbos e *La vie pastorale dans les Alpes françaises* (1922), Faucher e *Plaines et bassins du Rhône moyen. Étude géographique* (1927), Allix e *L'Oisans, étude géographique* (1929), Gibert e *La porte de Bourgogne et d'Alsace (Trouée de Belfort)* (1930). Pode-se minimizar tamanha aproximação?

não há porquê julgá-lo. Não será este, talvez, o principal atributo do intelectual? A questão aqui não é essa, mas sim tensionar os campos científicos em tela (dissipando o clima liso e desprovido de contradições que predomina na historiografia), argüindo a prática interdisciplinar proposta pelos *Annales* e avaliando suas consequências no posterior desenvolvimento da Geografia.

De qualquer maneira, o que precisa ser destacado é o interesse de Bloch pelo aporte geográfico. A História teria muito a ganhar, e sua aproximação com a Geografia tinha como objetivo principal potencializar a enunciação histórica. É assim que ele destaca o Congresso Internacional de Geografia relizado pela UGI em setembro de 1931, sintoma da vitalidade de uma escola "a qual os historiadores devem tantas e preciosas lições". Que exalta os geógrafos e seus estudos em grupo sobre a origem e as causas da dispersão das habitações rurais dirigidos por Demangeon (BLOCH, 1932: 489-490). Que se mostra leitor atento não só dos *Annales de Géographie*, mas também da *Revue géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, dos *Études Rhodaniennes* e da *Revue de Géographie Alpine* (BLOCH, 1936; 1968 [1931]). Passado e presente uniam historiadores e geógrafos em torno de uma questão crucial na trajetória das sociedades: dadas certas condições físicas típicas de uma região, como o homem as modela, adaptando-as, por intermédio do trabalho, para o desenrolar pleno da vida social? Quais são as dificuldades e as soluções por eles encontradas para que um espaço qualquer possa tornar-se habitável? Isso implica numa série de relações e comporta inúmeras variáveis: classes de solos, escolha dos cultivos, engenhosidade dos instrumentos técnicos, divisão das propriedades, distribuição do povoamento, tipos de *habitat*, diferentes mentalidades coletivas (BLOCH, 1932:489). Seria ousadia demais dizer que parte de sua agenda de pesquisas é vidaliana?

Evidentemente, este jogo não é unilateral: cabia à História, por assim dizer, corrigir as rotas e os excessos de uma corporação cuja "juventude" a deixava "ao abrigo das piores rotinas corporativas" — mal semelhante acometia etnógrafos e linguistas (BLOCH, 2001:146 [1949]). É nesse espírito de franqueza e combate intelectual que Bloch acolhe *Essai sur la formation du paysage rural français* (1934), de Dion: não hesita em anotar seu simplismo ao dividir a economia rural francesa em "Norte" e "Sul" e reprová-lo por ter omitido as diferenças no que tange às suas estruturas sociais e políticas (BLOCH, 1936:266 e 271). Por estas e outras razões, "aquilo que habitou-se chamar 'geografia humana'" ou "antropogeografia", cuja proposta não é outra senão a de estudar as "trocas de sentido duplo" (BLOCH, 2001:131 [1949]), é algo que deve ser incentivado e acompanhado amistosamente — mas, decerto, com uma dose de prudência. Neste trecho, duas coisas podem ser observadas: primeiro, a estranheza frente às expressões geografia humana e antropogeografia, que ele mesmo faz questão de colocar entre aspas. Se em Bloch as respostas para tal reação estão evidenciadas em sua concepção de interdisciplinaridade e de

demarcação dos objetos de cada ciência, Febvre explanará com clareza meridiana o que ele pensa dos termos acima e de seus significados. Em segundo, aparece outra vez a influência do pensamento alemão: a referência a Ratzel é inequívoca.

Uma vez que admitamos que o exame das relações homem-meio está longe de ter sido domínio exclusivo da Geografia, mas sim um verdadeiro paradigma a incidir sobre as Ciências Humanas na França da primeira metade do século XX, não podia deixar de aparecer a recusa total e irrestrita ao determinismo geográfico. Sua máxima de que os fatores naturais limitavam as ações humanas de forma irreversível lhe era alheia não apenas como argumento empírico, mas como premissa metodológica que, assentada num gênero de reducionismo, soava incompatível com a pluricausalidade histórica e o resgate da totalidade das experiências humanas defendidas por ele e Febvre. Sim, ele sabe que os próprios geógrafos já trataram de rechaçá-lo (BLOCH, 1936:265). Mas nem por isso se abstém de fazê-lo à sua maneira: entrelaçando fato histórico e fato psicológico — ou seja, sublinhando a dimensão social e mental das ações humanas —, dirá que "O vírus da peste negra foi a causa primordial do despovoamento da Europa. Mas a epidemia só se propagou tão rapidamente em razão de certas condições sociais, portanto, em sua natureza profunda, mentais, e seus efeitos morais explicam-se apenas pelas predisposições particulares da sensibilidade coletiva. São constatações dessa ordem que arruinaram o pseudo-determinismo geográfico. Às mesmas circunstâncias de clima, solo e localização, peritos diversamente preparados opõem reações bem diferentes. O deserto não é mais necessariamente 'monoteísta', assim como os povos dos litorais recortados não são, por uma inelutável fatalidade, povos de marinheiros" (BLOCH, 2001:157 [1949]).

No entanto, isso não significa deixar de lado o devido papel dos fatores geográficos, representativos da íntima associação do povo com a terra, da adaptação da sociedade às circunstâncias da natureza. Na introdução metodológica de seu clássico sobre a história rural francesa, ele se ressente de que um livro de síntese e generalista precise abrir mão dos "fatores geográficos". Pois, se é verdade que eles não explicam os traços principais do tema em voga, possuem toda relevância quando se trata de perscrutar as diferenças entre as regiões (BLOCH, 1968:X [1931]). Por fatores geográficos lê-se aspectos naturais, posto que sabemos o sentido que ele empresta às características geográficas na análise regional (vide o exemplo da *Île-de-France* anteriormente citado). Eles são importantes por permitir uma distinção visível das regiões, uma distinção "primeira" (digamos assim) que servirá como ponto de partida para a compreensão de assuntos como ocupação do solo, tipos de cultura animal/vegetal, utilização de aparatos técnicos etc. Distribuídos em sítios diversos, os grupamentos humanos assumirão hábitos igualmente diversos. Tudo isso conforma um mosaico regional que jogará posição de relevo no âmbito da

multissecular formação territorial francesa. Afinal, diferentes espaços (e fenômenos) possuem diferentes temporalidades [112]. Enfim, pode-se classificar *Les caractères originaux de l'histoire rural française* como o primeiro ensaio de síntese das paisagens agrárias do mundo ocidental (PELTRE, 1994), onde o espaço rural é decifrado "como um palimpsesto no qual cada migração, cada reorientação da vida econômica teria impresso, de maneira mais ou menos duradoura, sua marca" (BURGUIÈRE, 1993).

2.4. Para ler Geografia, ou A Geografia segundo Febvre [113]

Febvre não era geógrafo — e fazia questão de dizê-lo. Entretanto, não temos dúvida alguma em afirmar que nenhum outro cientista social provocou tamanho impacto na trajetória do pensamento geográfico quanto ele. Sua tese de doutorado, ao mesmo tempo em que discute a revolta dos holandeses contra Felipe II e a proposição da Reforma, também elege um recorte espacial, a região do Franco-Condado, relatando suas características sócio-geográficas (cf. HUGUES-WARRINGTON, 2002). Em parceria com Demangeon, Febvre abordará problemas econômicos e históricos em torno do rio Reno, procurando descontruir a noção de fronteira enquanto algo físico, natural, mas vislumbrando-a como uma construção humana carregada de valores, crenças e mitos (FEBVRE & DEMANGEON, 1935; SCHLOTTER, 2000). Todavia, tal impacto refere-se ao tantas vezes citado *La Terre et l'évolution humaine: introduction géographique à l'histoire*, escrito durante a guerra mas só publicado em 1922. Esta obra pode muito bem ser enquadrada naquilo que a filósofa Marilena Chauí elaborou em sua crítica sobre a história do Brasil, sua escrita e seus intérpretes: trata-se de um *mito fundador* (CHAUÍ, 2000), uma idéia-força que, engendrada segundo uma operação intelectual assaz singular e num contexto histórico conflituoso, ganhará ares de consenso e será, de tempos em tempos, reproduzida pelos historiadores como norma, cânone ou garantia de segurança e autoridade (SODRÉ, 1976; POMIAN, 1997 [1986]; BURKE, 1997 [1990]; REIS, 2000; BARROS, 2005).

Quais seriam as razões de tamanha vitalidade? Sim, pois não podemos dizer *atualidade*, já que as relações entre a Geografia e a História foram, nos parece razoável afirmar, significativamente modificadas de 1922 até o momento em que escrevemos.

---

[112] "Quando se abria o período que chamamos Idade Média, quando, lentamente, começaram a se constituir um Estado e um agrupamento nacional que pode-se qualificar de francês, a agricultura já era, sobre nosso solo, coisa milenar" (BLOCH, 1968:2 [1931]).

[113] Um breve esclarecimento de natureza prática: neste item, lançaremos mão de uma série de citações e notas por, pelo menos, uma razão: uma forma de começar a superar as lacunas existentes sobre os laços de Febvre com a Geografia. Para isso, nada melhor que fazer chegar ao leitor suas próprias palavras.

Ou estaremos enganados? Ou, a despeito das profundas metamorfoses teórico-metodológicas sofridas pela Geografia e pela História no decorrer do século XX e início do século XXI, as *relações* (poderíamos dizer *representações*) envolvendo tais ciências continuam presas de uma tradição historiográfica estabelecida por Febvre e constantemente renovada por seus pares?

Deixemos que as próximas páginas falem por si mesmas. De qualquer maneira, devemos ressaltar o profundo e sincero interesse de Febvre pelo conhecimento geográfico e sua contribuição à História. Nem é preciso uma leitura muito atenta do livro supracitado para perceber a satisfação e a importância que os trabalhos dos geógrafos franceses e alemães, seus Atlas e suas discussões em torno da paisagem, recortes regionais e traçados territoriais tiveram durante todo o percurso intelectual do co-fundador dos *Annales*. Tal postura deve ser grifada, sobretudo, nos dias atuais, quando sociólogos como Anthony Giddens, Zygmunt Bauman e Renato Ortiz ensaiaram realizar uma aproximação com a Geografia que, se num primeiro momento parecera frutífera, mostrou que os géografos deveriam estar atentos: ao invés de incorporá-la como referencial importante no entendimento dos fenômenos provocados pela Globalização, eles preferiram aderir a um discurso do fim das fronteiras, dos territórios e do espaço como um todo (GIDDENS, 1991 [1990]; BAUMAN, 1999 [1998]; ORTIZ, 2003 [1994]). Afinal, qual o significado político por trás dessas leituras? [114]

Conforme havíamos citado (p. 40), Febvre fazia questão de ressaltar o papel fulcral da Geografia no movimento de renovação da História — e, naturalmente, na elaboração de suas próprias idéias. É nesse espírito que, entre seus "verdadeiros mestres" Burckhardt, Courajod e Stendhal, inclui Elisée Réclus (!) e a "profunda humanidade de sua *Géographie Universelle*" [115] (FEBVRE, 1952:IV). De Vidal, dirá que este fizera, "para ele e seus sucessores, sua própria revolução" (idem, p.VI). E não poupará elogios a Sion e Demangeon pela abertura junto à História encontrada em suas pesquisas (FEBVRE, 1941a [1992]). Este último tem não só uma posição intelectual, mas também institucional, frente a Bloch e Febvre: foi ele um dos responsáveis pela aproximação de ambos com a editora Armand Colin que, futuramente, acolheria os *Annales d'histoire économique et sociale* (1929). É, nas palavras de Febvre, uma das "fontes batismais" da revista, assim como um de seus "melhores colaboradores" (idem, p.382).

[114] Que nos seja permitido mencionar uma primeira aproximação ao tema no artigo *Modernidade e Espaço, Pós-Modernidade e Mundo: a Crise da Geografia em tempos de Globalização*, apresentado no X Colóquio Internacional Geocrítica em Barcelona em maio de 2008 (RIBEIRO, 2008).

[115] Essa é mesmo uma revelação surpreendente pois, dos trabalhos de Febvre aqui revisados, apenas *La Terre* menciona Réclus. Entre outras passagens, "(...) a *Géographie Universelle*, essa Providência tantas vezes renegada (...)" (FEBVRE, 1991:31 [1922]). Quais seriam suas afinidades intelectuais com o geógrafo anarquista? Como ele as conciliou com o pensamento vidaliano? Essa é uma pista de pesquisa que apenas ratifica o fato de que as relações entre Febvre e a Geografia merecem um estudo específico.

Descontente com a historiografia dominante de então, Febvre descobre uma Geografia rica, viva e em movimento. Os trabalhos de campo, a observação direta da realidade empírica e a atenção às paisagens soavam como uma novidade face à mesmice da história factual e dos arquivos fechados e mofados nos quais se encerravam os historiadores. Abrir-se à Geografia era renovar a História; era perceber que havia uma França em plena mutação e que inserir tal dinâmica no âmbito do processo histórico ampliava enormemente as possibilidades de compreensão da vida social. Suas virtudes seriam declaradas em uma ocasião particularmente importante: a lição de abertura no *Collège de France*. "Nascia uma geografia humana que atraía a atenção dos jovens homens, rapidamente tomados por seus estudos reais e concretos, estudos que pareciam fazer penetrar, na morna pintura das salas de aula, o céu e as águas, as aldeias e as madeiras, toda a natureza vivente. 'A história se faz com os textos': assim, de um golpe, parecia desaparecer a observação penetrante dos sítios, a inteligência aguda das relações geográficas próximas ou longínquas, o exame das marcas deixadas sobre a terra humanizada pelo trabalho vigoroso de gerações (...)" (FEBVRE, 1992:5 [1933]).

Febvre reclamaria não só os empréstimos constantes junto ao conhecimento geográfico, mas também a ausência do mesmo em determinados trabalhos: a história historizante não citava Vidal, p.ex. (FEBVRE, 1992:117 [1947]). Resenhando o livro *La Paix Armée (1871-1914)*, aponta a ausência tanto da escola geográfica francesa quanto dos geopolíticos alemães, mesmo se tratando de obra cujo tema — as relações internacionais — "não se desenvolvem fora do espaço" (FEBVRE, 1992:66 [1946]). Por outro lado, merece elogio gente como Michelet, que soube grifar as histórias nacionais e seus respectivos quadros geográficos, percebendo "no passado dos povos todo um jogo de influências geográficas sutis, múltiplas e complexas". Quando Febvre fala que, no tempo em que não havia geografia no sentido atual do termo, foram os historiadores os primeiros a colocar questões de natureza geográfica, é também a Michelet a quem ele se refere [116] (FEBVRE, 1991:26-27 [1922]).

Tal como fizemos com Bloch, iniciaremos pela interdisciplinaridade, traço tão propagado (e tão pouco criticado) pelos estudiosos dos *Annales*. Febvre é mencionado frequentemente como aquele que combatia o espírito de especialização, o encerrar-se de uma disciplina nela mesma como se ela pudesse, sozinha, explicar todos os fenômenos que se propunha a estudar. Para ele, as ciências deveriam estar abertas umas às outras, aproximar-se, trabalhar em grupo. Cabia retirar a História de seu "casulo arquivístico", coligar-se às demais ciências e apresentar às mesmas virtudes históricas até então desconhecidas. A interdisciplinaridade não era outra coisa senão a principal

[116] Essa filiação da História com a Geografia que, na França, tem suas origens em Michelet, também será evocada por Braudel (BRAUDEL, 1989a [1986]).

forma encontrada por Febvre pela qual a História re-conheceria as ciências vizinhas e seria por elas igualmente re-conhecida. Não deixava de ser uma espécie de propaganda na luta pela propagação e consolidação de uma nova abordagem histórica — e isto não poderia ser feito entre seus pares, pouco interessados na problematização de seu campo e no diálogo com os demais. Em síntese: "Entre disciplinas próximas ou distantes, negociar perpetuamente novas alianças; concentrar, sobre o mesmo objeto, o feixe de luz das ciências mais heterogêneas. Tarefa primordial e, de todas aquelas que se impõem a uma história impaciente de fronteiras e separações, a mais urgente e, sem dúvida, a mais fecunda" (FEBVRE, 1992:14 [1933]).

Entretanto, nem tudo são flores. Febvre não receberia passivamente a contribuição dos geógrafos e demais cientistas sociais, muito pelo contrário: são trocas que passam por uma triagem, por uma seleção daquilo que o historiador deve ou não incorporar. Afinal, sabemos que os *Annales* são ciosos quando se trata de defender sua concepção de História e que não medem esforços para criticar este ou aquele procedimento, este ou aquele cientista que, porventura, possa parecer a eles colocar a História em risco. A interdisciplinaridade é uma bula a ser lida atentamente cujo remédio deve ser tomado em doses homeopáticas. A singularidade é que é o paciente quem decide como e quando tais doses serão medicadas. Afinal, não podemos nos esquecer: como reconhecera o próprio Febvre, a História estava em crise (ver pp. 28-29). Mas nem por isso se deixaria ofuscar pelo brilho da Geografia, Sociologia e Psicologia: boa parte dos "combates" de Febvre não dizem respeito a problemas "territoriais" no interior do campo científico?

Observando minuciosamente seus diálogos com a produção geográfica de então, podemos extrair muitas lições de como ele pensava e exercia a interdisciplinaridade. Acaso haverá direção metodológica mais apropriada para fazê-lo? Pois se a Geografia ajudou a forjar a história *annaliste* e se tal projeto tem a interdisciplinaridade como um de seus carros-chefe, passar em revista como Febvre interpretava a Geografia é examinar como tal atributo manifestou-se em termos práticos, é ir direto em sua essência.

No artigo *Chez les géographes: positions des problèmes ou répertoires de faits?* (1936), a reprimenda à tese de Paul Marres situa-se precisamente na sua inábil interferência no terreno da Economia. Ele deveria ter se limitado a fazer geografia, e "não uma pseudo história econômica necessariamente insuficiente e sem acento". Mais do que uma intromissão, há uma divergência de fundo nisto, posto que "A vida econômica e a geografia humana de uma região dada são, sem dúvida, dois fatos". E aconselha-o: "Se quiser fazer geografia humana, não certifique, de graça, aos olhos de todos e desde a primeira vista, que vida geográfica e vida econômica, para o senhor, é uma coisa só". E toma como palavra chancelar entre os geógrafos ninguém mais, ninguém menos que Vidal de la Blache. Mas, tratar-se-ia do Vidal de *Évolution de la population en Alsace-Lorraine et*

dans les départements limitrophes, discutindo os efeitos da indústria manufatureira para a economia regional e no âmbito das ligações entre França e Alemanha? (VIDAL DE LA BLACHE, 1916). Do Vidal de *La rénovation de la vie régionale*, que percebe a atividade urbana-industrial modificando a dinâmica das regiões francesas? (VIDAL DE LA BLACHE, 1917). Ou talvez de *La frontière de la Sarre*, problematizando as perdas econômicas e estratégicas resultantes da perda de uma fração do território para os alemães? (VIDAL DE LA BLACHE, 1919). Nenhum desses: a citação diz respeito ao *Tableau* (FEBVRE, 1936:577-578), livro em que Vidal raramente explora as questões econômicas...

No mesmo artigo, comentando a tese de Pierre George *La Région du Bas-Rhône, étude de géographie régionale* (1935) cuja parte segunda denomina-se *Géographie économique et humaine*, confessa que, embora a geografia econômica tenha sido manejada com prudência, ela não deixa de ser demais (*trop*). E explica: "Econômica: a palavra implica relações e operações de um gênero particular que não dizem respeito, propriamente falando, à geografia". De qualquer modo, as qualidades de George e sua tese devem ser ressaltadas, já que, além de ter sido pessoal e original "respeitando os quadros tornados clássicos das monografias regionais" (ou seja, não ultrapassando os limites concedidos à Geografia), não incorreu na tentação e no erro de tentar reconstituir "toda a evolução econômica regional" (tarefa que, certamente, seria pertinente a um historiador), mas sim ter aplicado o método histórico à sua condição atual (idem, p.578-579). Interdição da Economia à Geografia ou apenas uma lembrança acerca da necessidade de respeitar os limites entre as ciências?

Semelhante inquietação o afeta quando do termo Geografia Humana. Apesar de ser "uma das mais belas conquistas intelectuais da nossa geração" (FEBVRE, 1941a:386), a expressão lhe soa estranha, difícil de assimilar. Por quê? Porque a Geografia não é de todo humana: ela pode prescindir do homem e, mesmo assim, seu *status* de ciência e sua importância não serão abalados. O homem não é a "caça" dos geógrafos, seu alvo principal. Isso fica evidente quando Febvre, que se propõe (segundo ele mesmo) a "defender" a Geografia das recriminações advindas da Sociologia, tenta explicar as diferenças entre ambas. De um lado, os geógrafos sustentavam que não havia nenhum grupo social desprovido de uma base territorial; os morfólogos sociais, por sua vez, buscavam exemplos que mostrassem o contrário. Tomando o estudo de Durkheim sobre as sociedades australianas e sua organização totêmica, Febvre acabaria se inclinando à argumentação destes últimos, admitindo a existência de "grupos que não são necessariamente territoriais". Mas isso não é o mais relevante, e sim o fato de como ele distingue ambos os projetos: se o que importa à morfologia é como os grupos se organizam e como, a partir daí, é possível depreender suas formas sociais, essa não é a preocupação da Geografia, posto que, para ela, "é possível que o grupo, enquanto grupo, lhe escape". Mas, o que lhe pertence, então? O que lhe caberá estudar? A resposta

é direta: "Resta-lhe o solo sobre o qual vivem os homens — e o clima, as produções e todas as condições de existência próprias dos lugares que frequentam e que também ocupam, enquanto membros de grupos de outra natureza: os grupos territoriais. Deste modo, já ganhamos consciência, sem dúvida com um pouco mais de clareza, daquilo que realmente torna opostas as duas concepções rivais: morfologia ou geografia" (FEBVRE, 1991:53 [1922]).

Outro exemplo revelador de como Febvre pensava a Geografia localiza-se no principal tipo de habitação humana: a casa. Parte integrante da paisagem? Sim. "Um dos traços mais notáveis destas 'paisagens humanizadas que se nos apresentam e que precisamente o geógrafo deve estudar", afirma ele. É a casa, portanto, um fato geográfico? "Ora diremos nós (e já foi dito) que esta casa, esta habitação do homem, por muito adaptada que esteja, quer pelo seu aspecto, quer pelas suas disposições e materiais, ao solo em que assenta e ao clima em que se encontra, é um fato geográfico? Claro que não! Um fato humano, se assim se quiser — o que não é a mesma coisa" (idem, p.54). É ocasião, então, de nos perguntarmos: porquê a casa não é um fato geográfico? Ele mesmo fornece a resposta: em *Les paysans de la Normandie orientale*, Sion explica a distribuição das casas a partir da disponibilidade de água. Quando esta é abundante, aglomeração. Quando não o é, dispersão. No entanto, esquece o geógrafo que esta não pode ser uma lei geral, mas apenas uma possibilidade: uma população de emigrantes pode ter construído e disposto as casas em outras condições de clima e solo, reproduzindo as características de sua região de origem, p.ex. E, por mais que Sion esteja consciente de que haveriam outras possibilidades, pode-se observar uma insuficiência da explicação geográfica: "Nesta questão da casa há uma tendência espontânea para desprezar, se não para negar, as influências étnicas (...) ou as influências históricas, que não são todas forçosamente 'étnicas' e cuja ação é necessário definir quando a análise geográfica é incapaz de satisfazer. Desconhecimento inconsciente ou propositado do jogo das tradições, da ação persistente das causas sociais: não terão os sociólogos razão em censurar aos geógrafos estes defeitos tão conhecidos [117]? *Defeitos de uma ciência jovem, exuberante e que não sabe, ao limitar o seu próprio domínio, respeitar por via indireta o domínio do vizinho*" (ibidem, pp.55-56, grifo nosso).

[117] Talvez devamos relativizar a interpretação já consagrada de que Febvre, ao defender a Geografia dos ataques da Sociologia, se oponha, necessariamente, a esta. Enquanto a Morfologia Social é prudente, bem definida e bem delimitada em termos de objeto, a Geografia Humana é ambiciosa (FEBVRE, 1991:56-57 [1922]). Tal como Durkheim havia identificado, ela não possui a preponderância que imagina na explicação dos fenômenos sociais (idem, p.54). E, repetindo o credo do sociólogo francês, dirá que a posição científica do problema do meio "depende essencialmente da constituição e da aplicação de um método geográfico universalmente aceito e praticado". Generalizações e concepções vagas deveriam ceder lugar a uma obra de ciência, e esta só poderia ser alcançada com "estudos positivos e investigações metódicas" (ibidem, p.42-43). De tudo isso, emerge uma constatação curiosa: em sua época, o geógrafo que mais se esforçou em dotar a Geografia de tais atributos, Jean Brunhes, nem por isso deixou de receber as críticas de Febvre (FEBVRE, 1962:147 [1923], 1991:83 [1922]).

Reunamos os argumentos: (a) os grupos sociais podem ser deixados de lado pela Geografia; (b) a casa é um fato humano e não geográfico; (c) as influências étnicas e históricas tendem a ser esquecidas pelos geógrafos... Tudo isso se esclarece quando Febvre define o "humano" da Geografia. "*O homem é um agente geográfico, e não o menos importante*. Contribui para revestir, conforme os lugares, a fisionomia da Terra com essas 'expressões mutáveis' que a geografia 'tem por tarefa especial' estudar. Desde há séculos e séculos, pelo seu labor acumulado, pela audácia e decisão das suas iniciativas, o homem apresenta-se-nos como um dos mais poderosos artífices da modificação das superfícies terrestres. Não há força que não utilize, que não submeta à sua vontade; não há região, como se tem dito, que não apresente os estigmas da sua intervenção. Atua sobre o solo isoladamente; atua mais ainda coletivamente — por intermédio de todos os seus agrupamentos, dos mais restritos aos mais vastos, desde os agrupamentos familiares aos políticos. *E tal ação do homem sobre o meio é precisamente o que de humano entra no âmbito da geografia. A geografia é,* repete incisivamente Vidal de la Blache no artigo que citamos anteriormente*, 'a ciência dos lugares, e não a ciência dos homens*'" (ibid., p.69).

Eis a parte humana que cabe à Geografia: a ação sobre o meio, o trabalho sobre o solo. O resto é defeito, desrespeito e ambição de uma ciência imatura. Dentro dos limites disciplinares pensados por aquele que viria a ser um dos mais importantes historiadores do século XX, da multiplicidade da condição humana e de seus inúmeros atos, não há outro senão este o quinhão que pertence à Geografia. Em seu âmbito, o Homem não pensa, não possui crenças; não se divide em classes desiguais segundo a posse de bens materiais nem se diferencia segundo o sexo. Educação, lazer, valores, comportamentos, hábitos... tudo isso escapa aos geógrafos! Ora: embora Febvre e Bloch desdenhavam do *homo economicus* e do *homo diplomaticus* (BLOCH, 2001:132 [1949]; FEBVRE, 1931:64) o que dizer de um bizarro *homo geograficus*? Sim, pois é isso que emana das páginas de *La Terre*: o elemento humano em Geografia não passa de um ser que não faz outra coisa senão agir sobre o solo! Isso sim é uma "geografia humana modesta" (FEBVRE, 1992:53 [1922]). Como, então, demandar ao géografo o conhecimento das causas étnicas, históricas e sociais, se o que lhe coube encerra-o no solo? Desconhece-se todo o restante: trata-se de um homem fetichizado que, refém de uma parcela do pensamento científico moderno, era capturado pelo imperativo de delimitação (que é, na realidade, um procedimento de exclusão) "precisa" e "rigorosa" dos campos de conhecimento. Mas, examinemos o outro lado da questão — totalmente despercebido por geógrafos e historiadores. Ao observarmos os elementos constituintes da empresa dos *Annales*, a posição de Febvre frente à Geografia torna todo esse cenário muito estranho. No mesmo momento, o que ele e Bloch pregavam? Ampliação das fontes históricas, abertura para as demais disciplinas, alargamento dos recortes temporais, apreensão da totalidade da experiência humana. A História

deveria romper com o estudo das batalhas, tratados militares e diplomacia para interrogar o Homem em sua plenitude: economia, sociedade, cultura, mentalidades, técnicas, imagens, paisagens, lugares... Para Clio, o céu era o limite: "A História que se edifica, sem exclusão, com tudo o que a engenhosidade dos homens pode inventar e combinar para substituir o silêncio dos textos e os danos do esquecimento..." (FEBVRE, 1992:13 [1933]). Fronteiras disciplinares? Tudo era permitido: "Historiadores, sejam geógrafos. Sejam também juristas, sociólogos e psicólogos (FEBVRE, 1992:32 [1941]). Afinal, o que era a História senão, "precisamente, a síntese de tantos elementos fornecidos pelas ciências vizinhas?" (FEBVRE, 1962:142 [1936]).

Mas o principal protesto de Febvre recairia sobre a Antropogeografia de Ratzel, que parecia agregar tudo aquilo que havia de mais criticável em termos de atividade científica. Sua leitura do geógrafo alemão nos mostrará, de modo amplo, a operação historiográfica processada em *La Terre*. Revelará que o que valia para a História não valia para a Geografia e as outras ciências. E apresentará algumas das contradições inerentes à escritura histórica *annaliste*. Separemos cinco pontos acerca da crítica a Ratzel. Eles dizem respeito: (i) ao determinismo; (ii) à associação ciência e política; (iii) à geopolítica a serviço do Imperialismo alemão; (iv) à definição do objeto e do método; (iv) à superioridade da ciência germânica, que influencia tanto a Escola Metódica quanto a Geografia vidaliana. No fundo, trata-se de uma chamada à construção de um pensamento essencialmente francófono. Atentemos a eles.

Como vimos, ao emprestar à Geografia o caráter de estudo das relações entre o solo e as sociedades humanas, ele situa uma questão primordial que permeou a trajetória daquela mesmo antes da institucionalização: o problema das influências geográficas na apreensão da história dos povos. "Influências geográficas" que, de acordo com alguns, eram postas no mesmo plano das influências humanas. Dito de outra forma, o homem agiria no seu meio da mesma forma que o meio reagiria ao homem, sem diferença qualitativa. Igualados o homem e o meio, configurar-se-ia uma situação de determinismo (numa influência patente das teses de Darwin e Lamarck), não sobrando àquele a possibilidade de transformação das condições geográficas — i.e., físicas, naturais — de seu território. Portanto, ele procura estabelecer a natureza do saber geográfico, situando-o junto aos aspectos dados pela natureza, se precavendo em rebater o determinismo de autores (que ele mesmo identifica) como Montesquieu, Bodin e Cousin e reconhecer a importância de Michelet, Buffon e Duruy, posto que se colocam em oposição às idéias daqueles.

À Geografia, a natureza, o meio, o palco; à História, o Homem, a sociedade, a ação. Consagra aquela como a base física desta, exaltando Michelet por sua tentativa de dotar as histórias nacionais de suas respectivas bases geográficas. Para Febvre, os geógrafos punham o meio dominando o Homem, e foi preciso os historiadores para que tal lógica se invertesse; aliás, segundo ele, foram os

historiadores os primeiros a colocar questões onde certos elementos eram de natureza geográfica. No entanto, desprezar-se-ia o conhecimento geográfico? Não, de forma alguma. Parte integrante da compreensão histórica, portanto? Sim, não há dúvida. Febvre estava realmente disposto a dialogar com a Geografia, discutir seus pressupostos e levar em consideração sua contribuição. Mas da forma como Victor Duruy a resumia, sustentando que "A geografia só explica uma parte da história, mas explica-a bem". E acrescenta: "os homens fazem o resto" (DURUY a*pud* FEBVRE, 1991:29 [1922]).

É sob esse prisma que devemos observar as críticas endereçadas ao projeto antropogeográfico de Ratzel, posto que este extrapolava a constituição dos "territórios" do saber, desconsiderando as amarras e as restrições, dita científicas, à época impostas. Sua afinidade explícita e intensa com a Antropologia, a Biologia e a História, aliado a seu interesse por temas como o Estado, a Natureza e a Cultura, foram creditados enquanto aspectos típicos de uma ciência jovem e ingênua, deveras ambiciosa — devendo, portanto, receber a admoestação das ciências mais velhas e já instaladas [118] (como a História), e mesmo das mais jovens e em expansão (a Sociologia, p.ex.) (FEBVRE, 1991:36 [1922]). Nesse contexto, Febvre classificava o intuito ratzeliano de estudar todas as influências que o solo pode exercer sobre a vida social em geral como "quimérico", visto que estaria além do campo de pesquisas de uma só ciência e seria empresa grande demais para um só homem. Mas um fator de peso nessa conjuntura reside também no fato de sua reflexão ter apontado para uma mudança no direcionamento das relações estabelecidas entre a Geografia e a História, onde, tradicionalmente, esta esclarecia aquela. Ao tentar buscar o alcance *lato sensu* das influências do solo sobre a vida social, Febvre via na explanação de Ratzel uma tentativa de inversão de papéis: a possibilidade de explicar a História pela Geografia. Tanto que ele concorda com a crítica de Durkheim ao subtítulo de *Antropogeographie*, entendido como particularmente ambicioso: "Princípios da aplicação da geografia à história" [119]. E só enxerga em sua obra o determinismo — justamente o aspecto ímpar na promoção dessa "inversão hierárquica" mantida entre as disciplinas em tela.

Tal noção seria inadmissível, já que, para ele, os fatos geográficos eram diferentes e deviam permanecer separados dos fatos históricos: "Ao fazer referência a um livro de Arnold Guyot, J.J.

[118] Nunca é demais lembrar o conceito de campo científico de Bourdieu, cuja apropriação por Christopher Lloyd diz que "(...) campos de investigação são espaços nos quais se travam uma luta para obter o reconhecimento dos pares. Quando as ciências são imaturas, isso assume com frequência a forma de conflitos entre grupos sociais, cada qual com seus líderes e seguidores. Não obstante, ainda pode ocorrer progresso dentro do próprio campo em termos de sua contribuição ao conhecimento" (LLOYD, 1995:30 [1993]).

[119] Crítica semelhante receberia a geógrafa norte-americana Ellen Semple, de quem menciona *Influences of geographic environment* (1911) e *American history and its geographical conditions* (1903). Sobre este último e sua pretensão de "explicar toda a história pela geografia", ele se pergunta: "Pode o espírito crítico desarmar-se em face destas tentativas só por causa de sua boa fé?" (FEBVRE, 1991:40 [1922]).

Ampère escrevia que 'Guyot tentou explicar a história pela geografia'. Vigorosamente, Vidal de La Blache, que cita a frase, declara que 'essa pretensão, se fosse desenvolvida, não seria mais razoável do que a de dispensar a geografia na explicação da história'. Nada mais exato. *Fatos históricos e fatos geográficos são hoje, para nós, duas ordens distintas de fatos. É impossível, é absurdo querer intercalar uns na série dos outros, como tantos outros elos de anéis intermutáveis. Há dois encadeamentos; que permaneçam separados; porque, do contrário, que necessidade há de os distinguir?*" (idem, p.67, grifo nosso). Explicitamente, é do *solo*, da *terra*, que a Geografia deve se preocupar; quando muito, da relação homem-meio — mais do meio do que do homem... "Apreender e revelar, em cada momento da sucessão, as complexas relações que os *homens, autores e criadores da história*, mantêm com a natureza orgânica e inorgânica, com os múltiplos fatores do meio físico e biológico, é o papel característico do geógrafo quando se aplica aos problemas e às investigações humanas (...). É mesmo essa a tarefa do geógrafo. *Só terá outras por usurpação e capitulação*" (ibid., p.67-8, grifo nosso).

Estudar o solo, sim. Mas sustentar que suas influências poderiam ser expandidas às sociedades a ponto, inclusive, de explicar a História, não. O excessivo papel conferido por Ratzel ao solo, vinculando-o ao Estado, à geopolítica e à vida social como um todo era algo inaceitável para Febvre — e, nesse ponto, devemos dar a razão que ele merece. Entretanto, ao se empenhar em reconstituir a herança ratzeliana, Carvalho ressalta que o geógrafo alemão é lembrado apenas por seu determinismo e por suas idéias acerca da superioridade racial, ou seja, apenas por uma parte de sua reflexão (CARVALHO, 1997b). Por conseguinte, sociólogos, antropólogos, geógrafos ou historiadores tomavam suas idéias como equivocadas enquanto uma maneira de afirmar suas identidades disciplinares (CARVALHO, 1997). E o desdobramento mais visível desta discussão é que boa parte do potencial heurístico da Geografia — a relação sociedade e espaço — que a aproximaria da História e das demais Ciências Sociais acabou por ser relegado, tendo em vista que a simples menção àquela parecia indicar algo exterior ao ser social, com seu poder explicativo sendo ou assimilado como mero determinismo ou limitado a servir como um cenário, um pano de fundo dos acontecimentos históricos [120]. É o que ocorreu com Febvre: uma de suas desconfianças

[120] Edward Soja trabalha com um argumento parecido quando, procurando desvendar as razões da "submersão" do espaço no início do século XX, admite que uma destas razões seria exatamente "a rejeição teórica explícita da causalidade ambiental e de todas as explicações físicas ou externas dos processos sociais e da formação da consciência humana". Continuando seu raciocínio, fala que "A sociedade e a história estavam sendo separadas da natureza e ingenuamente providas de ambientes que lhes conferissem o que se poderia chamar de relativa autonomia do social em relação ao espacial. Impedida de ver a produção do espaço como um processo social, *enraizado na mesma problemática da construção da história*, a teoria social crítica tendeu a projetar a geografia humana *no pano de fundo físico da sociedade*, assim permitindo que seu *poderoso efeito de estruturação fosse jogado fora juntamente com a água suja de um determinismo ambiental rejeitado*" (SOJA, 1993:46 [1992], grifo nosso).

para com a expressão Geografia Humana vem exatamente do determinismo, que denota a incapacidade do geógrafo de trabalhar com o Homem e apreender seu potencial de transformador do contexto social e da natureza circundante (FEBVRE, 1962:164-165 [1923]). Diante da ameaça de explicar a ação humana pelo meio ambiente, haveria justificativa mais pertinente para sugerir, sem nenhum pudor, uma geografia humana modesta [121]? (FEBVRE, 1991:53 [1922]). Para admitir uma geografia humana, essa é a única forma possível...

Assim, a saída mais conveniente era adotar a divisão acadêmica do trabalho, enquadrando determinados temas a determinadas disciplinas [122] e acusando a geografia ratzeliana de "pilhagem audaciosa em domínios reservados": "Pretende-se constituir uma ciência que responda a esta questão: 'Quais as influências exercidas pelo meio geográfico sobre as diversas manifestações das sociedades humanas?'. Ora, esta questão é imensa. Decompõe-se numa multitude de questões secundárias, todas elas de competência de ciência nitidamente distintas. Portanto, como é que um só homem, incompetente em cada uma destas ciências, se tornaria, com a designação de *geógrafo*, competente em todas elas? *A geografia assim concebida não é mais que uma pilhagem audaciosa em domínios reservados* a economistas e sociólogos: não há conclusão alguma que não seja do domínio de qualquer disciplina sociológica especial. A geografia desaparece — tem de desaparecer — enquanto ciência distinta. Logicamente, só pode exigir para si uma espécie de existência 'apendicular', se assim se pode dizer. Só o sociólogo (sociólogo, gênero; demógrafo, etólogo, etc., espécies) tem, na realidade, o direito de tratar, com método e prudência, as questões que até o presente os geógrafos, temerariamente, reinvidicam para si..." (FEBVRE, 1991:46 [1922]).

Há outro motivo responsável pela reprovação a Ratzel. Neste, a relação entre o Estado e o solo é quase simbiótica, o Estado assentado num dado tipo de solo e este "agindo" de forma incisiva nos rumos daquele. Sua noção de espaço vital, a importância da Geopolítica e o papel do território enquanto sinônimo de Estado-Nação são aspectos cruciais de sua reflexão, e isso é indiscutível. Pois

[121] Definida por Lacoste como aquela que "não toca nas questões políticas e militares, que evoca, o menos possível, problemas econômicos e sociais, que trata das condições geológicas e climáticas dos solos e do 'habitat' rural, mas muito pouco das cidades (...)" (LACOSTE, 1988:122 [1976]).

[122] Sobre a "divisão racional do trabalho" (a frase é de Febvre) e a localização da Geografia na mesma, leiamos o trecho a seguir: "Que a natureza do solo ou a natureza do clima influam nas representações coletivas dos homens, nos mitos, nas lendas e nas artes dos diversos povos: é possível. É uma questão a ver. Mas não competirá à *sociologia religiosa* ou, noutra hipótese, à *sociologia estética* a função de dirigir o estudo de tais influências? Que a natureza do solo ou a natureza do clima influam no próprio caráter das nações, nos seus hábitos de espírito, nas suas tendências políticas, jurídicas ou morais: *a priori*, nada disso é impossível. Mas não competirá à *etologia coletiva* a função de se certificar de tal, no decurso do inquérito geral feito sobre esses caracteres, esses hábitos de espírito, essas tendências de que ela deve deslindar todos os fatores, todas as modalidades influentes? Que a natureza do solo ou a natureza do clima influam na distribuição dos homens à superfície do globo, que facilitem ou entravem a sua concentração ou a sua dispersão: é mais do que provável. Compete ao demogeógrafo preocupar-se com o problema quando estudar no seu conjunto esta concentração e esta dispersão" (FEBVRE, 1991:46 [1922]). A comparação com as palavras de Bloch (pp. 127-128) é ilustrativa de como os primeiros *Annales* pensavam a interdisciplinaridade.

bem: se lembrarmos que a corrente historiográfica que antecedeu os *Annales* tinha como principal tema de pesquisas a chamada História Política, constata-se que os escritos do alemão soavam àquele historiador como um resgate, uma tentativa de atualização ou de renovação dessa modalidade histórica que ele se esforçava em combater: "Ratzel, dominado, ao mesmo tempo, pelo seu preconceito de antropogeógrafo e por preocupações de ordem mais política que científica, que, por momentos, nos fazem comparar a mais recente e menos fecunda das suas grandes obras, a *Politische Geographie*, a uma espécie de manual do imperialismo alemão (...)" (idem, p.53). Ratzel não dividia a ciência da política, e tampouco a ciência do Estado — o que parece imperdoável a Febvre: "Construções como as dum Ratzel, aliás fortemente influenciadas por idéias e considerações que não são estritamente científicas (os acontecimentos posteriores a 1914 mostrararam-no claramente e pode verificar-se que o megalostatismo do mestre alemão não era somente um ponto de vista intelectual (...)" (ibidem, p.41).

Quando lemos afirmações como estas, somos diretamente transportados à conjuntura de disputa entre os Impérios e os Estados Nacionais na qual mergulha a Europa desde o final do século XIX e, particularmente, às fricções envolvendo França e Alemanha desde a guerra de 1870-71. Rejeitar Ratzel e louvar Vidal contém uma divergência epistemológica de Febvre com aquele, mas nem por isso deixa de ser uma espécie de reação à superioridade da ciência alemã, que influenciou a Escola Metódica, a Escola Francesa de Geografia, a Sociologia Durkheimiana [123]e os próprios *Annales*. No fundo, trata-se de uma chamada à construção de um pensamento essencialmente francófono. É o que ele também evidencia quando comenta, em 1929, o Atlas-Manual da Província Renana organizado pelos alemães Hemann Aubin e Joseph Niessen. A despeito de uma ou outra discordância, o tom é elogioso. Mas, no final, acaba se traindo quando demanda a realização de um atlas francês de geografia histórica "digno, ao mesmo tempo, de nossa geografia e de nossa história" (FEBVRE, 1962:138 [1929]). Cinco anos depois, em resenha favorável aos Atlas alemães sobre a *Sarre* e a *Alsace-Lorraine*, ele não reclama um "contra-atlas" (o termo é dele) à francesa, mas afirma que, uma vez que seus compatriotas se dispusessem a fazê-lo, o fariam melhor, de modo "muito fácil e sem grande esforço" (FEBVRE, 1962:138 [1934]). No entanto, dois anos mais tarde, ao saudar um novo Atlas regional alemão, reconheceria a carência francesa nesse domínio (FEBVRE, 1962:144 [1936]). Contudo, quão é diferente o tom da apreciação ao *L'Atlas de France* feito pelo *Comité National de Géographie* dirigido por De Martonne. Em três resenhas nos anos de 1934, 35 e 36, grifa-o como indispensável na compreensão dos problemas atuais do país, aprova o

[123] É sob esse prisma que compreendemos porquê Durkheim abre sua revista à colaboração estrangeira, abrigando artigos de intelectuais como Simmel, Ratzel e Steinmetz. Segundo Romano, a França não dispunha, na época, de pessoal gabaritado para levar adiante uma discussão de fôlego sobre os problemas conceituais da Sociologia (ROMANO, 1997:36 [1995]).

destaque à economia e ressalta o poder de explicação social das cartas de telecomunicações. Isso não o isenta de censuras, tais como a ausência do relevo e da hidrografia no mapa das rotas nacionais e uma certa tendência administrativa que fazia lembrar os antigos recortes oficiais do território (FEBVRE, 1962 [1934]).

É verdade que, após a I Guerra Mundial, os ânimos nacionalistas foram esfriados (vide p.20). Mas, como, durante esta mesma guerra — quando *La Terre* foi escrito — não tomar partido frente ao vigoroso conteúdo geopolítico e expansionista presente na reflexão ratzeliana? Como não ser remetido à fratura territorial causada pela perda da *Alsace-Lorraine* para o outro lado do Reno? Mas, ironicamente, conforme Febvre, esta não é uma discussão geográfica pois, segundo decreta: "O solo, não o Estado: eis o que deve preocupar o geógrafo" (ibid., p.71). Aparentemente, ele não possui nenhuma predileção pela geografia política e pela geopolítica — nem mesmo quando a reflexão possui cores locais. É o caso de Brunhes e Vallaux, cujo livro *La Géographie de l'Histoire. Géographie de la paix et de la guerre sur terre et sur mer* (1921) é tido como mal articulado, além de sua realização ser desconcertante e sua composição, estranha. Não é obra que possa ser considerada uma necessidade intelectual, visto que seu teor já havia aparecido, pela pena dos próprios autores, em outras ocasiões: *La Géographie Humaine* (1910), por parte de Brunhes, e *Géographie sociale, le sol et l'État* (1910), por parte de Vallaux (FEBVRE, 1962:156 [1923]). Febvre tem uma divergência de fundo com este último. E não é pelo fato de que, retomando Montesquieu e propondo leis geográficas, ele cedeu à armadilha do determinismo ao abordar a geografia política (idem, p.160). Trata-se de polêmica que extrapola a Geografia, na qual o co-fundador dos *Annales*, de uma maneira ou de outra, travava com os historiadores da Escola Metódica em torno do conceito de Estado. Segundo Febvre, ao enfatizar sua natureza formal e militar, Vallaux não poderia ter escolhido referência mais inadequada: Ratzel e a *Politische Geographie* (ibidem, p.157; FEBVRE, 1991:88 [1922]). E aqui o historiador em voga adota um ponto de vista que ultrapassa a estreiteza corporativista e alcança um patamar teórico que não pode ser desconsiderado. Assim como o processo histórico se desenrolava segundo ritmos diversos e não apenas numa sequência cronológica pura e simples, as múltiplas manifestações da vida em sociedade não poderiam ser encerradas no Estado, como se este fosse algo a controlá-las e restringi-las [124]. Privilegiar a escala nacional era um passo para fetichizá-la. A espacialidade dos fenômenos não deveria ser estabelecida *a priori*, mas sim de acordo com a dinâmica dos mesmos (FEBVRE,

[124] "Não queremos ver na sociedade apenas uma espécie de mola que se move dentro de uma caixa rígida — o Estado —, que, umas vezes, se expande, outras vezes se contrai. Pensamos que é bem mais necessário estudar em si próprios e por si próprios os grupos sociais estabelecidos no solo e extraindo dele a sua subsistência" (FEBVRE, 1991:88 [1922]). Ele reproduziria integralmente esta passagem em *Le problème de la géographie humaine* (FEBVRE, 1962:159 [1923]).

1962:159 [1923]). Eis uma crítica interessante e que, caso Febvre tivesse tido a intenção de conhecer um "outro" Vidal, certamente ia encontrar "outras" afinidades para além da relação homem-meio [125].

No entanto, logo seus ataques se voltam contra os geógrafos que persistem em fazer de sua disciplina um lugar de discussão geopolítica. Embora veja com bons olhos a divisão de Vallaux entre *solo político* (espaço físico de atuação estatal) e *solo econômico* (as riquezas naturais latentes e patentes nas quais os Estados retiram sua força e permanência), posto que ela atua de salvaguarda frente a uma leitura materialista do Estado e a um economicismo grosseiro (FEBVRE, 1991:89 [1922]), tal como ocorria com o tratamento do Homem, os geógrafos não possuíam habilidade suficiente para lidar com o Estado. Consequentemente, acabavam se confundindo e se metendo num domínio que não lhes pertencia. Que um Ratzel se engane sobre os conceitos de *soberania* e *sedentarismo*, compreende-se, diz ele. Mas Vallaux? (FEBVRE, 1962:158 [1923]). Sua posição é inequívoca: "Desenhar o mapa dos Estados... Mas, o que é um Estado? O senhor Vallaux nos diz, e precisamente no local adequado para fazê-lo: no início do livro. Os Estados são sociedades organizadas para garantir aos indivíduos que os compõem a segurança pessoal e o gozo tranquilo de seus bens e dos frutos de seu trabalho. Segurança, propriedade: eis-nos em plena teoria jurídico-política. Mas, então, o que a geografia tem a fazer aqui? Segurança, propriedade: estas não são, precisamente, noções geográficas" (idem, pp.156-157). Mais adiante, retomando a noção de uma geografia humana modesta, arremata: "se o geógrafo não se interessa pela terra enquanto tal, a terra produtiva e fonte de alimentos, coberta de plantas, animais e metais, no quê, legitimamente, ele se interessará?" (ibidem, p.159).

As críticas à geopolítica nos fornecem uma ocasião adequada para problematizarmos três pontos fundamentais: (i) a forma com que Febvre vislumbrava as trocas entre as ciências; (ii) a presença indisfarçável do aspecto *político* em seu pensamento; (iii) a escolha de Vidal como referência geográfica *par excellence*.

[125] Surge aqui um item que parece ser um ponto de convergência a ser explorado entre geógrafos e historiadores na França da primeira metade do século XX: Bloch e Febvre caminhavam na mesma direção que Michotte, Musset e Demangeon, propagando a defesa do liberalismo econômico face ao protecionismo agrícola e industrial como saída para a crise de 29 (PARIS, 1999:197; ARRAULT, 2007:507-508). A avaliação negativa do Estado enquanto regulador das atividades econômicas também se fazia presente em Vidal, que reconhece sua lentidão no acompanhamento das mesmas (VIDAL DE LA BLACHE, 1917:106). Se Febvre repreende a História Política (e a Geopolítica) em sua fixação nos negócios do Estado, em 1910, Vidal faz, à sua maneira, coisa semelhante: a centralização política ao seu redor do Estado deve ser substituída por um organismo mais flexível e adaptado às demandas modernas (VIDAL DE LA BLACHE *apud* OZOUF-MARIGNIER & ROBIC, 1995:46). Essa é uma das virtudes da abordagem metodológica que enfatiza o cruzamento disciplinar: não identificar diferenças e afirmá-las em nome de identidades científicas (como se umas fossem superiores às outras), mas reconhecer semelhanças e compreendê-las como parte de um processo histórico comum, e não algo fragmentado e fixo segundo campos científicos que parecem se desenvolver à revelia uns dos outros.

Sobre o ponto um: vislumbrava ele uma unidade do conhecimento sem limites rigidamente estipulados, como dizem alguns? (MOTA, 1992:15). Poderíamos classificar sua concepção de interdisciplinaridade como algo "flexível", de acordo com outros? (REVEL, 1979:1372). É pertinente concordar que ele não tinha — diferentemente de Simiand — uma concepção "ideal" de Geografia, e sim que sua *démarche* foi sendo construída a partir do julgamento crítico da produção geográfica de então? (MÜLLER, 2003:259). Ou seria mais prudente respeitar suas próprias palavras e acatar que o objetivo de *La Terre* era, literalmente, "determinar diretrizes"? (FEBVRE, 1991:39 [1922]). Nesse sentido — sempre se referindo ao meio —, ele não se furta em dizer o que a geografia deve e o que não deve fazer: primeiro, descrever; em seguida, analisar; e, por fim, tentar explicar (idem, p.71). Ora; era muito conveniente para a História dialogar com a Geografia desta maneira, posto que as posições de cada uma, o *status* das mesmas no seio da Academia em nada abalava aquela — pelo contrário! Já não foram os *Annales* acusados de academicismo? (REIS, 2000:180). Lacoste chega a dizer que Febvre "impossibilitou qualquer reflexão geopolítica aos geógrafos... para reservá-las aos historiadores ávidos de geohistória!" (LACOSTE, 1988:123 [1976]). Denúncia apropriada ou corporativismo raivoso? Vem de Claval a avaliação mais equilibrada e precisa: quando lutava pela Geografia, Febvre também estava defendendo sua visão de como a História deveria relacionar-se com as Ciências Sociais (CLAVAL, 2007:269).

Ponto dois: as censuras à geopolítica são congruentes com a totalidade de seu pensamento? Vejamos: quando sublinha que a anexação francesa do Saara atendia menos a objetivos políticos que econômicos, Vallaux receberá a admoestação de Febvre porque, deixando de falar como geógrafo, perdera a razão: seu discurso parecia o de um negociante ou governante de país ocidental avaliando a exploração dos territórios coloniais (FEBVRE, 1991:90 [1922]). Pois bem: como não interpretar tal leitura como contraditória, se ele e sua revista eram partidários abertos do Colonialismo, recebiam artigos de banqueiros e queriam contribuir para uma melhor tomada de decisões dos homens de negócios? Em quais circunstâncias ele acusa Ratzel de megalostatismo e seu livro *Politische Geographie* como manual do Imperialismo alemão se, em sua sua resenha sobre a Exposição de 1931 e na conferência em *Strasburg* em 1920 constatam-se, francamente, seu apoio à causa colonial e o conteúdo marcadamente nacionalista que a História poderia assumir? (vide pp.30-34). Quais os motivos em rechaçar o formalismo e o militarismo do conceito de Estado em Ratzel e Vallaux se um dos elogios à referida Exposição foi graças à possibilidade de admirar, exatamente, os mapas do *Serviço Geográfico do Exército*? (FEBVRE, 1932:3). Com que razão desqualificar geopolíticos alemães como Haushofer e Kjellen, assim como o Atlas de mesma feição de Braun e Ziegfeld (FEBVRE, 1962:130-135 [1929]), se é conhecido de todos "seu interesse apaixonado pelo traçado dos estrategistas"? (MORAZÉ, 1998:9). Por mais que Febvre tenha se

esforçado em minimizar o papel da política (na Geografia e na História!), seus escritos mostram justamente o contrário. Em parceria com Demangeon, abordará problemas econômicos e históricos sobre o rio Reno, procurando descontruir a noção de fronteira enquanto algo físico, natural e vislumbrando-a como uma construção humana carregada de valores, crenças e mitos — estes últimos, também de ordem nacionalista, que Febvre estava disposto a questionar. Alvo de disputas entre a França e a Alemanha, não ressaltará ele que o Reno não pertence a nenhuma das duas nações, mas à Europa como um todo? (FEBVRE & DEMANGEON, 1935). Sim, não é mais a instrumentalização da ciência pelo Estado tal como ocorria com a Escola Metódica, mas não deixa de ser um alinhamento político em prol da reconstrução européia após a guerra de 1914. Outro exemplo reside no artigo *Frontière: le mot et la notion* (1928). Resgatando o histórico da palavra *fronteira* e suas relações com o vocábulo *limite* [126], Febvre mostra todo seu apreço pelo traçado das fronteiras e as estratégias de sua constituição. Da territorialidade do Império Romano e da Idade Média, passando pela eclosão da soberania estatal nos séculos XV e XVI e pelas variedade de divisões na França de 1789, ele descobre que, no decorrer do processo histórico, rios, litorais, montanhas tiveram um papel essencial na construção de um discurso político sobre a natureza — forjando os limites territoriais do Estado, p.ex. Em outras palavras, os elementos geográficos foram essenciais na edificação do mito nacional. Talvez por isso tenha se interrogado: "Como a palavra fronteira, que significava a fachada de uma construção e, depois, frente de uma tropa, enraizou-se e fixou-se no solo de uma província, de uma país?" (FEBVRE, 1928:12). E o que dizer de *Honneur et Patrie*, anunciando logo no início que, "ao longo de todo o livro, falaremos de Estados e Nações?" (FEBVRE, 1998:28 [1945-47]).

Ponto três: sua apropriação de Vidal de la Blache é condizente com a totalidade da obra deste geógrafo? Definitivamente, não. Em primeiro lugar (e eis um ângulo que, até onde nos foi possível conhecer, restou totalmente desapercebido), sempre nos pareceu muito estranho que a principal referência geográfica dos *Annales* tenha mantido estreitos vínculos com a historiografia "inimiga": a Escola Metódica. Por quê Vidal, se suas ligações com a História Política eram justamente aquilo que Bloch e Febvre buscavam se afastar? Sendo Lavisse o porta-voz oficial da união para a recuperação da *Alsace-Lorraine* e sua preocupação maior a revanche de seu país diante dos alemães (DOSSE, 1992:40-41 [1987]), optar por Vidal era absolutamente sensato. Não bastasse ser nacionalista, republicano e colonialista (além de historiador de formação, o que não deixava de ser uma virtude), encaminhará seus argumentos rumo à indivisibilidade do território francês.

[126] Ao seguir a trajetória do termo em questão e suas variações no decorrer do tempo, bem como identificar seus diferentes sentidos segundo o idioma no qual ela é empregada, sua *démarche* parece guardar algumas semelhanças com o que hoje denominamos "história dos conceitos" ou "semântica histórica" (vide KOSELLECK, 1992).

Instrumento de educação política, portanto, a geografia vidaliana preenchia todos os requisitos necessários para abrir o projeto coletivo *Histoire de France* na qual se insere o *Tableau* em 1903. O que deduzir disso tudo? A resposta é uma só: se a mudança programática, se o conteúdo historiográfico muda sensivelmente, politicamente haviam muito mais semelhanças que diferenças *de fundo* entre metódicos e *annalistes*. E o que é a geografia vidaliana? Um elo, um ponto de convergência entre essas duas correntes. Assim como o republicanismo, o nacionalismo e o colonialismo. Essa conjuntura aponta para outro aspecto de peso: o amplo espectro do legado de Vidal de la Blache.

Em segundo lugar, Febvre promove uma interpretação redutora face a complexidade do geógrafo em tela. Retendo exclusivamente o estudo das relações homem-meio e a definição de Geografia como "a ciência dos lugares, e não dos homens", ele insiste em fazer dessa ciência não mais que uma mera introdução à História — como atesta o sub-título de *La Terre*. Citada em *Les caractères distinctifs de la géographie* (VIDAL DE LA BLACHE, 1913), é tida pelo historiador aqui investigado como a "tábua de salvação" (FEBVRE, 1991:70 [1922]). Funciona como um bom antídoto contra a geopolítica alemã, p.ex. (FEBVRE, 1962:133 [1923]), bem como outras passagens de um Vidal — na falta de uma expressão melhor — mais "naturalista" que ele utiliza todas as vezes que pretende chancelar seu conceito de geografia humana modesta.

Iremos nos abster de realizar uma exegese da frase e do contexto em questão. No mínimo, pode-se dizer que ela é, em seu conteúdo literal, infeliz. No máximo (e apenas com o uso do bom senso), ela não significa, de forma alguma, que Vidal estivesse abrindo mão do Homem na composição da ciência geográfica. Lacoste vai além e chega a dizer que ela é uma contradição de Vidal consigo mesmo (LACOSTE, 1988 [1976]). Estaria o "chefe" da Escola Francesa querendo dizer que a Geografia estudaria como os homens constróem lugares, diferenciando seu domínio do da História? Febvre poderia tê-la admitido dessa maneira...

De qualquer forma, se ele sustenta que Vidal a pronunciou no momento em que estava no auge do domínio de seu método (FEBVRE, 1991:68 [1922]), nada mais razoável que levasse em consideração alguns dos textos escritos após 1913, posto que demonstrariam, na maturidade, um Vidal atento para fenômenos de natureza essencialmente humana como industrialização, urbanização, disputas territoriais, novos critérios de organização regional, peso do Estado na centralização da vida nacional (VIDAL DE LA BLACHE, 1916, 1917, 1919). Certamente que Vidal não concordaria com a apologia de Febvre à "preciosa" noção galloisiana de região natural como critério geográfico de organização espacial (FEBVRE, 1991:63 [1922]), na medida em que seu raciocínio apontava na direção oposta — a dinâmica do mundo moderno e a emergência das

noções de região industrial e cidade regional [127] (CLAVAL, 1998:135). Assim como também é assaz discutível que Vidal tenha sido medíocre no domínio dos conceitos teóricos (FEBVRE, 1962:149 [1923]). Ora; além do próprio Febvre notar, na página seguinte, a brilhante exposição vidaliana sobre a teoria dos gêneros de vida (idem, p.150), é possível apreender uma série de observações de Vidal em torno dos conceitos de paisagem e região, bem como o fato de que suas preocupações sobre as escalas, a comparação e o diálogo disciplinar são contribuições teórico-metodológicas que não podem ser desprezadas no processo de formação das jovens Ciências Humanas (vide a seção "As múltiplas faces da geografia vidaliana: meio, geopolítica, nação e epistemologia", cap. I).

Ao preferir forjar um Vidal "possibilista", o diretor da *Encyclopédie française* negligenciava um geógrafo cujo raciocínio não abria mão da estratégia. Já vimos o lamento pela perda de parte do território das Guianas para o Brasil, o acompanhamento da missão militar de seus compatriotas no Peru e a preocupação com o desenvolvimento da colonização francesa e suas fronteiras na África (VIDAL DE LA BLACHE, 1901, 1906, 1911c). Necessário dizer que estes comentários não foram incorporados por Febvre em sua operação historiográfica? Todavia, a ausência mais sentida é mesmo *La France de l'Est* (VIDAL DE LA BLACHE, 1994 [1917]). Discutindo a tensão em torno da posse da *Alsace-Lorraine* entre franceses e alemães, a reflexão histórica, econômica e territorial nele contida não se encaixaria no manual de Geografia preconizado por Febvre: uma ciência eminentemente a-política e cujos olhos só podiam estar voltados para a relação homem-meio — como se a forma pela qual as sociedades lidam com o ambiente pudesse ser desprovida e desvinculada de conotação política. Necessário dizer que a oposição Ratzel-Vidal demarcada por Febvre não encontra argumentação suficiente, já que o próprio Vidal, embora guardasse suas reservas frente a Ratzel, não escondia sua admiração pelo geógrafo alemão e partilhava com ele as noções de que a geografia política podia ser estendida ao conjunto da geografia humana e que território era sinônimo de poder? (VIDAL DE LA BLACHE, 2002 [1898]).

Enfim, expor tais problemas não é um "acerto histórico de contas", mas tão somente o reconhecimento de que, no cruzamento entre as ciências supracitadas, a leitura febvriana reteve apenas uma parte do legado de Vidal. Nesse sentido, devemos dizê-lo, sua postura também não pode ser inteiramente criticada, já que existe uma certa ambiguidade a perpassar a obra vidaliana. No entanto, se estamos vivendo um momento onde a mesma tem passado por uma ampla revisão, integrar *La Terre et l'évolution humaine* é uma etapa obrigatória. Expor tais problemas não

[127] Vale a pena destacar como Bloch e Febvre são atraídos pelas regiões naturais tal como Gallois as havia imaginado. Não é o caso de ser uma mera coincidência, mas sim a constatação de que ambos tinham em mente a mesma idéia geral: a Geografia como base física da História.

significa também que o projeto de interdisciplinaridade científica deva ser abandonado — o que seria, sem dúvida, um exagero — mas sim que, da forma como praticado pelos *Annales*, precise ser revisado. Intimamente, nossa empreitada não deixa de ser um chamado para uma reescritura da história do pensamento geográfico sob o ponto de vista do cruzamento disciplinar. Não há como negar que, quando os geógrafos se envolvem nessas questões, a diferença de postura frente aos historiadores salta aos olhos. A despeito do livro não ter recebido muita atenção por parte dos geógrafo de então — embora a resposta de Demangeon tenha sido carregada de ironia, dizendo que a Geografia não necessitava de ninguém que a lembrasse do perigo determinista, que Febvre não havia compreendido bem o método da geografia humana e que cometera os abusos de crítica típicos de seu espírito (DEMANGEON, 1923) —, a autoridade de Febvre e sua "escola" nos anos seguintes à publicação do livro fez com que a representação que ele emprestara a Vidal, Ratzel e à Geografia como um todo fosse referência quase que incontestável para várias gerações. Daí a constatação quase que unânime, por parte dos geógrafos, do imperativo de rever suas conclusões (LACOSTE, 1988 [1976]; CARVALHO, 1997, 1997a; MARTINS, 2001; BAKER, 2006 [2003]; GÓMEZ MENDOZA, 2004; CLAVAL, 2007). Roncayolo não sustenta que, ao criticar os recortes regionais tradicionais, os geógrafos estariam, de uma forma ou de outra, antecipando a crítica historiográfica feita pelos *Annales*? Eis uma visão completamente diferente da que conhecemos habitualmente envolvendo a Escola Geográfica Francesa e esta corrente... (RONCAYOLO, 1986).

CAPÍTULO III

Construindo a Geohistória: as Relações Homem-Meio e a Longa Duração em *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'époque de Philippe II*

Este capítulo propõe-se a analisar o principal livro de Fernand Braudel, livro que o consagrou e que representa para muitos uma autêntica revolução na forma de escrever e fazer pesquisa científica em História. Defendido como tese de doutorado junto à *Sorbonne* em 1947, publicado em 1949 com recursos financeiros do próprio autor (cf. AGUIRRE ROJAS, 2003:32) e extensamente reformulado em 1966, é tido como algo verdadeiramente original, seja pelo conteúdo, seja pelas condições nas quais foi redigido e pensado. Isso se deve, obviamente, à inusual trajetória pessoal e intelectual de Braudel. Aqui, suas experiências de "desterritorialização" foram fundamentais: de suas enraizadas lembranças da infância camponesa ao estranhamento frente à capital Paris, passando pelos dez anos na então colônia Argélia aos anos brasileiros em São Paulo; um breve retorrno à França e a dramática prisão de cinco anos em cativeiro alemão durante a II Guerra fazem de *La Méditerranée* um texto célebre, um retrato fiel da conturbada primeira metade do século XX.

Dividiremos esta etapa da investigação em quatro momentos: o primeiro será dedicado ao itinerário de Braudel. Passando e convivendo pelos mais variados espaços geográficos possíveis, tais espaços e suas respectivas experiências jogarão papel fundamental na composição de *La Méditerranée*. Em seguida, dialogaremos com um texto escrito durante o cativeiro em que Braudel se mostra bastante preocupado com a articulação entre a Geografia e a História, identifica uma *crise* vivida por ambas e sugere possíveis caminhos para sua superação. Na terceira parte, adentraremos propriamente na originalidade historiográfica de *La Méditerranée*, discutindo as controvérsias em volta dele e suas principais contribuições. Por fim, destacar-se-à as influências da Geografia, apontando como e em quais ocasiões Braudel lança mão do aporte geográfico e qual seu papel na obra como um todo.

3.1. Tempos e Espaços de Experiência nas Origens Intelectuais de Fernand Braudel: Lorena, Paris, Argel, São Paulo e o Cativeiro Alemão na Primeira Metade do Século XX

Parte deste subtítulo é derivada da rica pesquisa feita pela historiadora grega Erato Paris. Em *La genèse intelectuelle de l'oeuvre de Fernand Braudel: La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'époque de Philippe II* (1923-1947), ela se dedica a esquadrinhar os diferentes

contextos históricos, as variadas experiências espaciais e as principais referências intelectuais que fizeram parte da primeira grande obra de Braudel. Com esse intuito, seu trabalho é estruturado de maneira particularmente geográfica. A primeira parte trata da origem intelectual de *La Méditerranée*, origem essa resultante dos anos vividos na Argélia entre 1924 e 1932; a segunda discute sua maturação intelectual, formada entre Paris e São Paulo de 1932 a 1939; por fim, o nascimento do livro durante o cativeiro alemão entre 1940 e 1945 (PARIS, 1999).

Poderia ter escolhido outra composição? Sim, sem dúvida. Mas cremos não ser por acaso tal eleição, seja pela relevência que o próprio Braudel conferia às suas experiências fora da França, seja mesmo pelo papel que a Geografia possui em sua formação intelectual. Assim, nada mais legítimo que tal opção. Também não será por acaso que em *Fernand Braudel: une biographie*, o historiador francês Pierre Daix construa seus cinco primeiros capítulos de acordo com uma rota geográfica extremamente variada: a "acumulação primitiva" na aldeia lorena de Luméville-en-Ornois e o "desenraizamento" em Paris; a Argélia e o serviço militar na Alemanha em "primeiras viagens fora da França"; novamente os "benefícios da descentralização" dados pela docência em Argel; o Brasil e os arquivos de Dubrovnik promovendo um "desenraizamento liberador"; e a "guerra e o cativeiro" que jogaram papel fundamental na tese (DAIX, 1999 [1995]). Guardadas as devidas proporções, o capítulo inicial da filósofa italiana Giuliana Gemelli — "Braudel antes de Braudel", retomando uma expressão de madame Paule Braudel quando de seu testemunho acerca das origens intelectuais de seu marido — também caminha no sentido do "mapeamento": uma juventude enraizada no campo francês; os estudos na *Sorbonne*; a descoberta do Mediterrâneo e os anos argelinos; a missão ao Brasil; a volta à Paris e o período como prisioneiro de guerra compõem a geografia do caminho braudeliano (GEMELLI, 1995).

Ao revisarmos a lista de estudiosos da obra braudeliana, tudo parece indicar a indissociabilidade entre as inovações encontradas em sua escrita histórica e as experiências do que hoje chamaríamos de "desterritorialização". O historiador mexicano Carlos Antonio Aguirre Rojas também corrobora tal vínculo, enfatizando, entre outros, o papel do *Brasil* no contexto de formação de idéias e preparação de *La Méditerranée* [128] (AGUIRRE ROJAS, 2000b, 2003, 2003a), papel este destacado também por Lima (LIMA, 2003). Mas não restam dúvidas de que o elemento crucial na esquematização do livro supracitado tenha sido a dramática e ao mesmo tempo fértil vivência no cativeiro alemão, na medida em que afetou diretamente na concepção de tempo histórico que seria concebida por Braudel (BOUTIER, 2004; CAYGILL, 2004).

[128] Sobre a relação dos *Annales* e de Braudel com o Brasil, vide Mota e Miceli, respectivamente (MOTA, 2004; MICELI, 2001). Este último também proferiu uma pequena conferência sobre os *Annales* (MICELI, 1999).

Talvez seja adequado retomar aqui à sutil distinção existente na língua alemã entre *Geschichte* e *Histoire*. *Geschicte* significa a história vivida, enquanto *Histoire* é a operação intelectual que a torna inteligível (cf. NORA, 1993 [1984]). Até onde sabemos, não há tal distinção entre os geógrafos. Mas se houvesse seria extremamente útil, visto que poderíamos falar em conhecimentos geográficos empiricizados e conhecimentos geográficos institucionalizados/ciência geográfica. No caso de Fernand Braudel, é evidente que esses dois aspectos precisam ser conjugados, ou seja, não apenas seu diálogo formal e acadêmico com aquilo que conhecemos como Geografia (com "g" maiúsculo) é relevante, mas igualmente o é seu itinerário de vida, que o conduziu a geografias (agora com "g" minúsculo) heterogêneas em termos civilizacionais, históricos e territoriais. Tais geografias permitiram a Braudel, que sempre prezou a observação empírica, desfrutar "de um espetáculo intelectual sem igual: (...) as realidades da Rússia soviética, das Américas, da Índia, da China, tudo isso disposto sob meus olhos, o que me ajudou bastante." (BRAUDEL *apud* AGUIRRE ROJAS, 2003a:2). E não somente isso: elas foram verdadeiros laboratórios onde a teoria foi, *à la* Braudel, fertilizada, gestada e confrontada. Assim deu-se a construção de sua geohistória.

O que interessa reter do exemplo braudeliano é exatamente a associação entre *espaço geográfico* e *conhecimento.* Aqui, qualificar o espaço como *geográfico* não significa outra coisa senão ressaltar sua condição *humana*. Para um geógrafo de formação, tal afirmação soa no mínimo insólita no início do século XXI, mas ela se justifica e acaba tendo o caráter de *advertência*, na medida em que equiparar a Geografia aos fenômenos físico-naturais ou vê-la apenas como um ponto no espaço cartesiano é algo que persiste entre não-geógrafos. Já que retornaremos ao tema, apenas um exemplo é suficiente para ilustrar tal situação: recentemente, ao tratar da produção da diferença, o teórico da Literatura Luiz Costa Lima complementava seu raciocínio afirmando a necessidade de conjugá-la com o lugar onde ela é gerada e recebida. Todavia, faz questão de explicar em nota que " 'lugar' deixa de ser apenas um índice geográfico para se tornar um condensador temporal de expectativas, possibilidades e vivências" (COSTA LIMA, 2003:25).

Enfim, da condição humana do espaço geográfico e do laço deste com o conhecimento, abre-se uma série de ricas possibilidades de apreensão da escrita histórica braudeliana. Uma delas nos é sugerida por Walter Mignolo com a provocante interrogação: "Qual é a relação entre o local *geohistórico* e a produção do saber?" (MIGNOLO, 2003:241 [2000], grifo nosso). Sua valorização das histórias coloniais e sua denúncia do Racionalismo Moderno o leva a pensar em termos de uma *epistemologia territorial*, evidenciando o fato de que existe uma geopolítica do conhecimento a ser reconhecida e levada em consideração se quisermos reescrever a história do mundo. Ora; por duas vezes, Braudel escreveu esta história: em *Grammaire des Civilizations* (BRAUDEL, 2004 [1963]) e

sobretudo no terceiro volume de *Civilisation matérielle, économie et capitalisme (XV-XVIII siècle)* (BRAUDEL, 1996b [1979]). Entretanto, em momento nenhum das quase quinhentas páginas de seu livro, Mignolo cita Braudel. Não o via como um eurocêntrico? Como mais um europeu que utilizava da colonialidade do poder na tentativa de escrever uma história dita universal?

Esse é um debate interessante, e certamente teremos oportunidade de recuperá-lo em momento adequado. Não se trata de promover uma denúncia de um suposto eurocentrismo presente na reflexão braudeliana, eurocentrismo este que, dado o enraizamento geográfico que caracteriza qualquer pensador do continente em voga, parece inescapável. No entanto, de passagem, diríamos mesmo que o eurocentrismo ocupa lugar menos importante quando comparado ao nacionalismo, manifestado explicitamente em *L'identité de la France* (BRAUDEL, 1989a [1986], 1989b [1986], 1989c [1986]).

Talvez por isso soe um pouco insólita — embora absolutamente válida, diga-se de passagem — a tentativa do sociólogo brasileiro Renato Ortiz que, no esforço de pensar a cultura para além da recorrente associação com a escala nacional, admitindo que a mundialização criou uma sociedade global que, por sua vez, engendrou uma cultura internacional-popular, busca observar estas variáveis como um cidadão do mundo, desterritorializado de qualquer enraizamento. Ou seja, a explosão de lugares antes longínquos e agora "simultâneos", o aumento brutal da velocidades e a construção de gigantescas redes de informação *on-line* fizeram com que Ortiz se sentisse na necessidade de mundializar-se tal e qual a Coca-Cola, o McDonald's e os filmes de Hollywood. Aqui, "mundializar-se" significou tentar abstrair-se de todo e qualquer *topos*, isolando-se de influências locais para captar experiências verdadeiramente mundiais/mundializadas. Seria esta a variante sutil de um discurso que ecoa repetidas vezes em tempos de Globalização, afirmando que o tempo venceu o espaço pelo fato das distâncias terem sido abolidas? (Pensamos aqui em Landes, Virilio, Harvey e Bauman). O final do século XX e o início do século XXI são, indubitavelmente, uma era de crise das escalas — não como um *geografismo*, isto é, como se houvesse uma autonomia de significação e de conteúdo, mas sim a expressão da dificuldade em explicar a unificação fragmentada em que vivemos, o que torna tanto a definição do local quanto a do global um exercício epistemológico extremamente hermético — embora na prática a tarefa seja extremamente fácil [129].

[129] "Fiz todo um esforço para *desterritorializar-me*, inclusive, minha escrita. Neste sentido, não falo como brasileiro, ou latino-americano, embora saiba que no fundo *é impossível*, e indesejável, liberar-me totalmente desta condição. Mas como *'cidadão mundial'*. Alguém que, *situando-se num determinado lugar do planeta*, resolveu enxergá-lo de todos os pontos (mesmo tendo consciência de que meu esforço é limitado). Não quero com isso desvalorizar uma visão territorializada. Mas, creio, a reflexão deve alçar vôo, despreendendo o pensamento do peso de nossa herança intelectual. Talvez dessa forma possamos compreender a problemática nacional com outros olhos" (ORTIZ, 2003:9 [1994], grifo nosso). Os problemas políticos decorrentes desse

Nesse sentido, o nascimento em 1902 na pequena vila de Luméville-en-Ornois, entre Champagne e Barrois; sua graduação em História feita na *Sorbonne*, Paris; sua prolongada permanência docente em Constantina e depois em Argel; o desafio de construir um curso numa Universidade recém-fundada numa capital da América do Sul dos anos 30 e a condição angustiante de prisioneiro de guerra dos alemães devem ser considerados "espaços de experiência" onde cada um deles tem sua dose de contribuição na totalidade do pensamento histórico de Braudel. Por espaços de experiência entende-se um conjunto de sensações, percepções, memórias, afinidades e rejeições que o indivíduo apreende do contato com realidades construídas socialmente de maneira distinta daquela de sua origem. Paisagens, culturas, histórias, tradições... numa palavra cara ao vocábulo *annaliste*, *civilizações* diferentes que se encontram na trajetória de Braudel: a França e a civilização do sul da Europa, mediterrânea, católica, literária, cruzada com a Alemanha e a civilização anglo-saxã do norte, protestante, hermética; fora da Europa, a Argélia e sua multissecular civilização muçulmana, o Brasil e a mistura de raças da novíssima civilização latino-americana. Em síntese, o estudo dos espaços onde Braudel viveu é um aspecto capital para a compreensão de como ele assimilou as principais idéias que circulavam em seu período e as integrou numa construção historiográfica assaz original (PARIS, 1999:18).

A influência de cada um destes espaços pode ser constatada através de suas próprias palavras, em um testemunho para o *Journal of Modern History* em 1972 sobre sua formação de historiador. "Creio que, para o historiador que me tornei, esse longo estágio campestre, frequentemente renovado, teve a sua importância. O que outros aprenderam nos livros, sei desde há muito de fonte direta. (...) fui por antecipação e continuo sendo um historiador de origem camponesa" (BRAUDEL, 1992:4). Esta origem se faz valer e se manifesta como *tema* em várias etapas de sua vida intelectual. Da primeira parte de *La Méditerranée* pode-se extrair uma vida multissecular experimentada pelos montanheses e suas dificuldades em relação aos recursos para sua sobrevivência, bem como o temor e a desconfiança tida por aqueles que moravam nas planícies; seus cultivos, animais e a vegetação circundante; o trabalho agrícola e sua luta diária contra um sítio

---

ângulo de visão foram assim expostos por Mignolo: "Ao contrário das concepções de Béji e Glissant, a modernidade mundial de Ortiz carece da memória das diferenças e forças coloniais, ainda hoje atuantes nas mídias, da colonialidade do poder. Ortiz concentra sua atenção em exemplos como aeroportos ou shopping centers à volta do mundo e, dessa posição estratégica, tenta desmantelar a oposição fácil entre homogeneidade global e heterogeneidade local (bem como outras oposições frequentes). O argumento — e algumas vezes a celebração de uma 'modernidade mundial' — contraria na verdade a defesa das culturas e valores nacionais. O fato de que Ortiz não focaliza a diferença colonial leva-o a retirar seus exemplos 'mundiais' principalmente dos Estados Unidos, Japão e Europa. A Argentina e o Brasil podem entrar no quadro, mas como termo de comparação e não como o local da colonialidade do poder. Por esse motivo, África, Ásia e Caribe estão em grande parte ausentes de seus exemplos e estatísticas. Pela mesma razão, quando Ortiz considera o capitalismo, seus principais exemplos são a China e o Japão, mas não a Argélia, a Indochina, a Índia ou mesmo o Caribe" (MIGNOLO, 2003:73 [2000]).

desfavorável; a pobreza dos camponeses contrastando com as facilidades dos grandes proprietários beneficiados pelo regime senhorial; os dois modos de vida mediterrâneos, animados pelos nômades e transumantes etc.

Les Structures du Quotidien, primeiro volume de *Civilization Matérielle*, mostra o peso do mundo rural, hegemônico na Europa até o século XVIII. E, novamente, aparece a luta pelo "pão de cada dia", título do capítulo segundo onde a plantação e o comércio de trigo, arroz, milho e batata, assim como as revoluções alimentares do século XVIII, são seus "personagens" centrais. "Durante milênios, a agricultura foi a grande 'indústria' dos homens", afirma Braudel (BRAUDEL, 1996:393 [1979]), como se quisesse nos dizer que, apesar do progressivo surgimento e da centralidade ocupada pelas cidades, fomos moldados essencialmente a partir dos ditames de longa duração provenientes do campo. A superabundância da natureza fazia da ocupação dos espaços tarefa árdua, e o que hoje conhecemos como cidades eram, na maioria das vezes, pequenas aldeias isoladas umas das outras. "Na verdade, antes do século XVIII o livro da selva pode ser aberto em qualquer lugar. Será sensato fechá-lo antes que alguém aí se perca. Mas que testemunho das fraquezas da ocupação humana!" (idem, p.57).

Mas é em seu derradeiro e inacabado projeto, *L'identité de la France*, que o papel do *campo* aparece com mais evidência, particularmente no livro III. Nele, Braudel afirmará, a partir da definição de *economia camponesa* desenhada por Daniel Thorner, que a França assim permaneceu até o século XX, num processo cujas consequências econômicas parecem não ter sido favoráveis ao país. E o que vemos são temas já conhecidos de outros trabalhos, tais como a força da natureza, o ritmo das estações, as técnicas agrícolas, a pecuária, a vinha, o trigo, as florestas... (BRAUDEL, 1989c [1986]). Temas de pesquisa documental e bibliográfica, apoiado em gráficos, mapas e números, mas também um tema do cotidiano campesino vivido pela criança Fernand e nostalgicamente rememorado pelo adulto Braudel. "Sim, enquanto permanecer em seu lugar, rígido, ativo, tranquilo, esse universo camponês que as pessoas da minha idade ainda chegaram a conhecer e a amar, com suas cores, seus hábitos, seu conhecimento íntimo da terra, suas reduzidas necessidades, sua profunda moderação, a história francesa, a vida francesa terão um outro fundamento, uma outra ressonância. Um outro tipo de contato com a natureza" (idem:15). Tal declaração nos permite um paralelo interessante, paralelo este que constitui-se numa pista valiosa para compreendermos melhor as relações entre a Geografia e a História na França. Se a geração de Braudel, que viveu a maior parte do século XX (1902-1985), se ressente de um mundo campesino, rural, onde a natureza proliferava e o ritmo de vida era mais lento, esse parece ser também um dos dilemas de Paul Vidal de la Blache (1845-1918), cuja Geografia (ou, pelo menos, parte dela, para ser mais exato com o conjunto da obra de Vidal) era um "hino à França dos camponeses" (THRIFT,

1996:218) em pleno momento de virada do século XIX para o XX — momento de um profundo impacto causado pela urbanização e industrialização. Todavia, constatar sua desconfiança para com o advento do mundo urbano-industrial e as consequências da Modernidade como um todo não significa que ele tenha negligenciado o papel das cidades e das fábricas na organização do espaço (cf. GUIOMAR, 1997:580 [1986]).

Mas voltemos a Braudel, só que ainda com um outro exemplo sugestivo acerca deste tópico: embora o principal estudioso do legado braudeliano contraste sua experiência urbana parisiense com seu passado campestre (AGUIRRE ROJAS, 2003a:11), o próprio Braudel, quando comenta brevemente sobre Paris, da qual temos a imagem de uma cidade agitada e fortemente urbana, o que sobressai de sua lembrança não são aspectos urbanos e cosmopolitas, mas sim o fato de que morara num subúrbio longe da capital e que, naquela época (1908-1911), "a periferia afastada era quase integralmente zona rural. Mériel era uma grande aldeia de pesadas casas de pedra, com jardins cercados por muros, cheios de pés de groselha e de cerejeiras, que desapareciam a cada primavera sob os lilás em flor" (BRAUDEL, 1992:5 [1990]). Quanto a Braudel e Paris, a biografia redigida por Daix é enfática: o descaso para com a cidade-luz é evidente e, mesmo após a guerra, quando instala-se definitivamente na mesma, não morre de amores por ela. E o biógrafo se pergunta, quase como se já soubesse a resposta: "Importância da reconstrução da vida a partir dos alicerces campestres"? (DAIX, 1999:38 [1995]).

De tudo o que foi dito até aqui, só não podemos inferir que Braudel negligenciou as cidades e a urbanização; pelo contrário, um dos motivos pelos quais seus livros interessariam aos geógrafos diz respeito ao crescimento das cidades e aos múltiplos papéis por ela exercidos e, em especial, ao tratamento conferido à relação cidade-campo no decorrer da história. O capítulo V da primeira parte de *La Méditerranée*, "A unidade humana: rotas e cidades, cidades e rotas", p.ex., discorre sobre o espaço urbano mediterrâneo e suas funções; as cidades e as rotas; as crises políticas urbanas; as privilegiadas cidades bancárias; as cidades reais e imperiais etc (BRAUDEL, 2002:365-472 [1966]). Mais caros ainda são os dois primeiros volumes de *Civilization Matérielle*, fonte indispensável sobre inúmeros aspectos envolvendo o campo e a cidade: o abastecimento, a divisão do trabalho, a especificidade das cidades Ocidentais e seus papéis no desenvolvimento da Modernidade (BRAUDEL, 1996 [1979]); a comercialização das mercadorias, a movimentação de dinheiro e a atração exercida pelas grandes feiras urbanas; os circuitos mercantis e a formação de redes; as indústrias e seu deslocamento de acordo com as circunstâncias etc. (BRAUDEL, 1996a [1979]). Mas, sobretudo*, Le Temps du Monde* — terceiro volume de *Civilization Matérielle* — consiste numa investigação histórica que explica apuradamente uma das mudanças fundamentais no despontar do mundo moderno: as economias antigas de dominação urbana, as cidades-Estado de

Gênova, Veneza e Amsterdã, perdem poder e prestígio econômico-político e sucumbem diante da formação dos territórios dos Estados Nacionais como Portugal, Espanha, Inglaterra e França (BRAUDEL, 1996b [1979]). Já *L'Identité de la France* evoca o movimento dos vilarejos aos burgos e às cidades, o sítio e a situação, as migrações, o papel das cidades na constituição do mercado nacional e suas associações com as outras escalas etc (BRAUDEL, 1989a [1986]); a urbanização e as estradas da Gália superando suas florestas; as *villa* galo-romana e suas muralhas protetoras (BRAUDEL, 1989b [1986]); e, maiormente, as cidades como *lócus* privilegiado para o desenvolvimento da economia de mercado e principalmente do capitalismo, a atividade econômica superior (BRAUDEL, 1989c [1986]).

Passemos agora às influências jogadas pelo espaço argelino, visto que possuem estreita afinidade com a abordagem utilizada em *La Méditerranée*. Assim se expressa Braudel a respeito de sua estada por lá: "Tive, então, a possibilidade de entregar-me, sob o próprio signo da alegria de viver, ao prazer de morar numa vila magnífica, de visitar seriamente todos os países da África do Norte, até o Saara, que me fascinava. Creio que esse espetáculo, esse Mediterrâneo como que percebido da outra costa, 'ao revés', contou bastante na minha visão da história" (BRAUDEL, 1992:7).

Travado contato com a Argélia, uma colônia francesa, salvo para aqueles que desprezariam qualquer experiência intelectual que não fosse dentro da Europa, os intercâmbios culturais e as diferenças civilizacionais eram notórios e altamente positivos — ainda mais para alguém que, logo adiante, tomaria o mar Mediterrâneo como objeto de estudos. Não o Mediterrâneo como um limite ou um obstáculo, mas sim enquanto meio de ligação entre civilizações diversas que, há séculos, alimentavam-se mutuamente. Vemos em ação o Braudel dos grandes espaços, inovador no tocante aos recortes escalares habitualmente utilizado pelos historiadores. Ultrapassava, ao mesmo tempo, tanto a historiografia positivista com sua atração ufanista pelo território nacional, quanto as monografias regionais preconizadas pelos geógrafos vidalianos e pelos *Annales* de Febvre e Bloch.

Essa abertura "espacial" é simultaneamente uma abertura intelectual. Tomando ciência dos trabalhos de Louis Bertrand, inventor da teoria da "Latinidade"; de Stéphane Gsell, Eugène Albertini, Georges Marçais, Georges Yver e Gabriel Esquer, os historiadores "mediterrânicos" em Argel; do historiador geógrafo Émile-Félix Gautier, um de seus maiores inspiradores neste lugar; e dos artigos publicados na *Revue Africaine*, onde fora eleito secretário-adjunto em 1930, indubitavelmente que estes elementos foram decisivos na mudança de rumos que sua tese tomaria. Deslocar Phillipe II em nome do mar Mediterrâneo e passar a compreender tal mar não apenas com o papel de berço da civilização greco-latina, mas englobando a tradição do Islã árabe e otomano, são duas das consequências de sua temporada argelina (cf. PARIS, 1999:27-81).

Um exemplo em que a Argélia se faz presente: no momento em que analisa a imigração estrangeira e seus problemas, a sensibilidade de Braudel se volta para a infeliz situação dos *hakris*, soldados muçulmanos que engrossaram as fileiras do exército francês na Guerra da Argélia e, uma vez morando na França, são vítimas de preconceito e perseguição tanto por parte dos franceses quanto por parte dos argelinos. Sua conclusão: a França possui responsabilidade para com seus destinos (BRAUDEL, 1989b:180 [1986]).

Se na Argélia francesa Braudel encontrou agitada vida intelectual onde seu *status* era apenas aquele permitido a um professor de Liceu, as coisas mudariam um pouco em seu próximo rumo. Escolhido casualmente para ingressar a missão que formaria a Universidade de São Paulo na década de 30, por aqui tudo estava por fazer. Embora ainda não fosse conhecido e constasse de poucas publicações no currículo, desfrutou, frente à aristocracia paulistana, do prestígio de um docente europeu numa universidade latino-americana. Do Brasil, retirou muitas lições. "Em 1935, ofereceram-me por acaso um cargo na faculdade de São Paulo, no Brasil. Lá encontrei um paraíso para o trabalho e a reflexão. Encarregado de um curso geral de história da civilização, tive alguns alunos encantadores, contestatários sob certos aspectos, que viviam perto de nós, obrigando-nos a tomar partido a propósito de tudo" [130] (BRAUDEL, 1992:10 [1990]).

Aqui, a palavra-chave é *civilização*. Para Braudel, não haveria vocábulo mais adequado para sintetizar o encontro multissecular entre a Europa e as Américas, nem tema mais pertinente para explicar o Brasil em sua multiplicidade de raças, cores, credos e culturas. E ele aceita o desafio de ensinar História num país marcado por profunda herança colonial, enorme extensão territorial e rápidas mudanças na paisagem. Em outras palavras, o homem que consagraria seu nome no âmbito das Ciências Humanas graças a uma original abordagem espaço-temporal encontraria uma nação onde a história se fazia diante de si e o espetáculo proporcionado por sua geografia era exuberante. Aliás, sabemos o impacto causado pelo Brasil não somente em Braudel, mas na geração de professores franceses que para cá vieram [131], divididos entre a Universidade de São Paulo, a Universidade do Distrito Federal, a Universidade de Porto Alegre e o Departamento de Cultura de São Paulo. Entre eles, os geógrafos Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig (que viveu aqui de 1935 a

[130] Sobre Braudel e a missão francesa na USP, vide Novais e o testemunho ocular de França (NOVAIS, 1994; FRANÇA, 1994).

[131] Para uma apreciação panorâmica e inicial das idéias e da recepção dos franceses no Brasil (sobretudo dos professores da USP), vide *Conversas com historiadores brasileiros* (MORAES & REGO, 2002); *Conversas com filósofos brasileiros* (NOBRE & REGO, 2000); e *Pierre Monbeig e a Geografia Humana brasileira: a dinâmica da transformação* (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2006). Gemelli chama atenção para a USP enquanto terreno fértil para Lévi-Strauss, Monbeig, Braudel e Maugüé no tocante à elaboração e acolhida de novas idéias, em contraposição à rigidez da academia francesa (GEMELLI, 1995:60), ao passo que Paris sublinha a luta da nova Universidade contra o fascismo e o papel da Missão em formar uma elite administrativa esclarecida para dirigir a democracia brasileira *à francesa* (PARIS, 1999:245-246).

1946), Philippe Arbos e André Gibert; os sociólogos Roger Bastide e Jacques Lambert; o historiador Henri Hauser (uma das origens da gestação dos *Annales*); o filósofo Jean Maugüé; e o antropólogo Claude Lévi-Strauss (com o qual Braudel travará rica polêmica no final dos anos 50 em torno do estruturalismo e do tempo histórico) (cf. LEFEBVRE, 1990: 11-12).

Em meio à docência tranquila num país com muitos feriados e festas, sobrava-lhe tempo para leitura documental e bibliográfica ligadas à preparação de sua tese. E, tal como ocorrera na Argélia, o mar Mediterrâneo se expandia diante de seus olhos, desta vez numa escala maior. Era o Oceano Atlântico, que séculos atrás entregara a Europa o caminho da conquista marítima e comercial européia e agora permitiria a Braudel um ângulo novo nas considerações sobre o Mediterrâneo do século XVI. Imensidão aquática, de um lado, imensidão terrestre, de outro. Se uma das perspectivas nas quais podemos ler a história escrita por Braudel é a de uma constante conquista e ocupação de espaços, o território brasileiro tornava o esforço humano algo um tanto quanto complicado. Atentando exatamente para a perspectiva em tela, não declararia explicitamente em *La Méditerranée* que o espaço é o inimigo número um? (BRAUDEL, 2002:473 [1966]). Ponto recorrente, conforme podemos ver em seu artigo *No Brasil baiano: o presente explica o passado* (1959), onde lemos que "a geografia jogou contra Minas Velhas"; "o mercado longínquo (entenda-se com isso o interior do Brasil)"; "numa outra região do imenso Brasil" (BRAUDEL, 2005:219-233 [1969]).

Conhecemos ainda outras ocasiões em que Braudel se deparou não só com o tamanho, mas também com a diversidade do território brasileiro. Lima nos conta duas passagens: uma viagem pelo litoral paulista e Serra do Mar junto de sua esposa Paule, um chofer e um mateiro termina com este abrindo picadas com um facão em meio à floresta virgem; e uma visita à Feira de Santana, onde, ao saber da notícia da morte de dois franceses pelos cangaceiros de Lampião e após seu automóvel ter pifado em noite escura, sugere que ela vista uma roupa de vaqueiro que ele havia comprado, a fim de que não fosse raptada por aquele... (LIMA, 2003:173).

Enfim, para um historiador que posteriormente escreveria belas e significativas páginas acerca da cultura material das sociedades (BRAUDEL, 1996 [1979]), as particularidades regionais do Brasil dos anos 30 seriam de grande interesse — assim como o foram para Pierre Monbeig em sua análise dos gêneros de vida e para Claude Lévi-Strauss em seus estudos sobre os índios. Mas a forma como o país o afetou diz respeito não somente ao espaço, mas também ao *tempo*. Para o defensor ardoroso de uma história profunda, lenta e estrutural, visualizar a paisagem, apreender as realidades econômicas e se deparar com determinados hábitos de um país novo significava não somente a história desse país em si, mas sim ser remetido, como se existisse um túnel do tempo, à própria história da Europa. Não dirá ele, anos mais tarde, que "a América é o fazer da Europa, a

obra através do qual ela revela melhor o seu ser"? E completa, como não podia deixar de ser, explicitando dois traços essenciais de sua análise (a longa duração e a totalidade): "Mas uma obra de realização e de consumação tão lentas que só adquire seu sentido quando vista em conjunto, na plenitude da sua duração" (BRAUDEL, 1996b:359 [1979]).

Tempo e espaço articulados, épocas misturadas umas com as outras abalando empiricamente a concepção predominante do tempo como linearidade e o espaço como homogeneidade, na escrita histórica braudeliana a Europa não é o centro, não há caminhos teleológicos e o espaço geográfico é um valoroso registro da polissemia humana. Somados tais aspectos, o que teremos é uma visão plural do seu objeto de tese. O Mediterrâneo de outrora já não é mais o mesmo... "Estávamos em agosto de 1937. Meus colegas haviam partido para a Argentina e eu em direção ao Norte, desejando ficar sozinho. Indo para o interior, achávamos feiras como as que existiam, diria, há 150 anos, rebanhos selvagens chegando, pastores vestidos de couro. Músicos cegos, um povo que canta e dança. A miséria é algo que existe sobretudo no Norte, que é a mais bela região do Brasil. Assim foi que estive na Bahia, *Bahia de todos los santos*. Lá estando, é impossível deixar de entender. Diante de uma mesquita como a mesquita de Argel, entendo os elementos porque se trata de um trabalho, muito trabalho italiano, mármores, apliques de mármore, mas não entendo o que é uma mesquita, ao passo que entender as igrejas da Bahia é extremamente fácil: sinto-me à altura... O Brasil é a mesma civilização, mas não na mesma idade. Foi efetivamente o Brasil que me permitiu chegar a uma certa concepção da história que eu não teria alcançado se tivesse permanecido em torno do Mediterrâneo" (BRAUDEL *apud* DAIX, 1999:162 [1995]). E, como se não bastasse, para nosso orgulho diria, pouco antes de nos deixar, que só se tornara inteligente vindo ao Brasil... [132] (BRAUDEL, 1989:163 [1986]), país que ainda lhe reservaria uma outra surpresa, guardada em sua prodigiosa memória não apenas como uma bela imagem, mas como uma possibilidade que o inspirou e transmutou-se num exercício de reflexão sobre a natureza da história. Nos duros anos de cativeiro, é com a singeleza de um romancista que Braudel se recorda de uma noite na Bahia onde o ambiente foi tomado por vaga-lumes, que piscavam ser parar mas iluminavam brevemente, de forma que não havia nitidez suficiente para olhar a paisagem. Assim eram os acontecimentos — *événements* — que, como vaga-lumes, se apresentavam facilmente aos olhos... mas rapidamente se apagavam diante da amplidão da noite escura — metáfora utilizada para explicar a longa duração (BRAUDEL, 1997a [1941-44]).

[132] Ao ser advertido por Theodore Zeldin de que não era um francês como os outros, dada sua vivência no estrangeiro e a relevância deste em períodos-chave de formulação de suas idéias, respondeu da seguinte forma: "Tornei-me inteligente indo ao Brasil. O espetáculo que eu tinha sob os olhos era um tal espetáculo de história, um tal espetáculo de gentileza social, que compreendi a vida de outra forma. Os mais belos anos de minha vida, eu os passei no Brasil. Isso não deixou de ter consequências sobre mim, e de algum modo me expatriou" (BRAUDEL, 1989:163 [1986]).

Mas a *longue durée* não extermina o evento. No navio de volta para Paris, conhece aquele com quem estabeleceria uma amizade filial, alguém cuja atuação no desenvolvimento de sua tese seria fundamental. Trata-se de Lucien Febvre, co-fundador dos *Annales* ao lado de Marc Bloch, homem de temperamento difícil e dos "combates pela História". A alegria que marcou aquele encontro nos dezoito dias de viagem e a intensa aproximação entre eles — o que significa Braudel assimilando e participando de perto para com a história proposta pela revista dos *Annales* — seria tão logo superada com a captura de Braudel pelos alemães em 1940.

Nesse ponto, várias questões devem ser colocadas. Porém, sua multiplicidade pode ser agrupada sob três direções: (i) quais foram os impactos causados pela II Guerra Mundial na visão que os historiadores franceses tinham da história humana?; (ii) quais as consequências trazidas pela guerra na concepção de *tempo*, a principal categoria analítica da ciência histórica?; (iii) como os cinco longos anos de cativeiro afetaram a escrita histórica braudeliana?

Evidentemente que estas direções estão intimamente entrecruzadas, graças à reorientação dada pelos *Annales* e por Braudel quanto ao conceito de tempo histórico, reorientação esta que, por sua vez, associa-se aos caminhos e descaminhos vividos historicamente pela França nos setenta e cinco anos entre 1870 e 1945. Estamos falando de uma sequência que inclui, ainda no século XIX, a guerra franco-prussiana em 1870-71, no início do século XX, a I Guerra Mundial em 1914-1918 e, decisivamente, a II Guerra Mundial em 1939-1945, esta última abalando profundamente a mentalidade do povo francês em virtude da ocupação alemã sob o regime de Vichy. A soma destes acontecimentos parece ter provocado uma reação *anti-moderna* entre os historiadores franceses de duas gerações: a de Febvre e Bloch, que cresce em meio à humilhação e ao revanchismo causada pela derrota em 1870-71; e a de Braudel, que vive na pele a sensação-limite de prisioneiro de guerra dos alemães entre 1940 e 1945. Guardados os diferentes trajetos intelectuais, experiências vividas e reações de cada um deles ao contexto histórico que se desenhava na primeira metade do século XX, eles convergem no sentido de uma rejeição ao progresso, às Filosofias da História que apontavam para o futuro, às teleologias etc. Em uma palavra: a desconfiança para com o *evento* — curto, rápido, avassalador, inconsistente — leva-os a engendrar uma história lenta, estrutural, focalizada nos homens comuns e não nos grandes episódios nacionais apologéticos do Estado. Embora vislumbrassem a operação histórica como algo em construção e que, portanto, carecia do estabelecimento de vínculos entre o passado e o presente, suas especialidades de pesquisa denotam um "escape" das condições históricas que os cercavam: Bloch refugiou-se na Idade Média e na sociedade feudal, Febvre no século XVI das crises religiosas e da descrença e Braudel na gênese da economia moderna e do capitalismo. No longínquo limiar da Modernidade, todos estavam protegidos.

Essa é uma das teses proposta pelo historiador brasileiro José Carlos Reis. Para ele, os *Annales* lançam mão de uma estratégia de *evasão* ao conceber o tempo histórico da longa duração. E não se trata apenas de uma expressão intelectual, mas sim de uma resposta à experiência da derrota sofrida pela França e, em escala mais ampla, pela Europa (REIS, 1994: 92-93; 2000:30-35). Ao dialogar com os textos redigidos por Braudel durante o cativeiro, o historiador francês Jean Boutier também concluirá que a rejeição (que não quer dizer, em hipótese alguma, exclusão) aos acontecimentos é um efeito da primeira metade do século XX para franceses e europeus (BOUTIER, 2004). De modo análogo, Paris registra essa nova concepção do tempo histórico como um abrigo num passado longínquo a fim de fugir do presente imediato (PARIS, 1999:291).

O drama que se abate sobre a vida de Braudel entre 1940 e 1945 é, no mínimo, insólito para alguém que vinha exercitando plenamente o senso de liberdade através do contato com outros países e continentes. A multiterritorial e aberta vivência compartilhada até ali cederia lugar a um forçado confinamento. Uma geografia e uma história sinistras conduziam-no ao ineditismo do isolamento e do parco contato com o mundo exterior. E, como não podia deixar de ser, a prática empírica é mais uma vez o principal alimento da reflexão teórica [133]. "Todos aqueles acontecimentos despejados sobre nós pelas rádios e pelos jornais de nossos inimigos, ou mesmo as notícias de Londres, que as rádios clandestinas nos transmitiam, eu tinha de superar, de rejeitar, de negar. Abaixo o acontecimento, sobretudo o acontecimento contrariante! Eu precisava acreditar que a história e o destino se escreviam em muito maior profundidade. Escolher o observatório do tempo longo era escolher, como um refúgio, a própria posição de Deus Pai" (BRAUDEL, 1992:12 [1990]).

3.2. A ante-sala de *La Méditerranée*: nos cadernos de prisão, a preocupação com a Geografia e a História em *Géohistoire: la société, l'espace, le temps*

Quando se trata da Geografia na obra de Braudel, o papel dedicado a *La Méditerranée* é amplamente hegemônico em relação aos demais trabalhos. Entende-se facilmente esta predileção, já que, das três partes constitutivas do mesmo, a primeira delas chama-se *La part du milieu*, causou polêmica junto à banca examinadora na *Sorbonne* — onde um dos integrantes afirmou que Braudel fora geógrafo demais (DAIX, 1999 [1995]) — e o próprio autor a vinculava, no prefácio à primeira edição francesa, a um "tempo geográfico" (BRAUDEL, 2002:18 [1966]).

[133] Howard Caygill sublinha que "A experiência do tempo de confinamento que emergiu no pós-guerra questionou não somente a experiência da temporalidade em si, mas também a do tempo e ação históricos" (CAYGILL, 2004:152).

Tal hegemonia, diga-se de passagem, é legítima. Entretanto, como já foi dito, a Geografia se manifesta na totalidade da obra de Braudel, seja nos três principais livros, seja em seus diversos e numerosos artigos. Assim sendo, talvez fosse mais pertinente dizer que a ênfase em *La Méditerranée* no tocante à Geografia foi não somente a constatação lógica de uma evidência (o que não significa que haja um consenso quando da análise do papel da Geografia neste texto, conforme veremos no item seguinte), mas também uma operação de *legitimação* processada pela historiografia. Claro está que o desenho da obra e as apropriações geográficas feitas em 1949 e depois em 1966 (as duas edições do referido livro) inscrevem-se num contexto intelectual facilmente delimitado no que tange às relações entre a Geografia e a História, contexto esse que certamente não é mais o mesmo em *Civilization Matérielle* e tampouco quando do surgimento de *L'Identité de la France*, assim como o diálogo com a ciência geográfica não é homogêneo e assume específicas nuances nessas três obras. Em outras palavras, localizar a Geografia fora de *La Méditerranée* depende tanto do acompanhamento das metamorfoses do pensamento geográfico quanto do reconhecimento da centralidade admitida pela mesma no seio das inovações teórico-metodológicas postas em prática por Braudel.

Esclarecimento feito, do ponto de vista do que Braudel pensava sobre a Geografia e os geógrafos e qual seria a contribuição destes para a renovação da ciência da História, seu texto mais revelador foi escrito também no cativeiro, mas pouco antes da finalização de *La Méditerranée*. Trata-se de *Géohistoire: la société, l'espace et le temps* que, ao lado do livro de Febvre *La Terre et l'évolution humaine*, se apresenta para nós como o principal documento para a compreensão de como os historiadores franceses dos *Annales* apreendiam tanto a Geografia de origem francesa quanto a de origem alemã. Sendo produtos de sua época, neles estão impressos os conflitos nacionalistas que reuniam estas duas nações; a fragmentação do conhecimento como parte indispensável do projeto moderno de ciência; a tentativa de diálogo entre as disciplinas; a disputa de poder entre as ciências humanas; a operação de inclusão e exclusão de temas no interior de um campo científico etc. Mas, essencialmente, a importância dos mesmos reside nos rumos tomados entre geógrafos e historiadores franceses. Sua relevância é histórica na medida em que parte daquilo que somos hoje está contida neles e foi construída a partir deles. É precisamente este capítulo inaudito da história do pensamento geográfico que faremos tomar vida a seguir.

Sabemos que, entre as heranças intelectuais deixadas por Febvre e Bloch, a Geografia detém lugar proeminente. Campo de vanguarda na virada do século XIX para o XX; ponto de encontro entre as ciências do homem e as ciências da natureza; função de peso na descoberta das potencialidades econômicas do território nacional; e desempenho estratégico junto à empresa colonizadora de então faziam dela um ramo atraente para os mais variados fins. Formado dentro de

um quadro onde a História era praticada e ensinada de maneira factual, descritiva, recheada de datas que criavam e exaltavam grandes heróis e acontecimentos nacionais, da lembrança que guardava de seus tempos de estudante na *Sorbonne* dois traços merecem atenção: sobravam críticas aos historiadores e elogios aos geógrafos, "verdadeiros mestres de nossa juventude" (BRAUDEL, 1997:74 [1941-44]).

Seus professores? Emmanuel de Martonne (1873-1955), Albert Demangeon (1872-1940) e Lucien Gallois (1857-1940), todos eles dispostos a promover o legado deixado por Paul Vidal de la Blache. O que despertava o interesse dos jovens historiadores? O contato com as realidades concretas do homem e da natureza, o fascínio pelas paisagens, a diversidade regional, a cartografia, a delimitação das fronteiras... tudo isso jogava contra uma *história historizante* que via o passado como algo pronto e acabado, a ser coletado e narrado exclusivamente dentro dos depósitos de arquivos e documentos escritos. A Geografia "(...) lhe oferece, com efeito, muito antes que a palavra virasse moda, o 'modelo' de uma ciência capaz de confrontar a atividade dos homens com fenômenos envolvendo transcursos diferentes no tempo" (DAIX, 1999:62 [1995]).

Face ao tradicionalismo historiográfico, a Geografia era a porta de entrada que possibilitava pensar historicamente os homens e os ambientes em que viviam. Mas havia também um tradicionalismo geográfico que teimava em sobreviver e impedia o desenvolvimento de uma disciplina que também ensejava renovar-se de uma vez por todas, deixando para trás um passado caracterizado pelas narrativas exóticas de viagem e pela mera exposição dos componentes da superfície terrestre. Assim, Braudel costura seus argumentos e acaba se deparando com uma dupla e convergente constatação: reconhecendo que a História vivia uma *crise da narração* e a Geografia uma *crise da descrição*, redige um riquíssimo texto teórico-metodológico que se propõe a fundar novas bases de diálogo entre os campos de conhecimento em tela, lançando mão não apenas da Escola Geográfica Francesa de Vidal, mas também da Geografia Alemã. De seus conterrâneos retira as relações do homem com o meio, as tranformações humanas na natureza e o impacto desta na vida humana, e dos alemães incorpora as articulações entre o espaço, a economia e a sociedade.

E não há surpresa alguma quanto a sua ligação com os alemães, pois sabemos que estes dominavam a cena intelectual tanto entre geógrafos quanto entre historiadores a ponto, inclusive, das viagens de estudo à Alemanha serem comuns no final do século XIX. Além disso, devemos lembrar que, no cativeiro, dada a proximidade com as bibliotecas das Universidades dos *Oflag* [134], Braudel mantém intenso contato com a bibliografia de língua alemã. A riqueza intelectual

[134] O brasileiro Luis Corrêa Lima esclarece que os *Oflag* não eram campos de concentração, mas sim campos de oficiais. Estes eram resguardados pela Convenção de Genebra, que preconizava que eles não poderiam fazer trabalhos forçados e teriam direito a livros e correspondências (LIMA, 2005:4).

germânica — abalada de modo ímpar pela ascensão do nacional-socialismo — o estimula sobremaneira, tal como é possível perceber em uma das cartas endereçadas a Febvre, datada de 1941, onde comenta o atraso da Geografia Humana e da Economia Política em França. E procura com insistência convencê-lo do interesse da literatura geográfica alemã, mencionando nomes como Hettner, Philippson e os historiadores geógrafos como Sternberger, Gehler, Fritsche, Carus e Okel, cujas contribuições serão de imensa valia na redação da primeira parte da tese. Ele lerá ainda a revista de história econômica e social *Vierteljahrschrift für Sozial – und Wirtschaftsgeschichte*, bem como a principal revista histórica alemã de então, a *Historische Zeitschrift*, cuja ambição interdisciplinar focalizando os aspectos econômico-geográficos lhe era admirável [135] (PARIS, 1999:294-296).

Pode-se sugerir que essa percepção de uma dupla crise tenha sido dada e/ou acentuada pela comparação com a fecundidade do pensamento geográfico e histórico alemão? É assaz provável que a resposta a essa pergunta seja afirmativa, especialmente se atentarmos para as circunstâncias sociais e políticas que permeavam o campo das Ciências Humanas na França da primeira metade do século XX: se a Geografia Vidaliana tinha todos os motivos para ser atraente nos meios acadêmicos, o mesmo não se pode dizer da Geografia na escola, tida como "simplória e enfadonha" na já tão conhecida crítica de Yves Lacoste em plena década de 70! (LACOSTE, 1988 [1976]). Quanto à História, a predominância da abordagem positivista consagrada pelos trabalhos de Lavisse, Langlois e Seignobos é indiscutível, com os *Annales* se apresentando como uma ameaça para a história tradicional e situando-se, assim, na condição de *outsiders* — condição que só seria superada depois da Segunda Guerra Mundial. Em resumo: é lenta a renovação dos estudos de História e Geografia, dada as posições centrais ocupadas no hierárquico e tradicional campo intelectual francês (vide DAIX, 1999:239-267 [1995]).

Mas Braudel pretende superar esse estado de coisas. Ele é um ardente defensor e o crucial continuador da "apologia" e dos "combates" pela História, que tem como uma de suas características primordiais a consideração dos aspectos geográficos. Mas, nesse sentido,

[135] Na verdade, seu laço com a Alemanha é anterior à captura pelo exército deste país, e data da ocasião em que, estando em Argel, é convocado pelo serviço militar em 1925-6, o que, segundo ele mesmo, "proporcionou-me a ocasião de percorrer toda a Renânia, de conhecer e assim gostar da Alemanha". O fato de ter sido um homem do Leste, na região fronteiriça àquela, o marca de várias formas, conforme podemos ler adiante: "a inquietação exclusiva que tinha acerca da Alemanha, que acabara de ver de perto, que amava e que, ao mesmo tempo, como homem do Leste, temia" (BRAUDEL, 1992:7 [1990]). Porém, também fez com que dominasse desde cedo o idioma alemão, o que permitiu comunicar-se durante a prisão e, principalmente, a leitura do material disponível na biblioteca da Universidade de Mayence d'*Oflag* (vale frisar que, em meio ao horror da II Grande Guerra, as universidades *Oflag* mantinham acesas as vidas e esperanças dos cativos), da qual foi reitor em 1941 (PARIS, 1999). Quanto a isso, Gemelli é categórica: formado no bojo da admiração e do contato frequente junto à cultura alemã, Braudel nunca mostrou, p.ex., predileção semelhante pelo universo linguístico e cultural anglo-saxão (GEMELLI, 1995:22).

ultrapassará seus predecessores, fazendo da Geografia não apenas uma disciplina vizinha com a qual manteria amistosa conexão, mas sim uma aliada de peso em três frentes de confronto: (i) na superação do obsoleto quadro acadêmico francês; (ii) pedra angular em sua perspectiva de longa duração; e (iii) peça relevante em seu ousado intuito de reorganização epistemológica no âmago das Ciências Humanas.

É o que localizamos em *Géohistoire: la société, l'espace, le temps*. Nele, lemos que "Na geografia como na história, ao invés de sempre serví-las, o passado as oprime ou, pelo menos, as incomoda. Ainda em 1942, a geografia se apresenta (veja o precioso *Guide* de André Cholley) como uma descrição da terra. De início, algo etimológico, não é verdade? Assim como a história em 1942, que se apresenta sempre como uma narrativa, como uma ciência do 'acontecimental' mas sem estar consciente disso — o que agrava seu caso. E, em ambas, os resultados são os mesmos: de um lado, os eventos, as peripécias, os gestos dos grandes ou pretensos grandes homens, toda uma história de superfície. Do outro lado, simetricamente, as descrições, as viagens, toda uma geografia também de superfície. De uma parte, a arte do conteúdo; de outro, obrigatoriamente, as notas, as lembranças do viajante e, ontem, aquelas, mais prestigiosas ainda, as do explorador" (BRAUDEL, 1997:69-70 [1941-44]).

Em seus respectivos ofícios, é grande a tentação que geógrafos e historiadores possuem de ligação para com as tradições, constatará Braudel com pesar. A situação é a mesma: a descrição estática da Terra e a narração dos acontecimentos desenham um frágil e insuficiente arsenal investigativo, com ambas fornecendo nada mais além do que rotas de viagens e crônicas romanceadas do passado. E não se trata de suprimir nem a descrição nem o acontecimento, mas sim incorporá-las em planos mais vastos, assentados, maiormente, na explicação do meio geográfico e na história de longa duração. Afinal, "descrever é um meio de conhecer". Mas, acrescenta ele adiante, "resta explicar". E é precisamente este pormenor que ele destaca em sua admiração pela escola francesa de Geografia, oriunda dos ensinamentos de Vidal de la Blache. Mas não se trata de uma descrição qualquer, e sim de uma descrição que opera em dois planos entrecruzados: o da arte, pintura e beleza, "uma verdadeira conquista literária" cuja perfeição jamais foi igualada no estrangeiro "mas nem sempre assinalada entre nós como conviria"; e o da densidade, do racional e da explicação. Somados, estes dois planos permitem-no um esboço onde, tateando aqui e ali, enseja uma definição: "A Geografia é uma 'descrição racional'; ela afirmou-se, ao curso destes últimos cinquenta anos (e mesmo antes), como uma ciência da paisagem ou, digamos mais precisamente, como um estudo científico do meio *natural* ou *geográfico* ou, ainda com mais exatidão, do meio físico e biológico. Estas fórmulas são válidas para designar o 'ambiente' da vida dos homens de que falam os geógrafos americanos" (idem, p.74, grifo nosso).

Obviamente, esta tentativa de definição tem a ver com as características típicas da França ou, para ser mais preciso, com a diversidade regional na qual os geógrafos vidalianos se debruçaram com tanto esmero nas primeiras décadas do século XX. "Há no mundo um país que se preste tão bem quanto a França, com suas províncias e seus *pays* a um rico estudo regional?", interroga-se Braudel, numa fala que poderia sem nenhuma concessão ser creditada a Vidal. Ao sublinhar os homens ligados à terra, fixados aos seus trabalhos, campos e vilas depois de milênios, realidades próprias aos *pays*, esses territórios individualizados, ricos de um longo passado e de uma pujante experiência humana, não estaria ele rememorando algo bastante familiar transcorrido em sua infância lorena? Seu empenho para com uma geografia regional que substitui o quadro das regiões naturais o leva a elogiar alguns dos seus mais ilustres representantes, como Vidal e o *Tableau*; Demangeon e a *Picardie*; Sorre e os *Pyrénées Orientales*; Dion e o *Val de Loire*, além de De Martonne, Sion e Gautier.

Todavia, para aqueles que conhecem um pouco como Braudel lida com suas referências e matrizes intelectuais, seria impossível existir uma assimilação que não contivesse uma boa dose de crítica. Assim seria com Bloch, Febvre, Berr, o estruturalismo e a Economia, apenas para citar alguns alicerces que acompanhariam sua carreira como um todo. Por que com a Geografia não haveria de ser? Destarte, ainda que tivesse consciência da necessidade do aporte geográfico, impunha-se, dentro do projeto de História que estava disposto a engendrar, uma pequena correção de rumos na rota tomada pela Geografia até então. Quiçá as palavras de Febvre destacando a imaturidade e a ambição das ciências mais jovens, merecendo por isso a censura das ciências mais velhas e já instaladas, ainda ecoassem em seus ouvidos... [136]

Primeira reprovação: a despeito da quantidade e qualidade de trabalhos e de toda sua riqueza, a Geografia é uma ciência inacabada, "terrivelmente inacabada", mais ainda que as outras, porque ela é mais complicada e — à exceção da História — bem mais antiga que as demais. Segunda reprovação: o crescimento de seus domínios às custas dos territórios das outras ciências. "Há nas ciências do homem domínio mais vasto e heteróclito que o seu?", pergunta ele com a ironia que lhe é peculiar (ibidem, p.69). Terceira reprovação: uma maior aproximação com o *físico* e suas certezas que com os descaminhos dados pela complexidade do humano (ibid., p.74).

[136] "Quando se tenta formular um juízo sobre o esforço geográfico contemporâneo (falamos unicamente dos antropogeógrafos), ocorre imediatamente uma palavra: ambição. Não somos nós que a pronunciamos. A jovem geografia humana tem rivais. E críticos. Nada mais natural. As ciências jovens que tomam consciência da sua autonomia e reivindicam o direito a uma existência livre e ndependente nunca crescem num solo limpo e livre de obstáculos. *Ora, perturbadas com os seus primeiros descobrimentos, maravilhadas com as primeiras aquisições, carecem, por vezes, de prudência e de reserva. Não sabem deter-se, refrear os seus desejos de conquista, acalmar a sua febre de crescimento. Daí, as censuras das ciências mais velhas, já instaladas,* ou das mais novas, também em via de expansão. Daí, sempre e fatalmente, a tradicional acusação de ambição. A geografia humana não lhe escapou" (FEBVRE, 1991:36, grifo nosso [1922]).

Sobre estes tópicos, a ocasião é propícia para compararmos como dois dos principais historiadores do século XX e, para o que nos interessa nesta investigação, personagens capitais no encaminhamento do debate entre as ciências à baila posicionaram-se a respeito. Tal analogia é importante, na medida em que expõe como Braudel, aos poucos, supera dialeticamente o espólio deixado pelos primeiros *Annales*.

Senão, vejamos: quanto ao segundo ponto, a afinidade com Febvre é indiscutível: basta lembrar que uma de suas principais recusas era justamente em relação à definição de um objeto — o que, segundo ele, não existia na interpretação ratzeliana, sua Geografia não passando de "uma pilhagem audaciosa em domínios reservados a economistas e sociólogos". De tudo isso, é incrível perceber que o projeto que motivava os *Annales* tinha como pontos nevrálgicos a ampliação dos domínios da História e a incorporação de temas e métodos advindos de outras disciplinas, entre elas Psicologia, Linguística, Sociologia, Economia e Geografia. Para os historiadores, tudo; para os outros, limites, restrições, avisos... Entretanto, quanto ao item seguinte, três posições assumidas em *La Terre* são radicalmente opostas aos argumentos contidos em *Géohistoire*: (i) o enaltecimento da preciosa noção vidaliana de região natural; (ii) a definição (também vidaliana) de Geografia como ciência dos lugares e não dos homens, que vê como a "tábua de salvação" para a resolução de seus problemas epistemológicos; e (iii) a defesa da Geografia como uma ciência modesta, onde o solo, e não o Estado, seria sua preocupação central (FEBVRE, 1991:48-72 [1922]).

É bastante conhecida a estratégia de Febvre em *La Terre*: Ratzel e sua Antropogeografia são acusados não apenas de "determinismo", mas também de artífices do imperialismo alemão, em oposição à harmonia "possibilista" vigente na Geografia Humana Vidaliana, adequadamente encaixada como "introdução geográfica à História", tal como deseja o subtítulo de seu livro. Igualmente conhecidas são as consequências negativas que sua participação nesse debate trouxeram para a epistemologia da Geografia. A saber: (a) a criação de uma contenda entre Vidal e Ratzel através de um suposto possibilismo vs. determinismo falsamente imputado a ambos; (b) a despolitização da Geografia na obra de Vidal, já que Febvre a lê de forma a destacar menos as características humanas e mais sua parte física, bem como negligencia abertamente *La France de L'Est*, livro onde Vidal analisa a disputa territorial entre a França e a Alemanha em torno de Alsácia e Lorena e que constitui-se em autêntica reflexão de Geografia Política; (c) no isolamento dos mesmos em relação aos sociólogos; (d) no campo epistêmico; e (e) na possibilidade de "ver desabrochar uma geografia social ou política nova" (os três últimos cf. DOSSE, 1992:82 [1987]).

Se a postura febvriana no que tange à Geografia caminha no sentido da "desumanização", o enfoque braudeliano indica precisamente o oposto: a explicação de tudo pelo ambiente geográfico e biológico é insuficiente, posto que estes explicam apenas uma parte da realidade. Seus elogios aos

manuais de Geografia Física escritos pelo alemão Alfred Philippson e pelo francês Emmanuel de Martonne não o impedem de querer mais da Geografia como um todo; ela não pode e não deve se restringir ao meio natural. É necessário remeter-se aos homem, mas não individualmente e sim socialmente. O objeto da geografia humana é a sociedade, verdadeiro ambiente do homem. Mostrando-se atualizado para com o conhecimento geográfico institucionalizado, lamenta a tardia descoberta do homem feita por Vidal e Demangeon, respectivamente, em *Principes de Géographie Humaine* (livro inacabado publicado em 1921) e *Problèmes de Géographie Humaine* (1942). Nesse sentido, contesta a excessiva decrição, o simplismo e a superficialidade dos problemas colocados por Jean Brunhes em *La Géographie Humaine* (1910), atentando para sua frágil validade temporal; se ressente da pouca atenção conferida por Pierre Monbeig à origem, formação e natureza da sociedade estabelecida na zona do cacau em Ilhéus, Bahia; e se desaponta com o fato de que poucos livros de Geografia mostram o que o homem come, a língua que fala, seus pensamentos, crenças e canções.

Contudo, quando poderia parecer que Braudel se aproveita de uma deficiência e está apenas contestando a Geografia e os geógrafos, julgando-os sob um único ponto de vista, a abertura de seu pensamento no sentido de reconhecer a dimensão humana daquela é notória, bem como o sentimento de contentamento para com seus avanços: no estudo sobre a irrigação na península Ibérica e na África do Norte (1902), Brunhes é reabilitado em seu esforço inovador de ultrapassar o estrito quadro regional e acentuar o trabalho humano; Sorre é felicitado em *Les éléments biologiques de la géographie humaine. Essai d'une écologie humaine* (1942) por situar o ambiente físico não nele mesmo e sim subordiná-lo à medida do homem; Gautier, por espacializar os fatos históricos, aclarando sua compreensão e colocando com mais exatidão os verdadeiros problemas; Cholley, por destacar o ambiente humano; e Siegfried, pelos estudos de *geografia política* a propósito da França, Inglaterra e Estados Unidos.

Não é curioso ver o espectro *político* da Geografia sendo reabilitado por Braudel, quando sabemos do empenho de Febvre em desacreditá-lo? Averiguar as diferenças entre ambos, quando a maioria parece crer que Braudel acatara sem pestanejar o conteúdo de *La Terre*? Lacoste nos conta que, a fim de não causar polêmica, Braudel não se refere às teses deste livro em *La Méditerranée*, fingindo ignorá-lo (LACOSTE, 1989:194 [1988]). Sim, é verdade: mas a polêmica só não constou em *La Méditerranée* porque, antes do aparecimento deste, ela já havia sido lançada... O historiador italiano Ruggiero Romano também discorda de Lacoste, dizendo que Febvre não era um chefe e sim um pai espiritual, e que a ausência de *La Terre* foi muito mais um "rechazo psicológico", pois o que ele queria mesmo era superar Febvre e Vidal, já que em ambos não encontrava solução para seu problema central: a articulação espaço/tempo (ROMANO, 1997:93 [1995]).

Teria sido outro o futuro de geógrafos e historiadores caso *Géohistoire* tivesse sido publicado logo após a guerra, ou o lugar de "referência" e "modelo" ocupado por *La Terre* já estava definitivamente consolidado? Difícil saber...

Se o jogo de concordância e discordância entre ambos salta aos olhos, há um ponto de incontestável convergência: a defesa da escola francesa de Geografia frente aos geógrafos alemães, de "livros e afirmações simplistas", "desencorajados" e "surpreendidos" frente à complexidade humana. Rotulados como *deterministas* e *geopolíticos* — o que significava respectivamente uma compreensão distorcida acerca das relações homem-natureza e um fetichismo da ciência junto ao Estado Nacional —, a partir da pena dos historiadores franceses construiu-se uma oposição entre vidalianos e ratzelianos que, como já dissemos anteriormente, era inexistente (vide VIDAL DE LA BLACHE, 2002 [1898]).

Não obstante a conjuntura desfavorável, Braudel novamente ultrapassa os restritos limites da abordagem geográfica febvriana para nutrir-se do que há de melhor na Geografia alemã. Sua desconfiança para com os geopolíticos de Munique não reside no termo em si [137] ou em sua ênfase no poder territorial, mas sim no exclusivismo analítico dado ao Estado e no desejo de tomar o materialismo econômico por um determinismo geográfico limitado ao plano político. A incorporação da coordenada *tempo* por aqueles não deve se restringir ao Estado, como se só houvesse um passado *do Estado*, mas sim a variedade de elementos que compõem o curso da vida social do homem. Tal contestação é perfeitamente factível quando sintonizada com as circunstâncias de florescimento dos primeiros *Annales*, que combatiam ferozmente a História Política, diplomática e estatal, preconizando uma história de cunho econômico e social.

De posse desta informação, não é por acaso que Braudel resume a contribuição dos alemães em três partes: *raum*, *wirtschaft* e *gesellschaft*, isto é, *espaço*, *economia* e *sociedade*, poderoso trinômio que fertilizará suas três maiores obras. Ele o orientará com maestria na explicação da economia mediterrânea no século XVI, no desenvolvimento da civilização material, economia de mercado e capitalismo e na história da França no âmbito da longa duração.

Portanto, estamos diante de duas influências fundamentais dentro das que compõem o núcleo teórico-metodológico da escrita histórica braudeliana: de seus compatriotas, extrairá a relevância do estudo das relações entre o homem e o meio ambiente; dos alemães, resgatará a

[137] Quanto a este assunto, uma informação de relevo: Braudel teria retido a lição de Demangeon que insistia na distinção entre *Geopolitik* e *géopolitique* (GEMELLI, 1995:93), o que o afastaria do primeiro (ligado às conquistas territoriais através do uso da força bélico-militar monopolizada pelo Estado) mas "eximiria" um pouco o segundo (ligado às estratégias espaciais *lato sensu*). Em um outro artigo escrito nos cadernos de prisão, esclarece que o defeito da *géopolitique* é estudar a ação somente no plano das realidades políticas do Estado, e não a sociedade em suas múltiplas manifestações. Daí a preferência pela *géohistoire*, que representa uma visão ampliada da sociedade (BRAUDEL, 1997c:59 [1941-44]).

análise da economia como um produto das relações sociais que, ao longo do tempo, constrói distintas espacialidades em variadas escalas. Aqui, diferentemente do ângulo de Febvre, não há conflito entre franceses e alemães, mas sim uma essencial cumplicidade manejada por Braudel de acordo com as circunstâncias impostas pela pesquisa que estiver realizando no momento. O que deve ser ressaltado neste debate é que, isoladamente, tanto a escola francesa quanto a alemã não lhe pareciam capazes de prover o instrumental necessário para que seus objetivos investigativos fossem alcançados. Se a primeira o contentava no tocante à compreensão do meio ambiente, deixava a desejar no tocante às questões sociais e econômicas; se a segunda o satisfazia contribuindo no esclarecimento da associação entre espaço e economia, desagradava-lhe o peso em demasia conferido à natureza e ao Estado.

Tomando como base o mesmo texto que nós, apenas Gemelli e Paris fazem questão de frisar a Geografia alemã em sua obra — iniciativa que deve ser exaltada, já que os demais se limitam apenas a reconhecer aquela (DAIX, 1999 [1995]; BURKE, 1997 [1990]) ou nem isso o fazem (LACOSTE, 1989 [1988]; ROMANO, 1997 [1995]; GURIÊVITCH, 2003 [1991]; DEVOTO, 1992; REIS, 1994, 2000; AGUIRRE ROJAS, 2001, 2003, 2003a). A leitura feita pela italiana acrescenta-nos quatro traços: (i) os benefícios trazidos pelos trabalhos de antropogeografia e geopolítica da escola alemã, destacando os nomes de Frobenius, Gotz, Fried (que aplicou a teoria de Von Thünen à economia-mundo centrada sobre a Inglaterra) e Phillipson (citado dezenove vezes nas duas primeiras partes de *La Méditerranée*); (ii) a observação de que, em suas conferências de guerra, utiliza quase que indistintamente os termos *geopolítica* e *geohistória*, apontando para o fato de que este último tem mais afinidade com a problemática dos historiadores — ela queria ter escrito *geógrafos*? — alemães do que com os possibilistas franceses; (iii) as lacunas atestadas por Braudel junto a estes últimos, tais como a ausência da escala mundial e a necessidade de explorar o meio ambiente segundo uma gama de aspectos, como o econômico, político e político-geográfico [138]; e (iv) o papel exercido por seus antigos professores Demangeon e Hauser [139] atentando para temas relativos ao espaço econômico (GEMELLI, 1995: 92-96).

[138] "Faltava a estes últimos não somente a perspectiva mundial, mas ainda a construção experimental de situações ambientais que, aos olhos de Braudel, deviam ser continuamente redefinidas em função da variabilidade de aspectos (econômico, político e político-geográfico) segundo o qual o espaço mediterrâneo era estudado" (GEMELLI, 1995:93).

[139] Hauser, a quem Braudel se refere como "meu mestre" (BRAUDEL, 1997c:57 [1941-44]), é considerado por Paris um dos mais brilhantes estudiosos, nos anos 30, da história econômica e social do século XVI (PARIS, 1999:165). Como integrante do ministério da Indústria e do Comércio, redige em 1917 um projeto de divisão da França em regiões econômicas, grifando a geopolítica, a estrutura econômica dos países beligerantes, o comércio interior e exterior etc. (GEMELLI, 1995:94). Em 1923, foi nomeado para ocupar a cadeira de Geografia Industrial do Conservatório de Artes e Ofícios, curso que lecionava desde 1918. Para saber mais sobre as ligações entre Hauser e a Geografia, vide Claval, que o vê, entre outras coisas, como um legítimo

Retornemos às lições de Braudel neste que é um precioso e revelador documento acerca de suas preocupações com a geograficidade. Além disso, trata-se de um esclarecimento de natureza teórico-metodológica diante do papel que a geohistória ocupa em sua escrita histórica. Dizemos isso porque seu conteúdo parece entrar em contradição com uma entrevista dada a Lacoste, onde consta que havia procedido em relação à Geografia de maneira muito empírica, intuitiva e usando o bom senso (vide LACOSTE, 1989:206 [1988]). Na introdução de seu derradeiro livro, também diz algo semelhante, sublinhando os aspectos visível e concreto da Geografia, algo que "não é, em princípio, afinal de contas, muito complicado" (BRAUDEL, 1989a:20). Entretanto, há quatro décadas, dizia ele literalmente: "Mas que complexo é o objeto da geografia humana!" (BRAUDEL, 1997:76 [1941-44]).

Independente disso, em se tratando da Geografia o supracitado texto não autoriza, afirmações acerca de uma "postura empirista" presente na escrita histórica braudeliana (VIEIRA, 2002, 2005) ou do "caráter decepcionante da discussão teórica" [140] referente à economia encontrado em *Civilization Matérielle* (CAILLÉ, 1989:99 [1998]). Pelo contrário, sua importância é majoritariamente epistemológica na medida em que: (a) efetua um balanço crítico das escolas francesa e alemã; (b) aproxima a Geografia da História no tocante a certas deficiências teórico-metodológicas comuns; (c) ultrapassa os pressupostos simplistas sobre a geografia vidaliana e o anti-germanismo contidos em *La Terre*; (d) esforça-se em aclarar sua concepção de geohistória; (e) ressalta a indissociabilidade entre o tempo e o espaço e seu caráter de construções sociais.

Atentemos de perto para estes dois últimos termos, passando a palavra ao criador da *Maison des Sciences de l'Homme*: "*a vida de uma sociedade depende dos fatores físicos e biológicos*; ela está em contato, em simbiose com eles. Tais fatores as modelam ajudando-a ou atrapalhando sua vida e, portanto, sua história... *Não toda a história, mas uma parte — esta parte a qual propomos a palavra 'géohistória'*" (BRAUDEL, 1997:87 [1941-44], grifo nosso). Examinando esta passagem, vemos que a geohistória surge a partir da verificação de que existem limites impostos à atividade humana, limites de natureza física e biológica que são parte indissociável dos rumos tomados pela história. Mas estes limites não explicam toda a história, e sim uma parte dela. Ainda que não de

---

vidaliano e um dos articulistas da construção, em tempos de guerra, de uma *geopolítica da paz* (CLAVAL, 2007).

[140] Após enfatizar a prática de uma "história essencialmente quantitativa", Caillé escreve que "não haverá surpresa no caráter decepcionante da discussão teórica, se nos lembrarmos que Braudel se quer deliberadamente empirista" (CAILLÉ, 1989:99 [1988]). Para corroborar de vez seu argumento, lança mão de uma citação do próprio Braudel no tomo I de *Civilization Matérielle*, onde este diz que "havia deliberadamente concebido este trabalho à margem da teoria, de todas as teorias" (BRAUDEL, 1996:13 [1979]). Ora; a opção de realizar uma investigação por fora das teorias econômicas vigentes não significa o desconhecimento das mesmas, nem tampouco que, terminada a pesquisa, o resultado não possa ter se constituido numa *vigorosa teoria acerca do capitalismo moderno*.

maneira explícita, estão colocados aqui dois dos principais traços braudelianos: a longa duração e a primazia da sociedade na explicação da História. Da união de ambas advém o raciocínio de que as mudanças históricas são lentas porque se deparam com obstáculos estruturais — aqui, o meio geográfico —, mas estes obstáculos serão ultrapassados pela ação humana e sua condição de modificadora do seu entorno.

Deste modo, a geohistória revela uma dupla animação: o momento em que uma mudança natural (climática, p.ex.) provoca uma mudança na história humana, bem como quando o homem está invariavelmente construindo sua história através das possibilidades dadas pelo meio. Esta leitura parece vincular-se à seguinte observação: "Não é curioso constatar, desta vez sob nossos olhos, com o período seco que teria começado em 1900, uma colonização italiana das regiões altas dos Alpes, dos Apeninos e particularmente dos Alpes apuanos? Em 1600, ao contrário, surpreende-se com a multiplicação de invernos rigorosos na península e as devastadoras inundações para os países baixos, produtores de grãos" (idem, p.100). Porém, ele será mais claro na seção *Les deux sens de la géohistoire*, definindo-a como:

1. a história que o ambiente impõe aos homens pelas suas coações ou por suas ligeiras variações;
2. a história do homem nos combates com seu espaço.

A dupla animação de que falávamos acima foi assim expressa por Braudel: "A geohistória é o estudo de uma dupla ligação: da natureza ao homem e do homem à natureza, *o estudo de uma ação e de uma reação, misturados, confundidos, recomeçados sem fim na realidade de cada dia*. É mesmo a qualidade, o poder deste esforço que nos obriga a inverter o 'approche' habitual do geógrafo" (ibidem, p.102, grifo nosso). Complementando a já tão significativa perspectiva, ele vai além e, num esforço de classificação, reconhece dois tipos de fatos geohistóricos: os que vão "da natureza ao homem", tais como os impedimentos climáticos e as distâncias, são considerados como de primeira categoria, ao passo que, quando um robusto navio vence as agruras da estação, ou seja, quando o homem vence a natureza, este pertencerá à segunda categoria (ibid., pp.102-103). Tais fatos pertencem a categorias diferentes e possuem também *velocidades* diferentes: de um lado, uma história "imóvel ou quase imóvel", posto que "indefinidamente repetida nas mesmas condições" e, do outro, uma história "lenta, muito lenta, a despeito do insistente ímpeto do progresso" (ibid., pp.107-109).

Não são estas passagens dotadas de um surpreendente grau de elucidação? É nesta via de mão dupla na qual sua geohistória está assentada que compreendemos o vasto leque de interesses

braudeliano, tais como as descobertas da Geologia feitas pelo alemão Alfred Wegener; as novidades das pesquisas do geógrafo arqueólogo A. Lehman; as mudanças climáticas dos Alpes estudadas pelo geógrafo italiano V. Monterin; o empenho humano em superar as coações do meio, ao abrir no deserto nigeriano o caminho do golfo de Guiné; o uso do espaço no capitalismo... Porém, mais do que uma ampla curiosidade, a geohistória configura-se no âmbito de uma das cruciais ferramentas metodológicas da escrita histórica braudeliana, a *história global*, conformada a partir do caráter múltiplo de todo fato social e da profunda unidade da história das sociedades (AGUIRRE ROJAS, 2003a:28-29). A geohistória permite ainda o reconhecimento de que toda história opera em uma dada escala e que esta escala é essencial para o esclarecimento do próprio fenômeno histórico [141]. Espacializar a história significa uma operação baseada onde o espaço geográfico deixa de ser simplesmente um quadro de referência, um pano de fundo estático no qual os fenômenos acontecem, e passa a tornar-se um *personagem histórico* de primeira grandeza. Nesse sentido, os espaços marítimos são o exemplo mais evidente, posto que permitem a *grande história* tão pretendida por Braudel. Sua atração por eles, demonstrada de forma inconteste em *La Méditerranée*, o conduz, inclusive, a dialogar e concordar com a afirmativa do alemão Karl Haushofer — praticamente legítimo não da *géopolitique*, mas da *geopolitik* — de que o espaço marinho foi o mais decisivo dos espaços da história (BRAUDEL, 1997:106 [1941-44]).

O papel decisivo do *Raum* manifestar-se-à em seus liames com a *Wirtschaft*, ligação esta que será conceitualmente exposta através do que em alemão denomina-se *Weltwirtschaften* e, em francês, *économie-monde* [142]. "Especificidade espacial da economia" (idem, p.91): registro braudeliano de importância *sine qua non* ao tratar de temas como a superação das cidades-Estado pelos Estados Nacionais, o tamanho dos territórios na formação de mercados, a construção de redes internacionais pelas empresas capitalistas etc. Para ele, as variações econômicas tem como consequência mudanças espaciais e sociais. Uma fala assaz oportuna e que não pode permanecer no ostracismo indica que "a economia modela o social e o espaço, que comanda a economia e o social que, a seu turno, comanda as duas outras realidades" (ibidem, p.89). Acaso geógrafos e historiadores retiraram as consequências metodológicas desta reflexão? Acaso haverá outro

[141] "Se bem que, nos estudos de geohistória, o grande problema é tomar com cuidado a medida dos meios dos homens, de *fixar uma escala*. Sem isso, não há como compreender a ação do homem sobre o meio físico e biológico e mesmo a deste meio sobre o homem, já que tudo está interligado!" (BRAUDEL, 1997:104 [1941-44], grifo nosso). Antes ele já afirmara que "Estender os fatos históricos no espaço é uma forma de melhor compreendê-los e colocar com mais exatidão os verdadeiros problemas" (idem, p.81).

[142] Definida em *Le Temps du Monde* como "um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica". Ele ainda esclarecera anteriormente que, na falta de palavra melhor para traduzir *Weltwirtschaft*, acabou por cunhar o termo em tela, "expressão inusitada e mal acolhida pela língua francesa" (BRAUDEL, 1996b:12 [1979]).

documento anotado por um historiador na primeira metade do século XX que admita tal perspectiva? Há, portanto, entre o espaço e a sociedade diversos equilíbrios econômicos que, gradualmente, vão sendo postos em xeque por um conjunto de forças em conflito. Essa é a história das economias-mundo: o deslocamento dos pólos econômicos de poder na longa duração — cujas regras de funcionamento serão definidas e analisadas em termos globais três décadas depois no tomo III de *Civilization Matérielle* (BRAUDEL, 1996b [1979]).

É evidente que ressaltar a Geografia em Fernand Braudel não significa reduzir sua escrita histórica a esta. Destacar aquilo que, ao nosso ver, é muito mais que uma aproximação — e sim a incorporação de um campo do saber que, intercambiado, transmutou-se em poderosa ferramenta teórico-metodológica — não quer dizer que as diferenças entre a Geografia e a História se dissiparam. Já tivemos a oportunidade de observar algumas contestações de Braudel à Geografia, e não é necessário muito conhecimento de sua obra para saber que a interdisciplinaridade que praticava sempre conferia a última palavra à ciência histórica. P.ex.: ao negar uma "única e obscura" origem para o capitalismo, dirá que a política, economia, cultura e civilização foram cruciais em sua formação. Entretanto, para ele, é a História que "em geral decide em última instância as relações de força" (BRAUDEL, 1996a:355 [1979]). Nos cadernos de prisão, escreve que, embora exista uma "dependência enriquecedora" do historiador junto às ciências sociais, "ele guarda uma posição à parte" (BRAUDEL, 1997a:48 [1941]).

É com ressalvas que lemos a adesão de Aguirre Rojas a uma provável superação do paradigma disciplinar inscrita em Braudel, sobretudo porque aquele não esquece de destacar que essa superação não abria mão dos progressos obtidos por aquele paradigma [143] (AGUIRRE ROJAS, 2003a:60-61). A seu turno, mesmo Braudel não fazia questão de esconder que a história por ele invocada era marcadamente "imperialista" no trato com as ciências sociais (BRAUDEL, 1997a:28 [1941]). Tais revelações mostram, por elas mesmas, o grau de hermetismo da questão e o fato de que ela permanece em aberto. Nesta direção, se o projeto braudeliano de reunião das Ciências do Homem deve ser louvado pela seriedade e vigor em rechaçar os limites estreitos colocados pelas fronteiras disciplinares (seu diálogo ininterrupto com a Geografia, Economia, Estatística, Antropologia, Sociologia, Demografia e outras demonstra isso claramente), também não se pode deixar de admitir sua defesa inconteste da primazia histórica na compreensão da sociedade. Outros campos de conhecimento são úteis, férteis e benéficos, na medida em que, uma vez incorporados, ampliam e fortalecem os domínios de Clio.

[143] No dizer do historiador mexicano, Braudel irá "negar a legitimidade dessas barreiras disciplinares, restituindo a unidade essencial e profunda dessa 'história integral dos homens', que deve ser o novo ponto de partida obrigatório de toda as análises de uma também renovada forma de fazer e conceber a história" (AGUIRRE ROJAS, 2003:78-79).

É assim que Braudel acolhe a Geografia, reconhecendo que a mesma lança luzes esclarecedoras sobre a vida dos homens e que não é possível negligenciá-la como fonte histórica. Ela é, aos seus olhos, tanto uma ciência quanto um... método! (BRAUDEL, 1997:80 [1943-44]), auxiliando "não em ver tudo, mas em ver melhor". Antecipando as críticas, ele mesmo reconhece que muitos geógrafos não gostarão desta posição, mas argumenta que cada ciência do homem sonha em ser auto-suficiente — sonho perigoso e ilusório dado o alcance imposto pelo estudo da sociedade, sendo mister reunir esforços e resultados. E complementa que a "Geografia dita humana" progrediria de forma decisiva se aceitasse os limites de seu método e o imperativo de se encontrar com as outras ciências do homem. Partindo não sempre da terra, mas da sociedade e seus problemas recolocados no espaço. Seu interesse e engajamento para com o progresso teórico-metodológico da ciência geográfica é indiscutível: "Creio mesmo que a geografia dita humana faria progressos decisivos se tivesse uma nítida consciência dos limites de seu método, se se persuadisse da necessidade em que se encontra de ligar-se as outras ciências do homem — tal como está ligada, para enriquecer-se, às ciências da natureza, no que concerne aos seus assentos físicos e biológicos. Ela também faria progressos partindo não sempre (repetimos) da terra, mas também da sociedade ela mesma, uma sociedade a ressituar, ela e seus problemas, no espaço. Que tarefa! Geógrafos: é das necessidades, realidades e problemas do social que gostaríamos de partir, mesmo numa exposição sistemática. A natureza não prevalece ao homem. Partir dela é, frequentemente, perder-se, caminhar às cegas, mal delimitar as verdadeiras questões" (idem, p.84-85).

3.3. A originalidade historiográfica de *La Méditerranée*

Não estamos diante de um desafio de curta envergadura. Analisar *La Méditerranée* a partir da Geografia e da História é, de alguma maneira, estar no âmago daquela que talvez seja a maior pretensão de seu autor: a articulação entre o espaço e o tempo (BRAUDEL, 2002:22 [1966]). E nem é preciso destacar a capital importância historiográfica da obra ou seu caráter notadamente polêmico, elementos que apenas avolumam nossas dificuldades. Como se não bastasse, há que se acrescentar a enorme quantidade de passagens e referências a temas, conceitos e geógrafos que povoam suas mais de mil e quinhentas páginas — o que, de início, já nos impõe uma necessária triagem, embora esta seja, ao mesmo tempo, indesejada, dada a timidez com que as questões geográficas são tratadas pelos analistas de Braudel *lato sensu*.

Inicialmente, Braudel tinha em mente a realização de uma tese doutoral exatamente nos moldes daquela que os *Annales* rejeitavam. Pensada como um estudo tradicional da política

diplomática de Felipe II no século XVI, é Lucien Febvre que sugere uma inversão nos termos da questão (FEBVRE, 1950). A partir de então, surge uma tese defendida em 1947 na *Sorbonne* que tomava o Mediterrâneo do século XVI como tema de pesquisa, alterando não só as tradicionais escalas da região e do território nacional, bem como a própria escolha do objeto de estudos da ciência histórica; dedicava a seção de abertura ao papel do meio ambiente; deslocava Philippe II e as questões políticas para a parte final; via o processo histórico como um conjunto de ritmos distintos onde a narrativa de episódios curtos passa a ser explicada pelas estruturas da longa duração... Enfim, o procedimento mais adequado para visualizarmos a discussão provocada pelo texto em tela não é, obviamente, partir dos debates que animam a historiografia e as Ciências Sociais no século XXI, mas sim localizá-lo em seu momento histórico específico, atentando para a situação historiográfica francesa na primeira metade do século XX. Só assim poderemos constatar, com toda a clareza possível, que *La Méditerranée* jamais poderia "passar em branco", avaliado como um livro comum. Todavia, isso não significa que sua relevância pertença somente ao passado e que não haja mais nada a reter e aprender com suas lições, mas sim o reconhecimento de que foi redigido e pensado segundo um *conflituoso contexto de transição entre duas concepções de História que digladiavam pela produção da verdade* [144] (vide FOUCAULT, 2004 [1970]).

Do contrário, como assimilar a reprovação de um dos examinadores — Gaston Zellner, especialista no século XVI — que pediu licença para fazer suas ponderações como historiador de ofício, já que, em seu julgamento, Braudel havia sido por demais geógrafo? De que maneira elucidar que Braudel tenha sido preterido por este mesmo Zellner quando da candidatura à cadeira de história moderna na *Sorbonne* em 1947, após ter ministrado um curso — de extremo sucesso entre os alunos — sobre América Latina nesta mesma instituição? (DAIX, 1999:259-267 [1995]). De outro lado, como entender o motivo da participação de Roger Dion na banca, especialista em geografia histórica, sem saber do vínculo entre os historiadores dos *Annales* e os geógrafos, bem como, obviamente, o relevante papel ocupado pela Geografia em *La Méditerranée*? O que pensar da resenha escrita por Febvre na *Revue Historique* em 1950, sustentando a "mutação" e a "revolução" provocadas pela obra supracitada na forma de conceber a História? (FEBVRE, 1950:216).

Uma das interpretações mais inquietantes sobre *La Méditerranée* vem do historiador argentino Tulio Halpheri Donghi, ao mirá-la como uma obra de transição onde vários setores são

[144] Mesmo que um ambiente de constestação pudesse jogar a seu favor, essa História rebelde e impetuosa não se estabeleceria facilmente: "A grande história que Braudel procurou reviver nasce, portanto, de um pensamento inquieto e disseminado que atravessa o universo literário e filosófico no período precedente à Segunda Guerra mundial et que se sedimenta muito lentamente, ao preço de numerosas resistências no universo das ciências econômicas e sociais" (GEMELLI, 1995:89).

meramente experimentais (DONGHI *apud* ROMANO, 1997:68 [1995]). Não sabemos se concordamos plenamente com ele, já que é possível caminhar ao lado de Aguirre Rojas e perfilhar a existência de uma profunda coerência epistemológica ao longo da obra braudeliana (AGUIRRE ROJAS, 2003, 2003a). De qualquer forma, cremos que Donghi acerta em cheio quando percebe a transição em que se encontra *La Méditerranée*. Uma amostra deste fato seria a terceira parte do livro que, dedicada à História Politica e ao tempo dos acontecimentos, não deixa de ser uma concessão à ordem do discurso ditada pela historiografia erudita que, embora fosse fragilizando-se progressivamente pelos ataques annalistes, ainda permanecia vigente. É conveniente resgatar que o próprio Braudel se manifesta a respeito da parte três como sendo "a da *história tradicional*, cortada não à medida dos homens, mas à medida do indivíduo (...)" [145] (BRAUDEL, 2002:18 [1966], grifo nosso).

Enfim, quais seriam os fundamentos deste texto tão célebre e tão contestado? Embora já tenham sido casualmente visualizados nas páginas precedentes, cabe-nos agora uma apreciação mais acurada. Em sua tese de doutorado abordando a relação entre o método historiográfico e o conhecimento histórico em Braudel, a historiadora brasileira Rosângela Vieira assinala "quatro elementos constitutivos": peculiar tratamento das fontes, comparação, concepção de tempo e narrativa explicativa (VIEIRA, 2002:9). A seguir o economista tailandês Cheng-chung Lai, são cinco "conceitos" principais: longa duração, conjuntura, história acontecimental (event-history), economia-mundo e história total (LAI, 2004:1). Já Aguirre Rojas admite três "chaves mestras": a longa duração, a história global e a crítica histórica, crítica esta que, do seu lado, incorpora quatro vertentes: deslocamento das análises habituais; restituição de passados relegados a um plano secundário; problematização do par presente-passado; e afastamento das evidências e lugares-comuns estabelecidos pela historiografia tradicional (AGUIRRE ROJAS, 2003a:19-37).

Por razões tanto de proximidade com o que tem sido pensado pelos estudiosos de *La Méditerranée* quanto de coerência frente aos propósitos deste capítulo, concentraremo-nos por ora na, crítica histórica longa duração e história total, deixando a economia-mundo para o capítulo posterior.

Opção feita, pode-se afiançar que — prosseguindo os debates de Bloch e Febvre — a escrita histórica braudeliana assentará suas bases em oposição à corrente historiográfica que o formara em seus tempos de estudantes na *Sorbonne*. Representada por Charles-Victor Langlois, Charles Seignobos e Ernest Lavisse, a História hegemônica em França era a História Política, que dominava

[145] Comparando *La Méditerranée* com *Civilization Matérielle*, o historiador francês Maurice Aymard comenta que este último possui uma forte coerência interna, algo não encontrado naquele pelos primeiros artigos revisados, que vêem também sua parte terceira como uma certa concessão à tradição historiográfica de então — algo que Aymard discorda (AYMARD, 2003:19).

as instituições de ensino, apontava as direções de pesquisa e as publicações eram voltadas para os casos referentes aos reis, príncipes e ministros, os grandes indivíduos que compunham a elite nacional; era uma História das guerras, da chancelaria e das assembléias parlamentares, isto é, daquilo que consistia em eventos grandiosos. Havia uma História da nação a ser relatada pelos historiadores, verdadeiros funcionários estatais que tinham como função exaltar suas virtudes e os acontecimentos político-militares que seriam dignos de memória. Era uma História de caráter essencialmente oficial que superestimava o papel dos dirigentes e das instituições políticas e, por conseguinte, colaborava diretamente na manutenção do *status quo* (CASTRO, 1999).

Também conhecida como Escola Metódica, em seus pressupostos vigorava o relato verídico e real sobre os fatos. Os documentos e as fontes escritas encarnavam a veracidade dos acontecimentos, com o trabalho do historiador se resumindo à coleta, classificação e organização dos mesmos que o levasse a uma reconstituição minuciosa do passado que fosse, por excelência, definitiva (DOSSE, 1992 [1987]). Tais procedimentos levavam a uma História narrativa, factual e circunstancial, vinculada a uma seqüência que, em proveito de uma abordagem cuja cronologia era linear e teleológica, negligenciava a análise complexa das interações sociais (LÉVÊQUE, 1993). A escrita da história era focalizada em sua forma narrativa e diplomática, juntamente com o conceito de tempo que a acompanhava: o tempo dos eventos, aquele que dá ênfase aos acontecimentos — a *histoire événementielle*. Esta é uma História de um tempo breve que sugere uma continuidade e uma seqüência dos fatos, justifica as ações do presente e projeta as sociedades para um futuro cujo progresso era praticamente irreversível.

Braudel denunciaria essa forma de praticar a ciência histórica não só até o momento em que os *Annales* tornaram-se hegemônicos na França, mas durante toda a vida. Basta conferir os "Escritos sobre o presente" publicados nos anos de 1982-83 pelo jornal italiano *Corriere della Sera*, onde defende o tempo longo, a busca das permanências e o domínio das profundidades. Consequentemente, tal postura resulta num conhecimento histórico deveras peculiar, permitindo-o sustentar que as revoluções são crises que, com um pouco de paciência, logo passam, assim como o fato de que o Homem não faz a história, mas a sofre (BRAUDEL, 2005:329-373 [1969]). Esse "salto" no tempo se justifica na medida em que mostra a continuidade e a crença em um projeto de História, ao mesmo tempo que direciona nossa atenção para a etapa da formação braudeliana em que tal projeto foi forjado. Nesse sentido, os cadernos de prisão emergem novamente com proeminência, sobretudo no que tange ao seu teor epistemológico [146]. Neles podemos encontrar o

[146] Um parêntese relevante: o brilhante esforço de Aguirre Rojas em radiografar a concepção braudeliana de história e, de forma ampla, a historiografia dos *Annales* — a quem, em virtude da seriedade, rigor documental e sagaz interpretação, todos os estudiosos da historiografia francesa do século XX devem manter uma dívida de

texto que foi tido por uma geração como *o* manual de prática histórica: *Introduction à la méthode des sciences historiques*, escrito por Langlois e Seignobos. E ler as admoestações de Braudel: mais um livro de crítica aos documentos que uma verdadeira obra de metodologia, vislumbrando-os como se fossem os únicos materiais da História. Esta não seria mais que uma coleção de fatos e acontecimentos dispostos por tal personagem em tal dia e lugar. Quando ensaiavam tentativas de explicação destes fatos — sim, pois Braudel constata pesarosamente que *explicar* não era palavra dominante em sua juventude na *Sorbonne* —, não iam além da história biográfica, política e institucional. Para Seignobos, o mundo não seria uma escala de análise, mas sim incoerência, sucessão de acasos, fantasias e absurdos numerosos e complexos a ponto de torná-lo algo inacessível (BRAUDEL, 1997a:38-40 [1941-44]). Mas podemos encontrar também aqueles que seriam os antecedentes responsáveis pela eclosão de uma nova História: Leo Frobenius, etnógrafo; Ferdinand Fried, economista; François Simiand, sociólogo [147]. Uma História para além da superfície dos eventos. Sim, posto que "Raros são os historiadores que nos davam conselhos parecidos". Mas eles também estão presentes: Roupnel, Bloch, Febvre, Michelet (idem, p.57).

---

gratidão, inclusive este que aqui escreve. Com isso, rejeitamos aqui declarações indelicadas como as do historiador espanhol Júlio Aróstegui que, ao comentar a nova edição francesa de *Apologie pour l'Histoire ou métier du historien*, afirma que, dos prefácios que acompanham a obra, redigidos por Le Goff e Aguirre Rojas, "o leitor poderia perfeitamente ter sido poupado", embora não explique o porquê (ARÓSTEGUI, 2006:207 [1995]). Interessante é constatar a interpretação positiva do historiador catalão Josep Fontana, que faz questão de frisar o "extenso estudo preliminar de Carlos Aguirre Rojas" (FONTANA, 2004:272 [2001]) — o leva, entre outras coisas, a delinear aquelas que seriam as principais etapas do itinerário intelectual de Braudel. Num total de seis, estas etapas seriam as seguintes: 1. origem e aquisição dos primeiros elementos formativos (1902-1927); 2. amadurecimento e aprimoramento sobre *La Méditerranée*, enfatizando a História econômico-social e a geohistória (1927-1937); 3. prisão durante a guerra, encontro com Febvre e publicação de *La Méditerranée* (1937-1949); 4. incursões teórico-metodológicas e atuação institucional (1949-1963); 5. dedicação à *Civilization Matérielle* (1963-1979); e 6. elaboração de *L'Identité de la France* (1979-1985). No entanto, este quadro, muito útil para situar a biografia intelectual do autor supracitado, ao localizar as questões de teoria e método no período entre 1949 e 1963, desloca a importância das três conferências de prisão proferidas em 1941 — *Trois définitions: l'événement, le hasard et le social*; *L'histoire à la recherche de monde*; e *Géohistoire: la société, l'espace et le temps* —, importância esta que é, ao nosso ver, maiormente, de natureza epistemológica. Afinal, sendo fiel ao desejo do autor, trata-se de "um longo discurso em favor de uma forma de história, a pesquisa de um método que eu, talvez, por preocupações de clareza e lógica, desenhei de forma muito nítida, a ângulos vivos. Nada mais difícil que definir um método. E o meu, o sei bem, está longe de ser perfeito" (BRAUDEL, 1997:25-26 [1941-44]). Provavelmente, Aguirre Rojas assim procedeu em virtude dos textos coletados em *Écrits sur l'histoire*, redigidos (à exceção do prefácio à 1ª ed. de *La Méditerranée* e de *Il y a une géographie de l'individu biologique?*, de 1944) durante os anos 50 e 60 e tidos como a exposição por excelência do tipo de história exercida por Braudel. Talvez seja válido olharmos com mais cuidado para estes cadernos, principalmente em função do peso assumido pelo cativeiro no olhar historiográfico braudeliano. E, ao reter esta precaução, no mínimo, relativizar-se-ia a idéia de que as lições de método só vieram depois de *La Méditerranée* (AGUIRRE ROJAS, 2003a:57). Quanto às diferentes temporalidade e à longa duração, p.ex., o historiador mexicano afirma que esta chave metodológica encontrou, "no texto de 1958, uma primeira sistematização explícita e coerente" (AGUIRRE ROJAS, 2003a:27). A atenção de Paris àqueles cadernos a conduz ao reconhecimento de que a reflexão braudeliana sobre a História não surge *a posteriori* visando generalizar as conclusões de *La Méditerranée*; ela acontece simultaneamente à sua redação. A concordar com Maurice Aymard, são *démarches* que se nutrem mutuamente (PARIS, 1999:314-315).

[147] Vale recordar que, na visão de Reis, o projeto da *nouvelle histoire* (expressão utilizada por ele) veio do "exterior da história", sobretudo da Sociologia durkheimiana e da *Revue de Synthèse Historique* de Henri Berr (REIS, 2000:56).

Em um turbulento e rápido século XX, que logo nas primeiras décadas já carregava consigo, brutal mudança em uma das ciências-chave da Modernidade, com a Física Einsteiniana demolindo o aparentemente sólido edifício da Física Newtoniana; peso da 1ª Guerra Mundial pondo fim aos Impérios europeus; organização social radicalmente diferente das conhecidas até então, capitaneada pela Revolução Russa; crise sem precedentes do capitalismo, com o *crash* da bolsa de Nova Iorque levando à queda do liberalismo e ao aparecimento do keynesianismo; fracasso da República de Weimar; promoção do totalitarismo nazi-fascista; Guerra Civil espanhola etc., a manutenção de uma História isolada das outras ciências, descritiva, factual, cronológica e puramente documental era, para dizer o mínimo, de uma gritante incompatibilidade. Não é por mero acaso que a revista *Annales d'histoire économique et sociale* eclode em pleno 1929, nem tampouco que Braudel estivesse arquitetando e aperfeiçoando uma nova concepção da ciência histórica em meio à imersão forçada do cativeiro alemão. E aqui um detalhe importante a ser frisado: não que esta nova História fosse engendrada para dar conta *especificamente* daqueles acontecimentos. Ela estava sendo formatada a fim de que fossem vislumbrados *para além deles mesmos*, numa escala de análise que ultrapassasse seus limites obviamente dados de tempo e espaço. Uma História embalsamada em arquivos e na ingenuidade do calendário deveria ceder lugar a uma perspectiva operada segundo ritmos variados, múltiplos espaços e causas plurais. Uma História presa às armadilhas do Estado Nacional seria removida de acordo com as demandas da sociedade, a grandiosidade das civilizações e o implacável movimento da economia [148].

Situação exposta, uma pista valiosa nos é dada pelo historiador José Carlos Reis: o que caracteriza uma corrente histórica frente às demais não é outra coisa senão sua representação do *tempo* (REIS, 2000:9-35). Partindo deste princípio, talvez possamos, *grosso modo*, reconhecer *a título de ilustração* três possibilidades de representação do tempo que rodeavam os *Annales*:

[148] A hipótese de Reis é a de que a recusa dos *Annales* à História Política mascara o conteúdo e a conjuntura políticos desfavoráveis à França e à Europa de forma geral. É assim que a longa duração é engendrada: como uma *evasão* a uma situação adversa que precisava ser transposta. Em suas palavras: "É nesse contexto, portanto — de derrotas militares, políticas e individuais dos chefes políticos —, que se elabora o tempo histórico desacelerado e que desconfia de militares, políticos e grandes indivíduos. A aceleração moderna da história significou a produção acelerada de eventos, radical e sem limites, e produziu o evento maior: o fim da Europa como centro da grande história. A hipótese que se propõe é a de que Braudel foi procurar as razões desta derrota lá onde a Europa se anunciava e se construía como grande potência: no mundo mediterrânico do século XVI. Parece querer demonstrar que o que estes eventos do século XX tornaram visível já se elaborara invisivelmente desde o século XVII, na verdade. Foi, portanto, no século XVII e não no XX que a Europa começou a deixar de ser o centro da história — quando o Mediterrâneo foi substituído pelo Atlântico, os turcos não atacaram mais e o leste tornou-se desconhecido. A derrota da Europa começou no século XVII, após 1650, e o século XVI foi sua última fase de glória" (REIS, 1994:92-93). Posteriormente, Daix seguiria o mesmo raciocínio, mas sua conclusão é diametralmente oposta a do historiador brasileiro: não se trata de uma fuga dos *Annales*, mas sim de um questionamento histórico a partir do tempo presente (DAIX, 1999:642 [1995]).

1. as Filosofias da História, apontando o caráter apriorístico (Kant), teleológico (Comte) ou evolucionista (Hegel e Marx) do tempo;

2. a historiografia positivista, reproduzindo a concepção consagrada pela Modernidade (o tempo liso e homogêneo do paradigma cartesiano-newtoniano), investe na linearidade e sequência de acontecimentos dispostos numa "flecha do tempo" onde o destaque era dado à narrativa em torno de reis, príncipes e ministros; aos tratados diplomáticos, grandes guerras e biografias ilustres; à memorização de datas de nascimento e morte dos grandes indivíduos que fizeram a história da nação e do Estado. Assim, a "batalha de Lepanto" e a "vida de Luis XIV" são postas em relevo;

3. a concepção marxista de História, grifando o tempo das rupturas e das revoluções, os fatos históricos que marcam o rompimento radical com o poder constituído pelas estruturas precedentes. Como exemplo, a Revolução Francesa, que pôs fim ao Antigo Regime.

Neste momento, é mister destacar a tentativa de resguardar a especificidade do conhecimento histórico e a relevância da História como campo do saber perante alguns "rivais". E estes não se limitavam aos acima listados, mas também àqueles que, de certa maneira, desprezavam a História. A saber: a Sociologia Durkheimiana, que propunha a naturalização do tempo humano, e a Antropologia de Lévi-Strauss, que insistia na a-historicidade dos fenômenos sociais e na irrelevância do tempo histórico (REIS, 1994). Frente a este painel, os *Annales* engendrarão uma nova representação do tempo histórico, situada entre a Física e a Filosofia, a natureza e a consciência: a *longa duração*. (REIS, 2005:179-206).

Basta de períodos curtos, restritos à vida e morte de um indivíduo; rompantes definitivos que põem fim a uma época; interpretações metafísicas e abstratas. Para além de um tempo "acontecimental", revolucionário e especulativo, os *Annales* pregarão o tempo lento das estruturas de longa duração. Esta idéia revolucionará as formas de percepção da temporalidade histórico-social, ao afastar-se de uma História vista simplesmente como um acúmulo de acontecimentos situados dentro de uma única matriz temporal (ROJAS, 2001). Trata-se agora da *dialética da duração*: o trinômio presente-passado-futuro dá lugar a uma articulação entre o tempo curto dos eventos, o tempo intermediário das conjunturas e o tempo longo das estruturas (REIS, 1994). Em conjunto, a conformação de uma História pretensiosa e irrestrita: "Uma *grande* história significa

uma história que visa ao geral, capaz de extrapolar os detalhes, ultrapassar a erudição e apoderar-se do que tem vida, com seus riscos e perigos e em suas grandes linhas de verdade (...). *Grande* história, mas também história *profunda*. A seguir meus raciocínios, esta expression se tornará rapidamente familiar. Por ela, entendo, juntamente com alguns outros historiadores de ontem e de hoje, uma história dos homens vistos em suas realidades coletivas, na evolução *lenta* das e*struturas* (conforme a palavra da moda hoje): estrutura dos Estados, economias, sociedades e civilizações..." (BRAUDEL, 1997a:28 [1941-44]).

É ao sabor destes ingredientes que *La Méditerranée* será construído e constituído como novo saber, tornando-se, em nossa opinião, símbolo maior de uma leitura *avant-garde* do processo histórico iniciada anteriormente por Bloch e Febvre e aperfeiçoada magistralmente por Braudel [149]. Nela estão presentes aspectos como: interdisciplinaridade, ampliação dos temas históricos, problematização das fontes, comparação etc. Mas o que sobressai advém de um esquema tripartite, onde cada parte possui uma temporalidade que lhe é peculiar. Como ele explica no prefácio à primeira edição francesa de 1949, *La part du milieu* subjaz uma "história quase imóvel, (...) quase situada fora do tempo" construída segundo as relações homem-meio. Por sua vez, *Destins Colectifs et Mouvements d'Ensemble* remonta uma história "de ritmo lento: a história estrutural (...)" das sociedades, economias, Estados e civilizações. Por último, *Les événements, la politique, les hommes* diz respeito a história à moda tradicional, marcada pela rapidez dos eventos e pelas decisões individuais. "Uma história de oscilações breves, rápidas e nervosas", mas também a "mais apaixonante, *mais rica em humanidade* e também a mais perigosa", razões suficientes para que Braudel não fizesse questão de esconder toda sua desconfiança para com ela (BRAUDEL, 2002:17-18 [1966], grifo nosso).

A montagem e a exposição da obra foram resumidas de outra forma: "Temos chegado, assim, a uma decomposição da história por pisos. Ou, se assim queira, à distinção, *dentro do tempo da história*, de um tempo geográfico, de um tempo social e de um tempo individual. Ou, se se prefere esta outra fórmula, a decomposição do homem em um cortejo de personagens". Mostrando consciência da inovação e polêmica a ela inerentes, Braudel já previa críticas quanto à dificuldade de articulação dos elementos talhados segundo a metodologia utilizada, pois logo a seguir escreve que "Talvez seja isso o que menos me perdoarão (...). *Se alguém me reprovar no sentido de que não soube reunir os elementos deste livro*, espero que encontre nele, pelo menos, as pedras

[149] Esta interpretação é ratificada pelo próprio Febvre, sugerindo que *La Mediterranée* seja o marco que rompe com a história historizante na brecha aberta pelos *Annales* (FEBVRE, 1950:224). Por sua vez, Carlos Martínez Shaw enxerga Braudel como o grande sintetizador e enriquecedor do pensamento dos *Annales* (SHAW, 1994:70).

convenientemente ordenadas segundo as regras de nossos canteiros" [150] (idem, pp. 18-19, grifo nosso).

Naturalmente que, desde 1949, muita tinta já foi gasta a propósito de *La Méditerranée*. Embora saibamos que tenha inspirado trabalhos de natureza semelhante — tais como os de Pierre e Huguette Chaunu (Pacífico e Atlântico), Fréderic Mauro (Atlântico), Vitorino Magalhães Godinho (Índico) e Pierre Jeannin (Báltico) (CARDOSO, 1999:8; ROMANO, 1997:82 [1995]) —, sua originalidade o coloca num patamar de ser, concomitantemente, um livro sem precedentes e sem seguidores. Ou, utilizando-se da perspicácia de Romano, pode-se sustentar que Braudel é o melhor dos braudelianos (ROMANO, 1997:79 [1995]). Dizemos isso porque, ao revisarmos a bibliografia ao seu redor, desenha-se um quadro onde as censuras são maiores que os elogios — o que é um sintoma de seu impacto, mas não deixa de ser algo curioso por tratar-se de obra consagrada pela historiografia [151]. No outono da vida, em entrevista à *Magazine Littéraire* no ano de 1984, nosso investigado faria uma desabafo revelador: sentia-se intelectualmente só (BRAUDEL *apud* AGUIRRE ROJAS, 2003a:2). Provavelmente, são duas as razões dessa solidão: ou não viu prosseguimento em relação à escrita histórica por ele exercida ou o alcance e a dimensão da mesma foram mal compreendidos [152]. É lícito inferir que a segunda opção tenha pesado mais em seu desabafo, já que as contestações direcionadas a *La Méditerranée*, *Civilization Matérielle* e (em menor grau) *L'Identité de la France* são voltadas menos em relação às conclusões empíricas do que aos fundamentos teórico-metodológicos.

Decerto que nem sempre a coerência ocorre aos seus comentaristas. Alguns chegam ao ponto de dizer que "parece-nos pouco rigoroso afirmar, indiscriminadamente, que Braudel compõe uma geohistória" (ARAÚJO, 2003:265). Claro está que não se pretende exorcizar as críticas — procedimento este que seria tão contraproducente quanto as interpretações demasiadamente adesionistas —, mas sim pleitear que elas devem ser pensadas com o rigor que a concepção braudeliana de História possui e merece. Contemplemos as mais recorrentes.

No longínquo ano de 1951, dois anos após a publicação de *La Méditerranée*, tem-se a impressão de que o anglo-saxão Bernard Baylin não viu ali nada de interessante, mas somente uma

[150] "Talvez seja isto o que menos me será perdoado. (…). Se alguém me reprovar por não ter sabido reunir os elementos deste livro, espero que encontre nele, pelo menos, pedras convenientemente cortadas segundo as regras de nossos canteiros" (BRAUDEL, 2002:18-19 [1966]).

[151] Aguirre Rojas também expressa certo desconforto ao constatar o paradoxo entre a popularidade de temas, conceitos e fragmentos da obra braudeliana e a reclamação de incompreensão feita pelo próprio Braudel, bem como a vulgarização da mesma antes que seu pleno entendimento fosse atingido (AGUIRRE ROJAS, 2003a:2).

[152] Permita-nos uma nota de cunho pessoal que reforçará o indício em tela: em recente reunião (fevereiro de 2007) para a organização de um curso de pós-graduação, uma vez escolhido o tema, seria preciso um nome de peso, que chamasse a atenção dos interessados. Pensando na contribuição historiográfica de Fernand Braudel, sugerimos o título "A longa duração da História Contemporânea". Qual não foi minha surpresa ao ouvir de um colega que isso era um "contrasenso absoluto"...

síntese de muitos conhecimentos cujas partes estão mal articuladas; objeto não definido; problema não explicitado; conclusão inexistente... Enfim, longe de ser uma revolução no método histórico, "os estudantes do século XVI encontrarão no livro de Braudel não mais que um sumário em três partes de um extenso corpo de conhecimento" (BAYLIN, 1995: 350-354 [1951]).

Um ano depois, o sociólogo francês Claude Lefort redige algumas linhas pouco amistosas, porém construtivas, a *La Méditerranée*. Embora mencione seu esforço em superar os limites disciplinares através da história total; a historicização dos elementos geográfico, econômico e cultural; a riqueza da demonstração da interação entre o homem e o meio e a originalidade da tentativa como um todo, aponta uma posição metodológica ambígua que caminha ora entre o empirismo e a síntese, ora entre o empirismo e o racionalismo; reclama que a insuficiente definição do conceito de estrutura ocasionou a ausência da unidade de sentido entre as partes analisadas, e que o receio braudeliano para com a causalidade conduziu-o a um pontilhismo "contrário à inspiração sociológica da obra" (LEFORT, 1952:122-125).

Sob a pena de Dosse, a admoestação ao empirismo reaparece nos anos 90. Para ele, a organização temporal tripartite é concebida à margem de qualquer teoria, situando-se "apenas no plano da observação empírica" (DOSSE, 1999:175). Mas sua trilha é aberta mesmo no campo da política. Apreende um deslocamento, um descentramento do homem e de seus empreendimentos frente à sua própria historicidade conferida pelas estruturas de longa duração. Nesta operação, a Geografia tem papel central. Nem por isso deixa de ser humanismo, mas é um "humanismo organicista" [153]. Tem-se uma História impermeável às rupturas e que torna ilusória a noção de acontecimento. É, com efeito, uma História conservadora. "Qualquer realidade social é, portanto, colocada no mesmo plano da hierarquia, da desigualdade, e só as variantes dessa lei imutável podem mudar, redundando numa sociedade ora baseada na escravidão, ora na servidão, ora no salário, mas essas soluções remetem ao mesmo fenômeno de redução à obediência de massa" (DOSSE, 2003:51 [1987]).

Neste particular, as impressões de Reis seguem de perto as de Dosse. Para o brasileiro, Braudel é um pesquisador eurocêntrico, conservador e adepto do capitalismo: sua perspectiva temporal e a concepção da grande história apenas confirmam os valores representativos deste sistema (REIS, 1994:96-99). Recentemente, Reis reforçaria sua juízo ao apontar Braudel como um "intelectual orgânico desse grupo vencedor e produtor da grande história". Todavia, sua oposição

[153] Em seu polêmico *L'Histoire en Miettes: des Annales à Nouvelle Histoire*, Dosse atesta que "Fernand Braudel faz grande uso das metáforas organicistas. Estas revelam, ainda, a herança vidaliana de uma geografia cujas noções são constituídas a partir dos conceitos da biologia. Esse organicismo está presente na obra e não somente no plano metafórico: 'A fraqueza de Gênova é congênita'; 'A Europa Ocidental, minúscula e sobressaltada'; 'As Províncias Unidas e a Inglaterra são mais nervosas, mais facilmente unificadas'; 'É uma das razões porque o coração da Espanha bate a um ritmo mais lento que os outros'" (DOSSE, 1992:138 [1987]).

política a Braudel não o impede de defendê-lo contra os ataques anteriores de Lefort. Embora concorde parcialmente com ele, adverte que sua leitura de *La Méditerranée* concentrou-se demais nas partes e nos detalhes, e sugere, em contrapartida, que uma obra pontilhista deva ser vista de uma certa distância, atentando para seu conjunto (REIS, 2003:114). Nisto, o brasileiro é acompanhado por Romano que, em alusão a *La Méditerranée*, aponta como *injustas* determinadas críticas detalhistas e minuciosas a uma obra que coloca o problema da história total (ROMANO, 1997:70 [1995]).

De Shaw vem a constatação de um "escasso interesse epistemológico", o que parece entrar em contradição com a confissão de que "sua fértil imaginação historiográfica o permitia enriquecer o acervo herdado com novos traços conceituais, que iriam aparecendo ao largo tanto de seus escritos teóricos como de suas obras de investigação". Isso não o impede de dizer que Braudel não articula os nexos entre os planos e ritmos contemplados em seu texto, ao mesmo tempo em que condena as teorias que privilegiam a monocausalidade na explicação da vida social — o que é apenas uma forma de desviar-se do problema (SHAW, 1994:67-73).

Embora Aróstegui destaque o acerto braudeliano no reconhecimento de que o tempo cronológico não é mais que um aspecto do tempo, e não *o* aspecto, ele se ressente, como Shaw, da articulação entre os tempos diferenciais conformando um tempo total. E vai além, acrescentando que o autor de *Grammaire des Civilisations* (1963) deixou uma lacuna em sua teoria ao não explicar o sentido entre o tempo físico e a percepção humana [154] (ARÓSTEGUI, 2006: 287, 342 e 348 [1995]).

[154] Embora o próprio Aróstegui reconheça que não se aprofundará no tempo longo e nas demais teses de Braudel, a fim de não distorcermos suas idéias é mister citá-lo: "Braudel analisa tipos de realidades segundo sua 'velocidade' de mudança. Braudel não chega a apresentar uma articulação acabada entre esses tipos de mudança que conformariam o tempo 'total'. O que falta em sua teoria é a consideração do nexo lógico que se estabelece entre o tempo físico e sua percepção humana: o homem tem consciência do tempo a partir do movimento, mas especialmente a partir da percepção do movimento *recorrente*, do movimento *estacionário*, de forma que o tempo só é mensurável pela relação com movimentos recorrentes" (ARÓSTEGUI, 2006:287 [1995]). E, embora critique Braudel e procure claramente marcar suas diferenças frente a ele no intuito de superá-lo, sua tentativa racionalista de conceitualizar o objeto histórico é atingida em cheio pelo raciocínio daquele: "Assim, pois, com efeito, percebemos que uma sociedade muda através dos acontecimentos, mas os acontecimentos não descrevem suficientemente a mudança nem dão conta completa das transformações operadas na sociedade, quer dizer, na rede de relações sociais existente previamente. É o novo sistema de relações criado por uma mudança o que verdadeiramente expressa o processo histórico operado. O verdadeiro objetivo do historiador tem de ser, pois, os estados sociais, mas para dar conta deles tem de descrever e explicar a passagem de uns para outros, ou para dizer de maneira mais rigorosa, tem de explicar estado e mudança, um por outro, a transformação ou, ao contrário, a duração de tais estados sociais. Com isso, a pergunta acerca de como se conceitualiza o histórico já tem também uma resposta precisa, ainda que seja em uma primeira aproximação: o histórico é o movimento dos estados sociais" (idem, p.318). Salta aos olhos a semelhança com a explanação contida no prólogo à segunda edição francesa de *La Mediterranée*: "Entretanto, o problema básico continua sendo o mesmo. É o problema enfrentado por toda empresa histórica: É possível apreender, de uma forma ou de outra, ao mesmo tempo, uma história que se transforma rapidamente — mudanças tão contínuas quanto dramáticas — e uma história subjacente, essencialmente silenciosa, sem dúvida discreta, quase ignorada por aqueles que a presenciam e a

Já Fontana posiciona-se no sentido de que a arquitetura do livro supracitado constitui-se num "puro artifício literário, e que a teorização dos três tempos não foi mais que uma tentativa de racionalizá-la *a posteriori*" [155]. Embora "bem escrito" e "cheio de sugestões e achados parciais", são mencionadas lacunas como o descritivismo e a falta de um fio condutor que amalgamasse suas três partes, o que indica um problema em passar a uma explicação integradora (FONTANA, 1998:209 [1982]). Neste ponto, Dosse lança mão de argumento semelhante — só que em direção a *Civilization Matérielle* —, registrando "alguma dificuldade em passar do descritivo ao analítico" (DOSSE, 2003:44 [1987]). Esta opinião é partilhada pelo anglo-saxão Christopher Lloyd, que reconhece o embaraço vivido por Braudel ao deparar-se com a teorização e a explicação das mudanças e transformações sofridas pelas estruturas. Ele também adere a Dosse no tocante à minimização dos agentes sociais na escrita histórica braudeliana, estendendo o mesmo para a influência das mentalidades (LLOYD, 1995:142 [1993]).

Ainda que o foco de seu livro seja a dimensão institucional do legado de Braudel, Gemelli também discute sua contribuição epistemológica, sustentando que na origem do percurso daquele não há uma teoria ou concepção de história, mas apenas orientações que o auxiliaram a promover a exploração do terreno histórico. Sua bagagem é de ordem cognitiva, e não teórica. Lançando mão de uma frase de efeito de Valéry acerca da Ciência Moderna antes da Segunda Guerra Mundial, para quem depois do século XIX "a exploração prima frente à explicação", Gemelli prossegue afirmando que as novas orientações de pesquisa são fruto de experimentações despreocupadas com as tradicionais armaduras conceituais. Face à resistência dos *Annales* a uma sistematização teórica dos procedimentos de investigação historiográfica, observa uma ambiguidade metodológica entre a vocação universalista e o aporte comparativo, traço herdado por Braudel. E, de maneira instigante,

---

vivem e que suporta quase imutável a erosão do tempo?" (BRAUDEL, 2002:23 [1966]). Diante disso, basta dizer que o que se quer apresentar como novidade já é, há muito tempo, história...

[155] Em função de sua interpretação e adesão ao marxismo — dizemos *em função do marxismo* porque acreditamos que Marx levaria Braudel mais a sério —, Fontana condenará *Civilization Matérielle* pelo fato de que, em seus três tomos, "não há sequer uma página dedicada ao salário". Segundo ele, tal livro não merece nem ser considerado uma "obra de investigação, mas sim algo como uma *soma de leituras* sobre a qual se constrói um *edifício de elucubração teórica*". Além disso, ao mencionar uma suposta "racionalização *a posteriori*", reforçando sua fala anterior de que apenas alguns escritos teóricos *posteriores* a *La Mediterranée* tentariam explicar sua estrutura (FONTANA, 1998:208-210 [1982], grifo nosso), acaba por cair na negligência de Aguirre Rojas quanto ao alcance teórico das conferencias de prisão (vide p. 34). Por conta de uma leitura mecanicista e esquemática de Marx, que lembra em muito os manuais dogmáticos da extinta União Soviética, alguns chegam a afirmar com todas as letras "não haver objetivamente em Braudel uma concepção de história, isto é, uma concepção que seja teórica e metodológica ao mesmo tempo. O que há em Braudel é um critério de como proceder para ordenar o material histórico, mas isso é muito diferente de uma 'concepção de história'". Não obstante, ainda é tido como um "empirista estruturalista"... (AUED & CAMPANA, 2006). As referências bibliográficas lidas sobre Braudel que os permitiu chegar à tão categórica conclusão? *Écrits sur l'histoire* e *Civilization Matérielle*. Somente. Mas esta controvérsia não ficará em aberto e merecerá nossa atenção no capítulo seguinte, ao debruçarmo-nos sobre *Civilization Matérielle*. Uma primeira e excelente aproximação pode ser encontrada no artigo *Entre Marx e Braudel* (AGUIRRE ROJAS, 2000a).

complementa dizendo que qualquer pesquisa que procurar situar, com precisão, o momento exato da revolução epistemológica braudeliana seguindo os tradicionais "antes" e o "depois" das sequências evolutivas de uma teoria, malogrará (GEMELLI, 1995:47-48 e 123).

Para a historiadora brasileira Eliana Dutra, a percepção da temporalidade em *La Méditerranée* é algo "exógeno, exterior aos homens", passando ao largo da noção de que o tempo é algo socialmente instituído. Sendo assim, sua impressão é a de que "é clara a preferência de Braudel por um relato natural, e não cultural, da experiência vivida". Entretanto, na contramão de uma das críticas mais recorrentes a Braudel, Dutra crê que a ausência de unidade entre as durações não é uma fraqueza, mas uma virtude. Dupla virtude: de um lado, "vingança da história" em nome do triunfo da heterogeneidade; de outro, vitória do autor contra uma "ontologia cientificista" (DUTRA, 2003:66-69).

Enfim, as repreensões envolvendo *La Méditerranée* são muitas, mas cremos ser possível (e útil) resumi-las de acordo com a lista abaixo (a sequência apresentada é meramente aleatória):

- empirismo/postura empirista:
- deficiente conexão entre as partes;
- frágil articulação entre os ritmos temporais;
- delimitação imprecisa do objeto;
- ausência de sujeitos históricos.
- restrição à liberdade humana;
- determinismo geográfico;

Do outro lado, os elogios situam-se nos seguintes tópicos:

- identificação de ritmos históricos plurais;
- ineditismo e abundância documental;
- associação espaço-tempo;
- pluricausalidade do processo histórico;
- variedade de temas abordados;
- interdisciplinaridade.

Definitivamente, não conseguimos ver Fernand Braudel como um praticante de uma ciência social empirista. Para quem trabalhou de perto com Eric Hobsbawm e formou-se no âmbito da

tradição geográfica, não é difícil perceber o avanço epistemológico promovido por aquele. Claro está que Braudel nunca mostrou-se disposto a aproximar-se da Filosofia, e sabemos bem de sua desconfiança para com as Filosofias da História. Mas não podemos olvidar que a primeira metade do século XX é a época em que as Ciências Sociais ocupam o lugar, antes consagrado à Filosofia, de matriz explicativa do desenvolvimento social em sua totalidade. Com seus procedimentos concretos, objetivos e práticos (trabalhos de campo, levantamento de dados, aplicação de questionários, mapeamento, técnicas arqueológicas e paleográficas etc.) de notória utilidade junto aos Estados Nacionais, empresas e institutos de opinião, Geografia, Sociologia, Economia, Antropologia e História acabam por assumir o panteão do conhecimento — em detrimento da meditação ontológica, metafísica e especulativa. A segunda metade do século XX só veio consolidar este movimento, exposto para quem quisesse ver pela profunda crise das metanarrativas modernas e do paradigma cartesiano-newtoniano alavancada pelos pós-estruturalistas franceses durante as décadas de 60 e 70.

É nessa conjuntura que devemos situar o estatuto assumido pela teoria, *estatuto decisivamente modificado quando incorporado aos esquemas discursivos específicos à epistême das Ciências Sociais*. Trata-se, portanto, de um novo código de enunciação e representação de mundo onde *a teoria não detém a centralidade nem o caráter fundante que outrora eram encontrados quando da supremacia da Filosofia na construção do conhecimento* [156]. Evidentemente, tal opção acarretou uma gama de problemas às Ciências Sociais, com destaque para os constantes questionamentos relativos à sua condição de *ciência* — questionamentos que, atualmente, parecem não ter mais a relevância de antes [157].

Do ponto de vista aqui adotado, é neste cenário que se inscreve a dimensão teórica na obra braudeliana [158]. Se a longa duração é, indubitavelmente, uma possibilidade de releitura do tempo cronológico; se a geohistória é a articulação do espaço com o tempo; se existe a apreensão do

[156] Aróstegui — autor de uma rica explanação acerca da associação entre teoria e ciências sociais — avisa-nos que "A teoria é uma questão bem diferente da *filosofia*. (...) Isso não impede que 'teoria' e 'filosofia' da História tenham estado historicamente muito relacionadas e até amalgamadas no pensamento ocidental (...)". (ARÓSTEGUI, 2006:87-88 [1995]).

[157] Não parece que nos dias de hoje qualquer campo de conhecimento tenha como imperativo a afirmação de seu *status* científico, visto que a própria definição de ciência, na esteira do xeque pós-moderno imposto à Razão, vem sendo alvo de inúmeras objeções (MORIN, 1996 [1990]). Já na década de 70, Lacoste surpreendera ao defender que pouco importa se a Geografia era ou não ciência: sua fragilidade epistemológica devia-se não à indefinição do objeto, mas sim à exclusão de seu conteúdo político e estratégico (LACOSTE, 1988 [1976]).

[158] Em texto escrito como resenha do livro *La Géographie Humaine*, de Le Lannou, há uma passagem em que ele mesmo parece ter noção disso. Reclamando exatamente da fragilidade conceitual e das definições simples encontradas naquele, professará que "Geógrafos ou historiadores, uma vez que filosofamos sobre nosso ofício, *nosso estilo concreto e muito claro nos trai*. Regra inelutável: este livro rápido oculta seu pensamento ou, o que quer dizer o mesmo, clarifica-o com muita habilidade. Daí a necessidade de um esforço para bem discerni-lo" (BRAUDEL, 1951:487, grifo nosso). Curioso é perceber que — como vimos há pouco — Braudel também foi alvo de críticas dessa natureza!

passado não como algo pronto e acabado, mas como um objeto a ser problematizado; articulação passado-presente; preocupação em comparar épocas e escalas diferentes; busca de explicações pluricausais dos fenômenos... Acaso estes elementos não servem como fundamento teórico-metodológico? Não transpõem os limites do empírico? Não representam uma nova atitude diante do desenvolvimento histórico das sociedades, quando confrontados à historiografia positivista [159]? Pode-se argumentar, legitimamente, que Braudel não os esclareceu suficientemente, deixando em aberto o mecanismo de funcionamento da associação entre os tempos que ele reconheceu na dialética da duração, bem como as relações entre os variados fenômenos da vida social e suas temporalidades (AGUIRRE ROJAS, 2003a:26-27). Pode-se argumentar, igualmente, que sua teoria encontra-se no limite do empírico, ou ressaltar, com uma latente ironia e desdém, a beleza de sua narrativa literária. Mas acusá-lo de empirismo indica uma compreensão distorcida da totalidade de uma obra que admite notável coerência no interior de sua formulação, encontrada desde as conferências de prisão na década de 40 ao derradeiro *L'Identité de la France* nos anos 80.

Esclareçamos a defesa acima: *La Méditerranée* é, ao nosso gosto, demasiadamente descritivo, embora não deixe de ser analítico. O motivo seria o predomínio que a *démarche annaliste* confere à ciência histórica, focalizando o *como* em detrimento do *porquê*, conforme propõe Dosse? (DOSSE, 1992:96 [1987]). Difícil precisar. De qualquer forma, a não ser que se queira adotar um viés mecanicista e dicotômico, uma abordagem descritiva não significa desdém com a teoria, nem tampouco adesão ao empirismo. Nesse sentido, Aguirre Rojas abre uma trilha interessante ao tentar explicar a concepção *annaliste* de História em termos civilizacionais, sugerindo que o floreio literário, a leveza e a abertura de idéias sejam elementos típicos da civilização mediterrânea católica, em contraste com a ortodoxia, a ênfase filosófica, a preocupação teórico-metodológica e os rigores da civilização anglo-saxã protestante [160] (AGUIRRE ROJAS, 2004:23).

---

[159] O historiador francês Pierre Vilar parece dizer a mesma coisa, mas com outras palavras. Segundo ele, Braudel tornou sua, em todos os níveis, a sociedade do século XVI, mantendo-a viva por intermédio "*de uma pesquisa concreta, mas não empírica,* na medida em que sistematizada por sua luta pela problemática contra o positivismo historizante, pelo fato maciço contra o fato exato, pelo escrúpulo verdadeiro contra a falsa erudição" (VILAR, 1976:162-163 [1973]).

[160] Uma das riquezas investigativas deste pesquisador consiste exatamente em aplicar os procedimentos metodológicos dos *Annales* e de Braudel sobre eles mesmos, tais como comparação, interdisciplinaridade, dialética da duração, história total, história-problema etc (cf. AGUIRRE ROJAS, 2003, 2003a, 2004). Isso o leva a leituras como a que se segue: "De um lado, tem-se a sensibilidade cultural de origem germânica, carolíngia, protestante, pouco barroca e norte-européia, flagrantemente teórica, reflexiva e filosófica, cuja característica é aproximar-se intelectualmente dos temas e problemas que aborda. Seu discurso, calcado numa argumentação austera e econômica no uso da linguagem, se define como um discurso elaborado de maneira individual e auto-reflexiva, apoiado numa estrutura cultural predominantemente escrita e difundida de maneira autônoma e impessoal, mais analítica, densa e pouco literária. De outro, encontra-se a sensibilidade de matriz romana ou helênica, merovíngia, contra-reformista, barroca e mediterrânea, caracterizada por uma aproximação mais empirista e intelectual dos objetos que estuda. Sua reflexão é mais reiterada e florida, voltando várias

Este é um dado a ser levado em consideração, já que não existe produção científica que possa ser analisada fora do enraizamento cultural inerente ao "ambiente" que a animou. Mas a questão fulcral aqui é a de que, por mais que a narrativa braudeliana seja descritiva, a ponto de, no limite, ser tomada como empirista, existe por trás dela um embasamento epistemológico que a sustenta: as estruturas de longa duração. A história humana é, para Braudel, uma história total, que ocorre nas escalas local, regional, nacional e mundial e admite temas como economia, sociedade, política e ambiente, mas também mobiliário, vestimenta, agricultura, técnica etc. Tais temas não podem ser vistos separadamente, e constituem, em conjunto, uma história global, mas nunca uma história feita exclusivamente por um grupo a partir de um *topos* privilegiado. A atividade dos homens se mistura em ritmos temporais diversos onde a inscrição espacial é fundamental para o desenrolar da ação humana, e nunca em uma sequência de acontecimentos dispostos segundo uma linha evolucionista e cronológica que aponta inevitavelmente para um futuro pré-concebido, onde o espaço é apenas um receptáculo imutável e passivo.

Não; o teatro da história não é liso e impermeável aos obstáculos. Ele é rugoso e denso de armadilhas. Os homens não constróem sua história facilmente. Precisam levantar casas e diques para transpor as recorrentes imposições climáticas; domesticar plantas e animais; lidar com a indisposição inicial colocada pelo espaço para a circulação de pessoas, mercadorias e informações; ser criativos para, com o incremento demográfico, sustentar a população diante de epidemias e falta de alimentos; afastar os preconceitos com a alteridade para permitir o intercâmbio cultural; refrear o impulso expansionista se quiser respeitar o espaço alheio. E ainda assim as dificuldades permanecem, porque a história não é somente mudanças atrás de mudança, destruição atrás de destruição, superação integral das características de uma época que parece já ter passado [161]. Ela é inovação que, ao surgir, herda traços do período anterior. Não é algo inexpugnável, embora possua feições efêmeras e rápidas, como os *trailers* do cinema que nos contam apenas fragmentos do filme[162].

---

vezes a um mesmo ponto e construindo o discurso de modo mais comunitário e coletivo, a partir de uma tradição oral de comunicação direta. Esse discurso resulta muito mais livre, inventivo e mais vinculado ao exemplo e ao caso concreto; é mais literário e mais recheado de representações plásticas e de imagens que encarnam a idéia ou tese que se procura demonstrar" (AGUIRRE ROJAS, 2004:23).

[161] É o próprio Braudel quem admite este traço estrutural e persistente do espaço geográfico, atuando de forma categórica na velocidade do tempo histórico: "Esperávamos encontrar neste material [arquivos históricos] a medida conjuntural do espaço físico peculiar ao século XVI, mas podemos advinhar, antes mesmo de terminarmos nossa análise, que tal espaço se mantém constante; nos encontramos, uma vez mais, em presença de um traço estrutural persistente. O homem pode atacar o espaço como melhor lhe pareça, fazer saltar em pedaços os remos das galeras reforçadas, arrebentar os cavalos das carruagens ou imaginar, quanto o vento é favorável, que voa sobre o mar — mas o tempo lhe resiste opondo sua inércia e vingando-se diariamente de seus êxitos ocasionais" (BRAUDEL, 2002:491 [1966]).

[162] "Mensurem os eventos que quiserem, e ficarão impressionados com sua brevidade! Todos eles dão exatamente a impressão de *trailers*, destes cortes de filmes novos projetados nas salas de cinema para anunciar

Braudel leva o passado às últimas consequências, e sua definição de História privilegia, com efeito, aquilo que permanece. São, entre outros, hábitos, valores, paisagens e civilizações que *resistem* às agruras dos eventos e das conjunturas. A qualificação de *histórico* é conferida preferencialmente àqueles aspectos que, dentre as possibilidades de escolha levadas adiante pelas sociedades no decorrer do tempo, perduraram. A História em si é algo composto por elementos difíceis de ceder. Lentos, morosos e sólidos, podem até mesmo passar desapercebidos frente à gradual fugacidade da vida moderna. Mas é função do historiador resgatar e fazer valer aquilo que todos querem esquecer. Então, à aceleração dos acontecimentos no século XX confronta-se uma estrutura profunda e longínqua cujo papel é precisamente explicá-la e dotá-la de seu pleno sentido histórico. Não se trata de negligenciar as mudanças, imobilizando o processo histórico num conformismo absoluto, mas sim admitir que estas só pode ser entendidas com as permanências. A natureza da mudança histórica não estava contida no evento, no acontecimento rápido e provocador de rupturas — tal como a Revolução Francesa, que Braudel minimizava porque revolução inscreve-se, por excelência, no tempo curto, mas sim nas transformações quase imóveis e imperceptíveis ocorridas nas estruturas de longa duração.

Uma dessas estruturas é o meio geográfico. E é com ele que Braudel abre *La Méditerranée*.

3.4. Metamorfoseando a Geografia e a História: a geohistória em *La Méditerranée* (1949 e 1966)

A esta altura, é oportuno recordarmos o ponto nodal desta investigação: a Geografia possui papel epistemológico primordial na elaboração e desenvolvimento das principais inovações que caracterizam a escrita histórica braudeliana. O painel que desenhamos nas páginas anteriores pretendeu dar visibilidade a este ponto — parcialmente obscurecido, diga-se de passagem, pela historiografia dedicada a Braudel.

A fertilidade do encontro Geografia-História no universo braudeliano tem um de seus pontos principais a seção de abertura de *La Méditerranée*, a tão famosa e debatida *La part du milieu* [163]. Incentivado por Febvre a escrevê-la, já em sua prova de fogo inicial mostrou sua face polêmica quando, na cerimônia de defesa da tese, recebeu a reprovação de Gaston Zellner: Braudel havia sido geógrafo demais e historiador de menos (vide p.32). Esta seria a primeira das muitas críticas

o programa da semana seguinte. Por mais surpreendentes que sejam, estes *trailers* jamais nos contam um filme inteiro, *toda* uma história. Eles a anunciam e a sugerem, mas cabe a nós imaginá-los" (BRAUDEL, 1997a:32 [1941-44]).

[163] A edição da *Fondo de Cultura Económica* com a qual trabalhamos traduziu este título como *La influencia del medio ambiente*, o que nos parece uma clara antecipação do papel que Braudel confere ao meio.

recebidas por conta de sua aproximação com a Geografia. Talvez possamos, a título de sugestão, alegar que parte substancial das censuras endereçadas a Braudel tem como raiz, exatamente, a incompreensão do lugar adquirido pela Geografia em sua concepção de História. Teremos oportunidade de discuti-las no decorrer deste trabalho.

Por ora, sigamos diretamente a *La Méditerranée*. Mais precisamente, ao prólogo à primeira edição francesa de 1949, momento privilegiado em que Braudel expõe alguns elementos de método e explica o desenho da obra — ele praticamente não o fará durante as quase duas mil páginas de texto. Permitam-me reapresentar as longas e belas palavras, provavelmente as mais conhecidas, do autor em tela: "A primeira trata de uma história quase imóvel, a história do homem em suas relações com o meio que o rodeia; a história lenta em fluir e se tranformar, feita não poucas vezes de insistentes reiterações e de ciclos incessantemente reiniciados. Não quis esquecer dessa história, quase situada fora do tempo, em contato com as coisas inanimadas, nem tampouco contentar-me, a propósito dela, com as tradicionais introduções geográficas dos estudos de história, inutilmente colocadas nos umbrais de tantos livros, com suas paisagens minerais, trabalhos agrícolas e flores, que se fazem desfilar rapidamente ante os olhos do leitor, para não voltar a referir-se a elas ao largo do livro, como se as flores não nascessem novamente a cada primavera, os rebanhos se detivessem em seus deslocamentos, os barcos não tivessem que navegar sobre as águas de um mar real que muda com as estações. Por cima desta história imóvel se alça uma história de ritmo lento: a história estrutural de Gaston Roupnel, que nós chamaríamos de bom grado, se esta expressão não houvesse sido desviada de seu verdadeiro sentido, uma história *social*, a história dos grupos e agrupamentos. Na segunda parte deste livro, estudando sucessivamente as economias e os Estados, as sociedades, civilizações e economias, tenho esforçado-me em expor como este mar de fundo agita o conjunto da vida mediterrânea, intentando, por último, manifestar, para esclarecer melhor minha concepção de história, como todas estas forças entram em ação nos complexos domínios da guerra. Pois a guerra não é, como sabemos, um domínio reservado exclusivamente às responsabilidades individuais. Finalmente, a terceira parte, a da história tradicional ou, se quisermos, a da história cortada não à medida do homem, mas à medida do indivíduo, a história dos acontecimentos, segundo François Simiand: a agitação de superfície, as ondas que alçam as marés em seu potente movimento. Uma história de oscilações breves, rápidas e nervosas. Ultrasensível por definição, o menor passo fica marcado em seus instrumentos de medida. História que, como tal, é a mais apaixonante, a mais rica em humanidade e, também, a mais perigosa. Desconfiemos desta história todavia em fragmentos, tal como as pessoas da época a sentiram e viveram ao ritmo de sua vida, breve como a nossa. Essa história tem a dimensão tanto de suas cóleras quanto a de seus sonhos e ilusões" (BRAUDEL, 2002:12-20 [1966]).

Passemos à exegese destas breves linhas, mas que já causaram tanta controvérsia. E não era para menos: para um campo de conhecimento extremamente cioso de seu domínio e ofício, anunciar uma história imóvel e quase fora do tempo; revestir a Geografia de um significado que vá além de base introdutória à História [164]; historicizar o meio ambiente; estudar a rede tecida pela sociedade, civilização, economia e Estado; e ver a história acontecimental como um perigo representava, no mínimo, uma intolerável exibição de heresia [165]. Como se não bastasse, retira da História seu pilar de sustentação, o alicerce de sua fundação: a cronologia, a datação rígida em que os eventos apresentam-se sequencialmente dispostos um após o outro, a caminho de um futuro inevitável. Por meio dela, o presente é justificado pelo passado, o Estado em nome da Nação, a Guerra em prol da paz. É uma perspectiva que parecia inapelável. Cabia, apenas, resignar-se. No entanto, a contrapelo, Braudel oferece o tempo histórico em sua pluralidade e totalidade. Sim, a história é também meio geográfico e sociedade, e não apenas política e biografia. Seu devir não é teleológico e unitemporal, mas sim ritmado segundo variações climáticas, distâncias, barreiras naturais, crescimento demográfico, epidemias, alimentação, códigos civilizacionais... Tudo isso impõe a necessidade de apreensão do processo histórico enquanto a combinação de mudança e permanência, velocidade e lentidão, evento e estrutura. Ao desacelerar a história, Braudel desestrutura o passado, descerrando-o de seu aspecto progressivo, linear e monolítico. E, ao entrar em cena a Geografia [166], a dialética da duração ganha consistência, materialidade, já que a incorporação de espaços variados revelaria uma gama de tempos e histórias, expostas para quem quisesse ver na apreensão da história à escala do mundo — apreensão esta que reforçou não a mundialização eurocêntrica ditando os rumos dos fenômenos, mas, dialeticamente, a diversidade de histórias segundo a diversidade de espaços e a consciência de uma história construída segundo um intercâmbio global.

Mas, por quê estudar o mar Mediterrâneo? Entre outras razões, pela simples ocorrência de ser um valioso documento da vida passada. De onde veio esta idéia? Dos ensinamentos recebidos pelos mestres geógrafos da *Sorbonne*, idéia que tomou para si "com uma tenacidade que dá tônica e sentido" (idem, p. 12) à obra. Gratidão intelectual evidenciada, desde o início apresenta seu objetivo primordial: o Mediterrâneo é a possibilidade de "destacar com vigor os nexos permanentes

[164] Seria esta uma censura voltada ao livro de Febvre de 1922 que, embora quisesse ser uma alternativa às habituais apropriações geográficas pelos historiadores, permanecia tributário de velhos vícios?

[165] É por estes motivos que o historiador francês Daniel Roche, ex-estudante da *Sorbonne*, confessa que nos anos 50 e 60 não se falava dos *Annales* e menos ainda de Braudel, tido um pouco como uma figura *diabólica* (ROCHE *apud* DOSSE, 1999:153).

[166] "A geografia era o meio por excelência de desacelerar a história", confessaria Braudel em 1984 à *Magazine Litteráire* (BRAUDEL *apud* DOSSE, 2004:129 [1998]). Esta história desacelerada introduz "a abordagem da repetição, da permanência, em um conhecimento antes limitado à irreversibilidade e à mudança. (...) Cria-se uma permanência sobre a qual se articulam mudanças mais ou menos lentas" (REIS, 2000:21).

que unem a história ao espaço (...) (ibidem)". Contudo, a perspectiva de Braudel não assimila sem constestação a lição de seus antigos mestres. O Mediterrâneo no qual se debruçará não é o dos geógrafos, geólogos e biogeógrafos, de contornos nítidos e delimitados sem polêmica (ibidem, p.221). Ao exercer um dos princípios-base dos *Annales* que é a história-problema, acrescido do fato de que trata-se agora do Mediterrâneo *histórico*, é inevitável que este lhe escape, fuja ao seu controle: são muitas suas saídas e entradas. Sobretudo no século XVI, sublinha ele, cuja vastidão à escala do homem era muito maior que hoje. É preciso contorná-lo, bem como reconhecer as consequências desta operação, pois, tendo em vista o perigo de um "estudo histórico centrado sobre um espaço líquido" (ibid., p.15) não se trata de algo neutro e sem implicações. Praticando uma espécie de *geografia-problema* [167], elucida que "estes problemas de enquadramento, os primeiros que nos colocam, trazem consigo em seguida todos os demais: delimitar é definir, analisar, reconstruir e, quando faz falta, eleger e, inclusive, adotar uma filosofia de história" (ibid., p.13). Diante desta empreitada, como não reprovar e tentar ultrapassar uma história "indiferente às conquistas da Geografia" (ibid., p.15), para quem o passado se resume à coleta de documentos e memorização de datas?

Interessante é captar o embate braudeliano com uma História impassível não apenas à Geografia, mas à economia e aos problemas sociais; às civilizações e seus feitos; às religiões, letras e artes. E, nesse contexto, em que consiste o Mediterrâneo? Não um mar, mas um conjunto deles; rota secular de encontros e desencontros entre povos e civilizações distintas; obstáculo e ponto de ligação entre Europa, África e o resto do mundo. Um espaço tornado objeto histórico e, assim sendo, sujeito à analise temporal em sua plenitude. Dos climas, paisagens, ilhas e relevo, casados com o homem em suas atividades mais simples (como a subsistência), passando pelas mais complexas (o mar como meio de ligação econômica e palco de disputas políticas), com Felipe II desalojado do lugar central dedicado aos "grandes nomes" pela História tradicional. Em suas trezentas páginas, a primeira parte — "a mais forte e a mais original" (POMIAN, 1984) — explicita uma complexa interação homem-natureza-espaço. O espaço mediterrâneo deixava de ser um cenário estático e imutável e passava a ser visto como personagem eminentemente histórico. Mas sua relevância localiza-se, sobretudo, pelo fato de constituir-se em um meio para a realização de uma nova história. A pesquisa sobre o Mediterrâneo ensinara a Braudel não só o trabalho do homem diante do meio, mas que este mar consistia num *locus* de tensão em virtude de interesses econômicos distintos e das civilizações e culturas díspares que por ele se ligavam e se chocavam.

[167] Expressão utilizada por Dosse acerca de Lucien Febvre, que praticaria simultaneamente uma história-problema e uma geografia-problema (DOSSE, 2004:125 [1998]). Não podemos estar de acordo com ele neste ponto (vide capítulo precedente).

Laboratório ideal, portanto, para pôr em prática noções *annalistes* como interdisciplinaridade, pluralidade temporal e História total. Ele encarnaria o objeto ideal para que a história *à la* Langlois e Seignobos fosse devidamente sepultada: "Não era uma excelente ocasião, ao tratar de um personagem que não se encaixa em nenhum dos moldes estabelecidos, aproveitar-se de sua massa, de suas exigências, de suas resistências e de suas ciladas, mas também de seu brio, no intento de construir a história de modo diferente da que nossos mestres nos tem ensinado? (...) Ainda que fosse apenas por nos obrigar a sair da rotina, o Mediterrâneo nos havia prestado um grande serviço" (BRAUDEL, 2002:17 [1966]).

Terminantemente, o Mediterrâneo não aceitaria a imposição de uma história historizante, a consagração de atores já conhecidos ou uma percepção unilateral do tempo. Ao contrário, ele carrega consigo múltiplas histórias, como a do homem convivendo com as agruras e benesses do clima ou a dos pastores e citadinos ocupando montanhas e planícies, histórias estas talhadas lentamente por outros personagens tão simples mas tão importantes como pescadores, nômades, camponeses e comerciantes. Contudo, um objeto inovador demanda uma metodologia inovadora, focalizada em particular na relação entre o tempo e o espaço. Ou, para ser mais exato, entre *tempos*, *espaços* e *histórias*. Assim, o que se entende pela concepção braudeliana de história expressar-se-á em algumas das palavras-chave de seu vocabulário, como *rotina*, *cotidiano*, *continuidade* e *permanência*, que remetem seus seguidores àquilo que lhes é mais caro: as estruturas. Considera-se que a História possui uma cadência, um ritmo, uma temporalidade mais durável e resistente à mudança que os obriga a buscar não no *agora* e na brevidade dos acontecimentos, mas na longa duração aquilo que a sustenta e a constitui como uma totalidade. Isto não significa, contudo, uma negligência para com o evento, mas sim o reconhecimento de que ele deve ser suplantado através de sua incorporação em uma duração mais longa — na medida em que permite conduzir às estruturas profundas da vida material [168] (LLOYD, 1995 [1993]).

O tempo quase imóvel no qual Braudel possui apreço é um tempo *geográfico*, escreverá o próprio no prefácio à primeira edição francesa de *La Méditerranée*. Em seu celebrado texto teórico-metodológico *Histoire et Sciences Sociales. La longue durée* (1958) ele continuará a articular a

[168] No início da parte três — *Les événements, la politique, les hommes* —, Braudel faz um esclarecimento que parece ter sido esquecido por aqueles que o vêem como um historiador de um só tempo, aclarando, pelo menos, três pontos metodológicos essenciais de seu trabalho: o reconhecimento das variadas temporalidades, a atenção à totalidade e a associação passado-presente. Segundo ele, "Resulta evidente que *uma história global não pode limitar-se somente ao estudo das estruturas estáveis* e ao lento progresso da evolução. Estas realidades permanentes, estas sociedades conservadoras, estas economias desenvolvidas na impossibilidade, estas civilizações à prova de séculos, todas elas oferecem lícitas possibilidades de aproximações junto à uma história em profundidade e, *em minha opinião, nos dão o essencial do passado dos homens* — ou, ao menos, o que *os homens do século XX* consideram como essencial. Mas este essencial *não é a totalidade* (BRAUDEL, 2002:335 [1966], grifo nosso). Uma discussão sistemática em torno do *acontecimento* na escrita histórica braudeliana encontra-se no artigo *Fernand Braudel, historiador del acontecimiento* (BOUTIER, 2004).

Geografia com as realidades lentas e duradouras, admitindo as sociedades como prisioneiras dos "quadros" e das "coerções" dadas pelos climas e pelas vegetações, destacando a fixidez das civilizações em determinados espaços e a permanência de certas rotas e tráficos na constituição das cidades (BRAUDEL, 2005:50 [1969]). Por acaso estaria Braudel igualando a Geografia ao meio ambiente, atrelando-a às características físico-naturais do Mar Mediterrâneo para capturar a história de longa duração? "Como seu título indica, a primera parte deste livro está centrada em torno da geografia". Mas é interessante perceber que ele sublinha o fato de que não se trata somente de Geografia ou, pelo menos, trata-se "de uma geografia muito *sui generis*, atenta especialmente no que concerne aos fatores humanos". E vai além, apontando a tentativa de criação de uma "espécie particular de história". Aperfeiçoando os contornos de um casamento iniciado pelos primeiros *Annales*, Braudel vai, no entanto, além daquilo que seus precursores haviam concebido. Com ele, "a geografia deixa de ser um fim em si para converter-se em um meio, ajudando a recriar as mais lentas das realidades estruturais, a ver tudo em uma perspectiva segundo o ponto de vista da duração mais larga" e "a descobrir o movimento quase imperceptível da história" (BRAUDEL, 2002:27 [1966]).

Assim, *La Méditerranée* evidencia a questão da natureza ou, para utilizar uma noção importante e precisa da época, o papel central do *milieu géographique*. Esta "dialética" homem-meio conduziu Braudel a perceber a constituição da história como algo durável, estável, sólido, com as atividades humanas engastadas e dependentes de seus respectivos ambientes. Muito mais do que um quadro fixo e imóvel, o meio representa um personagem histórico e uma estrutura integrante do cotidiano. Verdadeiramente, ele não é apenas fonte de recursos de toda sorte, mas também algo hostil no qual as sociedades travam suas lutas pela sobrevivência. Um peso ora esmagador, ora contornável, mas sempre algo do qual as sociedades não podem escapar. Elas acabam seguindo o andamento das estações, os humores do clima, as dificuldades impostas pelo sítio... Embora parcialmente, o meio impõe um ritmo, um movimento, uma cadência, com os quais os homens, no decorrer do processo histórico, o modificam, adaptando-o às suas mais variadas exigências. A história humana não se constrói fora da relação com o espaço, mas a partir dela que, por sua vez, se desenvolve por excelência no espectro da longa duração. Tal temporalidade é desenhada como o resultado de uma via de mão dupla: das condições efetivas colocadas pelo meio às sociedades e das respostas dadas por estas ao ambiente que as envolve. Assim esboçada, uma concepção singular de História resolvia, compatibilizando tempo e espaço, o problema de apreensão simultânea das mudanças e das permanências.

Vejamos, na prática, como Braudel *instrumentaliza* a Geografia e a História, transformando-as em geohistória. A título de síntese, podemos admitir que existem algumas situações recorrentes

que ilustram de maneira nítida a utilização da geohistória em *La Méditerranée*. Se houvesse um tipo ideal, ele seria contemplado pelos seguintes casos:

- relação homem-meio;
- ocupação/povoamento/migrações/redes urbanas;
- distância;
- traçado de rotas comerciais terrestres e marítimas;
- descrição do sítio e da situação/análise de posição;
- domínio político do espaço;
- dimensão econômica do espaço.

Quanto ao primeiro tópico, não é muito difícil notar que ele ocupa o centro das atenções. É a herança vidaliana em estado pleno que, desde o final do século XIX, vinha fertilizando as Ciências Sociais na França. Mas é à História em particular que ela atinge em cheio, ajudando a definir as ambições dos *Annales*. *Ousaríamos asseverar que, se em Braudel a história tivesse um início, ou se ele tivesse que escolher qual seria o núcleo da vida em sociedade, o "motor da história", seriam muitas as chances de sua opção recair na conexão homem-meio*. Não podemos esquecer que *La Méditerranée* é uma análise em torno do século XVI, o que torna tal conexão algo um pouco dramático no sentido de que o meio é, em boa parte dos casos, um empecilho. Nele estão contidas tanto as *determinações* quanto as *possibilidades*. É impossível parar a chuva ou conter o vento, mas é possível administrar as intempéries construindo diques ou drenando o solo, p.ex. Neste jogo, elemento importante é conferido à técnica, incrementando a ação humana na modificação da natureza de acordo com suas necessidades. Assim constrói-se o *meio geográfico*: não se trata nem da natureza em si, nem tampouco de coisa inalterável, mas sim de algo intransigente, durável, constante. Não é como a moeda, que rompe os limites das distâncias e das fronteiras e termina por circular quase que em todos os lugares. Diz respeito a uma realidade pesada, sólida; sua onipresença torna-o parte fundamental daquilo que Braudel chamaria mais tarde de *civilização material*. O trecho a seguir exemplifica bem a explanação anterior: "O saldo a favor da montanha não é, pois, tão minguado como *a priori* se supõe. Nela, a vida é possível, embora não fácil. Quais penalidades existem para o trabalho agrícola, nessas terras inclinadas onde não se pode empregar animais domésticos? O homem tem que trabalhar estes campos pedregosos, sujeitando a duras penas a terra que lhe escapa e lhe desliza ao longo dos declives, às vezes levando-a em cestos até os cumes, onde a retém por meio de pequenos muros de pedras secas, nos quais se distribuem os

cultivos. Trabalho penoso e interminável. Um só instante de repouso e a montanha retorna ao seu estado primitivo e selvagem. No século XVIII, quando os habitantes da Catalunha tomam posses das altas terras pedregosas dos maciços da costa, os colonos se surpreendem ao encontrar, no meio da mata, enormes olivais que ainda produziam, bem como muros de pedras: prova de que sua conquista era, na realidade, uma reconquista" (idem, p.53).

Outro traço do espólio vidaliano diz respeito às formas de ocupação humana, algo que começa no contato com o meio. Há que se lidar não só com as águas calmas do Mediterrâneo ibérico, mas com o intempestivo deserto do Saara. Assim explicam-se as aglomerações humanas: levando em conta relevo, clima, vegetação, hidrografia, distância há, no processo de reprodução da vida cotidiana, distintas respostas segundo os distintos ambientes nos quais os homens estão imersos. A *combinação* homem-meio-técnica foi conceituada por Vidal de la Blache como *genre de vie* [169] (VIDAL DE LA BLACHE, 1911, 1991a) e apropriada várias vezes por Braudel como ferramenta importante no aclaramento de assuntos como concorrência entre grupos sociais, sítios de estabelecimento, formas de *habitat* etc [170]. Da constituição de redes de cidades e o florescimento da vida urbana até à *urbanização completa da sociedade* [171], tal trajetória só pode ser contemplada senão através da longa duração. "As planícies habitadas, que hoje em dia são a imagem da prosperidade, tem sido a culminação tardia e penosa de séculos de esforços coletivos. Na Roma antíga, no tempo de Varrón, persistia ainda a lembrança dos dias em que se navegava na barca pelo Velabro. A ocupação estendeu-se progressivamente, do alto até as baixas terras quentes, plenas de água parada. As provas disso são abundantes. No belo estudo de Pierre George, encontramos um mapa dos estabelecimentos pré-históricos da região do Baixo Ródano: todos os centros reconhecidos aparecem situados nas altas regiões calcáreas que dominam a depressão do delta,

[169] O geógrafo brasileiro Paulo César da Costa Gomes elucida *genre de vie* "como a forma específica que cada grupo desenvolve, sua maneira de ser e de viver. Eles compõem um conjunto particular de atitudes que tiram sua significação do interior do próprio grupo, seja pela maneira de se vestir, de falar, de habitar, em suma, por sua maneira de ser. Ao mesmo tempo, os gêneros de vida revelam os meios desenvolvidos por uma coletividade para sua sobrevivência, superando, em diversos níveis, o desafio da natureza em um meio concreto e imediato. Eles são fruto de escolhas humanas frente ao meio ambiente, escolhas das quais a sucessão conduzirá ou não a uma progressão mais ou menos rápida, a uma conquista mais ou menos eficaz. Os gêneros de vida atuais são, portanto, resultados contingentes dos gêneros de vida anteriores, ao longo de uma cadeia contínua, regida não por uma idéia de necessidade, mas somente de possibilidade" (GOMES, 1996:205).

[170] Causa perplexidade a afirmação categórica de Lacoste de que "Braudel não se refere absolutamente à noção de gênero de vida, apesar da admiração que declara ter pela geografia vidaliana" (LACOSTE, 1989:195 [1988]). Ora; existem menções *literais* aos gêneros de vida (BRAUDEL, 2002:71, 304, 310 [1966]) e *inúmeras* pasagens em *La part du milieu* onde seu uso fica mais que notório. Para Braudel, o Mediterrâneo só pode ser compreendido, p.ex., se enquadrado dentro da antítese entre montanhas e planícies (idem, pp.63-66).

[171] A expressão é do filósofo francês Henri Lefebvre no clássico *La Révolution Urbaine* (LEFEBVRE, 1996:17-32 [1970]). Vide capítulo IV.

tanto a leste quanto ao norte. Mesmo mil anos mais tarde, no século XV, ainda não haviam iniciado os trabalhos de saneamento das 'marismas' [172] do Ródano" (BRAUDEL, 2002:64 [1966]).

Acaso não podemos decodificar *La part du milieu* como a reconstrução dos processos históricos de adaptação das sociedades e civilizações ao espaço geográfico característico do mundo mediterrâneo? Nele, Braudel historicizava um espaço, deslocando a supremacia da História Política e dialogando com os principais nomes da Geografia francesa. Enfatizava, p.ex., as montanhas como refúgios de bruxos e feiticeiras e fonte de recursos e as planícies como meio propício às populações urbanas; revelava as diferenças nos trajes entre montanheses e habitantes das vilas e a raridade de matrimônios envolvendo os mesmos (idem, pp.40-57). A vida montanhesa é a primeira história do Mediterrâneo, "uma fábrica de homens para uso alheio; sua vida difusa e pródiga alimenta toda a história do mar", escrevia ele repetindo a fórmula de Deffontaines e Brunhes. Percorre-o inicialmente como se quisesse dizer que antes, bem antes de Felipe II, da política, da diplomacia e da economia, a história das sociedades se inicia com suas conexões com o meio [173]. E descobre assim o cultivo das oliveiras, o nomadismo e a transumância, a alternância das estações, a dinâmica dos ventos, as distâncias. Enfim, as imposições da natureza aos movimentos humanos e seus traços grafados nas paisagens como testemunhos de uma história assaz complexa, diversa e heterogênea. Aqui, o historiador loreno parece reproduzir a afirmação vidaliana de que o homem, como fator geográfico, é ativo e passivo ao mesmo tempo (VIDAL DE LA BLACHE, 1954:41 [1921]). E apreende sobretudo "ciclos mais que seculares", a permanência de determinados fenômenos em uma ampla escala temporal, uma duração específica, morosa, quase imóvel.

Voltemo-nos agora para as *distâncias*, assunto insistentemente abordado por Braudel, cuja atenção se volta para sua diminuição — possibilitada pelas técnicas — no decorrer do processo histórico. Ao tratar da unidade do mundo provocada pela Revolução Industrial, considera as distâncias um dos grandes dramas do passado, "um dos mais importantes senão o mais importante" No entanto, diferentemente da maioria dos historiadores e cientistas sociais, consegue apreender a Geografia para além da concepção hegemônica de espaço inscrita no paradigma cartesiano-newtoniano [174], com o diferencial braudeliano no tocante ao tratamento das distâncias residindo na

[172] Na definição do *Gran diccionario de la lengua española*, publicado pela Sociedad General Española de Librería S.A. em 1985, significa "Zona terrestre de menor nível inundada pela água salgada do mar".
[173] Não será por isso que abre seu último livro indagando se a Geografia teria inventado a França?
[174] Parte da trajetória deste conceito é revisitada em *A Reinvenção do Espaço* (SANTOS, 2002a). Um esboço de discussão epistemológica em torno do mesmo encontra-se no artigo *Espaço e tempo: compreensão materialista e dialética* (OLIVEIRA, 1982). Enfim, leiamos uma passagem de Braudel que opõe-se frontalmente ao espaço em tela: "Uma coisa é certa: o espaço que compreendem é muito heterogêneo: falta em absoluto a isotropia. Se tomamos a distância Paris-Veneza como raio e descrevemos um círculo tendo Veneza como centro, teremos traçado um espaço *isótropo*, circular, em que as notícias (como a luz, ainda que mais lentamente) propagam-se uniformemente desde os pontos da circunferência até o centro. Mas, naturalmente, nada ocorre assim no espaço que estamos considerando: as notícias diminuem o passo ao deparar-se com obstáculos naturais como os Alpes,

matéria histórica. Alimentada pelo tempo da história, o que antes representava um obstáculo vai sendo moldado pela ação humana: os limites do corpo, que outrora valorizavam a aptidão de mensageiros velozes e prodigiosos, vão sendo paulatinamente sobrepujados pelas técnicas de navegação e, mais à frente, pela revolução dos transportes. Aos olhos de todos, mares, oceanos e territórios, tidos como gigantes, vão diminuindo de tamanho. Essa é uma conquista humana que permite, entre outros desdobramentos, uma sensação de soberania, o conhecimento do desconhecido e o questionamento de verdades absolutas, uma nova dinâmica econômica e social.

Nada disso o impede de proclamar o espaço como "inimigo número um". Hoje também, mas mormente no século XVI: "Hoje começa a nos faltar espaço: o mundo torna-se cada vez mais estreito. Mas no século XVI ele sobrava, o que era uma vantagem e uma desvantagem ao mesmo tempo. De todos os temas que examinados pela literatura em torno do Mediterráneo, o do 'mar à medida do homem', é um dos mais ausentes. Como se a medida do homem fosse sempre e quando quisesse a mesma! De toda forma, é indubitável que o Mediterrâneo não se ajustava à medida do homem do século XVI; este homem dominava seu espaço excessivo a tão duras penas como, até pouco tempo, o homem do século XX a extensão do Pacífico" [175] (BRAUDEL, 2002:473 [1966]).

Suplantadas as dificuldades iniciais de deslocamento postas pela distância, podemos observar o surgimento de rotas comerciais, sejam elas marítimas ou terrestres. Uma ligeira olhada no índice de *La Méditerranée* permite-nos registrar itens como "De Gênova a Amberes e de Veneza a Hamburgo: as condições da circulação"; "O problema intrínseco da rota terrestre"; "Significado e limitação do comércio de longas distâncias"; "A grande rota de Barcelona a Gênova e o segundo ciclo dos metais preciosos da América". Sem falar no capítulo III de *Destins Collectifs et Mouvements d'Ensemble* — "As economias: o comércio e o transporte" —, que contempla assuntos como "As rotas do comércio do Levante"; "O comércio do trigo vinculado às rotas marítimas"; "Do trigo às especiarias: os holandeses conquistam o Mediterrâneo" [176]. Este é um outro componente do quebra-cabeças da geohistória perpetrada por Braudel. A soma destes temas culminará na espacialização da história, observando suas feições, dando visibilidade às navegações, mapeando os circuitos mercantis. Mas não se trata somente disso: tais características estão abertamente ligadas ao

---

o canal da Mancha ou o mar. Os movimentos rápidos dependem da boa vontade dos homens, de seus cálculos e de suas necessidades" (BRAUDEL, 2002:484 [1966]). A conclusão é uma só: o espaço é heterogêneo e afeta diretamente o ritmo da vida. Ainda mais no século XVI, onde todos os horários dependiam dos humores do clima (idem, p.480).

[175] Após esta citação, onde Braudel sublinha a dimensão social do Mediterrâneo, atentando para a mudança de percepção dos homens para com o mesmo quando se compara o século XVI com o século XX, nem por isso deixamos de ler que, no livro em tela, "é clara a preferência por um relato natural, e não cultural, da experiência vivida" (DUTRA, 2003:66).

[176] De onde podemos concluir — juntamente com os outros exemplos aqui arrolados — que, ao contrário do que pensa a maioria dos intérpretes de *La Méditerranée*, a dimensão geográfica não está presente apenas em sua primeira parte. Isso seria tanto reduzir a Geografia quanto simplificar a geohistória braudeliana.

ângulo de visão no qual Braudel contempla o capitalismo, atentando menos para a *produção* e mais para a *circulação*. Destarte, seu interesse fixa-se no complicado controle das metrópoles junto às colônias; origem e destino das importações e exportações; trajeto desenhado pelo tráfico portuário; contornos e deslocamento das economias-mundo etc [177]. Numa passagem assaz lúcida, assinala que "A presença portuguesa, que tão rapidamente extendeu-se por uma imensa área através do Oceano Índico e mesmo além — graças não somente à necessidade de criar tráficos inter-regionais mas também ao espírito de aventura ou de lucro —, havia culminado na criação de um império imenso e frágil. Por si mesmo, Portugal não era rico o bastante para manter esta vasta rede, suas fortalezas, suas custosas esquadras e seus funcionários. O império tem sempre que alimentar-se do império. Esta inferioridade financeira converteu desde logo os portugueses em aduaneiros; mas as fronteiras somente são proveitosas quando passam por elas torrentes de preciosas mercadorias" (idem, p.722).

Outra ocasião em que a geohistória se faz presente — e que não deixa de estar associada ao traçado das rotas comerciais — refere-se à descrição do sítio e da situação de um determinado lugar. Neste ponto, Braudel parece ser o sucessor de uma antiga linhagem geográfica que envolve nomes como Varenius, Humboldt, Ritter, Ratzel e Vidal (cf. CLAVAL, 2001:115-134). Para um historiador, ele avança substancialmente no que tange ao tradicional sentido do termo *localizar*, redimensionando seu papel ao contextualizar historicamente o sítio e a situação geográficas — e, por conseguinte, deixa para trás o esquematismo cartográfico de base cartesiana. Já no século XVI a Europa era uma "colcha de retalhos", com territorialidades superpostas, invasões estrangeiras desalojando espaços anteriormente ocupados por outros povos, migrações constantes etc. Nessa conjuntura, e tendo em vista o fato de que o espaço era *per se* um adversário a ser combatido cotidianamente, boa parte das vantagens deste ou daquele grupo eram dadas pela sua posição espacial. Destarte, dependendo das circunstâncias, fará muita diferença habitar numa montanha ou numa planície; estar próximo ou distante de um porto; ter ao redor uma rede de cidades a fim de facilitar o circuito comercial; existir uma saída ou não para o mar etc. Estes elementos adquiriam notável relevância, pois configuravam a dimensão *estratégica* do espaço geográfico. O movimento histórico é inseparável deste campo de forças, que agia ora como benefício, ora como desvantagem. Neste domínio, Braudel demonstra extrema habilidade ao manejar diferentes escalas de análise, transgredindo, assim, o predomínio da circunscrição regional reproduzido por Bloch e preconizado

[177] Em *Le Temps du Monde* — volume 3 de *Civilization Matérielle* —, o tamanho dos territórios recaindo na difícil operação de construção de um mercado nacional e a edificação de uma economia em escala global processada pelas multinacionais são, entre outros, exemplos ilustrativos do peso dado à circulação na interpretação do capitalismo moderno (BRAUDEL, 1996b [1979]).

por Febvre. Para ele, a única escala em que a história poderia orientar-se era a escala-mundo [178]. Não há como perder de vista que a ampliação da escala espacial é fator determinante na ampliação dos próprios domínios da História. Embora *La Méditerranée* pudesse, num primeiro momento, situar-se nos marcos de um enfoque regional, ele não é a história de uma região conforme Bloch, Febvre e alguns vidalianos haviam se empenhado em fazê-la, mas sim a história de um mundo em si, de uma economia-mundo sem fronteira e cartografia definidas de maneira habitual. Um dos elogios de Lacoste parte justamente deste ponto: Braudel soube reconhecer que a mudança de escala significava a mudança qualitativa de um determinado fenômeno (LACOSTE, 1989 [1988]).

La Méditerranée está repleto de exemplos onde o sítio e a situação são ressaltados: "O mar Interior, hoje em dia tão pequeno se o medirmos à escala do universo e de nossas velocidades habituais, continha no século XVI grandes regiões perigosas, vedadas, territórios de ninguém separando mundos diferentes. O mar Jônico é a mais vasta destas regiões hostis. Sua extensão desértica prolonga sobre o mar o vazio terrestre das terras da Líbia por ele banhadas ao sul, criando assim uma grande e dupla zona não-humana, continental e líquida, que separa o Oriente do Ocidente. Não obstante, do outro lado da 'porta da Sicília', outro vasto espaço marítimo se estende das ribeiras sicilianas ou sardas até as Baleares, Espanha e Magreb. Um mar (poderíamos chamá-lo mar da Cerdenha) que também é de difícil travessia, com suas costas inóspitas para a navegação e seus grandes e poderosos golpes de *noroît* e de *levante*. Na direção dos paralelos, as dificuldades da travessia seguem-se assim umas às outras, para maior castigo dos navegantes" (BRAUDEL, 2002:174 [1966]).

Falávamos há pouco na dimensão estratégica do espaço. Cabe agora extrair seu espectro *político*. Embora os *Annales* tivessem deslocado a história política em prol de uma história econômico-social, isso não significa de forma alguma a despolitização do conhecimento histórico. Aqui, a situação parece ser semelhante a que ocorrera com o *evento*. Não que eles fossem esquecidos, mas o tratamento recebido a partir de então é que mudara. Ambos — a política e o acontecimento — foram incorporados pelas estruturas e conjunturas econômicas, sociais,

[178] Um item sugestivo encontra-se no terceiro capítulo da segunda parte. Intitulado *Movimentos gerais e movimentos locais*, escondida entre suas habituais metáforas, há, na junção do tempo com o espaço, uma instigante lição de método. Ao revisar a expansão e a decadência da atividade industrial, aponta que tais oscilações "são compreendidas entre lugares que, com frequência, podem estar muito longe uns dos outros. A indústria — ou, melhor ainda, a pré-indústria — está submetida a um contínuo *new deal*, a uma incessante redistribuição de cartas. Quando uma mão foi jogada, começa outro jogo. O perdedor pode ter sorte na próxima partida, e Veneza parece provar isso. Mas o último a chegar na mesa de jogo será sempre o favorito, tal como provam a vitória das novas cidades da Itália e da Espanha no século XVI. E a vitória do Norte, seja qual for a antiguidade das atividades têxteis na encruzilhada dos Países Baixos, é a de um jovem rival. As indústrias surgem por todas as partes, instalando-se en qualquer lugar (...)" (BRAUDEL, 2002:579-580 [1966]).

geográficas e civilizacionais e, com efeito, removidos da centralidade que lhes cabia [179]. E, quanto à Geografia, não há como alegar que na França ela fora despida do conteúdo político que caracterizava, p.ex., o pensamento ratzeliano e a escola geopolítica alemã [180], nem tampouco que, por causa disso, os historiadores franceses apropriaram-se ingenuamente do conhecimento geográfico. Devemos rechaçar tal alegação por duas razões simples: (1) a escola geográfica francesa não era, em absoluto, apolítica, conforme demonstram a apologia ao colonialismo, os trabalhos de Demangeon sobre o Império Britânico, os artigos de Vidal sobre a geopolítica e, claro, *La France de L'Est* [181]; (2) delimitar uma porção do espaço já é, por si só, uma deliberação política. Obviamente que não estamos falando aqui nos termos *política/político* como sinônimos exclusivos de Estado-Nação, mas sim no sentido político enquanto *posse*, *controle*, *conquista* e *domínio* do espaço. É desta matéria que versará Braudel ao longo de *La Méditerranée*. Lacoste não chega a dizer, bem ao seu estilo, que o que prevalece neste texto é a análise das mudanças políticas? (LACOSTE, 1989:208 [1988]). Por conta disso, recebe a condenação de Romano (ROMANO, 1997:88).

De qualquer maneira, o autor de *L'Identité de la France* tem perfeita noção do uso do espaço como instrumento político. Como homem de fronteira, sentiu na pele a instabilidade de viver no limite entre a França e a Alemanha. Como historiador, alcançava-o como um empreendimento vagarosamente esculpido na medida da longa duração. Como geo-historiador, presenciou as respostas geradas por diferentes sociedades segundo as variáveis dadas por seus ambientes. Na prisão, pede a Febvre que o envie o Atlas histórico-geográfico de Vidal [182]. Sua atração por

[179] Estamos acompanhados de Romano, para quem tanto o acontecimento quanto a política se fazem presentes em *La Méditerranée* (ROMANO, 1997:89-90). A seu turno, Dosse escreve que, por conta da hegemonia dos elementos econômicos e sociais, a face política da história "praticamente não existe" na revista dos *Annales*, complementando que, em função da "eliminação do aspecto político", a primeira geração *annaliste* não compreendeu os dois fenômenos políticos importantes da época: o nazi-fascismo e o stalinismo (DOSSE, 1999:21).

[180] Claval repara que em ambas escolas o conteúdo político se manifesta, embora de modos diversos. A "Geografia alemã tem um problema político que não é o mesmo que o da França. Na França o problema é: nós conhecemos as fronteiras? Como, no interior dessas fronteiras, nasceu um povo? Na Alemanha, a idéia de nação está ligada pela língua alemã. É uma concepção étnica. O problema é: onde se deve fixar as fronteiras da Alemanha que acaba de nascer para que toda a etnia alemã faça parte do Estado alemão?" (CLAVAL, 1996:199).

[181] Ele proclama o senhorio do homem frente às *distâncias*. E, impulsionado pela ciência, o homem de seu tempo ultrapassa em muito as ações de seus antepassados. A declaração final é orgulhosa: "Felicitemo-nos por isso, porque a empresa da colonização, a qual nossa época ligou a sua glória, seria um engano se a natureza impusesse quadros rígidos, em vez de dar margem às obras de transformação ou de restauração que estão no poder do homem" (VIDAL DE LA BLACHE, 1954:46 [1921]). O que emerge aqui é o contraste entre duas posições: quanto à modernização da França, Vidal mostra nostalgia ao se deparar com o esvaziamento das realidades camponesas; quanto à modernização externa, a das colônias, a nostalgia dá lugar à exaltação.

[182] Uma nota: ao pesquisar os artigos dedicados à Geografia na revista dos *Annales*, encontramos, dentre as novidades estampadas na contracapa da edição de outubro-dezembro de 1951 (Lucien Febvre ainda era o secretário-geral da revista), o *Atlas Géneral: historique et géographique* de Vidal de la Blache que, publicado inicialmente em 1894, recebia naquele ano sua quarta revisão.

demarcações e limites geopolíticos é mais uma prova de seu empenho em espacializar a história. E de sua defesa da Geografia. Verificando o fracionamento do território e a imprecisão de suas fronteiras, Renaudet parafraseia a clássica fórmula de Metternich e arremata que a Itália do XVI é uma mera expressão geográfica. Braudel, exaltado, reage: "Mas, acaso uma expressão geográfica é tão pouca coisa assim? É o destino de um conjunto histórico, na medida em que é o de um espaço trabalhado e atravessado facilmente pelos mesmos grandes acontecimentos, acontecimentos que têm sido, de certo modo, prisioneiros desse espaço e que tem tropeçado sempre, sem poder franqueá-lo, com o obstáculo de seus limites" [183] (BRAUDEL, 2002:216 [1966]).

Prática social em sua totalidade, dominar o espaço é, também, um imperativo político. Há que valorizá-lo. Ele pode ser fator determinante na derrota ou na vitória. Como poucos, Braudel sabe muito bem reconhecer que determinadas variações no arranjo espacial são sinais de câmbios no vai-e-vem de poder entre os grupos dominantes da sociedade. Uma mudança de escala é uma mudança política. E algo mais: "As cidades não puderam sobreviver intactas à grande crise política dos séculos XV e XVI. Elas têm sofrido os embates da tormenta e não têm outro remédio senão adaptar-se. [Porém], os Estados vitoriosos não podem controlar e assumir toda a responsabilidade: são pesadas máquinas incapazes de levar a termo tantas tarefas humanas e sobrehumanas. O que denominamos *economia territorial* nas classificações de nossos livros de texto não poderia permitir ser asfixiar-se pela chamada economia urbana. As cidades continuam sendo as forças-motrizes. Os Estados que incluem estas cidades em seus territórios não têm outro remédio que chegar a um acordo com elas e tolerá-las. Estes acordos são perfeitamente naturais, considerando que as cidades, inclusive as mais independentes, precisam usar um espaço que pertence aos Estados territoriais" (idem, pp.453-454).

Com efeito, Braudel trata da relação entre os espaços político e econômico, pois eles estão amalgamados. Tal cisão é forçosamente didática; na prática, como separá-los? Não é a chegada de metais preciosos advindos do Novo Mundo um fator de grande importância *política*, implicando de modo contundente no reordenamento de forças entre os Impérios europeus? (BRAUDEL, 1987:36-37 [1966]). É dessa forma, praticando uma investigação aberta e alheia às compartimentações estanques, que podemos verificar mais um espectro da geohistória: a dimensão econômica do

[183] É realmente significativa a perspectiva geográfica *avant-garde* de Braudel e seu destemor frente à geopolítica. Principalmente quando, no final do século XX, surpreendemo-nos com o historiador inglês Eric Hobsbawm que, se não ressuscita a fala *démodée* de Metternich, concorda parcialmente com ela: "Podem os continentes ter uma história enquanto continentes? Convém não confundir política, história e geografia, principalmente no caso dos contornos nas páginas dos atlas, que não são unidades geográficas naturais, mas apenas nomes humanos para partes da massa terrestre global. Além disso, desde o início, ou seja, já na Antiguidade, quando os continentes do Velho Mundo foram pela primeira vez batizados, estava claro que esses nomes pretendiam mais que um mero significado geográfico" (HOBSBAWM, 1998:232 [1997]). Qualquer grifo é desnecessário...

espaço. Este ponto parece agregar aqueles que o precederam: meio, distância, sítio, situação e rotas conformam uma *geografia econômica* das mais notáveis já produzidas pelas Ciências Sociais. Distante tanto do exaustivo catálogo de pesos e medidas quanto do oportunismo presente no discurso das potencialidades territoriais das nações — que, juntos, caracterizavam a abordagem econômica em Geografia na segunda metade do XIX como ferramenta ideológica da classe industrial e canal de difusão das doutrinas liberais (cf. RHEIN, 1982:226-234) —, Braudel trilha a rota capitalista na esteira do desvio do Mediterrâneo para o Atlântico como *locus* econômico privilegiado. Em outra escala, reconhece as novas funções econômicas urbanas, bem como a expansão da atividade industrial frente à hegemonia multissecular da agricultura, delineando, assim, a moderna divisão geográfica do trabalho.

Das Cidades-Estado italianas, "antigas economias de dominação urbana" (como Gênova, Veneza, Florença e Milão), ao surgimento de uma nova e poderosa configuração espacial, o Estado Territorial Moderno; das alternâncias de hegemonia no decorrer do percurso capitalista à formação dos mercados nacionais e suas fronteiras; da construção das Américas enquanto periferia do sistema-mundo aos traços político-econômicos de Portugal, Espanha, Países Baixos, África, Braudel alia a jovem e pujante história econômica de Bloch, Pirenne, Simiand e Hauser à reconhecida tradição alemã, lançando mão desta em, pelo menos, duas frentes: ao convocar a teoria locacional de Von Thünen e seu conteúdo acerca da centralidade, hinterlândia e hierarquias quanto ao povoamento, distribuição e funcionamento das redes de atividades econômicas; e, mormente, ao cunhar o conceito de *economia-mundo*, com seus centros, periferias e semi-periferias a ocupar funções específicas segundo as regras da divisão do trabalho historicamente projetadas. Ele tem clara noção de que a movimentação da economia *depende* da geografia (clima, distância, fronteiras, rotas) e, em função disso, cria uma geografia econômica com forma e conteúdo específicos (campo-cidade, redes mercantis, Estados monopolistas). "Temos mostrado os prós e o contras, os fatores que estimualm e ao mesmo tempo restringem a organização econômica de um espaço onde a distância é um obstáculo. Em outras palavras: uma divisão geográfica do trabalho. E esta divisão também existe, perfeitamente visível, no Mediterrâneo considerado como uma unidade total. Esse mundo de sessenta dias de longitude é, *grosso modo*, uma *Weltwirtschaft*, uma economia-mundo, um universo em si. Não impera uma ordem estrita e autoritária, mas se insinuam as linhas gerais de um esquema coerente. Toda economia-mundo aceita um centro, uma região decisiva que atua como estímulo às demais e estabelece, por si mesma, a unidade necessária. Atualmente, fica claro que este centro mediterrâneo é, durante os séculos XV e XVI, um pequeno quadrilátero urbano constituído por Veneza, Milão, Gênova e Florença, com seus conflitos e sua rivalidade entre cidades, tudo isso influenciado sempre pela relativa importância alcançada em determinado

momento por cada uma delas: se puede observar el centro de gravedad desplazandose de Venecia, donde permanece todavía a comienzos del siglo, a Génova, donde se establece brillantemente entre 1550 y 1575" (BRAUDEL, 2002:514 [1966]).

Enfim, à exceção do prólogo, os exemplos citados até aqui foram retirados da 2ª edição de *La Méditerranée*, publicada no ano de 1966. Como é possível constatar, seu conteúdo é pleno de geohistória — mesmo num momento de progressivo refreamento do diálogo entre as ciências em voga (BOUTRY, 1998), Entretanto, a 1ª edição, a de 1949, é mais emblemática, traz mais alguns elementos sobre encontro. Estamos falando, sobretudo, do debate em torno do *determinismo geográfico*. Iremos explorar sua primeira parte, começando por esse item. Em seguida, retomaremos alguns pontos outrora mencionados.

Que Braudel considera seriamente o papel do meio sobre as sociedades, isso é indiscutível. Produto de uma época, de um contexto de amadurecimento das Ciências Humanas típico da primeira metade do século XX? Também. Resultado da influência dos geógrafos sobre os *annalistes*? Sem dúvida. De qualquer forma, para Braudel não se trata de um "modismo" ou de um ponto de vista que seria abandonado posteriormente: a estreiteza entre história humana e meio geográfico atravessa toda sua obra. Diz respeito, portanto, a um traço de método, a um caminho analítico. Quando comparamos sua obra com a de historiadores nascidos no século XX — ele é de 1902 — como Eric Hobsbawm (1917-) ou David Landes (1924-), encontramos, respectivamente, uma negligência para com os aspectos geográficos (a natureza ou o espaço) e um determinismo caricatural (RIBEIRO, 2004. Vide também o capítulo V). Mesmo entre geógrafos, de modo geral a natureza deixou de ser elemento a ser levado em consideração — embora tal perspectiva esteja longe de ser um consenso [184].

[184] Dois geógrafos de gerações bastante distintas disseram recentemente a mesma coisa. Pensando nas novas condições empíricas do século XX e nos avanços epistemológicos de sua ciência, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro escreveu que "O que se pode questionar é se, devido a essas nova realidade, a consideração da natureza no âmbito da Geografia deve ser banida totalmente. A localização de um complexo industrial num dado espaço geográfico pode ter sido promovida por motivos totalmente sócio-econômicos. Mas o que não se deve esquecer é que aquela materialidade física imposta pela força social, desde que inserida num espaço natural, sua produção indesejável — poluição das águas, solo e ar, por exemplo — integra-se no sistema natural e, como tal, obedece às leis específicas daquela organização" (MONTEIRO, 2006:16). Embora não cite Braudel em sua bibliografia, a fala de Rogério Haesbaert parece ter sido diretamente extraída de um de seus livros. Segundo ele, "até mesmo a dinâmica da natureza e a chamada questão ambiental precisam, de alguma forma, ser incorporadas ao debate da des-territorialização, a fim de questionar a visão antropocêntrica que vê na des-territorialização um processo exclusivamente 'humano', como se a materialidade do espaço pudesse prescindir de ou abstrair as bases 'naturais' sobre as quais ele foi (e, de forma cada vez mais híbrida, continua sendo) concebida. (...) Como estamos habituados, especialmente nas ciências sociais, a raciocinar dentro de escalas temporais relativamente restritas, não percebemos ou tendemos a negligenciar processos de maior amplitude, especialmente aqueles vinculados à dinâmica ambiental ou da 'natureza', capazes de colocar em xeque nosso alegado domínio (temporalmente circunscrito) sobre territórios que, julgamos, são uma produção unicamente social ou humana" (HAESBAERT, 2007:368 [2004]).

Com Braudel é diferente. Como não levar em consideração a Geografia se seu objeto de pesquisas é a história do mar Mediterrâneo? E aqui o recorte temporal nos parece fundamental. Afinal, no século XVI, é possível falar em dominação sobre a natureza? Ou é mais prudente enfatizar uma luta onde ora o homem ganha, ora perde? É isso que Braudel resgata: uma parte primordial do processo histórico realiza-se no embate do homem com o meio e, embora isso seja uma constante, não quer dizer que o raciocínio válido para o século XVI possa ser aplicado à Idade Média ou ao século XIX. Sendo um *processo*, a conexão homem-meio é datada, i.e., histórica por excelência. As dificuldades colocadas pelo Mediterrâneo ao homem quinhentista (travessia, exploração de recursos, clima) certamente que não são as mesmas dos nossos dias. O próprio Braudel esclarece, na abertura de *La part du milieu* (não é a primeira página do primeiro capítulo e nem há título. Parece uma advertência, como se tivesse prevendo as críticas!), o que significa admitir o *milieu géographique* como ator histórico: embora ele aja sobre o homem, o homem age ainda mais sobre ele. E que o leitor não tome seus exemplos como uma lei histórica. Poderíamos passar sem citá-lo, mas restituir seu argumento na íntegra nos parece, aqui, essencial: "*Certamente que as explicações a seguir não querem a tudo elucidar. Elas intervém apenas como um fator parcial da interpretação*. O meio geográfico não tolhe os homens sem remissão, posto que, precisamente, toda uma parte de seu esforço (uma grande parte e, talvez, a maior) consistiu, para eles, em se libertar das coerções da 'Natureza' — como disseram há tempos com um respeito misturado à gratidão e ao espanto. A coerção do meio geográfico sobre os homens é cada vez menor. Mas os homens contém seu esforço, mesmo que agindo com brutais e raras intervenções — brutais e mortíferas como tantas revanches. Os capítulos desta primeira parte *não propõem explicações geográficas válidas* in aeternum, *para todos os séculos e todos os estados civilizacionais. Eles visam o estado de coisas do século XVI e, mais precisamente, de sua segunda metade*" (BRAUDEL, 1949:4, grifo nosso).

Trata-se de um intelectual propenso a incorporar alguma espécie de fatalismo à História? Ou, antes, de alguém que reconhece o primado do homem em sua constituição?

Atentemos para como Braudel analisa o meio. O papel das montanhas na vida mediterrânea é um exemplo interessante. Evidentemente que não é o caso de examinar as condições físicas das mesmas — destacando sua composição mineralógica, idade geológica ou feições geomorfológicas —, nem tampouco limitar-se à descrição de seu subsolo e suas riquezas minerais. O esforço é o de estabelecer uma apreciação humana da montanha, isto é, compreender como as sociedades se relacionam com a mesma em sentido amplo, identificando usos, dificuldades, táticas de acomodação. Por este caminho, ele desvenda que a montanha não é apenas um tipo de relevo, mas sim reservas de proletários e guarida contra soldados e piratas; refúgio de liberdades, democracias e

"repúblicas" camponesas; afastados os montanheses das religiões dominantes do mar (e também da língua das planícies), tornam-se campo perfeito para a atuação de missionários; *habitat* de pastores e criadores, suas casas são feitas mais para animais do que para pessoas (idem, pp. 9-20).

Igualmente rico é o caso das planícies. Zona natural de convergência das águas, habitá-las é adaptar-se a todo instante. Tarefa mais difícil que a luta contra a floresta e os maquis (residindo aí a grande originalidade da história rural mediterrânea segundo ele), as inundações de inverno são habituais, e a perda da colheita durante um desses desastres obriga o Grão-Duque de Maremme a buscar o trigo em Dantzig — alterando, portanto, tanto o cotidiano quanto a economia locais. Construir barragens e desvios e promover irrigações e drenagens são imperativos para sua colonização, mas nem sempre é possível impedir a estagnação das águas. Dialogando com Sorre, Sion e Le Lannou, nosso investigado se depara com o peso das condições naturais sobre a história das sociedades mediterrâneas: no verão, cria-se o ambiente perfeito para a proliferação do paludismo e da malária, "verdadeira doença do meio geográfico". Entretanto, isso não significa aderir ao argumento de que esta foi uma das causas da decadência do Império Romano. "Tese muito larga e muito categórica" (ibidem, p.54), em Braudel não há espaço para a monocausalidade. Dado seu caráter plural, a vida social exige o manejo de uma série de conhecimentos e de uma gama de explicações, bem como o reconhecimento de que nem todos os fenômenos possuem o mesmo ritmo. "A história das vias d'água mostra como a conquista do solo foi lenta. Ela foi feita por etapas, e cada uma delas correspondeu ao envolvimento de novos conjuntos de homens" [185] (ibid., p.62).

Nas dificuldades colocadas pelo meio, o que dizer, então, do clima? "Unificador das paisagens e dos gêneros de vida" (ibid., p.195), seu notório impacto sobre o vestuário, a agricultura e mesmo no campo simbólico faz dele mais que um fator físico, e sim parte integrante da série de aspectos que compõem as civilizações. Ressaltada sua dimensão cultural, nem por isso as questões políticas e estratégicas que o envolvem são deixadas de lado: a tão conhecida característica do clima mediterrâneo — o inverno e o verão como duas estações bem definidas — afetará as viagens, a diplomacia e até mesmo a formação de rumores. Vejamos: o inverno não é a estação ideal das viagens — tal como comprova a comparação entre o tempo de duração dos dois períodos —,

[185] Em uma passagem da segunda edição: "Temos observado a extrema lentidão das oscilações, nômades contra transumantes, montanheses contra a gente das planícies ou das cidades. Todos estes movimentos requerem séculos para completar-se. Ainda que uma planície conduza a uma vida mais ativa, vence suas águas selvagens e organiza caminhos e canais, podem muito bem transcorrer um par de séculos. Igualmente podem passar um ou dois séculos desde o momento em que uma região montanhosa começa a perder suas gentes por emigração até o ponto em que a economia das planícies tenha absorvido todas as pessoas que necessitava. São processos mais que seculares, que somente podem ser abarcados extendendo ao máximo o campo cronológico da observação" (BRAUDEL, 2002:131 [1966]).

interditando, assim, a guerra das galés (ibid., p.218). É, portanto, o momento das discussões diplomáticas e negociações de paz. Mas também (retomando tema caro a Marc Bloch) de *fausses nouvelles*, especulações e bravatas acerca dos inimigos (ibid., p.217). Porém, chegado o verão, junto dele vem a facilidade dos tráficos marítimos e, também, a concretização das batalhas (ibid., p.198).

Eis o que Braudel vincula ao *determinismo*: a atuação do clima sobre as navegações ou, para ser mais preciso, os empecilhos provocados pelo inverno (ibid., p.214), tais como a diminuição da navegação comercial (ibid., p.302). Ele o fará também ao comentar a travessia do Mediterrâneo e os obstáculos acumulados entre suas duas bacias, afirmando que a separação entre elas não pode ser de todo explicada pelo determinismo — mas, ao mesmo tempo, não se pode descartá-lo (ibid., p.101). Antes de problematizar este ponto, há uma passagem em que ele ilumina, pertinentemente, tal noção. Passemos a ela: "Diremos, no presente caso, que o determinismo geográfico foi aniquilado? Que o homem, após 1450, triunfou face à natureza, tornando-se mestre do inverno? Triunfo sim, certamente, mas duas observações se impõem: antes de tudo, estamos seguros, como dizem Peter Lane e outros, que seja o mau tempo o único que pára o passeio dos barcos redondos de outrora? Certo; ele conta, e conta muito, dizem todos os documentos. Mas não há também uma qustão de frete, de possibilidade de carga, o que nos traz de volta as estações e ao calendário de colheitas? Segunda observação: o triunfo dos barcos sobre o inverno não é adquirido gratuitamente, uma vitória obtida de uma vez por todas. É uma vitória que é necessário pagar a cada instante. Um esforço e, portanto, todo um encadeamento: construir os navios, o que supõe ter encontrado e transportado a madeira necessária, armá-los, conduzi-los, administrá-los... *De um lado, o obstáculo natural, de outro o esforço dos homens que o contrabalança, mas o modela sobre ele. O que é o determinismo, o que é a parte do meio, senão frequentemente estas sequências de esforços alinhados que o meio provoca por suas resistências?*" (ibid., p.303, grifo nosso).

Portanto, para Braudel, o que é o determinismo? Não é uma noção mecânica e ingênua tal como aquelas que levaram alguns intelectuais do século XIX a sustentar, entre outras afirmações, que a psicologia dos povos estava diretamente ligada ao clima ou que os habitantes dos trópicos eram mais preguiçosos que os das áreas temperadas. Não há nenhum fundo evolucionista a chancelar a superioridade de uma raça ou civilização em detrimento da outra. O determinismo geográfico braudeliano não é outra coisa senão a evidência de que os aspectos naturais não estão separados e isolados das atividades humanas: eles fazem parte de um todo onde o clima, o relevo, a hidrografia, o sítio e a posição jogam papel crucial na história das sociedades. Assim sendo, em certas situações e períodos, determinam esta ou aquela decisão, esta ou aquela resposta que, segundo as possibilidades técnicas que as sociedades dispõem, levaram a tomá-las. Segundo

Braudel, alimentação, agricultura, produção de mercadorias, vestimentas, crenças, economia, relações internacionais, enfim, o conjunto da vida social é indissociável do meio. Aliás, o "meio" não é somente o conjunto das características naturais, mas sim uma unidade física e humana ao mesmo tempo. Ao examiná-lo, ele não está à procura das "influências" que ele exerce sobre a história, tal como as abordagens ingênuas do século XIX e, mesmo, a "introdução geográfica à história" projetada em alguns momentos por Bloch e Febvre. Não significa ver os elementos físicos como algo "exterior", os elementos humanos como algo "interior" e, a partir de então, procurar as influências que aqueles exerceriam sobre estes — tal como fizeram alguns geógrafos, p.ex. Destacar cidades, ilhas e paisagens não quer dizer, tampouco, erigir uma história sem sujeitos, mas sim um recurso que visa restituir a ação humana em sua totalidade. Tem a ver também com sua concepção de História enquanto algo que se repete, se constrói lentamente e com obstáculos estruturais [186]. Afinal, o que são as cidades, senão a superação de sítios e condições naturais adversos? A agricultura, senão o domínio de certas técnicas e o conhecimento parcial da dinâmica da natureza? A atividade industrial, senão uma sofisticada operação de extração e transformação de recursos? O capitalismo, senão a conquista do espaço pelas redes comerciais de Estados e empresas a ligar todos os cantos do globo?

Ainda sobre o determinismo, ao compararmos as duas edições de *La Méditerranée*, percebe-se que a conclusão *Géohistoire et déterminisme*, referente à primeira parte da primeira edição, foi suprimida da revisão de 1966. Portanto, a interrogação natural é: qual a razão desse procedimento, já que sabemos que Braudel defenderia o determinismo até o fim da vida? Visto que o historiador loreno jamais esclareceu tal supressão, ensaiemos três hipóteses [187]:

(i) o contexto geral que envolve a redação do livro em tela é amplamente permeado pela incorporação da Geografia à História, conforme os esforços dos primeiros *Annales* e a própria natureza do objeto de pesquisa de Braudel. Assim, nada mais coerente que finalizar *La part du milieu* de maneira geográfica, demarcando tanto a diferença da geohistória face à geopolítica de matiz alemã quanto admitindo as determinações do meio junto ao processo histórico;

[186] "Mas não devemos tomar decisões cortantes entre o homem e as coisas. [...]. Não devemos aumentar mas tampouco diminuir a contribuição do determinismo. [...] Por um lado o obstáculo natural, por outro o esforço dos homens, que o contrabalança mas também se modela a partir dele. Ora, que é o determinismo, que é a contribuição do meio senão, o mais das vezes, uma sequência de esforços alinhados que ele provoca por suas resistências?" (BRAUDEL, 1949:277).

[187] Elas se opõem à análise de Daix que, ao examinar as diferenças entre as edições de *La Méditerranée*, chega à conclusão de que Braudel abandonou a geohistória (DAIX, 1999:276-283 [1995]). Como a segunda edição é de 1966 e, neste intervalo, o mestre francês escreveria o fundamental *Grammaire des Civilisations* (1963), optamos por incorporá-lo e, assim, discutir os argumentos de Daix apenas no próximo capítulo.

(ii) em 1966 o historiador loreno já não estava mais na posição (subordinada) de quem defende uma tese na tradicional *Sorbonne*. Não estamos mais falando de um *outsider* que precisa mostrar e defender suas idéias, mas sim de alguém plenamente inserido no *establishment* francês, eleito para o *Collège de France*, diretor dos *Annales ESC* e fundador da *Maison des Sciences de l'Homme*. Destarte, além sua aproximação com a Geografia já ser por demais conhecida, a própria Escola Francesa de Geografia já não estava mais "ameaçada" por Ratzel ou pela *geopolitik*. Não havia mais motivo para "defendê-la" — tal como revela o conteúdo da conclusão de 1949;

(iii) o alcance da geohistória na composição de seu pensamento não se resume a ser a conclusão de uma parte dedicada ao papel do meio na história do Mediterrâneo. Digamos que, uma vez suficientemente "autonomizado" perante a dupla herança recebida (refiro-me às diferença entre ele, os primeiros *Annales* e a Geografia francesa), Braudel ampliaria e personalizaria, através de triagens e aperfeiçoamentos, o que em 1949 era apenas o início de um projeto. Sua geohistória não poderia ficar vinculada exclusivamente ao meio, posto que sua pretensão situava-se na indissociabilidade entre tempo e espaço, entre Geografia e História, em todos os aspectos da vida social.

Ao nosso ver, o que Braudel fez foi uma *história social da natureza*, isto é, uma história de como as sociedades se apropriam *lato sensu* da natureza; de suas dificuldades de instalação e convivência em ambientes quase sempre hostis; dos múltiplos usos dados aos recursos naturais; da devastação florestal na Ilha da Madeira produzida pelo comércio internacional da cana-de-açúcar; da abertura de rotas terrestres e marítimas graças às técnicas de construção civil e navegação; dos gêneros de vida encontrados em ambientes distintos; de como as civilizações demarcam, reconhecem e mantém seus espaços... Herdeiro tanto da Escola Francesa de Geografia quanto dos geógrafos alemães, corrigirá alguns desvios de ambas as tradições (um certo fisicalismo em alguns representantes da primeira e a fixação estatal da segunda, p.ex.) ao propor uma "geografia humana inteligente" que desenvolva os "problemas humanos (...) no espaço" — não apenas no presente e de acordo com fronteiras classificadas administrativamente, mas dispostos segundo o processo histórico. Em resumo, uma "verdadeira geografia humana retrospectiva" (ibid., p.205-206).

Qual cientista social levou — não só na primeira metade do século XX, mas até os nossos dias — a associação Geografia-História tão a sério? E o que nos surpreende não é só o uso da geohistória de maneira nunca antes realizada, mas o fato de que Braudel reteve os principais

debates promovidos pelos geógrafos da época, vinculou-os aos problemas epistemológicos da História e abriu uma série de pistas para pensarmos a difícil articulação entre tempo e espaço. Todavia, alguém poderá dizer: "Mas Febvre já havia feito um rico esforço de interpretação teórica sobre os vínculos entre a Geografia e a História". Sim, é verdade, e a organização metodológica desta pesquisa não apresentou Febvre antes de Braudel exclusivamente por razões cronológicas. Mas, além de Febvre e Bloch não terem desenvolvido as questões espaciais de maneira consistente — ambos seguiram outros caminhos que os desviaram de suas preocupações com o espaço (DEVOTO, 1992:81) —, *La Terre et l'évolution humaine* é, como já vimos, um livro abertamente anti-germânico e simplificador do pensamento de Vidal de la Blache. Seu objetivo é combater o determinismo e a geopolítica alemães e recomendar aos historiadores a uma "Geografia Humana modesta". Não há nenhuma proposta, nenhuma inovação.

É fato que há pontos em comum entre Braudel e Febvre: aquele fará críticas ao fatalismo de Ratzel e à visão estreita da geopolítica alemã, bem como louvará Michelet como pioneiro do estudo das relações homem-meio — além de elogiar *La Terre*. Mas não há como comparar, entre outras coisas, a riqueza da dupla filiação contida em *La Méditerranée* — expressa, como sabemos, desde o período em que esteve prisioneiro dos alemães. Neste livro, o diálogo de Braudel não se resume ao nome de Vidal de La Blache, e engloba a leitura dos *Annales de Géographie*, de algumas teses regionais e a referência a Gautier, Demangeon, Siegfried, Sion, Deffontaines, Brunhes, de Martonne, Sorre, Blanchard, Le Lannou, De Planhol, Monbeig, Gourou e George (estes quatro últimos publicariam vários trabalhos nos *Annales* dos anos 60, quando Braudel era o diretor do periódico). Quantos aos geógrafos alemães (que também são um pouco historiadores), são mencionados Philippson, Hettner, Ratzel, Fischer, Günther, Goetz, Sternberger, Gehler, Fritsche, Carus, Okel, Hummel, Sievert e Wenzel (e, provavelmente, outros nomes aos quais devemos confessar nosso absoluto desconhecimento), bem como a prestigiada revista alemã *Geographische Zeitschrift*. Sem esquecer o geógrafo sérvio Jovan Cvijic, que divide a cena com Philippson e Vidal em quantidade de aparições.

Enfim, devemos grifar que os aspectos geográficos referentes à relação homem-meio não possuem somente um papel empírico, descritivo, prático. É bem verdade que tal papel não deve, de forma alguma, ser descartado, seja porque representa um avanço no diálogo entre as disciplinas em tela [188], seja porque o estatuto epistemológico das Ciências Humanas na primeira metade do século

[188] De Réclus a Vidal, passando por Brunhes, Sion, Dion, Deffontaines, Sorre, De Planhol, Le Lannou, Gautier, Faucher, George (à exceção de Réclus, todos são citados por Braudel na primeira parte de *La Méditerranée* em 1949), Ancel, Birot, Dresch, Weulersse, Durant e Flahaut, Claval apresenta parte da trajetória do olhar dos geógrafos franceses sobre o Mediterrâneo. Culminando com o diálogo entre Braudel e Vidal no tocante às paisagens, afirma que o livro outrora citado recolhe seis tipos delas: (i) áreas montanhosas; (ii) colinas e baixos

XX desconfiava da Filosofia e, portanto, conferia novos sentidos e *status* à questão teórica. Todavia, ao analisarmos de perto o caráter da histórа *annaliste* e a forma como Braudel a explora em *La Méditerranée*, nota-se que a Geografia é uma forma de representação do concreto, do palpável; um saber "positivo", que remete à realidade das coisas tais como elas são. Das montanhas, planícies, distâncias, climas e mares não se pode escapar. Ela coloca o cientista humano com os "pés no chão", servindo mesmo como um antídoto contra as teorizações inócuas e os problemas de cunho metafísico. Ela não é inquestionável, obviamente [189]. Mas é incontornável no sentido de que não se pode falar de história dos homens sem destacar sua associação com o meio. As paisagens mediterrâneas remontam não a um passado imaginado ou romantizado, mas a uma história plena de concreticidade e daquilo que é visível. O Mediterrâneo e sua geografia mostram a Braudel que a história é algo presente, vivo e facilmente observado através da cultura de seus povos e seu enraizamento espacial, do peso da agricultura e seu vínculo com a terra, da solidez do ambiente, do elemento simbólico jogado pelo pão, azeite e vinho... A Geografia é uma ferramenta analítica importante contra o fetiche documental da História e contra uma concepção fechada do passado. Afinal, as paisagens se modificam, mas conservam seus traços estruturais. Representam a história *in situ*, ao ar livre. Mais que imagens, são discursos latentes prontos a serem decodificados.

Problematizaremos agora como Braudel trabalhou a influência alemã em sua geohistória. Já vimos que sua reação frente à geopolítica não foi a mesma de Febvre. E não podia sê-lo por uma única e simples razão: embora concorde com ele quanto ao tom militarista e "estatista" da *geopolitik*, bem como com o fato de que a História é mais difícil, ampla e complexa que a Geografia, Braudel não aprova a "Geografia humana modesta" ditada por aquele. Afinal, o Mediterrâneo testemunhara lições geográficas mais complexas: domínio estratégico, *locus* de tensão em virtude de interesses econômicos distintos e das civilizações e culturas díspares que por ele se ligavam e se chocavam. Em torno dele, piratas atacavam; lutava-se por recursos naturais; era mister ter o controle das rotas comerciais; conhecer o fluxo de mercadorias. Se Braudel mostra interesse pelos critérios quantitativos da economia mediterrânea (as toneladas transportadas pelas embarcações, as trocas e os investimentos), isso não significa nem a adoção de um economicismo nem tempouco uma negligência para com a materialidade da atividade econômica e sua dinâmica espacial. Ele nos apresenta o florescimento das cidades e seus vínculos de abastecimento junto aos campos; as modificações urbanas a fim de erigir locais habitáveis; as redes comerciais atravessando

---

planaltos; (iii) baixas planícies; (iv) altas planícies; (v) *rivieras*; e (vi) ilhas. Destas, as três primeiras provém de Vidal, enquanto as ilhas e as paisagens abertas dos planaltos são de Braudel (CLAVAL, 2007a:19-20).

[189] Seguindo os exemplos de Bloch e Febvre, Braudel também discutirá com os geógrafos o problema das *delimitações* (BRAUDEL, 1949:139,140 e 192). Para ele, tal tarefa é mais fácil para estes e os geólogos que para os historiadores já que, na História, quem faz as fronteiras é o homem (idem, p.142).

distâncias e obstáculos naturais; a expansão das trocas criando uma interdependência espacial; a ultrapassagem da escala local como escala privilegiada de realização da vida cotidiana. Se o embate com a natureza é algo que atravessa séculos, o desenvolvimento de técnicas agrícolas, industriais e de engenharia acaba por criar um meio cada vez mais material. Assim, as aldeias transformam-se e são incorporadas pelas cidades, que atraem mão-de-obra e conhecem um crescimento demográfico sensível, demandando assim uma série de condições outrora privilégio (e mesmo desconhecida) de poucos.

Portanto, Braudel expõe o valor *lato sensu* do espaço, manifestado através da proximidade de áreas madeireiras para a fabricação de navios, da abertura de rotas terrestres, da exploração de recursos coloniais. Se ressentindo de uma discussão mais política, estratégica, material e mesmo urbana acerca do espaço, a tradição alemã complementará o aporte da tradição francesa — já que nesta a Geografia Econômica permaneceria deslocada até, pelo menos, o início dos anos 50 [190] (CLAVAL, 1998:192). É claro que não podemos deixar de lado os importantes trabalhos de Demangeon nesse domínio e, tampouco, o Vidal de textos como *Évolution de la population en Alsace-Lorraine et dans les départements limitrophes*, *La rénovation de la vie régionale* e *La frontière de la Sarre, d'après les traités de 1814 et de 1815* (VIDAL DE LA BLACHE, 1916, 1917, 1919). Mas, assim como Febvre, Braudel também retém os ensinamentos dos geógrafos franceses conforme o esquema homem-meio. Logo, não é mera coincidência que os livros de mais mencionados de Vidal sejam o *Tableau* e, em seguida, o póstumo *Principes de Géographie Humaine*.

Inspirado pela fortuna analítica dos conceitos de *raum* (espaço), *wirtschaft* (economia) e *gesellschaft* (sociedade), o Mediterrâneo de Braudel não é outra coisa senão um espaço-movimento, uma economia-mundo a atrair pessoas, mercadorias e dinheiro. A intensidade do comércio marítimo fertilizaria as cidades em seu entorno, cidades estas que, ao se tornarem epicentros políticos, econômicos, sociais e culturais, arrastariam consigo toda a dinâmica da vida terrestre. Elas são fluxos: sua vida depende deles, e não mais, como outrora, de câmbios esporádicos com outros espaços. Criam-se *redes* de transporte, comunicação, infra-estrutura. Da hegemonia inicial das cidades-Estado aos poderosos Estados territoriais, o que é expansão é, simultaneamente, aproximação de lugares, diminuição de distâncias, controle de populações e do uso do espaço. Bloqueá-lo ou romper seus fluxos representa um impacto na vida social como um todo. Em uma

[190] Exatamente em 1950, se ressentindo de pesquisas que associassem espaço e economia, Braudel desafia historiadores e geógrafos, interrogando-lhes do seguinte modo: "Mais que as etapas sociais do capitalismo, por exemplo, para parafrasear o belo título de uma luminosa comunicação de Henri Pirenne, não haveria interesse em descrever as etapas geográficas do capitalismo ou, mais amplamente ainda, em promover sistematicamente em nossos estudos de história, pesquisas de geografia econômica — uma palavra, em ver como se registram nos espaços econômicos dados as ondas e peripécias da história?" (BRAUDEL, 2005:121 [1969]).

emblemática passagem: "*As cidades morrem ou sofrem quando afetadas em suas relações circulares. Assim Florença em 1528: suas ligações em direção ao Sul foram cortadas pelo saque de Roma. Em 1527, a cidade perde, assim, cada semana, os 8000 ducados que sua clientela romana lhe assegurava, e também os 3000 das compras de Nápoli. Desastre também do lado do Norte, onde todos os caminhos são cortados em direção à França (por causa de Gênova) e em direção à Alemanha (por causa de Veneza).* De um golpe, Florença se vê obrigada a diminuir a fabricação de seus 'panni garbi, o fini, o d'oro' e de ter que recorrer a rotas desviadas e inabituais de contrabando para continuar a viver e exportar pelo mar em direção à França e Lyon, e por Asola, Mantoue e mesmo Trieste, em direção à Alemanha. É a superioridade de estados territoriais ricos de espaços de poder que, a seu grado, bloqueiam ou afetam as relações entre as cidades e comprometem, à distância, o equilíbrio sempre complicado destas vias. Gênova acusa a França de ajudar os corsos revoltados, mas (...), provocada por estas acusações, se a França quer prejudicar Gênova, ela tem necessidade destes atos indiretos? Bastar-lhe-ia, tranquilamente, interditar o uso de sedas e outras mercadorias genovesas e de proibir aos provençais de comerciar com Gênova e toda sua costa, que eles abasteciam de trigo e vinho. Em 1575, quando dos distúbios de Gênova, uma das primeiras preocupações da Espanha, temerosa do pior, foi cerrar àquela cidade o graneiro siciliano" (BRAUDEL, 1949:260-261, grifo nosso).

Destarte, constata-se que as políticas entre os Estados não ocorrem exclusivamente por intermédio de negociações e acordos assinados em documentos, mas que a forma de atuação dessas instituições consiste justamente em encarar o espaço como se fora um tabuleiro de xadrez, onde cada movimento de peças é um ato a ser elaborado e pensado, visto que suas consequências podem indicar ou a derrota ou a vitória. Admitir o espaço como objeto da História significa, entre outros aspectos, compreender com mais clareza a dinâmica das civilizações, das grandes cidades e dos Impérios. Não quer dizer, em nenhuma hipótese, qualquer tipo de determinismo, mas sim um meio a mais no qual é possível captar o movimento da História — aberta e em incessante construção. Comentando a diversidade e a oposição mediterrânea entre os lados ocidental e oriental, Braudel grifa exatamente essa dimensão estratégica do espaço. Nesse sentido, o uso de expressões como "aliança", "carta geopolítica", "imperialismo", "dominação", "linha defensiva" e "ameaçada" não faz outra coisa senão desvendar os liames existentes entre o mar, a geografia e a política: "Os conjuntos ocidental e oriental se comunicam e estão ligados um ao outro, mas tendem sempre a se organizar em circuitos fechados. Ou, se se prefere, a despeito das misturas, alianças e interdependências, eles vivem, antes de tudo, sobre si mesmos. *O fato, no século XVI, é sublinhado pela política com uma clareza talvez muito viva, mas em todo caso útil. Que bela carta geopolítica poderíamos desenhar, com flechas, da bacia ocidental, entre meados do XV e do XVI, mostrando*

as novas e antigas direções do imperialismo hispânico, as posições que adquiriram e exploraram para apoderar-se do mar ocidental! Pois eles se apoderaram. E, a partir de 1559, com a desmobilização da frota francesa e o relaxamento das ligações políticas entre o Rei Cristianíssimo e o Sultão, o mar ocidental tornou-se, sem contestação, o mar hispânico. O muçulmano tinha apenas um lado e, por certo, não era o melhor: o da África do Norte. E não o tinha senão por seus corsários, e sua dominação, brecada pela linha defensiva dos presídios espanhóis, estava constantemente ameaçada por dentro e por fora" (idem, p.103, grifo nosso).

Examinando uma fase em que as fortes cidades-Estado vão, progressivamente, perdendo poder para os Estados Nacionais, a *circulação* assume destaque e mostra que o espaço geográfico não é uma coisa fixa e inerte, mas algo no qual se joga, se dispõe, se mobiliza. O processo histórico caminha lado a lado da complexificação das estruturas espaciais ou, dito de outra forma, fenômenos como a expansão da mancha urbana, as ramificações de seu tecido, a integração de lugares outrora isolados e a construção de uma infra-estrutura física transformam a paisagem e o cotidiano das sociedades do século XVI. *Locus* econômico por excelência, o Mediterrâneo revelaria toda sua grandeza através de suas cidades e rotas. Se seu passado se conservava (e também se renovava, evidentemente) nas práticas camponesas multisseculares dadas pela relação com a terra, seu futuro se desenhava através dos acontecimentos ocorridos nas cidades mais importantes. Mesmo com a emergência dos Estados, estas continuariam a manter parte de seu poder econômico e influência política. Seus fixos e fluxos são a própria vida do mar. "No Mediterrâneo, a unidade humana é, simultaneamente, o espaço das estradas e o espaço urbano, estas linhas e estes centros de força. Cidades e rotas são um único e mesmo aspecto do equipamento humano do espaço. Qualquer que seja a forma, arquitetura ou civilização que a ilumine, a cidade do Mediterrâneo é filha do espaço e, ao mesmo tempo, criadora e criatura de rotas. Vidal de la Blache o disse a propósito da cidade americana, mas *o espaço mediterrâneo no século XVI (e, em se tratando das cidades, é necessário tomar o máximo de sua extensão) é, também, imensidão e exagero*. No século XVI, nenhuma região do mundo oferece tão pujante equipamento urbano. Paris e Londres não estão ainda que no início da modernidade" (ibidem, p.239, grifo nosso).

Aqui, três aspectos devem ser destacados: primeiro, falar das rotas e da circulação de forma geral não quer dizer, em nenhuma hipótese, um outro tipo de determinismo, mais sofisticado que o determinismo naturalista. O próprio Braudel faz questão de esclarecer isso, conferindo ao humano o primado da explicação de todas as coisas [191].

[191] "*Não; sem dúvida, a estrada, excelente introdução até o coração das cidades, não explica toda sua vida complicada. Ela a esquematiza em excesso. De fato, as cidades dependem de outros fatores: das vicissitudes da economia, das civilizações que a esclarecem, de circunstâncias. As cidades estão expostas a todos os acasos da*

Segundo, sua percepção do tamanho do Mediterrâneo segundo as condições de transporte do século XVI como algo grande e difícil de transpor, indica claramente que para ele a escala é social e não algo matemático; não é uma grandeza física, mas uma "medida" que varia historicamente. Assim, por conta das velocidades alcançadas e da própria materialização do mundo como escala das ações humanas, o que era grande no início dos tempos modernos tornar-se-ia pequeno segundo os padrões do século XX (ibid., p.99). Destarte, no âmbito das Ciências Humanas, Braudel expõe sua posição vanguardista ao ultrapassar a concepção cartesiana-newtoniana de espaço (vide pp. 51-52), mostrando-se não apenas à frente de seus pares mas mesmo de alguns geógrafos posteriores a ele (pensamos, sobretudo, na corrente neopositivista dos anos 50). Por isso sua crítica ao "espaço puro" (a expressão é de Braudel) de Ratzel e — provavelmente pela mesma razão — aos "nocivos livros" de geopolítica [192] (ibid., p.190).

Terceiro, é uma surpresa mencionar Vidal associando-o às cidades americanas. Não que o impacto dos EUA no pensamento deste geógrafo seja tema menor, pelo contrário (vide cap. I). Mas se a questão urbana não é por ele negligenciada, também não está, exatamente, no centro de suas atenções. Contudo, este ponto não acaba aqui e é pertinente perguntarmos: estaria Braudel, ao falar da circulação, explorando um tópico que não está necessariamente vinculado à tradição alemã, e sim algo que atravessa a obra do próprio Vidal de la Blache? Raciocinemos de maneira ponderada: uma resposta que se inclinasse para o "sim", embora não estivesse de todo incorreta, não guardaria, tanta coerência com a apropriação geral que Braudel faz de Vidal e da Escola Francesa de Geografia. Como dissemos outrora, o historiador loreno opta por reter desta corrente a análise das relações homem-meio, e o texto de 1941 sobre a geohistória é ilustrativo desta escolha. De outro lado, uma resposta negativa nos parece mais representativa do diálogo de Braudel com os conceitos alemães *raum*, *wirtschaft* e *gesellschaft*. Além do mais, a influência intelectual proveniente do outro lado do Reno também se fará notar tanto através da utilização do conceito de economia-mundo (*weltwirstchaften*) quanto da teoria locacional de Von Thünen.

---

história. Aliás, se a estrada cria a cidade, a seu turno a cidade cria a estrada e a organiza. Em Nápoli e em Palermo, no século XVI, ruas são prolongadas para além da cidade em longos passeios acessíveis às carroças citadinas, atração de estradas modernas. Mesmo Spalato (Veneza) organiza o lançamento (senão a criação, no final do século) da longa estrada terrestre que vai uni-la a Constantinopla. Além de que, pode-se imaginar a vida das estradas e sua manutenção fora do capitalismo operando nas cidades? *Cidades e rotas, repitamos, são os aspectos de uma mesma realidade, deste equipamento humano do espaço mediterrâneo. Como em outros lugares, mas mais ainda no Mediterrâneo, pois a circulação permanece o grande problema, o problema dominante* " (ibidem, p.268, grifo nosso).

[192] Ainda sobre o olhar de Braudel para a geopolítica, a situação não é tão simples como se imagina: mostrando conhecimento dos principais autores deste domínio (os alemães), cita também o almirante inglês Alfred Mahan: se a noção de *Sea Power* lhe parece correta para a escala do mundo e dos oceanos, não pode ser aplicada ao quadro do Mediterrâneo (ibid., p. 190). E, se ele desconfia do termo a ponto de engendrar o conceito de *géohistoire* para marcar uma diferença teórico-metodológica, isso não é sinônimo de negligência para com o papel estratégico e político do espaço.

Em resumo, tudo isso nos mostra que a geohistória braudeliana é o encontro entre três projetos intelectuais forjados em finais do século XIX e início do século XX: a geografia humana vidaliana, a geografia alemã e a historiografia dos *Annales*. Delas ele extrairá, respectivamente, a associação homem-meio, o trinômio espaço-economia-sociedade e a pluralidade do tempo.

É com esse referencial que ele analisará as civilizações e o capitalismo. É o que veremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO IV

Entre o Meio Geográfico e o Espaço: Escalas, Redes e Territórios em *Civilisation Matérielle, Économie et Capitalisme – XV-XVIII Siècles*

Da longa gestação de *La Méditerranée*, passando pela defesa da tese em 1947 e culminando com sua publicação em livro no ano de 1949, consideraremos esse período como sendo o das *origens intelectuais de Braudel* — para tomarmos o sentido e prestarmos homenagem ao grande esforço de Paris (PARIS, 1999). É uma etapa de aprendizagem, onde ele se nutre, sobretudo, de duas fontes: os primeiros *Annales* e a Escola Francesa de Geografia.

Após esse contexto, acreditamos poder falar numa *maturidade braudeliana*, expressa através de seus textos dedicados à teoria e metodologia históricas e do exame do processo histórico na escala mundo [193]. Trata-se de um momento onde Braudel vai, aos poucos, dando seu próprio tom à revista *Annales ESC* e às heranças de Bloch, Febvre e Vidal, aperfeiçoando-as e superando-as, principalmente, em três frentes: na análise teórica e empírica do conceito de *longa duração*, na apreensão de uma *história total* e na superação do espaço regional pela escala mundial.

É o que podemos constatar em três grandes livros: a coletânea de artigos *Écrits sur l'histoire* (1969), que cobre os anos de 1944 a 1963; o manual didático *Grammaire des Civilisations* (1963); e o monumental *Civilisation Matérielle, Économie et Capitalisme – XV-XVIII Siècles* (1979).

Quais as principais contribuições e caminhos de pesquisa de Braudel após *La Méditerranée*? O que significa a maturidade de seu pensamento? Quais os novos desafios enfrentados pela História? Existe alguma mudança epistemológica no interior do pensamento geográfico francês? O diálogo com a Geografia continua o mesmo ou há variações? Como ele articula longa duração, análise econômica e escala global?

Visando responder questões como estas, dividiremos esse capítulos em dois momentos: o primeiro versará sobre como Braudel enxerga a história do ponto de vista teórico-metodológico em *Écrits sur l'histoire* e como ele a opera em *Grammaire des Civilisations*, problematizando o significado da Geografia nessa empreitada. O segundo analisará o papel da Geografia nos três volumes de *Civilisation Matérielle*: *Les Structures du Quotidien*, *Les Jeux de l'Échange* e *Le Temps du Monde*.

[193] Aymard também fala em *maturidade*: "*Civilisation Matérielle* foi o livro concebido durante a sua maturidade, quando já era o líder respeitado de uma instituição que ele tinha modelado para ser o instrumento e o lugar para compreender o mundo" (AYMARD, 2003:19). Por sua vez, Aguirre Rojas divide tal etapa em duas partes: de 1949 a 1963, as incursões teórico-metodológicas e a atuação institucional e, de 1963 a 1979, dedicação à *Civilisation Matérielle* (AGUIRRE ROJAS, 2003).

4.1. Teoria e prática geohistóricas: *Écrits sur l'histoire* (1969) e *Grammaire des Civilisations* (1963)

De início, um esclarecimento metodológico: por quê reunir *Écrits sur l'histoire* e *Grammaire des Civilisations*? Porque eles representam momentos expressivos do pensamento braudeliano: o primeiro guarda uma natureza teórica substancial, reveladora de como nosso investigado apreendera a ciência histórica após sua experiência com os arquivos, os autores e a rede epistemológica em geral que compuseram a edificação de *La Méditerranée*. Se lembrarmos que os três grandes livros de Braudel não contém explicitamente grandes lições de método [194] e que suas demais antologias não possuem, necessariamente, uma inclinação teórico-metodológica [195], as obras acima são um ponto culminante na reflexão historiográfica braudeliana. Quanto ao segundo livro mencionado, ele merece importância, principalmente, pelo fato de ser um momento-chave onde Braudel, plenamente consciente de suas concepções históricas, as põe em prática no exame de temas como economia, sociedade, geopolítica, religião, ciência, mentalidade, civilização [196] (e, por isso mesmo, é onde a história total se apresenta no melhor de sua forma e com mais evidência que nos demais). Lendo-o, os pressupostos historiográficos desfilados na coletânea citada surgem de forma meridiana, coerente, harmônica: a longa duração da vida das civilizações, o espraiamento do capitalismo à escala do mundo, o papel da geografia nos diversos setores da atividade humana, a história como uma estrutura a pesar sobre povos e nações. Simplificando, as idéias forjadas em *Écrits sur l'histoire* serão trabalhadas e confrontadas com a empiria em *Grammaire de Civilisations* que, a seu turno, é uma primeira aproximação para aquela que seria sua maior empreitada intelectual: *Civilisation Matérielle*.

---

[194] Não será um dos motivos pelos quais ele é visto por alguns como um empirista? Todavia, tal avaliação não deixa de transparecer um desconhecimento da *totalidade* da obra de Braudel...

[195] O que não quer dizer que elas não possuem importância nesse domínio. *Les ambitions de l'histoire*, p.ex., pode muito bem ser considerado como uma reunião de trabalhos teóricos (BRAUDEL & DE AYALA, 1997). Entretanto, das três partes que a compõem, a terceira refere-se a problemas de ordem prática sobre os três grandes livros e, dos nove textos da segunda parte, seis já haviam sido publicados em *Écrits sur l'histoire*. Sua grande relevância reside mesmo nos três artigos da primeira parte: *Trois définitions: l'événement, le hasard, le social*, *L'histoire à la recherche de monde* e *Géohistoire: la société, l'espace et le temps*. Por sua vez, *Autour de la Méditérranée* diz respeito não só a trabalhos empíricos, mas ao início da carreira de Braudel, período de aprendizagem e não de idéias estabelecidas (BRAUDEL & DE AYALA, 1996), e *Écrits sur l'histoire II* (traduzido em português como *Reflexões sobre a História*), à exceção da seção *Escritos sobre o presente*, também é essencialmente empírico (BRAUDEL, 1992 [1990]).

[196] Aymard localiza-o de maneira parecida: "*Gramática das Civilizações* ocupa uma posição intermediária entre, de uma lado, a primeira edição de *Méditerranée* (1949) e, de outro, a segunda edição e o primeiro tomo de *Civilisation Matérielle* (1967). Apóia-se ela, evidentemente, no Capítulo V da *Encyclopédie française*, t. XX (1959), 'L'histoire des civilisations: le passé explique le présent' (reeditado em *Écrits sur l'histoire*, 1969, pp.255-314), assim como, aliás, em outros grandes textos desses mesmos anos, vindo em primeiro lugar 'Histoire et sciences sociales. La longue durée' (*Annales ESC*, 1958)" (AYMARD, 2004:10-11 [1987]). A título de esclarecimento, *Grammaire des Civilisations* é a parte que coube à Braudel em livro escrito (como manual para as classes terminais) também por S. Baille e R. Philippe intitulado *Le monde actuel. Histoire et civilisations* em 1963 (cf. DAGORN, 2003).

Dito isso, passemos ao exame daquilo que seria a concepção braudeliana de História. Sabe-se que Braudel traz consigo as noções teórico-metodológicas que haviam sido engendrada por Bloch e Febvre, tais como a crítica à Escola Metódica, a abordagem comparativa, a interdisciplinaridade, a pluralidade dos ritmos históricos, a imbricação passado-presente e a ênfase na economia e na sociedade. É uma herança na qual ele não abre mão e que faz questão de dizê-lo abertamente (BRAUDEL, 1992:3-31 [1990]). Todavia, o historiador loreno não se satisfaz apenas em reproduzir as premissas deixadas pelos primeiros *Annales* [197]. Suas experiências pessoais de desterritorialização no Brasil, na Argélia e no cativeiro alemão, juntamente com sua forma de conceber a Geografia, as Ciências Sociais e o desenvolvimento da dinâmica econômica moderna, farão com que ele enriqueça ainda mais a historiografia *annaliste*. Face a Bloch e Febvre, Braudel vai além em, pelo menos, três aspectos: (i) a longa duração e a "dialética" dos tempos históricos; (ii) a dimensão espacial da história[198]; e (iii) a análise do capitalismo. Vejamos a seguir em que consiste a especificidade da reflexão braudeliana.

Grammaire des Civilisations é, digamos, uma obra híbrida no que se refere ao par presente-passado. Ou, o que é a mesma coisa, é um trabalho onde um historiador, plenamente hábil no que tange ao exercício de seu ofício, examina o passado com o olhar no presente. Recusando tanto a História como o estudo do passado quanto as Ciências Sociais que só enxergam o tempo presente, Braudel o faz porque utiliza um recurso assaz interessante: o tempo não como objeto, mas como *meio* da História — assim como vê o *espaço* como meio pelo qual a Geografia interpreta os fenômenos. Lição já enunciada em 1949, ela atravessará toda a redação de *Grammaire*. Lendo capítulos como "As unidades da Europa" ou "O outro Novo Mundo: a América Latina", suas interpretações são preciosíssimas na compreensão de temas como as origens e os dilemas da União Européia e os problemas sociais, econômicos e espaciais que caracterizam países como Brasil, México e Argentina. Ou seja, estamos falando de um livro que, embora publicado em 1963, continua deveras atual.

Porém, não se trata apenas de declarar sua atualidade, mas sim de perscrutar o tratamento da categoria *tempo* e o papel da História como ciência — razões pelas quais ela é atual. Não por acaso, sua introdução intitula-se "História e tempo presente". Afinal, "Explicar a atualidade continua a ser

[197] Ele mesmo tem plena noção disso, tal como constatamos na passagem a seguir: "Uma revista assim [os *Annales*] está condenada a evoluir, a mudar. Orientei-a, portanto, para a longa duração, que tanto Marc Bloch como Lucien Febvre não haviam privilegiado ou posto em evidência até então. No entanto, ela se inseria virtualmente na linha de pensamento de ambos, não obstante suas afirmações em contrário" (BRAUDEL, 1992 [1990]).

[198] Recordando as palavras de Daix: "Sua conscientização do papel do espaço nas relações humanas derivava de sua própria vida, de seus descentramentos na Argélia e no Brasil, mas sobretudo da segregação dolorosa no período de cativeiro, com a distância tão pesada a suportar entre sua família na Argélia e ele — agravada pela liberação da África do Norte e mais adiante pela da França" (DAIX, 1999:280 [1995]).

uma pretensão" (BRAUDEL, 2004:18 [1963]). No que poderíamos completar sem trair as meditações de nosso investigado: cabe ao historiador não negligenciá-la. Sim, pois o tempo não é algo fixo e acabado, mas uma variável a ser manejada segundo os temas que se pretende examinar. Realidades como civilizações, religiões e mercados demandam uma visada de longo alcance sobre o processo histórico. Estados Nacionais e empresas transnacionais, p.ex., são manifestações históricas mais recentes. Por sua vez, fenômenos como a industrialização e a educação pública e gratuita só vieram a despontar no século XIX.

Portanto, o que é a História? Não é nem a ciência do passado nem a que transcreve documentos, mas sim a que explica as temporalidades dos fenômenos e suas relações uns com os outros. E o que é o presente? É uma realidade tão inescapável quanto o passado e, embora seja fugaz, sua particularidade reside no fato de ser a reunião do passado e a janela do devir. E o que é o processo histórico? Ele não significa continuidade e sequência, mas sim descontinuidades; não significa rupturas e revoluções, mas permanências. Nesse sentido, pode-se dizer que a história é um peso que as sociedades mesmas forjaram, mas do qual elas não escapam assim tão facilmente. A história é onipresente, mas apenas na medida em que os traços permanecem na paisagem, os homens repetem seus ritos e tradições, a natureza é um obstáculo constante. É claro que, após a ampliação documental promovida pelos *Annales*, *tudo* tornou-se objeto legítimo da História — e Braudel segue à risca essa "regra". No entanto, sua predileção diz respeito àquilo que é durável, constante, repetitivo. O que os homens continuam a fazer no século XX e que não pode ser considerado novidade, posto que já o faziam no século XV? Quais são os elementos constituintes da sociedade brasileira contemporânea que deitam raízes no período colonial e que se mantiveram no decorrer desse intervalo?

Assim, Braudel arquiteta não um plano histórico ideal tal como as Filosofias de História se esforçaram em elaborar, mas uma concepção coerente da História como ciência. Não é uma teoria complexa sobre a natureza do tempo histórico nem, tampouco, uma explicação detalhada de como as diversas temporalidades se relacionam precisamente entre si. Na esteira da suspeita das Ciências Humanas para com a Filosofia [199] e substituindo a construção de teorias por noções mais simples que possam servir como recurso metodológico ou, no máximo, como modelo, reconhecer e insistir

[199] Segundo artigo localizado por Aguirre Rojas no anuário da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP do ano de 1935, Braudel reconhece nos estudantes paulistas de História a falta de uma cultura geral. E, como sugestão, afirma que não seria em vão investir em três disciplinas: português, latim e filosofia. Sobre esta última, ele diz: "Neste caso, entendemos por cultura filosófica uma atualização do pensamento. Entre nossos estudantes, inclusive entre os melhores, existe uma forte tendência a filosofar sem sabê-lo. Se se disciplinam neste domínio de maneira consciente, desembaraçariam seus próprios trabalhos do lastro que aqui se introduz sob o nome de idéia geral. Seguindo a velha fórmula, é preciso, então, pensar o próprio pensamento" (BRAUDEL, 1997 [1935]). Ora; não foi exatamente isso o que Braudel praticou por toda a vida: pensar o próprio raciocínio (a historiografia) e atualizá-lo via o diálogo com as demais Ciências?

que a história admite ritmos e descontinuidades — e que, portanto, pode ser apreendida fora da tradicional sequência cronológica — é uma perspectiva assaz fértil quando se trata de compreender a dinâmica da vida social, as diferenças de enfoque entre as ciências e os empecilhos relativos aos projetos interdisciplinares.

Então, de que maneira podemos traduzir o sentido do título *Grammaire des Civilisations*? A gramática, ou seja, a linguagem, a principal forma de expressão e comunicação dos povos, diz respeito ao *tempo* ou, para sermos mais exatos, às *temporalidades*. As civilizações possuem seus ritmos e "estações" e, embora em contato umas com as outras (ou mesmo quando é o caso de uma ser filha da outra, tal como ele se refere às Américas, a "Europa de ultramar"), guardam suas características próprias. Por sua vez, evocar o conceito de civilização possui, pelo menos, dois significados: um político/ideológico e um epistemológico. Sobre o primeiro, iremos comentá-lo mais adiante. De qualquer maneira, um esclarecimento: tal opção não recai nem numa abordagem culturalista, nem no evolucionismo. Todavia, uma certa tendência eurocêntrica repousa no cerne de *Grammaire* [200].

Acerca do sentido epistemológico, as civilizações são enormes massas de pessoas, enraizadas em espaços específicos e vivendo segundo determinadas características religiosas, culturais e sociais. Suas tradições, paisagens e vínculos identitários foram construídas não de uma hora para outra, mas numa escala de tempo que atravessou gerações e gerações. Assim, tais elementos constituem um ambiente perfeito para a consecução de uma *história total e de longa duração*, onde diversos aspectos da vida social estão em constante interação uns com os outros num plano multissecular de tempo (a religião e a política no Islã e o mundo muçulmano, a economia e o pensamento científico na Europa Ocidental, a cultura do arroz e a vida familiar na China e na Índia, a abundância de recursos naturais e a exploração colonial na América Latina, apenas para citar alguns exemplos). As civilizações são sólidas, resistentes às transformações [201]: são *estruturas* a explicar a técnica, a agricultura, a política, o meio ambiente, as mentalidades... Em virtude de sua pujança, nelas os indivíduos se diluem, se esvaem.

[200] "Começamos nosso estudo pelas civilizações não-européias: Islã, África Negra, China, Índia, Japão, Coréia, Indochina e Indonésia. Era vantajoso tomar certa distância em relação à Europa, mudarmos de ambiente para melhor nos persuadirmos de que a Europa não está, não está mais no centro do universo". Ninguém discordaria que este trecho desloca a importância da Europa como pólo principal da história global. Mas seu arremate deixa dúvidas se Braudel logrou êxito em ultrapassar o eurocentrismo: "Europa e não-Europa: é nisso que ainda se situa, entretanto, a grande oposição de qualquer explicação séria do mundo" (BRAUDEL, 2004:284 [1963]).

[201] "Com efeito, escolher as grandes civilizações como 'marcos inteligíveis' do mundo atual é ultrapassar o movimento rápido da história tal como vocês [refere-se aos alunos do terceiro colegial] a seguem, de 1914 a 1962. é convidar-nos a refletir sobre certa história de respiração lenta, 'de longa duração'. As civilizações são personagens à parte, cuja longevidade ultrapassa o entendimento. Fabulosamente velhas, elas continuam a viver em cada um de nós; e hão de sobreviver a nós ainda por muito tempo" (BRAUDEL, 2004:18-19 [1963]).

Eis aqui um ponto crucial — e, talvez, ambíguo — do pensamento braudeliano: a história se assemelha menos com a produção de liberdades que com a de restrições e imposições. É verdade que ele enfatizou a superação humana frente a escala local; a conquista dos mares, oceanos e lugares longínquos rompendo barreiras colocadas pelas distâncias; os sucessos técnicos da agricultura acabando com a insuficiência alimentar; a produção de mercadorias pela indústria proporcionando uma brutal melhora na qualidade da vida cotidiana; as conquistas científicas etc. Porém, o "Homem braudeliano" parece subtraído da capacidade de fazer a história — diferentemente do que encontramos no materialismo histórico, p.ex. Ela é algo a ser *sofrido* pelos homens, um fardo no qual a possibilidade mais evidente não é outra senão resistir, sobreviver. Na lição inaugural do *Collège de France* em 1950: "Não negamos, para tanto, a realidade dos eventos ou o papel dos indivíduos, o que seria pueril. Ainda assim cumpriria notar que, na história, o indivíduo é, muito frequentemente, uma abstração. Não há jamais, na realidade viva, indivíduo encerrado em si mesmo; todas as aventuras individuais se fundem numa realidade mais complexa, a do social, uma realidade 'entrecruzada', como diz a Sociologia. O problema não consiste em negar o individual a pretexto de que foi afetado pela contingência, mas em ultrapassá-lo, em distingui-lo das forças diferentes dele, em reagir contra uma história arbitrariamente reduzida ao papel dos heróis quinta-essenciados: não cremos no culto de todos esses semideuses, ou, mais simplesmente, somos contra a orgulhosa palavra unilateral de Treitschke: 'Os homens fazem a história'. Não, a história também faz os homens e talha seu destino — a história anônima, profunda e, amiúde, silenciosa, cujo incerto, mas imenso domínio, é preciso abordar agora" (BRAUDEL, 2005:23 [1969]).

Prosseguindo os combates pela História, vemos, de um lado, o julgamento desfavorável à Escola Metódica, a dos "heróis" e "semideuses". De outro, a aproximação junto à Sociologia e a defesa do coletivismo, dos "anônimos". Escolhas que entendemos facilmente, decerto. Porém, em uma outra instância, cabe perguntarmos: o que, efetivamente, Braudel quer dizer ao sustentar que os homens fazem a história mas a história também faz os homens[202]? Ensaiemos uma resposta: o processo histórico é algo que se acumula sobre a vida humana. Ele é um *continuum* no qual as gerações futuras, inevitavelmente, se depararão. A história é o resultado da tradição, do trabalho, do pensamento de várias gerações, e não somente do tempo dos eventos, dos acontecimentos espetaculares consagrados por determinada historiografia. Só se sabe o que é a história "saindo" de nós mesmos e daquilo que imediatamente nos cerca, ou seja, ultrapassando o presente e o passado recente e mergulhando numa história inconsciente, esquecida, rejeitada. A história é uma estrutura

[202] Já não conhecemos esse tipo de raciocínio quando, no século XIX, Marx e Engels declaravam que "Os homens fazem a história mas sob determinadas condições"? (MARX & ENGELS, s/d a [1846]).

no sentido de que, dela, nada se apaga, nada se perde. Se as consequências de um dado fenômeno não foram sentidas quando de sua eclosão, nada garante que o momento seguinte não irá resgatá-lo e trazê-lo à tona. Longe das Filosofias da História, cujas leituras de mundo as levaram a "antever" o futuro, para Braudel o devir é imprevisível. No entanto, uma coisa é certa: nada ocorre fora da história e de seus condicionamentos ou, em uma frase, do peso da longa duração. A relação dos homens com a história é a de um "eterno retorno" — mas é ela que os conduz, e não o oposto [203].

É dessa forma que aspectos como civilizações, meio geográfico e mercado são incontornáveis. São amálgamas, pilares de um edifício construído durante séculos. Não há vida social fora deles, e é nesse sentido que a história (ou, ao menos, parte dela) escapa aos indivíduos. Das primeiras, recebemos os costumes, as tradições, a *outillage mental*, as noções de "certo" e "errado" [204]. Do meio geográfico, os recursos básicos à sobrevivência, o enraizamento a um dado lugar, as paisagens com as quais nos identificamos e nos reconhecemos no mundo. Do mercado vêm os intercâmbios, a moeda, o crédito, a satisfação das necessidades. Aqui, um interessante ponto teórico-metodológico deve ser observado: se no plano historiográfico o processo histórico é algo aberto e passível a diversas interpretações, no plano real ele é resistente às mudanças. Boa parte dele é, podemos dizer, reversível apenas na escala da longa duração. Por conta disso, Braudel procura não os grandes feitos ou a irrupção das revoluções, mas sim que "todo estudo do passado deve, necessariamente, comportar uma medida minuciosa daquilo que, em determinada época, *pesa* exatamente sobre sua vida — *obstáculos* geográficos, técnicos, sociais, administrativos" (idem, p.118, grifo nosso). Conforme algumas de suas passagens, pode-se deduzir que a proximidade com o tempo presente e o imperativo das coisas cotidianas impede que os homens (e mesmo os historiadores) tomem consciência das restrições impostas pela história, seja uma crença proibitiva ou o papel subordinado da mulher, p.ex. Daí a importância de encarar o presente não de maneira "breve e irreal" (ibidem, p.83), mas sim como *um momento pleno de história* — isto é, cheio tanto de possibilidades quanto de injunções. Braudel privilegia estas últimas. Comentando as imobilidades camponesas, os sentimentos religiosos ou as atitudes perante a morte, fala que "Essas realidades, essas *estruturas* em geral são *antigas*, de longa duração, e sempre *traços distintos e originais*. Elas conferem às civilizações sua fisionomia particular, seu ser. E estas raramente as

[203] "Ultrapassar o evento era ultrapassar o tempo curto que o contém, o da crônica ou o do jornalismo — essas rápidas tomadas de consciência dos contemporâneos no dia-a-dia, cujos traços tornam tão vivo o calor dos eventos e das existências passadas. Equivale a perguntar se, além do eventos, não há uma história inconsciente dessa vez, ou melhor, mais ou menos consciente que, em grande parte, escapa à lucidez dos atores, dos responsáveis ou das vítimas: *elas fazem a história, mas a história os transporta*" (BRAUDEL, 2005:96 [1969], grifo nosso).

[204] Em um trecho sobre o Cristianismo, ele afirma: "Ateu, um europeu continua sendo *prisioneiro* de uma ética, de comportamentos psíquicos poderosamente arraigados numa tradição cristã" (BRAUDEL, 2004:309 [1963], grifo nosso).

permutam, pois cada qual as considera como valores insubstituíveis. Bem entendido, essas permanências, essas escolhas herdadas ou essa recusa em face das demais civilizações são, em geral, inconscientes para a grande massa dos homens. E importa, para discerni-las com clareza, afastar-se (pelo menos mentalmente) da civilização em que se está mergulhado" (BRAUDEL, 2004:48-49 [1963]).

Mencionamos várias vezes o vocábulo "estruturas". Cabe agora iluminá-lo. Assumindo posição central em Braudel a partir da década de 1950, ele reflete uma outra etapa dos debates e combates travados pelos *Annales*. Desta vez, o adversário não é mais a Sociologia Durkheimiana ou a história historizante, mas a Antropologia de Claude Lévi-Strauss. Integrante da missão francesa na USP dos anos 30, dele virá a principal "ameaça" para a História após a II Guerra Mundial. Situando-a como uma ciência humana e natural ao mesmo tempo (um programa disciplinar ambicioso, portanto), sua crítica é tão ácida quanto fora a dos primeiros *Annales*: a ingenuidade e a fragilidade da História por seu apego às realidades empíricas era mais que evidente. Contrastada com a *démarche* etnológica, que buscava as estruturas profundas da sociedade através da construção de modelos teóricos, não caberia outro papel à História senão o de ser o material básico daquela. Ciência conceitual, a Etnologia levistraussiana investiria na anti-historicidade e na invariância como traços essenciais da análise social (DOSSE, 2003:36-42 [1987]).

A resposta de Braudel não tardaria a aparecer. Tomando para si o conceito de estrutura e admitindo mesmo a existência de aspectos sociais "permanentes", porém a diferença entre ambos é inequívoca: as estruturas são entidades vivas e em movimento. Ainda que se modifiquem lentamente, nem por isso deixam de ser históricas, no sentido que afetam a constituição e o andamento das sociedades. Contudo, na medida em que definida como "um corpo subtraído à gravidade, à aceleração da história" (BRAUDEL, 2005:107 [1969]), seu caráter é, no mínimo, *sui generis*. Como alguém que prega a historicidade de todos os fenômenos sociais pode declarar algo semelhante? Eis que estamos, novamente, no cerne da reflexão braudeliana: uma das questões-chave das Ciências Humanas é saber distinguir o durável do efêmero, o brilho dos vaga-lumes e a imensidão da noite escura, a fumaça excessiva e passageira das realidades sólidas que persistem historicamente [205]. As estruturas são prisões de longa duração: quadros mentais afetando a psicologia coletiva, pressões biológicas sobre a demografia, práticas camponesas arraigadas. Elas se arrastam pelo tempo afora e, como uma imã, vão delimitando os destinos da história. E, embora

[205] Tal como ele proclamaria, sobretudo, em *Les responsabilités de l'histoire* (1950) e *Histoire et Sciences Sociales. La longue durée* (1958).

alguns atestem que Braudel não as definiu com clareza no plano teórico [206], ele investe na concreticidade e no vigor da manifestação fenomênica como provas de clareza para compreender seu papel histórico: "A longa duração é a história interminável, durável, das estruturas e grupos de estruturas. Para o historiador, uma estrutura não é somente arquitetura, montagem, é permanência e frequentemente mais que secular (o tempo é estrutura): essa grande personagem atravessa imensos espaços de tempo sem se alterar; se se deteriora nessa longa viagem, recompõe-se durante o caminho, restabelece sua saúde e, por fim, seus traços só se alteram lentamente..." (idem, p.106).

Diferentemente de Lévi-Strauss (cujo êxito só seria alcançado quando seus modelos "navegassem nas águas da longa duração" [ibidem, p.107]), o estruturalismo de Braudel [207] não está à procura nem da natureza humana, nem dos universais [208]. Sua crença na plenitude histórica, isto é, no fato de que as múltiplas dimensões da vida social são "cheias" de história e só se explicam a partir dela, leva-o a recusar também a dicotomia proposta por aquele entre sociedades "frias" e sociedades "quentes", como se fosse possível existir povos sem história e povos com história. De acordo com nosso investigado, trata-se exatamente do contrário: as estruturas são dinâmicas, mutáveis, mas só conseguimos alcançar seus movimentos quando as observamos na esfera da longa duração. É onde pode-se apreender a continuidade das feições estruturais das sociedades (religiões e meio geográfico, p.ex.); os eventos rápidos e aparentemente ameaçadores que não fazem senão tocá-las de longe (as revoluções); e as conjunturas (econômicas, principalmente) que, de fato, as abalam, provocando desvios e alterações. A História estrutural não é, portanto, alheia à mudança (e acaso ela poderia ser concebida dessa forma?), mas é, sim, uma História daquilo que resiste aos acontecimentos e às conjunturas [209]. Ela demanda uma operação intelectual onde somos convidados

[206] Em busca de uma história científica e racionalista, Lloyd observa: "Nas obras de Braudel, há uma tensão entre a coleta maciça de dados sobre os padrões observáveis da vida cotidiana e suas afirmações quase *ad hoc* sobre a existência de camadas estruturais, ao lado de sua desatenção às mentalidades. Apesar de afirmar estar basicamente preocupado com a história das estruturas a longo prazo, seu conceito de estrutura permaneceu subdesenvolvido" (LLOYD, 1995:100 [1993]). Com exceção da negligência de Braudel para com as mentalidades — algo que não podemos concordar após a leitura de *Grammaire* —, Lloyd tem toda a razão. A definição braudeliana de *estrutura* é literária e, no limite, quase anti-racionalista (vide acima).

[207] Um tanto quanto impaciente em virtude das confusões que isso havia lhe causado, ele mesmo o esclarece em um dos artigos do *Corriere de la Sera*: "A essa história profunda, chamei *estrutural* — mas, por favor, entenda-se, e de uma vez por todas, que *meu* estruturalismo nada tem a ver com o estruturalismo (que, por sinal, saiu de moda) dos lingüistas. Para mim, é *estrutura* tudo o que resiste ao tempo da história, o que dura e até perdura — logo, algo bem real, e não a abstração da relação ou da equação matemática" (BRAUDEL, 1992:371 [1990]). Portanto, mesmo admitindo que o uso do termo por Braudel é assaz particular, discordamos da assertiva de que ele é "um pensador profundo e radicalmente anti-estruturalista" (AGUIRRE ROJAS, 2003a:67).

[208] Embora ele estivesse, digamos, "habilitado" a fazê-lo, já que trabalhou com um gama de aspectos sociais, a escala-mundo e um intervalo de tempo que cobre, pelo menos, do século XV ao século XX. Em outras palavras, Braudel poderia muito bem ter profetizado algo sobre a "humanidade" ou coisa parecida — mas, inteligentemente, não o fez.

[209] Eis a sutileza da noção braudeliana de mudança: não se está falando da alteração de governo de quatro em quatro anos ou de planos econômicos quinquenais, mas sim de câmbios profundos, amplos. Ultrapassam o tempo de vida e morte de um indivíduo e envolvem gerações e gerações: "Fique claro que a estrutura não é

a, reconhecendo previamente a herança do passado, examinar atentamente o presente mas, ao mesmo tempo, a não ceder às tentações do tempo curto — "a mais enganadora das durações" (ibid., p.46).

Nessa *démarche*, a proposta não se limita apenas a reconhecer a pluralidade do tempo e suas velocidades: *o que está sendo questionado é a própria concepção moderna de processo histórico*. Tal como ele fora elaborado por Comte, Hegel e Marx (e, naturalmente, a despeito das diferenças entre eles), o passado era algo a ser superado; grosso modo, "deixado para trás". Comte pode mesmo ser considerado um anti-historicista. O "estado positivo" seria a consagração da ciência, da indústria e do Estado, com os estados "teológico" e "metafísico" não passando de períodos ingênuos e imaturos do conhecimento humano que deveriam ser esquecidos (COMTE, 1983 [1844]). Para Hegel, Napoleão encarnava o "Espírito do Mundo" que varreria a Europa do domínio nefasto da Igreja e do que sobrara da Idade Média, implantando o Estado e o Capital como permanentes e universais. A História acabava ali (MÉSZAROS, 2002). A seu turno, na medida em que os homens eram escravos de seu próprio trabalho, Marx via o mundo mergulhado em sua *pré-História*. A emancipação *histórica* deste estado de coisas só viria com o Socialismo, arruinando de uma vez por todas o modo de produção capitalista (MARX & ENGELS, s/d a [1846], s/d [1848]).

Como Braudel concebe o processo histórico? Sobretudo, de maneira *cumulativa*. Falar em durações diferentes significa incorporar a multiplicidade de camadas, níveis e aspectos históricos. Não há rompantes e, tampouco, fator exclusivo que domine a explicação histórica. A escala privilegiada onde se desenrola a vida humana é o mundo, e seus diversos atores (camponeses, comerciantes, banqueiros, cientistas, escritores, reis...) contribuem, cada qual à sua maneira, para a constituição de uma rede social onde *interdependência* é palavra-chave. Não, a sociedade não é igualitária: através da longa duração, a história se apresenta no tempo e no espaço de forma desigual, mas nem por isso possui heróis ou vilões. Não há um projeto civilizatório ou missão redentora a despontar no horizonte histórico. A ênfase braudeliana recai nas dimensões econômica e social, mas também estão presentes conflitos territoriais, disputas religiosos, lutas contra ambientes inóspitos, ascensão e queda de grandes cidades, divergências de idéias, soluções e problemas agrícolas, aspectos populacionais etc. De fato, a *longue durée* o desacelera, mas não há interrupção do processo histórico: trata-se de algo aberto e em constante, porém lenta, construção. Ela pode,

---

imobilidade rigorosa. Ela só me parece imóvel em relação a tudo o que, em torno dela, se move, evolui mais ou menos depressa. Mas ela se desgasta, durando. Ela se apouca. É inclusive sujeita a rupturas, mas afastadíssimas umas das outras no tempo e que, por mais importantes que sejam, nunca dizem respeito a toda a arquitetura estrutural da sociedade. Nem tudo se quebra de um só golpe" (idem, p.356). Em outra ocasião, reitera como se dá a mobilidade das estruturas: "Toda longa duração se interrompe mais dia menos dia, nunca de uma vez, nunca em sua totalidade, mas surgem fraturas" (BRAUDEL, 1996a:223 [1979]). Contudo, a mudança parece algo natural, automático. No limite, independente dos homens...

mesmo, soar como uma evasão, mas isso é tão somente um recuo para captar com mais lucidez de sentido o peso da história sobre o presente. Afinal, a história não se reverte assim tão facilmente.

Defesa da ciência histórica frente à Antropologia, condenação às Filosofias da História, apelo à historicidade como elemento básico da vida social, diferentes ritmos temporais... Para nós, é indubitável que estamos diante de uma concepção de História que, embora insuficientemente teorizada, não quer dizer que seja incompreensível nem, tampouco, que não possa ser desenvolvida sob este patamar [210]. Reconhecer em Braudel uma teoria da História e, a partir daí, explorar as consequências de seu pensamento, nos parece fundamental para o entendimento do *modus operandi* da Modernidade e do capitalismo, p.ex. Entretanto, ainda que tal exercício seja crucial para a História das Idéias de modo geral e para a Historiografia em particular, ele permanecerá insuficiente se não vier acompanhado da seguinte interrogação: qual a natureza política da concepção braudeliana de História? Sim, pois a epistemologia não faz sentido apenas quando confrontada com a empiria. Obrigando o intelectual a criar um meio para elucidar o caos dos fenômenos, desta trama emergirá não somente uma visão cognitiva de mundo, mas também o desvelamento do sujeito: um ato de desnudar-se que não quer dizer outra coisa senão tomar partido diante daquilo que lhe cerca. É a posição política que se desembaraça a partir da epistemologia. Ela a revela em sua totalidade.

A questão pode ser formulada como se segue: partindo Braudel do referencial teórico da longa duração, quais as consequências políticas dessa postura no âmbito de sua interpretação histórica? Ou, simplificando a indagação, como o historiador do tempo longo posicionou-se frente à Expansão Marítima e Comercial Européia, ao Colonialismo e ao Capitalismo?

Se a longa duração é uma evasão, uma espécie de distanciamento (e, com certeza, de aprofundamento) frente à história [211], isso não o isenta de assumir suas inclinações ideológicas. Afinal, estamos discorrendo sobre alguém que se fez historiador presenciando a Crise de 29 e o New Deal, a queda da República de Weimar, o Nazi-Fascismo, a Guerra Fria, a Revolução Cubana,

[210] Embora *en passant*, devemos nos opor à visada foucaultiana em torno da noção de *comentário*, que seria algo como uma repetição daquilo que já foi dito e "estava articulado silenciosamente no *texto primeiro*" (FOUCAULT, 2004:25 [1970]). Assim, o filosófo francês parece interditar a possibilidade de surgimento do *novo* a partir de um comentário, de uma interpretação. O caso de Braudel se apresenta como um bom exemplo das possibilidades e potencialidades deixadas em aberto no tocante à natureza do conhecimento histórico. Por acaso medrá-las seria repeti-lo? Não cremos. E o que dizer dos comentários equivocados, p.ex? A interpretação errônea também deve ser creditada ao texto primeiro e suas prováveis lacunas?

[211] Primeiramente, ele assegura: "O historiador não sai jamais do tempo da história: esse tempo cola-se ao seu pensamento como a terra à pá do jardineiro". No entanto, em seguida, completa: "Ele sonha, é certo, evadir-se dele". E arremata com aquela que é uma das principais experiências que o levou a refletir sobre a história longa: o cativeiro alemão. Sim, pois enquanto tudo ao seu redor se movia, ele mesmo permanecia estático. Cinco anos onde os dias e as noites não eram senão iguais... "Pessoalmente, no decorrer de um cativeiro bastante moroso, lutei muito para escapar à crônica desses anos difíceis (1940-45). Recusar os eventos e o tempo dos eventos era colocar-se à margem, ao abrigo, para olhá-los um pouco de longe, julgá-los melhor e não acreditar muito. Do tempo curto, passar ao tempo menos curto e ao tempo muito longo (se ele existe, este só pode ser o tempo dos sábios), depois, chegado a esse termo, parar, considerar tudo de novo e reconstruir, ver tudo girar à sua volta: a operação tem do que tentar um historiador" (BRAUDEL, 2005:108-9 [1969]).

a Descolonização e tantos outros acontecimentos que marcaram a era dos extremos. Visto sob esse ângulo, poderíamos estender a argumentação e dizer que, se o XIX foi o século da História, o XX foi o século da Política: a derrota dos regimes totalitários, o predomínio da democracia e a bipolarização Capitalismo-Socialismo não são elementos mais que suficientes para corrobar tal ponto de vista? *Ironicamente, contudo, o século da Política foi aquele cuja corrente historiografia hegemônica investiu, precisamente, contra a História Política!* Todavia, esperamos que a problematização em torno deste assunto nos primeiros *Annales* tenha sido suficientemente clara nesse sentido. A recordar: a crítica à História Política está longe de ser a negação da dimensão política na História.

Dois motivos acabariam por dificultar a tarefa braudeliana de encobrir o conteúdo ideológico de seus escritos: o Capitalismo como principal de tema de estudos e um livro cuja intenção e prática explícitas eram a de associar passado e presente na compreensão dos cem anos precedentes. Estamos falando de *Grammaire*. Nas páginas anteriores, aventávamos que a escolha do conceito de *civilização* tinha um evidente cunho político, constituindo-se numa tentativa de relativizar as dimensões militar e nacionalista da História numa Europa que, mal acabara o pesadelo da II Guerra Mundial, adentrara em tempos de Guerra Fria (afinal, inicialmente o livro era direcionado aos estudantes do último ano colegial, ou seja, havia a intenção límpida de transmitir aos jovens cidadãos franceses uma determinada idéia de História que não era mais aquela da III República). Mapear e explorar a diversidade civilizacional do mundo era, também, uma forma de superar ou, pelo menos, apresentar uma alternativa face a uma perspectiva histórica ancorada nos Estados-Nação (a Escola Metódica) e na luta de classes (o Marxismo). Ressaltemos que ele procura guardar certa distância face aos objetos de pesquisa que aborda (BRAUDEL, 1989a:11 [1986]) — aspecto que já estava presente nos primeiros *Annales*. Entretanto, cremos que Braudel parece mais sutil no tocante a assumir seus julgamentos e preconceitos históricos porque ele é mais teórico que Bloch e Febvre. Além disso, em termos pessoais, não tinha nem o engajamento do primeiro nem a atração pelas querelas intelectuais do segundo. Todavia, o fator mais importante é mesmo o tratamento dado ao tempo. A adesão à longa duração está ligada à estratégia de evasão: evasão do tempo curto, dos fatos efêmeros. O historiador se deixa levar por uma abordagem mais fluida, menos fixa, do tempo. Não há a rigidez da cronologia e sua imposição de que as coisas se sucedem inevitavelmente umas após as outras. Por isso Braudel fala na saída, no contemplar a História de longe [212], nos fazendo lembrar um pouco o tão conhecido exemplo de situar-se do alto de uma

[212] A situação a seguir mostra bem essa feição, tal como ele mesmo a testemunha em *Ma formation d'historien* (1972): "Só tomei plena consciência disso [do fato de que, se *La Méditerranée* não tivesse sido escrito no cativeiro, teria sido um livro de natureza assaz diversa] há um ano ou dois, ao encontrar em Florença um jovem

montanha a fim de enxergar o todo com mais clareza — mesmo que isso faça perder a visão dos detalhes.

Eis uma imagem a auxiliar a interpretação da escrita histórica em questão: o alto da montanha representa a perspectiva da longa duração. Nas planícies, localizam-se os eventos. E, a meio caminho de ambas, as conjunturas. É uma figura imperfeita, decerto. Mas ela serve para ilustrar que Braudel desejara ver as coisas de fora, longe do calor dos acontecimentos e de suas pulsações rápidas e nervosas. Porém, segundo ele, isso não se traduzia na perda do detalhe, mas, ao contrário, em sua compreensão mais lúcida à medida em que ele se incorporava ao movimento geral da história. É por esta razão que, ao ser desafiado a refletir sobre o século XX, ele opta pelo conceito de civilização como recurso analítico que permitia tanto realizar sua tarefa quanto apreendê-la no plano da longa duração. Com as civilizações, o tempo "casava" com o espaço: o passado mais longínquo e o presente mais imediato se encontravam, possibilitando a Fernand Braudel algo que lhe era capital: o manejo dos ritmos temporais, os saltos históricos, o rompimento com a camisa-de-força da cronologia, a capacidade de ir e vir na história e nos espaços geográficos[213]. É justamente essa "ginástica" no tempo (e no espaço) que o deixa à vontade para relativizar o impacto das revoluções, p.ex. O alto da montanha era uma posição que lhe facultava o direito de enunciar que bastava um pouco de paciência e elas passariam (BRAUDEL, 1992:358 [1990]). Afinal, poucos fenômenos são realmente estruturais — enquanto a maioria situa-se no plano da efemeridade.

Ora; o problema é que aquilo que permaneceu e resistiu no desenrolar do processo histórico multissecular diz respeito menos aos interesses da minoria que aos da maioria. Uma das principais lições do materialismo dialético não dizia que "As idéias dominantes de uma época são as idéias da classe dominante"? (MARX & ENGELS, s/d a [1846]). Todavia, isso não parece ser problema para Braudel, pelo contrário: em várias ocasiões ele fala na desigualdade social como um traço estrutural e, no limite, chega a dizer que a permanência mais relevante para um historiador diz respeito ao fato de que toda sociedade continua hierarquizada. Eis exatamente a tentativa de neutralidade de nosso investigado legitimada por intermédio do campo epistemológico: a distribuição da terra, o

filósofo italiano. 'O senhor escreveu esse livro na prisão?', perguntou-me. 'Ah, é por isso que ele sempre me deu a impressão de um livro de contemplação'. Sim, contemplei, cara a cara, durante anos, longe de mim no espaço e no tempo, o Mediterrâneo. (...) Bem longe de nossas pessoas e infortúnios cotidianos, a história era escrita, rodava lentamente, tão lentamente quanto essa vida antiga do Mediterrâneo, cuja serenidade e como que a majestosa imobilidade eu sentira com tanta frequência. Foi assim que me pus conscientemente em busca da linguagem histórica mais profunda que eu podia apreender, ou inventar: o tempo imóvel ou, pelo menos, de lentíssimo desenrolar, o obstinado em repetir-se. Meu livro ordenou-se, então, de acordo com várias linhas temporais diferentes indo do imóvel à brevidade do acontecimento" (BRAUDEL, 1992:11-12 [1990]).

[213] Sobre as civilizações, primeiramente, "(...) são realidades de longuíssima duração. Segunda característica: estão solidamente enraizadas em seu espaço geográfico" (BRAUDEL, 1988:112 [1985]).

capitalismo, a desigualdade social, a dominação religiosa e outros aspectos são estruturais e, portanto, não se desfarão sem mais nem menos. Não é sua premissa analítica a de que os homens mais sofrem do que fazem a história? (BRAUDEL, 1992:342 e 372 [1990]).

Em uma dada altura de *Grammaire*, ao comentar as disparidades econômicas na Europa, pode-se ler: "Na realidade, nunca pode haver circulação, economia comum, sem diferenças de atividade ou de nível, sem regiões que conduzem e outras que são conduzidas [214]. Desenvolvimento e subdesenvolvimento não cessam de comandar-se, de depender um do outro" (BRAUDEL, 2004:371 [1963]). Tratar-se-ia de uma reflexão que aceita sem questionar a desigualdade capitalista ou, tão somente, da reprodução da noção consagrada de desenvolvimento desigual e combinado? Não, não se pode tirar conclusões precipitadas. Um autor como Braudel deve ser tratado com a mesma seriedade com que abordou seus temas de pesquisa. Atentemos para uma outra passagem que nos auxiliará um pouco mais nessa direção. Discutindo as questões sociais na América Latina, ele atesta: "Uma elite intelectual, escritores, admiráveis professores, alguns raros políticos, alguns médicos cultos e advogados tomaram consciência desses novos problemas. *Infelizmente, a fragilidade das classes dirigentes, política e economicamente responsáveis, é outra das fraquezas graves e permanentes da América do Sul*. A crise do crescimento industrial destruiu de maneira implacável uma velha sociedade culta, requintada, pouco capaz, é verdade, de inserir-se nesse novo mundo, mas tão simpática! O que é pior é que nada ainda se ofereceu para substituí-la realmente. Ontem, vale dizer, antes de 1939, numa América ainda semicolonial, apenas uns poucos atores ocupavam a estreita cena da vida política e da cultura, ao mesmo tempo que dominavam negócios tranquilos. Homens encantadores, sedutores, cultos, proprietários de centenas, de milhares de hectares, possuidores de riquíssimas bibliotecas, alguns deles verdadeiros príncipes faustosos do Renascimento, feitos para seduzir o jornalista, o viajante ou o intelectual da Europa. (...) Às vésperas da última guerra, porém, já se tinha a impressão de que estavam socialmente condenados (...). *O que continua a faltar à América do Sul são partidos políticos consistentes e, mais ainda, elites, burguesias estáveis*, o 'medio pelo', o 'meio-pêlo', como se diz no Chile para designar esse meio-termo social (no sentido ordinário, a expressão se aplica ao gado cruzado de segunda categoria). Os poucos intelectuais existentes não bastam. *Seria preciso tempo, situações calmas*, uma economia menos estritamente dividida entre muito pobres e muito ricos, *para que se instaure essa classe indispensável ao equilíbrio social de um mundo que até aqui permanece basicamente capitalista*" (idem, p.404-5, grifo nosso).

[214] Milton Santos não retomaria esse raciocínio trinta anos depois em *A Natureza do Espaço*? (SANTOS, 2002 [1996]).

A primeira impressão que se apresenta é a de que o conteúdo dessa mensagem deve boa parte de seus tributos a Max Weber. A evocação de uma elite (termo de conotação fortemente weberiana) dirigente racional e administrativamente apta a conduzir o Estado-Nação segundo a trilha aberta pelo progresso capitalista parece ter saído direto da reflexão do sociólogo alemão. Porém, sabemos que Braudel não o cita em *La Méditerranée*, mas o diálogo aparece em *Civilisation Matérielle*. Conforme Steiner, apesar do historiador em tela não ter compreendido a tese daquele sobre o papel da religião para o capitalismo [215] e de suas abordagens sobre este fenômeno focalizarem lógicas distintas (Braudel pelo lado do funcionamento e Weber pelo lado das origens), ambos estão de acordo ao concederem papel de peso aos Estados, às cidades e às redes (STEINER, 1989: 137-159 [1988]).

Em seguida, não é inútil apontar uma convergência intelectual e política entre o pensamento acima citado e a idéia nuclear da obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, publicada pelos sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto na segunda metade da década de 1960. Era necessário relativizar a exploração internacional dos países ricos junto aos países pobres, buscando examinar as condições internas nas quais se operava uma condição de dependência. Tal condição, se prejudicial para a população em geral, beneficiava, no entanto, uma elite que se conservava no poder aproveitando-se exatamente desta circunstância (CARDOSO & FALETTO, 1977 [1970]). E, pelo fato deste debate ter ocorrido no âmbito do marxismo, a ausência de referência a Braudel é facilmente concebível — mesmo que ele o tenha (timidamente) abordado. É quase impossível não aproximar este tópico e interpretá-la como parte integrante de um pensamento conservador face ao capitalismo. O governo do sociólogo Fernando Henrique Cardoso não nos forneceu elementos suficientes para isso?

Por fim, o que dizer da apreciação extremamente favorável às elites latino-americanas, enriquecidas através da corrupção, tráfico de escravos e da pobreza da população, apenas para citar poucos exemplos? Seriam simpáticos os latifundiários, coronéis e políticos que, ao lado de portugueses, espanhóis, franceses e ingleses, construíram, *na longa duração*, a miséria da América

[215] Tomemos apenas duas passagens do diálogo Braudel-Weber. Elas não são de todo antipáticas ao autor de *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1920), embora, de forma geral, Braudel rejeite a interpretação do sociólogo alemão: "Quanto a falar, como Sombart, de um espírito capitalista que coincidiria com as linhas diretrizes da religião de Israel, isso é aproximar-se da explicação protestante de Max Weber, com tão bons ou tão maus argumentos" (BRAUDEL, 1996a:135 [1979]). Noutra ocasião: "A explicação 'idealista', unívoca, que faz do capitalismo a encarnação de uma certa mentalidade, é apenas a saída encontrada, à falta de outra, por Werner Sombart e Max Weber, para escaparem ao pensamento de Marx. Nada nos obriga, com toda a imparcialidade, a segui-los. Não creio, por conseguinte, que tudo seja material, ou social, ou relação social no capitalismo. A meu ver, há um ponto fora de dúvida: ele não pode ser oriundo de uma única e obscura origem; a economia teve uma palavra a dizer; a política teve uma palavra a dizer; a cultura e a civilização tiveram uma palavra a dizer. E também a história, que em geral decide em última instância as relações de força" (idem, p.355).

Latina? Ou devemos depositar as esperanças na organização da classe média e na edificação de burguesias estáveis, quando sabemos que estes mesmos grupos foram responsáveis pelas ditaduras militares que se abatarem sobre a já trágica história de países como Chile, Argentina e Brasil? E, no que concerne especificamente a Braudel, nem podemos rotulá-lo como mais um europeu cuja visão estereotipada sobre a América Latina o leva a dizer algumas inverdades. Sua temporada no Brasil dos anos 30 colocou-o em contato não apenas com grandes espaços e rápidas modificações na paisagem, mas também com a aristocracia francófona paulista numa instituição (a USP) cuja gênese tinha como objetivo a formação de quadros administrativos que pudessem gerir uma democracia *à la française*. Não por acaso, um dos principais amigos de Braudel era Júlio de Mesquita Filho, representante da burguesia ilustrada e diretor do jornal liberal *O Estado de São Paulo* (PARIS, 1999:224-260).

Embora o autor supracitado pretenda realizar uma descrição neutra do capitalismo lançando mão de uma sutil (porém complexa) combinação entre *posição metodológica* e *aspecto epistemológico* em torno do tempo [216], sua interpretação segue uma direção que, num primeiro momento, lembra um pouco aquilo que atraiu os autores do *Manifesto Comunista* [217] (MARX & ENGELS, s/d [1848]). O capitalismo é revolucionário, progressista, impetuoso. Arruína valores e tradições arraigadas, rompe barreiras e fronteiras [218], abala a vida nacional e faz do mundo sua casa. Conjugando ambos os vocabulários, poder-se-ia dizer, a título de exemplo: a dialética entre forças produtivas e relações de produção acabaria por minar as estruturas multisseculares do feudalismo. Asseverando que o capitalismo era um fenômeno de longa duração, Braudel quis, de alguma forma, aproximar-se do legado de Marx [219]. Entretanto, isso não nos autoriza a reduzir a reflexão

[216] No que tange ao método, à postura do sujeito cognoscente: "Procurei, neste segundo volume [*Les Jeux de l'Échange*], analisar o conjunto dos jogos da troca, desde o escambo elementar até, e inclusive, o mais sofisticado capitalismo. *Partindo de uma descrição tão atenta e neutra quanto possível*, tentei apreender regularidades e mecanismos, uma espécie de história econômica geral (...)" (BRAUDEL,1996a:7 [1979], grifo nosso). No que tange à epistemologia: "Mas descrever, analisar, comparar, explicar é *colocar-se quase sempre fora da narrativa histórica*, é ignorar ou quebrar, como que e por capricho, os tempos contínuos da história" (idem, p.9, grifo nosso).

[217] Estamos nos atendo à fecunda análise do *Manisfesto* feita pelo norte-americano Marshall Berman (BERMAN, 1986 [1982]).

[218] "O dinheiro, porém, desempenha seu papel de destruidor dos valores e equilíbrios antigos. O camponês assalariado, cujas contas são registradas no livro do empregador, ainda que os adiantamentos em espécie do seu patrão sejam tais que nunca lhe sobra, por assim dizer, dinheiro vivo nas mãos no fim do ano, adquiriu o hábito de contar em termos monetários. Com o tempo, trata-se de uma mudança de mentalidade. Uma mudança das relações de trabalho que facilita as adaptações à sociedade moderna, mas que nunca reverte em favor dos mais pobres" (BRAUDEL, 1996a:43 [1979]).

[219] Em 1958, ele declarava: "O gênio de Marx, o segredo de seu poder prolongado, deve-se ao fato de que foi o primeiro a fabricar verdadeiros modelos sociais, e a partir da longa duração histórica" (BRAUDEL, 2005:75-76 [1969]). No início da década de 80, insistia: "Contudo, expliquei há muito tempo (mas será que somos lido como gostaríamos?) que o pensamento de Marx, no que tem de mais original, de mais sólido e mais fértil, se desenvolve precisamente na perspectiva da longa duração histórica" (BRAUDEL, 1992:354 [1990]).

braudeliana a uma mera variante do pensamento marxiano [220], nem tampouco reuni-los como se as incompatibilidades pudessem ser solucionadas no campo teórico [221]. Ao nosso ver, embora tenham muitos pontos em comum [222], os antagonismos mais evidentes entre Marx e Braudel situam-se, pelo menos, em dois planos: o epistemológico e o político [223] (separação, nunca é demais repetir, meramente didática).

Quanto ao primeiro, não que o "homem braudeliano" seja reduzido a uma espécie de "condição natural" nem, tampouco, estamos falando de uma "história sem homens". Não podemos dizer nem que o homem braudeliano é passivo diante da história — mas sim aventar que ele *se mantém passivo diante das estruturas da história*. Presas a uma malha histórica todavia mais forte, revoluções são tragadas pelo tempo longo, tentativas bruscas de mudanças profundas logo cedem ao poder das estruturas. Somos consumidos pela própria história. Não há muito o que fazer: ou caminhamos na direção do processo histórico ou seremos levado por ele: "*A longo prazo*, uma ação só pode ter peso histórico e durar se caminhar no sentido da história, se juntar sua própria velocidade à dela, em vez de tentar inutilmente freá-la" (BRAUDEL, 2004:332 [1963]). Não há

[220] "Fernand Braudel, autor de um estudo bastante original [*Civilisation Matérielle*], diverge de Marx em vários pontos, mas no final do seu livro admitiu que o que ele fez acabou sendo 'voltar à linguagem de Marx, ficar do seu lado, mesmo que se rejeitem imediatamente os seus termos exatos ou a ordem rigorosa que lhe parece fazer deslizar toda a sociedade de uma a outra das suas estruturas'. Através de formulações sinuosas e nem sempre claras, Braudel, historiador brilhante, se dispunha a ser um aliado de Marx ("ficar do seu lado"), preservando porém suas prerrogativas de autonomia e seu direito de divergir, rejeitando a terminologia e a 'ordem rigorosa' do autor do Capital" (KONDER, 2002:190).

[221] Partindo de perguntas como "O que representa a imponente obra de Braudel dentro do processo de constituição de uma ciência da história iniciado por Marx? Em que pode contribuir a concepção marxista da história para uma revisão crítica dos trabalhos de Braudel? Que vasos comunicantes podem ser estabelecidos a partir de ambas posições sobre a história?", Aguirre Rojas discute os pontos de contato e as oposições entre o filósofo alemão e o historiador francês, algo que merece uma leitura cuidadosa pelas possibilidades epistemológicas e sugestões historiográficas então levantadas. Ainda que não concordemos com a excessiva aproximação por ele promovida entre Marx e Braudel, que o leitor sinta-se convidado a lê-lo (AGUIRRE ROJAS, 2000:25-177).

[222] Embora Morineau aponte diferenças entre ambos, ele afirmou precisamente que "Com certeza será possível aproximar determinados textos de F. Braudel e K. Marx para chegar à conclusão de haver uma inspiração quase comum aos dois" (MORINEAU, 1989:40 [1988]).

[223] Vale observar que, outrora, Hobsbawm chegou a fazer uma apreciação simpática aos *Annales* e, sobretudo, a Braudel — mesmo que ele enfatizasse mais a participação institucional do historiador francês que propriamente sua contribuição historiográfica. Num colóquio organizado por Wallerstein em Nova Iorque em 1978, diz que Braudel "exerceu grande influência como autor de um grande livro [*La Méditerranée*] — e aqui acho que discordo de Peter Burke — que era lido com grande entusiasmo por muitos de nós (quase no momento em que surgiu) e foi influente em sentidos ainda não muito fáceis de definir. Segundo, a partir de certo período, ele nos marcou como diretor da revista dos *Annales*. E terceiro, e talvez mais importante, foi ele quem transformou, no prazo de uma geração, a VIe Section da *École Pratique*, que é hoje a Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, no principal centro dinâmico das ciências sociais francesas. Ao fazer isso, pouco a pouco integrou a história francesa à maior parte daquilo que acabei de chegar de *nouvelle vague* e vinculou-a ao âmbito dos *Annales* e desse grupo" (HOBSBAWM, 1998:193-94 [1997]). Todavia, em entrevista no ano de 1999 ao jornalista Antonio Polito, Hobsbawm reavaliou sua posição: "Eu tinha muita simpatia pela *École des Annales*, mas com uma diferença. Enquanto eles acreditavam em uma história que não muda, nas estruturas permanentes da história, eu, por outro lado, acredito na história que muda" (HOBSBAWM, 2000:12 [1999]).

espaço para o tempo-de-agora, para a esperança da mudança a despontar no horizonte revolucionário que caracteriza, p.ex., o pensamento benjaminiano [224] (BENJAMIN, 2005 [1940]).

Sob o plano político, as coisas ficam ainda mais evidentes. Para Braudel, a Europa mostra-se "engajada num mesmo destino global pela equidade social", e o capitalismo é "criador de riquezas e bem-estar" (BRAUDEL, 2004:363 e 406 [1963]). Quando aborda o Colonialismo, retoma argumento semelhante do citado outrora: uma das feições positivas deixada pelos franceses foi a formação de quadros administrativos e de uma classe de intelectuais no Líbano, Síria, Argélia, Tunísia e Marrocos (idem, p.117). De modo geral, pode-se estender esse "choque" e seu caráter "benéfico" às "estruturas sociais, políticas e culturais dos povos negros colonizados" (ibidem, p.140). E, embora concordasse que o Colonialismo manteve a Europa no centro do mundo e, portanto, lhe fora favorável (ibid., p.353), isso não era motivo suficiente para "condenar, muito menos elogiar, a colonização européia da África, mas simplesmente assinalar que essa colonização comporta, como quase todos os fenômenos que decorrem dos choques de civilizações, um ativo e um passivo culturais" [225] (ibid., p.140). Porém, em uma dada altura, parece ocorrer uma contradição entre seu alinhamento político e sua matriz teórica. Repetindo que não deve haver maniqueísmo no exame do tema em jogo, visto que existiram aspectos "positivos e negativos" dos dois lados e que as "responsabilidades e culpabilidades" teriam que ser "divididas", arremata: "Uma coisa é certa: a história de certo colonialismo pertence a ontem — a página já foi virada" (ibid., p.354).

Esta frase não deixa de surpreender. O que seria esse "certo colonialismo" ao qual ele se refere? Não se pode saber. De qualquer forma, se entendermos que o fato em voga envolve guerras, conquista de territórios e objetivos econômicos, como afiançar que ele é caso encerrado, página virada na história? Ora; utilizando a principal ferramenta analítica de Braudel, chega-se exatamente à conclusão oposta, pois nota-se sem nenhuma dificuldade que o Colonialismo faz parte de um processo de longa duração (pensamos no Império Romano e nas Cruzadas na Idade Antiga e Média, passando pela Expansão Marítima e Comercial Européia nos Tempos Modernos até chegar ao Imperialismo dos séculos XIX-XX). A seguirmos este raciocínio, constata-se uma rica abertura

[224] Vide o último capítulo desta tese.

[225] "Ao falar de um certo ativo da colonização, não estamos pensando nesses bens meramente materiais — estradas, ferrovias, portos, barragens —, nessas explorações do solo e do subsolo que os colonizadores instalaram com fins altamente interesseiros. Esse legado, por mais importante que às vezes possa parecer, seria de pouca utilidade e eminentemente perecível se os herdeiros não tivessem também adquirido, ao longo do penoso transe da colonização, meios que lhes permitem hoje sua utilização racional. O ensino, certo nível da técnica, da higiene, da medicina, da administração pública são os melhores bens legados pelos colonizadores, a contrapartida positiva das destruições operadas, pelo contato europeu, nos velhos hábitos — tribais, familiares, sociais — sobre os quais se repousavam toda a organização e toda a cultura. Nunca se poderá dizer a que ponto puderam atuar, assim, as consequências e a novidade do trabalho assalariado, da economia monetária, da escrita, da propriedade individual da terra. Tudo isso foram, sem dúvida, golpes desferidos num velho regime social. Mas tais golpes não são necessários à evolução que hoje se acha em curso?" (BRAUDEL, 2004:141-42 [1963]).

proporcionada pela *démarche* braudeliana, uma janela interpretativa ao inverso daquilo que ele realizou e que, portanto, permanece em aberto: *existe uma história das greves, das desigualdades econômicas e da exploração do trabalho a ser elaborada na perspectiva da longa duração*. Ainda que implicitamente — ele mesmo as admite ao longo de *Civilisation Matérielle* [226] —, é esta possibilidade que parece ter atraído alguns dos marxistas mais interessantes da segunda metade do século XX (vide AGUIRRE ROJAS, 2000 e, sobretudo, ARRIGHI, 1996 [1994]; WALLERSTEIN, 1999, 2003).

Se existe uma certa inclinação de Braudel para o capitalismo, isso não o impediu de tentar manter a neutralidade tão almejada por vários cientistas sociais ao longo da história. É o que podemos observar quando ele se volta para as principais experiências socialistas, p.ex. Sobre a URSS, vê com bons olhos o futuro da via revolucionária após a desestalinização, bem como ressalta a intensidade de sua industrialização (BRAUDEL, 2004: 492-502 [1963]). Da China Popular, não parece ter a mesma simpatia, pois limita-se a dizer que não é o caso nem de "elogiar" ou de "condenar", preferindo destacar as virtudes da milenar civilização (idem, pp.202-211). Por fim, dada a fase inicial da Revolução Cubana, seu comentário assinala o impacto na América Latina como um todo, tratando-se de uma "hora histórica" no que diz respeito aos problemas e soluções políticos e sociais ali vigentes (ibidem, pp.391-392). Ou seja, não são opiniões de alguém que pode ser considerado um apologista do Capitalismo *strictu sensu* ou algo semelhante [227]. Além do mais, poderia ser diferente? Como analisar o Socialismo a partir do referencial da longa duração se ele

[226] *Les Jeux de l'Échange* nos brinda com, pelo menos, três episódios que, em quatro séculos diferentes, compõem uma *história da mobilização social na longa duração*: "Entre 1253 e 1379, comprovam alguns documentos, a zona rural portuguesa já tem assalariados. Em 1393, em Auxerre, na Borgonha, os operários viticultores entram em greve (recorde-se que uma cidade está então meio imersa na vida agrícola e que a vinha é objeto de uma espécie de indústria). O incidente revela-nos que todos os dias no fim da primavera, na praça da cidade, diaristas e empregadores encontram-se ao nascer do sol, sendo os empregadores muitas vezes representados por uma espécie de contramestres, os *closiers*. É um dos primeiros mercados de trabalho que nos é dado entrever, com *provas na mão*" (BRAUDEL, 1996a:37 [1979]). No século XVI, ao destacar a história das minas, trágica por si só devido às insalubres condições de trabalho, revela: "A lei das rendas decrescentes iria impor-se de forma inexorável: as explorações mineiras prosperam, depois declinam. As insistentes greves operárias na Baixa Hungria, em 1525-1526, já são sem dúvida a indicação de um recuo. Dez anos depois, multiplicam-se os sinais de uma queda progressiva" (idem, p.282). No século seguinte, numa indústria têxtil britânica, o próprio Braudel é surpreendido com o conteúdo de duas cartas do cônsul de Gênova em Londres. Em agosto de 1675, "10 mil operários de seda sublevam-se na capital contra a introdução de teares franceses para fabricar fitas que permitiam a uma pessoa sozinha tecer 10 ou 12 ao mesmo tempo; os teares novos são queimados e teria acontecido o pior se não fosse a intervenção dos soldados e das patrulhas da guarda burguesa" (ibidem, p.265).

[227] Não é o que pensa Reis, para quem "Braudel seria, se esta expressão ainda faz algum sentido, um 'intelectual orgânico' desse grupo vencedor e produtor da grande história [os capitalistas]" (REIS, 1994:116). Do lado oposto, Aguirre Rojas afirma, categoricamente, que "Fernand Braudel foi um pensador profundamente capitalista. Mas disso não decorre que tenha sido marxista ou comunista. Simplesmente significa que foi um crítico radical e implacável do que ele mesmo concebia como a realidade do capitalismo" (AGUIRRE ROJAS, 2003:133). Dosse retrata bem as múltiplas visões políticas em torno do autor em tela: "Contestado pela esquerda e pela direita, acusado pelo Partido Comunista Francês de ser um criado do imperialismo americano e do Plano Marshal, fez figura de revolucionário para os historiadores de direita ligados à história-narrativa" (DOSSE, 1999:161).

consistia numa experiência histórica radicalmente original? Porém, bastava uma brecha, uma chance apenas, para lançar mão de seu trunfo e a longa duração falar mais alto. Acerca dos problemas da agricultura japonesa, um jornalista afirmara que apenas o socialismo poderia solucioná-los. No que Braudel responde: "Será? As experiências socialistas malograram justamente na agricultura. Aliás, todas as tentativas de reforma agrária, em todos os tempos e lugares, quando pretendem ser rápidas e radicais, têm trazido dissabores: as estruturas agrícolas estão entre as estruturas mais resistentes" (ibid., p.281).

Enfim, passemos agora a considerar os papéis da Geografia nesta etapa da trajetória intelectual do autor em tela. De modo geral, é um momento em que ele investe boa parte de suas forças tentando esboçar um projeto de reorganização epistêmica das Ciências do Homem à luz da longa duração — o que, inútil esclarecer, confere à História lugar central nesta empreitada. É o que revelam, particularmente, os artigos *Pour une économie historique* (1950), *Histoire et Sciences Sociales* (1958), *Histoire et Sociologie* (1958-60) e *Unité et diversité des Sciences de l'Homme* (1960). Neles, vemos Braudel dar sequência à interdisciplinaridade dos primeiros *Annales* — porém, visando dotá-la de contornos mais precisos [228].

Independente do formato concebido, interessa destacar sua percepção precoce quanto ao fato de que o avanço (e, de certa maneira, a sobrevivência) das pesquisas em Ciências Humanas estava diretamente ligado ao diálogo e à aproximação vigorosos entre as mesmas. A despeito de algumas ocasiões, não encontramos mais aquela necessidade de demarcar fronteiras e domínios específicos que tanto inquietara Durkheim, Bloch e Febvre. Ao contrário, Braudel estava plenamente consciente da artificialidade dos campos disciplinares e, por conseguinte, de seus procedimentos [229]. Em uma palavra: da fragilidade inerente às Ciências do Homem. Embora declarasse que a história tinha "a última palavra" (BRAUDEL, 1996a:355 [1979]), que apenas os historiadores sabiam lidar com o tempo (BRAUDEL, 2005:35 [1969]) ou que a Sociologia e a História eram as duas únicas ciências que podiam se debruçar sobre qualquer aspecto da vida social (BRAUDEL, 2005:99 [1969]), nem por isso ele deixou de compreender que o mundo fenomênico se restringia ou podia ser explicado por uma única disciplina. Daí a insistência, o diagnóstico de que aquelas viviam em

[228] Embora pessoalmente Fernand Braudel possa ter tido êxito, com *Civilisation Matérielle* impressionando, entre outras coisas, pela espantosa articulação econômica, sociológica, antropológica e geográfica, não se pode dizer que seu projeto espraiou-se pelas demais Ciências Humanas. Em termos institucionais, contudo, obteve pleno sucesso: a *Fondation Maison des Sciences de l'Homme* e a *École des Hautes Études en Sciences Sociales* são locais realmente voltados à congregação das diversas Ciências Sociais (vide ABREU, 1990 e, sobretudo, GEMELLI, 1995).

[229] "Mas não há historiador, não há economista ou sociólogo que não proceda a divisões (...), embora todas sejam, em princípio, artificiais, tanto a de Marx (infra-estrutura, superestrutura) como o esquema tripartido em que assentei o essencial das explicações precedentes. Trata-se, sempre, apenas de processos explicativos; o que importa é saber se eles permitem ou não uma compreensão eficaz dos problemas importantes" (BRAUDEL, 1996a:408 [1979]).

plena crise. Era uma crise da especificidade, do particularismo, do encerrar-se em si. De certa forma, seus próprios avanços as impediam de enxergar o isolamento e fragmentação em que se encontravam [230]. Em 1941, no cárcere, ele apontava que a Geografia e a História viviam, respectivamente, a crise da descrição e da narração. E, sob um novo conceito — *géohistoire* —, articulava-as como tentativa de superação de tal estado (BRAUDEL, 1997:68-114 [1941-44]). Em 1958, abriria o leque, professando: "Há uma crise geral das ciências do homem: estão todas esmagadas sob seus próprios progressos, ainda que seja apenas devido à acumulação dos novos conhecimentos e da necessidade de um trabalho coletivo, cuja organização inteligente falta ainda erigir (...)". (BRAUDEL, 2005:41 [1969]). Poderíamos dizer, sugestivamente, que Braudel *antecipou* alguns elementos da perturbação mais ampla da década de 60 que culminaria com a emergência da Pós-Modernidade? Um deles está bem evidente: a crítica ao fracionamento disciplinar. O outro é mais latente, embora plausível apenas quando se observa sua obra como um todo: a rejeição à ortodoxia da Razão moderna.

Braudel era ambicioso. Ele já havia dado provas disso em 1949, onde o manejo de tópicos como economia, política, sociedade, geografia e cultura, distribuídos conforme a diversidade espacial do Mediterrâneo, fez do livro uma ave-rara. Tal ambição expressava não somente um esforço pessoal, mas uma visão de longo alcance sobre a capacidade cognoscente das Ciências Sociais. Segundo ele, elas não deveriam negligenciar, mas tampouco confinar-se ao particular, ao singular, à explicação unilateral, e sim trabalhar visando o total, o global, a construção de modelos, o levantamento de hipóteses [231]. Por essas razões impunha-se os câmbios disciplinares. Não que elas precisassem negar a si mesmas, mas sim abrir-se às demais. Repetindo quase que literal e mentalmente Vidal de la Blache, dirá que elas estão "contaminadas umas pelas outras" [232]

[230] Eis uma lição de interdisciplinaridade que passou quase que totalmente em branco: As ciências sociais "(...) fragmentaram o real, por espírito sistemático mas também por necessidade: qual de nós não se especializou, de certa maneira de nascença, por capacidade ou por tendência para penetrar este ou aquele setor do conhecimento e não outro? (...) O ideal impossível seria apresentar tudo num único plano e num só movimento. A prática recomendável é, ao dividir, conservar na mente uma visão globalizadora: ela surgirá forçosamente na explicação, tenderá a recriar a unidade, aconselhará a não acreditar numa falsa simplicidade da sociedade (...)" (idem, pp.408-409).

[231] "De fato, a ciência social, valha o que valer, deve construir o modelo, a explicação geral e particular do social, substituir uma realidade empírica e desconcertante por uma imagem que seja mais clara, mais fácil de explorar cientificamente" (BRAUDEL, 2005:102 [1969]). Situando esta frase no seio de como Braudel processa o par teoria-empiria, poder-se-ia sugerir que o modelo vem substituir as teorias, as especulações filosóficas, a metafísica? Pode ser. Ele tem um caráter prático e não é, tampouco, rígido. É inteiramente tributário do movimento histórico (BRAUDEL, 2005: 86 [1969]). Um exemplo? O mapa geográfico (idem, p.85).

[232] Manifestava-se Vidal em 1899 (!), defendendo a dimensão geográfica a ser incorporada pelas outras ciências e, ao mesmo tempo, a unidade das mesmas: "Assim, as ciências da terra, e mesmo certas ciências do homem, acusam uma tendência a se desenvolver num sentido mais geográfico. Esta tendência surge das próprias necessidades de sua evolução. Ao avançar, elas tem reencontrado a geografia em seu caminho. *Na realidade, tudo isso é apenas expressão da unidade fundamental que as religa. A relação entre elas não consiste apenas em simples transferências de resultados, mas no fato de que estão mutuamente impregnadas em seus métodos*" (VIDAL DE LA BLACHE, 1899:106-107). Meio século depois, Braudel resguardava a ampliação da História e,

(BRAUDEL, 2005:54 [1969]). Nas entrelinhas, ele parecia dizer: as Ciências do Homem são a verdadeira Filosofia de nosso tempo. Cabe a elas fazer perguntas sobre a vida do homem em sociedade, seus hábitos culturais, crenças religiosas, visões de mundo, relações com a natureza, disputas com o "outro". As respostas, todavia, não estão em teorias herméticas, conceitos fixos, dialéticas ou afins, mas única e exclusivamente na diversidade histórica e material da experiência vivida. Fernand Braudel parte de coisas simples, banais até: comer, beber, vestir, trocar coisas, deslocar-se. Inicialmente, não há maiores elucubrações em torno disso. A complexidade da sociedade é derivada da própria metamorfose vivida pelos homens, sobretudo, após o século XVI. Explorações continentais, viagens ultramarinas, expansão global do comércio, intercâmbios culturais (onde civilizações antípodas assumem parte dos hábitos umas das outras), casas de câmbio, letras de crédito, formação de Impérios, organização de Estados Nacionais, controle territorial, migrações em massa, espraiamento da industrialização, progressos técnicos... Por isso ele insiste tanto em observar, descrever, relatar: são recursos metodológicos que fazem valer o predomínio da manifestação empírica (desigual no tempo e no espaço) como traço nuclear das Ciências do Homem.

A atração pela Geografia vem dessa moldura geral. A herança francesa afirmava a variedade regional do território e o estabelecimento dos gêneros de vida de acordo com as condições naturais, técnicas e sociais de cada grupo e lugar. Ao estender tal reflexão às civilizações, eis um mundo feito heterogêneo. Embora algumas estruturas manifestem a tendência a padronizar determinados costumes e práticas (o Estado, o Capitalismo, a Igreja), mesmo elas precisam adaptar-se às cores locais. A Geografia se enquadra na escrita histórica braudeliana tanto por sua proeminência física inexorável quanto por suas coerções estruturais à vida humana. A realidade circundante é geográfica: a agricultura depende (até hoje) dos humores do clima; a economia tem na circulação uma de suas variáveis mais essenciais; as políticas nacional e imperial se assentavam com a autoridade sobre os territórios; as civilizações, como ele mesmo as definiu (BRAUDEL, 1996 [1979]), são espaços. Uma estrutura é algo que não se desmancha, mesmo que se transforme. Ela acompanha e define os contornos mais amplos da história das sociedades. A Geografia é uma estrutura: ela *desafia* a história. E acaso a concepção braudeliana não grifará as vitórias, perdas e adaptações do homem frente ao espaço? Nesse sentido, ele utiliza-a para captar a realidade viva e

simultaneamente, a aproximação com as demais ciências: "O historiador quis-se atento a 'todas' as ciências do homem. Eis o que dá ao nosso mister estranhas fronteiras e estranhas curiosidades. Além disso, não imaginemos, entre o historiador e o observador das ciências sociais, as barreiras e diferenças de ontem. *Todas as ciências do homem, inclusive a história, estão contaminadas umas pelas outras.* Falam a mesma linguagem ou podem falá-la" (BRAUDEL, 2005:41 [1969]). Só o desconhecimento da obra de ambos assimilaria as passagens acima como mero fruto do acaso. São notórias as afinidades, tanto epistemológicas quanto temáticas, entre o pensamento vidaliano e a escrita histórica braudeliana. A saber: comparação, visão de conjunto, unidade científica, métodos comuns; diversidade da experiência humana, relevância social da natureza, sedução pela civilização material.

concreta do movimento da história, as estratégias civilizacionais de sobrevivência e a longa duração.

Em 1958, o autor supracitado explicita parte de suas intenções com a Geografia: "O exemplo mais acessível parece ainda o da coerção geográfica. Durante séculos, o homem é prisioneiro de climas, de vegetações, de populações animais, de culturas, de um equilíbrio lentamente construído do qual não pode desviar-se sem o risco de pôr tudo novamente em jogo. Vede o lugar da transumância na vida montanhesa; a permanência de certos setores da vida marítima enraizados em certos pontos privilegiados das articulações litorâneas; a durável implantação das cidades; a persistência das rotas e dos tráficos; a fixidez surpreendente do quadro geográfico das civilizações" (BRAUDEL, 2005:50 [1969]). São essas injunções, essa presença constante dos aspectos geográficos interagindo com sociedades e civilizações que intriga o mestre francês e o impele a considerar vigorosamente o papel daqueles no processo histórico. Não que as coerções impeçam, mas elas desaceleram a história. Fazem lembrar que o ritmo do homem não é o mesmo da natureza; que o homem não está "sozinho" no mundo; que a história não se dá ao seu bel-prazer. De qualquer maneira, depende-se do espaço, seja o quadro natural inicial (que, nos trópicos, áreas temperadas ou pólos, é sempre algo a subjugar), seja o meio já produzido e modificado humanamente. Decerto que nele há, implícitas ou explícitas, vantagens, mas a predileção braudeliana em ver a história como um obstáculo leva-o a assinalar que "*Assim, as respostas do homem não cessam, ao mesmo tempo, de libertá-lo do meio que o cerca e de sujeitá-lo às soluções que ele imaginou. Ele sai de um determinismo para recair em outro*" (BRAUDEL, 2004:33 [1963], grifo nosso). Eis que estamos, de alguma maneira, diante do legado vidaliano. As perguntas de ambos são as mesmas: como as civilizações tiram proveito ou não de seus ambientes? Como explicar e o que extrair de lição da diversidade de desafios colocados pelo meio e das respostas dadas pelas civilizações? Em que medida essa trama se inscreve na história global das civilizações? Além disso, a tendência braudeliana em ver a história como um peso e, por conseguinte, admitir a Geografia enquanto injunção, antecipou em 15 anos aquilo que seria um dos principais itens do movimento de renovação do pensamento geográfico à luz do marxismo. Ao admitir que o homem sai de um determinismo (natural, físico) para recair em outro [233] (social), não estamos na mesma trilha de Santos quando denunciava que "O espaço é a casa do homem e também sua prisão?" (SANTOS, 1978).

Isso mostra também que Braudel considerava a Geografia tanto em seu lado físico quanto em suas feições humanas, e que sua visão de "determinismo", casada coerentemente com sua

[233] Reforçando assim o que disséramos sobre a história como um "eterno retorno" (vide início deste capítulo).

acepção de História, é bem menos simples do que se imagina. Revela ainda que, embora enfatize as injunções, não deixa de lado as possibilidades. O fato é que, na longa duração, o homem apossou-se do espaço, tornou-o habitável e materializou o mundo como cenário de suas operações mais corriqueiras [234]. É essa "dialética" entre determinismo e conquista espacial [235] que nos coloca em oposição a juízos tais como os de que o tempo longo "colonizou" [236] ou "encerrou" a Geografia

[234] Não totalmente, é claro, e nem tampouco isso quer dizer o fim da Geografia ou dos territórios (vide capítulo V).

[235] Aguirre Rojas tenta esclarecer este polêmico ponto: "O postulado de Braudel de um claro determinismo das estruturas de longa duração sobre o conjunto dos processos históricos revela-se muito original na medida em que não invalida necessariamente as hipóteses antes formuladas a respeito. (...) [aqueles que] tentaram afirmar e demonstrar a existência de certos fatos, elementos, causas ou fenômenos *determinantes* do processo histórico o fizeram sempre sobrepondo uma certa *ordem de fenômenos homogêneos* entre si às demais ordens de fenômenos para, em seguida, afirmar ou tentar demonstrar a influência ou o impacto, justamente determinante, desse tipo ou gênero de fatos sempre de uma mesma natureza comum, sobre os restantes. Diferentes autores chegaram a propor a primazia dos fatos psicológicos na história, dos elementos e fatores econômicos, das estruturas e instituições políticas, dos fundamentos geográficos etc. (...). Afirmando que não se pode postular *a priori* a primazia de certos tipos de fenômenos sobre outros, Braudel proporá, ao mesmo tempo, *uma nova forma de determinismo*, não vertical, mas horizontal, e *interna a cada ordem de fenômenos*. Com isso, produzirá um critério totalmente inovador para estabelecer esse determinismo, complexificando os próprios termos do problema. Assim, a partir dessa chave metodológica da longa duração histórica, temos em jogo não um, mas dois níveis de fluxo de determinação, com os problemas de combinação e entrecruzamento que essa dupla corrente reconhecida provoca" (AGUIRRE ROJAS, 2003:70-72). Sobre tal retórica, dois comentários: (a) sem minimizar a tentativa do intelectual mexicano de sistematizar a perspectiva determinista de Braudel, no que tange à Geografia, considerar a tensão entre coerção e expansão espacial nos parece claro o suficiente; (b) a afirmação de que o determinismo do mestre francês não invalida as abordagens anteriores deve ser posta em xeque, já que, por conta deste tópico, o próprio Braudel se lança, especificamente, contra Ratzel (BRAUDEL, 1997:77 [1941-44], 1949:301), e, de forma geral, contra um "determinismo estreito".

[236] Não sabemos se Santos apurou com clareza a proposta de Braudel: primeiro, não se trata de um par (tempo curto-tempo longo), mas sim de uma trindade (o evento, a conjuntura e a estrutura). Segundo, o geógrafo brasileiro relaciona o tempo curto às conjunturas — o que não é o caso, já que é o *acontecimento* que se liga ao tempo curto. Terceiro, parece haver exagero quanto ao impacto das temporalidades braudelianas nas Ciências Humanas e, sobretudo, nas Naturais e Exatas. Finalmente, ao pretender substituir as noções de tempo curto-tempo longo pelo binômio tempo rápido-tempo lento, não se trata nem de um avanço teórico nem, tampouco, de um ganho de objetividade (como queria o autor). O lado ímpar (para não dizer irônico) de tudo isso é que Santos vê *La Méditerranée* como "modelo definitivo" de uma geografia retrospectiva (SANTOS, 2002:107 [1996]). De qualquer maneira, a interpretação acima não significa que o geógrafo brasileiro não tenha contribuído para o entendimento do tempo e sua relação com o espaço — muito pelo contrário. Para que o leitor tire suas próprias conclusões, segue-se a transcrição literal: "De modo a aprimorar o método histórico, Fernand Braudel propôs uma distinção entre um tempo longo e um tempo curto, este último sendo característico das situações conjunturais, enquanto o primeiro marcaria as estruturas, os movimentos de fundo, incompletamente apreendidos através do tempo curto. Esse modo de ver ultrapassou o domínio da história, invadiu as ciências sociais, seduziu as ciências naturais e exatas e colonizou a geografia, mesmo se os geógrafos, com raras exceções (T. Hägestrand, por exemplo), apenas aplicaram quase mecanicamente essa idéia. A noção de 'sequence occupancy' de Whittlesey (1929) poderia ter sido retomada e desenvolvida, para dar conta no espaço desse processo no qual sincronias e diacronias se dão concomitantemente. Mas, em nossos dias, a proposta de Braudel de um *tempo longo* e de um *tempo curto* perderá eficácia — em geografia e nas outras disciplinas territoriais — se a essa oposição não superpusermos uma outra idéia que sugerimos seja igualmente expressa em dois termos opostos: a noção de um *tempo rápido* ao qual se antepõe um *tempo lento*. Aqui, estamos falando de quantidades relativas. De um lado, o que nós chamamos tempo lento somente o é em relação ao tempo rápido; e vice-versa, tais denominações não sendo absolutas. E essa contabilidade do tempo vivido pelos homens, empresas e instituições será diferente de lugar para lugar. Não há, pois, tempos absolutos. E, na verdade, os 'tempos intermediários' temperam o rigor das expressões tempo rápido e tempo lento. Mas a vantagem de nossa proposta é a objetividade. É certo que o tempo a considerar não é o das máquinas ou instrumentos em si, mas o das ações que animam os objetos técnicos. Mesmo assim, são estes que oferecem as possibilidades e dão os limites" (idem, pp.266-267).

(SANTOS, 2002:266 [1996]; OZOUF-MARIGNIER & ROBIC, 2000a:268, respectivamente), bem como afirmações de que "a geohistória é um operador do tempo imóvel" (DOSSE, 2004 [1998]). Que, em Braudel, a Geografia esteja subordinada à História, sem dúvida — assim como o são, igualmente, a Sociologia, a Antropologia, a Economia e as demais ciências. Que haja críticas sobre sua interpretação geográfica, isso é indiscutível. Todavia, advogaríamos que o historiador francês levou o conhecimento geográfico às últimas consequências: ao passado profundo e sua relação com o presente; à escala-mundo, numa disciplina tradicionalmente vinculada às escalas regional e nacional; à análise econômica, terreno em que ela só avançou efetivamente a partir da década de 50. Mesmo que o próprio Braudel tenha afirmado a associação Geografia-tempo longo, não significa que haja ortodoxia — a não ser que se discorde *a priori* da relevância heurística da longa duração ou se considere que nela não haja movimento. Suas ponderações sobre o papel das cidades enquanto pólo a atrair pessoas, mercadorias e fluxos financeiros, ou quando privilegia a dinâmica da circulação no exame da Modernidade p.ex., não tem nada de imobilismo. Igualmente, a interpretação espacial do capitalismo e seu conteúdo denso de geopolítica (no sentido *lato* de estratégias econômicas, políticas e sociais para a otimização do uso do espaço) situam a Geografia como ferramenta essencial de um dos maiores projetos intelectuais idealizado pelas modernas Ciências do Homem.

Nesse sentido, o recurso da comparação é iluminador: embora as atenções estejam voltadas a *La part du milieu* quando se quer associar Braudel e Geografia, em *Grammaire* encontramos um Braudel mais solto, mais à vontade no desenvolvimento de seus raciocínios geohistóricos. Olhando apenas para a parte I de *La Méditerranée*, alguém poderá dizer que se trata de uma reflexão cuja tendência aponta para o rural e para as consequências dos condicionamentos naturais na história. Certamente que esta não é uma visão correta nem para a seção I nem tampouco para a II, onde os elementos geográficos urbanos e econômicos entram em cena. Todavia, em *Grammaire* constata-se uma geografia cujo potencial foi explorado sob vários ângulos: da descrição física dos países e continentes ao exame de seus sítios e posições [237], passando pela conexão cidade-campo até chegar

[237] Esse é um traço constante do livro em tela, lembrando um pouco as antigas introduções geográficas à história. Porém, é um recurso metodológico que não guarda nenhuma ingenuidade: "Primeiro, a geografia. A Coréia foi vítima de sua singular posição estratégica, entre o arquipélago japonês, a Manchúria, a Sibéria e a China. É ela um exemplo dos perigos que ameaçam os pequenos Estados na vizinhança dos grandes, que, hoje como ontem, se acreditam no direito de fazer com eles o que bem entendem. Vasta península (220 mil km²) orientada, em linhas gerais, do norte para o sul, a Coréia só está separada da Manchúria pelos estreitos vales do Yalu e do Tumen, que correm paralelamente a essas altas Montanhas Brancas cujo anteparo, de fato, protegeu ou mesmo criou a independência da Coréia. Do paralelo 43 ao 34, a Coréia é um dique de 800 a 900 quilômetros, à primeira vista muito semelhante à península italiana" (BRAUDEL, 2004:258 [1963]). Avançando um pouco mais, ele explicaria com transparência a inelutabilidade, mas não o determinismo, da dimensão geográfica: "Ver o Extremo Oriente, situar esse imenso teatro é compreender, mais que parcialmente, seu destino e suas estranhas civilizações. Para esta primeira tomada de contato, os viajantes, os jornalistas e os

à valorização do espaço (ou seja, as mudanças na relação campo-cidade, o declínio das economias urbanas, a ascensão das economias nacionais, os processos de formação territorial e afins). A relação homem-natureza permanece, mas a mudança de escala em comparação a *La Méditerranée* provoca uma revisão analítica onde as questões geográficas são intensificadas e, mesmo, sofisticadas. Para além do determinismo-possibilismo, a discussão mais abrangente e densa pode ser resumida sob a seguinte fórmula: o espaço é uma coordenada histórica fundamental da vida social (é o que ele desenvolverá soberbamente em *Civilisation Matérielle*: uma história total dos espaços sob o prisma da longa duração).

A escala mundo liberou a plenitude do potencial geográfico. É uma geografia menos física e mais móvel. Braudel demonstra que a história das sociedades é inseparável do espaço — e isso fica mais evidente na escala em tela, onde nota-se que o espaço, para além de seu aspecto físico (área a ser ocupada, p.ex.), é um elemento constituinte de tais histórias, e não algo "externo". Nas estreitas dimensões do Japão ou da Europa, ou no caso oposto do Brasil e da América Latina, as civilizações envolvidas tem um desafio comum: elas devem "domesticá-lo", "domá-lo"; diminuir ou, senão, relativizar seu estado inóspito, selvagem. Para tanto, entram em jogo os tranportes, as comunicações, o povoamento, os atrativos econômicos, os conflitos territoriais. Contudo, não se trata apenas de decisões e planejamentos racionais *stricto sensu*. A lógica que domina o jogo espacial diz respeito às escolhas, às respostas dadas pelas civilizações, e isso inclui a cultura, as mentalidades, as características intrínsecas às mesmas [238]. Não obstante, como estamos lidando com uma história mundial, um de seus traços principais é a transferência, o intercâmbio, configurando um quadro de coexistência, "colagem", mistura [239]. Quer seja a Europa, por si só diversa (o cruzamento entre as tradições mediterrânea e nórdica, p.ex.), a intersecção Europa-África-Ásia ou a imposição da civilização ibérica junto ao Novo Mundo, há que se levar em consideração que, a cada etapa de aprofundamento rumo à história mundial, seguia-se uma geografia igualmente mundial.

---

geógrafos são os melhores guias. Desde que não expliquem tudo de maneira autoritária a partir de um determinismo geográfico absoluto, que não existe mais na Ásia que na Europa ou em qulquer país longamente trabalhado pela história e pelo esforço paciente dos homens" (idem, p.159).

[238] "(...) cada civilização está ligada a um espaço com limites *mais ou menos* estáveis; donde, para cada uma delas, *uma* geografia particular, a sua, que implica uma série de possibilidades, de determinadas injunções (algumas quase permanentes) que nunca são as mesmas de uma civilização para outra. O resultado? Uma superfície variegada do mundo onde os mapas indicam, à vontade, zonas de casas de madeira, de taipa, de bambu e de papel, de tijolo ou de pedra; zonas de fibras têxteis diversas: lã, algodão, seda; zonas de grandes culturas alimentares à base de arroz, milho, trigo... Os desafios variam, e não menos as respostas" (BRAUDEL, 2004:33 [1963]).

[239] "De fato, esses casos clássicos [o florescimento das civilizações chinesa ao longo do rio Amarelo, da egípcia no Nilo, da grega no Mediterrâneo] revelam sobretudo o primado da circulação. Civilização alguma vive sem movimento próprio; cada qual se enriquece com as trocas, com os choques acarretados pelas vizinhanças frutuosas. Assim, o Islã é impensável sem o movimento de suas caravanas através de seus vastos 'mares sem água', os desertos e as estepes de seu espaço, impensável sem suas navegações no Mediterrâneo e, pelo Oceano Índico, até a península Malaia ou a China" (idem, p.32).

Como conceber a geografia de países como Brasil, México ou Índia sem a ingerência de portugueses, espanhóis e britânicos? Afinal, paralela à posse da escrita, que impôs a dominação cultural, ocorria a dominação espacial através do aparato cartográfico, militar e técnico medrado pelos europeus. Sim, os materiais eram de origem local, mas a concepção, a arquitetura e o arranjo eram estrangeiras. Como alcançar o contraste entre a fragmentação territorial da África e a delimitação mais precisa do mapa político da América do Sul senão pela contenda entre vários impérios europeus por aquele continente e a partilha deste fundamentalmente por Portugal e Espanha? Como justificar a densidade da malha de transportes e da urbanização brasileira senão através dos interesses firmados pelas potências européias em construir uma economia agrário-exportadora por excelência?

É por estas e outras razões que a geohistória braudeliana se amplia, não deixando rastro de dúvidas sobre a indissociabilidade entre o espaço e o tempo, sobre o fato de que não existe história fora dos ambientes geográficos. Verificar o embate homem-meio e mapeá-lo de acordo com as civilizações permite a constatação de que não há um único tempo, uma cronologia lisa, indiferente, vazia, mas sim uma *geografia do tempo histórico*. Em outras palavras, um mosaico de tempos históricos, onde cada civilização, mesmo que em contato com outra, guarda um ritmo particular. E parte deste ritmo diz respeito à maneira pela qual as civilizações se relacionam com seus espaços específicos. O espaço atravessa, explode a sequência rígida, fechada e padronizada da cronologia, desviando-a e pulverizando-a em ritmos quase tão distintos quanto a diversidade do próprio espaço. Ele pertence ao plano das múltiplas singularidades formadas pela associação homem-meio em cada região. Todavia, focalizar a escala-mundo significa reunir tais singularidades — não num só ritmo, mas numa única e total história. É retirá-las do particular (que, por tanto tempo, aprisionou os geógrafos!) e conduzi-las ao geral, aproximando homens, ambientes, desafios e soluções.

A sedução que *Grammaire* exerce em um geógrafo é que, pela primeira vez, temos a oportunidade de ver uma história geral acompanhada de uma geografia geral. Porém, não uma história geral "das partes" conjugadas separadamente, mas uma história geral do mundo tecida pelo capitalismo e pela Modernidade. Não uma história geral seguida de uma introdução geográfica geral, mas uma exposição clara e coerente do espaço em sua condição de ser um dado e um produto histórico, um elemento *a priori* imposto ao homem e uma consequência histórica *a posteriori*. O tempo, seja o evento, a conjuntura ou a estrutura, é uma abstração. O espaço é espesso. *Sui generis*, é uma realidade orgânica e artificial, um dado da natureza e um constructo humano. Ele empiriciza a percepção da mudança e da permanência [240]. Por isso Braudel insiste nos componentes orgânicos

[240] Aqui nossa inspiração vem de Santos, para quem o espaço traz consigo a História, o tempo presente e o tempo pretérito numa "acumulação desigual de tempos", havendo mesmo um "*tempo espacial* próprio a cada

e biológicos, pois a história dos homens é, até o século XVIII, uma tentativa mundial de domar ambientes que insistiam em permanecer selvagens. Boa dose dessa argumentação está sintetizada sob o (mal-escolhido) vocábulo "determinismo": o peso da natureza sobre as sociedades, peso contornável (não totalmente, decerto) somente quando situado na longa duração. Daí o papel cabal dos conceitos de civilização e civilização material, visto que se encaixam perfeitamente na apreensão da história longa e, de imediato, promovem a ligação com o espaço. Essa proximidade confunde até mesmo o próprio Braudel que, ora diz que a civilização é a mais longa das histórias, ora diz ser a relação do homem com a terra [241]. No entanto, a história faz progressos, o espaço se transforma. Atento a isso, ele retrata as paisagens modernas, a sociedade urbana, as cidades. A vida passa a girar em torno delas [242]. Elas possuem o dinheiro; são o palco da vida política; ditam a moda, os costumes e o padrão de sociabilidade. Juntamente com o aprofundamento das relações capitalistas, sua proliferação parece tornar mais explícitas as desigualdades espaciais. Indubitavelmente, um capítulo à parte do pensamento braudeliano foi dedicado às cidades (vide

---

lugar" (SANTOS, 1978:210). Num trabalho anterior — cuja primeira edição é francesa e data de 1971 —, ele já falava tanto de rugosidades quanto de tempo espacial, definindo-o como "uma síntese permanente, o resultado de uma acumulação, permitindo distinguir as diferentes porções da superfície do planeta, com suas estruturas e comportamentos próprios" (SANTOS, 1978a). E, a despeito do vocabulário marxista, sua definição de rugosidades admite vários pontos de contato com o pensamento do historiador em voga: "As rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão do trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados. (...) O modo de produção que (...) cria formas espaciais fixas, pode desaparecer — e isto é freqüente — sem que tais formas desapareçam. (...) O espaço portanto é um testemunho (...), um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança dos processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas" (SANTOS, 1978:138). Professor do *Institut de Géographie* na *Sorbonne* entre 1968 e 1971, é quase inevitável não se perguntar de que maneira a geohistória braudeliana não afetou, ainda que minimamente, as ponderações sobre o espaço e o tempo contidas na obra do brasileiro.

[241] Em 1963, apontava: "Essas viagens através das resistências, das aquiescências, das permanências, das lentas deformações das civilizações, permitem formular uma última definição, aquela que restitui às civilizações sua fisionomia particular, única: elas são continuidades, intermináveis continuidades históricas. A civilização é, assim, a mais longa das longas histórias" (ibidem, p.53). Entretanto, em 1950, constatava que "(...) ainda mais lenta que a história das civilizações, quase imóvel, uma história dos homens em suas relações estreitas com a terra que os suporta e os alimenta; é um diálogo que não cessa de repetir-se, que se repete para durar, que pode mudar e muda na superfície, mas prossegue tenaz como se estivesse fora do alcance e da mordedura do tempo" (BRAUDEL, 2005:26 [1969]).

[242] "A história dinâmica das cidades nos afasta de nossa meta inicial. Tencionávamos, nesta primeira parte, manter-nos atentos às constâncias, às permanências [...], aos alicerces da vida mediterrânea, às suas águas tranquilas — ou que imaginávamos tranquilas. As cidades são motores, giram, animam-se, perdem impulso, voltam a dar a partida. Até mesmo suas panes nos introduzem neste mundo do movimento pelo qual se aventurará nossa segunda parte. Elas falam evolução, conjuntura (...)" (BRAUDEL *apud* DAIX, 1999:278 [1995]). A ocasião é propícia para um breve comentário: até onde nos foi possível conhecer, o pujante ramo da Geografia Urbana tem revelado, até o presente momento, um incompreensível silêncio face às ricas direções e pistas de pesquisa abertas por Braudel. Os três tomos de *Civilisation Matérielle* são fontes imperdíveis sobre os vínculos cidade-campo, o planejamento urbano, a arquitetura, a centralização econômica, a cultura e vários outros aspectos (BRAUDEL, 1996:439-510 [1979], 1996a:115-197 [1979], 1996b:75-155 [1979]).

FOURQUET, 1991), merecendo destaque seja pela nitidez literária de suas descrições, seja pelo exame da posição nuclear daquelas na história do mundo moderno.

Apresentar a questão tal como vimos fazendo pretende, inútil esclarecer, destacar os papéis da Geografia na escrita histórica braudeliana. Nesta trilha, nos deparamos com a posição de Daix, para quem nosso investigado teria "renunciado a seu neologismo 'geohistória'" (DAIX, 1999:278 [1995]). De acordo com ele, isso se deve ao fato de que, na segunda edição de *La Méditerranée*, Braudel teria conseguido se livrar do determinismo, noção incongruente com a concepção de história que ele mesmo estava tentando afirmar. Como provas, Daix aponta a retirada da conclusão *Géohistoire et déterminisme*, algumas mudanças na montagem dos capítulos, a posição acadêmica, a maturidade intelectual adquirida e, inclusive, a herança geográfica apropriada e superada pela História. Dividida em quatro páginas e entremeadas por citações do livro em tela, que nos seja permitido recortar a argumentação literal do autor sem, com isso, deixar de expô-la de forma minimamente coerente: "Conclusão parcial [*Géohistoire et déterminisme*] *que mais uma vez deixava transparecer certo embaraço face à geografia*. Conclusão na qual se multiplicavam os exemplos para justificar comparações ousadas entre experiências afastadas no tempo, mas apesar de tudo conclusão então inovadora (...). *Mas se Braudel tratava então, e com razão, de expulsar este excesso de determinismo pela porta da história, a geografia e mesmo a sua 'geohistória' traziam-no de volta pela janela. Ei-lo então acuado a recorrer a nuances que debilitam seu projeto e no fim das contas o diminuem, chegando acaso a pôr em risco esta emancipação da história face à geografia* (...) [Não obstante, o] profundo trabalho empreendido por Braudel na segunda edição a respeito das 'crises políticas urbanas' mostra *como ele se saiu desse debate, que já não pertence à sua 'nova história'*. Sua decisão foi tomada em favor da importância das escolhas, das tentativas dos homens face às possibilidades da geografia. (...) Em vista do próprio movimento de conjunto do livro, foi a história que tomou a frente *da herança da geografia por demais estática que Braudel recebeu na época de sua formação*. (...) As modificações operadas na segunda parte, 'Destinos coletivos e movimentos de conjunto', não são da mesma ordem que as da primeira, pois Braudel *já liberara esta parte da ganga geográfica* e da história factual ao mesmo tempo" (idem, pp. 276-279, grifo nosso).

A admiração pela pesquisa de Daix — como fonte de consulta plena de informações e detalhes importantes, por abranger os três grandes livros e por cobrir a história intelectual da França durante o século XX — não nos interdita o exercício da crítica. Assim sendo, poder-se-ia identificar quatro itens de sua fala a serem questionados: (i) a *géohistoire* não é sinônimo de determinismo. Uma breve leitura de *La Méditerranée* é suficiente para perceber que a dimensão geográfica que emana da análise social, econômica e política está longe de ser monopolizada por uma abordagem

determinista; (ii) Braudel não rejeita de todo o determinismo e a "ganga geográfica", pois ao homem as possibilidades não são ilimitadas — postura em total sintonia com sua concepção estrutural de história; (iii) sugerir uma "nova história" ao comparar as duas edições do livro acima mencionado contraria a trajetória intelectual de seu autor, onde as inovações e os aperfeiçoamentos andam ao lado de uma profunda coerência teórico-metodológica; (iv) seria absolutamente correto sustentar que a geografia era estática quando do período de formação de Bloch e Febvre, mas não é este o caso de Braudel, cuja passividade de seu curso de História contrastava exatamente com o ensino de Geografia de então — ele mesmo ressalta o papel de Demangeon na introdução de 1966 (BRAUDEL, 2002 [1966]) e o próprio Daix o havia feito com eloqüência logo no início de seu trabalho [243]. Entretanto, mais do que nossos argumentos, passemos a palavra ao próprio Braudel, cuja definição sobre a *géohistoire* em 1949 mostra precisamente o oposto dos desfechos de Daix: "pretendemos designar algo diferente do que está implicado na geopolítica, *algo mais histórico e ao mesmo tempo mais amplo, que não seja simplesmente a aplicação, à situação presente e futura dos Estados, de uma história espacial esquematizada e, o mais das vezes, previamente direcionada num determinado sentido* [...]. *Obrigar a geografia a repensar*, com seus métodos, seu espírito, *as realidades passadas e*, por isto mesmo, aquilo que poderíamos denominar *os devires da história*" (BRAUDEL, 1949:295, grifo nosso).

Portanto, a *géohistoire* é antes de tudo, algo aberto e plural (não é assim todo o pensamento do historiador francês?). Tomando o conceito de *geopolitik* como base de crítica para engendá-la — o que não significa, de modo algum, descartar a importância do conteúdo estratégico —, o sucessor dos primeiros *Annales* pretende, pelo menos, três coisas: (i) dotar o neologismo de densidade histórica, capacitando-o a explorar as dimensões da longa duração ("algo mais histórico", "as realidades passadas"); (ii) fugir de qualquer tipo de dogmatismo (político, estatal ou determinista-mecanicista) e esquematismo (a introdução geográfica à história, p.ex.), liberando seu uso aos mais diversos campos da vida social (sem estar "previamente direcionado num determinado sentido"); (iii) associar o passado mais longínquo ao presente e ao futuro ("os devires da história").

[243] "Digamos, para sermos diretos, que a geografia — para quem tinha, como ele, o espírito aberto e ao contrário de uma história que se limitava a reiterar e remoer velhas histórias — era na época a ciência de ponta. Graças ao reinado de Vidal de la Blache, ela desfruta desde o fim do século anterior de um imenso prestígio, não apenas nacional, mas internacional. E o merece plenamente, pois não seria exagero afirmar que desempenha então, na passagem da história para as ciências humanas nascentes, o papel de fermento intelectual, de modelo de estruturação que seria desempenhado no início da segunda metade do século XX pela linguística e a antropologia. Hoje, que temos uma visão retrospectiva, podemos afirmar que ela foi, no desenrolar da formação de nosso jovem historiador, a extraordinária oportunidade que permitiu a sua vida sair dos limites da 'história historicizante'. A geografia lhe oferece, com efeito, muito antes que a palavra virasse moda, o 'modelo' de uma ciência capaz de confrontar a atividade dos homens com fenômenos envolvendo transcursos diferentes do tempo" (DAIX, 1999:62 [1995]).

Voltemos à Daix: se levarmos ao pé da letra o que ele realmente afirmou — "Compreende-se assim que Braudel tenha renunciado a seu neologismo 'geohistória'" (DAIX, 1999:278 [1995]) —, é até possível concedê-lo razão, já que o uso da expressão parece realmente desaparecer após 1949. Todavia, é mister destacar (e esperamos que este trabalho o tenha feito até aqui) que a *démarche* braudeliana — a ênfase na observação, descrição e interpretação de dados e fenômenos empíricos, o emprego despreocupado e desapegado junto aos conceitos, a preferência ao concreto e ao visível — é parte integrante de um processo geral de estruturação epistemológica das Ciências do Homem cuja edificação deu-se através da desconfiança face aos modelos iluministas de conhecimento. Esse é um ponto essencial: por mais que Braudel tenha elaborado uma concepção de História — e isso comporta, pelo menos, dois vetores: o esforço em definir um campo de delimitação e uma metodologia para a consecução do ofício do historiador e uma interpretação original do processo histórico —, nem por isso podemos dizer que ele se pôs a trabalhar rigorosamente à base de conceitos e categorias analíticas. É, por assim dizer, um traço dialético [244].

Além disso — e principalmente —, não há abandono da geohistória simplesmente porquê, *no limite, isso significaria renunciar à própria idéia de história tal como Braudel a imaginava e a praticava*. Mais que um recurso, um "operador" ou um diálogo com a Geografia, a *géohistoire* é a própria história. Se em 1949 ela surgia como um neologismo (na verdade, mais correto seria falar em 1941, quando do artigo *Géohistoire: la société, l'espace, le temps*), na década de 60 já estava plenamente integrada à escrita histórica de seu criador, cuja obra é globalmente atravessada por raciocínios espaciais. Estes não vêm do exterior, mas são um traço constituinte de sua visão de mundo. E se a segunda edição de *La Méditerranée* acusa alguma transformação em torno deste ponto, esta não deixa de estar relacionada (ainda que parcialmente, como veremos mais adiante) aos desenvolvimentos conceituais ocorridos no interior do pensamento geográfico. O que estamos querendo dizer, sugerindo uma alternativa à posição de Daix, é que a geohistória foi "substituída" pela noção de *espaço*. Ligada à Escola Francesa de Geografia, a gênese daquele conceito tinha como propósito maior a incorporação do meio à História, seja por intermédio das lições de Vidal de

[244] Sua acepção de *sociedade* como nada mais que o "conjunto dos conjuntos" mostra um pouco dessa postura. Ao tentar justificá-la, ele argui que "o interesse de uma definição é fornecer uma problemática prévia, regras para uma primeira observação. Se ela facilita essa observação, no seu início e no seu desenvolvimento, se, em seguida, há uma classificação aceitável dos fatos, depois uma superação lógica, a definição é util e justifica-se. Ora, não será a expressão *conjunto dos conjuntos* útil para recordar que toda realidade social, observada em si, se situa num conjunto superior; que, feixe de variáveis, chama, implica outros feixes de variáveis ainda mais amplos?" (BRAUDEL, 1996a:408 [1979]). Ou seja: para ele, o conceito não é captura, mas sim liberdade de pensamento para movimentar-se diante do empírico. Nesse sentido, a explanação em seu último livro é reveladora: "(...) cabia-me a obrigação de dizer, sem mais, aquilo que eu via, e aquilo que, ao ver, eu acreditava compreender. (...) O todo observável forma uma única massa, que é preciso tornar clara, pacientemente, acendendo e reacendendo a lanterna. *Sem muito hesitar, abandonei-me então à observação, ao comentário direto, sem me preocupar em demasia em estar ou não seguindo a linha direta de nossas categorias científicas — categorias que aliás criamos artificialmente*" (BRAUDEL, 1989a:17 [1986], grifo nosso).

la Blache sobre os gêneros de vida, seja pela diversidade empírica aportada pelas monografias regionais. Como mencionamos outrora, Braudel (assim como Bloch e Febvre) não se apropriará das contribuições urbanas, econômicas e geopolíticas engendradas por aquela corrente; tais temas acabariam por fazer parte do legado geográfico alemão e seu tripé espaço, economia e sociedade. Ele as articulará durante toda sua obra, ora inclinando-se mais para uma, ora para outra. Assim, *La Part du Milieu* (primeiro volume de *La Méditerranée)*, *Grammaire des Civilisations*, *Les Structures du Quotidien* e *L'Identité de la France* aproximam-se da tradição francesa, enquanto *Destins Collectifs e Mouvements d'Ensemble* (segundo tomo de *La Méditerranée*), *Les Jeux d'Échange* e *Le Temps du Monde* (livros II e III de *Civilisation Matérielle*) inspiram-se na tradição alemã [245].

Tudo indica que o termo "espaço" tem a função de unificar esses dois lados — lados que Braudel, mesmo quando censurou a geopolítica, jamais viu como opostos. Por fim, será que poderíamos aventar que a substituição do conceito de *géohistoire* pelo vocábulo *espaço* não estaria ligada a uma tentativa de ir além da junção de duas disciplinas, mas sim captar as dimensões espaço-temporais da vida social?

Retornemos a *Grammaire*. Situado entre *La Méditerranée* de 1949 e de 1966, ele é peça importante por que demonstra bem *a transição braudeliana rumo à espacialização definitiva da História* — cujo primor de arte seria *Le Temps du Monde*. Destarte, encerraremos esta seção interpretando algumas passagens ilustrativas deste movimento. Mais precisamente, o resgate histórico dos vínculos entre o homem e o meio até chegar à valorização total do espaço.

Passemos a palavra ao nosso investigado: em um subtítulo denominado "As civilizações são espaços", proclamará que, independente de seu tamanho, elas "sempre podem localizar-se num mapa. Uma parte essencial de sua realidade depende das restrições ou das vantagens de sua localização geográfica. Naturalmente, essa localização foi adaptada pelo homem desde há séculos, ou mesmo, muitas vezes, desde há milênios. Não há paisagem que não traga a marca desse trabalho contínuo, aperfeiçoado ao longo de gerações — em suma, capitalizado. Graças a esse labor, o homem transformou a si mesmo por esse 'poderoso trabalho de si sobre si' de que fala Michelet ou, se preferir, por essa 'produção do homem pelo homem' como diz Marx. Falar de civilização é falar

[245] Reproduzindo suas aparições literais segundo os indíces, temos em *Grammaire* "As civilizações são espaços", "Os espaços", "Espaço e liberdades", "O espaço europeu se define: séculos V-XIII" e "Espaço, natureza e sociedade: o testemunho de uma literatura"; em *Les Structures du Quotidien*, "Conquista de espaços"; em *Les Jeux d'Échange*, "As firmas tem seu espaço" e "Espaços urbanos"; em *Le Temps du Monde*, "As divisões do espaço e do tempo na Europa" (título do capítulo I), "Primeira regra: um espaço que varia lentamente", "Terceira regra (continuação): o esquema espacial da economia-mundo", "Os espaços do Norte: a sorte de Bruges", "Os espaços do Norte: a sorte de Hansa", "Uma gama de espaços", "Espaços e mercados provinciais", "A superabundância de espaço" e "Um espaço marítimo longamente salvaguardado"; e, por fim, em *L'Identité de la France*, "Espaço e História" (título do livro I), "Espaço e História: últimas palavras" e "O espaço crescente das cidades". A palavra não aparece em nenhuma das duas edições de *La Méditerranée*.

de espaços, terras, relevos, climas, vegetações, espécies animais, vantagens dadas ou adquiridas (...). Obviamente, o meio ao mesmo tempo natural e fabricado pelo homem não aprisiona tudo de antemão num determinismo estreito. O meio não explica tudo, embora represente um grande papel, na forma de vantagens dadas ou adquiridas" (BRAUDEL, 2004:31-32 [1963]).

Eis o mestre francês, logo no início de seu livro, reunindo, implícita ou explicitamente, heranças dispersas e distintas: os primeiros *Annales* e o conceito de civilização; Vidal de la Blache e o aporte da cartografia, da análise de posição e da paisagem; o determinismo de Ratzel; a historicização dos fenômenos com Michelet e Marx. Diríamos que a citação acima encarnaria a síntese de um projeto: enriquecida pela ciência geográfica, a História deixa de ver os homens separados de seus ambientes; amparada no processo histórico, a Geografia não corre o risco de precipitar-se na ladeira no determinismo. Através das civilizações, a geohistória (eis o projeto) alcança todas as esferas da vida social. Seja a política, a economia, a cultura ou as mentalidades, nenhuma delas escapa a um determinado contexto espaço-temporal. Essa é uma premissa básica, um código de entrada para acessar o pensamento braudeliano: a história ocorre em profunda agregação com o meio, e este irá tanto *constranger* quanto *promover* a ação humana; funcionar ora como desvantagem, ora como vantagem. Porém, observando esse vai-e-vem na escala da longa duração, notar-se-ão algumas metamorfoses. Se, de um lado, a ininterrupção da dinâmica da natureza joga contra o homem, a técnica, o trabalho e a ciência jogam contra a natureza. O meio vai assumindo novas feições, tornando-se cada vez mais solícito às demandas sociais: "Assim, a geografia, à primeira vista, testemunha sobre a diversidade, e não sobre a unidade desses países [Índia e China] de múltiplas fisionomias. Talvez, então, ela nos extravie, estando, por isso, o problema mal colocado? Não é o meio geográfico, em si muito diversificado, que cria a unidade do Sudeste Asiático, mas sim uma *civilização material* bastante monótona, que se impõe em quase toda parte e que se acrescenta aos elementos geográficos, físicos e humanos. Essa civilização é por demais antiga, está por demais enraizada em idades remotas, é 'o produto de um número muito grande de processos de psicologia individual e coletiva para que seja lícito fazê-la derivar apenas do meio físico local' (P. Gourou). Ela existe em si mesma, força mais que semi-independente, determinante por sua vez" (idem, p.160).

Porém, este nem sempre é o caso: embora Braudel tenha praticado a História em escala global, nem por isso incorreu a explicações padronizantes [246]. É o que revela sua exposição acerca

[246] Dialogando com ele mesmo, refletindo sobre sua própria *démarche*, aproveita para repensar a historiografia: "Os historiadores têm seguramente razão ao desconfiar de viajantes demasiado entusiastas como Spengler ou Toynbee. Toda história levada à explicação geral exige retornos constantes à realidade concreta, às cifras, aos mapas, às cronologias precisas, numa palavra, às verificações. Assim, mais que à gramática das civilizações, é

da África Negra, onde, embora o "determinismo geográfico não comande tudo por si só", "a geografia prevalece sobre a história. Os contextos geográficos, embora não sejam os únicos a contar, são os mais significativos" (ibidem, pp.128-129). Aqui, ele se apresenta de maneira mais clássica em relação à Geografia, associando-a às características naturais e evocando os gêneros de vida, o que lhe permite recorrer ao caráter tradicional das sociedades da África Negra e grifar o fato de que as mesmas ainda não conseguiram desenvolver as condições necessárias para contornar as influências do meio. Contudo, por vezes, mesmo os resultados da engenharia são insuficientes para tanto: o Islã é um exemplo onde, apesar das construções hidráulicas e das culturas em solo seco, o peso do deserto distribui irregularmente a população, afetando, logo, a vida como um todo (ibid., p.76-77). Mas as cidades implodiriam a vida camponesa e a escala local e a relação com a natureza. Neste caso, a força motriz é menos a civilização material — que domina amplamente a atividade humana até por volta do século XVIII (BRAUDEL, 1985:43-44 [1977]) —, restrita à subsistência e ao comércio de curta distância, que a economia de mercado e suas redes de pessoas e mercadorias ligando, pouco a pouco, o território nacional até extrapolá-lo de vez. Com o Capitalismo, a cidade torna-se sua face mais acabada. Nela, faz-se a política, a economia, o *espaço*. O meio vai sendo parcialmente recoberto graças ao trabalho, à materialidade das construções e o estabelecimento de uma massa de gente cada vez maior, emprestando ao cotidiano o movimento, a velocidade e a expansão típicos da dinâmica capitalista. Em decorrência disso, Braudel constata que as sociedades não são influenciadas apenas pelos ambientes naturais, mas que, no transcorrer do processo histórico de complexificação de seus mecanismos, são afetadas também pelos *ambientes produzidos*. As ligações cidade-campo fornecem uma perfeita ilustração do tema: "*O desenvolvimento das cidades* acarretava, por si só, a brusca deterioração de sua paisagem humana e material. Todos os observadores se inquietam com isso, de Balzac a Victor Hugo. Miséria, mendicância, assaltos a mão armada, delinqüência, crianças errantes, epidemias, criminalidade, tudo é agravado pelo rápido amontoamento de trabalhadores na indizível promiscuidade das paredes estreitas. Porque os provincianos não param de chegar. Em 1847, Michelet ainda observa que o camponês 'admira tudo na cidade, tudo deseja, ali ficará se puder... Depois que se saiu do campo, não se volta mais a ele.' (...) Parece que a sociedade urbana foi, então, particularmente transtornada por uma indústria que a atinge, a atrai, sem ser capaz de soerguê-la, nem sequer de fazê-la viver. Talvez essa miséria citadina não seja pior, em última análise, que a dos campos de então. Nas cidades, porém, aos olhos de todos, exibe-se o espetáculo alarmante de uma população de

ao estudo dos casos concretos que convém nos atermos para compreender o que é uma civilização" (BRAUDEL, 2004:55 [1963]).

trabalhadores vítimas da indústria que, quando lhes fornece trabalho, pouco se preocupa com suas condições de vida" [247] (BRAUDEL, 2004:358 [1963]).

Uma nova organização do espaço se impunha e, com ela, uma reorganização interna da sociedade. Expandiam-se os limites dos lugares conhecidos; aumentava a mobilidade da população; diminuía sensivelmente o tempo das viagens; teciam-se redes sociais, físicas e financeiras. Lendo *Grammaire* hoje (e a obra de seu autor como um todo), um geógrafo tende a dizer: Braudel reconstitui, peça-a-peça, as *territorialidades formativas da Modernidade*: da fixação camponesa à fluidez citadina; da lentidão da vida rural à conturbação urbana; do raio curto da civilização material à escala intercontinental. Para tanto, vários fatores entram em cena [248]: a técnica (construção de rotas e meios de transporte), a política (formação dos Estados Nacionais e controle do território), a economia (o mercado e o capitalismo articulando espaços), a sociedade (as migrações rumo às cidades), a cultura (adesão ao estilo urbano e consumista). Averiguando uma dessas territorialidades, emergirá a imbricação entre as diferentes camadas da vida social. Uma mudança em uma delas provoca uma reação em cadeia e afeta as demais. Abrangendo *espaço*, *economia* e *sociedade*, aprendemos que "as corporações de ofício trabalham ao mesmo tempo para o mercado local e para o *comércio distante*. É fora de dúvida que a economia urbana só pôde prosperar como fez porque extrapolou largamente a economia local. No século XV, a cidade de Lübeck, a mais importante da vasta associação comercial que veio a chamar-se Hansa, conjunto de cidades comerciais disseminadas desde o Báltico até o Reno, mantém relações com a totalidade do mundo então conhecido. O mesmo se pode dizer de Veneza, Gênova, Florença ou Barcelona. Nesses centros privilegiados, *um primeiro capitalismo triunfa com o 'comércio distante'*. É o começo do reinado dos *comerciantes-empresários*, que fornecem matérias-primas e trabalho e asseguram a venda dos produtos industriais, enquanto os mestres de ofícios tornam-se cada vez mais assalariados, assim como seus 'oficiais' nesse *Verlagsystem* (...). Os comerciantes são os

[247] Além da admiração provocada pelo tom marxista, é curioso reparar que a expressão "sociedade urbana" foi consagrada por Lefebvre *após* o ano de 1963; para sermos mais precisos, em 1970, com *La révolution urbaine* e sua hipótese de uma *urbanização completa da sociedade* (LEFEBVRE, 1996:17-32 [1970]). Igualmente curioso é compará-la com o seguinte extrato da obra-prima de Marx: "Já a situação habitacional é fácil de entender. Qualquer observador desprevenido percebe que, quanto maior a centralização dos meios de produção, tanto maior o amontoamento correspondente de trabalhadores no mesmo espaço e, portanto, quanto mais rápida a acumulação capitalista, tanto mais miseráveis as habitações dos trabalhadores. Os 'melhoramentos' urbanos que acompanham o progresso da riqueza, a demolição de quarteirões mal construídos, a construção de palácios para bancos, lojas etc., desalojam evidentemente os pobres, expulsando-os para refúgios cada vez piores e mais abarrotados de gente" (MARX, 1975:764 [1867]).

[248] Estamos mencionando a chamada *história total* — termo que nos soa mais adequado que *história global*, este tendo uma dimensão mais espacial que propriamente temática —, que é uma noção, um esforço em apreender os vários ramos da sociedade. Embora Lai o apresente inicialmente como um conceito, observa que "estritamente falando, a história total não é um conceito histórico, mas uma assertiva metodológica da escrita histórica". Ela implica em três aspectos: a interdisciplinaridade, a análise sob diversos ângulos e a conexão entre a trindade temporal e o espaço (LAI, 2004:18-19).

grandes personagens do *popolo grasso*. A arraia-miúda, o povo 'magro', se revoltará com frequência, mas em vão. Em Gand, por exemplo, ou em Florença, onde a violenta revolução dos *Ciompi* eclode em 1381..." (idem, p.298).

É a isso que entendemos por *valorização total do espaço*: não apenas os contornos físicos dos fenômenos econômicos, políticos, culturais e sociais dispostos num mapa refém da escala cartesiana, mas o exame das mudanças espaciais situadas historicamente e dos papéis jogados pelo espaço na composição dessas mudanças. E, se no campo historiográfico a longa duração pode ser interpretada (erroneamente, ao nosso ver) por alguns como uma espécie de inércia ou estabilidade (GURIÊVITCH, 2003 [1991]), no terreno geográfico é justamente o contrário. Uma geograficidade viva, pintada com intensidade, prazerosa de ver e ler: a variedade de ambientes naturais, as características das civilizações, os campos e as cidades, a extensão da economia de mercado, a abrangência global do capitalismo, a distribuição da população, as reformas urbanas, as fronteiras dos Estados, o jogo de escalas mediterrâneo-França-mundo... Em virtude disto, talvez devamos reposicionar os termos da questão: se é verdade que Braudel tem uma dívida intelectual com a Geografia, cabe a ela agora reconhecer que sua obra a levou aos mais variados graus de análise no tempo e no espaço. Isento das querelas internas que obstruíram o desenvolvimento de seu potencial heurístico (as dicotomias geral-regional, idiográfico-nomotético, físico-humano), ele pôde conduzir o saber geográfico com toda a liberdade possível e desejável. Não houve nenhuma crítica relevante de fundo a ser levada em conta — nem tampouco esboço de diálogo efetivo por parte dos geógrafos...

Enfim, suas observações sobre a América Latina são representativas da intensidade geográfica de sua escrita histórica. Continente da imensidão a tragar a vagarosidade dos homens e das coisas nos exórdios da Modernidade [249], natureza abundante mas nem sempre hospitaleira,

[249] "Uma das imagens mais vivas dessas viagens clássicas [as de Humboldt e de Saint-Hilaire]: aquela, sem dúvida, das tropas de burros, com suas rotas fixas, seus horários quase e suas 'estações', esses *ranchos* onde animais, mercadorias e homens fazem alto ao entardecer para retomar o caminho no dia seguinte. Essas caravanas de burros, primeiro carreto, primeiras estradas de ferro, afirmou-se... *Primeiros meios de dominar o espaço, selvagem e proliferante ainda hoje. Porque, sob os nossos olhos, se o homem não se enraíza francamente como no Ocidente, se ele deixa sua terra com demasiada facilidade, é porque o espaço superabunda pouco mais adiante*. Ainda hoje, rios de rebanhos continuam a percorrer o coração do continente, como no século XVI ou no XVII, para surgir, no fim do caminho, nas feiras tradicionais de gado, como no interior do Estado baiano. Há ali uma forma primitiva, pouco dispendiosa de exploração, um capitalismo barato, *tanto assim que o espaço é dado de graça, ou quase. Nada mais natural que os homens — perdidos, submersos no espaço —, as cidades — sobretudo elas, situadas a meses e meses de distância das metrópoles européias ou das capitais coloniais — e as províncias — algumas mais vastas que a Itália ou a França — acabem se governando um pouco à sua maneira*. Sobretudo ontem, na falta de coisa melhor e porque, antes de mais nada, é preciso viver. *Nas duas Américas, a 'democracia americana', com seu self-government, é filha, em parte, do espaço. Desse espaço que amortece tudo e conserva tudo — pelo menos, enquanto não for vencido*" (BRAUDEL, 2004:388-389 [1963], grifo nosso com exceção de "ranchos" e "self-government"). Portanto, o espaço é um fator crucial: na prática, ele interfere no cotidiano, na economia e na política, ou seja, no processo histórico como um todo; na teoria, mostra temporalidades diferentes que a cronologia é incapaz de apreender.

desprovido das técnicas de deslocamento e das redes de circulação que já envolviam a Europa, eis alguns desafios nos quais a história, a seu turno, dramatizaria sem qualquer pudor. Feito laboratório da Europa, o Novo Mundo inculto e pagão formar-se-ia civilização através da mistura de raças e das explorações colonial e de "dependência". As consequências seriam, em essência, extremas desigualdades sociais e espaciais — traços que não passam despercebidos por nosso investigado, que critica a violência de uma economia feita exportadora de matérias-primas, o arcaísmo do setor primário e a insuficiência alimentar da América do Sul. Salientando disparidades como a pujança de Brasília, os subúrbios ricos da cidade do México, os arranha-céus de São Paulo, o isolamento "medieval" de lugares como Minas Velhas e Ubatuba, a "desterritorialização" (o vocábulo é nosso) dos camponeses em Buenos Aires e o "colonialismo interno" (BRAUDEL, 2004: 385-408 [1963]), Braudel retoma a constatação que Vidal de la Blache havia feito há mais de cinquenta anos: a má utilização do espaço. Coincidência ou não, ambos também abordaram a mesma área geográfica: as Américas. Coincidência ou não, ambos passavam pelo mesmo tema: a divisão internacional do trabalho [250]. A crítica de Braudel desvenda a sensibilidade espacial inscrita em sua análise histórica: "Os capitalistas estrangeiros (ou melhor, as grandes empresas internacionais), aliados aos grandes proprietários e aos políticos locais, dirigiram a produção para as matérias-primas *exportáveis*, obrigando assim as regiões produtoras a concentrar todos os seus esforços, homens e recursos numa única atividade, exclusiva, em detrimento de todas as outras. O desenvolvimento daí resultante teria podido, com o tempo, dar seus frutos para o conjunto do país, se a frequente mudança da demanda não aniquilasse regularmente tais investimentos. Era preciso, então, concentrar bruscamente os esforços em outro setor da produção e daí, como muita frequência, em outra região. A variedade dos climas e a superabundância do espaço permitiram à América do Sul suportar essas extraordinárias mudanças de direção que foram, de fato, no plano nacional, um desperdício inaudito de espaço e de homens: *elas impediram, em toda parte, o estabelecimento de estruturas econômicas duradouras, estáveis, sãs, bem como o enraizamento de uma classe camponesa*" (idem, p.398).

Daí a função da geografia: ela materializa a história, ela "precisa" o ritmo do tempo. Desse modo, as demarcações históricas só tem razão de ser quando "geografizadas": há sentido ao falar em Antiguidade para as civilizações indiana e chinesa? Haveria coerência ao aplicar o termo *Idade Média* para o continente americano? É bem verdade que a segunda metade do século XX, que entrará para a história por conta do espraiamento e da intensidade da Globalização, viu a emergência de fenômenos que sugerem vivermos num tempo, sociedade e aldeia globais (IANNI, 1997, 2000; BAUMAN, 1999 [1998]; ORTIZ, 2003 [1994]; VIRILIO, 1993 [1984]). De toda maneira, russos, norte-americanos, brasileiros, sérvios, chineses, congoleses e australianos, reunidos todos num cronológico século XXI, não estão na mesma "etapa" histórica e, tampouco, suas experiências espaço-temporais são as mesmas quando falamos em Modernidade, p.ex. Além disso, é mister grifar que a Globalização vem acompanhada de processos de fragmentação nas mais varidas escalas (CASTELLS, 1999; HAESBAERT, 2001 [1998]; SOJA, 1993 [1992]). Para a compreensão menos difusa dos nossos dias, uma das lições a reter da obra braudeliana é a de que a unificação do mundo pelo Capitalismo não é sinônimo de padronização cultural, social ou histórica. *A geografia das civilizações, edificada na longa duração*, mostra isso perfeitamente.

[250] Vide capítulo I.

4.2. *Civilisation Matérielle*: apresentação e problematização gerais

No começo da parte segunda de *La Méditerranée*, sobretudo na abertura "As economias: a medida do século", Braudel declara explicitamente: o espaço é o inimigo número um (BRAUDEL, 2002:473 [1966]). Encontramos certo parentesco entre esta idéia e *Les Structures du Quotidian* no também capítulo inicial "O peso do número", que versa sobre uma "geografia diferencial do globo" revelada pelos números: o contraste entre densidade e continentes pouco povoados, civilizações de um lado e culturas primitivas do outro (BRAUDEL, 1996:19 [1979]). O que une estes momentos das obras em tela é a dimensão geográfica da Economia, tópico crucial da concepção braudeliana de história e que atravessa do início ao fim os três volumes de *Civilisation Matérielle*.

Entretanto, antes de nos atermos ao papel da Geografia na constituição da história do capitalismo — pois é assim que observamos sua contribuição para os objetivos e propósitos de *Civilisation Matérielle* —, vejamos um pouco mais do desenho e das originalidades de sua Obra Magna, assim como algumas diferenças e continuidades em relação a *La Méditerranée*.

O esquema tripartite mantém-se presente, mas com uma diferença: desta vez a divisão não é de natureza temporal, mas econômica. Mantida a forma, mudado o conteúdo. *La Méditerranée* tem a intenção explícita de identificar temporalidades diferentes em cada um de seus três volumes, tal como pode-se ler no prefácio de 1949. Todavia, nada nos autoriza a dizer que *Civilisation Matérielle* utiliza o mesmo artifício. É verdade que este livro explora o acontecimento, as conjunturas e as estruturas, mas isso se dá no decorrer de seus três tomos e não conforme a distribuição feita em *La Méditerranée*. Portanto, não há como sustentar que a longa duração estaria em *Les Structures du Quotidien*, o tempo lento em *Les Jeux d'Échange* e o tempo curto em *Le Temps du Monde*, tal como pensam alguns (p.ex., REIS, 1994:105 e 109; ROCHA, 2003:33-34).

Dito isso, *Les Structures du Quotidien*, *Les Jeux d'Échange* e *Le Temps du Monde* representam os três andares de uma arquitetura bastante particular: bem próxima ao chão, uma infra-economia, a informalidade da atividade econômica, a auto-suficiência, as atividades corriqueiras unidas e cunhadas como *vida material* ou *civilização material*. Tal noção expressa parte dos acordos e desacordos de Braudel com a Antropologia estruturalista francesa — sobretudo com as conclusões de Lévi-Strauss, como vimos outrora. Rechaçando um estruturalismo a-histórico e inalterável que dividia as sociedades em "frias" e quentes", sem e com história — algo inteiramente diferente de uma história estrutural aberta a mudanças (BRAUDEL, 1992 [1990]; AGUIRRE ROJAS, 2003:62; REIS, 1994:62-67, REIS, 2000:104-107) —, Braudel soube depurar a influência antropológica e nos proporcionou uma riquíssima história dos costumes e da cultura das

sociedades modernas através das bebidas, comidas, materiais usados na construção das casas, móveis e decorações ao redor do mundo, roupas e estilos impostos pela moda etc.

Mas a civilização material sustenta-se e reproduz-se por intermédio da transformação de seu *habitat*, organizando-o e reorganizando-o de acordo com a necessidade e o maior ou menor domínio das técnicas então disponíveis a seu alcance. Em outras palavras, este conceito complementa o papel da base geohistórica dos processos civilizatórios (AGUIRRE ROJAS, 2003:94). É assim que o capítulo "O pão de cada dia", tratando dos cultivos (e da comercialização desigual) de trigo, arroz, milho, das revoluções alimentares do XVIII e da agricultura de comunidades primitivas fora da Europa, é sintomaticamente descritivo, paisagístico e focado na relação homem-meio, assemelhando-se bastante aos trabalhos da Geografia Clássica na qual seu autor foi educado. Em uma passagem: "Claro que a água é o grande problema. Ela pode submergir as plantas: no Sião e no Camboja foi preciso utilizar a flexibilidade inaudita do arroz flutuante, capaz de lançar caules com 9 ou 10 metros de comprimento para resistir aos enormes desníveis dos lençóis de água. A ceifa faz-se de barco, cortando as espigas e abandonando a palha que por vezes tem um comprimento incrível. Outra dificuldade: trazer, depois escoar a água. Trazê-la por condutas de bambu que vão buscar a água às fontes altas; colhê-la, como se faz na planície do Ganges e muitas vezes na China, em poços; conduzi-la, como no Ceilão, para grandes reservatórios, os *tanks*, mas os tanques coletores de água estão quase sempre num nível baixo, por vezes profundamente cavados no solo. (...) Claro que o sistema escolhido depende das condições locais. Quando não há método de irrigação possível, o aterro do arrozal serve para reter a água da chuva que basta para alimentar uma grande parte das culturas de planície, na Ásia das monções" (BRAUDEL, 1996:130 [1979]). O homem, a natureza e a técnica, dispostos em seus liames históricos e geográficos: acaso esta citação não nos conduz a um vagaroso avanço na luta cotidiana do homem contra a natureza e contra ele mesmo? Não seria o "Braudel Vidaliano" lendo a Geografia como uma herança histórica estrutural?

No volume seguinte, *Les Jeux d'Échange*, estamos no andar do meio do edifício braudeliano, onde prevalecem a produção e, principalmente, a troca, dentro dos mercados nacionais, feiras, bancas e lojas, tornando mais complexa a dinâmica econômica quando comparada aos esforços diários de subsistência materializado pelas civilizações. Aqui, o comércio entra em cena e, aos poucos, se assenhora dela, expandindo os limites dos espaços conhecidos e desconhecidos dentro e fora da Europa. Outro efeito deste processo é a ampliação das regras de mercado, com a criação de bolsas de valores, letras de câmbio e companhias de comércio que, todavia, coexistirão com mascates, feiras urbanas (onde se encontra de tudo um pouco) e a preponderância do feudalismo na Europa. Inevitavelmente, a lenta e desigual penetração capitalista vai engendrando o que, nos dias atuais, é incrivelmente comum: a escala mundo dos negócios, dos costumes, do

trabalho, da vida banal enfim. O mundo como o lar, como a casa que habitamos todos os dias e da qual saímos e entramos, de forma quase inconsciente. E isto bem antes da imponente Revolução Industrial — minimizada por Braudel em função de seu esquema metodológico da longa duração, que incorpora o evento no âmbito da estrutura.

O fato é que as trocas e seus jogos pressupõem a vitória — ainda que momentânea, dadas as lutas pela sua manutenção — sobre os espaços, estratégias de controle e domínio, confecção de cartas, atuação articulada em diversas escalas etc. Escrevendo em pleno século XX, Braudel se dá conta de que o processo de expansão do capital a uma escala global tem como uma de suas prioridades históricas a conquista do espaço, "Pois qualquer troca ocupa um espaço e nenhum espaço é neutro, isto é, não modificado ou não organizado pelo homem" (BRAUDEL, 1996a:156 [1979]). Daí seu esforço de desenhar uma Geografia retrospectiva dos mercados, a fim de avaliar com maior nitidez o desenvolvimento das trocas, do comércio, da economia como um todo. Mas o tópico sobressalente do livro em voga que o aproxima da Geografia consiste no conceito de *rede*, onipresente nos dias atuais e amplamente empregado por Braudel há décadas atrás. Formando redes políticas, sociais, econômicas ou técnicas, a empreitada capitalista e a preeminência européia difundem-se e deslocam-se com seus tentáculos cirurgicamente interligados. "Centralizado em Lisboa, estendido às duas margens do Atlântico, africana e americana, ligado ao Pacífico e ao Extremo-Oriente, o sistema português é uma *imensa rede* que se expande pelo Novo Mundo em dez ou vinte anos. Esta viva expansão é forçosamente um fato de importância internacional" (idem, p.137, grifo nosso).

Ainda sobre a Geografia, balizando as dessemelhanças entre franceses e alemães, não é demais recordar que a reprovação de Braudel aos geopolíticos ratzelianos de "livros e afirmações simples", que "nunca acreditaram no possibilismo", é indisfarçável. Todavia, sintetizado a partir do conceito de economia-mundo (*weltwirstchaften*), ele explorará, como poucos, os férteis vínculos aportados pela geografia alemã: "Tenho necessidade de dizer que a economia modela o social e o espaço, que o espaço comanda a economia e o social, que o social a seu turno comanda as duas outras realidades" (BRAUDEL, 1997:89 [1941-44]). Talvez agora fique mais visível porque o interesse nas redes, "que se completam, associam-se, substituem-se, afrontam-se", formando circuitos e desenhando um sistema (BRAUDEL, 1996a:142 [1979]). E, como não poderia deixar de ser, as cidades, onde historiadores e geógrafos sempre hão de se encontrar. Aqui a marca alemã também se faz notar, através da teoria locacional de Von Thünen e seu conteúdo acerca da centralidade, hinterlândia e hierarquias espaciais em termos de povoamento, distribuição e funcionamento das redes de atividades econômicas. Cabe acrescentar que o autor já fora citado em

La Méditerranée no tocante à organização do espaço rural (BRAUDEL, 1989a:203-217; BRAUDEL, 2002:77 [1966]; BRAUDEL, 1996a:161 [1979]).

O que permanece em *Les Jeux d'Échange* é uma explicação *espacial* inerente às origens do capital e do capitalismo. Em um mundo que vive, passo a passo, processos de desterritorialização e reterritorialização, a circulação e o espaço ocupado assumem um lugar fundamental no singular esquema explicativo braudeliano. A interação entre povos, culturas e produtos passa por uma ligação entre as escalas locais, regionais, nacionais, criando as condições para o despontar do mercado mundial. Aqui, cabe uma pergunta, uma questão a ser explorada e que passou em branco numa história do pensamento geográfico tão pouco propensa a romper os limites de sua própria disciplina: guardadas as devidas proporções, não haveria uma intersecção na década de setenta entre a exposição braudeliana, a tese lefebvriana de que a reprodução do capitalismo é dada a partir da produção do espaço e a reflexão lacosteana do saber pensar o espaço para nele combater? (LACOSTE, 1988 [1976]; LEFEBVRE, 1976 [1972]). Voltaremos ao tema mais adiante.

Campo de possibilidades aberto, chegamos ao último volume da trilogia, *Le Temps du Monde*, que também poderia chamar-se "Os espaços do mundo". Tempo do espaço, tempo de uma escala, história de uma geografia. Mas também espaço do tempo, escala de um tempo, geografia de uma história, porque o pensamento de Fernand Braudel está longe de ser uma via de mão única. Das Cidades-Estado italianas, "antigas economias de dominação urbana" (BRAUDEL, 1996b:75 [1979]) como Gênova e Veneza, ao surgimento de uma nova e poderosa configuração espacial, o Estado Territorial Moderno; das alternâncias de hegemonia no decorrer do percurso capitalista, bem como a formação dos mercados nacionais e suas fronteiras; da construção das Américas enquanto periferia do sistema-mundo às características políticas e econômicas da África, Rússia, Império Turco e Extremo-Oriente. O resultado é "a apreensão global tanto da economia quanto da sociedade; articulações de uma e de outra com a política; restabelecimento das conexões estruturais entre a esfera cultural e seus alicerces sócio-econômicos, não mais fixados *a priori* mas observados em suas transformações concretas" (DAIX, 1999:556 [1995]). De maneira especial, este volume "gira" como um *looping* de montanha-russa; ele é cambiante, vertiginoso, e substancializa o mundo em bases concretas aproveitando-se de tabelas e gráficos, vasta iconografia e representações cartográficas em profusão, devidamente discutidas e cuidadosamente situadas na composição da narrativa histórica. É uma imensa e incomparável viagem econômica pelo mundo moderno que Braudel intenta resgatar, descrever, analisar e comparar, mantendo consigo um companheiro inseparável, elemento de junção entre realidades heterogêneas e superpostas mas que não podem prescindir de uma condição comum e fundante de suas existências: o espaço. Incorporando "o mundo inteiro numa história só" (MORINEAU, 1989:51 [1988]), inspirando argumentos de cunho

territorial em torno dos ciclos sistêmicos de acumulação de capital (ARRIGHI, 1996:IX-XI [1994]) e autorizando uma aproximação com o legado econômico deixado por Marx (AGUIRRE ROJAS, 2000:79-135), Braudel lança as bases para um diálogo fecundo entre a História e a Geografia.

Poucos geógrafos não se orgulhariam de ter escrito *Le Temps du Monde*. Sobre isto, Claval é taxativo: uma das grandes idéias de Braudel reside na constatação de que o "lugar e a organização espacial jogam um papel essencial na vida política e econômica" (CLAVAL, 2003). Seguindo raciocínio análogo, sua leitura seria muito proveitosa por parte dos geógrafos pois, "mesmo falando sobre as bases materiais — e espaciais — das civilizações, ou mostrando que o controle das redes de transporte e comunicações era a origem dos lucros, ele fala sobre relação entre espaços políticos e econômicos" (CLAVAL, 1997:288). Pois por mais que a Geografia quisesse ser vista como uma superciência capaz de realizar a síntese das ciências de análise (MOREIRA, 1980), tenha eleito como palco de estudos os fenômenos ocorridos na superfície terrestre e seja herdeira das cosmografias (GOMES, 1997), é a história *à la* Braudel que conseguiu explorar e materializar fenômenos sociais, políticos, culturais e econômicos em escala mundial.

Destarte, na esteira do legado deixado pelos primeiros *Annales* e acrescido dos avanços metodológicos perpetrados por Braudel, não há como perder de vista que *a ampliação da escala espacial é fator determinante na ampliação dos próprios domínios da História*. Embora *La Méditerranée* até pudesse situar-se, digamos assim, nos marcos de um "enfoque regional", ele não é a história de uma região conforme Bloch e Febvre haviam se empenhado em fazê-la, mas sim a história de um mundo em si, de uma economia-mundo sem fronteira e cartografia definidas de maneira habitual. *Civilisation Matérielle*, por sua vez, encaminha sua argumentação em direção aos espaços hegemônicos que se sucedem alternadamente à frente do navio capitalista, mas isto não significa que ele seja uma história das cidades e dos Estados-Nação e sim um painel de como estes viabilizaram ao longo dos séculos a *escala-mundo* como cenário priviliegiado de suas operações. É uma das façanhas de Braudel e um traço "dialético": as escalas devem ser superadas porque a história humana não possui limites, mas ao mesmo tempo ela não existe sem os limites impostos pelos espaço.

Enfim, para Lacoste o tratamento geográfico de *Civilisation Matérielle* é menos evidente que em *La Méditerranée* por duas razões: a escala mundo "implica um grau maior de abstração" e o plano temático, segundo palavras do próprio Braudel, "dissocia o que o espaço reúne", embora admita que "a reflexão e o método de análise geográficos não [estejam] ausentes" (LACOSTE, 1989:190 [1988]). Seguiremos o caminho oposto: *Civilisation Matérielle* é a obra mais geográfica de Braudel. Em seus três volumes, a Geografia está presente tanto de maneira formal e institucional, cujo aporte oferecido é o já tão conhecido e utilizado estudo das relações homem-meio e os

desdobramentos dela derivados, quanto de maneira mais original, examinando o espaço como elemento constitutivo vital na história do capitalismo. É, na falta de uma palavra melhor, um Braudel bem menos "fisicalista" do que em *La Méditerranée* e em *Grammaire*. A razão disso seria o desenvolvimento da própria ciência geográfica que, após a II Guerra Mundial, foi relativizando a atenção aos traços naturais em nome de uma Geografia majoritariamente humana? Sim, embora não podemos olvidar que a *géohistoire* não abre mão do papel da natureza na feitura da história [251].

De qualquer maneira, se admitirmos que o herdeiro dos primeiros *Annales* seguiria as tendências engendradas no bojo do pensamento geográfico, ainda assim há que se conceber tal inclinação senão de modo *indireto*. Que Braudel opera uma geografia cada vez mais humana — não é esse um dos principais motivos da criação da *géohistoire*, com o outro sendo levar a explicação geográfica ao auxílio do esclarecimento do passado, tal como ele havia esclarecido em 1941? —, isso nos parece muito claro. Todavia (daí usarmos e sublinharmos o vocábulo "indireto"), não quer dizer que ele dialogue com os geógrafos que, nas décadas de 50, 60 e 70, se esforçavam em erigir uma Geografia essencialmente humana, tais como Gottman, o grupo da "Geografia Ativa" (George à frente) e Claval (apenas para citar alguns). Não por acaso, o principal geógrafo com o qual Braudel se aproximará após *La Méditerranée* é Pierre Gourou, seu colega no *Collège de France* eleito desde 1947. Engajado naquilo que chamar-se-ia *Géographie Tropicale*, Gourou trabalhava sob o "paradigma" das relações homem-meio sublinhando a especificidade dos ambientes tropicais — porém, conferindo à *cultura* papel de destaque (CLAVAL, 1998:256-58). Além de dedicá-lo *Les Jeux d'Échange* — "em testemunho de uma dupla afeição" (BRAUDEL, 1996a:5 [1979] —, considera-o em *La Dynamique du Capitalisme* "o maior dos geógrafos franceses" (BRAUDEL, 1985:18 [1977]). Gourou ainda escreveria o artigo "História e Geografia" na coletânea *L'Europe* dirigida por Braudel (GOUROU, 1996 [1982]) e, no decorrer da redação de *L'Identité de la France* (conforme as notas indicadas no final do volume I), trocariam correspondências (BRAUDEL, 1989a:347-351 [1986]). Falaremos dessa aproximação nas próximas páginas. Por ora, cabe concluir que Braudel avança ao humanizar e sofisticar a abordagem geográfica clássica, mas o faz mantendo os pés na tradição herdada de Vidal de la Blache.

Talvez isso explique um pouco a ausência (tão ou mais sentida quanto a dos geógrafos outrora citados) do filósofo Henri Lefebvre, cujas obras nos anos 60 e 70 — ou seja, durante a composição de *Civilisation Matérielle* — impactaram sobremaneira as interpretações em torno do espaço (LEFEBVRE, 2001 [1968], 1996 [1970], 1972, 1976 [1972]). É verdade que, exceção feita a Gottman e Claval, estamos a falar de autores ligados ao materialismo histórico e dialético, vertente

[251] Voltaremos a este problema mais adiante.

com a qual os *Annales* e o próprio Braudel mantiveram uma relação conflituosa. Mesmo assim, isso não seria motivo suficiente para tal lacuna ser tão acentuada, visto que este faz referências a Marx ao longo de toda sua trajetória — além de abrir *Le Temps du Monde* discutindo o conceito de economia-mundo tal como elaborado pelo marxista Immanuel Wallerstein. Ora; uma abordagem *croisée* como a que ensaiamos poderia, a título de sugestão, apontar que existem muitas semelhanças entre os projetos intelectuais de Lefebvre e Braudel no que tange a compreender os nexos entre *capitalismo* e *espaço*. Ainda que não este não seja o lugar e nem o propósito deste trabalho, não podemos nos furtar a pensar que, nos anos 70 e 80, os geógrafos fizeram uma clara opção, preferindo desdobrar os argumentos abertos por aquele filósofo ao redor da *produção do espaço* do que apropriar-se da *géohistoire* braudeliana — ainda que a aproximação deste historiador com a Geografia fosse bem maior que a daquele. Mas a orientação teórica e política pelo marxismo que influenciou a Geografia daqueles anos acabou prevalecendo, e, consequentemente, relegou-se a obra de Braudel [252]. Retomaremos esse ponto na última seção deste capítulo.

Enfim, essa é apenas uma parte de um capítulo negligenciado da história do pensamento geográfico. O que nos cabe é explorar, da melhor forma possível, a riqueza da dimensão espacial contida em *Civilisation Matérielle*. E, se tal tarefa é, de início, facilitada pela profusão de exemplos e casos geográficos, essa mesma razão acaba por complicar um pouco as coisas quando temos que oferecer uma exposição detalhada e coerente do tema em tela. Pensando nisso, partamos da seguinte assertiva: Braudel escreve a história dos espaços na Modernidade. Embora não o defina explicitamente (acaso ele o faz com alguma categoria analítica?), *espaço* admite uma utilização bastante ampla, envolvendo desde os componentes naturais da superfície terrestre e a forma como as sociedades lidam com as distâncias até a construção de cidades e Estados e o arranjo reticular da economia-mundo como característica crucial dos tempos modernos. De toda maneira, o que emerge é uma acepção material do espaço e seu uso espectral pelas civilizações. Ele é apresentado como um produto, mas também como uma condição histórica, isto é, não se trata somente de um reflexo da sociedade, mas de algo que a constitui enquanto tal. Assim como havia superado a dicotomia homem-natureza em *La Méditerranée*, em *Civilisation Matérielle* Braudel supera a dicotomia sociedade-espaço.

Em outras palavras, tanto a natureza quanto o espaço são vistas não como fenômenos isolados e passivos, mas sim como partes "ativas" no processo histórico. A complexificação da vida

[252] No Brasil, qual geógrafo interessou-se em redigir um *único* artigo sobre Braudel? Já sobre Lefebvre, a obra de Milton Santos e tudo o que ela representa fala por si quando se trata de medir a influência do autor de *La production de l'espace* sobre o pensamento geográfico brasileiro do final dos anos 70 em diante. Se quiséssemos expandir a escala, autores como o norte-americano Edward Soja e Neil Smith e o britânico David Harvey também constróem seus escritos tendo como base a teoria lefebvriana (SMITH, 1988; HARVEY, 1992 [1989]; SOJA, 1993 [1992]).

social moderna não ocorre de forma alheia à natureza e ao espaço: se o presente traz consigo as marcas do passado, ele deve lidar seja com as imposições climáticas e biológicas, seja com os traços espaciais deixados pelas gerações precedentes. Daí o tratamento da Geografia como uma estrutura *densa*, *complexa* e *polimórfica*. Densa, em função do desenvolvimento da história humana, do conteúdo material produzido pelas necessidades e que podemos facilmente constatar através das estradas, pontes, casas, igrejas, escolas, mercados e toda sorte de objetos que povoam o cotidiano moderno. Pode-se dizer: quanto mais desenvolvida a civilização, mais denso será o seu espaço. Complexa, por conta dos diversos usos atribuídos ao espaço: prefeituras, assembléias e palácios para a esfera do poder e da política; praças, ruas e jardins como cenários da vida social; teatros e museus enquanto fóruns de cultura; bolsas de valores e bancos para fins econômicos... É inadequado afirmar que a totalidade da vida humana não ocorre senão no espaço? E polimórfica, visto que nos deparamos com diferentes paisagens segundo não apenas o clássico par campo-cidade, mas de acordo com materiais, instrumentos técnicos e mão-de-obra típicos de um dado lugar.

Talvez seja válido enquadrar a *história dos espaços* escrita por Braudel em dois momentos: o primeiro diz respeito ao espaço como uma *determinação estrutural da realidade*, querendo dizer com isso nada mais, nada menos do que estar cercado pelo espaço. Ele é uma realidade inexorável. Destarte, Braudel analisa as características geográficas dos lugares, o sítio, a situação, a conexão homem-meio, os gêneros de vida e a ocupação dos espaços. Num segundo momento, talvez seja adequado falar numa *valorização total do espaço*, compreendendo assim o traçado das fronteiras territoriais, a formação das cidades e das Nações, a articulação entre as escalas, a tessitura das redes financeiras, de transportes e de comunicações e o papel do espaço no capitalismo.

Seguiremos este esquema visando apreender, de um jeito minimamente satisfatório, os mais variados casos em que a Geografia se faz presente na composição da escritura histórica braudeliana. Esta traz consigo uma trama: como as sociedades modernas tiveram, num primeiro momento, que "domar" a natureza, suplantando as vicissitudes inerentes aos ambientes que compõem o globo terrestre. A subsistência, entendida no sentido *lato* de *habitar*, surge como principal desafio. Erigir um lugar para morar e aquecê-lo, cultivar alimentos e animais e aprender a lidar com o ritmo das estações fazem parte de um jogo em que elementos biológicos e táticas civilizacionais estão em lados opostos. Contudo, uma vez parcialmente controlada a natureza (algo observável apenas na longa duração), processo paralelo à exploração da mesma e à ampliação da escala em que se vive, passa-se a outra etapa: a de valorização total do espaço. É no sentido de que este é visto como um bem em potencial que podemos compreender a exploração de novas terras, as lutas por territórios, a vontade de sair em busca do desconhecido em nome de vantagens de toda espécie etc. É, utilizando

uma imagem um tanto grosseira, como se o espaço passasse de "vilão" a "herói": uma vez domesticado, cabia extrair suas benesses. Afinal, quando discutimos questões como a renda da terra, a importâncias das matérias-primas e a busca de novos mercados, bem como acontecimentos como a Expansão Marítima e Comercial Européia, o período Napoleônico e a Revolução Industrial, o que há de comum entre eles não é o papel fulcral do espaço?

4.3. O espaço como determinação estrutural da realidade

Embora o subtítulo acima evoque a linguagem marxista (vide KOSIK, 1976), seu objetivo não é esse e sim ressaltar a inevitável associação das sociedades com seus espaços. Circunscrever-se em determinado sítio já é, de pronto, uma limitação, quer estejamos falando dos feudos da Idade Média ou das cidades no princípio da Modernidade. Significa contar com uma certa quantidade de provisão agrícola ou um certo número de soldados em caso de batalha. Evidentemente, os espaços não são auto-sustentáveis e, visando contornar tal situação, as trocas com outros lugares são fundamentais. Porém, elas não substituem a realidade da vida cotidiana, marcada para a maioria das pessoas pelo enraizamento local em suas aldeias ou *pays* [253]. Não é sabido que no século XVIII um nobre não arriscaria sair de sua corte de origem, posto que isso representaria a perda de seu *status* social? (ELIAS, 1995a [1969]). Mas Braudel não investe sua reflexão na dimensão sociológica do espaço, e sim na parte material do mesmo. Embora *Civilisation Matérielle* seja, antes de mais nada, obra de história econômica, a acepção do termo "material" não se resume às trocas monetárias e à dinâmica financeira (cf. BRAUDEL, 1985:22 [1977]). Ela se refere à materialidade *lato sensu* das civilizações e a tudo àquilo que as constitui enquanto poderosos grupos culturais: a população; a alimentação e as bebidas; o *habitat* e o vestuário; as técnicas e o desenho das paisagens; as cidades, redes e territórios. Conjugados, tais aspectos edificam o espaço geográfico. Ele é uma das estruturas do cotidiano, construção social forjada na longa duração e cenário perfeito para uma análise que pretenda englobar o biológico, o material e o mental. Claro que Braudel não mutila a realidade de modo tão simplista. Mas é o que notamos, didaticamente, nas páginas de *Les Structures du Quotidien*: o espaço como fruto da modificação da natureza, fonte de alimentos e matérias-primas e cenário da projeção de valores e crenças. Seja quando vemos a ponte de madeira em Lyon em pleno século XVII, o trigo trazido para a América pelos espanhóis e cultivado pelos indígenas com os mesmos instrumentos do camponês europeu ou o porto de Londres onde, ao fundo, localiza-se a

[253] Afinal, "a troca, instrumento de qualquer sociedade econômica em progresso, foi prejudicada pelos limites que lhe eram impostos pelos transportes (...)" (BRAUDEL, 1996:390 [1979]).

catedral de São Paulo [254], estamos falando de traços geohistóricos (BRAUDEL, 1996: 334, 152 e 502-503 [1979], respectivamente).

Nesse sentido, uma das mais eloqüentes contribuições de Braudel à Geografia é narrar a história das civilizações contra seus espaços. Nessa batalha de longa duração, o "Antigo Regime biológico" só terminaria no século XVIII. Antes dele, "o livro da selva [podia] ser aberto em qualquer lugar. Será sensato fechá-lo antes que alguém aí se perca. Mas que testemunho das fraquezas da ocupação humana!" (idem, pp.58 e 57, respectivamente). Citando o economista e estatístico Ernst Wagemann, ele lembra que a "derrota do espaço" só se daria "a partir de 1857, com a instalação do primeiro cabo marítimo intercontinental. As estradas de ferro, o barco a vapor, o telégrafo, o telefone inauguraram demasiado tarde as verdadeiras comunicações de massa em escala mundial" (ibidem, p.379). Claro que, conhecendo a maneira braudeliana de pensar, tal derrota não é senão parcial, na medida em que apregoa o determinismo das estruturas de longa duração (vide AGUIRRE ROJAS, 2003:70-72). E, tendo em mente que nosso investigado rechaçava a perspectiva espacial cartesiana-newtoniana, sua leitura vai muito além do debate em torno das distâncias e das coordenadas geográficas. Ao trazer à tona a luta multisecular versus a fome, a peste, os odores pestilentos e mesmo o êxito sobre a noite, ele nos mostra que as demandas da vida moderna levaram à criação de uma infra-estrutura agrícola, sanitária e de iluminação cuja manifestação mais direta e visível é o adensamento do espaço — ou, o que é quase a mesma coisa, a proliferação das cidades. Em suas palavras: "(...) tem razão Archibal Lewis ao escrever que 'a mais importante das fronteiras da expansão européia foi a fronteira interna da floresta, dos pântanos, da lande'. Os vazios do seu espaço recuam diante de seus camponeses desbravadores; os homens, mais numerosos, põem a seu serviço as rodas, as asas dos moinhos; criam-se vínculos entre regiões até então estranhas umas às outras; há abertura; inúmeras cidades surgem ou reanimam-se no cruzamento dos tráficos e este é certamente o fato crucial. A Europa enche-se de cidades" (BRAUDEL, 1996b:79 [1979]).

Portanto, trata-se, antes de mais nada, de subjugar a natureza, força hostil cuja intensidade é tanto maior à medida em que as atividades humanas estejam diretamente dependentes dela. E, por mais que o modelo urbano-industrial, que toma conta de parte da Europa no século XIX e que domina todo o globo no século seguinte, esteja assentado na exploração da natureza, ele não deixa de representar uma mediação deveras nítida entre esta e o homem — mediação dada através do trabalho tornado cada vez mais técnico. No entanto, em termos históricos esse cenário é muito

[254] Tais exemplos foram retirados das inúmeras ilustrações que acompanham *Civilisation Matérielle*. Elas confirmam, facilmente, dois aspectos: o interesse de Braudel pela questão cultural e sua atração pelas paisagens. Sem contar com tantos outros mapas, plantas e representações gráficas referentes ao espaço. Até onde sabemos, os estudiosos de Braudel não ousaram interrogar tais recursos — reveladores de seu multifacetado pensamento e da ânsia em explorar *tudo* como fonte histórica.

recente, pois, "entre o século XV e o século XVIII, o mundo é ainda um campo imenso em que 80 ou 90% das pessoas vivem da terra e só da terra. O ritmo, a qualidade, a insuficiência das colheitas comandam toda a vida material" (BRAUDEL, 1996:36 [1979]). É por esta razão que *Les Structures* possui tantas afinidades com a Geografia Clássica e, não por mera coincidência, faz repetidas menções aos seus representantes: ambos estão tentando entender a *conquista do espaço*, ou seja, como se deu o movimento de uma história antes marcada por um mundo rural e agrário para um mundo urbano e industrial. Nesse âmbito, localiza-se uma profunda modificação da natureza e, por conta disso, abriu-se caminho para uma nova etapa da história humana. E esse é exatamente um dos fatores pelos quais a negligência da história do pensamento geográfico para com *Les Strucutures* nos provoca tanta surpresa. Afinal, se admitirmos definitivamente que o "paradigma" homem-meio foi um dos pilares formativos das modernas Ciências Humanas (e não somente da Geografia) e que o mesmo deve-se, sobretudo, aos esforços de Vidal de la Blache e seus discípulos, mas, concomitantemente, acatarmos que a eclosão do mundo urbano-industrial no século XX e o espectro do determinismo acabou por relegá-lo a um plano secundário, o livro acima pode muito bem ser lido enquanto o documento que melhor situou historicamente a importância do estudo das relações entre o homem e a natureza no bojo da conformação do mundo moderno [255].

Dialogando com o historiador francês René Grousset no que diz respeito à semelhança entre a ocupação dos enormes territórios virgens na China, no Canadá e nos EUA por um grupo de lavradores que, no caminho, encontravam populações seminômades, Braudel pensa que "(...) para haver expansão renovada, generalizada, em todo o mundo, é porque o número de pessoas aumentou. Mais do que uma causa, trata-se de uma consequência. Com efeito, sempre houve espaço para ocupar e ao alcance dos homens sempre que estes desejaram ou tiveram necessidade. Ainda hoje, num mundo já 'finito' (...), o espaço vazio não falta; falta ainda ocupar as florestas equatoriais, as estepes e até as regiões árticas e os verdadeiros desertos, onde as técnicas modernas podem reservar muitas surpresas. No fundo, não é essa a questão. A verdadeira questão continua a ser a seguinte: por que a 'conjuntura geográfica' entra em jogo na mesma altura, se a oferta de espaço, afinal, existiu sempre? É no sincronismo que está o problema. Não se podem atribuir só à economia internacional, eficaz mas ainda tão frágil, as responsabilidades de um movimento tão geral e tão

[255] Retomaremos esse ponto a seguir. Apenas a título de ilustração, um exemplo aleatório: quando Santos esboça historicamente a associação homem-meio, identificando as etapas denominadas meio natural, meio técnico e meio técnico-científico-informacional, nos perguntamos o quanto este esquema não se enriqueceria se tivesse *Les Structures* como referência. Ao comparar os critérios usados pelo geógrafo brasileiro para tal periodização, não por acaso alguns deles são os mesmos utilizados por Braudel, tais como as técnicas, as fontes de energia e os meios de transportes e telecomunicações (SANTOS, 2002:233-241 [1996]). Estamos querendo dizer o seguinte: ao operar suas pesquisas inspirado na *história total* e conferindo papel proeminente às questões geográficas, Braudel acabou por explorar (ora de longe, ora de perto) boa parte dos temas que dominaram a agenda dos geógrafos durante o século XX.

forte. Ela é tanto a sua causa como uma sua consequência" (idem, p.35). Portanto, um dos pontos principais a ser desvendado é: como se deu a ocupação dos espaços e qual o papel da geografia nesse contexto? Admitindo literalmente que os agrupamentos civilizacionais compõem uma característica *geográfica* (ibidem, p.49), Braudel recusa uma interpretação globalizante e atribui à conjuntura geográfica parte das responsabilidades pelos diferentes tipos de ocupação humana. Não é preciso ir muito longe para ver nesse trecho um dos tópicos mais recorrentes da *démarche* vidaliana: a pressão demográfica exercida num determinado espaço. Não por acaso surge o nome do geógrafo francês quando Braudel discute as densidades de povoamento e os níveis de civilização (ibid., p.43). Igualmente vidaliano (e blochiano) não é o tema das técnicas — "rainha (...) que transforma o mundo" (ibid., p.397) — e sua função basilar na adaptação das sociedades a ambientes inóspitos? Sim, e tudo isso por causa da necessidade de ocupar, explorar e expandir os espaços conhecidos e desconhecidos. É uma verdade banal mas, ao mesmo tempo, fundamental: para que haja a constituição de complexas redes econômicas ao redor do mundo, é mister, antes, a tomada e o controle de imensos e estrangeiros espaços. Em tal situação, há que se superar não apenas as dificuldades materiais inerentes a uma empreitada desse porte, mas os obstáculos pertencentes ao domínio das mentalidades (a dúvida se a Terra era quadrada ou redonda, a existência de monstros no interior das florestas fechadas, o Novo Mundo como o paraíso terrestre etc.). Não, esse não é um tema explorado por Braudel, embora discorra brilhantemente sobre a cultura material das civilizações mundo afora. Todavia, uma de suas principais virtudes foi ter apreendido que *o processo histórico de constituição do mundo moderno ocorre através de uma profunda reorganização da espacialidade*.

No subcapítulo "Conquista de espaços", pode-se ler: "No Brasil, o português aparece e o índio primitivo retrai-se: cede o seu lugar. É quase o vazio o que as bandeiras paulistas enxameiam. Em menos de um século, os aventureiros de São Paulo, à procura de escravos, pedras preciosas e ouro, percorreram, sem o tomar, metade do continente sul-americano, do Rio de la Plata ao Amazonas e aos Andes. Não encontraram resistência antes de os jesuítas terem constituído suas reservas índias e os paulistas as terem pilhado desavergonhadamente. O processo é o mesmo para o francês ou para o inglês na América setentrional, para o espanhol no México desértico do Norte diante dos raros e rudes índios chichimecas. Contra eles prossegue, pelo século XVII adentro, uma sistemática caça ao homem, são acossados como 'animais selvagens'. Na Argentina e sobretudo no Chile, as coisas serão mais difíceis, pois o índio apreendeu do vencedor pelo menos o cavalo, e os araucanos virão a ser adversários coriáceos até o início do século XX. *Na realidade, o que está em causa é uma conquista não de homens (serão aniquilados), mas de espaço*. Logo à partida, é à distância que falta vencer. Os lentos carros dos pampas argentinos e as suas juntas de bois, as

caravanas de mulas da América ibérica ou as carroças da marcha para o oeste nos Estados Unidos do século XIX que os 'westerns' tornarão célebres, tais foram, no século XVI, as ferramentas desta conquista silenciosa que foi levando até uma frente de colonização, uma zona pioneira de onde tudo emergiu. A vida dos colonos, nessas margens longínquas, recomeça do zero; os homens são demasiado pouco numerosos para que a vida social se lhes imponha; cada qual é dono de si. Esta atraente anarquia dura algum tempo, depois estabelece-se a ordem. A fronteira, porém, deslizou já um pouco para o interior, levando para lá as mesmas gestas anárquicas e provisórias. *É essa a 'moving frontier'* em que o romantismo de F.J. Turner via ontem (1921) *a própria gênese da América e a sua mais forte originalidade*" (ibid., pp.83-84, grifo nosso).

Ora; ao atentarmos para alguns termos — espaço, distância, fronteira, conquista, resistência, colonização —, parece que nada mudou desde o Mediterrâneo do século XVI, onde, embora tudo fosse ainda mais complicado, o inimigo número um não era exatamente *o espaço*? (BRAUDEL, 2002:473 [1966]). Incorporando uma tradição que nos remete a Humboldt e suas expedições ao redor do globo, a Vidal e sua preocupação com os territórios do Império Francês na América e a Febvre e seu interesse pelo traçado das fronteiras, Braudel desbrava o passado e analisa um dos principais desafios da Modernidade: conhecer, transformar, habitar e explorar o espaço. Recolhendo a lição geral de *Les Structures*, somos remetidos à pergunta estupefata de Vidal de la Blache sobre como a Inglaterra, incapaz de ser definida de modo consistente pela geografia física, organizou-se politicamente e tornou-se uma pátria (VIDAL DE LA BLACHE, 2007:330 [1903]). É um pouco esta a interrogação de Braudel: como esse conjunto brutal e poderoso de elementos físicos chamado superfície terrestre que, por séculos e séculos, permaneceu praticamente inalterado, metamorfoseou-se, no decorrer da Modernidade, numa estrutura material, econômica e cultural suficientemente pronta a abrigar o conjunto das civilizações — e ser por elas reconhecida como *pays*, regiões, Estados ou Impérios?

No limite, diríamos: ao passar em revista a demografia, a alimentação, as fontes de energia, os transportes e as técnicas, *Les Structures historiciza* aquilo queVidal havia *geografizado*. Estamos sugerindo que o livro em tela pode ser lido como uma *história dos gêneros de vida*, isto é, às múltiplas formas pelas quais as civilizações, em seus limites espaciais e segundo suas técnicas disponíveis, transformaram o meio, adaptando-o conforme seus interesses. Ao remontar as bases materiais da edificação do mundo moderno destacando os conceitos de *cultura* e *civilização*, Braudel constata que, por mais que a tendência histórica levasse à unificação do globo, as atividades diárias, os ambientes e os "modos de fazer" típicos de cada *civilização material* eram distintos. Logo, o que ele apreende são paisagens e espaços heterogêneos — tais como exibem as ilustrações das lojas de Pequim misturadas às habitações e distribuídas ao redor de pátios interiores

e jardins, o tráfico misto de trigo, madeira e feno na praça de Grève na Paris do XVIII ou o mercado principal de Alexandria em 1812, onde homens portavam seus trajes peculiares (BRAUDEL, 1996:499, 473 e 466 [1979]). Assim, "É fato que todos os universos de povoamento denso elaboraram um grupo de respostas elementares e têm uma incômoda tendência para ficarem por aí por causa de uma força de inércia que é uma das grandes obreiras da história. Então, *o que é uma civilização, senão a instauração antiga de uma certa humanidade num certo espaço?* É uma categoria da história, uma classificação necessária. A humanidade só tende a tornar-se *una* (ainda não chegou aí) depois do fim do século XV. Até aí, e cada vez mais à medida que recuamos nos séculos, ela repartia-se por planetas diferentes, abrigando cada um deles uma civilização ou uma determinada cultura, com as suas originalidades e as suas escolhas de longa duração. Mesmo próximas umas das outras, as soluções não podiam confundir-se" (idem, p.513, grifo nosso).

Esta passagem nos coloca diante da interpretação de Ortiz, para quem — embora ressalte a contribuição de Braudel para a compreensão da dinâmica econômica moderna — *Grammaire des Civilisations* conferiu especificidade demais às culturas no interior das economias-mundo. Ou seja, mesmo interligadas, elas seriam independentes umas das outras (ORTIZ, 2003:17 [1994]). Não entraremos no mérito da questão: basta argumentar que, além de Ortiz escrever seu livro em 1994 e Braudel em 1963, ou seja, o segundo em período de plena Guerra Fria e o primeiro em plena expansão capitalista global após o fim do Socialismo Real, a noção de *temporalidade* que atravessa os dois trabalhos é radicalmente diferente — logo, suas leituras em torno do enlace entre cultura e civilização não poderiam ser semelhantes. O que nos atrai aqui é perceber que, para Braudel, trabalhar com a escala-mundo não significou negligenciar as realidades "regionais" dos grupos culturais e, tampouco, ter caído na armadilha do "abstrato" supostamente provocada por uma análise naquela escala — como sugere Lacoste. Ao contrário, o fundador da *Maison des Sciences de l'Homme* nos adverte que não há materialização de fenômenos mundiais sem antes um profundo enraizamento da vida social nas demais escalas, bem como o fato de que a escala-mundo não faz desaparecer as outras. Essa parece ser uma lição interessante a ser aprendida pelo próprio Ortiz que — como vimos no cap. III —, ao explorar a emergência de uma *cultura internacional-popular* e uma *memória internacional-popular* engendrados por uma *sociedade global*, tentou assumir, enquanto sujeito, uma posição desterritorializada, de "cidadão do mundo". Ora; o que salta aos olhos na reflexão braudeliana é o fato de que o entendimento de um dado fenômeno implica, necessariamente, a consideração de suas coordenadas espaço-temporais. Quer se trate de um evento empírico, quer se trate de um esforço teórico, o desconhecimento de suas circunstâncias no tempo e no espaço ocasionará, certamente, uma interpretação imprecisa daquilo que se pretende conhecer.

Mostrando uma rica percepção escalar, ao comentar sobre o aparecimento e o desaparecimento de certas doenças, o historiador supracitado situa o espaço no cerne de sua reflexão. E se indaga: "Na verdade, não terá essa alternância de virulência e apaziguamento origem no fato de a humanidade ter vivido durante muito tempo entrincheirada, dispersa como que entre outros planetas, de tal modo que as trocas de germes contagiosos de um para outro trouxeram surpresas catastróficas, na medida em que cada um tinha, relativamente aos agentes patogênicos, os seus hábitos, as suas resistências ou fraquezas particulares?" (BRAUDEL, 1996:73-4 [1979]). Ou seja, a dinâmica espacial atuou de modo decisivo na forma como a qual determinados vírus se espalharam e contagiaram pessoas ao redor do mundo. Posteriormente, o progresso dos transportes seria redefinido em termos geográficos, e um arranjo espacial reticular certamente tornaria mais veloz o tratamento de uma série de doenças.

Este é apenas um exemplo de como o espaço possui papel de peso: ele é revelador da especificidade e, portanto, da heterogeneidade de técnicas, ambientes, culturas, roupas, comidas, bebidas... Ora; uma das principais realizações da Obra Magna de Braudel não é ter operado um *estudo histórico da diferenciação de áreas*, para lembrarmos a acepção de Hartshorne sobre o objeto da Geografia? (HARTSHORNE, 1978 [1959]). Sim, e a aproximação com esta definição não é casual. Enquanto Lacoste lembra que as referências explícitas a Vidal em *La Méditerranée* e *Civilisation Matérielle* são "muito poucas e marginais" — sobretudo quando comparadas as de *L'Identité de la France* (LACOSTE, 1989:196-97 [1988]) —, cumpre observar que o próprio Braudel mostrar-se-ia surpreso com o horizonte do pensamento de Vidal que, no *Tableau* (obra citada inúmeras vezes por Braudel), chega a falar em "civilização material", termo empregado para designar os modos de existência — vejam só! — *do mundo mediterrâneo*: a exploração do solo, o cultivo e a transumância, as árvores frutíferas, o uso do azeite e do vinho combinado com o trigo e o pão (VIDAL DE LA BLACHE, 2007:342 [1903]). De maneira ampla, o conceito de civilização é evocado por ele em nome da cultura, da técnica, da língua e dos costumes. Por esta razão, a similaridade de muitas de suas passagens (VIDAL DE LA BLACHE, 1899:106; 1902:14-15; 1911a:296) com a primeira parte de *La Méditerranée* e com *Les Structures* é deveras visível. Daí a estranheza face a reclamação braudeliana de que a Geografia descobriu tardiamente o homem e, por consequência, negligenciava, entre outras coisas, seus hábitos alimentares (BRAUDEL, 1997 [1941-44]). Sendo texto escrito no cativeiro (ou seja, sem seus livros à disposição), acaso sua memória prodigiosa teria esquecido essa faceta daquele que é uma de suas principais referências?

Além disso, a biblioteca geográfica de Braudel vai muito além da figura do mestre francês. No volume I de *Civilisation Matérielle*, são feitas menções aos nomes de Humboldt, Ratzel, Dion, Sorre, Deffontaines, Juillard, Blache, Gourou, Planhol, Derruau, Musset, Vidal e Sauer, bem como

ao periódico *The Geographical Review*; no volume II, Vidal, Gallois, Dion, Gourou, Juillard, Claval e a *Revue de Géographie*; e no volume III, Vidal, Demangeon, Gallois, Camena d'Almeida, Zimmerman, Piatier, Mahan [256] e Darby. Além da constatação de que Braudel dialoga com representantes de diferentes gerações — Humboldt (1769-1859), Vidal (1845-1918), Sorre (1880-1962), Gourou (1900-1999) e Claval (1932-) —, é interessante notar seu diálogo extrapolando os limites territoriais e linguísticos e aproximando-se de dois dos principais geógrafos anglo-saxões de sua época. Obviamente que não estamos diante de uma mera coincidência — e não nos referimos ao fato de que ambos trabalhassem sob a égide das relações homem-meio —: enquanto Darby (1909-1992) pode ser considerado um dos principais geógrafos históricos do século XX (DARBY, 1953, 1983), Sauer (1889-1975) vislumbrava a Geografia como uma ciência *genética*, onde o passado poderia ser resgatado através da paisagem (SAUER, 1941, 1998 [1925]; CORRÊA, 1997).

De qualquer maneira, conforme anotamos anteriormente, em Braudel o legado de Vidal renovar-se-ia por intermédio da obra de Gourou. Motivos não faltavam para que ele fosse atraído por este, tais como o método comparativo, a experiência de campo e o par técnica-civilização. E, reforçando o quanto vidalianos e *annalistes* operaram uma das trocas mais férteis entre as Ciências Sociais durante boa parte do século precedente, Gourou foi enormemente influenciado por *La Terre et l'évolution humaine* e sua idéia de que as duas maiores bases da Geografia Humana seriam o conhecimento profundo (e direto) dos ambientes naturais e das condições gerais do desenvolvimento humano. Dedicar *Les paysans du delta tonkinois* a Febvre seria apenas uma prova de gratidão intelectual (cf. CLAVAL, 2007:297-323). Há um trecho que resume parte dessa riqueza intelectual: "(...) a concentração dos arrozais e da mão-de-obra nas zonas baixas acarreta logicamente certas 'derivas', como diria Pierre Gourou. Assim, na China, onde, ao contrário de Java ou das Filipinas, o arroz de montanha é a exceção, pelo menos, até o século XVII, onde um viajante (ainda em 1734) vai de Ning Po a Pequim por regiões acidentadas quase desertas. Por conseguinte, o que a Europa encontrou nas suas montanhas, essa capital ativo de homens, rebanhos e vida possante que ela soube valorizar, desdenhou-o o Extremo Oriente, rejeitou-o até. Que enorme perda! Mas como haviam os chineses de utilizar a montanha, já que não têm qualquer sentido da exploração florestal ou da pecuária, não consomem leite nem queijo, muito pouca carne e nem sequer procuram a adesão das populações montanhosas quando elas existam — longe disso! Parafraseando Pierre Gourou, imaginemos um Jura ou uma Savóia sem rebanhos, desflorestados de maneira anárquica, a população ativa concentrada nas planícies, junto dos rios e lagos. A

[256] Se o almirante inglês Mahan não era geógrafo, suas análises geopolíticas afetaram em cheio a história do pensamento geográfico. Ele já havia sido citado na primeira edição de *La Méditerranée* (BRAUDEL, 1949:190).

orizicultura, a sua abundância e os hábitos alimentares da população chinesa são em parte responsáveis por isso" (BRAUDEL, 1996:135 [1979]). Destarte, a conexão homem-meio é, antes de tudo, uma atividade pluricausal onde, portanto, vários fatores entram em jogo. Identificar uma dada feição natural (a montanha) não significa que seja possível avaliar, de imediato, sua utilidade. Certamente que as características físicas são importantes, na medida em que elas representam parte do substrato material com o qual será produzido o que é necessário para a vida em geral. Contudo, há que se considerar, acima de tudo, a civilização que a rodeia e tudo aquilo que esta representa em termos de valores sociais, econômicos e simbólicos [257].

Tal debate nos conduz à argumentação levantada anteriormente, onde indagávamos se um dos motivos pelos quais Braudel apresentar-se-ia cada vez menos fisicalista de *La Méditerranée* a *Civilisation Matérielle* estaria no rumo tomado pelo próprio pensamento geográfico, que seguiu o mesmo caminho. Nossa resposta havia sido positiva e pode, sem maiores problemas, ser mantida. Todavia, dialeticamente, podemos também seguir a direção inversa e sustentar que Braudel *antecipou* o que viria a ser a principal orientação da Geografia. Destarte, o sentido de sua advertência rumo a uma geografia cada vez mais humana, pronunciada no início da década de quarenta no artigo *Géohistoire: la société, l'espace, le temps* (vide cap. III), faz muito mais sentido, sobretudo, quando analisamos os resultados obtidos em *Les Structures*, visto que ele conseguiu pôr em prática *um estudo histórico do processo de humanização da natureza*. Mas a questão não se encerra aqui: se concordarmos com a lúcida leitura de Claval de que os três principais legatários de Vidal — Gallois, Brunhes e Demangeon — empobreceram sua fortuna, reduzindo a Geografia à análise das relações grupo-ambiente e admitindo apenas superficialmente o papel das forças sócio-econômicas e culturais (CLAVAL, 1998:137), e enfatizarmos que Braudel operou um exame do espaço em suas variáveis demográfica, técnica, ambiental, cultural, econômica e social, o que nos impede de admitir *Les Structures du Quotidien* como um dos produtos mais frutíferos e bem-acabados do espólio vidaliano? E se esse ponto de vista parecer corporativista, dando a entender que Braudel não é mais que um seguidor de Vidal, trata-se exatamente do contrário: embora a afinidade com a Geografia seja inegável, o projeto intelectual braudeliano ultrapassa o que esta disciplina havia conseguido em, no mínimo, três itens: a *escala*, pelo fato de que o *annaliste* privilegia o

[257] Não é um pouco o que diz Max. Sorre, definindo *genre de vie* como "o conjunto mais ou menos coordenado das atividades espirituais e materiais consolidadas pela tradição, graças a qual um grupo humano assegura sua permanência em determinado meio"? (SORRE, 1984:90 [1948]). Aliás, ele pensa o conceito em tela quase que em termos braudelianos, asseverando que ele "só se define em relação ao meio físico. Enfim, ele apresenta certa estabilidade. Estas formas são os produtos de permanência. Seus primeiros traços remontam a milênios. Seus enriquecimentos têm sido progressivos. Tiveram tempo de digerir os elementos que, pouco a pouco, as transformaram" (SORRE, 1984:118 [1952]). Pensando melhor, seria mais correto afirmar que a linguagem utilizada por Sorre não tem filiação alguma com Braudel, mas sim com o amplo manejo do tempo proveniente de Vidal? Sobre a geografia sorreana, vide Megale (MEGALE, 1984) e Moreira (MOREIRA, 2003).

mundo, e não a região, como recorte principal, ampliando assim o potencial de explicação dos fenômenos; o *tempo*, posto que a dialética da duração torna muito mais complexo o esquema associativo passado-presente no qual os geógrafos, majoritariamente, se apoiavam; e a *história*, pois, embora Braudel trabalhasse com uma série de variáveis, não abriu mão de situar o ser social no centro do processo histórico (exceto para fins ideológicos, como poderemos constatar no capítulo V) — enquanto a Geografia manteve, pelo menos até o final de II Guerra Mundial, notória ambiguidade entre o homem e a natureza. Em outras palavras, o que queremos dizer é que o pensamento braudeliano é um interessante ponto de inflexão para a construção de uma *crítica do discurso geográfico* [258]. Não é isso, antes de tudo, o que pretendemos aqui?

Enfim, não poderíamos fechar esta seção sem mencionar que a história dos espaços é arquitetada na esfera da *longue durée*. Evidentemente que — como sustentamos em toda esta pesquisa — trabalhar com a longa duração não quer dizer que vivemos sob o signo da imobilidade. Um bom exemplo é a impressão que o Brasil dos anos 1930 causa em Braudel no que concerne à velocidade dos câmbios na paisagem e da realidade de modo geral, bem como a possibilidade de, através da visualização direta do presente articulada ao método comparativo, entender com mais clareza o passado europeu. Em resumo: uma mudança de escala pode representar uma mudança de temporalidade [259]. De qualquer maneira, se conquistar o espaço é uma tarefa de gerações e gerações, não há como concebê-la senão no plano da longa duração: "Como qualquer dado natural, é verdade, *a imensidão americana atua de várias maneiras, fala várias línguas; é freio, mas também estímulo; limitação, mas também libertação*. Na medida em que é superabundante, a terra se avilta e o homem se valoriza. A América vazia só poderá *existir* se o homem se mantiver firme, encerrado em sua tarefa; a servidão, a escravatura, as velhas cadeias, renascem por si, como uma necessidade ou uma maldição imposta pelo excesso de espaço. *Mas este é também libertação, tentação*. O índio que foge dos seus patrões brancos dispõe de refúgios ilimitados. Os escravos negros, para escaparem às oficinas, às minas, às plantações, só têm que caminhar para as zonas montanhosas ou para as florestas impenetráveis. Em sua perseguição, imaginamos as dificuldades das entradas, as

[258] Para tomarmos de empréstimo o título e parte da iniciativa do pequeno grande livro de Marcelo Escolar. Por fora dos debates "entre correntes" que atravessa a história do pensamento geográfico (neopositivistas vs. clássicos, marxistas vs. humanistas), debates não menos importantes mas todavia impregnados de uma "vontade de poder" (cf. FOUCAULT, 2004 [1970]) e que acabavam empobrecendo o legado da corrente que se pretendia deslocar, o geógrafo argentino ressalta os vieses histórico e epistemológico em seu rico esboço de uma crítica ao discurso da Geografia (ESCOLAR, 1993). Acaso suas idéias foram debatidas ou seguidas como exemplo por seus pares?

[259] Em 1935, Braudel refletia da seguinte forma sobre o espaço e a associação presente-passado: "Acaso a vida social de hoje não teria, com a vida de sociedades já desaparecidas, múltiplos pontos semelhantes, de forma que o presente poderia oferecer-se a nós como um laboratório? Quer dizer (e invertendo os termos habituais): não poderíamos dizer que a luz do presente ilumina para nós o passado? Pirenne declarava ter sido capaz de compreender as novas cidades da Europa medieval somente depois de haver visto as 'boom cities', as cidades que floresceram de um dia para outro na América do Norte" (BRAUDEL, 1997 [1935]).

expedições punitivas através das florestas do Brasil [260], densas, sem estradas, que obrigam 'o soldado a carregar nas costas armas, pólvoras, balas...farinha, água potável, peixe, carne...' O Quilombo dos Palmares, a república de negros chimarrões cuja longa sobrevivência já citamos é, por si só, no território da Bahia, uma região talvez mais vasta do que Portugal inteiro. (...) *A marcação do espaço é uma operação lenta* e, ao terminar o século XVIII, ainda havia — como ainda há hoje — terras vazias, afastadas das estradas, isto é, espaço para dar e vender através de toda a América" (BRAUDEL, 1996b:361-363 [1979], grifo nosso à exceção de "existir").

A esta altura, algumas coisas vão ficando cada vez mais claras. Por quê a Geografia é um campo de conhecimento em que Braudel se sente completamente à vontade? A resposta é simples: para ele, os temas pertencentes ao domínio geográfico são, por excelência, temas de longa duração. E a razão disso não é porquê boa parte desta ciência esteja envolvida com uma temporalidade ampliada própria aos elementos da natureza (as etapas geológicas ou o desenvolvimento climato-botânico de uma floresta, p.ex.), mas sim porque, ao abordar assuntos como paisagens agrárias, revoluções e atrasos técnicos, povoamento territorial ou formação de um mercado nacional, ele constatou que o tempo dos eventos e mesmo o das conjunturas são insuficientes para compreendê-los — sobretudo quando a escala de observação privilegiada é o globo. Aprofundando este raciocínio, além de ampliar o campo de observação histórico, a Geografia forçava Braudel a penetrar num passado assaz longínquo, adentrando nos domínios de uma temporalidade ignorada pelos historiadores do político e do individual. Este é um ponto crucial, visto que representa uma das estratégias fundamentais que permitia-o *sair da narrativa histórica* (cf. BRAUDEL, 1996a:9 [1979]). A relação do homem com o meio geográfico é uma costura morosa, difícil; ela extrapola o ritmo de eventos como guerras, tratados diplomáticos ou reinados de grandes monarcas. Ao pesquisar como as civilizações constituíram e constituem suas histórias lidando com o espaço, Braudel deparou-se não apenas com a situação de que diferentes organizações social, técnica e cultural resultavam em espaços heterogêneos, mas com uma contradição essencial: a concepção moderna de tempo — *cronologia*, cujo papel foi fundamental na medida em que, ao deslocar as acepções religiosa e natural então reinantes, permitiu a formação da própria ciência histórica — era, por si mesma, incapaz de explicar um dos traços mais significativos da Modernidade: as conexões homem-meio.

Observando atentamente a citação anterior, notamos o emprego dos termos "freio", "limitação", "libertação", "tentação". Mais do que a simples definição etimológica de Geografia como a descrição da terra, eles nos remetem à ação de grafar a terra ou, sendo fiel ao vocabulário de

[260] Em 1979, levando em consideração os avanços na agricultura, Monbeig não se pergunta "se não seria melhor para o Brasil não ter tanto espaço"? (MONBEIG, 2005:139 [1979]

Braudel, à "marcação do espaço". E, visto que essa marcação é ora acelerada pelos avanços técnico-científicos (cartas náuticas, navio a vapor, estradas de ferro, telégrafo etc.), ora emperrada pelas dificuldades inerentes ao espaço (distância, ambiente inóspito, dominar a natureza como recurso e outros), nosso investigado percebeu que ela era regida por um ritmo multisecular. Se a História se movimentava segundo diferentes velocidades, uma de suas dimensões mais lentas era precisamente a conquista do espaço, já que este atuava como benesse mas também como desvantagem. Ora; será que não poderíamos decodificar o *possível* e o *impossível* complementares ao título *Les Structures du Quotidian* como a perspectiva da Geografia tanto do ponto de vista das determinações quanto do ponto de vista das possibilidades? Não estaria nessa alternância de perdas e danos a textura da longa duração exposta em sua plenitude?

Em *Les Structures* e *Les Jeux d'Échange*, há dois fragmentos relativos às florestas que merecem ser separados. Explanando acerca dos empecilhos relativos ao transporte, abastecimento e custo da lenha (para além de 30 km) entre os séculos XVI e XVIII, Braudel conta que a maior parte das cidades tinha mesmo que lidar com o que encontrava nas proximidades; no País de Gales, um alto-forno demoraria quatro anos para reunir carvão suficiente e começar a funcionar; e que a revolução da hulha dar-se-ia, precisamente, por conta da crise do comércio de madeiras, latente na Inglaterra desde o século XVI (BRAUDEL, 1996:333 [1979]). Retomando o assunto, comenta o caso das florestas do Harz (Alemanha) que, de 1635 a 1788, tornaram-se "propriedade indivisa das casas dos príncipes de Hanover e de Wolfenbüttel. Indispensáveis à alimentação de carvão vegetal dos altos-fornos da região, essas reservas de energia bem cedo foram organizadas para impedir uma utilização espontânea e desordenada por parte dos camponeses das imediações. O primeiro protocolo de exploração conhecido é de 1576. O maciço foi então dividido em distritos, conforme o ritmo do crescimento variável das espécies. Foram feitos mapas da floresta e para as inspeções a cavalo. *Assim se assegurava a preservação da zona florestal e sua organização com vistas à exploração no mercado*. Aí está um bom exemplo de melhoramento e preservação de um *bem capital*. Dada a multiplicidade das funções da madeira na época, a aventura do Harz não é única. Buffon organiza o corte das árvores em seus bosques de Montbard, na Borgonha. Na França, nota-se *a exploração racional das florestas já no século XII*; portanto, coisa antiga que não começa — embora se acelere — com Colbert. Nas grandes reservas florestais da Noruega, Polônia e Novo Mundo, mal chega o ocidental, logo a floresta muda de categoria e, pelo menos nos lugares onde ela é acessível por mar ou por rio, torna-se *bem capital*. Em 1783, a Inglaterra fez seu acordo definitivo com a Espanha depender do livre acesso às madeiras tintoriais da florestas tropicais da região de Campeche. Acaba por obter trezentas léguas de costas florestais: '*Administrando sabiamente esse*

espaço', diz um diplomata, '*haverá madeira para toda a eternidade*'" (BRAUDEL, 1996a:209 [1979], grifo nosso).

Do exposto acima, pode-se extrair três vetores que mostram como o espaço e o tempo estão imbricados: (i) o tempo mínimo necessário para a maturação de um espaço das proporções de uma floresta; (ii) a distância espacial para buscar e entregar a lenha é fator primordial na determinação do tempo de realização dessa operação; e (iii) a organização do espaço (posse da propriedade, retirada da madeira, mapeamento) como instrumento de otimização do tempo e da vida em geral.

Ampliando os itens 2 e 3, Braudel sustentará que a "velocidade dos transportes (...) modela o espaço" (BRAUDEL, 1996:462 [1979]). Aliás, esse é um tema que o atrairia por diversas vezes, seja cartografando a velocidade das notícias a caminho de Veneza no decorrer dos séculos XVI, XVII e XVIII, enfatizando o atraso do equipamento viário em oposição às conquistas do transporte marítimo (idem, pp. 379-392) ou articulando o tamanho do território francês e a contextura de edificação do mercado nacional (BRAUDEL, 1996b:292-293 [1979]). Naturalmente que a intervenção direta no espaço não ocorre apenas nas áreas naturais, mas também nas cidades. O que convencionou-se denominar planejamento urbano é uma atividade antiga que o historiador supracitado localizará no Renascimento, momento de "primeiro surto de urbanismo consciente" apoiado no planos geométricos em xadrez ou círculos concêntricos e que viriam a acabar com o arranjo sinuoso das cidades medievais (BRAUDEL, 1996:454 [1979]). É um pouco nesse sentido que ele observa como uma modificação no *espaço* interfere no ritmo do *tempo*: "Se as grandes cidades atraem a si as notícias rápidas é porque pagam a pressa e sempre tiveram meios de forçar o espaço" (idem, p.386).

Como se não bastasse, a passagem anterior indica ainda sua capacidade de estar em sintonia com as demandas do tempo presente. Afinal, quando nos deparamos com matérias como a natureza enquanto bem capital, a interdição de espaços florestais para fins de utilização racional, acordos geopolíticos internacionais envolvendo recursos naturais como trunfos e a administração das florestas como forma de garantia de madeiras para o futuro, não somos remetidos à segunda metade do século XX e o imperativo de construção de um desenvolvimento sustentável? Se no final do século XVIII o diplomata inglês relaciona a administração sábia do espaço com a obtenção de madeira "para toda a eternidade", duzentos anos depois o *Relatório Bruntland* — também conhecido como *Nosso Futuro Comum* e consagrado como uma das principais "Bíblias" do ambientalismo contemporâneo — conceberia o desenvolvimento sustentável como aquele "que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades". Aqui, a semelhança da linguagem não é mera coincidência, mas sim

um precioso exemplo da relevância da longa duração como método de investigação e como temporalidade nuclear do binômio homem-meio.

4.4. A valorização total do espaço

Tal como o subtítulo anterior, este também mantém certo parentesco com o vocabulário marxista. Pensamos, sobretudo, na proposição dos brasileiros Antonio Carlos Robert Moraes e Wanderlei Messias da Costa em assimilar a Geografia como o estudo dos processos de valorização do espaço (MORAES & COSTA, 1982, 1984). Todavia, o projeto braudeliano vai além da consideração (não menos interessante, diga-se de passagem) do espaço sob o viés da economia política, embora *Les Jeux d'Échange* e em *Le Temps du Monde* permita algumas aproximações com determinadas interpretações "espaciais" provenientes do marxismo. Tocaremos nesse ponto mais adiante.

Se a valorização do espaço não é só de caráter econômico, de que tipo de valorização estamos falando? Mais do que o espaço como uma necessidade básica, trata-se de vê-lo como algo que, ao ser trabalhado e organizado, torna-se um bônus, uma vantagem, um privilégio. É, portanto, objeto de contendas, seja entre nações (o Tratado de Tordesilhas, p.ex.), seja no interior dos Estados territoriais (os separatismos da ex-Iugoslávia e da ex-União Soviética, p.ex.). O que Braudel vai mostrar é como a superfície terrestre se humaniza, tornando-se densa através da constituição de uma infra-estrutura espacial formada pelos mais variados tipos de construções e objetos (aldeias, fábricas, estradas, pontes...). Eis o que ele entende por espaço: um produto da ação humana e, portanto, algo histórico e a ser historicizado. Nesse caminho, inverte a perspectiva de Durkheim e aprofunda os esforços de Vidal: o espaço não é somente o substrato da vida social, mas uma estrutura que interfere nos rumos do processo histórico em sua totalidade. A espessura do espaço é revestida de historicidade, e apreendê-la significa dilatar o processo histórico em si mesmo. Seus sentidos e suas representações não se encerram no meio geográfico, longe disso: dependendo da perspectiva adotada, o espaço é político, social, simbólico e econômico, variando em seus sentidos e em suas funções. "Mas não inteiramente" (BRAUDEL, 1996b:12 [1979], grifo nosso) pois, de qualquer forma e em qualquer variável analisada, o espaço sempre constará como uma problemática a ser levada em conta. Independente do objeto, ele é uma *estrutura*, ou seja, um item de resistência às mudanças rápidas, a matéria-prima imprescindível que ocupa todos os andares de uma história

edificada num ritmo multisecular [261]. Não por acaso, ocupa lugar nuclear na escrita histórica braudeliana.

Todavia, debruçando-se apenas em *Le Temps du Monde*, fica mais fácil compreender porquê os estudiosos de Braudel negligenciaram ou pouco avançaram no que diz respeito ao espaço: quão ampla e intricada é tal tarefa! Além dos inúmeros e variados exemplos, ao lançar mão de temas como circulação, redes, trajetos, escalas, cidades, Estados e economias-mundo, Braudel situa o espaço no cerne de sua original interpretação econômica do mundo moderno. Não estamos falando de casos isolados e arbitrários retirados ao acaso da incomensurável quantidade de fontes por ele reunidas, mas sim de uma "resposta" à *démarche* analítica em torno dos três andares da vida econômica. A historiadora brasileira Rosângela Vieira costura sua tese de doutorado um pouco dessa maneira, examinando como os fundamentos historiográficos de Braudel nortearam sua leitura sobre o capitalismo em *Civilisation Matérielle* (VIEIRA, 2002). Talvez possamos dizer o mesmo acerca da geografia. Em *Les Structures*, ao identificar as atividades básicas de subsistência, o autor supracitado enfatizou os laços do homens com seus ambientes, descrevendo os usos dos solos, das técnicas e dos recursos naturais em geral. É uma geografia mais camponesa, ligada à terra e aos processos mais simples e iniciais de organização espacial na Modernidade. Em *Les Jeux d'Échange*, quando a moeda, o crédito, os intercâmbios para além do raio local e a economia de mercado como um todo entram em cena, são descritas as constituição de redes, seus circuitos e as articulações escalares aí envolvidas. Por fim, ao explorar os Estados-Nação, a atuação global das grandes companhias e o jogo especulativo típico do capitalismo, *Le Temps du Monde* aporta ao debate a espacialidade das economias-mundo, a formação dos mercados nacionais, a circulação e as desigualdades entre os lugares provocada pela divisão internacional do trabalho. Como se não bastasse, este volume ensaia, ainda que de forma não sistemática e, mesmo, não-intencional (mas cujo conteúdo é bastante relevante), algumas proposições que podem muito bem ser consideradas de natureza epistemológica no que se refere ao "funcionamento" do espaço em tempos modernos.

De qualquer maneira, o que emerge de *Civilisation Matérielle* é uma perspectiva espacial que foge às abordagens habituais. Seu autor não trabalha com a escala mundo à maneira das

[261] Ao examinar as desigualdades econômicas regionais na França, ele assegura que "De fato, nesses problemas de *geografia diferencial*, como em qualquer outro, as perspectivas diferem segundo os períodos cronológicos em questão. Não haverá, por baixo das mudanças que dependem de uma conjuntura forçosamente lenta, oposições de duração ainda mais longa, como se a França — aliás, qualquer 'nação' — não fosse de fato mais do que uma sobreposição de realidades diferentes, sendo as mais profundas (pelo menos as que imagino como mais profundas) por definição, e mesmo por observação, as que levam mais tempo a se desgastar e, portanto, as mais obsetinadas em permanecer? Neste caso, *a geografia, elucidação indispensável, assinala não sei quantas dessas estruturas*, dessas diferenças *permanentes*: as montanhas e as planícies, o Norte e o Sul, o Leste continental e o Oeste imerso nas brumas do oceano...Estes contrastes pesam tanto e mais sobre os homens quanto as conjunturas econômicas que giram acima delas, ora melhorando, ora desfavorecendo as zonas em que vivem" (idem, pp. 312-15, grifo nosso à exceção de "permanentes").

"Geografias Universais" de Réclus e Vidal, nem tampouco consoante as tradições historiográfica e filosófica que tentavam narrar a história da humanidade. Tendo como fio condutor o movimento da economia, não se trata da soma de partes isoladas, mas da cuidadosa montagem de um quebra-cabeças onde cada peça (pesquisada e situada acuradamente) tem seu valor perante as demais; todavia apenas e exclusivamente em conjunto elas são capazes de revelar o movimento da história que resultou na constituição de uma economia verdadeiramente global. É sabido que, embora alguns apontem que Braudel teorizou de modo insatisfatório a dialética da duração (vide capítulo III), no entanto ele teve contribuição decisiva em nossa maneira de conceber o tempo. Supondo que tal contestação seja legítima, pode-se dizer algo semelhante sobre o espaço: observando atentamente o enfoque espacial braudeliano, a lição que fica aos geógrafos é que não há motivo nem para encerrar-se nas escalas regional e nacional, nem para temer a escala mundial. Além disso, mostra como esta deve ser estudada, ou seja, como uma construção e não como um dado pronto tal como o mapa-múndi apresenta o globo terrestre e seus países — feito estátua sem escultor. Em outras palavras, Braudel impacta não somente a noção de tempo, mas também a noção de espaço, seja admitindo-o como algo apropriado historicamente, averiguando o movimento das fronteiras econômicas ou conjugando os lugares uns com os outros a fim de superar explicações restritas e insuficientes.

Graças a esse esforço de apreensão do mundo como *lócus* de estudos, ele antecipa em muito os apelos de Ortiz e de Beck acerca da necessidade de ultrapassar o quadro nacional no qual as Ciências Sociais insistem em permanecer mesmo em tempos de Globalização (ORTIZ, 2003 [1994]; BECK, 1998 [1997]). Ora; o que é *Civilisation Matérielle*, senão a constatação de que existem fenômenos globais desde, pelo menos, as Grandes Navegações? *Voilà* a importância do espaço: se sair dos territórios nacionais para alcançar o plano mundial é, inequivocamente, uma mudança de escala, mudança essa que representou um avanço crucial no que concerne às possibilidades de exploração do terreno histórico, eis que o espaço possui não apenas participação empírica, mas sobretudo um papel epistemológico central no pensamento braudeliano [262]: "*O espaço, fonte de explicação, põe em causa ao mesmo tempo todas as realidades da história*, todas as partes envolvidas da extensão: os Estados, as sociedades, as culturas, as economias... E conforme escolhamos um ou outro destes conjuntos, modificar-se-ão o significado e o papel do espaço. Mas não inteiramente" (BRAUDEL, 1996b:12 [1979], grifo nosso). É nesse sentido que podemos

[262] No entender de Fourquet, Braudel "subverte nossa visão de mundo em seu sentido próprio, ou seja, os quadros comuns da representação que fazemos do espaço e do tempo históricos. Sob a ambição modesta de uma 'história geográfica', dissimula-se uma dilatação das formas preconcebidas de nossa sensibilidade em relação ao espaço e ao tempo. Os únicos conceitos que ele propôs e desenvolveu com alguma insistência dizem respeito exatamente ao espaço-tempo: 'mundo econômico' e 'longo prazo' (FOURQUET, 1989:79 [1988].

sustentar que ver sua fortuna intelectual apenas do ponto de vista temporal é uma limitação. Afinal, se ele revela que o tempo possui variados ritmos, sublinha que o espaço varia de acordo com aquilo que será posto em questão; se combate a rigidez do tempo linear, mostra também que o espaço possui suas hierarquias; se se opõe à restrição da cronologia, volta-se igualmente contra a insuficiência da escala regional como quadro geográfico por excelência.

Nessa mesma direção (isto é, a de ampliar, e não reduzir, o legado do historiador francês), ver a *géohistoire* essencialmente como um operador do tempo imóvel (cf. DOSSE, 2004 [1998]) também é uma limitação. *Civilisation Matérielle* é a prova cabal de que a *géohistoire* é, além do estudo ampliado das relações homem-meio, uma ferramenta de análise das múltiplas escalaridades criadas pelas práticas econômicas modernas. É isso o que Braudel nos ensina: as transformações do meio, dadas pela técnica, cultura e trabalho, enraizam as civilizações em seus respectivos espaços; a leveza das cidades-Estado tem sua importância histórica garantida, mas estas serão substituídas pelos poderosos e "pesados" Estados territoriais [263], portadores tanto de poder econômico quanto político; os Impérios e as multinacionais, na ambição que as anima, logo tratarão de tecer e fixar suas redes ao redor do mundo, deixando para trás tanto os mitos quanto os obstáculos de transportes que impediam a materialização do mundo como escala privilegiada de atuação. O que Braudel faz é ligar povos, culturas e lugares uns aos outros, aproximando-os mas sem deixar de reconhecer suas desigualdades sociais, econômicas e espaciais. Para ele, o espaço, sendo histórico, é movimento: as grandes feiras que, por toda a Europa, atraiam pessoas, dinheiro e crédito; a divisão do trabalho, provocando desequilíbrios entre as regiões e países; a descoberta da América e a transposição da Europa junto a novas culturas, civilizações e ambientes; a alternância dos pólos hegemônicos de poder; o alcance e a força político-econômica da Companhia das Índias Orientais e dos Fugger, p. ex.; o lento processo de ocupação de territórios imensos como os do Brasil e EUA...

Se uma das grandes polêmicas que dividiu os geógrafos marxistas nas décadas de 70 e 80 era se havia ou não uma dimensão geográfica nos escritos de Marx (LACOSTE, 1988 [1976]; SOJA & HADJIMICHALIS, 1979; QUAINI, 1979; HARVEY, 1996 [1983]; SMITH, 1988 [1984]); SANTOS, 1982), essa é uma questão que jamais se colocaria no caso de Braudel. Como disséramos anteriormente, a sedução exercida pelo materialismo histórico e dialético em uma disciplina tradicionalmente entrelaçada com o *status quo* fez com que a reflexão do historiador francês, a

[263] Comentando o papel do Mediterrâneo para a economia italiana, lê-se que "Na regressão geral do Ocidente, a Itália é, como dizem os economistas, uma 'zona protegida': está reservado a ela o melhor dos tráficos; o seu jogo com o ouro, sua experiência em matéria de gestão da moeda e de crédito a protegem; seus Estados-cidades, máquinas de gestão muito mais leve do que a dos pesados Estados territoriais, podem viver ao largo nessa conjuntura restrita. As dificuldades são para os outros, principalmente para os grandes Estados territoriais que sofrem e se desagregam. O Mediterrâneo e a Europa ativa ficam mais do que nunca reduzidos a arquipélagos de cidades" (BRAUDEL, 1996b:101 [1979]).

despeito de sua rica espacialidade, passasse totalmente desapercebida. Pode-se constatar tal situação através, ironicamente, de um dos principais artífices da Geografia marxista: não é o próprio Lacoste que lamentar ter descoberto tardiamente a obra de nosso investigado? (LACOSTE, 1989 [1988]). Ora; se o idealizador de *Hérodote* estava preocupado, em termos políticos, em denunciar o uso opressivo e ganancioso do conhecimento geográfico pelo Estado e pelas empresas capitalistas e, em termos epistemológicos, atentar para o fato de que uma alteração de escala significava uma alteração qualitativa na natureza de um dado fenômeno, *Civilisation Matérielle* representava um "prato cheio"! Parece que ambos se pronunciaram quase que da mesma forma — mesmo que a intenção fosse diferente [264]. Embora a escrita histórica braudeliana fosse arquitetada por fora da luta de classes, nem por isso ela deixava de observar as tensas operações estratégicas de organização das fronteiras nacionais pelos Estados territoriais e, num outro plano, a expansão de Impérios e multinacionais lançando suas redes econômicas e militares mundo afora. Ou seja: assim como Lacoste, Braudel também desnuda o poder de quem controla e domina o espaço [265]. Se evocarmos o nome de outro pensador marxista que muito inspirou os geógrafos que compartilhavam dessa corrente, veremos que um dos principais argumentos de Lefebvre (vide GOTTDIENER, 1993; HESS, 2000; MARTINS, 1999) — a reprodução do capitalismo é dada pela produção do espaço — também encontra eco, *mutatis mutandis*, na pena de Braudel. Não é essa a idéia quando o historiador francês destaca o fim das antigas economias de dominação urbana (Gênova, Veneza, Antuérpia, Amsterdam) causado pela edificação dos Estados-Nação (Portugal, Espanha, França, Inglaterra)? Ou quando situa o capitalismo como um dos principais promotores da Modernidade à

[264] Em uma passagem: "As formas sociais têm também as suas geografias diferenciais. Até onde vão, por exemplo, no espaço, a escravatura, a servidão, a sociedade feudal? *A sociedade muda completamente segundo o espaço*" (idem, p.35, grifo nosso). Quando explica o funcionamento espacial das economia-mundo, assevera que esta "é uma justaposição de zonas ligadas entre si mas a *níveis diferentes*. (...) E, obrigatoriamente, as qualidades e características da sociedade, da economia, da técnica, da cultura, da ordem política, mudam conforme nos deslocamos de uma zona para outra" (ibidem, p.29, grifo nosso). Noutra ocasião, reflete da seguinte forma: "Uma pequena cidade é um bom campo de observação no atual? Sim, sem dúvida, com a condição de que não seja estudada somente por si e em si mesma, segundo as regras praticadas com muita frequência pela investigação etnográfica, mas como um testemunho que é preciso restabelecer em planos múltiplos de comparação, tanto no tempo quanto no espaço. No que concerne a Minas Velhas, seria preciso discutir (...) sua circunvizinhança atual, deter-se em Vila Nova, (...) mas também avançar até Formiga, até Gruta, até Sincora, permanecer aí à vontade e mesmo interrogar o conjunto do Estado da Bahia, suas cidades, suas vilas. Depois, sem dúvida, ir mais longe, no Brasil, alhures talvez..." (BRAUDEL, 2005:228 [1969]). Não é notória a semelhança com a proposição de Lacoste acerca da *espacialidade diferencial*? (LACOSTE, 1988 [1976]). Esta noção influenciaria não apenas os geógrafos brasileiros (MOREIRA, 2000), mas também o historiador Ciro Cardoso no campo da História Regional (CARDOSO, 2005:37-52).

[265] Sobre os liames entre Estado e mercado nacionais, grifa que "O mercado nacional, finalmente, é uma rede de malhas irregulares, freqüentemente construída a despeito de tudo: das cidades demasiado poderosas que têm sua política própria, das províncias que recusam a centralização, das intervenções estrangeiras que acarretam rupturas e brechas, sem contar interesses divergentes da produção e das trocas (...). Não é de estranhar que tenha havido necessariamente, na origem do mercado nacional, uma vontade política centralizadora: fiscal, administrativa, militar ou mercantilista. Lionel Rothkrug define o mercantilismo como a transferência da direção da atividade econômica da comuna para o Estado" (BRAUDEL, 1996b:265 [1979]).

escala global [266]? No limite, se quiséssemos deixar os intermediários de lado e reunir diretamente Marx e Braudel no que tange ao espaço, malgrado a inconciliável diferença entre ambos sobre a definição de *capitalismo*, o historiador francês parece repetir a fórmula do filósofo alemão de que este, por sua própria essência, só se sustenta operando em escala mundial [267].

Enfim, passemos agora ao exame do espaço em *Les Jeux d'Échange* e em *Le Temps du Monde*. Pode-se iniciar pelo tratamento dado ao conceito de *économie-monde*, tradução do historiador francês para a palavra alemã *Weltwirtschaft*. Diferenciando-a da expressão "economia mundial", aquela seria não o todo, mas uma fração do universo dotada de tamanha coerência econômica a ponto de bastar-se por si mesma. Embora Braudel afirme que, de todas as abordagens sobre o espaço, a econômica seja a de maior amplitude porém a mais fácil de situar, quando evoca o Mediterrâneo do século XVI aponta que uma das principais características dessa economia-mundo foi ter transposto os limites políticos e culturais que diversificavam e fragmentavam aquela área (BRAUDEL, 1996b: 12-14 [1979]). Ora; não é o que também ocorre (talvez dissesse Braudel, para reforçar a força da longa duração: "ainda ocorre",) nos dias de hoje, quando o poder e o alcance das grandes corporações suplantam a política dos Estados-Nação e incorporam a especificidade cultural dos povos, tornando-a mercadoria?

Ao definir as economias-mundo, nota-se o quanto seu conteúdo é carregado de espacialidade: "uma economia-mundo é uma soma de espaços individualizados, econômicos e não-econômicos, agrupados por ela; representa uma enorme superfície (em princípio, é a mais vasta zona de coerência, em determinada época, em uma região determinada do globo) que, habitualmente, transcende os limites dos outros grupos maciços da história" (idem, p.14). Como se não bastasse, ao propor a existência de "regras tendenciais" para aquela, Braudel aprofunda ainda mais esse conteúdo, enfatizando que elas possuem sempre uma cidade dominante e que suas zonas são hierarquizadas. Por conta desse último aspecto, discordará do modelo de Von Thünen (embora

[266] Ao comentar a escala global, sustenta que "Esta de um espaço econômico estrangeiro foi sempre a condição da grandeza para uma cidade sem par que visa, mesmo sem ter disso um sentimento claro, dominar um vasto sistema. Fenômeno quase banal em sua repetição: é Veneza penetrando no espaço bizantino; é Gênova conseguindo entrar na Espanha; Florença, no reino da França e no da Inglaterra; a Holanda na França de Luís XIV; a Inglaterra no universo das Índias... (idem, p. 151).

[267] Em um trecho que lembra muito uma parte do *Manifesto Comunista*: "Mas, em última instância, nada seria possível sem a ação especial e como que libertadora do mercado mundial. O comércio de longa distância não é tudo, mas é a passagem obrigatória para um plano superior do lucro. Ao longo de todo o terceiro e último volume desta obra, voltaremos ao papel das economias-mundo, desses espaços *fechados* que se constituíram como universos particulares, pedaços autônomos do planeta. Têm a sua própria história, pois seus limites foram mudando com o decorrer do tempo, cresceram, ao mesmo tempo que a Europa se lançava à conquista do mundo. Com estas economias-mundo, chegaremos a outro nível da concorrência, a outra escala da dominação. E a regra tantas vezes repetida que, por uma vez, poderemos segui-las sem erro através de uma história cronológica da Europa e do mundo, através de uma sucessão de sistemas mundiais que são, na realidade, a crônica global do capitalismo. Dizia-se outrora — mas a fórmula continua boa e diz bem o que quer: a divisão internacional do trabalho e, claro, lucros que dela resultarão" (BRAUDEL, 1996a:535-36 [1979]).

o aprecie) por não ter incorporado a desigualdade espacial [268] (ibid., p.29). E é levando em conta essa desigualdade que ele reconhecerá, pelo menos, três níveis espaciais no plano mundial: centro, periferia e semi-periferia: "O centro, o 'coração', reúne tudo o que há de mais avançado e de mais diversificado. O anel seguinte só tem uma parte dessas vantagens, embora participe delas: é a zona dos 'brilhantes secundários'. A imensa periferia, com os seus povoamentos pouco densos, é, pelo contrário, o arcaísmo, o atraso, a exploração fácil por parte dos outros. Essa geografia discriminatória ainda hoje logra e explica a história geral do mundo, se bem que esta, ocasionalmente, também crie por si mesma o logro com a sua conivência" (ibidem, p.29). Mais adiante, um tópico merece destaque: embora ele admita zonas economicamente neutras, "quase fora das trocas e das misturas" (ibid., p.32), *Les Jeux de l'Échange* confessava — num item sugestivo chamado "Os mercados têm sua geografia" — que nenhum espaço era neutro, no sentido de não ser "modificado ou organizado pelo homem" (BRAUDEL, 1996a:156 [1979]). Estaríamos diante de uma contradição? Não cremos. O que seu autor tem em mente é que, embora hajam espaços sem significação econômica, eles sempre terão um papel social. Afinal, embora seus limites não sejam necessariamente idênticos aos limites culturais, as economias-mundo "tendem a compartilhar de uma mesma cultura" (BRAUDEL, 1996b:53 [1979]). Não é a conquista do Novo Mundo, ao mesmo tempo que dominação econômica, "a expansão da civilização européia sob todas as suas formas, algo que suporta e garante a expansão colonial"? (idem, p.54).

Eis que vemos Braudel rechaçar um dos principais problemas das Ciências Sociais no século XX: o economicismo. É por isso que ele percorre temas como moda, técnica, religião, paisagem, pois uma interpretação sobre o capitalismo à luz da herança *annaliste* deve, antes de tudo, fazer valer o primado da *sociedade* no entendimento dos demais aspectos [269]. Daí nosso desacordo com o historiador russo Guriêvitch, que se mostra "perplexo" com o que qualifica de "determinismo econômico-geográfico" do autor em voga; desaprova sua preferência pelo termo economia social a história social; ressalta que tanto *La Méditerranée* quanto *Civilisation Matérielle* negligenciaram a história das mentalidades proveniente de Bloch e Febvre [270] e vê a geohistória como "uma combinação do materialismo econômico com o determinismo geográfico" [271] (GURIÊVITCH,

[268] Embora o historiador econômico Fritz Rörig tenha sido o primeiro a dotar o termo *Weltwirtschaft* do sentido de economia-mundo (BRAUDEL, 1996b:82 [1979]), "a genealogia teórica do conceito deve ser pesquisada, antes, na transposição à escala planetária do modelo de zonas concêntricas formulado sobre o plano local do micro-sistema" pelo economista alemão Von Thünen (1780-1851) (GEMELLI, 1995:125).

[269] Em última instância, não entende ele que a desigualdade econômica deve-se, antes de mais nada, à desigualdade social? (BRAUDEL, 1989:79 [1986]).

[270] Uma bela síntese da História das Mentalidades e da História Cultural foi feita por Vainfas (VAINFAS, 1999).

[271] Não satisfeito, complementa: "Braudel e seus seguidores 'não perceberam' como da história passou a evaporar o mais essencial sobre o que Febvre e Bloch haviam escrito de modo tão convincente e persistente — o seu conteúdo vivo, humano. Aos olhos do autor de *O Mediterrâneo* o homem é uma abstração, pois não é mais

2003:101 [1991]). Gostaríamos de sugerir uma outra linha de raciocínio: se Braudel deixou de lado a história das mentalidades, o fez somente enquanto domínio especializado de pesquisas, visto que não olvidou os componentes mentais e culturais das civilizações em sua fundamentação econômica [272] (sobretudo em *Civilisation Matérielle* em *Grammaire*). A opção por "economia social" (será mesmo tão relevante assim a ponto de interferir no encaminhamento da reflexão braudeliana?) é tão somente o esforço de insistir numa abordagem social (e, portanto, histórica), e não "econométrica"/quantitativa da economia (além disso, haveria algum tipo de história que não fosse social?). Por último, além de emprestar um caráter pejorativo tanto ao "materialismo econômico" quanto ao "determinismo geográfico", sabemos que o determinismo com o qual Braudel é tantas vezes atrelado está longe de ser algo simplista e facilmente descartado.

A despeito de tais críticas, o esquema das economias-mundo sinaliza um passo essencial no intuito de extrair os condicionantes geográficos do desenvolvimento capitalista [273]. Pensamos

---

que um 'cruzamento de tempo e espaço', das condições e dos parâmetros das suas ações. Ele é obnubilado diante do determinismo inflexível do ambiente natural. As medidas de peso, as tonelagens dos navios, os valores das mercadorias, as velocidades, as distâncias e fatores materiais afins — não seriam estes os personagens principais e ativos desse novo tipo de história social elaborado por Braudel?" (GURIÊVITCH, 2003:99-100 [1991]).

[272] "*As culturas* (ou as civilizações: as duas palavras, diga-se o que for, podem empregar-se uma pela outra na maior parte dos casos) *são também uma ordem organizadora do espaço, do mesmo modo que as economias*. Embora coincidam com estas (...), também se distinguem delas: mapas culturais e mapas econômicos não se sobrepõem sem mais, o que é bastante lógico" (BRAUDEL, 1996b [1979], grifo nosso). Pode alguém que pronunciou a frase acima ser acusado de determinista? Todavia, é com mais estranheza ainda que Aymard, íntimo conhecedor da *obra* de Braudel (e não de parte de sua reflexão, o que costuma ocorrer com alguns autores), tenha afirmado que "O Estado, a sociedade, a cultura e a religião nunca tiveram em seus escritos anteriores (refere-se a *L'Identité*) algum tipo de importância"! (AYMARD, 2003:19). Tal leitura é ainda mais difícil de entender quando foi o próprio Aymard quem redigiu a introdução do livro onde Braudel mais discorre — com abundância de exemplos do início ao fim — sobre os temas acima: *Grammaire des Civilisations*. O historiador marxista britânico Edward Thompson parece ter compreendido de maneira um pouco estática e unilateral a questão da cultura em Braudel e nos historiadores franceses quando, em 1976, afirmou que "estes, seguindo Fernand Braudel, exploraram sobretudo as determinações das bases demográficas, espaciais, temporais, geofísicas, agrárias e naturais que pesam sobre a cultura popular" (THOMPSON, 2001:211). Na obra de Braudel, cremos que o espectro cultural é ainda menos explorado que os aspectos geográficos, pecado cometido por aqueles que insistem em vê-lo como um historiador econômico *tout court*. No entanto, em 1985, após ser questionado sobre o que pensava (à luz da longa duração) sobre o crescimento das demandas cultural e moral para o ano 2000, respondeu: "Compreendo bem que nossas sociedades têm necessidade de um alimento maravilhoso. A decadência, provisória ou longa, da Igreja católica criou um vazio terrível; é absolutamente necessário que ele se preencha, com bons ou maus elementos. Pois o homem não pode dispensar o maravilhoso; ele não pode cessar de fabular, de justificar sua presença sobre a terra e, estejam certos, enquanto houver homens, haverá demanda de bens preciosos, de idealismo. Quem fornecerá esses bens? Cabe à própria sociedade, à cultura, criá-los. Confiemos ou não confiemos na cultura" (BRAUDEL, 1989:126 [1986]). Infelizmente, sua morte o impediu de completar o projeto de *L'Identité de la France*, do qual só temos duas partes. Sobre a parte III, intitulada "Estado, cultura, sociedade", antecipava: "Estou trabalhando com a história religiosa da França. Essa história mostra que cada vez que há uma 'pane' na religião, há uma espécie de substituição. Haverá forçosamente uma substituição. Mas o homem poderá viver em uma religião racionalista? Isso representaria um tal esforço que duvido do sucesso" (idem).

[273] Além de contextualizar *Civilisation Matérielle* em suas bases históricas e historiográficas, em um de seus trabalhos mais interessantes Aguirre Rojas assinala que, "para Braudel, a condição 'espacial' dos fatos históricos — não somente da história econômica, mas em geral — constitui uma sorte de ponto de partida obrigatório para sua adequada compreensão, uma espécie de pré-requisito fundante de sua explicação ulterior. Toda economia tem uma dimensão espacial que pode ser traçada no mapa, e toda economia possui também uma

também que, embora Braudel tenha acentuada a importância tanto de uma abordagem espacial quanto de uma abordagem temporal no esquema acima, analisar o capitalismo segundo as alternâncias das economias-mundo não deixa de ser mais uma alternativa ao ponto de vista marxista. Ainda que a reflexão braudeliana não seja plena de elementos teórico-filosóficos como a de Marx e que, de uma forma ou de outra, tenha sido incontornavelmente moldada à luz dos avanços logrados pelo autor d'*O Capital*, nela não encontramos a rigidez espacial e o "etapismo" que, parcialmente, afetaram o pensamento marxiano. Evidentemente que as condições de trabalho (o contraste entre o Braudel conhecedor de depósitos de documentos ao redor de boa parte do mundo e os empecilhos de toda sorte para que Marx empreendesse suas pesquisas na Prússia, Inglaterra e França, bem como a organização de Arquivos Nacionais que tomaram forte impulso no final do século XIX e que foram cruciais para os avanços da ciência histórica), o contexto epistemológico (a fertilidade e os progressos das Ciências Sociais na primeira metade do século XX) e o momento histórico (de expansão do capitalismo após a II Guerra Mundial em direção aos países do Terceiro Mundo) favoreceram plenamente o historiador francês — e, portanto, qualquer comparação que não leve em conta esses aspectos carecerá de credibilidade [274].

Todavia, ao não eleger nem um pólo geográfico (a Inglaterra) nem histórico (a Revolução Industrial) e preferir acompanhar a trajetória de cidades-Estado como Gênova, Veneza, Antuérpia, Amsterdam, a construção dos mercados nacionais da França e da Inglaterra e as economias-mundo da Europa, Império Turco, Rússia e Extremo Oriente (apenas para citar alguns exemplos de *Le Temps du Monde*), Braudel "descentraliza" tanto a análise quanto a própria *narrativa* que dá forma à sua reflexão. Ao estudar detalhadamente a mudança de eixo econômico do Mediterrâneo para o

natureza peculiar, que deriva em muito do conjunto de recursos e condições geográfico-naturais sobre as quais ela se constrói. Por isso também toda 'economia-mundo' (...) possui seus claros limites espaciais e suas três zonas constitutivas diferenciadas, que se movem no compasso da dinâmica geral dessa mesma unidade econômica" (AGUIRRE ROJAS, 2001a:19-20).

[274] Aprofundando estes três vetores, Aguirre Rojas descreve: "Sem dúvida, é difícil compreender o argumento do livro de 1979 se desconsiderarmos a conjuntura intelectual que, entre 1945 e 1968, se afirma na França, na Europa e por todo o mundo. Trata-se de uma conjuntura na qual o forte movimento de expansão econômica, que acompanhou a curva ascendente do ciclo de Kondratiev e criou o 'milagre japonês', os tempos felizes do 'desenvolvimento estabilizador' mexicano, assim como os 'trinta anos gloriosos' do grande crescimento da economia francesa, projetou-se no âmbito cultural do Hexágono (e, inclusive, para além dele) como um ponto muito importante dos estudos econômicos e estatísticos em geral, mas também da história econômica, quantitativa e serial em particular. Braudel pôde construir sua particular interpretação sobre o capitalismo apoiado nos traços gerais dessa conjuntura. Esta foi marcada, precisamente, pelo florecimento das investigações histórico-econômicas na Europa; na atmosfera marcada pelos ricos e frequentes debates em torno da transição do feudalismo para o capitalismo e da origem deste último; pelos estudos sobre as formas de dependência histórica latino-americana e sobre as modernizações forçadas, induzidas ou específicas, da Índia, China, Rússia e Japão, entre outros temas importantes. Nos *Annales*, que dirigiu entre 1956 e 1968, como espaço de concentração e ponte de comunicação entre as pesquisas, Braudel se encontrava numa situação intelectual privilegiada. Ela lhe permitia nutrir-se com todas as mais inovadoras e diversas pesquisas da economia e da história econômica então em curso e, ao mesmo tempo, promover ativamente, a partir dos *Annales*, os temas e as linhas de investigação que ele mesmo ia estabelecendo e dentro das quais pôde realizar as significativas contribuições contidas nos trabalhos 'intermediários' anteriormente aludidos" (AGUIRRE ROJAS, 2003a:88).

Atlântico entre os séculos XV e XVII, a perda de poder das cidades-Estado para os Estados Nacionais, a unificação dos territórios através de redes de transportes e comunicações e a materialização do mundo como *lócus* privilegiado de obtenção do lucro por uma minoria de capitalistas — suplantando os limites escalares da civilização material e da economia de mercado —, nosso investigado reconheceu que não estava diante de meros epifenômenos, mas sim fenômenos de natureza qualitativa que jogaram papel primordial no desenrolar do processo histórico formador da política, da economia, da sociedade e da cultura em que vivemos. Uma mudança histórica tem suas consequências espaciais, decerto. Mas uma mudança espacial também provoca consequências históricas! Comparando o Mediterrâneo do século XVI com o dos séculos XVII e XVIII, Braudel elucida a constituição da economias-mundo e a distinção entre economia de mercado e capitalismo. "De maneira rasa e ao sabor da corrente, séculos e séculos organizaram cadeias de mercado locais e regionais. Essa economia local que gira por si mesma segundo as suas rotinas está destinada a ser periodicamente objeto de uma zona e de uma cidade dominantes, e isso por um ou dois séculos, até o surgimento de um novo 'organizador'. É como se a *centralização* e a *concentração* dos recursos e das riquezas se processassem necessariamente a favor de certos lugares de eleição da *acumulação*" (BRAUDEL, 1996b:26 [1979]). No mesmo sentido, ao tentar entender a preeminência do capitalismo em Amsterdam, lança mão de uma visada marcadamente espacial e interroga: "Como é que esse centro do mundo está ligado às zonas da economia-mundo que ele domina de perto e de longe?" (idem, p.216). A resposta poderia ser assim sintetizada: com suas importantes cidades dominantes, seus desníveis espaciais e o capitalismo que as anima, as economias-mundo são costuradas por dentro através de uma malha de redes e de uma articulação escalar que, juntas, emprestam a dinâmica necessária ao funcionamento pleno da busca do lucro.

Apenas a título de comparação, em Marx o *tempo* ocupa posição-chave [275] (ao lado, obviamente, de outras noções): o esforço técnico em diminuir o tempo da produção, a mais-valia como o tempo de trabalho no qual o proletário foi explorado pelo burguês, a minimização do tempo de consumo etc. (MARX, 1975a [1867]). Em Braudel, é o *espaço* que detém tal posto: a circulação das mercadorias, as distâncias no interior dos territórios afetando o mercado nacional, as redes que

[275] Na Modernidade como um todo, é o *tempo* que ocupa o centro das atenções (SZTOMPKA, 1998:83-107 [1993]; HABERMAS, 2000:3-33 [1985]), enquanto o espaço, de modo geral, "(...) foi tratado como o morto, o fixo, o não-dialético, o imóvel. O tempo, ao contrário, era a riqueza, a fecundidade, a vida e a dialética (...) A grande obsessão do século XIX foi, como sabemos, a história: com seus temas de desenvolvimento e suspensão, crise e ciclo, temas do passado em eterna acumulação, com sua grande preponderância de homens mortos e da ameaçadora glaciação do mundo. (...) A era atual talvez seja, acima de tudo, a era do espaço (...) Poder-se-ia dizer, talvez, que alguns conflitos ideológicos que animam a polêmica atual opõem os fiéis descendentes do tempo aos decididos habitantes do espaço" (FOUCAULT *apud* SOJA, 1993:17 [1992]). Sobre o espaço e o tempo na Modernidade, consulte o ensaio de Hansen (HANSEN, 2000).

viabilizam o comércio global...[276] Não se trata apenas de citar cidades e países e distribuí-los num mapa "em anexo", nem tampouco vislumbrar o espaço como um palco físico onde acontece a movimentação da vida em geral, mas de *pensar a economia a partir do espaço*: "Essas unidades provinciais, suficientemente extensas para serem mais ou menos homogêneas, são, de fato, antigas nações de tamanho menor que constituíram ou tentaram constituir seus mercados nacionais — digamos, para marcar a diferença [refere-se ao Estado territorial]: seus *mercados regionais*. Parece até que podemos ver no destino do espaço provincial, *mutatis mutandis*, uma prefiguração, um duplo destino nacional e mesmo internacional. Repetem-se as mesmas regularidades, os mesmos processos. O mercado nacional é, tal como a economia-mundo, superestrutura e invólucro. O que também é, na sua própria esfera, o mercado provincial. Isso quer dizer que uma província foi anteriormente uma economia nacional, até mesmo uma economia-mundo em ponto pequeno; que, a despeito da diferença de escalas, todo o discurso teórico que abria este livro deveria se repetir, palavra por palavra, a seu respeito; que ela comporta zonas regionais e cidades dominantes, 'regiões' e elementos periféricos, zonas mais ou menos desenvolvidas, outras quase autárquicas... É, aliás, dessas diversidades *complementares*, do seu leque aberto que zonas bastante vastas extraíram sua coerência" (ibidem, p.263-64).

Falando não apenas como historiador, mas como historiador profundamente interessado em Geografia, Braudel ensaia reconstituir parte da espacialidade econômica francesa pois, como havia esboçado no volume anterior de *Civilisation Matérielle*, uma "geografia retrospectiva explica muitas coisas" [277] (BRAUDEL, 1996a:507 [1979]. E foi exatamente utilizando esse recurso que ele pode compreender, com maior nitidez, o desenho espacial assumido pela economia em seu país nos séculos seguintes. Em um determinado trecho, Braudel nos oferece a trajetória histórica das escalas econômicas da França: "Mas um mercado provincial autônomo não corresponderia a uma economia estagnada? Ele precisa se abrir, por bem ou por mal, aos mercados externos, nacional ou internacional. Por isso mesmo as moedas estrangeiras são, apesar de tudo, uma contribuição revigorante para a Lorena do século XVIII, que já não cunha sua própria moeda e onde o

[276] Levando adiante esse raciocínio, Fourquet decreta: "Marx só vê a história real como a temporalização do conceito, ou seja, sua realização ou sua materialização no tempo; ele não vê o espaço geográfico real senão como a localização do conceito. Braudel não conta a história do conceito 'capitalismo'. Jamais. Ele conta a história das cidades-mundo, seus instrumentos, dirigentes e redes de influência. Braudel jamais escreve uma frase do gênero 'O capitalismo materializa-se nas cidades' ou 'A burguesia em ascensão apodera-se das cidades e controla zona central'. Jamais. Uma coisa bastante notável. Não parece nada, mas é um 'deslocamento de perspectiva' que acho perturbador para a maneira tradicional (quer dizer, marxiana) de considerar a história do capitalismo. Não é um 'corte epistemológico', não é a base de uma nova ciência, não é sequer uma invenção filosófica original. É apenas o retorno ao empirismo, à descrição, à encenação. A única prática que eu considero realmente 'materialista'" (FOURQUET, 1989:95 [1988]).

[277] Braudel aproveita a ocasião de estar ao lado de Celso Furtado em *Châteauvallon* e, oportunamente, lembra o caso da desigualdade espacial brasileira, frisando, na longa duração, a preponderância econômica do litoral frente ao interior (BRAUDEL, 1989:121 [1986]).

contrabando é uma indústria próspera. Mesmo as províncias mais pobres, que quase nada têm para oferecer e para comprar fora, têm o recurso de exportar mão-de-obra, como a Savóia, o Auvergne ou o Limousin. Com o século XVII, cada vez mais a abertura para fora e os movimentos de balança se tornam importantes, têm valor de indicadores. Aliás, nessa época, com a ascensão dos Estados, com o desenvolvimento da economia e das relações a grande distância, certamente está ultrapassada a hora das excelências provinciais. Seu destino a *longo prazo* é fundir-se numa unidade nacional, sejam quais forem suas resistências e aversões. Em 1768, nas condições que sabemos, a Córsega torna-se francesa mas, com toda a evidência, ela não podia sonhar em ser independente. Nem por isso o particularismo provincial morreu; existe ainda hoje, na Córsega e em outros lugares, com muitas consequências, muitos recuos" (BRAUDEL, 1996b:264-65 [1979]).

Respeitados os diferentes períodos temporais então analisados, a citação acima lembra um pouco a atenção de Vidal de la Blache à unidade francesa e ao binômio industrialização-urbanização dissolvendo os *pays* e impondo um novo arranjo regional (vide capítulo I). A esta altura, evocar o nome do fundador dos *Annales de Géographie* não é mera coincidência: discutindo em termos quantitativos e qualitativos o mosaico espacial francês caracterizado por cantões, províncias e regiões, Braudel destaca a valorização destas últimas pelos geógrafos de seu país, bem como os critérios possíveis de sua delimitação (econômico, administrativo e cultural [278]). Sobre as províncias, lamenta que *États et nations de l'Europe* (1889) — livro simplesmente negligenciado pelos geógrafos porém lembrado por um historiador! — tenha permanecido apenas como um esboço, bem como o destaque dado à região no *Tableau géographique de la France* (1903) em detrimento daquelas. Para ele, o grande livro sobre as províncias é o *Tableau de la France* (1833), de Michelet [279] (idem, pp. 260-62).

Em todo caso, ao persistir na relevância das ligações, das trocas e da circulação em geral, nota-se como as questões geográficas são parte integrante de sua grade de leitura [280]. Quando aponta

[278] "É certo que a extensão dessas 400 ou 500 'regiões' do espaço francês variou no passado, que as suas fronteiras não estavam bem fixadas e obedeciam mais ou menos aos determinismos do solo, do clima e das ligações politicas e econômicas". Mas "(...) a 'região' é também — e talvez em primeiro lugar — uma realidade cultural, um dos quadrados de cor específica entre os quais se divide e pelos quais se harmoniza o mosaico do mundo ocidental, especialmente da França (...)" (BRAUDEL, 1996b:260-261 [1979]).

[279] Em nota, o próprio Braudel adverte que emprega, indiscriminadamente, os termos província, região, região natural e, consequentemente, mercado provincial e mercado regional. E remete o leitor aos livros do economista André Piatier acerca da existência das regiões na França e das zonas de atração das regiões de Picardie e Auvergne (idem, p.606). Crítica implícita ao debate regional promovido pelos geógrafos? A resposta tem muitas chances de ser afirmativa. Desde, pelo menos, Febvre e Bloch, a região é o principal recorte espacial no qual geógrafos e historiadores franceses têm se encontrado — e se chocado (vide capítulo II). Chartier assinala que a hegemonia do gênero regional na historiografia francesa não está suficientemente explicada, e que uma das razões que a fundamenta está diretamente ligada à divisão do trabalho acadêmico. E questiona: "Regionalizar a História não era também delimitar as áreas de poder?" (CHARTIER, 2002:222 [1998]).

[280] Braudel crê que até "a Revolução do século XIX, momento em que se apropriará da produção industrial promovida à categoria do grande lucro, é na circulação que o capitalismo se sente mais em casa"

o espraiamento da economia a partir de um pólo irradiador e a hinterlândia que então se desenha, o autor supracitado faz valer as marcas de sua formação intelectuais e de suas leituras no cativeiro, evidenciando a atração causada pelo pensamento alemão — representados aqui pela teoria dos lugares centrais de Christaller e a teoria da localização industrial de Losch (BRAUDEL, 1996a:97-99 [1979]). Porém, Braudel supera em muito o caráter "modelar" e geométrico das mesmas: um empreendimento econômico deve saber *aparelhar* o espaço e administrá-lo em sua totalidade, seja a partir de uma cidade, seja formando mercados regionais que, em conjunto e posteriormente, poderão desdobrar-se nos mercados nacionais e internacionais. Se, tal como Braudel os concebe, uma das particularidades dos capitalistas é a liberdade de escolha para diversificar seus negócios, ao ler seus escritos aprendemos que outra das características desse pequeno grupo é a capacidade de mudar de escala sempre que precisar. Direta ou indiretamente, ele nos revela que a sustentação do capitalismo depende não só da habilidade em especular e formar monopólios, mas também do controle e da organização do espaço mundial [281]. Não é à toa que ele identifica a trajetória do capitalismo de maneira mais espacial que temporal. Afinal, "só pode haver economia-mundo quando a *rede* tem *malhas* suficientemente apertadas, quando a troca é suficientemente regular e volumosa para dar vida à *zona central*" (BRAUDEL, 1996b:82 [1979], grifo nosso).

Se é verdade que a mobilidade econômica é maior que a mobilidade política e a civilizacional (não foi o próprio Marx a proferir, no *Manifesto*, que o capital não tinha pátria, querendo dizer, entre outras coisas, que a escala nacional era insuficiente para conter a ânsia da busca do lucro?), nem por isso a valorização do espaço é um processo fácil, seja porque pressupõe, antes de mais nada, domá-lo (ou seja, humanizar a natureza indócil), seja pelo empenho necessário para mantê-lo em pleno funcionamento: "Redes e circuitos desenham um sistema. Como, numa estrada de ferro, o conjunto dos trilhos, das suspensões catenárias portadoras de corrente, do material rodante, do pessoal, tudo está disposto para o movimento. Mas este se mostra um problema em si". Por exemplo, "o obstáculo que constitui um sistema de transportes sempre oneroso e sem maleabilidade" (BRAUDEL, 1996a:142 [1979]). Logo, onde Braudel localiza o fato marcante na França do século XVIII? Na interligação das economias e na modificação da circulação no território francês (idem, p.153). Se olharmos para a vizinha Alemanha, a situação desenhada é totalmente oposta: embora tenha tido enormes problemas políticos até a concretização de seu Estado Nacional

(BRAUDEL,1996a:200 [1979]). Mas não é só isso, pois as "condições prévias para o capitalismo dependem da circulação; à primeira vista, quase poderíamos dizer: apenas da circulação. E, quanto mais espaço essa circulação percorre, mais frutuosa é. Esse determinismo elementar atua em toda a parte" (idem, p.500).

[281] Ao explanar a situação econômica do Novo Continente no período colonial, assegura que, seja em Lima, Cidade do México ou Recife, "encontramo-nos, na realidade, no tecido das ligações da economia-mundo européia, que é como uma rede lançada sobre a América inteira. Não no interior de capitalismos nacionais, mas no quadro de um sistema global, manobrado a partir do próprio coração da Europa" (BRAUDEL, 1996b:397 [1979]).

após a guerra franco-prussiana, no campo econômico o dinamismo espacial era sinal de pujança: "A atividade da economia alemã é assinalada por múltiplos sinais, quanto mais não seja pela arrancada precoce dos preços ou pela forma como seu *centro de gravidade passa de uma cidade para outra*: no princípio do século XV, tudo gira em torno de Ratisbona, no Danúbio; depois, Nuremberg impõe-se; a hora de Augsburgo e de seus mercadores financistas soará mais tarde, no século XVI: tudo se passa como se a Alemanha não cessasse de arrastar a Europa que a rodeia e de se adaptar a ela — e também de se adaptar ao seu próprio destino. O 'Verlagssystem' beneficia-se, na Alemanha, destas condições favoráveis. *Se transcrevêssemos num mapa todas as ligações que ele cria, todo o território alemão seria cortado por seus traços múltiplos e finos.* Umas após as outras, as atividades prendem-se a essas *redes*" (ibidem, p.280, grifo nosso). E complementa: no século XVI, "firmas colossais — os Fugger, os Welser, os Hochstetter e alguns outros — impressionam a opinião pública com a imensidão de suas *redes*, *mais extensas do que a Alemanha inteira"* (ibid., p.368, grifo nosso).

De qualquer maneira, a esfera econômica não caminha alheia à esfera política. Embora Braudel não compartilhasse integralmente da assertiva marxiana de que "o Estado Moderno não é senão o comitê gestor dos negócios comuns de toda a burguesia" (MARX & ENGELS, s/d [1848]), preferindo vê-los ora numa relação de tensão (BRAUDEL, 1989:122-23 [1986]), ora de complementaridade (BRAUDEL, 1996a:578 [1979]), em sua concepção particular de *capitalismo* o Estado vai atuar, pelo menos, em duas frentes: no projeto de arquitetura do mercado nacional e na proximidade que o minoritário grupo dos capitalistas terá com seus negócios e finanças. A dimensão geográfica do primeiro aspecto é inevitável. Em uma longa e sugestiva passagem, as escalas estão em pleno movimento, rearranjadas em virtude da política e da economia. Assim sendo, o mercado nacional é "a coerência econômica adquirida de um dado espaço político, sendo esse espaço de uma *certa dimensão*, antes de tudo o quadro daquilo a que chamamos o *Estado territorial*, a que antigamente se preferia chamar o *Estado nacional*. Uma vez que, nesse quadro, a maturidade política precedeu a maturidade econômica, a questão é saber quando, como e por que razões esses Estados adquiriram, economicamente falando, uma certa coerência interna e a faculdade de se comportar como um conjunto em relação ao resto do mundo. É, em suma, tentar fixar um advento que mudou o curso da história européia, relegando para segundo plano os conjuntos econômicos de primazia urbana. Essa emergência corresponde forçosamente a uma aceleração da circulação, a um aumento das produções agrícola e não-agrícola, bem como a uma dilatação da demanda geral — condições todas que, em abstrato, poderíamos imaginar adquiridas sem a intervenção do capitalismo, como consequência do transbordamento regular da economia de mercado. Na realidade, esta tende muitas vezes a se manter regional, a se organizar no interior dos

limites que lhe propõem as trocas de produções diversificadas e complementares. Passar do mercado regional ao mercado nacional costurando juntas economias de raio bastante curto, quase autônomas e muitas vezes fortemente individualizadas, não tem portanto nada de espontâneo. O mercado nacional foi uma coerência imposta ao mesmo tempo pela vontade política, nem sempre eficaz na matéria, e pelas tensões capitalistas do comércio, especialmente do comércio extreno e a longa distância. Em geral, uma certa expansão das trocas exteriores *precedeu* a unificação laboriosa do mercado nacional. Eis o que nos leva a pensar que os mercados nacionais devem ter se desenvolvido prioritariamente no centro ou perto do centro de uma economia-mundo, nas próprias malhas do capitalismo. Que houve correlação entre seu desenvolvimento e a geografia diferencial que a progressiva divisão nacional do trabalho implica. Aliás, no sentido inverso, o *peso* do mercado nacional desempenhou seu papel na luta ininterrupta que opõe os diversos candidatos à dominação do mundo — neste caso, no duelo do século XVIII entre Amsterdam, uma cidade, e a Inglaterra, um 'Estado territorial'. O mercado nacional foi um dos quadros onde se elaborou, sob o impacto dos fatores internos e externos, uma transformação essencial para o desencadeamento da Revolução Industrial: refiro-me ao crescimento de uma demanda interna múltipla capaz de acelerar a produção nos seus diversos setores, de abrir os caminhos do progresso" (BRAUDEL, 1996b:255-57 [1979]).

Independente de sua posição anti-estatista — seja do lado capitalista (BRAUDEL, 1989:134 [1986]) ou socialista (BRAUDEL, 1996b:586 [1979]) —, o historiador francês faz questão de sublinhar os impactos espaciais provocados pela ascensão dos Estados territoriais ante a queda das antigas economias de dominação urbana. Ou, para usarmos os termos alemães e corroborar mais uma vez a influência decisiva do pensamento do outro lado do Reno em sua obra, a oposição entre a *Territorialwirtschaft* e a *Stadtwirtschaft* [282] e seus desdobramentos espaciais (idem, p.271-273). Num primeiro momento, porém, Braudel constata que há muitas semelhanças entre ambas, quer no tocante à ultrapassagem do seu espaço próprio (por isso são economias-mundo e potências coloniais Veneza e Inglaterra, p.ex.), quer no tocante aos meios de dominação e administração do cotidiano (frota, exército, violência, Bancos Centrais). Contudo, elas possuem distintas organizações estruturais: as cidades-Estado contornam os dilemas do setor primário através da importação e sua agricultura, quando existe, enfatiza o grande rendimento típico do capitalismo — existindo, portanto, um pacto assaz "moderno" envolvendo as populações rural e urbana. Além disso, suas indústrias de luxo, frequentemente, são bem-sucedidas. De outro lado, não bastasse o vagar da

[282] Tais expressões foram retiradas do economista alemão Karl Bücher (1847-1930). Coincidência ou não, o fato é que Bücher lecionou Etnografia, Estatística (principalmente) e *Geografia* na Universidade de Tartu (então Dorpat), instituição de língua alemã localizada na antiga província russa de Livônia.

montagem político-econômica do *Territorialwirtschaft*, ao contar com uma população majoritariamente rural, precisará investir internamente no domínio agrícola, bem como administrar as finanças, as fronteiras e a coerência econômica em geral. É diante desse quadro que o autor em voga observa que as cidades-Estado saíram na frente no que se refere ao sucesso econômico e à tomada de espaços alheios, pois o "Estado territorial em formação têm muito o que fazer para se empenhar de imediato na conquista dos grandes mercados do mundo". No entanto, ao conseguir um equilíbrio entre a oferta, a demanda e os diversos setores da economia impostos por um mercado nacional, este se apresenta como um "acréscimo de poder", levando a Inglaterra a superar em muito a Holanda e postular a dominação mundial [283] (ibidem, pp. 272-273).

Ao trabalhar com o conceito de economia-mundo, Braudel não o concebe — do ponto de vista geográfico — apenas como a delimitação cartográfica dos fenômenos econômicos, mas sim numa perspectiva "vertiginosa" e "ativa" que visa perscrutar como o jogo econômico cria e se reproduz segundo uma determinada lógica espacial [284]. Portanto, seria demais afirmar que ele estava bem à frente daquilo que a Geografia Econômica tinha produzido até 1979? Não, não nos parece um exagero. Um exemplo: onipresentes nos volumes II e III de *Civilisation Matérielle*, seu autor nos mostra que o uso das *redes* e das *escalas* pelo capitalismo não é algo recente. Todavia, é só a partir da década de 90 as redes passam a ter o *status* de categoria central entre os geógrafos, ao passo que as escalas, embora estejam tradicionalmente enlaçadas ao pensamento geográfico, nem por isso mereceram a atenção teórico-metodológica devida [285]. Na *démarche* braudeliana, as redes articulam as escalas e lhes conferem movimento, mas não um movimento caótico e desorganizado e sim as gestões política do território pelo Estado e a econômica da circulação de mercadorias e capitais pelo capitalismo. É por intermédio das redes que a escala local pode ser superada ou,

[283] Seguindo bem de perto o raciocínio braudeliano, Arrighi parece mudar apenas as palavras: "No século XVII, a estrutura e a orientação mais estritamente capitalista do Estado holandês conferiram ao capital holandês uma vantagem competitiva decisiva na luta pela apropriação dos despojos do império territorial ibérico, então em processo de desintegração. Mas, assim que os próprios Estados territorialistas adotaram a via de desenvolvimento holandesa, passando a ter estrutura e orientação mais capitalistas e arriscando sua sorte na expansão comercial ultramarina (como fizeram do fim do século XVII em diante), a estrutura excessivamente enxuta do Estado holandês transformou-se de vantagem competitiva decisiva a uma deficiência insuperável. Na luta subseqüente pela supremacia no comércio mundial, a vantagem competitiva transferiu-se para os Estados territorialistas que estavam em processo de internalização do capitalismo. Saiu-se então vencedor o Estado inglês, que levara essa internalização mais longe que qualquer outro país territorialista e redirecionara suas inclinações territorialistas, mas sem perdê-las" (ARRIGHI, 1996:213 [1994]).

[284] "Colocar-nos-emos sucessivamente em duas perspectivas: primeiro, ao lado do mercador, imaginaremos o que possa ser sua ação, sua tática costumeira; depois, afastando-nos dele, amplamente independentes das vontades individuais, consideraremos os espaços mercantis em si mesmos, os mercados em sentido lato. *Sejam eles urbanos, regionais, nacionais ou internacionais, sua realidade impõe-se ao mercador, envolve-lhe a ação, favorece-a ou constrange-a*. Além disso, eles se transformam ao longo dos séculos. *E essa geografia, essa economia variáveis dos mercados (...) remodelam e reorientam incessantemente a ação particular do mercador*" (BRAUDEL, 1996a:115 [1979], grifo nosso).

[285] O que não significa que não haja contribuições interessantes por parte dos geógrafos (LACOSTE, 1988 [1976]; HAESBAERT, 1993; MOREIRA, 2001; SMITH, 2002; MASSEY, 2004).

melhor dizendo, implodida por dentro graças ao impacto provocado pela história global [286]. Assim, o alcance da rede não significa somente o aumento de sua extensão, mas uma alteração qualitativa na natureza dos fenômenos ocorridos no âmbito de suas escalas. As redes aproximam os espaços e encurtam os tempos, revelando assim dinâmicas geográficas distintas de acordo com a vida material, a economia de mercado e o capitalismo. Ou, o que é a mesma coisa, elas põem a nú as disputas de poder *no* e *pelo* espaço [287]. Capaz de conjugar, de modo extremamente fecundo, tanto a *dimensão* [288] (o sítio, a situação e o tamanho do território [289]) quanto a *dinâmica* (interescalaridade e reticularidade) do espaço, cumpre enfatizar que estamos diante de uma abordagem material e plural do mesmo, ora visto como meio de sobrevivência e produto da cultura (a história da longa duração das civilizações), instrumento de controle (as fronteiras do território estatal e a formulação de políticas econômicas nacionais, como o mercantilismo [290]) ou ferramenta de potencialização do poder e do dinheiro (os tentáculos dos Impérios e das empresas dominando o globo). Nunca é demais indicar: como Braudel passou praticamente desapercebido pelos geógrafos é algo difícil de entender...

Como mencionamos logo acima, pode-se reconhecer que a vida material, a economia de mercado e o capitalismo admitem dinâmicas geográficas específicas — embora mantenham pontos

[286] Analisando o esquema de Von Thünen aplicado na cidade de Caen por Jean-Claude Perrot, pondera: "O mais significativo não é o jogo duplo entre espaço regional e espaço internacional que a cidade tem de praticar: duas circulações diferentes, a primeira capilar e de curta distância, contínua; a segunda, intermitente e que, em casos de crise alimentar, tem de lançar mão dos transportes fluviais pelo Sena, ou dos tráficos marítimos a partir de Londres e de Amsterdan. Estes dois sistemas se ajustam, se opõem, ou se somam, ou se sucedem. *A maneira pela qual a vida internacional afeta uma cidade qualifica-a tanto, e por vezes mais, quanto a sua ligação perene com as que lhe são próximas. A história geral se sobrepõe à história local*" (BRAUDEL, 1996a:161-62 [1979], grifo nosso).

[287] "Todas as redes, mesmo as mais fortes, conhecem um ou outro dia recuos, oscilações. E qualquer falência de uma rede, em seu centro, transmite suas conseqüências ao conjunto de suas posições e, talvez mais do que a qualquer outro ponto, à periferia. (...). Todavia, uma rede ativa posta em xeque sempre tem tendência a compensar suas perdas. Rechaçada desta ou daquela região, vai lançar suas potencialidades e seus capitais numa outra. Essa é a regra, pelo menos todas as vezes que está em jogo um capitalismo poderoso e já muito acumulador" (idem, pp.138-39).

[288] Ao mesmo tempo que enxerga a situação geográfica, Braudel grifa igualmente os circuitos, a hinterlândia e o jogo de escalas: "Talvez uma das vantagens de Veneza tenha sido precisamente o fato de ser mais racional, de correr menos riscos. E sua situação geográfica favorecia-a, com toda a evidência. Sair da laguna é entrar no Adriático e, para um veneziano, era também ficar em casa. Para um genovês, sair da sua cidade é entrar no mar Tirreno, mar vasto demais para ser eficazmente vigiado e que, na realidade, pertence a todo o mundo. E enquanto o Leste for a principal fonte de riqueza, Veneza, com a facilidade de seu caminho de ilhas para o Oriente, estará em vantagem. Quando a 'rota mongol' se rompeu nos anos 1340, foi ela a primeira a se apresentar, antecipando-se aos seus rivais, já em 1343, à porta da Síria e do Egito, e não a encontrou fechada. Finalmente, Veneza, melhor do que qualquer outra cidade italiana, está ligada à Alemanha e à Europa central, que são os clientes mais certos para o algodão, a pimenta, as especiarias e a fonte privilegiada do metal branco, chave do comércio do Levante" (ibidem, p.103).

[289] Quando subscreve o papel jogado pela dimensão do espaço, Braudel dispara: "O determinismo geográfico não é tudo na gênese dos Estados territoriais, mas tem seu papel" (BRAUDEL, 1996b:265 [1979]). Em *Le Temps du Monde*, a questão do determinismo se faz presente, ora direta (como acima), ora indiretamente (idem, pp.299-301 e 327). O capítulo seguinte voltará a esse tema.

[290] "O mercantilismo é justamente a tomada de consciência dessa possibilidade de manobrar o conjunto da economia de um país, ou seja, resumindo, a busca já do mercado nacional" (ibidem, p.271).

em comum. Assim, gostaríamos de terminar este capítulo lançando mão de um pequeno quadro esquemático, que visa ilustrar a riqueza geográfica presente em *Civilisation Matérielle*. A coluna *Aspectos Geográficos* contém os itens "Conceitos", "Espaços", "Densidade" e "Espacialidade" que, distribuídos conforme os andares erigidos por Braudel, indicarão as formas e os conteúdos espaciais presentes em *Les Structures du Quotidian*, *Les Jeux d'Échange* e *Le Temps du Monde*. Tal quadro não obedece aos pormenores e detalhes encontrados nos volumes em tela, mas sim a uma inspiração advinda — parcialmente — dos "tipos-ideais" weberianos. É assim que, no item "Conceitos", a rigor talvez seria mais correto falar em "descrição da forma", já que Braudel não explicita o uso do conceito de paisagem. Todavia, seu diálogo com os geógrafos franceses e a proximidade com suas temáticas nos levou a fazê-lo. Seguindo raciocínio parecido, optamos por não incluir o conceito de redes em *Les Jeux d'Échange*, já que em *Le Temps du Monde* ele aparece muito mais vezes e de modo mais explícito no que diz respeito à sua dimensão espacial. No item "Espaços", achamos por bem não incluir "mundo", a fim de ressaltar que é efetivamente a ação capitalista que materializa o planeta como referência de seus negócios. E os exemplos poderiam continuar — mas a intenção não é outra senão a de tentar dar conta dos nexos entre espaço e economia no pensamento de Braudel.

Aspectos Geográficos	***Les Structures du Quotidian***	***Les Jeux d'Échange***	***Le Temps du Monde***
Conceitos	Paisagem	Escalas Território Nacional	Escalas Território Nacional Redes
Espaços	Aldeias Campos Pequenas e Médias Cidades	Feiras Cidades-Estado Médias e grandes cidades Estados-Nação	Cidades-Estado Grandes Cidades Estados-Nação Mundo
Densidade	Espaços isolados e com pouca ligação entre si	Espaços interligados, porém com lacunas de transporte e comunicação	Redes e escalas bem articuladas
Espacialidade	Relações homem-meio	Criação de circuitos econômicos de médio e longo alcance	O mundo como palco central da acumulação capitalista

CAPÍTULO V

L'Identité de la France e o Papel da Geografia

O último capítulo deste trabalho será consagrado à obra *L'Identité de la France*, empresa inacabada em virtude do falecimento de Fernand Braudel em 28 de novembro de 1985. Mantendo-se fiel aos pressupostos teórico-metodológicos que o acompanharam por toda a vida, como a longa duração, o diálogo aberto com as demais Ciências Humanas e a atenção aos aspectos geográficos, o livro em questão guarda, entretanto, uma característica inédita: o historiador dos grandes espaços (o Mediterrâneo em 1949 e 1966 e o mundo em 1979) cede a vez às preocupações em torno do território nacional.

Quais seriam as razões de tal escolha? Esta mudança de escala terá tido algum impacto sobre as argumentações desenvolvidas? O que significa, nos marcos político e historiográfico, escrever sobre a identidade francesa na primeira metade dos anos 80?

No que concerne à Geografia, o título do volume I é assaz sintomático: "Espaço e História". E, como seria de se esperar, parte dele é atravessada por referências a Vidal de la Blache, cujo *Tableau géographique de la France*, de 1903 — uma das versões oficiais da III República sobre o território francês —, ocupa lugar de destaque no último suspiro da *géohistoire*. Os volumes II e III, intitulados "Os homens e as coisas", também trazem consigo uma abordagem geográfica, quer no domínio temático (a relação homem-natureza), quer no conceitual (região, território, paisagem), bem como a menção tanto a geógrafos de sua geração quanto aos de um passado mais recente.

Completa este capítulo a análise de *Une leçon d'histoire de Fernand Braudel*, transcrição na íntegra de um seminário de três dias em "homenagem" (as aspas serão explicadas mais adiante) à trajetória intelectual de nosso investigado. Ocorrido em *Châteauvallon*, sul da França, alguns de seus principais interlocutores (Immanuel Wallerstein e Maurice Aymard) e alunos (Alberto Tenenti e Vasco de Magalhães Godinho) discutiram os três grandes temas dominantes em seu pensamento: o Mediterrâneo, o capitalismo e a França. E, para o que nos interessa no âmbito desta tese, dois aspectos merecem ser separados: a declaração de que a *longue durée* esteve envolta sob o signo da *incompreensão* e a polêmica em volta do determinismo com os geógrafos Étienne Juillard e Claude Raffestin.

5.1. História, Historiografia e Identidade Nacional: Braudel e o caso francês

Para aqueles que estão familiarizados com a trajetória das Ciências Humanas, a associação entre ciência histórica, tendências historiográficas e identidade nacional é mais que evidente. No último quartel do século XIX e início do século XX, os representantes da Escola Metódica lançaram-se numa verdadeira cruzada em nome de uma escrita histórica umbilicalmente comprometida com a pátria, a República e o território franceses — processo que, de uma forma ou de outra, já havia sido iniciado por historiadores românticos como Taine, Renan e Michelet no decorrer do XIX. A derrota para a Prússia em 1871, o drama da Comuna de Paris e a tragédia da 1ª Guerra Mundial forneceram os elementos empíricos necessários para que a produção e a massificação de um relato histórico nacionalista se constituísse em uma das prioridades da III República. Deslocando-nos no espaço e no tempo, observamos a formação e o envolvimento dos historiadores marxistas britânicos após 1945 em combater a ideologia do *status quo* presente na história do Reino Unido e, ao mesmo tempo, sua tentativa de reescrevâ-la a partir da perspectiva dos trabalhadores, camponeses, mulheres e demais personagens tidos como marginais pela historiografia oficial (SAMUEL, 1980; HIMMELFARB, 1987; KAYE, 1989; SHARPE, 1992). Do diálogo estabelecido com um de seus principais representantes, podemos apontar que as correntes historiográficas nacionalistas (e os movimentos de mesma natureza que dela se apropriam) operam num plano atravessado do início ao fim pela ambiguidade: embora insistam em povoar a consciência nacional de história, forjando a criação de uma memória coletiva do passado através de manuais didáticos que exigem a memorização de datas e atores "importantes" e inventando a celebração de festas e feriados marcados por acontecimentos inesquecíveis para a Nação, tal operação só pôde (e só pode, já que o ufanismo histórico se faz presente em nossos dias) ser realizada senão através, conscientemente, de lacunas, negligências e malversação da própria história [291].

Todavia, quando menciona-se os *Annales*, somos imediatamente voltados a compreendê-los em franca oposição à Escola Metódica, tanto em termos políticos quanto epistemológicos. Nesse sentido, é como se a questão nacional não fizesse parte da agenda de pesquisas de Febvre, Bloch e Braudel. O predomínio da História Econômica e Social em detrimento da História Política

[291] Refiro-me aos três primeiros artigos da coletânea *Sobre História*: "Dentro e fora da História" (1993), "O sentido do passado" (1970) e "O que a história tem a dizer-nos sobre a sociedade contemporânea?" (1984). Para citar uma passagem: "(...) movimentos nacionalistas modernos que quase podem ser definidos, nas palavras de Renan, como movimentos que esquecem a história, ou melhor, entendem-na mal, porque seus objetivos não encontram precedentes históricos, apesar disso insistem em defini-los, em maior ou menor grau, em termos históricos e, na verdade, tentam realizar partes dessa história fictícia. Isso se aplica mais obviamente à definição do território nacional, ou melhor, às pretensões territoriais (...)" (HOBSBAWM, 1998:28 [1997]).

promovido por eles acabou sendo interpretado pela maioria como se a dimensão política dos *Annales* tivesse sido negligenciada — mesmo que um dos principais componentes metodológicos dos mesmos fosse a articulação passado-presente, o que por si só já deveria ser um poderoso indicativo do vínculo *annaliste* com as circunstâncias do tempo que os cercava. No capítulo II, expusemos o quanto Bloch e Febvre estavam, sim, comprometidos com as controvérsias políticas de então: o primeiro decidiu engajar-se como militar durante a II Guerra Mundial, foi contra a publicação da revista dos *Annales* durante a ocupação alemã na França e escreveu um livro (com o sugestivo título *L'Étrange Défaite* [*A Estranha Derrota*]) onde tentava entender, no calor da hora, as razões que levaram seu país a capitular diante dos alemães (SCHWARTZ, 2001); o segundo profere, logo após o fim da Guerra de 1914, uma conferência na Universidade de *Strasburg* onde destaca que um dos papéis sociais do historiador é "trabalhar pela glória, grandeza e expansão de seu país" (FEBVRE, 1920:3-4). Fazendo juz ao que havia pregado há 11 anos, seu olhar sobre a Exposição Colonial de 1931 preferiu questionar a concepção histórica inscrita na mesma e enfatizar "o grande esforço de colonização da Europa" (FEBVRE, 1932:2-4) do que aproveitar-se da veiculação de seu periódico para denunciar os horrores causados pelo Impérios Francês, Britânico, Holandês... Assim sendo, se é verdade que os primeiros *Annales* não praticavam a história nacionalista, chauvinista e encerrada ao redor do Hexágono que caracterizava os Metódicos, nem por isso podemos afirmar que, politicamente, eles estavam em campos radicalmente distintos daqueles a quem se referiam, de modo irônico, como "historiadores historicizantes". No que diz respeito ao posicionamento de tais correntes em relação ao Capitalismo e ao Colonialismo, ambas eram conservadoras.

O derradeiro livro de Braudel não deixa de inserir-se na esteira de *L'Étrange Défaite* e dos cursos que Febvre consagrara no *Collège de France* aos temas *honra e pátria* nos anos posteriores à II Guerra Mundial (coincidência discutir tal assunto entre 1945 e 47, momento em que a honra da pátria tricolor estava notadamente abalada?). *L'Identité* pode perfeitamente ser inscrito naquilo que representa a tradição historiográfica por excelência: revisitar o passado histórico da terra natal. Em um campo de conhecimento que só adquire autonomia no século XIX a partir de uma estreita trama com o Estado, dificilmente a preocupação com a nação, o território e a política não seria em algum momento evidenciada.

Tendo em mente as posturas de Aymard e Romano, para quem o caráter inacabado do livro impossibilitaria sua apreciação criteriosa (AYMARD, 2003:19; ROMANO, 1997:11 [1995]), de imediato algumas inquietações nos acometem: como não ser atraído pela reflexão braudeliana sobre a França e seus dilemas sociais, culturais, econômicos e geopolíticos? Como não se interessar pela interpretação de Braudel acerca daquele que, sem dúvida alguma, foi um dos principais países

responsáveis pela constituição da Modernidade enquanto projeto histórico e intelectual? Como deixar de lado o exame documental e as impressões daquele que foi o maior historiador de seu tempo, sobre uma nação cuja Revolução balançou o mundo todo no final do século XVIII e cujo Imperador conquistou praticamente toda a Europa no século XIX, sem contar o fato de que fora o segundo maior Império do globo nos séculos XIX e XX mas que, progressivamente, viu seu poder e prestígio esvair-se no horizonte da segunda metade do XX?

Mesmo assim, pode-se admitir *L'Identité* como uma empreitada fora de moda e sem novidades às vésperas do final do milênio. Ou seguir exatamente o caminho oposto e sinalizar que sua problematização ao redor de tópicos como identidade, cultura, espaço e fronteira estaria no centro dos principais debates empíricos e teóricos que atrairiam as Ciências Humanas da década de 90 aos nossos dias. Gostaríamos de insistir sobre esse ponto, tentando iluminá-lo mesmo que sob a forma de hipóteses e sugestões: Braudel parece antecipar, ainda que inconscientemente, os graves problemas territoriais e nacionais emergentes na Europa por ocasião da queda do Muro de Berlim e do fim do Socialismo. Sim; sua morte impediu-o de presenciar tais fenômenos, fenômenos que, com toda a certeza, impactariam o conteúdo dos volumes posteriores de *L'Identité*. Afinal, não tratariam eles do destino da França e de sua inserção no panorama internacional [292]? De qualquer forma, em 1986, quando o livro aparece ao público, a Europa vive uma conjuntura marcada por três aspectos entrecruzados e — à exceção do segundo — razoavelmente perceptíveis: (i) o neoliberalismo como modelo de política econômica a ser adotada, tendo como meta principal a diminuição do papel do Estado Nacional; (ii) o progressivo esfacelamento do Socialismo Real e, consequentemente, a incidência de uma série de conflitos nacionalistas na URSS, nos Bálcãs e no Leste Europeu; e (iii) o progressivo desenrolar da Globalização, colocando em xeque as identidades nacionais por todo o mundo.

Portanto, não haveria contexto histórico mais apropriado para que um historiador do porte de Braudel "arriscasse" promover uma avaliação sobre o passado, o presente e o futuro franceses. Beneficiados pela análise em retrospectiva, fica mais claro, hoje, tentarmos situar *L'Identité* dentro de dois contextos:

[292] Aguirre Rojas retrata as pretensões de Braudel para o estudo de seu país. O projeto incluía três tomos: I. A Identidade da França; II. O Nascimento da França; III. O destino da França. O tomo primeiro teria quatro partes: 1. Espaço e História; 2. Os Homens e as Coisas (Demografia e Economia Política); 3. O Estado, a Cultura, a Sociedade (Política, Psicologia e Sociologia); 4. A França fora da França (a dimensão internacional e a conclusão deste primeiro tomo) (AGUIRRE ROJAS, 2003a:127). Comentando esta parte 4, Braudel se expressa da seguinte forma: "Não seria esse um assunto tratado, até não mais poder, pela historiografia tradicional? É verdade, mas hoje não vemos mais as coisas com os mesmos olhos que ontem. (...) Quando me questiono sobre a identidade de nosso país, visto em prioridade através da espessura de seu passado, não seria a respeito da França de amanhã que me atormento e me interrogo?" (BRAUDEL, 1989a:21 [1986]).

1. a relativa estabilidade territorial de uma Europa marcada pela Guerra Fria (dada pelo acordo que os espaços capitalista e socialista mantinham um frente ao outro no que tange a respeitar suas respectivas áreas de influência) e a política autoritarista e militarista de países como a Iugoslávia e a União Soviética (onde iugoslavos e russos mantinham subordinadas etnias tais como a dos sérvios, montenegrinos, lituanos e tchechenos e, consequentemente, garantiam a manutenção da integridade territorial de seus países, artificialmente edificados após os acordos que desenharam o mapa geopolítico internacional uma vez findada a II Guerra Mundial) seriam inapelavelmente alteradas depois do fim do Mundo Bipolar;

2. depois da Descolonização, a França carecia de uma abordagem *historicista*, termo empregado aqui no sentido de identificar a necessidade de um discurso que enfatizasse e preservasse seu passado num mundo que caminhava para a edificação de uma Nova Ordem Mundial. Tal abordagem teria impactos não apenas no que concerne ao tempo, mas também ao espaço. Se levarmos em consideração que a história contemporânea francesa protagonizou — da expansão e decadência napoleônicas à perda da Alsácia-Lorena, da Comuna de Paris à ocupação alemã, dos movimentos separastistas regionais na *Corse*, *Bretagne* e *Occitanie* ao fim das colônias afro-asiáticas — uma sequência problemática de eventos cujos rebatimentos territoriais são mais que evidentes, publicar uma obra afirmativa em nome da identidade de um povo e de uma nação (longe ser uma convocação à xenofobia e ao racismo [293]) constitui capítulo intelectual importante no debate sobre as políticas identitárias que tomarão corpo na França e na Europa a partir da segunda metade da década de 80.

Se nos anos 70 o patronato precisava do trabalho imigrante e em 1972 foi aprovada por unanimidade a lei que visava reprimir atos racistas e xenófobos, nos anos 80 a imigração e a identidade nacional tornaram a ser temas centrais nas falas da direita e da extrema-direita. Nesse

[293] Pensamos na plataforma de campanha do candidato à presidência de extrema-direita Jean-Marie Le Pen que, em 1972, funda o *Front national*. Em nome dos valores do povo francês, sua retórica ataca os imigrantes a cada pleito (tal como pode-se constatar nas eleições de 2007). Se nos for permitido um testemunho pessoal que permite uma indicação da base social dos eleitores de partidos dessa natureza (vale lembrar que Le Pen chegou ao segundo turno presidencial em 2002), a proprietária do *studio* onde moramos em Paris (entre setembro de 2007 e agosto de 2008), uma senhora septuagenária, de cor branca, sem nível superior, de pai russo e mãe francesa, declarava-se abertamente racista. Segundo ela, os árabes não respeitavam as leis francesas e os *blacks* (jovens e adultos negros) eram perigosos e violentos. Porém, dizia não ter nada contra os árabes, desde que permanecessem em seus países. Reclamava também dos impostos que pagou durante o tempo em que estave na ativa e que continuava a pagar mesmo após sua aposentadoria, pois cria que a razão desta situação residia no alto número de filhos de determinadas famílias de imigrantes, o que fazia com que os franceses pagassem a conta. Por isso ela apoiava a política de Nicolas Sarkozy de *travailler plus pour gagner plus* ("trabalhar mais para ganhar mais"), sem esquecer de desolar-se por Paris não ser mais uma cidade de franceses... Esta situação foi assim exposta recentemente: "O antagonismo franco-alemão que tinha estruturado a narrativa da atualidade entre 1870 e 1945 foi substituído por um novo discurso, onde o "nós" francês aparecia constantemente em oposição ao "eles" islamistas. (...) Os muçulmanos aparecem assim como novos bárbaros, que passam seus dias a se matar; fomentam atentados terroristas; cometem acidentes de automóveis; dirigem o tráfico de drogas; impõem as regras islâmicas às suas irmãs e violentam as outras meninas das cidades" (NOIRIEL, 2007:60-61).

contexto, para alguns, pode ser mera coincidência histórica. Para nós, no entanto, é algo que se assemelha ao que os alemães chamam de *Zeitgeist* ("espírito do tempo"). Estamos nos referindo ao fato de que exatamente no ano de 1985 vários seminários foram organizados em torno do tema "identidade da França", chegando ao limite de ser criada a *Alliance générale contre le racisme et pour le respect de l'identité française* (AGRIF), numa total inversão dos termos da questão! Uma parte dos dirigentes do *Club de l'Horloge* (1974) — grupo de funcionários desejos em desenvolver pontes entre a direita e a extrema-direita — une-se ao *Front Nationale* e passa a publicar uma revista batizada sintomaticamente de *Identité*. Os jornais *Le Figaro* e *Valeurs actuelles* também insistem na idéia de que a identidade francesa estaria ameaçada, mas no que tange à participação da imprensa escrita quem se destaca mesmo é o *Figaro Magazine*. Em sua edição de 26 de outubro de 1985 (o encontro em *Châteauvallon*, onde Braudel também discorreu sobre o tema aqui examinado, ocorreu nos dias 18 a 20 de outubro), o título, excessivo e temeroso, interrogava: *Serons-nous encore français dans trente ans?* ["Nós ainda seremos franceses em 30 anos?"]. Sondagens como as que queriam saber do impacto dos estrangeiros sobre a identidade francesa também ganhavam corpo (NOIRIEL, 2007:70-72).

Olhando atentamente a relação entre identidade nacional e narrativa histórica, nota-se que existe tanto um "esquecimento" de partes do processo histórico quanto o imperativo de sua exacerbação. É uma operação atravessada, do início ao fim, pela ambiguidade. Afinal, imaginar que três décadas seriam suficientes para "pôr em risco" a identidade de um povo denota certa incompreensão de como foi operada a constituição das identidades nacionais. É bem verdade que, tratando-se de um dispositivo ideológico, ele precisa ser constantemente reativado. E é aqui que a proposta temporal braudeliana pode servir para tais fins, como um antídoto para os medos de uma parcela da população às voltas com o "perigo" imigrante: assentada na longa duração, a identidade francesa, se por acaso ameaçada e, um dia, batida, ela só o seria no interior de um processo multissecular. Destarte, seu último livro não somente reforçaria tal identidade, mas igualmente a defenderia contra a história dos eventos — superficial, instável e enganadora. Em franca discordância com Taine e Tocqueville, para quem a França começaria no século XVIII; com Zeldin, cujo livro *Histoire des passions françaises* localiza como data-chave 1848; e com o sociólogo e economista Fossaert, que afirma não haver relação alguma da Gália com a França, para Braudel esta deitaria suas raízes nos tempos do Império Romano. Segundo ele, "(...) o Antigo Regime, a Revolução Francesa, são todos fatos próximos, quase contemporâneos... [294] Estendemos a mão e

[294] No belo e oportuno projeto *Conversas com historiadores brasileiros* (acaso algum dia a Geografia será presenteada com algo parecido?), Fernando Novais lembra um caso que mostra um pouco porquê Braudel se opunha à Revolução Francesa como tema histórico: "Soboul conta que, quando era moço, aproximou-se de

podemos tocá-los. Ora, é toda a espessura do passado da França que deve ser posta *solidariamente* em questão, desde antes da conquista romana da Gália até hoje. (...) Como se a história não se estendesse até o princípio dos tempos, como se pré-história e história não constituíssem um único processo, como se as aldeias francesas não se enraizassem em seu solo desde o terceiro milênio antes de Cristo; como se a Gália não tivesse esboçado antes o espaço em que a França iria crescer; (...) como se, *em nosso sangue*, em nossa vida, a hematologia retrospectiva não revelasse a própria pista de longínquas 'invasões bárbaras'; como se tanto as crenças quanto as línguas não viessem em nossa direção, dos séculos obscuros do mais longínquo passado... Ora, é precisamente esta história subjacente, obscura, *difícil de morrer*, que este livro se propõe, se possível, trazer à luz" [295] (BRAUDEL, 1989a: 15 [1986], grifo nosso).

O apelo por uma historiografia da longa duração, que ultrapassasse a fragilidade e a limitação do tempo curto, é absolutamente legítimo, bem como sua essencial contribuição enquanto instrumento de pesquisa em Ciências Humanas. Entretanto, isso não encobre o conteúdo político e os desdobramentos de uma interpretação desta natureza sobre a história da França. Hobsbawm se recorda do espanto que sentiu ao ver um livro batizado *Cinco mil anos de Paquistão* pois, na verdade, o nome "Paquistão" foi inventado por alguns militantes estudantis em 1932-33, tornou-se de fato um pleito político em 1940 e somente passou a existir enquanto Estado em 1947. Contudo, evocar uma temporalidade milenar soava muito melhor do que evocar uma história que, na realidade, não passava de meio século (HOBSBAWM, 1998:17 [1997]). Ora; não estamos pisando no mesmo e insidioso terreno da manipulação e representação do passado? Afinal, vincular a França com a Gália é, em todos os sentidos, muito mais vantajoso do que começar no Antigo Regime ou na Revolução de 1789.

Braudel e falou que queria fazer uma tese sobre a Revolução Francesa, e Braudel respondeu: 'ça n'existe pas' ('isso não existe'). (...) Por que Braudel disse aquilo? Porque ele estava empenhado na longa duração e revolução, por definição, é a curta duração e, consequentemente, não era um bom tema" (MORAES & REGO, 2002:129). Em 1985, Braudel a avaliava tal como se segue: "Quando éramos jovens, a Revolução Francesa representava um terreno de luta, o conflito essencial. Os 'combatentes' estavam ou de um lado ou de outro. Através de um trabalho sobre a Revolução Francesa, nós nos comprometíamos com uma certa concepção da França. Era um compromisso de ordem política, de ordem cultural. Hoje, parece-me, isso não existe mais. A Revolução Francesa, à medida que nos afastamos dela, perde sua influência, seu valor, seu poder de eco" (BRAUDEL, 1989:133 [1986]).

[295] O pronunciamente de Braudel se encaixa perfeitamente na crítica à manipulação histórica efetuada pela filósofa brasileira Marilena Chauí, para quem a partir do século XIX "a nação passou a ser vista como algo que sempre teria existido, desde tempos imemoriais, porque suas raízes deitam-se no próprio povo que a constitui. Dessa maneira, aparece um poderoso elemento de identificação social e política, facilmente reconhecível por todos (pois a nação está nos usos, costumes, tradições, crenças da vida cotidiana) e com a capacidade para incorporar numa única crença as crenças rivais, isto é, o apelo de classe, o apelo político e o apelo religioso não precisavam disputar a lealdade dos cidadãos porque todas essas crenças podiam exprimir-se umas pelas outras sob o fundo comum da nacionalidade". Avaliando as consequências sociais, políticas e históricas da adesão social às identidades nacionais, complementa a autora que, "Sem essa referência, tornar-se-ia incompreensível que, em 1914, milhões de proletários tivessem marchado para a guerra para matar e morrer servindo aos interesses do capital" (CHAUÍ, 2000:19).

Por conta disso, a despeito das diferenças entre os *Annales* e a Escola Metódica no que concerne ao tempo e à epistemologia da ciência histórica, talvez possamos encontrar um denominador comum quando o horizonte das mudanças sociais entra em cena. Não me refiro a qualquer mudança, algo que ambas as correntes não denegam, mas sim àquelas que põem em xeque as estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais do *status quo*. Parece-nos que as duas vêem o passado enquanto algo que não poderá ser drasticamente alterado e, consequentemente, as possibilidades de uma alternativa histórica face ao poder estabelecido serão sempre tragadas pelo peso das heranças de longo prazo.

De maneira geral, portanto, o presente não surge como o tempo do otimismo e da transformação, mas como o tempo de conformismo e aceitação que deixa escapar parte de seu potencial ativo. O futuro? No futuro, a impressão que se tem é a de que o progresso sempre estaria subordinado à ordem pois, caso contrário, tornar-se-ia revolucionário (como que retomando a fórmula consagrada por Comte). No entanto, esta ordem não é mais dada pela Razão e pelo Estado, mas pela própria história, alçada a senhora inconteste de todos os destinos — destinos que ela mesma, no passado, construiu. Se, antes, roubava-se o presente para projetar *no futuro* a esperança de dias melhores, a escrita histórica braudeliana lança *no passado* o devir das sociedades [296]. Estamos falando de um raciocínio "circular", onde parece não haver saída ou rompimento histórico — esquema que, sob os nomes de historicismo, marxismo evolucionista ou positivismo, Benjamim investiu toda sua energia ao denunciá-los nas "Teses" de 1940 [297]. A posição do historiador francês

[296] Rememorando o período da prisão e suas consequências em seu entendimento da história, revela: "Nós, os vencidos, no caminho injusto de um cativeiro aberto de chofre, éramos a França perdida, como a poeira fina que o vento carrega de um monte de areia. A verdadeira França, a França de reserva, a França profunda ficava atrás de nós: sobrevivia, sobreviveu. E se amanhã os homens não usarem sua diabólica força de destruição, ele sobreviverá a nossas inquietudes, a nossas existências, a uma história dramaticamente saturada pelo eventual; uma história perigosa, que a cada dia dança diante de nossos olhos como uma chama lampejante, angustiante, mas que passa... Desde essa época já distante, não parei de pensar numa França em profundidade, como que enterrada em si mesma, fluindo de acordo com os próprios declives de sua história secular, condenada a prosseguir custe o que custar. Desse fascínio nasceu o título ambíguo, ao qual pouco fui me acostumando" (BRAUDEL, 1989a:19 [1986]).

[297] A comparação Benjamin-Braudel carece ser desenvolvida. Razões não faltam: ambos viveram na pele o drama da Europa na primeira metade do século XX (o primeiro suicidou-se fugindo dos nazistas na década de 40 e o segundo foi prisioneiro dos alemães durante cinco anos nesta mesma década), se interessaram pela teoria da história e criticaram as interpretações hegemônicas em torno da mesma. O que muito nos surpreende é antes a ausência de trabalhos reunindo dois dos maiores intelectuais do século passado que o silêncio de Benjamin para com os *Annales* e o de Braudel para com as *Teses sobre o Conceito de História* (BENJAMIN, 2005 [1940]). A leitura desta original e enigmática reflexão, acompanhada da fértil exegese promovida pelo sociólogo brasileiro Michael Löwy (LÖWY, 2005), não deixa dúvidas que, no terreno epistemológico, o historiador francês e o filósofo alemão admitiam muitos pontos em comum. A saber: história como construção; associação passado-presente; concepção temporal ampliada; crítica ao historicismo, ao marxismo evolucionista e ao positivismo; rejeição do progresso linear e evolucionista; imprevisibilidade histórica; desconfiança da Razão instrumental; certa nostalgia para com valores pré-modernos. À sua maneira, ambos reagiam a uma face da Modernidade. Contudo, no terreno político, são inconciliáveis, posto que o francês recusa as revoluções; foge da abordagem classista; despreocupa-se com a criação de uma nova sociedade; minimiza a História Política;

é a que se segue: "(...) não proponho, em nome da história hesitante que acaba de se desenrolar ou ainda está se desenrolando diante de nossos olhos, *soluções* para os problemas que nos afligem. Não sou nem político, responsável político ou moralista. Se a decisão estivesse nas minhas mãos, sei que entre aquilo que seria necessário fazer e aquilo que as circunstâncias me *permitiriam fazer* (muitas vezes quase nada), há enormes distâncias. A França, infelizmente, estará sujeita ao seu destino mais do que irá construí-lo. Lamento por isso, antecipadamente" (BRAUDEL, 1989b:153 [1986]).

Portanto, se não há muita coisa a fazer *no presente*, cabe aos historiadores uma compreensão mais ampliada possível acerca do *passado* — o *futuro* não sendo outra coisa senão os desdobramentos das estruturas de longa duração. Daí a relevância de um exame profundo ao redor da identidade, ou seja, daquilo que é específico a uma nação, povo ou grupo social. Se essa identidade é histórica e se história é antes aquilo que muda e sim aquilo que permanece, chega-se à conclusão de que a identidade, a nação e o território franceses resistirão às intempéries provocadas por acontecimentos (no sentido do tempo curto) tais como migrações, guerras ou separatismos regionais. Tais aspectos, se não estão livres de serem tocados pelos eventos, terão, no entanto, suas integridades preservadas e mantidas graças ao fato de serem traços estruturais e, portanto, resistirem às contradições de qualquer espécie.

De sua atração pela história densa de sua pátria nascia a ambiguidade do título em tela (como ele mesmo reconhece). E, embora rejeitasse a ingenuidade de reflexões que tomassem a França a partir de uma única imagem ou relato, bem como a procura por uma essência francesa (BRAUDEL, 1989a:18 e 20 [1986]), nem por isso deixou de perscrutar sua identidade — espectro que só pode ser legitimado a partir da constatação da existência da *diferença*¸ diferença que, no caso de uma nação, diz respeito, simultaneamente, àquilo que é interno (os não-franceses) e externo (as demais nações, mas não todas as nações e sim, principalmente, as fronteiriças e/ou aquelas com as quais já ocorreu alguma disputa). Logo, "o que entender por identidade da França? O que senão uma espécie de superlativo, uma problemática central, uma tomada em suas próprias mãos da França por ela mesma, o resultado vívido daquilo que o passado interminável depositou pacientemente, em camadas sucessivas, tal qual o imperceptível depósito de sedimentos marinhos que cria, por força da duração, as bases poderosas da crosta terrestre? Em suma, um resíduo, um amálgama, adições, misturas. Um processo, um combate contra si mesmo, destinado a se perpetuar. Se ele se interrompesse, tudo desmoronaria. Uma nação só pode *ser* em troca da busca sem fim de si mesma; do seu transformar-se no sentido de sua evolução lógica; de se opor a outrem sem fraquejar; de se identificar ao melhor, ao essencial de si mesma; consequentemente, de se

---

silencia diante do nazismo e guarda um "conformismo estrutural" — em contraste com o pessimismo revolucionário do judeu alemão.

reconhecer diante de imagens de marca, de senhas conhecidas por iniciados (sejam eles uma elite ou então toda a massa do país, o que nem sempre ocorre). Reconhecer-se em mil testes, crenças, discursos, álibis, vasto inconsciente sem margens, obscuras confluências, ideologias, mitos, fantasmas... Além disso, toda identidade nacional implica, forçosamente, uma certa unidade nacional, ela é como que seu reflexo, sua transposição, sua condição" (idem, p.18).

Ainda que o experiente historiador loreno quisesse aproximar-se da história da França de maneira neutra e isenta de julgamentos de valor, como livrar-se de tais noções ao debruçar-se sobre o espaço nacional e circunscrevê-lo, justamente, a partir da ardilosa noção de identidade? Se a tentativa de resguardar-se das emoções [298] — numa tradição intelectual proveniente de Descartes e, mais recentemente, de Weber — foi facilitada em seus estudos anteriores sobre o Mediterrâneo e o capitalismo (como ele mesmo pensa), ele acabou sendo traído não somente pela escolha do objeto em si, mas também quando sugere, nas entrelinhas, que o mais capacitado a interpretar a nação não é ninguém senão seus próprios filhos — declaração no mínimo estranha para quem passou a vida estudando espaços estrangeiros. "(...) De fato, o historiador só está bem apoiado quando se trata da história de seu próprio país, compreendendo quase instintivamente seus desvios, meandros, originalidades e fraquezas. Por mais erudito que seja, jamais disporá de tais recursos quando se hospeda em terras alheias" (ibidem, p.12). Em todo caso, se a defesa da neutralidade do sujeito em pleno final do século XX pode surpreender a alguns — sobretudo quando se trata de uma corrente que tanto contribuiu para a renovação teórico-metodológica da História —, esta é uma prerrogativa de pesquisa que acompanha Braudel desde antes de *La Méditerranée*. O fato de estar em um cativeiro e em meio à II Guerra Mundial não o impele ao engajamento. Ao contrário, sua atitude é a de grifar que "como aos físicos, uma atitude científica se impõe a nós, historiadores: observar sem paixão, concluir sem tomar partido prévio, *fazer abstração de nossas paixões, cálculos, posições morais e sociais. O historiador não tem que julgar, mas explicar e compreender*" (BRAUDEL, 1997c:53 [1941-44], grifo nosso).

Reunindo as peças de um quebra-cabeças não muito fácil de montar, quais os vínculos que podemos estabelecer entre a defesa da isenção científica, a ênfase na temporalidade da longa duração e a opção pelo tema da identidade francesa? Vejamos: o primeiro é uma "escolta", um "escudo" a justificar e legitimar uma determinada pesquisa sobre qualquer objeto dado. Assim, o

[298] "Afirmo de uma vez por todas: amo a França com a mesma paixão exigente e complicada que a de Jules Michelet. Sem fazer distinção entre suas virtudes e seus defeitos ou entre aquilo que prefiro e aquilo que tenho dificuldade em aceitar. *Mas essa paixão não interferirá nas páginas deste trabalho*. Mantê-la-ei cuidadosamente afastada. Pode ocorrer que ela me envolva, que me surpreenda, de modo que a vigiarei bem de perto. E assinalarei, no meu percurso, minhas eventuais fraquezas. *Pois faço questão de falar sobre a França como se se tratasse de um outro país, de uma outra pátria, de uma outra nação* (...). 'Observador tão desprendido quanto possível, *o historiador deve condenar-se a uma espécie de silêncio pessoal*" (BRAUDEL, 1989a:11 [1986], grifo nosso).

assunto "identidade da França" deixa de ser um problema a ser resolvido por um país que, do Colonialismo à Descolonização, viveu (e vive) às voltas com as questões racial, étnica e imigratória, e passa a ser meramente um tópico de interesse científico por parte dos historiadores e demais cientistas sociais. A seu turno, a longa duração é uma espécie de blindagem, uma capa que revestiria a França e os franceses das aflições de um continente repleto de vizinhos nem sempre muito confiáveis e amistosos. A história de longo prazo seria o "núcleo duro" a salvaguardar o Hexágono: todos os eventos que viessem a questioná-lo deveriam ser vistos de forma "positiva" e ressituados no plano de uma França arquitetada sob os auspícios da *longue durée*. As derrotas cruéis, porém rápidas, não seriam capazes de abalar a densidade e a profundidade de uma história multissecular: "Em verdade, qual de nós, franceses, não se questionou, não se questiona, a respeito de nosso país, na hora atual, e muito mais ainda nas trágicas horas que nosso destino atravessou sem parar, ao longo de sua estrada? Tais catástrofes constituem, a cada vez, para nós, vastos dilaceramentos da história, tal como em nossas viagens aéreas de hoje encontramos esses vácuos, esses espaços bruscos de luz na espessura das nuvens, no fundo dos quais percebemos a terra. Catástrofes abertas, abismos, poços de triste luz, nossa história está repleta de tudo isso: para não recuarmos demasiado longe no passado, é 1815, é 1871, é 1914... É 1940, quando dobram os sinos, uma segunda vez, para nós, ao redor de Sedan; quando se trava, na inaudita desordem da derrota, o drama de Dunquerque... É verdade que tais monstruosas feridas cicatrizam com o tempo, se apagam, são esquecidas — essa é a imperiosa regra de toda vida coletiva: uma nação não é um indivíduo, não é uma 'pessoa'" (BRAUDEL, 1989a:18-19 [1986]).

A linguagem "espiritualista" desta passagem e as metáforas organicistas utilizadas em toda sua obra dão o tom de uma história que deseja evadir-se das mudanças causadas pelo tempo dos eventos. Sempre vimos com estranheza o fato de Braudel associar a longa duração com a posição do "Deus Pai", como se o tempo longo estivesse acima e além de todas as coisas [299]. Mais estranho ainda é saber que tal associação foi feita exatamente durante sua clausura na prisão alemã [300]! Ora; como explicar o "ensurdecedor" silêncio de nosso investigado diante do fenômeno nazista, mesmo sabendo que ele, a França e os *Annales* (Bloch morre fuzilado por Klaus Barbie!) sofreram na pele

[299] O que para nós não é mais que uma das inúmeras metáforas utilizadas por Braudel a fim de explicar, de modo menos teórico possível, sua concepção de história e de tempo, no entendimento peculiar de Aguirre Rojas tal passagem pode ser comparada com a dupla temporalidade oriental — referente a um tempo sagrado e a um tempo profano (AGUIRRE ROJAS, 2001:32-38).

[300] Embora esta relação possa mesmo ser considerada algo isolado dentro da reflexão geral braudeliana, tivemos dificuldade em explicar a um aluno do curso de graduação em História como um pesquisador dos aspectos materiais e econômicos do capitalismo (que, de certa forma, deixou de lado a tradição dos primeiros *Annales* em torno da História das Mentalidades) exprimiu-se dessa maneira. Torna-se mais difícil ainda compreendê-la quando sabemos de sua recusa aos apriorismos de qualquer espécie, bem como sua posição pessoal que, embora reconhecesse o poder do Cristianismo como estrutura de pensamento, era agnóstica.

os dramas perpetrados por Hitler e seus seguidores? De tudo isso, a consideração capital a ser levantada situa-se no fato de que uma discussão em torno do tempo não pode limitar-se aos aspectos teórico-metodológicos, mas sim fazer emergir dos mesmos sua dimensão política. Ainda que Reis demarque a evasão *afetiva*, *intelectual* e *filosófica-humana* contida na representação do tempo histórico *annaliste* (REIS, 2000:35), o que interessa para nós é quando ele reconhece que os *Annales* declinam diante da idéia de revolução e as consequências dela resultantes [301]. A seguir este raciocínio, é mister problematizar em que medida o privilégio dado às estruturas foi o fator determinante na leitura de Braudel para com determinados momentos cruciais da história (e do futuro) do século XX, como a Revolução Russa, a II Guerra Mundial, o maio de 68 e a Descolonização. Os (já mencionados) artigos do início dos anos 80 publicados pelo *Corriere de la Sera* são, nesse particular, muito representativos, visto que mostram com clareza meridiana o calibre político da *longue durée*. Mais à vontade para expressar suas inclinações escrevendo em um jornal (ainda por cima em um jornal estrangeiro), a apologia a esta dimensão temporal significa, entre outros desdobramentos, minimizar o papel do maio de 68 (enquanto tentativa de mudança social e não como fenômeno cultural) e sugerir a impossibilidade de uma sociedade igualitária.

Em um comentário de um filme na França desse período, Braudel manifesta-se da seguinte forma: "Trata-se da revolução de 68 — uma revolução plena, na minha opinião. O autor do filme, Romain Goupil, um cineasta que fora esquerdista entusiasta, revolucionário cem por cento, reúne hoje suas imagens de ontem. Ele volta ao passado por ocasião do suicídio recente de um de seus companheiros de luta. Cerca de quinze anos depois, ele se revê, se reconhece, sofre ao se reconhecer. Revive a aventura com olhos desenganados. Não que renegue seus sentimentos, seu ideal de ontem. Mas julga os atores, seus métodos. Acaso eles — ele e os outros — não denunciaram o 'poder' para tomá-lo, visaram a hierarquia não para pôr tudo água abaixo, mas para subir, eles próprios, seus degraus? *Tudo isso numa inconsciência total. O poder, uma armadilha de longa duração. A revolução, uma crise que fervilha, só que, com demasiada frequência, no tempo curto. Um pouco de paciência ela passa...*" (BRAUDEL, 1992:358 [1990], grifo nosso).

No que concerne à utopia de uma sociedade sem classes, sua posição sustenta que "(...) a permanência mais importante, aos olhos do historiador, é provavelmente a insistência com que toda sociedade permanece hierarquizada (...). O social, o histórico, o cultural, o econômico, o político sempre têm certa espessura; todos eles admitem clivagens, processos e destinos diferentes,

[301] "O que os *Annales* realizaram foi a constatação e reconhecimento das forças de inércia estruturais, que limitam a ação livre e que não têm pressa de ver a vitória da razão. No fundo, percebe-se a recusa, consciente ou não, confessada ou não, da idéia de revolução e tudo o que ela implica: aceleração do tempo dos eventos e conhecimento especulativo do sentido da história. A história da longa duração enfatiza os movimentos lentos e representa uma desaceleração das mudanças" (REIS, 1994:28).

conforme os estágios. Surgem todas as revoluções, todas as rupturas que vocês podem imaginar, todos os cataclismos, cujo registro a história mantém; no fim das contas, uma *hierarquia* se constitui, emerge de novo (...). Jean Paul-Sartre, por quem tenho grande admiração, sonhava com uma sociedade horizontal, em que nenhum homem não sobrancearia seu vizinho e, sobretudo, não o dominaria. Tal sociedade, cuja imagem não pode deixar de ser agradável, é provavelmente impossível. Em todo caso, os historiadores e demais especialistas da vida dos homens nunca viram ou perceberam semelhante espetáculo" (idem, p.342).

De maneira ampla, não seriam os homens os protagonistas da História, mas sim seus meros coadjuvantes. Que o leitor perdoe a sequência de citações, mas é mister passar novamente a palavra a Braudel: "Mas, ao lado do tempo que passa, há o tempo que permanece, esse passado profundo no qual, sem que de ordinário saibamos, nossa vida se envisca. Herdamos uma água profunda, na qual navegamos mal, às cegas. Essa superfície da história nos é propícia, sem dúvida. *Nela, cremo-nos livres, e a liberdade é, no essencial, a feliz ilusão de ser livre, de pensar que 'o homem faz a história' quando a recíproca — 'a história faz o homem' — é, infelizmente, mais verdadeira*" (ibidem, p. 372, grifo nosso).

Portanto, é munido desses referenciais que o autor em tela investigará a identidade da França. Ora; a História pode tanto servir como consciência crítica acerca de que as nações são espaços e redes sociais artificiais quanto corroborar para que elas sejam vistas e assimiladas no plano de um passado engessado e multissecular, reconhecendo um "nós" fechado ou parcialmente fechado (em termos sociais, culturais e territoriais) e um "eles" estrangeiro (ameaçadores ou não, pacíficos ou não, mas sempre tidos como os "outros" [302]). Não menos importante é constatar que *L'Identité de la France* tornou-se um *best seller*, vendendo mais de 230 mil exemplares do primeiro tomo e mais de 150 mil do segundo (cf. DAIX, 1999:634 [1995]). A ampla aceitação dos leitores franceses (e tais números mostram que não estamos falando apenas do sempre restrito círculo acadêmico) não desvenda a predisposição dos mesmos em aderir a um "sermão" desse tipo? Além disso, na França da virada dos anos 80, o debate girava em torno do ensino de História, da dissolução da memória nacional e da perda dos grandes referenciais, fazendo com que os

[302] "Vivi muito na África do Norte e tenho uma ternura espontânea tanto pelos motoristas de táxi parisienses quanto pelos intelectuais da Argélia, de Marrocos ou da Tunísia e que, parece-me, contribuem tanto para a França. Mas eu não gostaria que houvessem *beurs* (argelinos nascidos na França) que não quisessem prestar o serviço militar e continuassem a exigir ao mesmo tempo os mesmos direitos que os cidadãos franceses, pois essa é uma maneira muito peculiar de integrar-se. Isso me irrita extremamente. Que haja muçulmanos instalados na França, muito bem, mas não tolero os integristas. Compreendam-me: temo que alguns imigrantes levem, para serem assimilados, cinquenta, sessenta, até cem anos" (BRAUDEL, 1989:137 [1986]).

historiadores se voltassem aos temas nacionais [303] (DOSSE, 2001:31 [1995]). Ou seja, o livro encaixou-se como uma luva!

Voilà sua relevância. Deliberadamente ou não, ele é um projeto que convida os franceses a repensarem sua história enquanto povo e enquanto pátria. Após ter vivenciado as agruras do século XX, o maior historiador de sua geração se volta para um passado "mais-que-profundo" em busca dos elementos que moldaram a identidade de seu país. E a condição de obra incompleta não seria um incentivo a mais para que outros dessem continuidade a tal plano? Em 1983, recolhendo e respondendo tais angústias, Braudel apregoava: "Quem negará o papel violento da história? Certo, ela não deve perder-se na fabricação de um nacionalismo sempre criticável, nem absorver-se unicamente num humanismo que tem minhas preferências. *O grande problema é que a história constitui o ingrediente sem o qual nenhuma consciência nacional é viável*. E, sem essa consciência, não pode haver cultura original, verdadeira civilização, não mais na França que na Itália" (BRAUDEL, 1992:394 [1990], grifo nosso).

Ressalte-se: não estamos mais no clima de revanchismo que caracterizou os anos posteriores à derrota contra a Prússia e que incitaria os ânimos em prol da I Guerra Mundial. O fetiche que marcava as pesquisas históricas no final do século XIX em torno do Estado Nacional também já havia sido removido. Entretanto, o que não se pode negar e nem tampouco negligenciar é que a leitura braudeliana ao redor da identidade, da nação e da longa duração pertence, sobretudo, ao domínio *político* no qual a produção e a representação do discurso históricos estão ligadas. *L'Identité* se apresenta, assim, como o reencontro dos franceses com sua consciência histórica perdida (e fragmentada) após a morte de De Gaulle, os eventos de maio de 68, a Guerra da Argélia, a Descolonização e as propostas de implementação da União Européia [304]— onde, inevitavelmente, as dúvidas em torno do papel político e geopolítico a ser jogado pela França pairavam no ar. Em um período em que os Estados-Nação estão sendo questionados, ou seja, onde a política demonstra sinais de fragilidade e insegurança junto à sociedade [305], a identidade da França encontrará seu porto

[303] Nesse filão, duas coleções se destacam: *Les lieux de mémoire*, dirigida por Pierre Nora em três grossos volumes — "La République" (1984), "La Nation" (1986), "Les France" (1992) — ; e *Histoire de la* France (1989), dirigida por André Burguière e Jacques Revel, que engloba os volumes "L'espace français", "Héritages", "Choix culturels et Mémoires", "La longue durée de l'État" e "Les Conflits". A confluência em torno da nação é mesmo algo notório na França de então: em 1983, Lévi-Strauss está à frente de um livro sintomaticamente batizado como *L'identité* e, em 1984, Pierre Goubert redigia *Initiation à l'histoire de France*. Este último declarava, sem maiores rodeios, querer "contribuir a uma retomada do conhecimento e da consciência de uma pátria" (GOUBERT *apud* BURGUIÈRE & REVEL, 1999:7).

[304] O sociólogo espanhol Manuel Castells realiza estudo aprofundado sobre a União Européia (CASTELLS, 1999), ao passo que o geógrafo brasileiro Jorge Luiz Barbosa promove bela reflexão sobre as contradições espaciais inerentes à mesma (BARBOSA, 2001 [1998]).

[305] O próprio Braudel deixaria clara sua insatisfação para com o Estado francês: "Do Estado de hoje eu não gosto, não o suporto. É monstruoso que o Estado transborde a esse ponto sobre a sociedade francesa. O pior é a falta de liberdade. Não sei qual será o futuro da França. Duvido que o Estado possa recuar. Que ele recuasse por

seguro na língua, no solo e na cultura. Eis os temas privilegiados por Braudel no texto supracitado. Sua ênfase não se situa no tempo "acontecimental", mas nos aspectos sólidos e duráveis da vida social. Assim sendo, *L'Identité não é o grito inicial ou individual de um historiador apaixonado pela França, mas o eco otimista geral que se pode ouvir em alto e bom som quando a palavra não é dada nem ao presente e nem proferida em nome do futuro, mas sim em reverência ao passado*.

Ao ser perguntado sobre seu ceticismo para com a noção de decadência, replicou Braudel em sua última aparição pública: "Existe a decadência de Veneza, a decadência da Europa, a decadência da Espanha, todo tipo de decadências. Na *decadência da Europa, na da França, não acredito*. (...) Eu não deveria, mas digo com toda a sinceridade: *tenho a nostalgia da grandeza da França*. Não é sensato! Vivi na África do Norte com uma satisfação extraordinária. Quando estava na América Latina — mal chegava aos 30 anos —, fazendo uma conferência em São Paulo, eu enchia o teatro. Tudo o que cerca o general de Gaulle é essa nostalgia da grandeza da França e que desapareceu do seu horizonte. O general de Gaulle nos permitiu, de certo modo, alguns anos de ilusão. Não percebemos que a França não era mais o centro do mundo. *Mas não ser mais o centro do mundo não significa que estejamos em decadência*" [306] (BRAUDEL, 1989:138 [1986], grifo nosso).

Como *estrutura*, o passado antepara não só a França, mas o Velho Continente como um todo. Tratam-se de espaços maciços e densos onde uma espessura de longa duração vive por zelá-los. Todavia, Braudel retrata sua nostalgia para com a grandeza francesa — bem como em relação ao seu passado camponês [307]. Haverá então algum antídoto para combater tal padecimento? A resposta é simples: pôr em prática não uma história "trágica, dramática e passional" dos eventos, mas uma história "tranquila, lenta e neutra" das estruturas de longa duração. Deste modo, se a França não é mais o centro do mundo (já o fora alguma vez? Não é o próprio Braudel que repete inúmeras vezes que a França nunca foi o núcleo dominante de uma economia-mundo?), nem por

---

si mesmo, ainda seria possível, mas muitos franceses trabalharão para sua extensão. Eu gostaria que o Estado se concentrasse sobre as suas tarefas e nos deixasse em paz. Abaixo o fisco!" (BRAUDEL, 1989:134 [1986]). A retirá-la da especificidade do contexto francês, poderíamos interpretar esta passagem como uma vigorosa crítica de Braudel face à ênfase socialista na planificação e no estatismo?

[306] No texto introdutório à coletânea *Les lieux de mémoire*, Nora está convencido de que "Os dois grandes temas de inteligibilidade da história, ao menos a partir dos tempos modernos, progresso e decadência, exprimiam bem esse culto da continuidade, a certeza de saber a quem e a o que devíamos o que somos. Donde a imposição da idéias das 'origens', forma já profana da narrativa mitológica, mas que contribuía para dar a uma sociedade em via de laicização nacional seu sentido e sua necessidade do sagrado. Mais as origens eram grandes, mais elas nos engrandeciam. Porque venerávamos a nós mesmos através do passado. É esta relação que se quebrou" (NORA, 1993:19 [1984]). Será que, após *L'Identité de la France*, ele manteria a postura de que a veneração de uma nação por intermédio de seu passado havia sido efetivamente rescindida?

[307] "Sim; enquanto permanecer em seu lugar, rígido, ativo, tranquilo, esse universo camponês que as pessoas da minha idade ainda chegaram a conhecer e a amar, com suas cores, seus hábitos, seu conhecimento íntimo da terra, suas reduzidas necessidades, sua profunda moderação, a história francesa, a vida francesa terão um outro fundamento, uma outra ressonância. Um outro tipo de contato com a natureza" (BRAUDEL, 1989c:15 [1986]).

isso ela está (estará algum dia?) em decadência. Seu passado longínquo sempre estará à disposição para confortá-la [308].

A língua é uma dessas estruturas. Mesmo que Braudel tenha declarado ser a favor da imigração e ter rejeitado o nacionalismo que outrora lhe acometia (idem, p.136), o *francês* não deixava de ser um instrumento de afirmação da identidade nacional. Em 1985, sustentava: "Considero, por exemplo, que uma das vitórias da França depois de 1945 foi ter retomado em seu coração e em seus braços toda a Polônia intelectual. A 'École de Hautes Études' (...) recebeu mais de um milhar de bolsistas poloneses entre 1958 e 1980. Re-ensinamos o francês a toda a elite polonesa, a tal ponto que algumas teses na Polônia são defendidas em francês. (...) Também há sucessos fantásticos com a imigração norte-africana, principalmente argelina. A Argélia, que permanece ligada à língua francesa, é uma das chances fabulosas da França; e a França não percebe, não quer pagar o preço. Há escritores de língua francesa que são argelinos ou norte-africanos e têm um talento extraordinário" (ibidem, pp.136-137).

Ora; seria a língua apenas um canal por onde são transmitidas as idéias? Ou, antes, um instrumento valorativo e representativo do poder e da autoridade que uma cultura pode ter diante da outra? Há que se mencionar que, embora num primeiro momento a língua francesa possa parecer uma estrutura multissecular, como se existisse na boca e na escrita de todos os franceses desde tempos imemoriais, na verdade o ensino público da mesma é bastante recente: como uma maneira de fortalecer a unidade de um território marcado de Norte a Sul por uma variedade de *patois*, é somente no último quartel do século XIX que ela passa a ter o *status* de idioma oficial. Além disso, Braudel parece não lembrar que, no que toca à Argélia, o que ocorreu não foi nem a necessidade de aprender uma língua estrangeira para melhor inserção internacional (o caso do Japão com o inglês, p.ex.), nem a influência intelectual que uma cultura pode exercer face a outra (a adoção do francês como língua culta por boa parte da elite brasileira do século XIX à primeira metade do século XX),

[308] O evidente distanciamento que temos em relação ao passado vira, em Braudel, justificativa legítima e inconteste para a isenção do historiador. "O presente depende de uma observação científica. Mas, por causa de nós mesmos, o presente 'objetivo' tende a se esquivar. Tanto mais que as 'ciências' sociais são ainda imperfeitas, correndo o risco de assim permanecer ainda por muito tempo. Como, então, manter a moral afastada? Ela intervém, espontânea e logicamente no próprio campo da observação. Em matemática, evidentemente, não há moral. Em física, há apenas algumas zonas perigosas, se bem que muito perigosas. Em biologia, a moral não pára de resmungar, e não vai parar de fazê-lo. *Nas ciências sociais é ainda pior: ela levanta a voz, sobretudo se cometermos a imprudência de abordar o atual ou o 'futurável'. A história de ontem ainda passa! A história de hoje, ou a de amanhã, cada qual pensa que tem o que dizer a respeito*. A moral, as nossas morais se fazem presentes. Não conseguirei enxotá-las. Tentarei, no máximo, mantê-las no seu lugar" (BRAUDEL, 1989b:153 [1986], grifo nosso).

mas a realidade nua e crua de que a língua francesa não foi uma opção, mas uma *imposição* a argelinos, marroquinos, vietnamitas e todos os demais povos colonizados pelo Império Francês [309]!

Ainda sobre o Colonialismo, não é de surpreender que, num livro onde o espaço assume posição capital na história da França, não haja um único capítulo sobre o tema? Aliás, a palavra nem sequer é mencionada nos índices de seus três volumes. Afinal, não estamos falando de um historiador qualquer, mas sim de um historiador dos grandes espaços, da articulação entre as escalas e das variações territoriais da economia mundial.

Esse é um indício que não pode ser menosprezado. Outra pista é quando Braudel se comove com a situação dos *harkis*, soldados muçulmanos que serviram ao exército francês na Guerra da Argélia. De nada lhes serve, no entanto, a posse da nacionalidade francesa, já que as pensões pagas pelo governo deste país são assaz insuficientes, sofrem discriminação por parte dos imigrantes argelinos que trabalham no Hexágono e o retorno à Argélia é impossível (BRAUDEL, 1989b:180 [1986]). Em contrapartida, pergunta ele, "Mas será a França a única culpada? Como sempre, os erros cabem a ambos. Assim é que esses magrebinos que *o acaso fez viverem na França* por demasiado tempo, e que nela adquiriram hábitos, mais ainda os que nela nasceram, não são todos mal recebidos quando regressam à terra natal, a título provisório ou definitivo?" (idem, p.181, grifo nosso). "O acaso fez viverem na França?". Braudel parece, novamente, esquecer o Colonialismo e mais de um século de ocupação francesa na Argélia. A argumentação utilizada para tentar relativizar a responsabilidade de seu país não vai além de elencar alguns casos em que argelinos encontram dificuldades em serem aceitos por seus pares e em retornarem ao modo de vida, à cultura e à língua de seus pais e avós. Ou seja, o historiador francês toma as consequências dos problemas acarretados pelo Colonialismo como se eles fossem as causas de tais dificuldades! (ibidem, p.181-83).

De qualquer maneira, a escrita histórica braudeliana não o redime a todo instante, independente do processo histórico em discussão? "Evidentemente, há quebras, rupturas, mas elas nunca são de magnitude tal que com elas a história toda possa ser cortada em dois. A história de

[309] No bojo da crítica de Mignolo e suas proposições acerca da *epistemologia territorial* e da *colonialidade do conhecimento*, o papel político da língua é crucial. Ela "envolve o problema da formação do cânone, a forma como os valores nacionais e ocidentais vêm sendo entrelaçados para produzir mapas linguísticos, geografias históricas e paisagens culturais do sistema mundial colonial/moderno dentro de sua lógica interna (por exemplo, conflitos imperiais) e em suas fronteiras externas (por exemplo, conflitos com 'outras' culturas; a diferença colonial)". Mais adiante, quase como que respondendo a Braudel, acrescenta: "É o próprio conceito de literatura, como as conceitualizações filosóficas e políticas da língua, que deveria ser deslocado da idéia de objetos (isto é, gramática da língua, obras literárias e história natural) para a de linguajamento como prática cultural e luta pelo poder. A expansão colonial e as heranças coloniais, no sistema mundial moderno e na dupla face da modernidade/colonialidade, criaram condições para se inventar um discurso sobre línguas que situa o linguajamento das potências coloniais acima de outras práticas linguísticas e culturais" (MIGNOLO, 2003: 305 e 310 [2000]).

longa duração é desse modo uma espécie de referência, em relação à qual *todo destino não se julga, mas se situa e se explica*. É a possibilidade, se eu não estiver enganado, de distinguir o essencial e o acessório. É tomar uma medida inabitual da França e com ela constituir o estofo da história. É aceder àquilo que 'pode' ser a sua identidade. Afinal, ela torna a colocar, a um só tempo, todos os velhos problemas, esta história vinda de longe, e que ainda durante muito tempo irá se propagar por encostas que mal chegam a ser declives. *Ela não limita (não digo suprime) e um só tempo a liberdade e a responsabilidade dos homens? Por que eles não fazem a História; é sobretudo a História que os faz, e com isto os inocenta"* (BRAUDEL, 1989c:389).

É assim que a Europa é igualmente reabilitada [310], e elementos como a "descoberta" da América, massacre de indígenas, devastação do meio ambiente, imposição de valores culturais e destruição das civilizações pré-colombianas devem ser relativizados. Sim, pois em 1800 seu nível de vida mal supera o das grandes regiões mundiais. O grande diferencial residiria na Revolução Industrial, fenômeno tributário não da pilhagem do ouro e da prata, da exploração do trabalho escravo africano e do saque colonial — daquilo que, de modo amplo, Marx classificou como "acumulação primitiva de capital" [311] —, mas sobretudo do desenvolvimento endógeno daquele continente. Ou, em última palavra, da sabedoria multissecular do campesinato... Dessa vez, o historiador dos grandes espaços, da articulação escalar e das múltiplas redes tecidas ao redor do globo cede lugar a um viés inequivocamente eurocêntrico da Modernidade, negligenciando por completo sua face complementar e indissociável: a Colonialidade [312]. Não podemos deixar de reproduzir integralmente suas palavras: "*Eu acredito que nós temos tendência a pensar que a Europa, exploradora do mundo dos pobres, dos menos desenvolvidos, teve uma posição privilegiada. Que ela viveu desses privilégios, dessas vantagens, que ela auferiu deles a sua*

[310] Além de coordenar um livro intitulado *L'Europe*, Braudel assinaria nele dois artigos eminentemente geográficos sobre o "Velho" Continente (BRAUDEL, 1996c [1982], 1996d [1982]).

[311] No volume 2 do livro 1 d'*O Capital*, o processo é visto de maneira totalmente oposta: "As descobertas de ouro e prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são fatores fundamentais da acumulação primitiva" (MARX, 1975:868 [1867]).

[312] Subscrevendo a análise de Mignolo, "É uma armadilha fingir e pretender, em países do Terceiro Mundo ou em países que ainda sofrem as consequências das heranças coloniais, praticar ciências sociais da mesma forma que na Alemanha ou nos Estados Unidos. Contudo, e a despeito de condições materiais difíceis, existe sempre o chamado à reflexão. Assim, *a questão contundente aqui é transcender a cultura do conhecimento na qual se encaixam estruturas sociais e econômicas de subordinação e dominação* (...)" (MIGNOLO, 2003:287 [2000], grifo nosso). Uma coisa é certa: uma apreciação séria dos fatores que levaram a Europa ao "centro" do mundo e o mundo inteiro a acreditar que não passava de sua "periferia" deve começar, obrigatoriamente, pela *historiografia* — tomada não como um espaço de polêmicas epistemológicas onde o que interessa é reconhecer correntes, conceitos e autores principais, mas sim como um espaço atravessado por interesses políticos em prol da criação e legimitação científica de determinadas visões de mundo. Sobre os laços envolvendo as Ciências Sociais e o eurocentismo, vide, entre outros, Lander (LANDER, 2005), Dussel (DUSSEL, 2005) e Wallerstein (WALLERSTEIN, 2002 [1996]).

grandeza. Não digo que, em linhas gerais, a explicação não seja exata. Mas é necessário matizá-la. A expansão européia, iniciada com as Cruzadas, retomada com os Grandes Descobrimentos, não resultou em uma exploração sistemática e maciça de um dia para o outro. As migrações de homens para fora da Europa foram por muito tempo insignificantes. Mais ainda, se os cálculos de Paul Bairoch são exatos, e penso que são, o nível de vida da Europa, ainda em 1800, mal ultrapassa o das grandes regiões do mundo — da China, por exemplo. É somente com a indústria triunfante que a Europa explode, obtém para si um futuro privilegiado. *Ora, a Revolução Industrial é fruto de uma transformação múltipla e tardia da economia, da técnica, da sociedade e também de uma agricultura cada vez mais engenhosa e eficaz; progresso primordial*, que muitos países do Terceiro Mundo demoram em realizar ainda hoje em dia, *pois ele repousa sobre o esforço e o saber acumulado de gerações e gerações de camponeses. O que vale dizer, em síntese, que a Europa e a França, dentro dela, tiveram que tirar de si mesmas a sua lenta progressão*. A moral ganha pouco com essa retificação. Houve êxito, esforço sobre si mesmo" (BRAUDEL, 1989b:151 [1986], grifo nosso).

Portanto, todos estão inocentados (aliás, nem cabe julgamento): o Império Colonial francês, o *Front Populaire*, Le Pen, seus eleitores... Que a afirmação de que a história perpetrada por Braudel é uma história sem sujeitos não passa de um exame disparatado daqueles que pouco leram e menos ainda compreenderam a escrita histórica braudeliana, não resta dúvidas. No entanto, que a história da longa duração tal como ele a concebe é uma história sem responsabilidades ou, pelo menos, onde as responsabilidades devem ser compartilhadas entre todas as civilizações, isso é inegável. Braudel e a *longue durée* — tão somente no plano das aparências — não denunciam nada; não se engajam e nem se comprometem.

Entretanto, como acontece com as operações de caráter ideológico, elas sempre são impregnadas de contradições. Quando de seu estudo global sobre o capitalismo, mesmo que Braudel também se apoiasse nos números de Bairoch para, de certa forma, "homogeneizar" a situação econômica da Europa face a outros espaços, ele não conseguiu recusar a Revolução Industrial como momento capital para que a Europa ocupasse papel de centro do mundo e para que desigualdade entre as nações fosse brutalmente aprofundada. Tal processo foi assim descrito em *Le Temps du Monde*: "Mas essa revolução não foi apenas um instrumento de desenvolvimento em si. Foi um instrumento de *dominação* e de *destruição* dos concorrentes internacionais. Ao mecanizar-se, a indústria da Europa tornou-se capaz de erradicar a indústria tradicional das outras nações. O abismo cavado então não podia deixar de se ampliar depois. A imagem da história do mundo de 1400 ou de 1450 a 1850-1950 é a de uma igualdade antiga que se rompe sob o efeito de uma

distorção multissecular, iniciada no fim do século XV. Tudo é secundário em relação a essa linha dominante" (BRAUDEL, 1996b:496 [1979]).

Enfim, as preocupações com a França sempre estiveram presentes na trajetória de nosso investigado. Na década de 20, sua pesquisa de mestrado concentrou-se na pequena cidade de *Bar-le-Duc* durante os três primeiros anos da Revolução Francesa; na docência na USP nos anos 30 e nos derradeiros cursos ministrados no *Collège de France*; em sua tese de doutorado, ao examinar as civilizações mediterrâneas; em *Civilisation Matérielle*, quando discute seus caminhos e descaminhos econômicos; nos anos 70 e 80, na co-direção (ao lado de Labrousse) da obra coletiva *Histoire économique et sociale de France*; e na intenção não-realizada de escrever sobre *Lumévile-en-Ornois*, sua aldeia natal (AGUIRRE ROJAS, 2003a). Portanto, não é o caso de um desvio de pesquisas em que *L'Identité* teria "quebrado o molde" (SAHLINS, 1991:379). De todo modo, uma das razões que o impeliu a explorar pormenorizadamente a história da França reside em suas experiências estrangeiras no norte da África, Brasil, Itália, Espanha e Alemanha. Evidentemente, ele mantém um tributo para com as mesmas, visto que provocaram uma abertura em seu pensamento. Todavia, elas também deixaram um vazio, uma sensação de omissão no cidadão Fernand Braudel: "No fim de minha existência, tenho o sentimento de não ter sido leal para com o meu país. De modo que, por complexo de culpa ou para me liberar de uma espécie de dívida, lancei-me na *Histoire de France*" (BRAUDEL, 1989:131 [1986]).

Essa dívida não está ligada apenas ao sentimento de lealdade. Ela pode estar entrelaçada a algo tão ou mais profundo quanto este: a memória. Assim, *L'Identité de la France* era a última oportunidade de Braudel em reconciliar-se com suas memórias, com suas lembranças nostálgicas de um país agrário e rural — em franco distanciamento com a capital Paris, que nunca lhe fora muito aprazível (DAIX, 1999:38:44 [1995]). A concordar com esta elaboração, qual o significado pessoal de *L'Identité*? Ora; esta empreitada se apresentava como a chance de reunir a dispersão própria da *memória* e transformá-la em *história* — algo que não ocorrera com a experiência vivida na prisão alemã, p.ex. Diferente do pensamento de Nora, para quem a memória e a história estariam localizadas em campos distintos (com esta suspeitando daquela [313]), Braudel dedica seu último livro à sua avó e incorpora suas reminiscências como testemunho de um processo histórico mais amplo que ele só compreenderia anos mais tarde.

[313] Operando em um plano dicotômico que não condiz com a totalidade dos artigos por ele coletados, Nora assegura que "Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado (...). *A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir*" (NORA, 1993:9 [1984], grifo nosso).

Claro está que a declaração de engajamento anteriormente citada não pode ser deixada de lado. Igualmente, ressaltar a novidade em aplicar a longa duração e outros avanços historiográficos ao espaço nacional francês não deve subestimar o espectro *político* da concepção temporal braudeliana. Após averiguar atentamente o pensamento de Braudel, associando algumas de suas interpretações históricas à adoção da perspectiva do longo prazo, Reis conclui que trata-se de um intelectual conservador, eurocêntrico e pró-capitalista (REIS, 1994:92-99). Eis uma posição que, certamente, encontraria alguns opositores. Todavia, acaso um viés "adesionista" (vide, p.ex., AGUIRRE ROJAS, 2003a:121-135; AYMARD, 1989 [1988]) seria mais prudente e, sobretudo, mais profícuo em termos interpretativos? Estamos certos que não. Além disso, a problematização contida no último livro de Braudel admite, ao nosso ver, uma face bastante sutil. Ela retoma uma das polêmicas travadas pelos *Annales* desde sua gênese: examinar a identidade da França através da longa duração significava, em seu íntimo, reforçar e sancionar a hegemonia da História no âmbito das demais Ciências Humanas. Se é verdade que após a morte de De Gaulle o papel da França nos cenários europeu e internacional inspirava dúvidas e inquietações, as décadas de prosperidade econômica ocasionadas pelo *welfare-state*, as tensões étnicas mantidas sob relativo controle e as expectativas em torno da vitória de Mitterrand desenhavam um cenário onde as coisas pareciam rumar na direção certa. Todavia, esta situação constrastava visivelmente com os ataques sofridos pela História a partir da década de 60: as críticas ao paradigma cartesiano-newtoniano atingiram-na em cheio, pondo em xeque a veracidade das fontes e a legitimidade de uma prática que pretendia resgatar o passado, ao mesmo tempo em que pregavam a equivalência epistemológica entre texto histórico e texto literário [314]. Evidentemente, as consequências políticas desse debate não passaram desapercebidas — sobretudo à esquerda, que reagiu ferozmente tanto às invectivas pós-modernas (FOSTER & WOOD, 1999) quanto ao explícito "fim da história" bradado após a queda do muro de Berlim e o fim do Socialismo Real (ANDERSON, 1992).

Por incrível que pareça, até onde nos foi permitido saber, Braudel não se manifesta a respeito... Ou não? Ou, em oposição a este viés, poderíamos acolher *L'Identité de la France* como sua resposta empírica e epistemológica à maior crise sofrida pela ciência da História desde sua institucionalização? Afinal, o que está em questão é uma reorganização das disciplinas ou, para ser mais exato, uma ampla interrogação em torno da própria noção de disciplina. No momento em que

[314] Uma das mais ricas análises sobre a origem, o desenvolvimento da argumentação pós-moderna e sua incidência sobre o conhecimento histórico, bem como as reações dos historiadores, foi feita por Aróstegui (ARÓSTEGUI, 2006: 175-208 [1995]). Dentre tais reações, podem ser consultados, entre outros, os artigos "Crítica de duas questões relativas ao anti-realismo epistemológico contemporâneo" (1998), "Epistemologia pós-moderna e conhecimento: visão de um historiador" (1999) e "A História na virada de milênio: fim das certezas, crise dos paradigmas? Que História convirá ao século XX?" (2005), todos de autoria de Cardoso (CARDOSO, 2005).

as fronteiras entre os campos de conhecimento estão sendo redefinidas não em nome da fixidez, mas em nome da mobilidade (vide HISSA, 2002), o que dizer de uma estratégia que prega a longa duração do conhecimento histórico e sua extensão por todas as esferas da vida social? Reproduzindo sua argumentação: "(...) o ofício de historiador mudou tão profundamente no decorrer deste último meio século que as imagens e os problemas do passado se modificaram por si mesmos, inteiramente. Forçosamente, eles se recolocam, mas em novos termos: valeria então a pena saber onde nos encontramos. Tanto mais que, sendo o passado ensino e componente ativo em nossa vida, definir o passado da França significa situar os franceses em sua própria existência. 'Seria preciso', escreve-me um de meus amigos historiadores, 'fazer nossa história sair das paredes — eu deveria dizer das mulharas — em que tantos outros a encerraram'. Essa abertura revolucionária, que no mais das vezes é um questionamento brutal, é consequência, em primeiro lugar, *da intrusão, dentro do domínio mal vigiado da história das diversas ciências do homem*: geografia, economia política, demografia, politologia ou ciência política, antropologia, etnologia, psicologia social, estudo das culturas, sociologia... A história produziu para si própria uma multiplicidade de luzes; aceitou um cortejo de interrogações novas. A dificuldade estando no fato (do qual nem sempre os historiadores se apercebem) de que nenhuma dessas iluminações deveria ser deixada de lado. Ainda que, na prática, nenhum de nós seja capaz dessa proeza, eis-nos na obrigação de falarmos em globalidade, em 'totalização histórica', de afirmarmos que 'a história total é a única história verdadeira' ou, como já dizia Michelet, que 'tudo é solidário com tudo, tudo está mesclado em tudo'" (BRAUDEL, 1989a:13 [1986], grifo nosso).

Dito isso, constata-se que *investir numa pesquisa acerca da identidade da França é o caminho mais curto* (mais do que as querelas teóricas) *e socialmente aceito* (a maioria concordará com uma visão positiva sobre seus países) *para preservar a identidade da própria História-disciplina*. Dessa forma, o apelo de Braudel é duplo: em direção aos franceses, visando estabelecê-los enquanto grupo humano distinto no tempo; em direção aos historiadores, impelindo-os a vigiar o ataque das invasoras ciências humanas. Ironicamente, dupla também é a contradição: Braudel passou a vida inteira se apropriando das demais ciências, a ponto mesmo de alguns defenderem que sua maior herança intelectual é a interdisciplinaridade (GEMELLI, 1995:364-367); após ter admitido que a História se encontrava em franco atraso diante dos demais campos de conhecimento, a saída encontrada pelos *Annales* não foi outra senão a apropriação de métodos, conceitos e matérias provenientes, entre outros, da Geografia, Sociologia, Psicologia [315] — disciplinas que,

[315] Ainda na esfera da ironia, não é que no fim da vida Braudel repudiaria, de modo flagrante, a interdisciplinaridade praticada pelos primeiros *Annales*, não hesitando em declará-los como imperialistas? "Na época de Bloch e Febvre, o grande problema era o de assimilar à história todas as ciências do homem que a

agora, são vistas como intrusas [316]! Assim, o que podemos concluir, senão que as identidades corporativas inscritas na Ciência Moderna se confundem com as identidades nacionais da Modernidade?

É ao reforçar estas últimas que o livro supracitado torna-se alvo de críticas por parte de alguns. Noiriel anota que a temática da identidade nacional francesa foi desenvolvida por Braudel sem estar associada à questão da imigração, bem como destaca os imediatos benefícios políticos extraídos pelos partidos de direita nas eleições legislativas de março de 1986 (NOIRIEL, 2007:73). A seu turno, Zeldin evoca a fragmentação e a dispersão dos indivíduos nas sociedades modernas, onde cada um pode ter o estilo de vida que deseja, como prova dos desacertos contidos na proposta de *L'Identité* (ZELDIN *apud* ANDERSON, 1996:158 [1992]). Já o historiador britânico Perry Anderson toma *L'Identité* como álibi para denunciar a ideologia contida em certas obras devotadas ao caráter, cultura e identidade nacionais na França, Reino Unido, Alemanha e Itália — e, nas entrelinhas, interpelar em seu âmago a noção de uma Europa em vias de unificação. Além disso, ele constata que, num estudo dedicado à identidade da França, Braudel não explorou o imediato contexto europeu, comprometendo sobremaneira seu objetivo de esquadrinhar aquilo que seria especificamente francês. De qualquer maneira, seguindo esse intuito, Braudel teria reconhecido dois aspectos: a diversidade natural, com a diversidade regional significando abundância material e cultural; e a mais densa e antiga ocupação populacional do continente. Daí o diálogo com Jean Guilaine, que em *La France d'avant la France* propõe a existência de uma "civilização neolítica nacional". Anderson rechaça a ambos: do primeiro, afirma que a narrativa que ressalta a diversidade da natureza é uma tradição intelectual francesa, onde Braudel não seria mais do que herdeiro dos trabalhos de Michelet e Vidal de la Blache e, portanto, não haveria nada de original em sua leitura — além de recordar que a Alemanha possui uma diversidade natural (as *Länder*) que iguala ou mesmo supera a França das *provinces*. Do segundo, diz que os números de Braudel em torno de

rodeavam, o de anexá-las à história, inclusive ao preço de transformá-las em ciências auxiliares. Havia em Febvre e Bloch um imperialismo iniludível, um projeto de colonização das ciências do homem: economia, geografia, sociologia etc. Eu não tenho o mesmo ponto de vista que eles. Para mim, o problema não é o de assimilar as ciências do homem à história, mas antes o de assimilar a história às ciências do homem. O que é mais importante: criar uma espécie de interciência que abarcará a história e todas as outras ciências" (BRAUDEL *apud* AGUIRRE ROJAS, 2000:97).

[316] Em meio às discussões sobre os novos limites fronteiriços entre as ciências, os historiadores estão sempre ciosos diante de seus vizinhos. Após afiançar que a "História tornou-se a grande vedete nas Ciências Humanas", a brasileira Laura de Mello e Souza complementa: "Nesse campo, outras disciplinas, como a Sociologia e a Geografia, passam por certa crise de identidade e têm problemas maiores com seus objetos. A História, apesar dos pesares, conserva maior identidade" (MORAES & REGO, 2002:367). Se a linguagem é um indício poderoso das intenções implícitas e explícitas contidas em cada discurso, uma rápida olhada em alguns títulos dedicados à historiografia revela que uma guerra está sendo travada: *Combats pour l'histoire* (FEBVRE, 1965); "Le territoire de l'historien" (1973), de Le Roy Ladurie; "Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia" (CARDOSO & VAINFAS, 1999) e "Em defesa da História: marxismo e pós-modernismo" (FOSTER & WOOD, 1999).

cinco milhões de fazendeiros neolíticos — o próprio Guilaine fala de duzentos a trezentos mil — inscreve-os no plano dos mitos engendrados pelas ideologias nacionalistas. Sua conclusão é uma só: "As alegações de diversidade e continuidade compartilham, contudo, uma estrutura comum. Elas deveriam ser lidas não como descobertas da história empírica, mas como pontos fixos da ideologia nacional. Todas as mitologias étnicas, tem sido apontado, têm um caráter territorial ou genealógico, traçando a identidade do grupo até uma locação original ou uma ancestralidade primordial" (ANDERSON, 1996:137-41 [1992]).

5.2. Identidade, Diferença e Geografia

Espaço de intersecção entre geógrafos e historiadores, radiografar a identidade da França passa, inevitavelmente, pela análise de seu território. Aliás, seria possível falar de nação e de identidade sem evocá-lo? Para Braudel, esta tarefa é impraticável: "Tento explicar-me no que toca a relações múltiplas, entrecruzadas, difíceis de se apreender, entre a história da França e o território que a contém e a sustenta e que, de certa maneira (certamente não totalmente, longe disso) a explica" (BRAUDEL, 1989a:25 [1986]). Contudo, tal associação está presente mesmo naqueles cuja predileção geográfica não é das maiores (HOBSBAWM, 1990; LÖWY, 2003; PAMPLONA, 2000). Sim, o território não é monopólio da Geografia, não se trata de sugerir isso. A questão é evocar sua estreiteza com o discurso geográfico, seja através da geopolítica, de suas especificidades regionais ou (como certas abordagens atuais têm investido) de estudos em torno do tráfico de drogas ou grupos urbanos — que visam, entre outras coisas, deslocar o quase que "natural" vínculo Estado-território, explorando o conceito em múltiplas escalas analíticas sem deixar de relacioná-lo à noção de *poder* (cf. SOUZA, 1995).

De qualquer forma, embora historicamente o território faça parte das preocupações da ciência geográfica, devemos destacar dois aspectos, no mínimo, contraditórios:

(i) alguns afirmam que o mesmo é uma "descoberta recente" na Geografia Humana, na medida em que é somente por volta das décadas de 70 e, principalmente, nos anos 80, que os geógrafos atribuem ao mesmo novas definições (CLAVAL, 1999). Num contexto mais ou menos semelhante, foi proclamado o imperativo do "retorno do território" (SANTOS, 1994). A valorização do mesmo traria à tona uma variedade de expressões, tais como território-zona, território-rede, território descontínuo, desterritorialização, reterritorialização, des-re-territorialização... (HAESBART, 1997, 1999, 2002c). No limite, pode-se vislumbrar toda a Geografia Humana como

se fora uma História territorial, tendo no processo de formação do Estado territorial um dos campos mais fecundos do ofício do geógrafo (MORAES, 2002a);

(ii) de outro lado, no bojo de aspectos como crise do Estado-Nação, constituição de uma sociedade global, financeirização da economia e advento de novas tecnologias, admite-se também a abolição das fronteiras, a virtualização dos espaços e a desterritorialização de pessoas, mercadorias e informações. Igualmente, o território nacional perde importância frente à política ditada pelas multinacionais e seus produtos ubíquos; a parcela da população que tem acesso ao consumo compartilha gastronomia, entretenimento, vestuário e hábito mundiais; e a classe burguesa independe das restrições impostas pelos lugares (BAUMAN, 1999 [1998]; GIDDENS, 1991 [1990]; VIRILIO, 1993 [1984]; ORTIZ, 2003 [1994]). No limite, declarou-se o "fim dos territórios" (BADIE *apud* HAESBAERT, 2002c).

O intuito aqui não é o de resgatar a trajetória do conceito em tela, mas tão somente inserir Braudel num quadro onde a Geografia, embora contestada em alguns pontos, têm sua importância garantida — o que não significa isentar das críticas nosso investigado.

Nesse sentido, talvez ele dissesse: "o território é uma estrutura". Afinal, ele menciona a conquista, a expansão, a violência e os saques ocorridas nos territórios pré-históricos; passa pelo exame da formação territorial destacando o Tratado de Verdun no ano 843; chega no triunfo da teoria das fronteiras naturais no século XVIII e não esquece de (evocando datas como as da Guerra franco-prussiana e as duas Guerras Mundiais) destacar a artificialidade e o risco que caracterizam os limites franceses do mar do Norte ao Reno. Literalmente: "*A maior parte das fronteiras da França é a que se pode quase sem problema de consciência qualificar de 'natural'*: os mares, os Pireneus, os Alpes, o Jura — fronteiras que a natureza se encarrega de defender, e onde a tarefa dos homens se torna mais leve. Em 1940, no inaudito desmoronamento militar da França, a fronteira dos Alpes 'aguentara'. *A fronteira artificial e perigosa da França vai do mar do Norte até o Reno. Uma fronteira fabricada e refabricada pelos responsáveis pela política, pelos militares, pelo numerosos acasos da história*. O Reno, que na direção do nordeste dá a impressão de completá-la, nada tem em comum com a Mancha. É apenas uma proteção aparente, ilusória. E, aliás, ele só foi alcançado pela política francesa a partir de 1648 — na Alsácia — e, em todo o seu comprimento (das cercanias da Basiléia até o mar), apenas por instantes, de 1795 a 1814 e de 1919 a 1930, quando da ocupação da margem esquerda do Reno pelos franceses e seus aliados. Frágil, essa fronteira do nordeste e do leste é a mais turbulenta de todas, a mais viva, porque sempre em alerta, em razão mesmo do perigo que constituem seus *vizinhos agressivos e temíveis*. Estes já sabem que é por aí que se deve atacar a casa francesa, com chance de arrombar a porta. Foi Carlos V, em 1544, que deu a primeira demonstração disso: saindo de Luxemburgo, ele iria até Saint-Dizier, onde seria vitorioso, e, através

do Marne, chegaria até Meaux, nas portas de Paris. *A demonstração recomeça em 1557, em 1596, em 1636, em 1708, em 1814, em 1870, em 1914 e em 1940*. Que não digam que a história, por natureza irreversível, nunca se repete. Frequentemente falta-lhe a imaginação. Ela tem hábitos todos seus" (BRAUDEL, 1989a:277-78, grifo nosso).

Vários pontos desta passagem carecem ser grifados. Primeiro, a posição assumida por Braudel no que toca a parte das *guerras* na história. Integrante crucial da terceira seção de *La Méditerranée*, presente em menor medida em *Le Temps du Monde*, vemo-la ocupar algumas páginas de seu último trabalho. Ainda que ele pareça diminuí-la, a verdade é que não estamos falando de um caso isolado, mas de um herança proveniente de Bloch e, sobretudo, de Febvre. Para além do interesse deste último junto aos mapas e estratégias militares, a escrita em parceria com Demangeon de *Le Rhin: problèmes d'histoire et d'économie* na perspectiva de que o Reno não era um rio alemão mas sim um canal europeu (e isso em 1935, ou seja, às vésperas da II Guerra Mundial), deixava claro o poder que a dupla Geografia-História detinha quando se tratava de construir um discurso político francófono mobilizando as noções de tempo e de espaço. Destarte, quando Braudel se dispõe a passar em revista a constituição das fronteiras do leste da França investigando, sintomaticamente, as fontes encontradas nos Arquivos de Guerra (tal como atestam as notas de fim do volume I de *L'Identité*), não há qualquer surpresa nisso. Igualmente, se a lembrança de *La France de l'Est* (VIDAL DE LA BLACHE, 1994 [1917] nos vêm de imediato à cabeça, também não podemos nos admirar com o fato de que a única referência que Braudel lhe faz não diz respeito ao seu lado geopolítico, mas sim à mera constatação de que o número de trabalhadores braçais é maior que o dos lavradores fixados na terra (BRAUDEL, 1989a:325 [1986]). No entanto, ao tratar das fronteiras, ele prefere mencionar o polêmico e contestado *Géographie sociale. Le Sol et l'État* (1911) de Camille Vallaux, cujo conteúdo geopolítico, na acepção de Febvre, o aproximava de Ratzel — preservando Vidal para os assuntos harmoniosos e pacíficos referentes à temática homem-meio [317].

Segundo, a "naturalização" das fronteiras ou, no máximo, sua consideração das mesmas como sendo um produto do "acaso" histórico (esse mesmo "acaso" já havia sido usado para explicar

[317] Atentando para as obras citadas e suas datas (*Géographie Sociale. Le Sol et l'État* [1911]); *La France de l'Est* [1917]; *Le Rhin* [1935]); *Géographie Sociale. Le Sol et l'État* [1911]); para *La Terre et l'évolution humaine* (1922) e os vários artigos de Febvre sobre a cartografia francesa e alemã (vide bibliografia); os comentários de Vidal sobre a atuação da França nas colônias africanas (vide bibliografia) e outros muitos exemplos, torna-se quase que inverossímil a constatação de Dosse a seguir. Por mais que seu olhar crítico em torno dos *Annales* e da apropriação da Geografia por eles promovida seja um ponto de inflexão importante em termos historiográficos (e, i.e., políticos), em sua leitura sobressai uma certa ingenuidade: "No início do século XX, o casal história/geografia *abandona os princípios da Pátria para se desvencilhar do Estado e se afastar da política*. Ele foge, vai descansar e encontra, feliz, uma França do interior acolhedora, resplandecente em sua diversidade regional" (DOSSE, 2004:115 [1998], grifo nosso).

a longa permanência de argelinos na França) só revela como a natureza joga papel crucial na elaboração das ideologias nacionais. Não é essa a vigorosa e bem-sucedida crítica de Chauí, ao identificar que um dos mitos fundadores do Brasil encontra-se na exploração de sua natureza exuberante e fértil, verdadeira dádiva divina? Consequentemente, o que se tem é o deslocamento de que o processo histórico é feito por homens reais, motivados por interesses econômicos, políticos e sociais reais. Em uma palavra: esquece-se do roubo das terras indígenas, da destruição dos ecossistemas, do massacre de Canudos e das demais insurreições territoriais que, em conjunto, perfizeram a imagem de um país grande e bonito "por natureza" do qual todos os seus habitantes carregam demasiado orgulho (CHAUÍ, 2000:58-70). Assim, no Brasil ou na França, naturalizar fronteiras é, portanto, naturalizar a história e, nessa operação, a aparente concretude dos elementos geográficos atua simbolicamente na montagem de uma representação ideal e mítica da nação e da nacionalidade. Em resumo: tanto no domínio material quanto no simbólico, o território é imprescindível para o exercício do poder e da política estatal (vide CASTRO, 1997).

Terceiro, o historiador da longa duração não abre mão do *acontecimento*, conforme Boutier faz questão de grifar (BOUTIER, 2004). Se as datas indicando a tardia marcação das fronteiras do leste (1648, 1795-1814, 1919-1930) e a penetração de invasores por aquele espaço (1544, 1557, 1596, 1636, 1708, 1814, 1870, 1914, 1940) estão longe de manter algum parentesco com a história dos limites administrativos e réfem do tempo curto (contra a qual se insurgirão Vidal de la Blache e os primeiros *Annales*), elas mostram que nem as estruturas podem suprimir o evento. A longa duração também não é a mera soma ou reunião de acontecimentos. Todavia, estes, em qualquer perspectiva histórica adotada, são incontornáveis. Nas entrelinhas, o que Braudel sugere ao enfatizar a repetição histórica em torno das questões fronteiriças é a possibilidade de uma História (Geo) Política para além do *événementielle* [318].

Por último, entrelaçar o território nacional à temporalidade da *longue durée* possui notórios desdobramento políticos. O principal deles é representar — para não dizer novamente naturalizar — as fronteiras como se elas fossem não o resultado de um processo histórico tenso e recheado de disputas (diplomáticas ou, na maioria das vezes, militares), mas sim a consequência de um

[318] Em *Histoire et Science Sociales: la longue durée* (1958), lemos: "(...) A ciência social tem quase horror do evento. Não sem razão: o tempo curto é a mais caprichosa, a mais enganadora das durações. Donde, entre alguns de nós, historiadores, uma viva desconfiança relativamente a uma história tradicional, dita ocorrencial, confundindo-se a etiqueta com a da história política, não sem alguma inexatidão: a história política não é forçosamente ocorrencial, nem condenada a sê-lo" (BRAUDEL, 2005:46 [1969]). Vê-se, então, que não há novidade alguma no apelo do historiador francês René Rémond para que a história política seja praticada também na longa duração (RÉMOND, 1999:54 [1992]). O trecho acima ou foi ignorado ou parece não ter sido bem compreendido pelo historiador brasileiro Francisco Falcon, para quem "seria absurdo ignorar, hoje, a importância da política e continuar a repetir Braudel quando este a compara à espuma e às marolas que agitam a superfície do grande mar da História sem jamais chegar às profundidades" (FALCON, 2002:97).

desenvolvimento "normal", quase que espontâneo. Para isso, vale tanto invocar a Biologia quanto afirmar, à moda dos Metódicos, que os Estados "agem como indivíduos". O objetivo é um só: fixar, em um continente atravessado por embates fronteiriços, a idéia de que os limites francesas são inquestionáveis. "Na verdade, os Estados agem como os indivíduos. Cada homem se obstina em delimitar o seu domicílio, como todo animal livre defende a propriedade daquilo que ele considera ser seu território. (...) Qualquer limite administrativo, *a fortiori*, toda fronteira política, uma vez devidamente demarcado, tende a durar, e até a se eternizar. Tudo se passa como se a marca tivesse uma inaudita dificuldade em se apagar. É o caso, na França, dos múltiplos limites diocesanos, calcados nos antigos territórios das cidades galo-romanas: duraram, de modo imperturbável, desde as origens pré-carolíngeas, ou pouco menos que isso, até a Revolução de 1789. (...) Portanto, *a história tende a enraizar fronteiras, como se se tratasse de acidentes naturais*, desde logo incorporados ao espaço, *e difíceis de se deslocar*" (BRAUDEL, 1989a:261-262 [1986], grifo nosso).

Braudel parece ter se desviado de uma concepção mais ampla de fronteira, conforme pregavam as elaborações de Dion e Febvre. Para estes, a inteligibilidade da fronteira só se daria através de uma análise retrospectiva da psicologia coletiva (cf. POMIAN, 1997:930 [1986]). A opção de nosso investigado por uma leitura um tanto quanto "dura" recairá também no que diz respeito à insistência de que o tamanho do território francês teve papel determinante na lenta constituição de seu mercado nacional. "Vítima do seu gigantismo" — em contraposição às Províncias Unidas e a Inglaterra, cujas dimensões territoriais favoreciam a unificação (BRAUDEL, 1996b:291 [1979] —, apesar dos esforços das feiras, mercados e transportes, por muito tempo as malhas econômicas da França permaneceram irregulares. As distâncias, os acidentes naturais e a variedade regional acarretavam um cenário de fragmentação espacial e hierarquização econômica onde era possível observar que haviam, ao mesmo tempo, regiões isoladas da circulação mais geral e cidades com alto poder de centralização (Paris e Lyon, p.ex.), bem como a coexistência do feudalismo com o capitalismo (BRAUDEL, 1989a:148-191 [1986]).

Não por acaso Braudel certifica, orgulhoso, "que a França se chama diversidade" (idem, p.27). Tal fórmula não é nenhuma novidade: consagrada em 1903 por Vidal no *Tableau* (VIDAL DE LA BLACHE, 2007:369 [1903]) e repetida em 1947 por Febvre num de seus "artigos-combate" (FEBVRE, 1947:205), ela evoca uma diversidade de tempos, paisagens, gêneros de vida, línguas e regiões. De tudo isso, cabe observar que esta característica da história da França passa, obrigatoriamente, pela valorização de suas realidades geográficas. No entanto, se o *Tableau* acentua com certo excesso os elementos naturais e *La Terre* prega uma geografia modesta preocupada, antes de mais nada, com o solo, *L'Identité* aponta que a diversidade francesa deve ser explicada não

apenas por causa das gradações de clima, relevo e hidrografia, mas também em virtude da precoce centralização do Estado; das diferentes cidades encontradas de Norte a Sul do país; dos dialetos e economias locais; do povoamento e ocupação desiguais ao redor do território...

Visto que trabalha o tempo todo conjugando os elementos físicos e os elementos humanos, o pensamento de Braudel é, portanto, anti-dicotômico: seu ângulo de visão não privilegia nem a natureza, nem a sociedade *per se*, mas sim que não é possível compreender um sem o outro. Na realidade, esse é um viés que o acompanhou tanto em *La Méditerranée* quanto em *Civilisation Matérielle*: naquele, os componentes naturais do mar Mediterrâneo foram casados com o traçado das rotas econômicas terrestres e marítimas, as cidades e a formação de redes urbanas e as estratégias políticas de uso do espaço; neste, a base física das civilizações, uma das principais estruturas da vida material, fora entrelaçada com a sucessão das hegemonias territoriais do capitalismo, o sucumbir das cidades-Estado em prol do Estado nacional e o papel do espaço para a economia como um todo. Para Braudel, a manutenção de uma geograficidade mais rígida, que investe no papel causal do determinismo, no tamanho do território e na observação do concreto visível, não se contradiz com a abordagem mais moderna da organização do espaço e a apreciação de temas como circulação, rotas comerciais, formação de mercados nacionais, associação cidade-campo etc.

No entanto, a despeito disso, o geógrafo francês Christian Grataloup assinala, inapelavelmente, que "Para o geógrafo contemporâneo, ler em 1986 *L'Identité de la France* tem o charme de um antigo sótão onde se redescobrira o *Tableau géographique de la France*" (GRATALOUP, 1986:34-35). Por sua vez, ao comparar La *Méditerranée* e *L'Identité*, o espanto de Lacoste é tal que, "Quando se mede a diferença entre esses dois livros em relação ao raciocínios geográficos que ali estão e em relação à concepção da geografia que eles expressam, só se pode estar muito impressionado com a amplitude da transformação. Pode-se até perguntar se é o mesmo autor. é importante tentar explicar essa aparente involução" (LACOSTE, 1989:212 [1988]). Dosse ratifica a visão de ambos e, não satisfeito, acrescenta que Braudel "ignorou a evolução da disciplina geográfica em si, que o desorientou mais do que enfeitiçou. Pensar a geografia como ciência do espaço das sociedades mais do que como ciência dos meios naturais e das paisagens não influenciou a escrita braudeliana" (DOSSE, 2004:132 [1998]).

O que os três parecem não ter compreendido muito bem é que a defesa do legado vidaliano e sua "aplicação" em *L'Identité de la France* não significou desconhecimento ou rejeição para com o desenvolvimento posterior da ciência geográfica. Muito pelo contrário! Uma averiguação atenta da situação epistemológica em que esta se encontrava quando da publicação de *La Méditerranée* (1949) e *Civilisation Matérielle* (1979) desvendará o seguinte quadro:

(i) na primeira metade do século XX, os geógrafos estavam divididos entre o homem e a natureza, a proeminência da escala regional e o receio de ascender à escala global e oscilando entre a descrição e a explicação. Na esteira dos *Annales*, Braudel propôs o neologismo *géohistoire*, entrelaçou as heranças geográficas francesa e alemã e pôs em prática uma história total onde a geografia, longe de resumir-se às características físicas que atuavam como introdução à História, se fez presente em sua dimensão humana, servindo enquanto instrumento de análise urbana, econômica e geopolítica;

(ii) entre 1945 e 1979, se a influência do neopositivismo (GRIGG, 1974; FAISSOL, 1989), da fenomenologia (BETTANINI, 1982; ENTRIKIN, 1998; HOLZER, 1997, 2003) e do marxismo[319] na Geografia aportaram o rigor teórico-metodológico, a dimensão subjetiva e o papel das relações econômicas e da luta de classes, em contrapartida trouxeram, respectivamente, uma concepção matematizada-geometrizada do espaço, um viés excessivamente culturalista e uma interpretação mecanicista do materialismo histórico e dialético. Por fora desses problemas, *Civilisation Matérielle* levou o raciocínio geográfico à escala mundial, articulou espaço e economia como nenhum geógrafo jamais fizera e lançou mão da moderna noção de *redes* — tudo isso sem abrir mão da relação homem-natureza, tomada porém não de forma esquemática, mas numa leitura plural focalizando seus ângulos paisagístico, social e cultural.

A concordar com o esboço acima, a que conclusão chegamos? Para dizer o mínimo, pode-se assinalar que a geografia braudeliana praticada em 1949 e 1979 era tão ou mais interessante que a maior parte da produção geográfica destes períodos. Se aceitarmos que as principais inovações desta produção foram — entre outras — a economia como núcleo da produção do espaço, a análise multiescalar, as novas roupagens para definições conceituais tradicionais e a crítica ao espaço cartesiano-newtoniano, a leitura que Braudel fizera da Geografia representava aquilo que havia de mais atual e avançado! Como autor de duas obras de vanguarda nas Ciências Sociais do século XX, ele as criou situando a ciência geográfica no centro de suas análises. Tratar-se-ia de algo a ser desprezado — sobretudo por um campo de conhecimento que passou toda a segunda metade do século XX no mais absoluto ocaso? A resposta só pode ser negativa.

[319] Enquanto a geografia neopositivista desapareceu praticamente por completo e a vertente fenomenológica cedeu lugar a uma Geografia Cultural caracterizada, de modo geral, por uma pluralidade de matrizes teórico-metodológicas, a Geografia Marxista permanece forte entre nós. Porém, acreditamos que o melhor desta tendência ocorre não em seu auge (décadas de 70 e 80), mas sim no final dos anos 80 e início dos anos 90, quando seus representantes amadureceram a relação com o marxismo e passaram a dialogar com outras abordagens epistemológicas — sem por isso abrir mão da crítica sócio-histórica que os caracterizara. Vide os trabalhos de Smith (a exceção cronológica deste grupo), Harvey, Soja, Gregory, Moreira e Santos (SMITH, 1988 [1984], HARVEY, 1992 [1989]; SOJA, 1993 [1992]; GREGORY, 1996 [1994], 1999; MOREIRA, 2002; SANTOS, 2002 [1996]).

No limite, o raciocínio poderia ser enunciado da seguinte forma: em meio às várias críticas endereçadas à Geografia, a obra de Braudel representou não apenas a preservação da fértil herança vidaliana, mas também a incorporação dos novos enfoques geográficos engendrados nas décadas de 50, 60 e 70. É assim que, aos poucos, o "meio", de significado mais fisicalista, vai sendo incorporado pelo "espaço", de cunho mais humano e social; o sítio e a situação continuam sendo importantes enquanto base inicial de observação, mas o relevante mesmo é como a constituição de *redes* econômicas e de transportes lograram ou não ultrapassar determinados obstáculos colocados pela natureza; a descrição das paisagens e dos lugares continua a ter destaque na composição da narrativa, embora consciente de que o que cabe apreender são as modificações que as sociedades lhes impõem no decorrer do processo histórico.

Com *L'Identité de la France* não é diferente. Braudel aborda meio ambiente, microclima, ecossistema, determinismo, sítio e localização com a mesma habilidade que discute redes urbanas, circulação, escalas, rotas e organização do espaço. Cita Vidal, Demangeon, Dion, Siegfried e Deffontaines juntamente com os aportes da geração de Rochefort, Pinchemel, Pitte, Claval, Estienne, Delaure e Bonnaud. Como se não bastasse todas essas evidências, ter batizado de "Espace et Histoire" a primeira parte de *L'Identité* é um forte indício de que seu autor havia avançado no tratamento da matéria geográfica: o tempo em que a Geografia era, antes de mais nada, "La part du milieu" — conforme indicava o tomo I de *La Méditerranée* — havia ficado para trás [320]. Portanto, discordamos novamente — e duplamente — de Dosse, para quem o meio ou o espaço seriam termos equivalentes em Braudel e Vidal. Pensa ele também que, no diálogo com a Geografia, ocorre um "processo de naturalização" em que a História "se imobiliza no solo" (DOSSE, 2004:128 [1998]). Mesmo que seu olhar à apropriação geográfica promovida pelos *Annales* conclua que esta foi prejudicial à epistemologia da Geografia, nem por isso podemos aquiescer às suas observações. Afinal, o sentido de fixar a imagem de uma geohistória estática não é outro senão o de depreciar a escrita histórica braudeliana. Porém, a consequência disso é que toda a geohistória acabou sendo vista apenas em seu lado mais fixo, quase "imóvel". Ou seja, tem-se a impressão de que a parte que cabia à Geografia não era algo que merecesse atenção [321].

[320] Do reconhecimento das características do meio para o desenvolvimento de uma história ambiental, há um movimento intelectual deveras interessante. Ele foi percebido por Massard-Guilbaud (MASSARD-GUILBAUD, 2002).

[321] Visão radicalmente contrária é a de Aguirre Rojas. Sua defesa de que a história braudeliana não tem nada de imobilismo a associa diretamente às questões geográficas. Em um parágrafo iluminador: "Resulta num verdadeiro paradoxo a acusação frequentemente feita a Braudel de ser um pensador conservador, enamorado da história imóvel, das permanências, e alheio e indiferente aos grandes processos de mudança histórica. Braudel dedicou seu segundo livro, com mais de 1500 páginas, ao estudo atento e pormenorizado desse acúmulo imenso de revoluções das estruturas de longa duração, que, refazendo integralmente o cenário do campo da história profunda, cria essa história dos últimos séculos, a qual designamos com os nomes de capitalismo e modernidade. Nela, vemos transformar-se como nunca desde os mecanismos de reprodução biológico-

Aqui, um ponto de inflexão: tal como Cardoso dissera da afirmação de Febvre que a Geografia havia criado a história *annaliste* ser, indubitavelmente, um exagero, e que Daix se desculpara por ter investido um pouco demais nos componentes geográficos da obra braudeliana, devemos nos perguntar em que medida um exame apurado do papel intelectual desta ciência no pensamento de Bloch, Febvre e Braudel foi tomado rigorosamente como matéria de estudos por parte daqueles que têm investigado a historiografia dos *Annales*. Ou, examinando as coisas por outro ângulo, quais os propósitos políticos inscritos nas leituras que visam minimizar o papel da Geografia naquela tendência? No que concerne especificamente ao pensamento de Braudel, a pergunta é semelhante: quais os significados políticos das interpretações que associam a Geografia, fundamentalmente, à longa duração e ao determinismo?

Apreciar as coisas apenas sob essa ótica é deixar de perceber, pelo menos, três aspectos: (i) desprezar o vigor, a novidade e o impacto da Geografia Humana vidaliana na elaboração das idéias e na prática historiográfica dos primeiros *Annales* é uma distorção que não condiz com o envolvimento social e intelectual destes para com a produção geográfica de então; (ii) existe em Braudel uma geografia magistralmente *em movimento* que versa, sobretudo, acerca das conexões entre o espaço e a socidade, com destaque para a dinâmica econômica; (iii) mesmo que a Geografia estivesse ligada apenas à longa duração, nem por isso seu papel político poderia ser minimizado pois, mesmo privilegiando o tempo longo, Braudel expõe as várias estratégias em torno do *controle* do espaço e da *disputa* por territórios, seja pelos grupos dominantes ou pelos Estados Nacionais. Em outras palavras, é assaz plausível uma apropriação "de esquerda" — na falta de um termo melhor — da *géohistoire*. O último livro de Braudel, p.ex., só faz reforçar a relevância, o alcance e a pluralidade que a Geografia possui. Utilizá-la para abrir um estudo sobre a identidade francesa só faz desnudar seu já indisfarçável conteúdo político. Historicamente, nada poderia ser mais adequado. O contexto no qual esta ciência surgiu não afirma escopo semelhante [322]?

---

demográfica até os espaços econômicos acessíveis aos processos de mercantilização e capitalização que, imediatamente, se generalizam e prosperam, passando pela desestruturação e reestruturação radical de todos os esquemas alimentícios milenares. Antes construídos em torno dos três cereais básicos da civilização, passam agora por um novo ordenamento da dialética luxo/necessidade, que deixa de ser uma fronteira rígida de distinção entre as classes sociais para tornar-se um simples mecanismo de antecipação elitista daquilo que mais tarde viriam a ser os chamados bens de consumo de massa. Ou por uma revolução profunda das figuras da dialética entre o campo e a cidade, que faz aumentar subitamente os espaços e as populações urbanas, resultando na criação de uma espécie de verdadeiro sistema solar urbano, com sua hierarquia de megacidade, grandes cidades, médias e pequenas" (AGUIRRE ROJAS, 2003a:103).

[322] "A necessidade social de produzir um discurso sobre o território e sobre a identidade nacional trouxe como corolário a formação de um campo disciplinar que na maioria dos países ocidentais denominou-se 'Geografia'. Nesse sentido, não importa que possam haver produzido outros grupos de professores com denominações diferentes, como, p.ex., o da 'Fisiografia' na Inglaterra; é necessário assinalar que a Geografia surgiu como campo disciplinar, porém com o propósito, relativamente implícito, de ser um discurso que formara um determinado tipo de idéia de país e uma forma específica de consciência territorial de pertencimento" (ESCOLAR, 1993:51).

É bem verdade que os estudiosos de nosso investigado possuem material abundante para criticá-lo — e, o que é pior, o material é fornecido por ele mesmo! É o caso de *Châteauvallon*, onde ele se chocou abertamente com Etienne Juillard e Claude Raffestin. Após Juillard ter recebido do próprio Braudel os manuscritos do capítulo terceiro de *L'Identité* — "Teria a geografia inventado a França?" —, sua leitura foi a de que ele teria reaberto o debate sobre o determinismo. Relembrando Febvre em 1922, o geógrafo dava por encerrada a contenda. Ao que o historiador replica: "O sr. decide a questão um tanto quanto depressa. Se não há determinismo geográfico, onde se encontrará a ciência geográfica?" (BRAUDEL, 1989:142 [1986]). À pergunta formulada no capítulo acima citado, Braudel pensa: "Naturalmente, respondo que não, mas para mim foi um prazer retomar as velhas afirmações de Vidal de la Blache. O vale do Ródano, o istmo francês determinou o desenho da França... ? Eu estava apaixonado pela geografia, mas eu me ligo a uma geografia muito mais antiga que a de Juillard. (...) Muitos geógrafos, entre os quais Pierre Gourou, que ambos estimamos, consideram como você, meu caro Etienne, que o espaço contém uma experiência humana muito variável. Então, eles pegam a experiência humana e esquecem o espaço. Eu os acuso de desespacializar a história. Repondo as coisas em seus lugares, tenho a impressão de devolver à geografia seus antigos direitos. Isso se chama, ou não, determinismo. Lucien Febvre, em *La Terre et l'évolution humaine*, não negou pura e simplesmente o espaço. O 'possibilismo' de Lucien Febvre é um determinismo edulcorado, mas é ainda um determinismo" (idem, pp.166-167).

Que conteúdo polêmico guarda essa passagem! Dela, vários pontos merecem ser comentados. De início, embora saibamos que a geografia vidaliana é uma de suas maiores referências intelectuais, nem por isso ela é incorporada de maneira acrítica. As "velhas afirmações" de Vidal não são inquestionáveis, o que mostra não apenas a rebeldia de Braudel para com seus mestres, mas principalmente que seu raciocínio geográfico não permaneceu estacionado na primeira metade do século XX. Em segundo lugar, ter dedicado a Gourou *Les Jeux d'Échange*, trocado correspondências com ele durante a escrita de *L'Identité* e consagrá-lo o maior dos geógrafos franceses não o isentou da acusação de desespacializar a história. Em terceiro, Febvre perde a posição de defensor-mor do possibilismo — noção, nunca é demais lembrar, que ele mesmo criou — e torna-se um adocicado determinista.

A seu turno, em defesa de Juillard e de uma concepção geográfica não-determinista (ou "aleatório-determinista", como ele mesmo afirma [ibidem, p.170]), Raffestin retrucaria evocando, propositalmente, o próprio Gourou e seu argumento das estruturas de enquadramento (técnicas de exploração). E Braudel rebate: "Mas essas técnicas não são balões, elas estão presas a um espaço. O sr. é obrigado a voltar ao próprio espaço; evidentemente ele não é sempre o mesmo, ele se transforma, mas é quase sempre o mesmo" (ibid.). "Mas existem meios de escapar às mais fortes

imposições do espaço" (ibid.), insiste Raffestin. Mas Braudel não desiste: "É verdade, mas não se pode suprimi-lo" (ibid.).

Há que se ter atenção para não classificar Braudel como determinista *stricto sensu* [323] ou,

[323] Como é o caso do historiador David Landes. Em pleno final do século XX, seu consagrado livro *The Wealth and Poverty of Nations* (1998) consegue reproduzir aquilo que há de pior: a associação entre determinismo, racismo e geografia. Claro está que a argumentação "geográfica" de Landes não pode em nada ser comparada a de Braudel. Contudo, a leitura de Landes deixa bem claro o que representa o *verdadeiro* determinismo geográfico: uma pseudo-teoria elaborada com fins ideológicos para justificar a exploração e a desigualdade sócio-econômicas. Segue abaixo o texto referente à nossa dissertação de mestrado (RIBEIRO, 2004:66-68). Nos dois capítulos iniciais do livro acima mencionado, seus títulos são um indicativo do que está por vir: o primeiro chama-se "Desigualdades da Natureza", e o segundo "Respostas à Geografia: Europa e China". Não seriam necessários maiores esclarecimentos para perceber que ele iguala a natureza à Geografia, bem como o fato de que toma a Europa e a China como exemplos de superação das adversas condições geográficas. Não obstante, vale a pena assinalar sua concepção do *geográfico* e a persistência do discurso determinista — visto aqui com uma veemência ímpar. "A Geografia está passando por momentos difíceis. Como aluno na escola primária, eu tinha de ler e desenhar mapas, até desenhá-los de memória. Tomávamos conhecimento da existência de lugares, povos e costumes estranhos, e isso muito antes de alguém ter tido a idéia de inventar a palavra multiculturalismo" (LANDES, 1998:1). Desenhar os mapas de memória nos desvenda, nas entrelinhas, um conhecimento mnemônico e descritivo, ao mesmo tempo em que revelador do exótico e do curioso ("lugares, povos e costumes estranhos"). Embora não elucide porque a ciência geográfica esteja passando por momentos difíceis, provavelmente ele está fazendo referência ao fato de que, atualmente, mapas, capitais de países longínquos e costumes estrangeiros podem ser vistos, acessados e apropriados por todos em virtude das facilidades fornecidas pelo mundo da tecnologia, seja via internet, seja via televisão. Enfim, ele continua dizendo que o geógrafo Ellsworth Huntington conferiu uma má reputação à Geografia, exagerando na busca de conexões entre o meio ambiente e a atividade humana até chegar a ponto de classificar as civilizações, hierarquicamente, em função do clima. Todavia, segundo ele, Huntington estava apenas reproduzindo o legado da geografia moral, onde os filósofos associavam meio ambiente e temperamento e os antropólogos relacionavam o meio com a distribuição de méritos e sabedoria. Face a estas questões, aos poucos a Geografia sofria reveses, e algumas universidades chegaram mesmo a abolir os departamentos dedicados àquela, já que seus argumentos serviam de legitimação para interpretações de cunho racial. Mas Landes não para por aí, e aponta mesmo alguns de seus problemas epistemológicos, tais como a carência teórica, a falta de restrição de seu campo de atuação (que ele chama, eufemisticamente, de "abertura católica") e "o especial 'desleixo' da geografia humana" (idem, p.2). Embora este desleixo permaneça uma incógnita, posto que nada fala sobre ele além do exposto acima, não deixa de ser significativo que um historiador identifique problemas "internos" à Geografia. Contudo, se por um lado ele parece se mostrar atento a questões que fazem parte do temário contemporâneo daqueles que pesquisam a epistemologia da Geografia, por outro lado sua leitura determinista soa inadmissível nos dias atuais. Como se não bastasse, acusa-a de ser uma disciplina fundamentalmente racista: "*E no entanto, se por 'racismo' entendemos a vinculação, para melhor ou pior, do desempenho e comportamento do indivíduo a um grupo a que ele está filiado, sobretudo um grupo definido pela biologia,* nenhum objeto de estudo ou disciplina pode ser menos racista do que a geografia*.* Eis uma disciplina que, limitando-se à influência do meio ambiente, fala a respeito de tudo menos das características geradas pelo grupo. Ninguém pode ser elogiado ou censurado pela temperatura do ar, pelo excesso ou escassez das chuvas, ou pela configuração do terreno. Mesmo assim, a geografia emite um sulfuroso odor de heresia. Por quê? Outras disciplinas intelectuais também propagaram absurdos ou excessos, mas nenhuma outra foi tão depreciada e desacreditada, quando mais não seja pelo abandono a que foi relegada. Em meu entender, a geografia está desacreditada, se é que alguma vez já foi digna de crédito, por sua própria natureza*. Ela diz uma desagradável verdade, a saber, que a natureza, tal como a vida, é injusta, desigual em seus favores;* além disso, a iniqüidade da natureza não é facilmente remediada*. Uma civilização como a nossa, com seu irrefreável impulso para a supremacia, não gosta de ser contrariada nem frustrada. Reprova as palavras desencorajadoras, tão abundantes nas comparações geográficas*" (ibidem, p.3, grifo nosso). Em Landes a Geografia se resume às características naturais, como a temperatura do ar, a quantidade de chuvas e a configuração do terreno, não tratando dos aspectos geradas pelo grupo, ou seja, a ação do homem na superação de tais aspectos. A Geografia seria o arauto da má notícia, declarando uma "desagradável verdade"; qual seja, as condições de clima, relevo, vegetação, hidrografia, etc, desempenham um papel inegável na situação econômico-material dos países do globo. Abandonada, relegada, visto que limitou, restringiu a ação humana aos condicionamentos físico-naturais, legitimou teorias raciais... enfim, desacreditada "por sua própria natureza"! No entanto, é exatamente ao determinismo geográfico que ele recorre por repetidas vezes: comentando que o desconforto do calor é maior do que o provocado pelo frio, dirá que "A escravatura faz com que pessoas realizem para outras todos os trabalhos árduos e penosos. Não é por acaso que a mão-de-obra escrava esteve historicamente associada a regiões tropicais e semi-tropicais" (ibid., p.5), o que sugere que entendamos a escravidão como uma inadaptação dos europeus ao trabalho árduo em suas colônias calorentas.

pelo menos, devemos considerá-lo como um determinista *sui generis*. Se ele "resmunga" sem pudor contra uma suposta desespacialização da história, não quer dizer que ele advogue a favor da incapacidade humana face ao poder de uma natureza inalterável, mas simplesmente que o processo histórico de constituição das sociedades modernas passa, necessariamente, pela compreensão dos desafios colocados a estas pela dinâmica da natureza. Recordemos o aviso de Braudel nos anos 40: num tempo em que a tradição cientificista e a ameaça organicista persistiam em rondar as Ciências Sociais, ele aponta que um dos perigos para a geografia humana seria justamente "a tendência a tudo explicar pelo ambiente geográfico e biológico, então que assim explica-se forçosamente não mais que uma parte das realidades (...). O objeto, o centro da geografia humana, e talvez de toda a geografia, da geografia 'profunda' a qual temos o direito de sonhar, não é o homem, mas a *sociedade*, verdadeiro ambiente do homem, onde este último se mete como um peixe na água. (...) é da sociedade que é necessário frequentemente partir (e não de seu meio)" (BRAUDEL, 1997:77-78 [1941-44]).

Em 1944, numa crítica incisiva à trilogia *Les bases biologiques de la Géographie humaine, essai d'une écologie de l'homme* (1943), de Sorre, Braudel persiste que o caminho a ser tomado pelos geógrafos é em direção à sociedade. O ambiente, a natureza e o espaço são apenas meios privilegiados para compreendê-la. E sentencia: "A geografia me parece, na sua planitude, o estudo espacial da sociedade ou, para ir além até o fim de meu pensamento, *o estudo da sociedade pelo espaço*. (...) Tanto quanto nos liames do espaço, o homem está nas malhas do meio social — e não haverá geografia se ela não apanha de mãos cheias essa realidade social (...), se não pesquisa as linhas do esforço 'dos homens sobre as coisas', tanto as coerções quanto as criações da vida coletiva, amiúde visíveis sobre o solo..." (BRAUDEL, 2005:157-58 [1969]).

E, para que não digam que ele mudou de idéia, como taxar de "determinista" alguém que afirma que "Não pode haver organização do espaço sem uma organização social que a acompanhe e que seja sua chave necessária"? (BRAUDEL, 1989a:66 [1986])

Ora; como justificar, dando crédito à sua explicação, a escravidão na Antiga Grécia, que não se enquadra nem no clima tropical nem no semitropical? Em sua explanação sobre a África, fala da pobreza dos solos, que dificultam a produção de excedente e, por conseguinte, a prosperidade das cidades, mas não menciona a orientação da agricultura voltada para a exportação, em detrimento do mercado interno; da desertificação, tida por ele exclusivamente como algo natural, e não enquanto uma conseqüência humana. Para sintetizar, abraça, sem maiores delongas, o determinismo geográfico, afirmando que "Outrora capaz de alimentar sua população, a África hoje é incapaz de fazê-lo. A ajuda externa se constitui basicamente de víveres. As pessoas atuam aí numa fração de seu potencial. Os governos nada podem fazer para superar a situação" (ibid., p.15). É uma História sem classes, sem exploração, onde nada se pode fazer — a não ser através do uso da ciência e da tecnologia, pois foi com a utilização do ar condicionado que cidades como Atlanta, Houston e Nova Orleans deixaram de ser "modorrentas e ociosas" (ibid., p.6); afinal, "poucas pessoas conseguem trabalhar à plena capacidade quando acaloradas e suadas" (ibid., p.15).

Em realidade, a pendência determinismo-possibilismo — cuja consequência mais drástica foi ter prejudicado o desenvolvimento interno e externo da Geografia — refere-se, num plano mais geral, à preponderância do homem sobre a natureza, operada empiricamente no transcurso da Modernidade e legitimada intelectualmente pela Ciência Moderna (sobretudo pelas Ciências Naturais e Exatas [vide SOARES, 2001]). Tal convalidação, no entanto, será profundamente questionada com o passar do tempo: no século XIX, pelo Romantismo; no final do XIX e início do XX, pela Geografia vidaliana; no século passado, pela Escola de Frankfurt (vide, p.ex., HABERMAS, 1983 [1968]). A enriquecer este panorama epistemológico já bastante diverso, podemos acrescentar também a obra de Braudel: sua perspectiva histórica da longa duração rompe com a moderna dicotomia sociedade-natureza, rechaçando a idéia de domínio completo sobre esta última (AGUIRRE ROJAS, 2003). Para ele, as coerções naturais sempre têm algo a dizer, pois a agricultura se processa fundamentalmente atuando sobre a natureza; a economia a vê como um recurso a ser explorado sem cessar; a cultura tem na dança da natureza a fonte de seus mitos e símbolos; as civilizações construir-se-ão enquanto grupos específicos a partir de como suas técnicas lidarão com as condições físico-naturais de seus respectivos espaços. Vem daí o peso conferido ao mar mediterrâneo, ao conjunto planalto-planície, ao quadro climato-botânico das civilizações, aos acidentes geográficos do território — e, no limite, ao determinismo.

Neste ponto, se se trata de avaliar como e, principalmente, *em que medida* a natureza influencia a vida social, é mister identificar, simultaneamente, o *período histórico* e o *espaço geográfico* que estão sendo estudados. Tomemos dois exemplos que nos auxiliam a meditar sobre o assunto.

Ao se interrogar sobre a validade da noção de região, Santos valida sua importância mas, ao mesmo tempo, crê que a base explicativa de que as construções humanas resultam da interação de "um" grupo com "seu" meio geográfico já não faz mais sentido. Ela foi abalada pelo incremento brutal dos transportes, das comunicações e da economia mundializada, ou seja, de elementos do exterior, perdendo portanto sua coerência interna (SANTOS, 1978:22-23). A seu turno, problematizando um dos principais conceitos da Geografia Clássica, Sorre percorre a trajetória dos *gêneros de vida* tentando historicizar os diferentes processos de adaptação humana ao meio geográfico. Retratando como tais gêneros (esquimós, pastores nômades, cultivadores sedentários e outros grupos) imprimiram suas marcas na paisagem e na ocupação do espaço durante séculos, ele percebe, no entanto, uma modificação histórica crucial: a Revolução Industrial e as estradas de ferro provocaram sensível impacto na *circulação* e, consequentemente, gêneros de vida antigos tendem a desaparecer ou adaptar-se às novas condições. Ainda que a circulação seja vista como "instrumento de uniformização do globo" (SORRE, 1984:114 [1952]), o conceito continua sendo válido: traços

comuns encontrados nas cidades definiriam um "gênero de vida global" (idem, p.117). Seu raciocínio pode muito bem ser aplicado ao determinismo: "(...) mesmo no interior de um mundo rural, a noção de gênero de vida tende a alterar-se. Podemos resumir tudo dizendo que, em lugar de se definir, como no passado, em relação aos elementos do meio físico e vivo, ela tende a se definir em relação a um complexo geográfico, econômico e social. Ela muda de plano à medida que a atividade dos homens muda de dependência" (p.120).

O que ambos estão dizendo é que, historicamente, a relação das sociedades com a natureza tem sido radicalmente alterada. A associação tradicionalmente feita entre uma série de técnicas locais/regionais investindo num meio também local/regional constituindo, assim, um conjunto de gêneros de vidas específicos distribuídos pela superfície terrestre, parece não fazer mais sentido após a propagação mundial da economia de mercado, da mobilidade dos transportes e da fluidez da comunicação, que interligou o planeta através de redes, malhas e nós. O que não significa dizer que, em se tratando da produção do espaço no capitalismo, não existam áreas "opacas" e áreas "luminosas" (SANTOS, 2002 [1996]), isto é, hierarquias geográficas que fazem com que determinados lugares sejam mais beneficiados que os demais em termos de infra-estrutura, recursos humanos, dinamismo econômico e — porquê não — menor autonomia face às coerções naturais. Em todo caso, estas são muito menores que outrora.

É esse "outrora" — grosseiramente negligenciado por geógrafos incapazes de discernir senão o século XX — que será focalizado por Braudel. Ao lançar-se no Mediterrâneo no século XVI, na vida material das civilizações entre os séculos XV-XVIII e na formação da identidade francesa na longa duração, ele conscientizou-se de que as modificações na agricultura, a proliferação do fenômeno urbano, os avanços tecnológicos, a expansão espacial e, *lato sensu*, a vida na Terra passariam, maiormente, por domar a selvageria da natureza. Revisitada em minúcias, esta história mostrará tanto os êxitos quanto os insucessos humanos. Todavia, como seria normal imaginar num primeiro momento, nem por isso as vitórias devem ser creditados ao "possibilismo" e os fracassos ao "determinismo". Sim; na *géohistoire* braudeliana, o determinismo não significa apenas obstáculo, tal como a extensão do território francês constituindo-se num empecilho à formação de um mercado nacional ágil e estruturado ou o tamanho da América Latina dificultando e retardando sua ocupação. Uma vez reabilitado, sua utilidade histórica será enfatizada.

Vê-se logo que não se está diante de uma argumentação simplória e fatalista. É assim que, quando Filipe II conquista Portugal (1580) e abriga seu governo em Lisboa, a cidade se revestirá de grande importância. Afinal, "de frente para o oceano é o lugar ideal para se controlar e dominar o mundo" (BRAUDEL, 1996b:22 [1979]). Porém, administrar o espaço não é tarefa fácil, visto que implica numa estratégia de controle do mesmo. Uma jogada errada pode colocar tudo a perder.

"Assim, sair de Lisboa, em 1582, era abandonar uma posição de onde se dominava a economia do Império, para encerrar a força espanhola no coração praticamente imóvel de Castela, em Madri. Que erro! A Invencível Armada, longamente preparada, corre em 1588 para sua desgraça. A ação espanhola sofreu com esse recuo, e os contemporâneos tiveram consciência disso" (idem). Não por acaso, logo em seguida a este trecho Braudel faria uma alusão ao almirante Mahan, um dos principais pensadores sobre a geopolítica e o poder naval (ibidem, p.23).

Terminantemente, o espaço não é algo neutro e privado de relevância. É o que ele descortina quando analisa as regiões francesas e o sítio urbano de Besançon. Manejando conhecimentos de Geografia Física, Geologia e História Antiga [324], aprendemos que o determinismo nem sempre tem papel restritivo: "Poucos sítios são mais claros, mais propícios, à primeira vista, do que o de Besançon. Deste sítio, tudo dependeu, o melhor e o pior; aqui, o determinismo geográfico não é certamente palavra vã. Um meandro de rio, a espantosa volta que o Doubs descreve, envolve a cidade, protegendo-a. Não é uma defesa perfeita, uma vez que a raiz, o pedúnculo do meandro, não permite que se crie uma ilha, defendida pela água por todos os lados; ali, há uma falha, uma abertura. Mas esta abertura é fechada por um estreito trecho de montanha (aproximadamente 360 metros de altitude) que, a uma centena de metros, domina a volta do rio. A essa altura, uma muralha gaulesa provavelmente tenha existido, e depois uma fortaleza (Vauban a reconstruirá bem mais tarde, integralmente), reforçando a muralha natural. Esta é fruto de processos geológicos muito antigos. No período pliocênico, com efeito, o Reno correu no atual vale do Doubs, até que o desmoronamento mediano do maciço Vosges — Floresta Negra — o obrigou a abandonar seu leito jurássico e a seguir um outro caminho. É assim um rio poderoso, diferentemente do Doubs, que modelou o relevo da região de Besançon; que fragmentou, como que retalhou com serras, as bordas do Jura. A cidade de Besançon fica no cume de um desses fragmentos, entre as duas eclusas de Rivotte, ao norte, e de Taragnoz, ao sul. Não é de se espantar que uma cidade se tenha alojado desde muito cedo neste sítio tão bem defendido pela natureza. Besançon foi a capital dos Sequanas, um dos grandes povos da Gália independente, em contato com os Helvetas, acantonados por sua vez do outro lado do Jura, e de seus inimigos, os Eduenos, instalados além do Doubs e do Saône. Em

[324] Nada mais normal pois, para ele, a Geografia é, "por si mesma, uma suma de diversas ciências" (BRAUDEL, 1989a:46 [1986]). Entretanto, sabemos que as consequências de visões como esta foram muito prejudiciais à epistemologia geográfica — sobretudo no que tange à dicotomia Geografia Física-Geografia Humana, afetando diretamente a já tão difícil operação de definição do objeto. Por estas razões, o historiador brasileiro Nélson Werneck Sodré não deixou de mencionar que "A amplitude do campo de observação e a amplitude do levantamento de dados levaram, no fim das contas, a algumas limitações, no campo da Geografia, e, como em outros campos, surgiram as especializações. Restou à Geografia, apesar disso, o método elementar de coleta e de arrolamento, que se refletiu no sentido descritivo de que todos guardam tristes reminiscências escolares" (SODRÉ, 1976:7).

seus *Comentários*, César ressalta a importância e a força dessa localização" (BRAUDEL, 1989a:157-58 [1986]).

É esse tipo de espacialização que Braudel gostaria que a Geografia não perdesse de vista. É em nome dessa geografia que ele acusa seus representantes mais novos de "desespacializar" a História. Foi exatamente seu conteúdo concreto, visível e pleno de vida — logo, de pistas históricas — que chamou a atenção de Bloch e Febvre no princípio do século XX e que atravessaria de ponta a ponta o pensamento braudeliano. Estamos a falar daquilo que, de início, chama a atenção em termos estéticos e sensoriais mas que, no momento seguinte, deve ceder lugar à análise científica. A surpresa não substitui a valia da visualização geográfica, adverte ele, "mas é uma maneira de estar alerta, de sentir de modo quase obsessivo a diversidade como que biológica de nosso território" (idem, p.45). É desse modo que, na prática desta disciplina, o olhar, a descrição e a empiria ocupam posições fundamentais [325]. Eles nos remetem às estruturas profundas de longa duração: "O valor da observação geográfica está, de fato, na espessura, na duração, na abundância de realidades amontoadas umas sobre as outras, que é preciso distinguir mas, em seguida, reaproximar. Ao mesmo tempo atual e retrospectiva, a geografia nos oferece suas iluminações, suas explicações entre ontem e hoje. A *terra*, o *meio*, o *meio ambiente*, o *ecossistema* são palavras que designam aquilo que ela nos aporta, as aproximações que ela nos impõe e que nos ensinam tanto quanto os mais ricos documentos de arquivos" (ibidem, p. 26).

Eis, enunciado da maneira mais clara possível, o papel epistemológico da Geografia na escrita histórica braudeliana. Ela comporta consigo as senhas de entrada para um passado longínquo. Irrecuperável pela morte das pessoas, pelos documentos que não deram voz aos homens comuns e pelas fontes por demais fragmentadas e dispersas, no entanto os sinais, traços e permanências inscritos na paisagem e nos espaços fazem vir à tona uma história longa, profunda, subterrânea. Embora tenham experimentado um sem-número de mudanças, o impacto sofrido pelas realidades geográficas não as impediu de testemunhar o passado. São formas, volumes e redes que evocam outros ambientes, situações e contextos. Através do espaço geográfico, resgata-se o tempo histórico. Através dos espaços, resgatam-se acontecimentos, conjunturas e estruturas. Não há determinismo: o que há é cooperação, via de mão dupla, entrelaçamento. Os geógrafos têm muito o que aprender com Braudel. Ele aprendeu muito com a Geografia.

"Evidentemente, há vários modos de por em questão a geografia. Pode-se utilizá-la por ela mesma, segundo seus problemas próprios e segundo suas confluências com as outras ciências do

[325] Brunhes sugere que o geógrafo possuiria um olhar particular, específico, algo que não seria um atributo dos demais cientistas. À pergunta "Em que consiste o espírito geográfico?", ele responde imediatamente: "Quem é geógrafo sabe abrir os olhos e ver. Não vê quem quer" (BRUNHES, 1962:416 [1910]). Gomes chama esse procedimento de *ilusão da forma*, que tomava o dado, o visível, como objeto (GOMES, 1997:23-26).

homem e com as ciências da natureza. É o que fazem os geógrafos, especialmente atentos para o atual. Mas a geografia, para nós, será sobretudo uma maneira de reler, de ponderar, de reinterpretar o passado da França, evidentemente na direção de nossas próprias preocupações. Ela se prestará a um tal jogo, além do mais, sem reticência. *As paisagens e espaços não são unicamente realidades presentes, mas também e amplamente sobrevivências do passado. Horizontes passados se desenham, se recriam, para nós, por meio dos espetáculos oferecidos: a terra, como nossa pele, está condenada a conservar as marcas das antigas feridas* [326]" (ibid., p.25, grifo nosso).

Na apreensão quase que obsessiva por uma história para além dos eventos superficiais, por uma história que falasse aos homens do presente mais do que eles pudessem imaginar sobre seus antepassados e, ao mesmo tempo, explicasse o quanto esta história permanece a afetá-los nos dias atuais, Braudel se lança numa perseguição aos elementos empíricos que lhe permitam organizar o processo histórico numa temporalidade mais longa que aquela dada pelo calendário e pela cronologia. Assim, por mais que pareça contraditória, embora sua concepção de tempo seja "plástica", no sentido de confrontar-se com o "absoluto" do paradigma cartesiano-newtoniano, sua percepção vai buscar aquilo que *fixou-se* nos costumes, nas práticas, nas mentalidades. E é justamente aqui que ele encontra a Geografia. Nesse sentido, a França é um espaço mais que privilegiado. Afinal, das igrejas às termas, as construções do Império Romano estão grafadas em seu território; até bem pouco tempo, seus camponeses viviam em ambientes e situações quase que feudais; a urbanização contemporânea não pode ser entendida fora do traçado e do arranjo típicos das cidades medievais; os castelos e palácios mantém viva a sociedade de corte; o chão da *Place de la Bastille* guarda, ainda hoje, parte da Revolução de 1789; em contraste com os boulevares à moda Hausmann, algumas pequenas e estreitas ruas de Paris trazem a atmosfera e as esperanças da Comuna; em meio às já tão múltiplas temporalidades, cabe ao Sena percorre a cidade-luz carreando consigo uma história anterior ao próprio homem...

Eis o que é o espaço: a materialização do tempo. Ou, para ser mais correto, dos vários ritmos do tempo, da superposição de histórias, da dialética conservação-destruição. No plano empírico, Braudel perceberia isso não só na França, mas na Argélia (onde uma civilização com hábitos distintos dos seus lhe chamaria a atenção para deslocar a História do "coração" Europa); no Brasil (espaço amplo em que as "etapas históricas" não são mais que momentos aleatórios cuja empiria desmente a cada instante); no cativeiro (onde idealizou uma história profunda a fim de ser

[326] O geógrafo francês Augustin Berque também admite a paisagem como uma *marca*, tal como se fora uma cicatriz que "expressa uma civilização" (BERQUE, 2004:84-85 [1984]). Mas, para além de seus traços fisicos, ela é uma *matriz*, querendo dizer que "participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação — ou seja, da cultura — que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem do seu ecúmeno". A explorar o lado simbólico da paisagem, consulte Maciel (MACIEL, 2002) e, também, Moreira (MOREIRA, 1993a).

consolado face aos trágicos eventos que assolavam o mundo de então) e em todos os outros lugares que conheceu, viveu e revirou depósitos de arquivos em busca da edificação de uma outra história. No plano teórico, embora a revolução einsteniana seja inconteste, a dívida notória para com Bloch e Febvre passa, antes de tudo, por Vidal de la Blache. Sua formação de historiador, a atração pelo presente e a atenção ao ritmo da natureza o conduziram a uma apreciação ampliada da temporalidade. Não há dúvidas de que esta é uma das principais contribuições da Escola Francesa de Geografia aos *Annales* (cf. POMIAN, 1997 [1986]): "A história da Inglaterra é insular, a da França é sacudida entre o mar e o continente; o dedo da Geografia está marcado sobre cada uma delas. Estes encadeamentos históricos têm seu lugar na evolução dos fatos terrestres; mas quanto é limitado o período de tempo que eles abrangem! (...) O estudo da evolução dos fenômenos terrestres supõe o emprego de uma cronologia que difere essencialmente daquela da História" (VIDAL DE LA BLACHE, 1913).

Braudel soube captar, com rara inteligência, o fato de que a Geografia lhe colocara diante de uma temporalidade mais rica e profunda que aquela ditada pela historiografia tradicional. Isso significa dizer, especialmente, que ele não se limitou a associar o tempo longo aos temas referentes aos vínculos sociedade-natureza — embora possamos traduzir que esta ocupe o lugar da "primeira" das histórias de longa duração [327]. No que diz respeito à dinâmica econômica de seu país, em 1950, ou seja, muito antes de pensar em escrever *L'Identité de la France*, ele já havia observado que a Geografia constituiria meio privilegiado para apreender as realidades que mais lhe interessavam: as de longa duração: "ainda no início do século XIX, a França é uma série de Françaas provinciais, com seus círculos de vida bem organizados e que, ligadas em conjunto pela política e pelas trocas, se

[327] "Mostram, no pano de fundo da História da França, o lugar prodigioso de uma França natural, que o homem diminui lentamente ao longo dos séculos à força de trabalho, mas que, por sua massa, resiste ao machado, à pá, à picareta, ao arado, à serra, ao fogo destruidor e cego... Que recupera rapidamente terreno, assim que o esforço do homem é relaxador; que aproveita a proteção daqueles que dela tiram vantagem: senhores de terras obstinados em defender suas florestas e sua caça; vilarejos ligados a seus bens comunais... As terras incultas não são indispensáveis para os citadinos, que delas tiram o vigamento para as construções e a lenha? Para a indústria, como combustível; para os camponeses e os senhores de terras, que utilizam pastagens e florestas para os seus rebanhos? O *natural* e o *cultivado* devem coexistir em certo equilíbrio. (...) Tudo nos leva a olhar o destino agrícola da França como um duelo entre o homem e a natureza selvagem: árvores, arbustos, plantas, animais, águas correntes ou represadas... A abundância da fauna não ressalta perfeitamente esse universo da natureza livre? (...) Outra constatação: embora tenham havido, conforme as regiões e as épocas, avanços e recuos da terra cultivada — pântanos dragados que voltam a se tornar pântanos, terras arroteadas e mais tarde abandonadas, florestas saqueadas que, lançadas à própria sorte, acabam por transpor os fossos que as cercam —, é evidente que o movimento a longo prazo é o de uma conquista contínua. A terra cultivada, domesticada, não cessa de ganhar espaço contra o inimigo. De geração em geração há avanço, *acumulação constante* — expressão que a teoria faria bem em se apropriar para uma maior clareza da história lenta, falsamente imóvel, dos campos franceses. E até mesmo de toda a história da França" (BRAUDEL, 1989a:44-45 [1986]). Depois dessa longa passagem, o que dizer dos que vêem Braudel como determinista, praticante de uma história imóvel e sem sujeitos? É o caso de Dosse, para quem "a duração longa, erigida então em causalidade estrutural, oferecia-se como infra-estrutura cujo núcleo se situa na geo-história de ritmo geológico, que esvazia progressivamente a dimensão humana da história" (DOSSE, 2001:52 [1996]). Burke é bastante claro: ele não logra êxito ao mostrar a geohistória em movimento (BURKE, 1992:54).

comportam, uma em relação à outra, como nações econômicas, com regulamentos segundo as lições de nossos manuais e, portanto, deslocamentos de numerário para reequilibrar o balanço de contas. Essa geografia, com as modificações que lhe traz um século fértil em inovações, não é, para o caso francês, um plano válido de pesquisas e uma maneira de atingir, esperando o melhor, esses lençóis de história lenta, de que as modificações espetaculares e as crises nos roubam de vista?" [328] (BRAUDEL, 2005:121 [1969]).

Tal como em *La Méditerranée* e *Civilisation Matérielle*, eis que vemos novamente Braudel explorar o poderoso trinômio economia-sociedade-espaço, percebendo que o movimento econômico altera a relação entre os lugares, "desterritorializando" as coisas (e, consequentemente, o regional, tal como o conhecemos, "tende a desaparecer" [329]); que algumas cidades são mais poderosas que outras e, por vezes, mais do que o Estado; que este opera seu poder, essencialmente, através do controle de seu espaço [330]; que a fluidez do território é elemento crucial para o desenvolvimento dos negócios; Assim, são expostos temas como as rotas econômicas e a construção do mercado nacional; a relação entre as repúblicas urbanas e a centralização do território; o impacto da circulação na produção; os desnivelamentos do espaço econômico e a divisão regional do trabalho;

[328] Ao reproduzir tal extrato, veio-nos à memória um livro que, embora timidamente, desenhou alguns esboços da espacialidade econômica do Brasil e, não por coincidência, começava por uma abordagem histórica: *A Urbanização Brasileira*. Em um capítulo batizado "A Urbanização Pretérita", lemos que "O Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior. Havia, sem dúvida, para cada um desses subespaços, pólos dinâmicos internos. Estes, porém, tinham entre si escassa relação, não sendo interdependentes" (SANTOS, 2005:29 [1993]). Igualmente, no artigo *Os quatro modelos de espaço-tempo e a reestruturação*, Moreira ensaia reconstituir a dinâmica espacial do capitalismo brasileiro — da Colonização aos dias atuais. Em uma passagem: "Na acumulação escravista, a produção é interna e a circulação é externa. Na acumulação primitiva, a produção é interna e a circulação parcialmente interna. Na acumulação industrial, produção e circulação se fundem e se integram numa mesma internalidade fortemente. Na acumulação financeira, por fim, a produção e a circulação voltam a espacialmente separar-se, numa relação de interno e externo de difícil visualização de fronteiras" (MOREIRA, 2002a:44). O que tais exemplos mostram? Que Braudel praticava, há tempos, uma geohistória econômica de muito valor. Os geógrafos deveriam conhecê-la um pouco mais...

[329] "É de fato o fim dos circuitos locais de pequena extensão; a autarcia, por muito tempo atuante, embora nunca tenha sido *total*, foi literalmente eliminada. De forma que, em nossos dias, em qualquer vilarejo ou casa de férias, não se comem (exceto alguns ovos, leite e frutas compradas de vizinhos) os produtos da terra onde estão situados (...). Entre 1903 e 1914, 39% da produção de alimentos ainda permanecia no próprio local de produção. Hoje em dia, estamos bem longe dessa conta. Houve, portanto, ruptura de antigas ligações. O regional tende a desaparecer e o nacional, por sua vez, abre-se escancaradamente para o mundo" (BRAUDEL, 1989c:231 [1986]).

[330] "O Estado, na França, somente se consolidou (ou se assentou se preferirem) ao 'domesticar' os movimentos e intercâmbios que animavam o seu espaço. Claro, esse embargo não se realizou da noite para o dia. Ele se apossou, inicialmente, dos pontos nodais da circulação (mercados, feiras), que somente se estabeleceram com a sua autorização e permaneceram sob sua proteção. Com as oficinas de cunhagem, o Estado controlou a mercadoria, por excelência ambulante: a moeda. Criou e privilegiou o correio. Por fim, cada vez mais, cuidou das estradas: primeiro, das grandes vias e da rede que formavam, ou deveriam ter formado, e das cidades que constituem seus pontos de cruzamento" (idem, p.225).

redes urbanas e hinterlândia; desigualdade campo-cidade [331]. Não por acaso, Von Thünen é citado inúmeras vezes, direta ou indiretamente [332]. Também menciona-se em muitas ocasiões o conceito de *redes*.

Em um trecho dos mais significativos: "Ora, o Estado está condenado a cuidar do essencial, ou seja, do conjunto da nação. Toma consciência da necessidade de liberar a *grande estrada* dos seus quadros locais, de 'desterritorializá-la', de ligar 'os grandes tabuleiros de xadrez regionais realizados pelos intendentes no interior das generalidades', para fazer deles uma enorme rede concebida em forma de estrela — que parte de Paris e para lá retorna —, e assim implantar, na medida do possível, o que os economistas de hoje chamam de um *mercado nacional*. A tarefa só pôde ser realizada lentamente, mesmo porquê as vezes ela se choca às resistências locais" (BRAUDEL, 1989c:225-26 [1986]).

Em todo caso, seja versando sobre a relação homem-meio, seja versando sobre a relação economia-espaço, apropriar-se da Geografia significa uma operação em que a diversidade (territorial, cultural, linguística) vira identidade [333]— a identidade da França.

[331] "Concluí que a organização do espaço é por si só criadora de desigualdade e de hierarquia. Marx via no conflito cidades-campos o mais velho exemplo da luta de classes: eis justamente uma visão genial" (BRAUDEL, 1989a:145 [1986])

[332] "Mas a zona agrícola reservada às culturas hortenses ou frutíferas, colada aos muros da cidade, não passa do primeiro círculo, de uma primeira coroa que delineia o modesto início de algo que se constitui como uma espécie de império colonial. Uma cidade, ventre colossal, não tem somente uma, mas várias zonas sucessivas de abastecimento e de influência, em princípio — mas apenas em princípio — concêntricas: zona leiteira e hortense, zona cerealeira, zona viticultora, zona de criação, zona florestal, zona também de comércio à distância. Por esses círculos sucessivos espalham-se os mercados intermediários e, não menos, as cidades intermediárias" (idem, p.151).

[333] Sobre essa operação realizada pela Geografia, vide o magnífico texto de Moreira (MOREIRA, 1999).

CONCLUSÃO

A seguir o roteiro de interrogações levantado no início desta tese de doutorado, após o percurso trilhado até aqui cremos ser possível respondê-las de modo satisfatório. Naturalmente, isso não quer dizer que muitos pontos não permaneceram em aberto, obscuros ou foram tratados de maneira insuficiente, mas tão somente que estamos aptos a elaborar uma interpretação coerente, articulada e plausível em torno das relações entre a Geografia e a História na obra de Fernand Braudel.

A afirmação foucaultiana de que "as grandes mutações científicas podem ser lidas, às vezes, como consequências de uma descoberta, mas podem também ser lidas como a aparição de novas formas na vontade de verdade" (FOUCAULT, 2004:16 [1970]) faz todo sentido quando atentamos ao processo de institucionalização da Geografia na Europa do último quartel do século XIX. Obviamente, muitos fatores entraram em cena e, exceção feita àqueles que insistem em escrever a história do pensamento geográfico de forma fragmentada e estéril [334], todos estão inteiramente articulados. Todavia, sem querer cair num raciocínio mecanicista e esquemático, é necessário reconhecer alguns aspectos que se destacam frente aos demais. Referimo-nos ao fato de que a fixação da Geografia nas Universidades francesas deve-se, antes de mais nada, ao contexto histórico relativo à guerra franco-prussiana e ao Colonialismo. A derrota para a Prússia acarretando a perda da Alsácia-Lorena e as conquistas imperiais demandando a gestão dos espaços *d'otre-mer* foram, ao nosso ver, as principais motivações para que o conhecimento geográfico assumisse o *status* de disciplina acadêmica e passasse a ter sua importância reconhecida socialmente. Não por acaso o interesse dos geógrafos universitários para com o ensino de Geografia nas escolas, visto que tratava-se da reprodução da ideologia da consciência nacional por intermédio de um discurso regional e territorial que ligasse as pessoas cada vez mais aos problemas referentes à sua terra (*pays*), ao seu país (Nação francesa), à sua "República Imperial" [335] (as colônias como parte

[334] Se Lacoste e Sodré reclamam das tristes lembranças que a Geografia lhes deixou na escola, decerto podemos dizer o mesmo sobre a história do pensamento geográfico ensinada durante nossa graduação. Aliás, talvez esse tenha sido o motivo maior que nos impeliu a trabalhar neste domínio. Em língua portuguesa, o livro de Paulo César Gomes — *Geografia e Modernidade* (1996) — surge como a única estrela brilhante num céu insistentemente nublado e chuvoso (Vide, p.ex., SODRÉ, 1976; CHRISTOFOLETTI, 1982; MORAES, 1983; ANDRADE, 1987).

[335] Com esse termo, fazemos coro à tese de Craig Calhoun de que é um erro opor *nação* e *império*, como se ambos fossem incompatíveis. Segundo ele, "o equívoco mais grave consistiu no endosso de duzentos anos de discurso europeu no qual as discussões sobre cidadania e identidade nacional foram formuladas através de um contraste com os impérios nefastos de terceiros, sem que houvesse grande perturbação no fato de os Estados Nacionais emergentes serem eles próprios potências imperiais. Até mesmo a França, em suas fases mais republicanas, também era um império. Basta pensar na repressão à revolução no Haiti ou registrar que, embora a França republicna implantasse no Egito instituições simbolicamente republicanas, ainda assim ela era um país conquistador" (CALHOUN, 2008:45).

integrante e indissociável do território nacional). Não por acaso, dos dois fundadores da principal revista de Geografia de então (*Annales de Géographie*, de 1891), Marcel Dubois foi o primeiro a instalar-se na recém-criada cadeira de Geografia Colonial na *Sorbonne* em 1885, enquanto Paul Vidal de la Blache era partidário das pretensões do Comitê da África Francesa, fez conferências sobre as colônias e mostrou-se deveras atento à missão militar de seu país no Peru, à perda de parte do território da Guiana Francesa para o Brasil, à conquista do Saara, aos limites fronteiriços entre a Argélia e o Marrocos...

Destarte, estamos falando de uma ciência cujo conteúdo político salta aos olhos sem precisar fazer esforço algum. Todavia, quando se trata do processo de produção de conhecimento, o que poderia ser uma tarefa simples de recolhimento e descrição de uma informação evidente assume ares extremamente complexos, graças ao fato de que divulgar qualquer coisa não tem nada de banal, visto que é algo que passa pelo filtro político e ideológico do pesquisador e das regras inscritas no interior de cada campo científico. Assim, por razões que devem ser buscadas, primeiramente, nos escritores da história do pensamento geográfico, a impressão "cientificamente consagrada" é a de que a Escola Francesa de Geografia concentrou as suas melhores forças na feitura de monografias regionais assentadas no estudo da relações entre o homem e o meio. E foi exatamente sob esse viés que a ambição interdisciplinar de Lucien Febvre abriria caminho para a imposição de uma Geografia Humana modesta em *La Terre et l'évolution humaine*, onde Vidal é elogiado tão somente por sua abordagem "possibilista", a fertilidade do pensamento geográfico alemão é restrita ao "determinista" Ratzel e à Geografia como um todo cabe apenas o estudo do solo, estando interditados o Estado, o poder e a geopolítica [336]. Nesse contexto, é interessante perceber que a oposição ferrenha dos primeiros *Annales* à Escola Metódica fez "vista grossa" à ligação de Vidal com esta última. Ter aberto a coleção sobre a história francesa (elaborada à moda tradicional por Lavisse) com o *Tableau géographique de la France* (1903) não configurou problema algum para Bloch e Febvre, que adotariam a Escola Francesa de Geografia (expurgada de seu espectro geopolítico) como a referência segura e tranquila a ser apropriada pela nova História. Em todo caso, uma coisa é certa: com os *Annales*, o espaço torna-se um objeto legítimo de estudo histórico.

Braudel receberá este espólio, e caberá a ele ser o grande responsável pela continuação dos debates e combates face à história historicizante. Formado em uma *Sorbonne* impregnada de tradicionalismo, logo sentiu-se atraído pelos *Annales* e por aqueles que, "do exterior", ensaiavam

[336] Na realidade, "a disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras. Tem-se o hábito de ver na fecundidade de um autor, na multiplicidade dos comentários, no desenvolvimento de uma disciplina como que recursos infinitos para a criação dos discursos. Pode ser, mas não deixam de ser princípios de coerção; e é provável que não se possa explicar seu papel positivo e multiplicador se não se levar em consideração sua função restritiva e coercitiva" (FOUCAULT, 2004:36 [1970]).

construir uma historiografia de vanguarda, como Berr e a *Revue de Synthèse Historique* e a história econômica de Pirenne e Hauser. Ainda na faculdade, nosso investigado será levado pela descoberta das paisagens, pelos trabalhos de campo e pela temporalidade utilizadas pelos geógrafos de então. A Geografia lhe trazia a vida e a dinâmica do mundo real que a escrita histórica metódica parecia incapaz de apreender.

A dupla herança epistemológica (historiográfica e geográfica) auferida por Braudel será vivenciada na prática por suas experiências espaço-temporais: do nascimento no Leste da França aos estudos em Paris nos anos 20, passando pela docência no continente africano em Argel nas décadas de 20 e início de 30, no Novo Mundo em São Paulo entre 1935 e 1937 até chegar ao confinamento de 1940 a 1945, ele será confrontado com realidades muito distintas mas que, no entanto, faziam parte de uma única e ampla história global. Tais experiências serviram como um laboratório onde ele pôde formular e desenvolver uma concepção histórica para além do que Bloch, Febvre e Vidal haviam imaginado e perpetrado. No cativeiro, juntamente com a redação de *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* (1949), o autor supracitado irá se dedicar a refletir sobre os fundamentos teórico-metodológicos da História e da Geografia. Trata-se de um "acerto de contas" não só em relação à Escola Metódica, mas principalmente uma leitura particular daquilo que havia aprendido de suas principais referências intelectuais. Nesse sentido, artigos como *Géohistoire: la société, l'espace et le temps*; *Trois définitions: l'événement, le hasard, le social* e *L'histoire à la recherche de monde* descortinam a vitalidade e a originalidade dos primeiros passos daquilo que seria a escrita histórica braudeliana. Em oposição a Febvre, ele ressignifica o determinismo, reabilita o pensamento geográfico alemão e incorpora a geopolítica (não mais aquela voltada cegamente para os Estados, mas sim a que permite entender as estratágias de uso do espaço) na *géohistoire*.

Ao mesmo tempo que leva em consideração o papel do meio na análise do Mediterrâneo no século XVI (não mais como mera introdução geográfica à história, mas de forma "ativa" em relação a esta), adverte que a Geografia deve estar atenta a não querer explicar tudo por ele, mas sim pela sociedade. Examinando tópicos como a relação homem-ambiente; a descrição do sítio, da situação e a análise de posição; a ocupação do espaço; o povoamento, as migrações e as redes urbanas; a distância; o traçado de rotas comerciais terrestres e marítimas; o domínio político e a dimensão econômica do espaço, *La Méditerranée lança mão das questões geográficas como meio de apreensão de uma história de longa duração e, nessa operação, afirma sua relevância no entendimento de processos econômicos, civilizacionais, sociais e culturais*.

Grosso modo, os críticos consideram suas partes mal articuladas, insuficiente sua teorização acerca dos ritmos do tempo e seu raciocínio chegando mesmo ao determinismo e ao organicismo.

Seus defensores o vêem como marco historiográfico, modelo mais bem acabado do pensamento *annaliste* e o "tiro de misericórdia" na Escola Metódica. Para nós, por mais que *La Méditerranée* seja obra inovadora (quer no tocante à *géohistoire*, quer no tocante à temporalidade) e bem-sucedida em suas pretensões de edificar uma história distinta da de Langlois, Seignobos e Lavisse, seu caráter por demais descritivo, a ênfase eminentemente política da parte III e mesmo a abertura com uma Geografia antes de tudo física são signos de um trabalho que — de uma forma ou de outra, consciente ou inconscientemente — acabou fazendo concessões à historiografia tradicional. Também estamos de acordo com o fato de que o livro em questão explicou de maneira superficial o que seria uma história que caminha segundo diferentes velocidades, bem como articulou de modo assaz insatisfatório o tempo longo, o tempo intermediário e o tempo curto. Entretanto, em Braudel *o determinismo não é determinista*, mas sim algo que é posto à prova da longa duração histórica.

Talvez se possa dizer: ele quis operar um vôo longo e alto demais, prometeu muitas coisas, mas chegou apenas na metade do caminho. Sim; afinal, tratava-se de seu primeiro e já tão ambicioso livro. Contudo, e entendemos que este não é um fator a ser menosprezado, não se pode negligenciar que *La Méditerranée* não é somente um projeto pessoal e livre de condicionamentos, mas sim que foi elaborado como tese de doutorado dentro da principal instituição de ensino de História na França. E a *Sorbonne* não era senão outro lugar que a casa *par excellence* da historiografia tradicional. Ter feito a edição de 1966 pode ter como motivo a necessidade de incorporar os avanços historiográficos desde 1949 e, logo, corrigir alguns pontos deixados em aberto. Porém, o motivo não pode ter sido a vontade de pensar mais livremente, sem as amarras e restrições que caracterizam o ritual de feitura e defesa de uma tese na *Sorbonne*? De todos, Donghi fez a avaliação mais judiciosa: estamos diante de uma obra de transição, onde vários de seus setores são experimentais (DONGHI *apud* ROMANO, 1997:68 [1995]). Ele tem toda razão. De qualquer maneira, o mais importante é que Braudel já havia teorizado e praticado, construído os pilares de sua própria concepção de história.

Um Braudel mais maduro aparecerá nos artigos compilados em *Écrits sur l'histoire* (1969) e no livro *Grammaire des Civilisations* (1963). Pode-se traduzi-los, essencialmente, como uma defesa apaixonada da historicidade dos fenômenos sociais (i.e., com relevo à longa duração) frente ao Estruturalismo a-histórico, ao presentismo "caolho" e à ênfase numa história superficial dos eventos. Ao lado disso, a interdisciplinaridade, a pluralidade do tempo social, a associação presente-passado, a história total, a comparação e o aprofundamento e a sofisticação da abordagem geográfica serão as ferramentas inseparáveis com as quais ele se lançará no exame das civilizações em escala global. Através delas, Braudel abriu as pesadas portas do tempo e do espaço: da África ao Oriente Próximo, do Novo Mundo ao Japão, da Rússia à Austrália, passará em revista temas como

religião, sociedade, política, economia, população, cultura e ciência. Tomada como premissa, a unidade da história mundial é tecida a partir da diversidade civilizacional. Edificado na longa duração, tal par é o principal código de acesso para a compreensão do mundo atual. Com *Grammaire*, seu autor perde o medo da grande história, da história global. Ao seu lado, fiel companheira, a Geografia encontra-se em vários setores: o enraizamento das civilizações em seus ambientes; o espaço como estrutura; a expansão da Europa em direção ao Novo Mundo; os impactos do Colonialismo; as hierarquias econômicas; a circulação; as trocas; a dinâmica urbana; a formação da atual União Européia.

Eis que Braudel parecia estar pronto para seu maior desafio — e sua maior conquista. *Les Structures du Quotidien, Les Jeux d'Échange* e *Le Temps du Monde*, os três volumes de *Civilisation Matérielle, Économie et Capitalisme – XV-XVIIIème Siècles* (1979), inscreveram seu nome no rol dos mais importantes intérpretes da economia moderna. Sua caracterização da vida material como as atividades básicas de subsistência, da economia de mercado enquanto uma realidade inescapável e do capitalismo sinônimo de monopólios, ampla diversificação dos negócios e intimidade com o Estado iluminou aquilo que, na reflexão genial de Marx, se apresentava como generalização imprecisa e incapaz de explicar determinadas especificidades do mundo moderno. Braudel mostrou que nem tudo que era sólido havia desmanchado no ar, muito pelo contrário. À avassaladora homogeneização e velocidade que Marx via no capitalismo, que não tardar destruiriam todos os resquícios feudais, o sistema de castas na Índia e tudo o mais que encontrasse pela frente, Braudel respondeu com a heterogeneidade das civilizações sob a égide da longa duração, a coexistência dos "três andares" econômicos, o não-etapismo histórico e uma abrangência verdadeiramente mundial dos fenômenos econômicos.

No que concerne à Geografia, a tradição francesa dos estudos homem-meio (nela incluída o "determinismo") é fundida com a tradição alemã (nela contida a geopolítica) envolvendo os conceitos de "raum", "wirtschaft" e "gesellschaft", isto é, espaço, economia e sociedade. O resultado é duplo: *além de ter enfatizado a indissociabilidade entre a sociedade e a natureza, revelando a importância histórica desta no processo de constituição da Modernidade, Fernand Braudel desnudou a dinâmica das transformações espaciais da economia na longa duração*. Ao distinguir que as atividades de subsistência abrangeriam uma escala bem menor que aquela ocupada pelo mercado, ao passo que este seria tragado pelo alcance global dos negócios capitalistas; que as cidades-Estado não foram capazes de resistir à organização e coordenação política dos Estados Nacionais; que, de modo geral, os principais mercados nacionais demoraram a constituir redes plenamente conectadas de informações, transportes e mercadorias, sendo por muito tempo espaços

insuficientemente interligados, emergia uma investigação espaço-temporal do Capitalismo sem paralelo nas Ciências Sociais.

O inacabado *L'Identité de la France*, trabalho interrompido por conta de sua morte, traz consigo algumas novidades: linguagem mais solta e espontânea; vontade declarada e mais intensa que em outras ocasiões de fazer da história instrumento de compreensão do presente; acentuado cunho político. Tomar a França nas próprias mãos significou, entre outras coisas, uma tomada de consciência em direção à situação de seu país e uma possibilidade ímpar em aplicar e esclarecer a história de longa duração mas, sobretudo, "obrigou" o maior historiador dos *Annales* a se posicionar diante de temas como o Capitalismo, o Colonialismo, a questão cultural e racial, os limites com os demais países europeus e o papel do Estado. *Escrito numa conjuntura em que no plano externo a Guerra Fria dava seus últimos suspiros e no plano interno o ensino de História passava por uma série de questionamentos, ao responder a tais circunstâncias afirmando a 'legitimidade' histórica do espaço territorial francês (e, obviamente, de tudo o que há nele, a destacar a cultura e o povo) e a imprescindibilidade da História para a Nação,* L'Identité de la France *assume a condição de ser o principal testemunho político de Fernand Braudel.*

Avaliando o diálogo com a Geografia, ao denominar o volume I de *Espace et Histoire*, Braudel deixa claro seu propósito de examinar a história a partir de sua dimensão espacial. Manejando com a particularidade habitual o casal determinismo-possibilismo, eis os fenômenos geográficos ora fixando e retardando, ora liberando e movimentando as forças da sociedade francesa. Ressuscitando a fórmula de Vidal e de Febvre, para quem a especificidade de seu país estaria em sua diversidade (cultural, linguística, gastronômica, regional etc.), Braudel declara sua antiga admiração pelos geógrafos clássicos, intelectuais responsáveis pela realização de monografias regionais onde procuravam caracterizar e fixar a imagem daquela diversidade. Outro aspecto a ser compartilhado é o uso político do conhecimento geográfico, manifestado ora no discurso que induz à naturalização do processo de conformação das fronteiras territoriais, ora na interrogação sofismática de que a geografia teria inventado a França. Lançados ambos na esfera da *longue durée*, eles parecem querer dissimular as contradições inscritas ao longo da história da França.

Mostrando que a defesa do "determinismo" não representava desconhecimento para com os avanços epistemológicos da ciência geográfica, seu derradeiro livro lançará mão de termos como "organização do espaço", "redes" e até mesmo "desterritorialização". E, tal como em *La Méditerranée* e *Civilisation Matérielle*, entrelaçará espaço, economia e sociedade no entendimento da identidade francesa.

Enfim, durante todo o século XX, a Geografia esteve presente de maneira intensa nos principais livros e artigos de Fernand Braudel. Efetivamente, ela permitiu que ele partisse, desenvolvesse e mesmo chegasse a alguns temas e conclusões, acompanhando-o desde *La Méditerranée* e o jogo de enraizamento e mobilidade entre o homem e a natureza, passando pela espacialidade da economia em *Civilisation Matérielle* até seu derradeiro e inacabado plano de compreender *L'Identité de la France* em suas características territoriais. Portanto, vê-la como um caminho privilegiado de análise destas obras justifica o projeto de quem deseja comprender pormenorizadamente o percurso intelectual de Fernand Braudel (RIBEIRO, 2006a). Visando ultrapassar uma interpretação que subestima ou engessa o papel da Geografia na elaboração de sua concepção histórica, a influência da mesma deverá ser objeto de uma investigação atenta, posto que o marcou de maneira assaz intensa. Indiscutivelmente, a elaboração e a prática geohistóricas são um de seus principais legados para as Ciências Humanas como um todo, mas essa herança tem sido até agora insuficientemente recolhida e explorada. Ou seja, requer discussão. Nos parece que este debate tem sido abordado de modo um pouco rotineiro e mecânico, fazendo perder de vista o complexo curso do pensamento de Braudel.

Diante disso, à pergunta *qual o significado epistemológico da Geografia no conjunto da concepção braudeliana da História*?, pode-se reconhecer vários significados, tais como:

1. apreender a história de longa duração;
2. articular o tempo ao espaço;
3. fugir da historiografia tradicional, encerrada na cronologia e no espaço como um cenário, um palco das ações humanas;
4. admitir que o tempo possui variáveis, desvios, descontinuidades;
5. situar os homens e suas histórias em seus meios geográficos;
6. reconhecer a diversidade histórica via espaço;
7. expandir os domínios da História;
8. alcançar a dinâmica econômica por intermédio do espaço.

Sua concepção geográfica é coerente desde *La Méditerranée*. Trata-se, em primeiro lugar, dos constrangimentos do clima, relevo, vegetação, hidrografia, sítio e situação. Tais fatores serão cruciais se quisermos compreender o desenrolar das atividades econômicas. Tais atividades só podem ocorrer senão no espaço, e é por essa razão que é necessário examinar aquelas coerções. Posteriormente, o avanço dos transportes e das comunicações conferirão uma nova dinâmica espacial e, nesse contexto, os elementos naturais perderão boa parte do poder que detinham

anteriormente. O movimento econômico criará *redes*, e essas redes demoverão de maneira significativa, porém parcialmente, os impedimentos colocados pelo meio geográfico. De qualquer forma, ainda que uma estrutura, a realidade espacial não é mais a mesma: a escala local foi abalada e aberta às influências externas; as regiões são alteradas em seu desenho e movimento interno; os territórios passam a ser ligado de Norte a Sul e de Leste a Oeste; grupos econômicos poderosos conquistam o mundo como palco de seus negócios. Quem tem mais poder tem mais mobilidade; quem tem menos, conhece um espaço limitado.

Resumidamente, é isso que Braudel entende como *géohistoire*. No entanto, não estamos lidando com uma definição formal e rigorosa da mesma. Deixando um pouco de lado o conforto da prudência e assumindo os riscos da ousadia, gostaríamos de sugerir que em Braudel existe uma forma "artesanal" de fazer ciência, sem muita preocupação ou rigor filosófico e epistemológico; mais importante que teorizar é descrever, localizar, associar, comparar e elucidar. Basta ver as explicações inconsistentes acerca da articulação entre as durações ou a definição vaga de conceitos como civilização e estrutura. Todavia, sobre esse ponto, não acreditamos que ele deva ser considerado um caso à parte. Como argumentamos no capítulo terceiro, o *estatuto epistemológico assumido pela teoria foi decisivamente modificado quando incorporado aos esquemas discursivos próprios à epistême das Ciências Sociais. Trata-se de um novo código de enunciação e representação de mundo onde a teoria não detém a centralidade nem o caráter fundante que outrora eram encontrados quando da supremacia da Filosofia na construção do conhecimento*.

Contudo, nem por isso Braudel deixou de contribuir em termos epistemológicos: seus esforços rumo a uma história de longa duração, que ultrapassasse os acontecimentos curtos e reconhecesse que o processo histórico caminha segundo diferentes velocidades, afetou em cheio a concepção cartesiano-newtoniana do tempo absoluto e linear. Pode-se afirmar o mesmo sobre o espaço: tendo como base o plano cartesiano, as coordenadas geográficas tornaram-se sinônimos de um esquema onde a localização não era mais que um conjunto de pontos vazios distribuídos conforme uma ordem matematizada e quantificada. Em Braudel, tal plano seria substituído por uma historicização do espaço, onde os lugares seriam analisados como resultados da ação humana, as escalas relacionadas à luz do movimento da história e as redes ligariam os espaços mais longínquos, perfazendo o mundo como escala de reprodução da vida cotidiana.

É assim que a *géohistoire*, longe de ser uma incógnita [337] ou algo mal esclarecido na obra de Braudel, não é outra coisa senão a própria História tal como ele a concebe: toda História é espacial [338]. Não há nenhum mistério nisso, pelo contrário. Estamos diante de uma verdade banal. Ela pode até ser um "operador do tempo imóvel" como pensa Dosse mas, além de ser mais que isso, o termo "operador" tem uma conotação mecânica e esquemática demais para fazer parte da escrita histórica braudeliana. Ela não é uma teoria, como quer Aguirre Rojas, mas sim parte integrante daquilo que pode ser o esboço de uma teoria da história fundamentada na longa duração. E, conforme deseja Lloyd, ela também não é uma estrutura tal como o são as civilizações e os ambientes, mas sim uma forma de capturar e elucidar a história estrutural. Se a expressão *géohistoire* não é mais utilizada após *La Méditerranée*, isso não tem a menor importância, na medida em que ele não deixa de operar uma escrita histórica *cada vez mais espacial* — ao contrário dos *Annales* (lê-se a 3ª geração influenciada pela pós-modernidade [cf. CARDOSO, 1999]), que caminharam progressivamente para o enfraquecimento da razão geográfica em História (BOUTRY, 1998).

Para além de uma orientação oposta aos *Annales* e de alguns outros historiadores que acabavam por depreciar a Geografia [339], Braudel reuniu elementos suficientes para que possamos considerá-lo um dos principais críticos do *historicismo* [340] nas Ciências Sociais, se entendermos por historicismo uma "(...) contextualização histórica hiperdesenvolvida da vida social e da teoria social, que obscurece e periferaliza ativamente a imaginação geográfica ou espacial. Essa definição não nega o poder e a importância extraordinários da historiografia como modalidade de discernimento emancipatório, mas identifica o historicismo com a criação de um silêncio crítico, com uma subordinação implícita do espaço ao tempo, que tolda as interpretações geográficas da

[337] Diferente do que é a geografia histórica, tida por Philo como um "mistério ainda maior" que a Geografia e a História em si mesmas (PHILO, 1996 [1994]). Há uma bibliografia significativa sobre a geografia histórica (RAISON, 1978; DUMOULIN, 1993; BAKER, 1994; PITTE, 1994; ZÚSMAN, 2000; ERTHAL, 2003), chamada também de geografia retrospectiva (FLATRÈS, 1994). Higounet fala ainda em uma História Geográfica (HIGOUNET, 1988).

[338] Algo semelhante atestam Deleuze & Guatarri: "A filosofia é uma geo-filosofia, exatamente como a história é uma geo-história, do ponto de vista de Braudel. Por que a filosofia na Grécia em tal momento? Ocorre o mesmo que para o capitalismo, segundo Braudel: por que o capitalismo em tais lugares e em tais momentos, já que tantos componentes já estavam presentes lá?" (DELEUZE & GUATARRI, 1992:125 [1991]).

[339] Para Marc Ferro, a Geografia progressivamente "se rompeu" em meados do século XX (FERRO, 1989:92). Para Dosse, é a "convidada de última hora", demorando a despertar para a epistemologia (DOSSE, 2007:383 [1992]). Para Landes, estaria passando por "momentos difíceis" (LANDES, 1998:1).

[340] Sobre o historicismo "clássico", digamos assim, pode-se consultar os trabalhos de Arno Wehling, que divide o historicismo em três vertentes: o filosófico ou ilustrado do século XVIII; o romântico e erudito da primeira metade do século XIX e o cientificista da segunda metade desse mesmo século. Visando o amplo debate em língua alemã, considera como uma variante possível à exposta acima aquela que reconhece o historicismo filosófico, o historismo e o historicismo cientificista (WEHLING, 1994:9); Falcon — cujo texto se aproxima, em alguns pontos, do de Wehling —, ao relatar a complexa e hermética história do (s) historicismo (s), sua relação com a epistemologia e com a historiografia (FALCON, 1997); e Löwy que, passando em revista o problema da ideologia no âmbito da sociologia do conhecimento, aponta o historicismo sob três óticas: conservadora, relativista e marxista (LÖWY, 1987).

mutabilidade do mundo social e se intromete em todos os níveis do discurso teórico, desde os mais abstratos conceitos ontológicos do ser até as explicações mais detalhadas dos acontecimentos empíricos" (SOJA, 1993:23 [1992]).

Nessa acepção, é curioso (para não dizer estranho) verificar que Soja, Harvey e os demais geógrafos que batalhavam para estabelecer uma posição de destaque ao espaço no interior das Ciências Sociais investiram suas atenções quase que exclusivamente no rico pensamento lefebvriano — e, simplesmente, ignoraram a reflexão geohistórica braudeliana. Sabemos que a orientação geográfica da segunda metade do século XX vai dirigir-se principalmente para o Marxismo e, consequentemente, Braudel estaria *a priori* fora desse investimento. Todavia, se o pensamento geográfico em muito lucrou com o aporte de Lefebvre, ter descartado a *géohistoire* braudeliana (sobretudo quando ela examina a economia como principal fator da organização do espaço) acarretou um prejuízo que carece ser mensurado — e reavaliado. Sim, pois se Lacoste é a exceção no quadro acima exposto, no entanto ele preferiu criticá-la sem querer reconhecer nada de interessante (LACOSTE, 1988 [1976]. O lado irônico disso é que, após a morte de Braudel, ele lamenta tê-lo descoberto tão tarde (LACOSTE, 1989 [1988]). Melhor assim do que apreciações precipitadas e corporativas como as de que Braudel "colonizou" ou "encerrou" a Geografia no tempo longo (SANTOS, 2002:266 [1996] e OZOUF-MARIGNIER & ROBIC, 2000a:268, respectivamente).

Diferente do que é dito normalmente, não estamos diante de um diálogo unilateral onde a Geografia teria enriquecido os *Annales* sem ter recebido nada em troca. Se fizéssemos uma lista das principais contribuições epistemológicas e empíricas de Braudel à Geografia, nela constariam os seguintes itens:

1. superação das introduções geográficas descritivas, paisagísticas e "passivas", fazendo com que a Geografia tenha papel "ativo" e condicionante na explicação histórica;
2. redimensionamento do termo "localizar", contextualizando historicamente o sítio e a situação geográficas além do esquematismo cartográfico cartesiano;
3. revelação da importância histórica das coerções naturais;
4. ênfase na dinâmica espacial da economia em sua trajetória histórica;
5. realização de um complexa articulação escalar, entrelaçando o local, o regional, o nacional e o internacional;
6. exposição dos usos políticos e estratégicos do espaço;
7. resgate das hegemonias territoriais do capitalismo;
8. materialização histórica da escala-mundo, conectada através de redes de transporte, comunicações e negócios.

Assim sendo, Braudel põe em xeque a representação consagrada pelas Ciências Sociais da Geografia como sinônimo de características físicas, que tem na cartografia seu modo de expressão e cujo "paradigma" é o estudo das relações homem-meio. Ela é muito mais que isso. Em nossa visão, Braudel levou a Geografia aos patamares mais altos do Pensamento Social — algo que os geógrafos foram incapazes de fazer.

Ao pregar a neutralidade do trabalho científico, o primado da *longue durée* e sustentar que a história faz os homens mais do que os homens fazem a história, a concepção braudeliana de História retrata uma posição política de não-engajamento frente às mazelas da vida social. Tolerante com o Capitalismo, pretende dividir as responsabilidades pelo Colonialismo e minimiza o papel explorador da Europa na eclosão da Revolução Industrial. Trata-se, portanto, de uma geohistória conservadora, elaborada por fora das utopias de revolução social. Certamente que estes aspectos afastaram muitos intelectuais que até poderiam manter certa admiração por suas idéias, mas não toleravam as consequências políticas das mesmas.

Finalmente, gostaríamos de expressar que Fernand Braudel é um autor que não se apreende por fragmentos. Seria assim com todos aqueles que possuem uma *obra* intelectual? É possível que sim. Em todo caso, o que queremos dizer é que o pensamento de Braudel, por mais claro que possa parecer em seu conjunto, não se dá na primeira leitura. É algo liso; um mínimo de desatenção e ele facilmente escapa. Sem dúvida, ele deixou uma herança epistemológica às Ciências Sociais, e não somente material empírico em torno do Mediterrâneo no século XVI, das civilizações ao redor do mundo, do Capitalismo e da França. Como reflexão teórico-metodológica que ultrapassa em muito os domínios da História, ela deve procurar ser compreendida em sua totalidade. Lê-lo de maneira fragmentada implicará numa visão distorcida de suas idéias.

Em seu último ano de vida, Braudel declarava para quem quisesse ouvir: "Reprovo à geografia não aprofundar-se suficientemente" (BRAUDEL, 1989:178 [1986]). Mais de vinte anos depois, não saberíamos dizer se a Geografia lhe deu ouvidos. Na dúvida, nossa resposta seria "não".

Terminaremos esta tese, que nada mais é que uma introdução à obra braudeliana, com uma meditação de 1958. Ela é um convite a um diálogo ainda por demais escasso:

"Entretanto, que não se esqueça uma última linguagem, uma última família de modelos, para falar a verdade: a redução necessária de toda realidade social ao espaço que ela ocupa. Digamos a geografia, a ecologia, sem nos deter muito nessas diferenças de vocabulário. A geografia se considera muito frequentemente como um mundo em si, e é pena. Ela teria necessidade de um Vidal de la Blache que, desta vez, em lugar de pensar tempo e espaço, pensaria espaço e realidade social. É nos problemas de conjunto das ciências do homem que, por conseguinte, dar-se-ia o passo na

pesquisa geográfica. Ecologia: a palavra, para o sociólogo, sem que ele o confesse sempre, é uma maneira de não dizer geografia e, ao mesmo tempo, de esquivar os problemas que o espaço coloca e, mais ainda, que ele revela à observação atenta. Os modelos espaciais são esses mapas onde a realidade social se projeta e parcialmente se explica, modelos, na verdade, para todos os movimentos de duração e sobretudo da longa duração, para todas as categorias do social. Mas a ciência social os ignora de maneira espantosa. Pensei muitas vezes que uma das superioridades francesas nas ciências sociais era essa escola geográfica de Vidal de la Blache, cujo espírito e as lições não nos consolaríamos em ver traídos. É preciso que todas as ciências sociais, por seu lado, dêem lugar a uma 'concepção (cada vez) mais geográfica da humanidade', como Vidal de la Blache o pedia já em 1903" (BRAUDEL, 2005:77 [1969]).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de. As Ciências Sociais como objeto de estudo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 3, n.5, p.137-142 (1990).

AGULHON, Maurice. Belle Époque ou avant-guerre? 1906-1914. In: AGULHON, Maurice. *La République I (1880-1932)*. Paris: Hachette (1990).

——. La France malade de la guerre. 1918-1932. In: AGULHON, Maurice. *La République I (1880-1932)*. Paris: Hachette (1990).

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. *Os Annales e a Historiografia Francesa: tradições críticas de Bloch a Foucault (1921-2001)*. Maringá: Eduem (2000).

———. Braudel en las Américas. Ensayo de comparación de dos intercambios transculturales. *Signos Históricos* II.3, junio (2000b).

———. *Tempo, Duração e Civilização: Percursos Braudelianos*. São Paulo: Cortez (2001).

———. La Historia Económica en Francia durante el periodo de los "Annales Braudelianos" (Segunda parte). *Aportes: Revista de la Facultad de Economía – BUAP*, México, nº 18, septiembre-diciembre (2001a).

———. *Braudel, o mundo e o Brasil*. São Paulo: Cortez (2003).

———. *Fernand Braudel e as Ciências Humanas.* Londrina: Eduem (2003a).

———. O capitalismo anterior à revolução industrial. In: LOPES, Marcos Antonio (org.). *Fernand Braudel: Tempo e História*. Rio de Janeiro: Editora da FGV (2003b).

———. *Uma História dos Annales (1921-2001)*. Maringá: Eduem (2004).

ANDERSON, Perry. Introdução. In: ANDERSON, Perry. *O fim da História: de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (1992).

———. Fernand Braudel e a identidade nacional. In: ANDERSON, Perry. *Zona de Compromisso*. São Paulo: Unesp (1996).

———. *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor (1999 [1998]).

ANDRADE, Manuel Correia de. *Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico*. São Paulo: Atlas (1987).

ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. (org.). *Pierre Monbeig e a Geografia Humana brasileira: a dinâmica da transformação*. Bauru: Edusc (2006).

ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de. *Saber sobre os homens, saber sobre as coisas: história e tempo, geografia e espaço, ecologia e natureza*. Rio de Janeiro: DP&A (2003).

ARÓSTEGUI, Julio. *A Pesquisa Histórica: Teoria e Método*. Bauru: EDUSC (2006 [1995]).

ARRAULT, Jean-Baptiste. Géographie et mondialisation. Les géographes français face à la crise des années 1930. *Annales de Géographie*, n. 657 (2007).

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens do Nosso Tempo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/Unesp (1996 [1994]).

AUED, Idaleto Malvezzi, CAMPANA, Samya. Concepção de história em Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein: uma análise marxiana. *Cadernos de História* (UFU), Universidade Federal de Ouro Preto, v. 1, n. 1, p. 1-22 (2006).

AYMARD, Maurice. Uma certa paixão pela França, uma certa idéia de história. In: LACOSTE, Yves (org.). *Ler Braudel*. São Paulo: Papirus (1989 [1988]).

———. O homem e o historiador. In: LOPES, Marcos Antonio (org.). *Fernand Braudel: Tempo e História*. Rio de Janeiro: Editora da FGV (2003).

———. Braudel ensina História. In: BRAUDEL, Fernand. *Gramática das Civilizações*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes (2004 [1987]).

BAKER, Alan. Évolution de la géographie historique em Grande-Bretagne et en Amérique du Nord. *Hérodote*, 3º et 4º trimestre, nº 74-75 (1994).

——. On the relations of geography and history. In: BAKER, Alan. *Geography and History: Bridging the Divide*. Cambridge: University Press (2006).

BARBOSA, Jorge Luiz. União Européia: a utopia do capitalismo tardio. In: HAESBAERT, Rogério (org.). *Globalização e Fragmentação no Mundo Contemporâneo*. Niterói: EdUFF (2001 [1998]).

BARROS, José D'Assunção. História, região e espacialidade. *Revista de História Regional*, 10 (1) (2005).

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as Consequências Humanas.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar (1999 [1998]).

BAYLIN, Bernard. Braudel's Geohistory – a Reconsideration. In: HUNT, Lynn, REVEL, Jacques, (ed.). *Histories: French Constructions of the Past*. New York: W.W. Norton & Company (1995 [1951]).

BECK, Ulrich. *¿Que és la Globalización? Falácias del Globalismo, Respuestas a la Globalización*. Barcelona: Paidós (1998 [1997]).

BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História. In: LÖWY, Michel. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses* "*Sobre o conceito de história*". Campinas: Boitempo (2005 [1940]).

BERDOULAY, Vincent. *Des mots et des lieux. La dynamique du discours géographique*. Paris: Éditions du CNRS (1988).

———. *La formation de l'école française de géographie*. Paris: Éditions du CTHS (1995 [1981]).

———. Do contexto ao relato: revisitar a modernidade. In: CASTRO, Iná Elias de, EGLER, Cláudio, MIRANDA, Mariana (orgs.). *Redescobrindo o Brasil – 500 anos depois*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (2000).

BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da Modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras (1986 [1982]).

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma Geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENTHAL, Zeny. *Paisagem, tempo e cultura*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Eduerj (2004 [1984]).

BETTANINI, Tonino. *Espaço e Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra (1982).

BLOCH, Marc. L'Île-de-France (Les pays autour de Paris), I. *Revue de Synthèse Historique*, n. 74, oct. (1912).

———. L'Île-de-France (Les pays autour de Paris), II. *Revue de Synthèse Historique*, n. 75, dec. (1912a).

———. L'Île-de-France (Les pays autour de Paris), III. *Revue de Synthèse Historique*, n. 76-77, fév-avr. (1913).

———. Réflexions d'un historien sur les fausses nouvelles de la guerre. In: BLOCH, Marc. *L'Histoire, la Guerre, la Résistance*. Paris: Gallimard (2006 [1921]).

———. Pour une histoire comparée des sociétés européenes. In: BLOCH, Marc. *L'Histoire, la Guerre, la Résistance*. Paris: Gallimard (2006 [1928]).

———. Les grandes étapes de l'occupation du sol. In: BLOCH, Marc. *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*. 5ª ed. Paris: Armand Colin (1968 [1931]).

———. Régions naturelles et groupes sociaux. *Annales d'histoire économique et sociale*, nº 17 (1932).

———. Une étude régionale: Géographie ou Histoire? *Annales d'histoire économique et Sociale*, nº 25 (1934).

———. Les paysages agraires: essais de mise au point. *Annales d'histoire économique et sociale*, nº 39 (1936).

———. Que demander à l'Histoire? In: BLOCH, Marc. *L'Histoire, la Guerre, la Résistance*. Paris: Gallimard (2006 [1937]).

———. *Apologia da História* ou *O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor (2001 [1949]).

BOIS, Guy. Marxismo e História Nova. In: LE GOFF, Jacques (org.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes (1978).

BONNEFONT, Jean-Claude. La Lorraine dans l'oeuvre de Paul Vidal de la Blache. In: CLAVAL, Paul (dir.). *Autour de Vidal de la Blache. La formation de l'école française de Géographie*. Paris: Éditions du CNRS (1993).

BOURDÉ, Guy, MARTIN, Hervé. L'école méthodique. In: BOURDÉ, Guy, MARTIN, Hervé. *Les écoles historiques*. Paris: Seuil (1997 [1983]).

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (2002 [1985]).

BOUTIER, Jean. Fernand Braudel, historiador del acontecimiento. *Historia Crítica*. Revista del Departamiento de Historia de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de los Andes, Bogotá, nº 27 (2004).

BOUTRY, Philippe. Certezas e Descaminhos da Razão Histórica. In: BOUTIER, Jean, JULIA, Dominique (orgs.). *Passados Recompostos: Campos e Canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Editora da FGV (1998).

BRAUDEL, Fernand. La géographie face aux sciences humaines. *Annales ESC*. 6º année, nº 4 (1951).

———. La part du milieu. In: BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris: Armand Colin (1949).

———. *La dynamique du capitalisme*. Paris: Flammarion (1985 [1977]).

———. *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo em la época de Felipe II. Tomo Segundo*. México: Fondo de Cultura Económica (1987 [1966]).

———. *O Espaço e a História no Mediterrâneo*. São Paulo: Martins Fontes (1988 [1985]).

———. *Uma Lição de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (1989 [1986]).

———. *A Identidade da França: o Espaço e a História - Vol. 1*. São Paulo: Globo (1989a [1986]).

———. *A Identidade da França: os Homens e as Coisas - Vol. 2*. São Paulo: Globo (1989b [1986]).

———. *A Identidade da França: os Homens e as Coisas - Vol. 3*. São Paulo: Globo (1989c [1986]).

———. *Reflexões sobre a História*. São Paulo: Martins Fontes (1992 [1990]).

———. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII. Volume 1: As Estruturas do Cotidiano*. São Paulo: Martins Fontes (1996 [1979]).

———. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII. Volume 2: Os Jogos das Trocas*. São Paulo: Martins Fontes (1996a [1979]).

———. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII. Volume 3: O Tempo do Mundo.* São Paulo: Martins Fontes (1996b [1979]).

———. A Europa conquista o planeta. In: BRAUDEL, Fernand (dir.). *A Europa*. Lisboa: Terramar (1996c [1982]).

———. As Europas fora da Europa. In: BRAUDEL, Fernand (dir.). *A Europa*. Lisboa: Terramar (1996d [1982]).

———. Géohistoire: la société, l'espace et le temps. In: AYALA, Roselyne de, BRAUDEL, Paule (orgs.). *Les ambitions de l'histoire.* Paris: Éditions de Fallois (1997 [1941-44]).

———.Trois définitions: l'événement, le hasard, le social. In: AYALA, Roselyne de, BRAUDEL, Paule (orgs.). *Les ambitions de l'histoire.* Paris: Éditions de Fallois (1997a [1941-44]).

———. Avant-propos. In: AYALA, Roselyne de, BRAUDEL, Paule (orgs.). *Autour de la Méditerranée.* Paris: Éditions de Fallois (1997b [1941-44]).

———. L'histoire à la recherche de monde. In: AYALA, Roselyne de, BRAUDEL, Paule (orgs.). *Les ambitions de l'histoire.* Paris: Éditions de Fallois (1997c [1941-44]).

———. *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo em la época de Felipe II. Tomo Primeiro*. México: Fondo de Cultura Económica (2002 [1966]).

———. *Gramática das Civilizações*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes (2004 [1963]).

———. *Escritos sobre a História*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva (2005 [1969]).

———. Enseñanza de la historia, sus directrices. *La Tarea*, Mexico, n.9, marzo (1997 [1935]).

BROC, Numa. L'établissement de la géographie en France: diffusion, institutions, projets (1870-1890). *Annales de Géographie*, 459, sept/oct. (1974).

——. La géographie française face à science allemande (1870-1914). *Annales de Géographie*, 473, jan/fév (1977).

BROSSEAU, Marc. Geografia, práticas discursivas e ambiência pós-moderna. In: CASTRO, Iná Elias de, EGLER, Cláudio, MIRANDA, Mariana (orgs.). *Redescobrindo o Brasil – 500 anos depois*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (2000).

BRUNHES, Jean. *Geografia Humana*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura (1962 [1910]).

BURGUIÈRE, André. Histoire d'une histoire: la naissance des Annales. *Annales ESC*, n. 6, nov.-déc. (1979).

———. Bloch. In: BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago (1993).

———. Les premières Annales. Portrait d'une revue. In: BURGUIÈRE, André. *L'École des Annales. Une histoire intellectuelle*. Paris: Odile Jacob (2006).

———. Accords et désaccords. Les Annales entre deux directeurs. In: BURGUIÈRE, André. *L'École des Annales. Une histoire intellectuelle*. Paris: Odile Jacob (2006).

———, REVEL, Jacques. Préface à l'Histoire de la France. In: REVEL, Jacques. *Histoire de la France. L'espace français*. Paris: Seuil (2000).

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Unesp (1997 [1990]).

BUTTIMER, Anne. *Sociedad y medio en la tradición geográfica francesa*. Barcelona: Oikos-Tau (1980).

CAILLÉ, Alain. A dominância do mercado. In: VÁRIOS. *Ler Braudel*. São Paulo: Papirus (1989 [1988]).

CAIRE-JABINET, Marie-Paule. *Introdução à Historiografia.* Bauru: Edusc (2003).

CALHOUN, Craig. O nacionalismo importa. In: DOYLE, Don H., PAMPLONA, Marco Antonio (orgs.). *Nacionalismo no Novo Mundo. A Formação dos Estados-Nação no Século XIX*. Rio de Janeiro: Record (2008).

CAPEL, Horacio. *Filosofía e Ciencia en la Geografía Contemporánea*. Barcelona: Barcanova (1981).

CARBONELL, Charles-Olivier. Le défi allemand. In: CARBONELL, Charles-Olivier. *Histoire et historiens: une mutation ideologique des historiens françaises (1865-1885)*. Toulouse: Privat (1976).

CARDOSO, Fernando Henrique, FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar (1977 [1970]).

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Paradigmas Rivais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus (1999).

———. *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru: Edusc (2005).

———, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus (1999).

CARVALHO, Marcos de. *Diálogos entre as Ciências Sociais: um legado intelectual de Friedrich Ratzel (1844 – 1904)*. Biblio 3W. Revista de Geografia y Ciencias Sociales, nº 34, Universidade de Barcelona, Departamento de Geografia Humana [http://www.ub.es/geocritic/b3w-34.htm] (1997).

———. *Ratzel: releituras contemporâneas. Uma reabilitação?* Biblio 3W. Revista de Geografia y Ciencias Sociales, nº 25. Universidade de Barcelona, Departamento de Geografia Humana [http://www.ub.es/geocritic] (1997a).

CASTELLS, Manuel. A unificação da Europa: globalização, identidade e o Estado em rede. In: CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume 3. Fim de Milênio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra (1999).

CASTRO, Iná Elias de. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In: CASTRO, Iná Elias de, CORRÊA, Roberto Lobato, GOMES, Paulo César (orgs.). *Explorações Geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (1997).

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus (1999).

CAYGILL, Howard. Braudel's prison notebooks. *History Workshop Journal*, Issue 57 (2004).

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária (2006 [1975]).

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia. A História entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS (2002 [1998]).

———, REVEL, Jacques. Lucien Febvre et les sciences sociales. *Historiens et géographes*, n. 272 (1979).

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo (2000).

CHIROT, Daniel. The social and historical landscape of Marc Bloch. In: SKOOPOL, Theda (ed.). *Vision and method in historical sociology*. New York: Cambridge University Press (1984).

CHRISTOFOLETTI, Antonio. As perspectivas dos estudos geográficos. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (org.) *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel (1982).

CLAVAL, Paul. Entrevista. *Geosul*, Florianópolis, v. 11, n. 21-22, p. 187-208, jan.-jun. (1996).

———. *Histoire de la Géographie française de 1870 à nos jours*. Paris: Nathan (1998).

———. O território na transição da pós-modernidade. *GEOGRAPHIA*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói/Rio de Janeiro, UFF/EGG, nº 2, ano I (1999).

———. *Épistémologie de la Géographie*. Paris: Nathan (2001).

———. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da Geografia. In: KOZEL, Salete, MENDONÇA, Francisco (orgs.). *Epistemologia da Geografia*. Florianópolis: Editora da UFSC (2002).

———. Fernand Braudel (1902-1985). In: ARMSTRONG, P.H., MARTIN, G.J. (eds.). *Geographers: Biobibliographical Studies*. Volume 22. New York: Continuun (2003).

———. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na Geografia. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDHAL, Zeny (orgs.). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (2003a).

———. *Géographies et géographes*. Paris: L'Harmattan (2007).

———. About rural landscapes: the invention of the mediterranean and the French School of Geography. *Die Erde*, 138 (1) (2007a).

COMTE, Augusto. Discurso sobre o espírito positivo. In: COMTE, Augusto. *Seleção de Textos.* 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural (1983 [1844]).

CORRÊA, Roberto Lobato. Região: a tradição geográfica. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3 (1995).

———. Carl Sauer e a geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (1997).

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ (1998 [1989]).

COSTA LIMA, Luiz. *O Redemunho do Horror: as Margens do Ocidente*. São Paulo: Planeta (2003).

———. A historiografia nascente. In: COSTA LIMA, Luiz. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Cia. das Letras (2006).

COSTA NETO, Luciano. *Hegemonia e crise no século XIX*. Recife: Gráfica e Editora Santos (1994).

DAGORN, René-Éric. Fernand Braudel et la Grammaire des civilisations (1963). In: LÉVY, Jacques, LUSSAULT, Michel (orgs.). *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*. Paris: Belin (2003).

DAIX, Pierre. *Fernand Braudel: uma biografia*. Rio de Janeiro: Record (1999 [1995]).

DANTAS, Aldo. *Pierre Monbeig: um marco da Geografia brasileira*. Porto Alegre: Sulina (2005).

DARBY, H.C. On the Relations of Geography and History. *Institute of British Geographers* (1953).

————. Historical Geography in Britain, 1920-1980: Continuity and Change. *Institute of British Geographers*. 8:421-28 (1983).

DECCA, Edgar de. O colonialismo como a glória do império. In: FERREIRA, Jorge, REIS FILHO, Daniel Aarão, ZENHA, Celeste (orgs.). *O tempo das certezas: da formação do capitalismo à primeira guerra mundial.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (2000).

DELEUZE, Gilles, GUATARRI, Félix. *O que é a Filosofia?* São Paulo: Ed. 34 (1992 [1991]).

DEMANGEON, Albert. Colonialisme. In: DEMANGEON, Albert. *Dictionnaire de Géographie*. Paris: Armand Colin (1907).

———. Introduction géographique à l'histoire. *Annales de Géographie*, n. 32 (1923).

———. Uma definição de Geografia Humana. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (org.) *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel (1982).

———, FEBVRE, Lucien. *Le Rhin: problèmes d'histoire et d'économie*. Paris: Armand Colin (1935).

DESCARTES, René. *Discurso do Método/Regras para a Direção do Espírito*. São Paulo: Martin Claret (2000 [1637]).

DEVOTO, Fernando. *Entre Taine y Braudel: itinerarios de la historiografía contemporánea*. Buenos Aires: Editorial Biblos (1992).

DOMINGUES, Ivan. Paradigmas e modelos das ciências humanas no século XX: das humanidades às ciências do homem — As duas grandes bifurcações. In: DOMINGUES, Ivan. *Epistemologia das ciências humanas. Tomo I: Positivismo e Hermenêutica. Durkheim e Weber*. São Paulo: Loyola (2004).

DOSSE, François. *A História em Migalhas: Dos "Annales" à Nova História*. Campinas: Editora da Unicamp/Ensaio (1992 [1987]).

———. A convidada de útima hora: a Geografia desperta para a epistemologia. In: DOSSE, François. *História do Estruturalismo: o canto do cisne, de 1967 a nossos dias*. Vol. 2. Bauru: Edusc (2007 [1992]).

———. L'histoire sociale "à la française" à son apogée: Labrousse/Braudel. In: DELACROIX, Christian, DOSSE, François, GARCIA, Patrick. *Les courantes historiques en France – XIX-XX Siècles*. Paris: Armand Colin (1999).

———. A identidade nacional como forma organizadora do discurso histórico na França nos séculos XIX e XX. In: DOSSE, François. *A História à prova do tempo. Da História em migalhas ao resgate do sentido.* São Paulo: Unesp (2001 [1995]).

———. Questões suscitadas pela pluralidade dos modelos interpretativos em Ciências Sociais: a guinada interpretativa. In: DOSSE, François. *A História à prova do tempo. Da História em migalhas ao resgate do sentido.* São Paulo: Unesp (2001 [1996]).

———. O traje novo do presidente Braudel. In: LOPES, Marcos Antonio (org.). *Fernand Braudel: Tempo e História*. Rio de Janeiro: Editora da FGV (2003 [1987]).

———. O recurso geográfico dos historiadores. In: DOSSE, François. *História e Ciências Sociais*. Bauru: Edusc (2004 [1998]).

DUMOULIN, Olivier. Geografia Histórica/Geoistória. In: BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago (1993).

DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martin Claret (2001 [1895]).

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber. Eurocentrismo e Ciências Sociais: Perspectivas Latino-Americanas*. Buenos Aires: CLACSO (2005).

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Tempo e estrutura na unidade do mundo mediterrânico: Fernand Braudel e as voltas da História. In: LOPES, Marcos Antonio (org.). *Fernand Braudel: Tempo e História*. Rio de Janeiro: Editora da FGV (2003).

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (1994 [1987]).

———. *Mozart, sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (1995 [1991]).

———. A etiqueta e a lógica do prestígio. In: ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Lisboa: Estampa (1995a [1969]).

ENTRIKIN, Nicholas J. Blurred Boundaries: Humanism and Social Science in Historical Geography. *Historical Geography*, vol. 26 (1998).

ERTHAL, Rui. Geografia Histórica – Considerações. *GEOGRAPHIA*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói/Rio de Janeiro, UFF/EGG, nº 9, ano V (2003).

ESCOLAR, Marcelo. *Crítica do Discurso Geográfico*. São Paulo: Hucitec (1993).

———. Geografía francesa y politica alemana: Camille Vallaux (1908-1912). *Cuadernos de Geografía*, Bogotá, Departamento de Geografía, nº 4 (1998).

FAISSOL, Speridião. A Geografia quantitativa no Brasil: como foi e o que foi? *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 51, n.4, out./dez. (1989).

FALCON, Francisco José Calazans. O capitalismo unifica o mundo. In: FERREIRA, Jorge, REIS FILHO, Daniel Aarão, ZENHA, Celeste (orgs.). *O Século XX: o tempo das dúvidas. Do declínio das utopias à globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (2000).

———. "Historicismo": a atualidade de uma questão aparentemente inatual. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 4 (1997).

———. *História Cultural: uma Nova Visão sobre a Sociedade e a Cultura*. Rio de Janeiro: Campus (2002).

FEBVRE, Lucien. *Honra e Pátria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (1998 [1945-47]).

———. Frontière: limites et divisions territoriales de la France en 1789. In: FEBVRE, Lucien. *Pour une histoire* à part entière. Paris: SEVPEN (1962 [1908]).

———. Le paysan Normand, de Jules Sion. In: FEBVRE, Lucien. *Pour une histoire* à part entière. Paris: SEVPEN (1962 [1909]).

———. L'histoire dans un monde en ruines. *Revue de Synthèse Historique*, n. 88, fév. (1920).

———. *A Terra e a Evolução Humana. Introdução Geográfica à História*. 2ª ed. Lisboa: Cosmos (1991 [1922]).

———. Le problème de la Géographie Humaine. A propos d'ouvrages récents. In: FEBVRE, Lucien. *Pour une histoire* à part entière. Paris: SEVPEN (1962 [1923]).

———. Frontière: le mot et la notion. In: FEBVRE, Lucien. *Pour une histoire* à part entière. Paris: SEVPEN (1962 [1928]).

———. Cartographie de la géopolitique. In: FEBVRE, Lucien. *Pour une histoire* à part entière. Paris: SEVPEN (1962 [1929]).

———. Contre l'histoire politique en soi. Histoire ou politique? Deux méditations: 1930, 1945. In: FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. Paris: Armand Colin (1992 [1946]).

———. L'histoire économique et la vie: leçon d'une exposition. *Annales HES*, 4 (1932).

———. De 1892 à 1933. Examen de conscience d'une histoire et d'un historien. In: FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. Paris: Armand Colin (1992 [1933]).

———. Cartographie régionale allemande. In: FEBVRE, Lucien. *Pour une histoire* à part entière. Paris: SEVPEN (1962 [1934]).

———. Cartographie régionale. In: FEBVRE, Lucien. *Pour une histoire* à part entière. Paris: SEVPEN (1962 [1936]).

———. L'Atlas de France du Comité National de Géographie. In: FEBVRE, Lucien. *Pour une histoire* à part entière. Paris: SEVPEN (1962 [1934-36]).

———. Chez les géographes: positions de problèmes ou répertoires de faits? *Annales d'Histoire Économique et Sociale*. VIII année, tome huitième (1936).

———. Vivre l'histoire. Propos d'initiation. In: FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. Paris: Armand Colin (1992 [1941]).

———. Deux amis des *Annales*: Jules Sion, Albert Demangeon. *Annales d'Histoire Sociale*. Nº 1-2, 3º année (1941a).

———. Sur une forme d'histoire qui ne pas la nôtre. L'histoire historisante. *Annales ESC*, II (1947).

———. Un livre qui grandit: La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II. *Revue Historique*. Tome CCIII, 74º année (1950).

———. Avant-propos. In: FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. Paris: Armand Colin (1992 [1952]).

———. *Pour une histoire* à part entière. Paris: SEVPEN (1962).

———. *Combats pour l'histoire*. Paris: Armand Colin (1992 [1965]).

FERRO, Marc. De Claude Bernard à tripla revolução braudeliana. In: FERRO, Marc. *A História Vigiada*. São Paulo: Martins Fontes (1989 [1985]).

FLATRÈS, Pierre. La géographie rétrospective. *Hérodote*, 3º et 4º trimestre, nº 74-75 (1994).

FONTANA, Josef. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: Edusc (1998 [1982])

————. *História dos Homens*. Bauru: Edusc (2004 [2001]).

FONTES, Virgínia. História e Verdade. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, 18 (1997).

FOSTER, John Bellamy, WOOD, Ellen Meiksins (orgs.). *Em Defesa da História: Marxismo e Pós-Modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (1999).

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal (1979).

———. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense (1981 [1968]).

———. *As palavras e as coisas*. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes (1999 [1969]).

———. *A ordem do discurso*. 11ª ed. São Paulo: Loyola (2004 [1970]).

FOURQUET, François. Cidades e economias-mundo segundo Fernand Braudel. *Espaço & Debates*, nº 33, ano XI (1991).

———. Um novo espaço-tempo. In: VÁRIOS. *Ler Braudel*. São Paulo: Papirus (1989 [1988]).

FRANÇA, Eduardo de Oliveira. Um professor de história (Entrevista). *Estudos Avançados*, São Paulo, vol.8, n.22, set./dez. (1994).

GARCIA, Patrick. Le moment méthodique. In: DELACROIX, Christian, DOSSE, François, GARCIA, Patrick. *Les courantes historiques en France – XIX-XX Siècles* (Édition révue et augmentée). Paris: Armand Colin (2007).

GEMELLI, Giuliana. *Fernand Braudel*. Paris: Odile Jacob (1995).

GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Unesp (1991 [1990]).

GIRARDET, Raoul. *L'idée colonial en France de 1871 à 1962*. Paris: Hachette (2007 [1972]).

GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (1996).

———. Geografia "fin-de-siècle": o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: CASTRO, Iná Elias de, CORRÊA, Roberto Lobato, GOMES, Paulo César (orgs.). *Explorações Geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (1997).

GÓMEZ MENDOZA, Josefina. *Geografia e historia, ¿qué relación en la atualidad?* Barcelona (no prelo) (2004).

GOTTDIENER, Mark. *A Produção Social do Espaço Urbano*. São Paulo: Edusp (1993).

GOUBERT, Pierre. História Local. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 6, jan.-jun. (1992 [1972]).

GOUROU, Pierre. História e Geografia. In: BRAUDEL, Fernand (dir.). *A Europa*. Lisboa: Terramar (1996 [1982]).

GRATALOUP, Christian. L'appel des grands espaces. *EspacesTemps*, n.34-35, déc. (1986).

———. Braudel, Fernand (1902-1985). In: LÉVY, Jacques, LUSSAULT, Michel (orgs.). *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*. Paris: Belin (2003).

GREGORY, Derek. Teoria social e Geografia Humana. In: GREGORY, Derek, MARTIN, Ron, SMITH, Graham (orgs.). *Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor (1996 [1994]).

———. Power, knowledge and geography. In: GREGORY, Derek. *Exploration in critical human geography*. Heidelberg: Department of Geography (1999).

GRIGG, David. Regiões, Modelos e Classes. In: CHORLEY, Richard, HAGGETT, Peter (orgs.). *Modelos Integrados em Geografia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos (1974).

GUIOMAR, Jean-Yves. Le "Tableau de la géographie de la France" de Vidal de la Blache. In: NORA, Pierre (dir.). *Les Lieux de Mémoire. I. La République. La Nation. Les France.* Paris: Gallimard (1997 [1986]).

GURIÊVITCH, Aaron. *A Síntese Histórica e a Escola dos Anais*. São Paulo: Perspectiva (2003 [1991]).

HABERMAS, Jürgen. Técnica e ciência enquanto "ideologia". In: *Textos escolhidos: Walter Benjamim, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas*. São Paulo: Abril (1983 [1968]).

———. A consciência de tempo da modernidade e sua necessidade de autocertificação. In: HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes (2000 [1985]).

HAESBAERT, Rogério. Filosofia, Geografia e Crise da Modernidade. *Terra Livre*, São Paulo, nº 7 (1990).

———. Escalas espaço-temporais: uma introdução. *Boletim Fluminense de Geografia*. Ano I, vol. 1, nº 1 (1993).

———. *Desterritorialização e Identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste*. Niterói: EdUFF (1997).

———. Região, diversidade territorial e globalização. *GEOGRAPHIA*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói/Rio de Janeiro, UFF/EGG, nº 1, Ano I (1999).

———. Globalização e Fragmentação no Mundo Contemporâneo. In: HAESBAERT, Rogério (org.). *Globalização e Fragmentação no Mundo Contemporâneo*. Niterói: EdUFF (2001 [1998]).

———. Questões sobre a (Pós) Modernidade. In: HAESBAERT, Rogério. *Territórios Alternativos*. São Paulo: Contexto (2002b).

———. Concepções de território para entender a desterritorialização. *Território Territórios*. Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO-UFF/AGB, Niterói (2002c).

———. Paul Vidal de La Blache. *GEOGRAPHIA*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói/Rio de Janeiro, UFF/EGG, Ano III, nº 6 (2002d).

———. Desterritorialização como mito. In: HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização. Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (2007).

HANSEN, Gilvan Luiz. Espaço, Tempo e Modernidade. *GEOGRAPHIA*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói/Rio de Janeiro, UFF/EGG, Ano II, nº 3 (2000).

HARTSHORNE, Richard. *Propósitos e Natureza da Geografia*. São Paulo: Hucitec/EDUSP (1978 [1959]).

HARVEY, David. Teoría revolucionaria y contrarrevolucionaria en Geografía y el problema de la formación del ghetto. *Geo-crítica*, Barcelona, año I, nº 4, julio (1976).

———. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola (1992 [1989]).

———. The Social Construction of Space and Time: a Relational Theory. *Geographical Review of Japan*. Vol. 67, nº 2, 126-135 (1994).

———. Geografia. In: BOTTOMORE, Tom (org.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor (1996 [1983]).

———. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume (2005).

HESS, Remi. Henri Lefebvre et la pensée de l'espace. In: LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Anthropos (2000).

HIGOUNET, Charles. A História Geográfica. In: VEYNE, Paul (et al.). *História e historicidade*. Lisboa: Gradiva (1988).

HIMMELFARB, Gertrude. The "Group": British Marxists Historians. In: HIMMELFARB, Gertrude. *The New History and the Old*. Massachusetts: Harvard University Press (1987).

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A Mobilidade das Fronteiras: inserções da Geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Editora da UFMG (2002).

HOBSBAWM, Eric.. *A Era das Revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra (1979).

———. *A Era do Capital: 1848-1875*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra (1979a).

———. *A Era dos Impérios: 1870-1914*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra (1988).

———. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra (1990).

———. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Paz e Terra (1995 [1994]).

———. A invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric, RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra (1997 [1983]).

———. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras (1998 [1997]).

———. *O Novo Século (Entrevista a Antônio Polito).* São Paulo: Companhia das Letras (2000 [1999]).

———. *Tempos Interessantes: uma vida no século XXI*. São Paulo: Companhia das Letras (2002)

HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. *Território*, Rio de Janeiro, LAGET/UFRJ, nº 3, jul./dez. (1997).

———. O conceito de lugar na Geografia Cultural-Humanista: uma contribuição para a Geografia Contemporânea. *GEOGRAPHIA*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói/Rio de Janeiro, UFF/EGG, nº 10, Ano 5 (2003).

HUGUES-WARRINGTON, Marnie. Lucien Febvre (1878-1956). In: HUGUES-WARRINGTON, Marnie. *50 Grandes Pensadores da História*. São Paulo: Contexto (2002).

HUMBOLDT, Alexander von. Prefácio do "Cosmos". In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (org.) *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel (1982 [1858]).

IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (1997).

———. Globalização e nova ordem internacional. In: FERREIRA, Jorge, REIS FILHO, Daniel Aarão, ZENHA, Celeste (orgs.). *O Século XX: o tempo das dúvidas. Do declínio das utopias à globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (2000).

JAPIASSU, Hilton. *Introdução ao Pensamento Epistemológico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves (1975).

JENKINS, Keith. O que é a História? In: JENKINS, Keith. *A História Repensada*. São Paulo: Contexto (2001).

JIMÉNEZ, Wellington, RUCINQUE, Héctor. El papel de Humboldt en el origen y desarrollo de la Geografía Moderna. *GEOGRAPHIA*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói/Rio de Janeiro, UFF/EGG, nº 8, Ano 8 (2002).

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. São Paulo: Martin Claret (2001 [1781]).

KAYE, Harvey J. *Los Historiadores Marxistas Britanicos*. Zaragoza: Prensas Universitarias (1989).

KONDER, Leandro. *A Questão da Ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras (2002).

KOSELLECK, Reinhardt. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10 (1992).

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto.* Rio de Janeiro: Paz e Terra (1976).

LACOSTE, Yves. *A Geografia — isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus (1988 [1976]).

———. Braudel Geógrafo. In: VÁRIOS (org.). *Ler Braudel*. São Paulo: Papirus (1989 [1988]).

———. Préface. In : VIDAL DE LA BLACHE, Paul. *La France de l'est (Lorraine-Alsace)*. Paris: La Découverte (1994 [1917]).

LAI, Cheng-chung. Concepts and methodolgy. In: LAI, Cheng-chung. *Braudel's historiography reconsidered*. Maryland: University Press of America (2004).

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber. Eurocentrismo e Ciências Sociais: Perspectivas Latino-Americanas*. Buenos Aires: CLACSO (2005).

LANDES, David. Desigualdades da Natureza. In: LANDES, David. *A Riqueza e a Pobreza das Nações*. Rio de Janeiro: Campus (1998).

———. Respostas à Geografia. In: LANDES, David. *A Riqueza e a Pobreza das Nações*. Rio de Janeiro: Campus (1998).

LANGLOIS, Charles-Victor, SEIGNOBOS, Charles. *Introduction aux Études Historiques*. Paris: Kimé (1992 [1898]).

LE GOFF, Jacques. A história nova. In: LE GOFF, Jacques (org.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes (1990 [1978]).

———. Prefácio. In: BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (2001).

LEFEBVRE, Henri. *La pensée marxiste et la ville*. 3ª éd. Paris: Casterman (1972).

————. *Espacio y Politica*. Barcelona: Ediciones Península (1976 [1972]).

————. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG (1996 [1970]).

————. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro (2001 [1968]).

LEFEBVRE, Jean-Paul. Les professeurs français des missions universitaires au Brésil (1934-1944). *Cahiers du Brésil Contemporain*, n. 12 (1990).

LEFORT, Claude. Histoire et sociologie dans l'oeuvre de Fernand Braudel. *Cahiers internationaux de Sociologie*. Vol. XII (1952).

LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: Edusp (2003).

LEPETIT, Bernard. Espace et histoire. Hommage a Fernand Braudel. *Annales ESC*, nº 6 (1986).

———. Proposições para uma prática restrita da interdisciplinaridade. In: ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana (org.). *Bernard Lepetit. Por uma nova história urbana*. São Paulo: EDUSP (2001).

———, BOURDELAIS, Patrice. Histoire et Espace. In: AURIAC, F., BRUNET, R. (orgs.). *Espace, jeux et enjeux*. Paris: Fayard, Fondation Diderot (1986).

LÉVÊQUE, Pierre. História Política. In: BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago (1993).

LIMA, Luis Corrêa. Braudel e o Brasil. In: LOPES, Marcos Antonio (org.). *Fernand Braudel: Tempo e História*. Rio de Janeiro: Editora da FGV (2003).

——. O Brasil transforma Braudel. *Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial*, São Paulo (2005).

LLOYD, Christopher. *As Estruturas da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (1995 [1993]).

LOPES, Marco Antonio. Um tempo para a história. In: LOPES, Marcos Antonio (org.). *Fernand Braudel: Tempo e História*. Rio de Janeiro: Editora da FGV (2003).

———. (org.). *Fernand Braudel: Tempo e História*. Rio de Janeiro: Editora da FGV (2003).

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen: Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento.* São Paulo: Cortez (1987).

——. Nacionalismo e a nova desordem mundial. In: NOVAES, Adauto (org.). *A crise do Estado-Nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (2003).

——. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses* Sobre o conceito de história. Campinas: Boitempo (2005).

LYOTARD, Jean-François. *A Condição Pós-Moderna*. 5ª ed. São Paulo: José Olympio (1998 [1979]).

MACFARLANE, Alan. A few firsts thoughts about Fernand Braudel and Norman Jacobs. *Alanmacfarlane.com/texts/braudel1.pdf*

MACIEL, Caio. Morfologia da paisagem e imaginário geográfico: uma encruzilhada onto-gnoseológica. *GEOGRAPHIA*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói/Rio de Janeiro, UFF/EGG, nº 6, ano 3 (2002).

MARTINS, Luciana de Lima. Friedrich Ratzel. *GEOGRAPHIA*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói/Rio de Janeiro, UFF/EGG, nº 5, ano 3 (2001).

MARTINS, Sérgio. Crítica à economia política do espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri, DAMIANI, Amélia Luisa, SEABRA, Odete de Carvalho (orgs.). *O espaço no fim de século: a nova raridade.* São Paulo: Contexto (1999).

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. O Manifesto Comunista. *Textos – Volume 3*. São Paulo: Edições Sociais (s/d [1848]).

————. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Editora Moraes (s/d a [1846]).

MARX, Karl. O 18 brumário de Luis Bonaparte. *Textos – Volume 3*. São Paulo: Edições Sociais (s/d b [1852]).

———. *O Capital (Livro 1, Volume 2)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (1975 [1867]).

———. *O Capital (Livro 1, Volume 1).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (1975a [1867]).

MASSARD-GUILBAUD, Geneviève. De la "part du milieu" à l'histoire de l'environnement. *Le Mouvement Social*, 3, nº 200 (2002).

MASSEY, Doreen. Filosofia e Política da Espacialidade: Algumas Considerações. *GEOGRAPHIA*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói/Rio de Janeiro, UFF/EGG, nº 12, ano 6 (2004).

MAYEUR, Jean-Marie. La fin des notables. 1871-1879. In: MAYEUR, Jean-Marie. *Les débuts de la IIIe République. 1871-1898*. Paris: Seuil (1973).

MEGALE, Januário Francisco. A Geografia torna-se uma ciência social. In: MEGALE, Januário Francisco. (org.). *Max Sorre*. São Paulo: Ática (1984).

MENDIBIL, Didier. Les gestes du métier. Terrain, espace et territoires. In: ROBIC, Marie-Claire (coord.). *Couvrir le monde. Un grand XXe siècle de géographie française*. Paris: Association pour la diffusion de la pensée française (2006).

———. O sistema iconográfico da geografia clássica francesa e Pierre Monbeig. In: ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana (org.). *Pierre Monbeig e a Geografia Humana brasileira: a dinâmica da transformação*. Bauru: Edusc (2006).

MÉSZÁROS, István. A quebra do encanto do "capital permanente universal". In: MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. Campinas: Boitempo (2002).

MICELI, Paulo. A Escola dos Annales: questões de método. *Conferências*, Edições CEMODECON, IFCH-UNICAMP (1999).

———. Sobre História, Braudel e os vaga-lumes. A escola dos Annales e o Brasil (ou vice-versa). In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 4ª ed. São Paulo: Contexto (2001).

MIGNOLO, Walter D. *Histórias Locais/Projetos Globais: Colonialidade, Saberes Subalternos e Pensamento Liminar*. Belo Horizonte: Editora da UFMG (2003 [2000]).

MONBEIG, Pierre. Papel e valor do ensino da Geografia e de sua pesquisa. In: DANTAS, Aldo. *Pierre Monbeig: um marco da Geografia brasileira*. Porto Alegre: Sulina (2005 [1945]).

———. Os modos de pensar na Geografia Humana. In: DANTAS, Aldo. *Pierre Monbeig: um marco da Geografia brasileira*. Porto Alegre: Sulina (2005 [1953]).

———. A paisagem, espelho de uma civilização. In: DANTAS, Aldo. *Pierre Monbeig: um marco da Geografia brasileira*. Porto Alegre: Sulina (2005 [1940]).

———. Entrevista. In: DANTAS, Aldo. *Pierre Monbeig: um marco da Geografia brasileira*. Porto Alegre: Sulina (2005 [1979]).

MONTEIRO, Carlos Augusto Figueiredo. Geografia entre os séculos XX e XXI: minha vivência na 2ª metade do 1º, na entrada do 2º e inquietações sobre o futuro. *GEOGRAPHIA*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói/Rio de Janeiro, UFF/EGG, nº 16, Ano 8 (2006).

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia: Pequena História Crítica.* São Paulo: Hucitec (1983).

————. *A valorização do espaço.* São Paulo: Hucitec (1984).

———. A particularidade histórica da Alemanha e a gênese da Geografia Moderna. In: MORAES, Antonio Carlos Robert. *A gênese da Geografia Moderna*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec (2002 [1986]).

———. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Hucitec (2002a).

———, COSTA, Wanderlei Messias da. A geografia e o processo de valorização do espaço. In: SANTOS, Milton (org.). *Novos rumos da Geografia Brasileira*. São Paulo: Hucitec (1982).

MORAZÉ, Charles. Prefácio. In: FEBVRE, Lucien. *Honra e Pátria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (1998).

MOREIRA, Ruy. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA, Ruy (org.). *Geografia: teoria e crítica. O saber posto em questão*. Petrópolis: Vozes (1978).

———. *O que é Geografia*. São Paulo: Brasiliense (1980).

———. *O Círculo e a Espiral: a crise paradigmática do mundo moderno*. Rio de Janeiro: Obra Aberta (1993).

———. O racional e o simbólico na Geografia. In: SOUZA, Maria A. A. de (et al.). *O novo mapa do mundo. Natureza e Sociedade de hoje: uma leitura geográfica*. São Paulo: Hucitec (1993a).

———. A Identidade e a Geografia (O ardil da identidade e a representação da diferença na Geografia). *GEOGRAPHIA*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói/Rio de Janeiro, UFF/EGG, Ano I, nº I (1999).

———. Assim se passaram dez anos (A renovação da Geografia no Brasil no período de 1978-1988). *GEOGRAPHIA*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói/Rio de Janeiro, UFF/EGG, Ano II, nº 3 (2000).

———. As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades. *GEOGRAPHIA*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói/Rio de Janeiro, UFF/EGG, nº 5, Ano 3 (2001).

———. O espaço e o contra-espaço: sociedade civil e espaço, público e privado na ordem espacial burguesa. *Território Territórios*. Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO-UFF/AGB, Niterói (2002).

———. Os quatro modelos de espaço-tempo e a reestruturação. *GEOGRAPHIA*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói/Rio de Janeiro, UFF/EGG, Ano II, nº 7 (2002).

———. Max Sorre. *GEOGRAPHIA*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói/Rio de Janeiro, UFF/EGG, nº 10, Ano 6 (2003).

MORIN, Edgar. *Ciência com Consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (1996 [1990]).

MORINEAU, Michel. Um grande projeto – Civilização Material, Economia e Capitalismo. In: VÁRIOS. *Ler Braudel*. Campinas: Papirus (1989 [1988]).

MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Lucien Febvre*. 2ª ed. São Paulo: Ática (1992).

——. Ecos da historiografia francesa no Brasil: apontamentos e desapontamentos. In: PERRONE-MOISÉS, Leyla (org.). *Do Positivismo à Desconstrução: Idéias Francesas na América.* São Paulo: Edusp (2004).

MOULINES, Carlos-Ulises. La génesis del positivismo en su contexto cientifico. *Geo-Crítica*, Barcelona, ano IV, nº 19, enero (1979).

MÜLLER, Bertrand. Sociologie, géographie et histoire. In: MÜLLER, Bertrand. *Lucien Febvre, lecteur et critique*. Paris: Albin Michel (2003).

NOIRIEL, Gérard. *Sur la* crise *de l'histoire*. Paris: Gallimard (2005).

———. Genèse d'un problème. In: NOIRIEL, Gérard. *À quoi sert "l'identité nationale"?* Marseille: Agone (2007).

NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo (10), dez. (1993 [1984]).

——. L'"Histoire de France" de Lavisse. In: NORA, Pierre (dir.). *Les Lieux de Mémoire. I. La République. La Nation. Les France.* Paris: Gallimard (1997 [1986]).

NOVAIS, Fernando. Braudel e a "missão francesa" (entrevista). *Estudos avançados*, São Paulo, 8 (22) (1994).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Espaço e Tempo: compreensão materialista e dialética. In: SANTOS, Milton (org.). *Novos Rumos da Geografia Brasileira*. São Paulo: Hucitec (1982).

ORTIZ, Renato. *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense (2003 [1994]).

OZOUF-MARIGNIER, Marie-Vic, ROBIC, Marie-Claire. La France au seuil des temps nouveaux. Paul Vidal de la Blache et la régionalisation. *L' Information Géographique*. Paris, vol. 59 (1995).

————. Un *Tableau* à vif... La réception du *Tableau de la géographie de la France* de P. Vidal de la Blache. In: ROBIC, Marie-Claire (dir.). *Le* Tableau de la Géographie de la France *de Paul Vidal de la Blache. Dans le labyrinthe des formes*. Paris: Éditions du CTHS (2000a).

OZOUF-MARIGNIER, Marie-Vic. Le *Tableau* et la division régionale: de la tradition à la modernité. In: ROBIC, Marie-Claire (dir.). *Le* Tableau de la Géographie de la France *de Paul Vidal de la Blache. Dans le labyrinthe des formes*. Paris: Éditions du CTHS (2000).

——. Pays. *Hypergéo: Français – Régions et Territoires – Concepts*. Mercredi, 15 décembre, page 1-4 (2004).

PADRÓS, Enrique Serra. Capitalismo, Prosperidade e Estado de Bem-Estar Social. In: FERREIRA, Jorge, REIS FILHO, Daniel Aarão, ZENHA, Celeste (orgs.). *O Século XX: o tempo das crises. Revoluções, Fascismos, Guerras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (2000).

PAMPLONA, Marco Antonio. A questão nacional no mundo contemporâneo. In: FERREIRA, Jorge, REIS FILHO, Daniel Aarão, ZENHA, Celeste (orgs.). *O Século XX: o tempo das dúvidas. Do declínio das utopias à globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (2000).

PARIS, Erato. *La genèse intellectuelle de l'oeuvre de Fernand Braudel*. Athènes: Institute de Recherches Néohelléniques/FNRS (1999).

PELTRE, Jean. Permanence, changement et nécessité de la géographie agraire historique. *Hérodote*, 3º et 4º trimestre, nº 74-75 (1994).

PERROT, Jean-Claude. Le présent et la durée dans l'oeuvre de Fernand Braudel. *Annales HSS*, nº 2, mars-avril (1998).

PHILO, Chris. História, Geografia e o "mistério ainda maior" da Geografia Histórica. In: GREGORY, Derek, MARTIN, Ron, SMITH, Graham (orgs.). *Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor (1996 [1994]).

PITTE, Jean-Robert. De la géographie historique. *Hérodote*, 3º et 4º trimestre, nº 74-75 (1994).

POMIAN, Krzysztof. A História das Estruturas. In: LE GOFF, Jacques (org.). *A Nova História*. São Paulo: Martins Fontes (1990 [1978]).

———. Les rythmes de l'histoire: Fernand Braudel. In: POMIAN, Krzysztof. *L'ordre du temps.* Paris: Gallimard (1984).

———. L'heure des Annales . In: NORA, Pierre (dir.). *Les Lieux de Mémoire. I. La République. La Nation. Les France.* Paris: Gallimard (1997 [1986]).

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo: Cia. das Letras (1989).

QUAINI, Massimo. *Marxismo e Geografia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra (1979).

———. *A Construção da Geografia Humana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra (1983).

RAISON, Jean-Pierre. Géographie Historique. In: CHARTIER, Roger, REVEL, Jacques (dir.). *Dictionnaire de la Nouvelle Histoire*. Paris: C.E.P.L. (1978).

RATZEL, Friedrich. Le sol, la société et l'État. *L'année sociologique* (1900).

REGO, José Márcio, MORAES, José Geraldo Vinci de. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34 (2002).

——, NOBRE, Marcos. *Conversas com filósofos brasileiros*. São Paulo: Editora 34 (2000).

REIS, José Carlos. *Nouvelle histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel.* São Paulo: Ática (1994).

———. *Escola dos Annales —a Inovação em História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra (2000).

———. A temporalidade e os seus críticos. In: LOPES, Marcos Antonio (org.). *Fernand Braudel: Tempo e História*. Rio de Janeiro: Editora da FGV (2003).

———. *História & Teoria. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV (2005).

RÉMOND, Réne. O retorno do político. In: CHAVEAU, Agnès, TÉTARD, Philippe (orgs.). *Questões para a história do presente*. São Paulo: EDUSC (1999 [1992]).

REVEL, Jacques. Histoire et Sciences Sociales. Les paradigmes des Annales. *Annales ESC*, n. 6, nov.-déc. (1979).

RHEIN, Catherine. La Géographie, discipline scolaire et/ou science sociale? (1860-1920). *Revue française de Sociologie,* Paris, XXIII (1982).

RIBEIRO, Guilherme. *As apropriações do espaço no pensamento de Eric Hobsbawm. Reconhecendo o objeto para comprender a Geografia* (Monografia de Graduação). São Gonçalo: Faculdade de Formação de Professores da UERJ (2001).

———. *As apropriações do espaço no pensamento de Eric Hobsbawm: a epistemologia da Geografia vista sob o olhar do outro*. (Dissertação de Mestrado). Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF (2004).

———. A Geografia Humana Vidaliana e a Ciência Moderna em finais do século XIX e início do século XX. *GEOGRAPHIA*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói/Rio de Janeiro, UFF/EGG, nº 16, ano VIII (2006).

———. Epistemologias Braudelianas: espaço, tempo e sociedade na construção da geohistória. *GEOGRAPHIA*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói/Rio de Janeiro, UFF/EGG, nº 15, ano VIII (2006a).

———. Modernidade e Espaço, Pós-Modernidade e Mundo: a Crise da Geografia em tempos de Globalização. *X Colóquio Internacional Geocrítica*. Barcelona, maio (2008).

RIDENTI, Marcelo. 1968: rebeliões e utopias. In: FERREIRA, Jorge, REIS FILHO, Daniel Aarão, ZENHA, Celeste (orgs.). *O Século XX: o tempo das dúvidas. Do declínio das utopias à globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (2000).

ROBIC, Marie-Claire. L'invention de la "Géographie Humaine" au tournant des années 1900: les vidaliens et l'écologie. In: CLAVAL, Paul (dir.). *Autour de Vidal de la Blache. La formation de l'école française de Géographie*. Paris: Éditions du CNRS (1993).

——. Éloge de la circulation. *Strates* [Em ligne]. Crises et mutations des territoires, nº 9 (1996-97).

——. Introduction. In: ROBIC, Marie-Claire (dir.). *Le* Tableau de la géographie de la France *de Paul Vidal de la Blache. Dans le labyrinthe des formes*. Paris: Éditions du CTHS (2000).

——. Territorialiser la nation. Le "Tableau" entre géographie historique, géographie politique, géographie humaine. In: ROBIC, Marie-Claire (dir.). *Le* Tableau de la géographie de la France *de Paul Vidal de la Blache. Dans le labyrinthe des formes*. Paris: Éditions du CTHS (2000a).

——. Note sur la notion d'échelle dans la géographie française de la fin du XIXe siècle et du début du XXe siècle. *Cybergeo: revue européenne de géographie*, n. 264 (2004).

——. (coord.). *Couvrir le monde. Un grand XXème siècle de géographie française*. Paris: Association pour la diffusion de la pensée française (2006).

——. A crise dos anos 30 e a emergência de novos temas na Geografia. In: ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. (org.). *Pierre Monbeig e a Geografia Humana brasileira: a dinâmica da transformação*. Bauru: Edusc (2006b).

ROCHA, Antonio Penalves. Tempo histórico e civilização material. LOPES, Marcos Antonio (org.). *Fernand Braudel: Tempo e História*. Rio de Janeiro: Editora da FGV (2003).

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. As Revoluções Burguesas. In: FERREIRA, Jorge, REIS FILHO, Daniel Aarão, ZENHA, Celeste (orgs.). *O Século XX: o tempo das dúvidas. Do declínio das utopias à globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (2000).

ROMANO, Ruggiero. *Braudel y nosotros. Reflexiones sobre la cultura histórica de nuestro tiempo*. México: Fondo de Cultura Económica (1997 [1995]).

RONCAYOLO, Marcel. Histoire et Géographie: les fondements d'une complementarité. *Annales ESC*, nov.-déc., nº 6 (1989).

———. Região. *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 3. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda (1986).

ROSSI, Paolo. Os aristotélicos e os modernos: as hipóteses e a natureza. In: ROSSI, Paolo. *A Ciência e a Filosofia dos Modernos*. São Paulo: Unesp (1992 [1982]).

RUANO-BORBALAN, Jean-Claude. Une date dans les Annales: la Méditerranée de Fernand Braudel. *Sciences Humaines*, n. 31, août/septembre (1993).

SAHLINS, Peter. Reviewed Work: "The Identity of France. Volume 1: History and Environment". *The Journal of Modern History*, Vol. 63, No. 2, Jun. A Special Issue on Modern France (1991).

SAID, Edward. Camus e a experiência colonial francesa. In: SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Cia. das Letras (1995 [1993]).

SAMUEL, Raphael. British Marxist Historians, 1880-1980: Part One. *New Left Review*. London, nº 120, March/April (1980).

SANTOS, Douglas. *A Reinvenção do Espaço: diálogos em torno da construção de uma categoria*. São Paulo: Unesp (2002a).

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Edusp (1978).

———. *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*. São Paulo: Hucitec (1978a [1971]) .

———. Alguns problemas da contribuição marxista à Geografia. In: SANTOS, Milton (org.). *Novos rumos da Geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec (1982).

———. *A Urbanização Brasileira*. 5ª ed. São Paulo: Edusp (2005 [1993]).

———. O retorno do território. In: SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura, SOUZA, Maria Adélia de. (orgs.). *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec/ANPUR (1994).

———. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Edusp (2002 [1996]).

SAUER, Carl. Foreword to historical geography. *Annals of the Association of American Geographers*. Vol. XXXI, nº 1, mar. (1941).

———. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ (1998 [1925]).

———. A Educação de um Geógrafo. *GEOGRAPHIA*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói/Rio de Janeiro, UFF/EGG, nº 4, ano II (2000 [1956]).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Por uma historiografia da reflexão. In: BLOCH, Marc. *Apologia da História* ou *O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor (2001).

SCHÖTTLER, Peter. Lucien Febvre ou a desmistificação da História Renana. In: FEBVRE, Lucien. *O Reno: história, mitos e realidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (2000).

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp (1992).

SHAW, Carlos Martínez. Fernand Braudel: el cenit de la escuela de los Annales. *Revista de Occidente*. Madrid: Comercial Atheneu, nº 152, enero (1994).

SIMIAND, François. Méthode historique et science sociale. *Annales HSS*, vol. 15, n. 1 (1960 [1903]).

SMITH, Neil. *Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção de espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (1988 [1984]).

———. Geografía, diferencia y las políticas de escala. *Terra Livre*, São Paulo, ano 18, nº 19, jul./dez. (2002).

SOARES, Luiz Carlos. O Nascimento da Ciência Moderna: os diversos caminhos da Revolução Científica nos séculos XVI e XVII. In: SOARES, Luiz Carlos (org.). *Da Revolução Científica à big (business) science*. Rio/São Paulo: EDUFF/Hucitec (2001).

SODRÉ, Nélson Werneck. *Introdução à Geografia*. Petrópolis: Vozes (1976).

SOJA, Edward. Uma interpretação materialista da espacialidade. In: BECKER, Berta (et al). *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, Departamento de Geografia, p. 53-71 (1983).

———. *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor (1993 [1992]).

———, HADJIMICHALIS, Costis. Between Geographical Materialism and Spatial Fetichism: Some Observations on the Development of Marxist Spatial Analysis. *Antipode*. Worcester, 11 (3): 3-11 (1979).

SORRE, Max. Fundamentos da Geografia Humana. In: MEGALE, Januário (org.). *Max. Sorre*. São Paulo: Ática, (1984 [1948]).

———. A noção de gênero de vida e sua evolução. In: MEGALE, Januário (org.). *Max. Sorre*. São Paulo: Ática (1984 [1952]).

———. O espaço do geógrafo e do sociólogo. In: MEGALE, Januário (org.). *Max. Sorre*. São Paulo: Ática (1984 [1957]).

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de, CORRÊA, Roberto Lobato, GOMES, Paulo César da Costa. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (1995).

STEDMAN JONES, Gareth. Historiographie française, historiographie anglaise. Une autre histoire sociale? (note critique). *Annales HSS*, mars-avril, nº 2 (1998).

STEINER, Philippe. Capitalismo e Modernidade: a controvérsia sobre Max Weber. In: VÁRIOS. *Ler Braudel*. Campinas: Papirus (1989 [1988]).

SZTOMPKA, Piotr. A dimensão temporal da sociedade: o tempo social. In: SZTOMPKA, Piotr. *A Sociologia da Mudança Social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (1998 [1993]).

THIESSE, Anne Marie. "La petite patrie enclose dans la grande": regionalismo e identidade nacional na França durante a Terceira República (1870-1940). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, p.3-16 (1995).

THOMPSON, Edward. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp (2001).

———. Una entrevista com E. P. Thompson. In: THOMPSON, Edward. *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase*. Barcelona: Editorial Crítica (s/d).

THRIFT, Nigel. Visando o âmago da região. In: GREGORY, Derek, MARTIN, Ron, SMITH, Graham (orgs.). *Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor (1996 [1994]).

VAINER, Carlos. Região e interesses regionais: subsídios para uma discussão dos regionalismos contemporâneos no Brasil. *Seminário Internacional Impasses e Perspectivas da Federação no Brasil*, São Paulo, FUNDAP, 8-10 de maio (1995).

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus (1999).

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. La zone frontière de l'Algérie et du Maroc, d'après de nouveaux documents, *Annales de Géographie,* VI année, nº 28 (1897).

———. Leçon d'ouverture du cours de Géographie. *Annales de Géographie,* VIII année, nº 38 (1899).

———. Une nouvelle histoire universelle. *Annales de Géographie,* IX année, nº 45 (1900).

———. Le contesté franco-brésilien. *Annales de Géographie*, année X, nº 49 (1901).

———. Les conditions géographiques des faits sociaux. *Annales de Géographie,* année XI, nº 55, pp.13-23 (1902).

———. La géographie humaine. Ses rapports avec la géographie de la vie. *Revue de synthèse historique*, vol. 7 août-décembre (1903).

———. Rapports de la Sociologie avec la Géographie. *Revue Internacional de Sociologie*, XII année, n.5, mai (1904).

———. La mission militaire française au Pérou. *Annales de Géographie*, année XV, nº 79 (1906).

———. De l'interprétation géographique des paysages. *Neuvième Congrès International de Géographie*, Genève (1908).

———. L'Afrique Centrale Française, par A. Chevalier. *Annales de Géographie*, année XVII, nº 92 (1908a).

———. La Colombie Britannique, par A. Métin. *Annales de Géographie*, année XVII, nº 94 (1908b).

———. Les genres de vie dans la géographie humaine. Premier article. *Annales de Géographie*, année XX, nº 111 (1911).

———. Les genres de vie dans la géographie humaine. Deuxième article. *Annales de Géographie*, année XX, nº 112 (1911a).

———. La conquête du Sahara d'après E. F. Gautier. *Annales de Géographie*, année XX, nº 109 (1911b).

———. Les confins algero-marrocains, d'après le livre de Augustin Bernard. *Annales de Géographie*, année XX, nº 114 (1911c).

———. La relativité des divisions régionales. *Athéna*, Conférence à l'École de hautes études sociales, (1911d).

———. Les caractères distintifs de la géographie. *Annales de Géographie*, XXII année, nº 112 (1913).

———. Londres et les ouvriers de Londres, d'après D. Pasquet. *Annales de Géographie*, XXIII année, nº 130 (1914).

———. Tableau politique de la France de l'Ouest, par André Siegfried. *Annales de Géographie*, XXIII-XXIV année, nº ? (1914-1915).

———. Évolution de la population en Alsace-Lorraine et dans les départements limitrophes. *Annales de Géographie,* XXV année, nº 133 (1916).

———. La rénovation de la vie régionale. *Foi et Vie*, *Les questions du temps présent*, Cahier B, n.9, mai (1917).

———. La frontière de la Sarre, d'après les traités de 1814 et de 1815. *Annales de Géographie,* XXVIII année, nº 151 (1919).

———. Significado e objeto da Geografia Humana. In: VIDAL DE LA BLACHE, Paul. *Princípios de Geografia Humana*. Lisboa: Cosmos (1954 [1921]).

———. *La France de l'est (Lorraine-Alsace)*. Paris: La Découverte (1994 [1917]).

———. Routes et chemins de l'ancienne France. *Strates* [Em ligne]. Crises et mutations des territoires, nº 9 (1996-97 [1902]).

———. O Princípio da Geografia Geral. *Geographia*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói/Rio de Janeiro, UFF/EGG, nº 6, ano III (2002 [1896]).

———. A Geografia Política. A propósito dos escritos de Friedrich Ratzel. *Geographia*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói/Rio de Janeiro, UFF/EGG, nº 7, ano 4 (2002 [1898]).

———. La France. Tableau géographique. In: RIOUX, Jean-Pierre. *Tableaux de la France. Michelet, Duruy, Vidal de la Blache et Bruno*. Paris: Omnibus (2007 [1903]).

VIEIRA, Rosângela de Lima. *Fernand Braudel: a relação do método historiográfico e o conhecimento histórico*. Tese (Doutorado), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis (2002).

———. Uma outra história possível. *XXII Simpósio Nacional de História – História: Guerra e Paz*. Londrina, Anais Suplementar (2005).

VILAR, Pierre. História marxista, história em construção. In: NORA, Pierre, LE GOFF, Jacques (orgs.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves (1976 [1973]).

VIRILIO, Paul. *O Espaço Crítico*. São Paulo: Editora 34 (1993 [1984]).

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. A Guerra Fria. In: FERREIRA, Jorge, REIS FILHO, Daniel Aarão, ZENHA, Celeste (orgs.). *O Século XX: o tempo das crises. Revoluções, Fascismos e Guerras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (2000).

WALLERSTEIN, Immanuel. Le capitalisme de Braudel ou le monde à l'envers. In: REVEL, Jacques (présenté par). *Fernand Braudel et l'histoire*. Paris : Hachette Littératures (1999).

———. Eurocentrismo e seus avatares: os dilemas da ciência social. In: WALLERSTEIN, Immanuel. *O fim do mundo como o concebemos : ciência social para o século XXI.* Rio de Janeiro: Revan (2002 [1996]).

———. O tempo, a duração e o terceiro não-excluído: reflexões sobre Braudel e Prigogine. In: LOPES, Marcos Antonio (org.). *Fernand Braudel: Tempo e História*. Rio de Janeiro: Editora da FGV (2003).

WEBER, Max. *Ciência e Política – Duas Vocações*. São Paulo: Martin Claret (2002 [1917-1919]).

WEHLING, Arno. *A Invenção da História: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro/Niterói: Editoria Central da Universidade Gama Filho/EDUFF (1994).

WERLEN, Benno. Space and causality, or whatever happened to the subject? In: WERLEN, Benno. *Society, Action and Space: an Alternative Human Geography*. London and New York: Routledge (1993).

———. Regionalismo e sociedade política. *GEOGRAPHIA*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói/Rio de Janeiro, UFF/EGG, Ano II, nº 4 (2000).

WHITE, Hayden. A poética da história. In: WHITE, Hayden. *Meta-História. A imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp (1995 [1973]).

WINOCK, Michel. O ano terrível: 1870-1871. In: WINOCK, Michel. *As vozes da liberdade: os escritores engajados do século XIX*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (2006 [2001]).

ZÚSMAN, Perla B. Nuevas y Viejas Geografías Históricas: tras la construcción de uma perspectiva interpretativa. In: ZÚSMAN, Perla B. *Tierras para el Rey. Tres fronteras y la construcción colonial del territorio del Rio de la Plata (1750-1790)*. Tesis Doctoral. Universitat Autónoma de Barcelona, Bella Terra, mayo (2000).

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo